SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RN

Rio Grande do Norte , 12 de Setembro de 2019 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO X | Nº 2103

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO SERIDÓ

PRESIDÊNCIA
PROPOSTA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS (PCD)

Com base na Resolução n° 002/2019, o Sr. Polion Maia Medeiros, RESOLVE:

1 - Conceder 1, ½ (uma e meia) diárias com valor a ser pago de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), conforme valor unitário para Brasília/DF (Distrito Federal) de R$ 500,00 (quinhentos reais), para custear despesas do Sr. LUCIANO SILVA SANTOS, Presidente do CPRRSS, cadastrado no CPF sob nº 854.431.154-72, em viagem a Brasília/DF, para participar no dia 12/09/2019, às 11,00 (onze) horas, de Audiência no Gabinete da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, a fim de tratar de diversos assuntos de interesse do CPRRSS, mais precisamente, do cancelamento pela FUNASA, do cancelamento do Convênio para construção do aterro sanitário em Caicó/RN.

POLION MAIA MEDEIROS
Tesoureiro do CPRRSS

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 15/01/2019 – 15/01/2021

Presidente: Prefeito José Leonardo Cassimiro de Araújo

1º Vice-Presidente: Prefeita Mara Lourdes Cavalcanti

2º Vice-Presidente: Prefeito Luiz Eduardo Bento da Silva

3º Vice-Presidente: Prefeita Maria Bernadete Nunes Rego Gomes

4º Vice-Presidente: Prefeito Thales André Fernandes

5º Vice-Presidente: Prefeito Odon Oliveira de Souza Junior

1º Secretário: Prefeito Dagoberto Bessa Cavalcante

2º Secretário: Prefeito José Edvaldo Guimarães Júnior

1º Tesoureiro: Prefeito Laerte Ney de Paiva Fagundes

2º Tesoureiro: Prefeita Marina Dias Marinho

CONSELHO FISCAL

1 - Prefeita Jeane Carlina Saraiva Ferreira de Souza

2 - Prefeito Chilon Batista de Araújo Neto

3 - Prefeito José Arnor da Silva

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 - Prefeito José Marques Fernandes

2 - Deusdete Gomes de Barros

3 - Prefeito Anteomar Pereira da Silva

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Publicado por:
Bernardo Gomes de Oliveira Neto
Código Identificador:BAFF134B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO MATO GRANDE (CISMAG))

GERENCIA ADMINISTRATIVA DO CISMAG
PORTARIA 001 - NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CISMAG E A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

PORTARIA Nº 001/2019

O PRESIDENTE DO CISMAG – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO MATO GRANDE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Contrato de Consórcio Público do CISMAG, as Atas das Assembleias Gerais realizadas no dia 14 de dezembro de 2018 e 25 de janeiro de 2019 e as Resoluções CISMAGnº 001 /2019(PMI)e Acordo de Cooperação de Número 001/2019.
RESOLVE:
Art. 1º. Nomear a Comissão permanente de Licitação do Município Consorciado de São Miguel do Gostoso para compor a **Comissão Permanente de Licitação do CISMAG**.

§1º-A referida equipe será composta de 3 (três) servidores estáveis e 1 (um) suplente, cedidos do Município consorciado, nomeados para compor a referida comissão sendo os seguintes, suas respectivas funções e cargos no Município de origem:

I – GERCINALDO FARIAS DOS ANJOS – CPF n° 637.299.034-20, Membroda CPL do CISMAG, ocupante do cargo de Pregoeiro e Presidente da CPL no Município de São Miguel do Gostoso/RN.
II – PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LOPES – CPF n° 703.738.144-15, Membro da CPL do CISMAG, ocupante do cargo Assessor Especial da Secretaria de Finanças no Município de São Miguel do Gostoso/RN.
III – MARIA LUCINALVA SANTANA RIBEIRO DA SILVA– CPF n° 967.346.044-20, Membro da CPL do CISMAG, ocupante do cargo de Coordenação no Município de São Miguel do Gostoso/RN.
IV -–ANTONIO MARCOS CATARINA - CPF n° 000.612.484-44 Suplente da CPL do CISMAG, ocupante do cargo Membro da CPL no Município de São Miguel do Gostoso/RN.
§2º A referida Comissão será presidida pelo Sr. GERCINALDO FARIAS DOS ANJOS - CPF 637.299.034-20, Servidor Efetivoda PrefeituraMunicipal de São Miguel do Gostoso/RN, ficando as decisões da mesma condicionada aos atos vinculados do Presidente do Consórcio.
§ 3º Os servidores designados para compor a Comissão de que trata este artigo exercerão suas atividades junto àPrefeitura Municipal de São Miguel do Gostososem prejuízo das atribuições normais do cargo ou da função que ocupam.
§4° Esta Comissão Permanente de Licitação ficará responsável por acompanhar o Chamamento Público e o Procedimento de Manifestação de Interesse n° 001/2019 e os demais processos licitatórios que vierem a ser executados em favor do CISMAG durante o período em que vigorar o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Consórcio e o Município de São Miguel do Gostoso.
Art. 2º. Para conduzir os trabalhos de avaliação dos estudos credenciados e autorizados de acordo com o Chamamento Público e Procedimento de Manifestação de Interesse n° 001/2019, será formada

a**Comissão Especial de Avaliação**, disciplinada na Resolução CISMAG nº 001/2019, composta pelos seguintes membros:
I – FRANCISCA DIANA DE LIMA FONSECA – Engenheira Ambiental e Gerente Técnica do CISMAG
II –TATIANE DANTAS NASCIMENTO – Advogada OAB/RN n. 9799 e Assessora Juridica da FEMURN;
III – MARIA WAGNA DE ARAÚJO DANTAS – Economista e Mestre em Recursos Naturais, Representante da FUNCERN/IFRN
IV – SERGIO BEZERRA PINHEIRO – Engenheiro Civil e representante técnico da SEMARH.
§1º A referida Comissão será presidida pelo Sra. FRANCISCA DIANA DE LIMA FONSECA, Engenheira Ambiental e Gerente Técnica do CISMAG, ficando as decisões da mesma condicionada aos atos vinculados do Presidente do Consórcio.
Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

João Câmara-RN, 26 de agosto de 2019.

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO ANDRADE
Presidente

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:14CC39D6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 020/2019

PROCESSO: 1901176070/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019
O MUNICÍPIO DE ACARI, com endereço na rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ari de Pinho, inscrito no CNPJ nº 08.097.008/0001-20, através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 018/2018 torna público que realizará no dia **26 de agosto de 2019**, às **10:00 horas**, na sala de licitações o **Pregão Presencial nº 020/2019,** referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN**. O Edital e seus componentes encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08:00 às 12:00 horas e no site oficial do município www.acari.rn.gov.br.

Acari/RN, 10 de setembro de 2019.

VIRGINIA LÉLIA CUNHA GALVÃO
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:89CBA87C

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 019/2019

PROCESSO: 1901176069/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

O MUNICÍPIO DE ACARI, com endereço na rua Napoleão Antão, nº 100, no bairro Ari de Pinho, inscrito no CNPJ nº 08.097.008/0001-20, através de sua Pregoeira, designada pela Portaria nº 018/2018 torna público que realizará no dia **26 de setembro de 2019**, às **8:00 horas**, na sala de licitações o **Pregão Presencial nº 019/2019,** referente a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN**. O Edital e seus componentes encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08:00 às 12:00 horas e no site oficial do município www.acari.rn.gov.br.

Acari/RN, 10 de setembro de 2019.

VIRGINIA LÉLIA CUNHA GALVÃO
Pregoeira

Publicado por:
Matheus Italo Batista Gomes de Araujo
Código Identificador:60036763

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
AVISO AOS INTERESSADOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1423/2019 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 048/2019

AVISO AOS INTERESSADOS

Processo Administrativo nº 1423/2019
Modalidade: Tomada de Preço Nº 048/2019
OBJETO: Contratação de empresa especializada na construção de 30 unidades habitacionais para as famílias carentes do Município de Afonso Bezerra/RN.
A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO O APRAZAMENTO,** onde objetiva a Licitação na Modalidade Tomada de Preço nº48/2019, que tinha como data de abertura prevista para o dia **23/09/2019**, às **08:30 horas**, para o recebimento e abertura dos envelopes de "Documentação de Habilitação e Proposta", fica **APRAZADA** para o dia **30/09/2019**, às **08:30 horas**. O Aprazamento se dá devido a constatação de erros na elaboração da Planilha Orçamentária, detectados nessa data. O edital retificado e seus anexos encontram-se disponível aos interessados na sede da Prefeitura no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, Praça da criança, nº 1000, Centro, Afonso Bezerra/RN, e no e-mail: cplafonso_bezerra2017@hotmail.com e http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/. As demais cláusulas do referido edital ficam inalteradas.

Afonso Bezerra, 11 de setembro de 2019.

SANDRA MARIA DE SOUZA PADILHA BEZERRA.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Sandra Maria de Souza Padilha Bezerra
Código Identificador:EE5AE588

LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº. 047/2019 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1246/2019 RESULTADO DA LICITAÇÃO (ADJUDICAÇÃO)

O Pregoeiro do Município de Afonso Bezerra/RN, CNPJ nº 08.294.688/0001-71 **TORNA PÚBLICO** que a Licitação em referência, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BASICA,** para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Afonso Bezerra/RN, pelo prazo de 12 meses**,** teve como vencedora as empresas licitantes**: CIRUFARMA COMERCIAL LTDA, CNPJ Nº: 40.787.152/0001-09,** Vencedora dos itens: 2195, 2204, 2214, 2225, 2260, 2270, 2271, 2275, 2351, 3956, 3965, 3972, 3984, 3985, 3986 e 8308. **Total Fornecedor**: **R$ 159.818,00** (cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e dezoito reais), **DROGAFONTE LTDA, CNPJ Nº 08.778.201/0001-2638,** Vencedora dos itens: 130, 710, 711, 2192, 2194, 2203, 2209, 2210, 2211, 2229, 2235, 2255, 2258, 2259, 2262, 2263, 2267, 2269, 2276, 2298, 2300, 2305, 2311, 2312, 2313, 2319, 2323, 2324, 2330, 2334, 2340, 3955, 3983, 3992, 3994, 3996, 4000, 4005, 5406, 5410, 8274, 8309 e 8310. **Total Fornecedor**: **R$ 355.146,00** (trezentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais). **ODONTOMASTER COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ Nº 27.029.083/0001-06,** Vencedora dos itens: 2205, 2222, 2333, 3979, 5401, 5404, 8273 e 8301. **Total Fornecedor**: **R$ 189.840,00** (cento e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais). **KIREI TECNOLAB EIRELI, CNPJ Nº 06.912.821/0001-80,**

Vencedora dos itens: 2253, 2265, 2296, 2301, 2318, 2321, 2327, 2332, 2344, 3950, 3961, 3962, 3963, 3971, 3974, 3981, 3982, 3990, 3995, 4001, 4011, 5403, 5407 e 8280. **Total Fornecedor**: **R$ 146.700,00** (cento e quarenta e seis mil e setecentos reais). **ANTONIO CAVALCANTE PINTO NETO EIRELI, CNPJ Nº 32.127.100/0001-70,** Vencedora dos itens: 2191, 2196, 2208, 2224, 2226, 2239, 2241, 2249, 2293, 2320, 2329, 2337, 2338, 2341, 3948, 3949, 3951, 3952, 3957, 3959, 3960, 3964, 3966, 3969, 3973, 3980, 3988, 3989, 3991, 3998, 3999, 4003, 4004, 4008, 4009, 4010, 5402, 5405, 8169, 8279, 8294, 8302, 8303. **Total Fornecedor**: **R$ 512.522,00** (quinhentos e doze mil e quinhentos e vinte e dois reais). **VALOR GLOBAL DOS CINCO LICITANTE: R$ 1.364.026,00** (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil e vinte e seis reais).**ADJUDICADO** em 11/09/2019.

JESIEL ANDRÉ FAUSTINO DA SILVA.
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jesiel André Faustino da Silva
Código Identificador:7D01789E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA NOVA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL 03/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ÁGUA NOVA/RN
Rua: Nossa Senhora de Fátima; nº 88 – Centro – Água Nova/RN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 01/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Água Nova/RN, convoca os eleitores para participar da eleição que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ÁGUA NOVA/RN.
1– A eleição ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019, no horário de 8 às16 horas, nos locais abaixo relacionados:

Local de Votação	**Urnas Receptoras**
ESCOLA MUNICIPAL MANOEL RAIMUNDO	
Rua: Francisco Barbosa da Silva; nº 435 – Centro	
Seções	
Seção 01: A; B; C; D; E	01
Seção 02: F; G; H; I	02
Seção 03: M; N; O; P;	03
Seção 04: J; K; L; R; S; T; U; V; W; Y; Z	04

2 – Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores no município até o **dia 30 de agosto de 2019**.
2.1. O voto é facultativo para todos;
2.2. Para o exercício do voto, o cidadão deve apresentar-se ao local de votação munido dos seguintes documentos:
a) via digital do título de eleitor (e-Título), desde que haja cadastro com fotografia;
b) carteira de identidade, passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, desde que possível a comprovar a identidade do eleitor;
c) carteira de reservista;

d) carteira de trabalho;
e) carteira nacional de habilitação.
2.3. Não poderão votar os eleitores cujos dados não constem do Caderno de Votação fornecido pela Justiça Eleitoral.
3. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

Número	Nome
24	ROKEN
26	JOANA DE CÓLA
32	LUCAS
34	GILDEONE (FILHA DE ADÃO)
37	EVA
38	DEUZANIR
39	GRACINHA DE DEZITE
41	CIMAR
42	LUAN (SOM E PAREDÃO)
44	JOSÉ AETES (JABÁ)
46	RISONEIDE (BAIXINHA DO SANHARÃO)
47	LUIZ DÓIA

Água Nova/RN, 09 de Setembro de 2019.

BENEDITO EUDES BEZERRA DAMACENA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Francisco das Chagas lau Júnior
Código Identificador:6AFC9FCC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 008/2019-GP PMAA

Decreta situação de emergência no âmbito do Município de Almino Afonso/RN, e dá outras providências.

O Exmo. Sr. **Waldênio Carlos Belarmino de Amorim**, Prefeito Municipal de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDOque as chuvas de inverno até o presente momento foram insuficientes para a formação de estoques de alimentos e de água potável para o suprimento da população em geral;

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretada situação de emergência, provocada por falta de chuvas no âmbito do Município de Almino Afonso – RN;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo Único: O prazo de vigência deste decreto é de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado, dependendo da real situação do Município.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Felinto Gadelha em Almino Afonso – RN, em 11 de setembro de 2019.

WALDÊNIO CARLOS BELARMINO DE AMORIM
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Matheus Silva Calors
Código Identificador:2A8D55E8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 1.130/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

"*Altera quadro orçamentário do Artigo 1° da Lei Municipal nº 1.127/2019 e dá outras providências*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGICOS/RN, de acordo com o que determina a legislação em vigor, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - O Artigo 1° da Lei Municipal n. 1.127/2019 passa a ter a seguinte redação: "Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a

alterar a LOA do ano de 2019, para inclusão de ação e alteração no valor de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais):

CRIAR A AÇÃO	
02	**EXECUTIVO**
2.06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**
2.105	**ADESÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO GRANDE DO NORTE (COPIRN)**
3.3.71.39	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ**
VALOR	**R$ 50.000,00**
3.3.71.70	**RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO**
VALOR	**R$ 2.500,00**
TOTAL: R$ 52.500,00	

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 11 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:4E9503C3

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N° 1.131/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

"Institui a Semana do Bebê no município de Angicos/RN e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANGICOS/RN, de acordo com o que determina a legislação em vigor, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º – Fica instituída a Semana do Bebê, a qual passa integrar o calendário oficial de eventos do município de Angicos, a ser realizada anualmente, na segunda semana do mês de Novembro de cada ano.
Art. 2º - Para a consecução da Semana do Bebê, as Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, constituirão uma comissão composta por cinco membros.
Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 4º - Esta Lei será regulamentada por Decreto Executivo.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 11 de setembro de 2019.

DEUSDETE GOMES DE BARROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manuela Rodrigues Silva
Código Identificador:FE5B20B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 044/2019 GC

JORGE VINICIUS DE OLIVEIRA FERNANDES, Prefeito Municipal de Antônio Martins, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas Atribuições Constitucionais.

RESOLVE
Art.1° Nomear Mara Milly de Oliveira Brito, CPF: 016.736.864-86-Contrato Administrativo nº008/2019, Ocupante do cargo Visitadora do Programa Criança feliz, Junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Designar a função de Agente de Desenvolvimento Local.

Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Antônio Martins RN – 10 de Setembro de 2019.

JORGE VINICIUS DE OLIVEIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Augusto de Mesquita
Código Identificador:0A65AD4B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1521/2019 11 DE SETEMBRO DE 2019

PLL nº. 0229/2018 Autor: Francisco de França Pinheiro

Dispõe sobre a presença de vigilante feminina nos estabelecimentos financeiros no município de Apodi-RN e das outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam autorizados os estabelecimentos de prestação de serviço financeiros localizados no município de Apodi, nos quais o ingresso de funcionários, clientes e usuários nas suas dependências sejam controlados, entre outros meios, com a utilização de equipamentos detectores de metal, a disporem de ao menos uma vigilante feminina para fins de revista, regular ou eventual, em pessoas do sexo feminino e seus pertences, durante todo o período de atendimento ao público.

Art. 2º - Para efeitos dessa Lei, como estabelecimentos de prestação de serviços financeiros são compreendidos:
os bancos oficiais e privados, sociedades de créditos e associações de poupança, em suas agências, postos de atendimento, subagências e seções;

as casa lotéricas;
as agências dos Correios (Banco Postal), em administração direta ou de operação franqueada;
os correspondentes bancários;
As cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto nesta Lei implicará nas seguintes sanções:

I - multa no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) na primeira ocorrência;
II - multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) na segunda ocorrência;
III - multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e suspensão de 60 (sessenta) dias do alvará de funcionamento na terceira ocorrência;
IV - cassação definitiva do alvará de funcionamento na quarta ocorrência.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.
Apodi/RN, em 11 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:01BE8A54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1522/2019 11 DE SETEMBRO DE 2019

PLL nº. 0387/2019 Autor: Francisco Antônio Gama

âmbito da Zona Rural de Apodi/RN, autorizando o Poder Executivo a colocar placas de sinalização, identificação e demarcação de comunidades rurais e distritos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a colocar placas de sinalização, identificação e demarcação nas comunidades rurais (sítios) e distritos que compõem a Zona Rural do município de Apodi.

Art. 2º - As placas devem identificar cada comunidade rural, sua direção, distância e limites entre uma e outra, de modo a facilitar o trânsito de quem faz uso.

Art. 3º - As modificações decorrentes desta Lei entram em vigor a partir da sua data de publicação, sendo revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.
Apodi/RN, em 11 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:05D2480E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
LEI MUNICIPAL Nº 1523/2019 11 DE SETEMBRO DE 2019

PLL nº. 0414/2019 Autor: Charton Heston Rêgo Noronha

Dispõe sobre multa para proprietários de terrenos baldios em áreas urbanas abandonados e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Apodi – **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estabelece multa para proprietários de terrenos abandonados na zona urbana do município de Apodi-RN, que possibilitam a proliferação de animais peçonhentos, criadouros de mosquitos que transmitem Zika Vírus, Chikungunya, e Aedes Aegypti ou outros vetores transmissores de doenças.

Art. 2º. O proprietário de terreno abandonado está sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do IPTU do imóvel, desde que em até 10 (dias) após a última tentativa de notificação por hora certa, não tenha solucionado a limpeza do local.
§ 1º Em caso de não pagamento e não manifestação do proprietário, o terreno deverá ir a leilão após 120 (cento e vinte) dias da autuação.
§ 2º Caso a propriedade seja objeto de processo de inventário, todos os envolvidos deverão arcar com a limpeza da mesma.

Art. 3º. Se o terreno baldio for de propriedade estadual ou municipal, as autoridades locais deverão responder pelo mesmo, sob pena de processo administrativo por descaso com a saúde pública.

Parágrafo Único. O imóvel poderá ser forçado à entrada por órgão público para a devida limpeza do local.

Art. 4º - O Poder Executivo definirá, através de Decreto, o órgão competente para proceder à fiscalização e demais imposições de que tratam esta Lei, podendo estabelecer parcerias com ONG's no município, que tenham o reconhecimento de Utilidade Pública, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo e comprovado por meio de documentação oficial, observada as peculiaridades de cada caso e a legislação vigente.

Art. 5º - A divulgação, de fácil acesso e visível ao público da presente Lei e do período necessário para que o poder Executivo se adeque através das mídias sociais, palestras em escolas, igrejas, associações, programas de rádios e panfletos. Essa – a divulgação - deverá ser efetuada pela Secretaria Municipal responsável, através de todas as repartições públicas e sites oficiais do município.

Art. 6º - Fica o Poder Público autorizado a reverter os valores recolhidos em função das multas previstas nesta lei para custeio das ações e publicações para conscientização da população sobre a presente lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor 30 (Trinta) dias após a data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto.
Apodi/RN, em 11 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:2444F9E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1336/2019 DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

A Secretária Municipal de Administração e Planejamento, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 70, V, da Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determina à Secretaria de Finanças desta Edilidade, depois observar as exigências legais, que determine a Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 500,00 (quinhentos reais) ao (a) senhor (a) **Alan Jefferson da Silveira Pinto**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de Natal/RN, no(s) dia(s), 12 de setembro de 2019, para Participar de reunião no Tribunal de Contas para Planejamento estratégicos do município.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 11 de setembro de 2019.

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:3E22DDEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 1337/2019 DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66 IV e VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto Nº 02/2009, de 02 de janeiro de 2009 e demais legislação pertinente.

RESOLVE:

Art. 1º - Determina à Secretaria de Finanças desta município, depois observar as exigências legais, e que determine ao Sr. Tesoureiro, o pagamento de 01 (uma) diária (s) no valor do montante de R$: 100,00 (cem reais) ao (a) senhor (a), **Ronaldo Adriano de Oliveira e Silva**, para custear despesas na(s) viagem(ns) na cidade de Natal/RN, no(s) dia(s), 12 de setembro de 2019, conduzindo o Senhor prefeito Municipal de Apodi, para Participar de reunião no Tribunal de Contas para Planejamento estratégicos do município.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições com contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 11 de setembro de 2019.

ALAN JEFFERSON DA SILVEIRA PINTO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

ARIANA CINTHIA DANTAS DE PAIVA
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0430/2017

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:3DDE94E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE APODI/RN EDITAL 004/2019 DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 003/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Apodi/RN, convoca os eleitores para participar da eleição que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE APODI/RN.
1– A eleição ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019, no horário de 8 às 16 horas, nos locais abaixo relacionados:

Local de Votação Seção Eleitoral **Escola Profª Alvanir de Freitas Dias – CAIC:**	**Urnas Receptoras**
Seções Agregadas (0096, 0098, 0099, 0100, 0113, 0116, 0119, 0122, 0044)	Urna 01
Seções Agregadas (0097, 0045, 0046, 0093, 0094, 0095, 0126, 0127, 0146)	Urna 02
Local de Votação Seção Eleitoral **Escola Estadual Prof. Antonio Dantas:**	**Urnas Receptoras**
Seções Agregadas (0009, 0012, 0013, 0014, 0015, 0016, 0017, 0018, 0123, 0124, 0125, 0145, 0149, 0153)	Urna 03
Seções Agregadas (0010, 0034, 0035, 0036, 0037, 0038, 0128, 0129, 0131, 0132, 0133, 0134, 0142, 0143, 0144, 0151)	Urna 04
Seções Agregadas (0011, 0039, 0040, 0041, 0042, 0043, 0155, 0157, 0160, 0162, 0165)	Urna 05
Local de Votação Seção Eleitoral **Escola Estadual Prof. Gerson Lopes:**	**Urnas Receptoras**
Seções Agregadas (0019, 0022, 0023, 0024, 0025, 0026, 0027, 0028, 0029, 0030)	Urna 06
Seções Agregadas (0020, 0031, 0032, 0033, 0154, 0158, 0163, 0156, 0159)	Urna 07
Seções Agregadas (0021, 0161, 0164, 0001, 0002, 0003, 0004, 0005, 0006, 0007, 0008)	Urna 08

2 – Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores no município até o **dia 28 de junho de 2019**.
2.1. O voto é facultativo para todos;
2.2. Para o exercício do voto, o cidadão deve apresentar-se ao local de votação munido dos seguintes documentos:
a) via original e/ou digital do título de eleitor (e-Título), desde que haja cadastro com fotografia;
b) carteira de identidade, passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, desde que possível a comprovar a identidade do eleitor;
c) carteira de reservista;
d) carteira de trabalho;
e) carteira nacional de habilitação.
2.3. Não poderão votar os eleitores cujos dados não constem do Caderno de Votação fornecido pela Justiça Eleitoral.
3. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:

Número	Nome
41	ALTAIR SALES DA SILVA LIMA
37	ANA IZABELA TÔRRES DA SILVA
54	CRISTIANO MARCOS MARCOLINO
60	EDYNAEL DÁKSON MENDES DE FREITAS
24	EVERTON DA SILVA OLIVEIRA
58	FERNANDA ELIELMA SILVA MORAIS
66	GÊSSICA PAULA LEITE DOS SANTOS
78	JEKSON LENO DA SILVA LIMA
26	MARINALVA COSTA
32	MATEUS DE LIMA OLIVEIRA
80	OSENAIDE DANTAS DE OLIVEIRA CARVALHO
71	PAULA HORTÊNCIA DE PAIVA BARBOSA
85	THIAGO SOARES DE SOUSA
34	TIAGO DE LIMA FERNANDES
44	WALEF DE OLIVEIRA LIMA
42	ZAMAGNA BETÂNIA DA SILVA PINHEIRO

Apodi /RN, 11 de Setembro de 2019.

FRANCISCO EMERSON DE MEDEIROS
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:F636D256

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AREZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA À QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA PARA PAGAMENTO Nº 64/2019.

Justificativa à quebra de Ordem Cronológica para pagamento da Empresa H D SERVIÇOS DE LIMPEZA E LOCAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o número 11.982.402/0001-55 – SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, referente à Nota Fiscal 0054, correspondente ao valor de R$ 115.123,07 (cento e quinze mil, cento e vinte e três reais e sete centavos).

É do conhecimento de todos que, desde o vigor da Resolução nº 032/2016 TCE/RN, todos os pagamentos devem ser feitos seguindo uma ordem cronológica de despesa por natureza de recursos, podendo a mesma ser quebrada desde que esteja de acordo com o preconizado no Artigo 15, inciso V da referida resolução.

Contudo, considerando a queda de receita do Município e ainda, o consequente atraso nos pagamentos e possível paralisação dos serviços, fica justificado a quebra de ordem cronológica de pagamentos, em favor da Empresa H D SERVIÇOS DE LIMPEZA E LOCAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o número 11.982.402/0001-55 –, referente à Nota Fiscal 0054, correspondente ao valor de R$ 115.123,07 (Cento e quinze mil, cento e vinte e três reais e sete centavos), pois trata-se do pagamento de despesas da empresa responsável pelos serviços de limpeza do Município.

Desta forma, diante deste contexto, fica justificado à quebra de Ordem Cronológica de Pagamento, obedecendo à preceituação dos princípios

basilares que regem a Administração Pública, sobretudo no que versa acerca da impessoalidade e da publicidade dos atos.

Em Arez/RN, Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2019.

ANTÔNIO BRÁULIO DA CUNHA
CPF (MF): 026.464.044-68
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thays Oliveira da Silva
Código Identificador:40D38A4D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUN. GESTAO TRIBUTARIA E FINANCEIRA JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº DO ATO: 02.013.3822/2019

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, e também da RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 no CAPÍTULO IV do Art. 15 - § 2 justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor.

DADOS DO PROCESSO DE DESPESA - N.º 3822/2019

Favorecido: VALE MAIS SAUDE - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICO
Documento: 24.068.825/0001-06
Endereço: Av. Dom Aureliano Matos, 1978 - Centro - CEP.: 62930-000 - Limoeiro do Norte/CE
Secretária: 02.013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Nº Empenho	Data do Empenho	Nº Liquidação	Data da Liquidação	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal
801.029/2019	01/08/2019	1440/2019	03/09/2019	001582	03/09/2019

Valor R$ 25.243,20 (vinte e cinto mil, deuzentos e quarenta e três reais e vinte centavos)
Especificação: Contratacao de pessoa juridica especializada na prestacao de servicos complementares na area de saude deste municipio
Justificativa: Justificamos a quebra da ordem cronológica do favorecido supra identificado, acima referente ao pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
Sem prejuízo do teor da decisão proferida nos autos mencionados, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações contratuais encontra previsão na Lei Federal 8666/93, conforme artigo 5 desse diploma legal. Vejamos:
"Art. 5. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, **devendo cada unidade da Administração**, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, **obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.**
(...) — grifo nosso

Tendo em vista o acima justificado, assino o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento após as publicações necessárias.

Baraúna-RN, em 11/09/2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita

Publicado por:
Weuler Nascimento de Souza
Código Identificador:9A9FCB96

SECRETARIA MUN. GESTAO TRIBUTARIA E FINANCEIRA JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº DO ATO: 02.013.3821/2019

Em atendimento ao art. 5º da lei 8666/93, e também da RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 no CAPÍTULO IV do Art. 15 - § 2 justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor.

DADOS DO PROCESSO DE DESPESA - N.º 3821/2019

Favorecido: VALE MAIS SAUDE - COOPERATIVA DE TRABALHO E SERVICO
Documento: 24.068.825/0001-06
Endereço: Av. Dom Aureliano Matos, 1978 - Centro - CEP.: 62930-000 - Limoeiro do Norte/CE
Secretária: 02.013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Nº Empenho	Data do Empenho	Nº Liquidação	Data da Liquidação	Nº da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal
801.030/2019	01/08/2019	1441/2019	03/09/2019	001581	03/09/2019

Valor R$ 45.782,40 (quarenta e cinco mil, setecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos)
Especificação: Contratacao de pessoa juridica especializada na prestacao de servicos complementares na area de saude deste municipio
Justificativa: Justificamos a quebra da ordem cronológica do favorecido supra identificado, acima referente ao pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
Sem prejuízo do teor da decisão proferida nos autos mencionados, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações contratuais encontra previsão na Lei Federal 8666/93, conforme artigo 5 desse diploma legal. Vejamos:
"Art. 5. Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, **devendo cada unidade da Administração**, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, **obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.**
(...) — grifo nosso

Tendo em vista o acima justificado, assino o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento após as publicações necessárias.

Baraúna-RN, em 11/09/2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita

Publicado por:
Weuler Nascimento de Souza
Código Identificador:70D696DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2019*

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso II do Art 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a junto à Pessoa Jurídica: STRADA

COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.321.326/001-05, no **valor total de R$ 1.104,00** (Um mil, cento e quatro reais**)**, referente ao **SERVIÇO** pleiteada pela **Secretaria Municipal de Saúde de Baraúna/RN** de acordo com a eventual solicitação da Secretaria Supracitada.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação da Ilmª. Srª. **Jania Maria Freire** Secretária Municipal de Saúde.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita do Município de Baraúna/RN

*Republicada por motivo de incorreção

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:B689DEDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 107/2019*
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2019

Secretaria Municipal de Saúde do Município de Baraúna/RN, consoante autorização da Sr.ª **Lucia Maria Fernandes do Nascimento,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n°173/2019 relativo à Dispensa de Licitação n° 107/2019 para a contratação de pessoa jurídica visando a manutenção de revisão dos veículos que estão no prazo de garantia, pleiteados pela Secretaria Municipal de Saúde de ***BARAÚNA/RN*** Junto À Pessoa Jurídica: STRADA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.321.326/001-05 Endereço: Av. Lauro Monte, 1010, Bairro Abolição, CEP: 59.619-000, Mossoró/RN. *Com fulcro no inciso XVII do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Dispensa de Licitação encontra-se fundamentada no inciso XVII do Art. 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.
Art. 24- É dispensável a licitação:
XVII -para aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante ao período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para vigência da garantia;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A prestação de serviços pretendidos por essa dispensa foi originada da garantia estabelecida pela aquisição do veículo L200 TRITON SPORT GL 2.4 D 4X4 MT PLACA: RGN8B04, adquirido através do procedimento licitatório o qual foi regido pela lei 8.666/93 e pela lei 10.520/20002.
Assim não há como praticar a concorrência, propriamente dita, pois refere se a prestação de serviços mecânicos, neste caso, revisão programada, sendo certo, que a garantia técnica do fabricante somente é mantida se a dita revisão for realizada nas oficinas de suas concessionárias autorizadas.
Foi verificada a necessidade da contratação visando a manutenção da revisão no veículo L200 triton que está no prazo de garantia, sendo que trata-se e exclusividade, considerando a vigência da garantia técnica oferecida. Sendo esta pleiteada pela secretaria municipal de saúde de Baraúna/RN, junto à Pessoa Jurídica: STRADA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.321.326/0001-05com base no inciso XVII do Art. 24 *da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores*.
Face ao exposto, **DECLARO COMO DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO, com** fundamento no **Art. 24, inciso XVII, da Lei n° 8666/93** a contratação junto à Pessoa Jurídica: STRADA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 06.321.326/0001-05, no **valor total de R$** 1.104,00 **(Um mil, cento e quatro reais),** tudo de acordo com os autos acostados a este processo.

Baraúna/RN, 27 de agosto de 2019.

JÂNIA MARIA FREIRE
Secretária Municipal de Saúde

*Republicada por motivo de incorreção.

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:253A971D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2019*

Secretaria Municipal de Turismo e Lazer de Baraúna/RN, consoante autorização da Sra. **LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO,** Prefeita Municipal, vem solicitar a abertura do Processo Administrativo n° 135/2019 relativo à Inexigibilidade de Licitação n° 013/2019 para contratação de pessoa jurídica visando a prestação dos serviços de show musical*,* junto à pessoa jurídica J HUDSON DE ALMEIDA, CNPJ: 30.616.352/0001-37, situada na rua Francisco Nunes, Nº 23, CEP: 59.856-000, Centro, Severiano Melo/RN, *com fulcro no inciso III do Art 25 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.*

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O processo de Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentado no inciso III do Art 25 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, que permitem tal procedimento.
Art. 25- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
III- para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela critica especializada ou pela opinião pública.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
Conforme verificado nos autos do processo administrativo a necessidade da contratação de pessoa jurídica especializada visando a prestação dos serviços de show musical neste 7 de setembro, para Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer.
Levando em consideração a escolha pela banda musical que tem como nome fantasia "Forro da mídia", uma vez que esta é reconhecida na região e tem uma aceitação publica positiva, achamos por bem contratar os serviços da mesma para abrilhantar o evento alusivo ao 07 de setembro de 2019. O show iniciará as 22:00 hs, com duração de duas horas e meia de show.
Face ao exposto, **DECLARO COMO INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO, com** fundamento no Art. 25, inciso III, da Lei n° 8666/93 a contratação da pessoa jurídica: J HUDSON DE ALMEIDA, CNPJ: 30.616.352/0001-37, situada na rua Francisco Nunes, Nº 23, CEP: 59.856-000, Centro, Severiano Melo/RN, no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), tendo em vista estar em conformidade as pesquisas de preços apresentadas acostadas ao processo.

Baraúna/RN, 10 de julho de 2019.

JEFFESSON YURI BORGES COSTA
Secretário Municipal de Turismo e Lazer

*Republicada por motivo de correção

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:7DB1F18B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2019*

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso III do Art 25 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a junto à Pessoa Jurídica: J HUDSON DE ALMEIDA, CNPJ: 30.616.352/0001-37, situada na rua Francisco Nunes, Nº 23, CEP: 59.856-000, Centro, Severiano Melo/RN, no valor total de R$ 5.000,00 (cinco mil reais)**,** referente à contratação pleiteada pela Secretaria Municipal da Turismo e Lazer de Baraúna/RN.
RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Inexigibilidade de Licitação do Ilmo. Sr. **Jeffesson Yuri Borges da Costa** Sec. Munic. de Turismo e Lazer.

Baraúna/RN, 10 de julho de 2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita do Município de Baraúna/RN

*Republicada por motivo de correção

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:9AEF40F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

Declara Situação de Emergência no âmbito do Município de Baraúna - Estado do Rio Grande do Norte, afetado por desastre natural climatológico por estiagem prolongada que provoca a redução sustentada das reservas hídricas existentes (COBRADE/1.4.1.2.0 – Seca), e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA – Estado do Rio Grande do Norte, Lúcia Maria Fernandes do Nascimento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14 – Incisos I e II; art. 75 e 76 – Incisos VIII e XIV da Lei Orgânica Municipal em consonância com o Decreto Nº 29.131, de 08 de setembro de 2019 do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e demais cominações legais, e
Considerando o disposto no art. 7º, VII, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil **(PNPDEC)**;

Considerando que o Rio Grande do Norte, no primeiro semestre do ano de 2019, em comparação com os últimos 7 (sete) anos de convivência com a seca, vivenciou uma melhora no regime pluviométrico, mas os volumes registrados não foram suficientes para uma recarga satisfatória dos principais mananciais do município;

Considerando que o impacto socioeconômico dos anos de seca para setor agropecuário do município de Baraúna é excepcional, complexo e diferenciado, não só refletindo negativamente na infraestrutura física das propriedades rurais, mas também com prejuízos de monta para o contingente populacional, prejudicando todos os elos das diferentes cadeias produtivas trabalhadas pelos diversos segmentos da sociedade civil, com especial destaque para os subsetores pecuário e agrícola, fortemente atingidos, experimentando restrições drásticas nos níveis da produção e produtividade, além de severa redução no número de animais dos diferentes rebanhos;

Considerando que os efeitos danosos da seca são sentidos inicialmente nas unidades produtivas rurais, sendo no campo onde se acentuam os reflexos deletérios da escassez hídrica, conduzindo o agricultor baraunense a um cenário catastrófico, agudizado a cada ano de estiagem;
Considerando que a escassez hídrica também vem repercutindo negativamente em cultivos irrigados, em razão da redução na disponibilidade da oferta d'água, quer originada de poços subterrâneos, quer oriunda de reservatórios superficiais, hoje fortemente racionada, sendo monitorada pela Agencia Nacional de Águas **(ANA)**, quando se trata de corpos d'água de domínio da União, e pelo Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte **(IGARN)**, quando a fonte for de domínio do Estado;

Considerando que, de acordo com os dados coletados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte **(EMPARN)**, responsável pelo balanço das chuvas ocorridas em 2019, concluiu-se que, apesar da situação de aparente normalidade pluviométrica, o reaquecimento do Oceano Pacífico entre o final de março e início de abril, que reanimou o Fenômeno **El Niño**, prejudicou a ocorrência de chuva em algumas regiões do Estado, tendo ocasionado perdas no processo de produção;

Considerando que diante do quadro vivenciado a solução para manter o abastecimento de água para no mínimo ser destinada ao consumo humano deverá ser distribuída por carros pipa arcados pelos órgãos governamentais de forma integrada (Governo Municipal e Federal);
Considerando os dados do Monitor de Secas do Nordeste, que foram utilizados para a definição dos municípios a ser contemplados pela decretação da situação de emergência, vez que a metodologia adotada se consubstancia num processo de acompanhamento regular e periódico da situação da seca no Nordeste, cujos resultados consolidados são divulgados por meio do Mapa do Monitor das Secas;

Considerando que o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil **(SINPDEC)** classifica o desastre climatológico em "Nível II – Desastre de Média Intensidade", a incidir a decretação de "Situação de Emergência", conforme disposto nos arts. 2º, "b" e §§ 2º e 4º, e no art. 3º, ambos da Instrução Normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional;

Considerando o Parecer Técnico nº 03/2019, de 22 de agosto de 2019, expedido pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil **(COPDEC)**, órgão vinculado à estrutura do Gabinete Civil do Governo do Estado **(GAC)**, que atestou a continuidade do quadro característico de situação de emergência provocada por desastre natural climatológico, caracterizado por estiagem prolongada, reduzindo os níveis das principais reservas hídricas do Estado;

Considerando os documentos que instruem o Processo Administrativo SEI nº 00810020.001657/2019-94, especialmente as informações contidas no Formulário de Informações de Desastre **(FIDE)**,

D E C R E T A:
Art. 1º Fica declarada "Situação de Emergência por Seca" no município de Baraúna – Estado do Rio Grande do Norte, conforme contemplação constante no **Anexo Único** deste Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Situação de Emergência provocada por desastre natural climatológico caracterizado por estiagem prolongada, que provocou a redução sustentada das reservas hídricas existentes no Rio Grande do Norte (COBRADE/1.4.1.2.0 – Seca).

Art. 2º Durante o período em que persistir a Situação de Emergência, pelos motivos declinados no artigo anterior, o município de Baraúna - RN poderá contratar, mediante dispensa de licitação, as obras e os serviços que se mostrarem aptos a mitigar as consequências provocadas pela estiagem, desde que observado o procedimento descrito no art. 26, **caput**, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Baraúna - RN aguardará a emissão do modelo de requerimento para fins de Reconhecimento de Situação de Emergência incidente sobre os municípios relacionados no Anexo Único, que será instruído na forma estabelecida pelo art. 6º, §§ 1º e 2º, II, da Instrução Normativa nº 2, de 20 de dezembro de 2016, do Ministério da Integração Nacional, e apresentado no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE, e
CUMPRA-SE

CENTRO ADMINISTRATIVO FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO

GABINETE DA PREFEITA

LÚCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita Municipal

ANEXO I – DECRETO Nº 014, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE AFETADOS PELA SECA

1) Acari, 2) Assú, 3) Afonso Bezerra, 4) Água Nova, 5) Alexandria, 6) Almino Afonso, 7) Alto dos Rodrigues, 8) Angicos, 9) Antônio Martins, 10) Apodi, 11) Areia Branca, 12) **Baraúna**, 13) Barcelona, 14) Bento Fernandes, 15) Bodó, 16) Boa Saúde, 17) Bom Jesus, 18) Caiçara do Norte, 19) Caiçara do Rio do Vento, 20) Caicó, 21) Campo Redondo, 22) Caraúbas, 23) Carnaúba dos Dantas, 24) Carnaubais, 25) Cerro-Corá, 26) Coronel Ezequiel, 27) Campo Grande, 28) Coronel João Pessoa, 29) Cruzeta, 30) Currais Novos, 31) Doutor Severiano, 32) Encanto, 33) Equador, 34) Felipe Guerra, 35) Fernando Pedroza, 36) Florânia, 37) Francisco Dantas, 38) Frutuoso Gomes, 39) Galinhos, 40) Governador Dix-Sept Rosado, 41) Grossos, 42) Guamaré, 43) Ipanguaçu, 44) Ipueira, 45) Itajá, 46) Itaú, 47) Jaçanã, 48) Jandaíra, 49) Janduís, 50) Japi, 51) Jardim de Angicos, 52) Jardim de Piranhas, 53) Jardim do Seridó, 54) João Câmara, 55) João Dias, 56) José da Penha, 57) Jucurutu, 58) Lagoa Nova, 59) Lagoa Salgada, 60) Lagoa d'Anta, 61) Lagoa de Pedras, 62) Lagoa de Velhos, 63) Lajes, 64) Lajes Pintadas, 65) Lucrécia, 66) Luís Gomes, 67) Major Sales, 68) Marcelino Vieira, 69) Martins, 70) Messias Targino, 71) Monte das Gameleiras, 72) Mossoró, 73) Macau, 74) Nova Cruz, 75) Olho d'Água dos Borges, 76) Ouro Branco, 77) Paraná, 78) Paraú, 79) Parazinho, 80) Parelhas, 81) Passa e Fica, 82) Patu, 83) Pau dos Ferros, 84) Pedra Grande 85) Pedra Preta, 86) Pedro Avelino, 87) Pendências, 88) Pilões, 89) Portalegre, 90) Porto do Mangue, 91) Serra Caiada, 92) Rafael Fernandes, 93) Rafael Godeiro, 94) Riacho da Cruz, 95) Riacho de Santana, 96) Riachuelo, 97) Rodolfo Fernandes, 98) Ruy Barbosa, 99) Santa Cruz, 100) Santa Maria, 101 Santana do Matos, 102) Santana do Seridó, 103) Santo Antônio, 104) São Bento do Norte, 105) São Bento do Trairi, 106) São Fernando, 107) São Francisco do Oeste, 108) São João do Sabugi, 109) São José do Campestre, 1110) São José do Seridó, 111) São Miguel, 112) São Paulo do Potengi, 113) São Pedro, 114) São Rafael, 115) São Tomé, 116) São Vicente, 117) Senador Elói de Souza, 118) Serra Negra do Norte, 119) Serra de São Bento, 120) Serra do Mel, 121) Serrinha dos Pintos, 122) Serrinha, 123) Severiano Melo, 124) Sítio Novo, 125) Taboleiro Grande, 126) Tangará, 127) Tenente Ananias, 128) Tenente Laurentino Cruz, 129) Tibau, 130) Timbaúba dos Batistas, 131) Triunfo Potiguar 132) Umarizal, 133) Upanema, 134) Venha-Ver, 135) Viçosa.

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:A29B7EB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 116/2018 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2018

RECONHEÇO a Dispensa de Licitação fundamentada inciso II do Art 24 da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, para a contratação da Pessoa Jurídica: **CEPLAME CENTRO ESPECIALIZADO EM PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO MUNICICPAL E EMPRESARIAL EIRELI, CNPJ: 27.073.834/0001-83, no valor global estimado de R$ 1.120,00 (um mil, cento e vinte reais)**, referente ao **SERVIÇO** pleiteado pela Secretaria Municipal de Administração de Baraúna/RN destinado à contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de capacitação, de acordo com as eventuais solicitações desse Município. RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, a Declaração de Dispensa de Licitação do Ilmo. Sr. **Adércio Fabrizio Barboza**, Secretário Municipal de Administração de Baraúna/RN, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Baraúna/RN, 16 de agosto de 2019.

LUCIA MARIA FERNANDES DO NASCIMENTO
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:B611837A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 189/2019 - GP

Portaria N°. 189/2019 - GP Bento Fernandes/RN, em 30 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre alteração da Portaria nº 023/2019 – GP de 21/01/2019.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1° - Nomear os membros que constituirão o Conselho Municipal de Defesa Civil:
a) - Senhor PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JUNIOR – Presidente (Prefeito Municipal);
b) - Senhor EVERTON RODRIGEUS DA SILCA - Vice- Presidente (Representante do Governo Municipal);
c) - Senhor GEORGE PAIVA DE OLIVEIRA – Membro (Representante da Câmara Municipal);
d) -Senhora MARIA JOSÉLIA DA CUNHA LIMA – Membro, (Representante da Câmara Municipal);
e) -Senhor MANOEL GALDINO FILHO – Membro, (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais);
f) - Senhor JOSÉ NICACIO TEIXEIRA- Membro, (Representante do Fórum de Associações Comunitárias para o Desenvolvimento local Sustentável);
g) - Senhor. JOSÉ PINHEIRO DA SILVA – Membro, (Representante da Igreja Evangélica Assembleia de Deus);
h) -Senhor FRANCISCO RONALDO DA SILVA- Membro, (Representante da Igreja Católica).
Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 023/2019-GP de 21de janeiro de 2019.
Art. 3°- A presente portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se

PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:63A98960

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°. 190/2019 - GP

Portaria N°. 190/2019 - GP Bento Fernandes/RN, em 30 de Agosto de 2019.

Dispõe sobre alteração da Portaria nº 088/2019 – GP de 25/04/2019.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1° - Alterar a composição dos membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

a) - Senhor DANILO TARGINO – CPF 872.858.354-04 – Coordenador (Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente);

b) Senhora ZENILDA FALCÃO MONTEIRO – CPF 028.776.014-63, Secretária (Representante do Governo Municipal);

c) Senhor RODRIGO DA FONSECA R SILVA – CPF 914.082.534-53 - Setor Técnico (Engenheiro Civil);

d) Senhor WENDELL BATISTA DE SOUZA – CPF 040.897.644-67 - Representante Setor Operacional (Guarda Municipal);

e) Senhor JOSE RENAN VIANA DE LIMA – CPF 085.773.044-42 – Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Urbanos (Representante Setor Operacional);

f) Senhor MARILIA GABRIELLA ALVES BEZERRA CAVALCANTE CAMPOS – CPF 065.821.384-99 – Secretário Municipal de Saúde (Representante Setor Operacional).

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 088/2019-GP de 25 de abril de 2019.

Art. 3° A presente portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se

PAULO MARQUES DE OLIVEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:D52D6051

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO Nº 116

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3663 – **DISPENSA DE LICITAÇÃO:** 57/2019 - **CONTRATO** Nº 116
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE; CNPJ Nº 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: M I DE OLIVEIRA; CNPJ: 02.612.759/0001-50
OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de pães para as Secretarias Municipais de Saúde; Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda de Boa Saúde/RN
VALOR TOTAL: R$ 8.015,00 (oito mil e quinze reais)
DATA DE ASSINATURA: 11/09/2019
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 11/09/2019 a 31/12/2019
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II e Art .55 da Lei nº 8666/93.
DAS ASSINATURAS: Pela Contratante: a Sr.ª Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita. Pela Contratada: o Sr. Maria Iranete de Oliveira; CPF n° 852.872.704-10
Testemunhas: assinaturas no termo de contrato

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:1968D1BE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2019

PROCESSO: 3698/2019
BASE LEGAL: É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, III, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores em conformidade conforme parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
OBJETO: Contratação do show musical da banda Zé Sanfoneiro e Zé Filho, durante as comemorações da Festa do Padroeiro São Mateus, dia 21 de setembro de 2019, no Córrego de São Mateus em Boa Saúde/RN.
NOME DO CREDOR: J M J PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, CNPJ Nº 19.395.196/0001-99, com endereço à Rua José Luan Ângelo de Lima,13, Alto do Triângulo, Angicos/RN – CEP: 59.515-00
VALOR TOTAL: R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Data:11/09/2019
RATIFICAÇÃO: Maria Edice Francisco e Félix- Prefeita

Publicado por:
Ana Carolina dos Santos Costa
Código Identificador:FA496E30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PP 015/2019 SRP

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 015/2019
Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da comissão, referente à Licitação Pregão Presencial para registro de preço nº 015/2019.Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE**. Empresas vencedoras: empresas É **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**, TORNA PÚBLICO, QUE FOI CONSIDERADA VENCEDORA AS SEGUINTES EMPRESAS: COMERCIAL T&T EIRELI-ME, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 05.009.904/0001-00 vencedora dos itens 17, 23, 85, 86, 100, 122, 123, 142, 151, 152, 153, 154, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 174, 176, 190, 191 e 198 no valor global de R$ 19.738,00 (dezenove mil setecentos e trinta e oito reais); CÂMARA CASCUDO COMERCIO DE ATACADO LTDA EPP, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 15.160.493/0001-02 vencedora dos itens 03, 06, 25, 32, 67, 68, 76, 79, 88, 92, 93, 97, 99, 102, 131, 132, 135, 137, 138, 138, 144, 149, 155, 168, 173, 177, 192, 201 e 204 no valor global de R$ 156.938,50 (cento e cinqüenta e seis mil novecentos e trinta e oito reais e cinqüenta centavos); RADIANY F MALHEIRO ME , inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 21.565.342/0001-29 vencedora dos itens 05, 07, 09, 11, 13, 14, 15, 20, 21, 26, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 47, 49, 54, 56, 57, 60, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 87, 89, 90, 94, 95, 96, 98, 106, 111, 112, 117, 120, 124, 125, 126, 130, 133, 134, 136, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 156, 157, 160, 163, 171, 179, 187, 195, 196, 202, 203 e 206 no valor global de R$ 98.213,10 (noventa e oito mil duzentos e treze reais e dez centavos) ;MARCO A.B DE MELO , inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 03.911.717/0001-83 vencedora dos itens 19 , 33 e 37 no valor global de R$ 16.520,00 (dezesseis mil quinhentos e vinte reais);A M DOS SANTOS AS SILVA-ME, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 23.212.488/0001-16 vencedora dos itens 01, 02, 04, 08, 10, 12, 18, 22, 24, 27, 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 55, 58, 59, 61, 62, 77, 82, 83, 84, 91, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 127, 128, 129, 140, 150, 158, 159, 169, 170, 172, 175, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 189, 193, 194, 197, 199, 200, 205 e 207 no valor global de R$ 60.560,20 (sessenta mil quinhentos e sessenta reais e vinte centavos) .já os itens 16 e 53 foram considerados fracassados. Prazo De execução:12 meses.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:A056258F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO TP 03/2017

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO
TOMADA DE PREÇOS N° 000003/2017
TOMADA DE PREÇOS – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Brejinho/RN – CONTRATADO (A): SP CONSTRUÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.029.248/0001-50– OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA. QUAIS SEJAM: COLETA REGULAR DE RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS; COLETA E TRANSPORTE REGULAR DE RESÍDUOS DE VOLUMOSOS; COLETAS E TRANSPORTE DE PODA VARRIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS; CAPINAÇÃO MANUAL E PINTURA DE MEIO-FIO; CATAÇÃO MANUAL E TRANSBORDO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS – DA REDUÇÃO DO VALOR -Fica aditivado a redução valor de originalmente estabelecido R$ 76.577,17 (setenta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e dezessete centavos) mensais, sendo aditivado para R$ 60.650,36 (sessenta mil seiscentos e cinqüenta reais e trinta e seis centavos).

Brejinho/RN , 22 de Agosto de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:19ACA985

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADITIVO TP 02/2019

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO
TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019
TOMADA DE PREÇOS – CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Brejinho/RN – **CONTRATADO (A): PLANO A SERVIÇOS EIRELI EPP** inscrita no CNPJ/MF, sob o nº **23.249.596/0001-63** – **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA – PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES AVELINO MATIAS , NO MUNICÍPIO DE BREJINHO – RN** – **DO VALOR:** Fica aditivado o valor global originalmente estabelecido em R$ 63.833,14 (sessenta e três mil oitocentos e trinta e três reais e quatorze centavos), sendo aditivado para **R$ 79.524,66 (setenta e nove mil quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e seis centavos)., sedo aditivado o valor de R$ 15.691,52 (quinze mil seiscentos e noventa e um reais e cinqüenta e dois centavos).**– **ORIGEM DOS RECURSOS:** Natureza da despesa: 27.812.0081.1.058 – cobertura de quadra(Ginásio Avelino Matias).Unidade de despesa: 02.11 Secretaria Municipal de Desporto e Lazer Fonte: 1001000Elemento de Despesa:4.4.90.51.00– **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, §1°, inciso VI da Lei Federal n°. 8.666/93.

Brejinho/RN , 01 de Agosto de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito

Publicado por:
Helton Luiz da Silva Dias
Código Identificador:FDA2D8D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 195-2019-GP.

PORTARIA Nº 195-2019-GP.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO ESPECIFICADO.

O Prefeito Municipal de Brejinho/RN, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos da Lei Municipal 013/1997, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Licença Prêmio a Servidora Edna Cristina da Trindade Silva, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período compreendido entre 16 de setembro de 2019 a 16 de dezembro de 2019.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Publique-se. Cumpra-se

AV: Antônio Alves Pessoa, 1066, Centro, Gabinete do Prefeito Municipal de Brejinho/RN, em 11 de setembro de 2019.

JOÃO BATISTA GOMES GONÇALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Paulino Alves
Código Identificador:C46F2942

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2019-SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2019-SRP

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de Material Eletrico para atendimento às diversas Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte, conforme as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2019-SRP.**
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados através da Portaria nº 077/2017, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO"**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, visando a execução do objeto acima em epígrafe, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.devendo ser observadas as seguintes disposições: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**De 13/09/2019 das 08h00min até às 08h59min do dia 25/09/2019. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:**Dia 25/09/2019, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:**Às 09h30min do dia 25/09/2019. **LOCAL/SITE:**www.portaldecompraspublicas.com.br.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITALE SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE, situada à Rua São Pedro, sn, Centro, Caiçara do Norte/RN, no horário de 08h00min as 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou solicitado através do e-mail: cplpmcn@gmail.com.

Caiçara do Norte/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDSON GOMES
Pregoeiro

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:D8DFF458

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019-SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019-SRP

OBJETO: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de Gêneros Alimenticios para atendimento às Secretarias Municipais de Saúde e Assitencia Social do Caiçara do Norte, conforme as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2019-SRP.**
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados através da Portaria nº 077/2017, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **"PREGÃO ELETRÔNICO"**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, visando a execução do objeto acima em epígrafe, conforme descrito neste Edital e seus Anexos. devendo ser observadas as seguintes disposições: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**De 13/09/2019 das 08h00min até às 08h59min do dia 26/09/2019. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:**Dia 26/09/2019, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:**Às 09h30min do dia 26/09/2019. **LOCAL/SITE:**www.portaldecompraspublicas.com.br.**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITALE SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE, situada à Rua São Pedro, sn, Centro, Caiçara do Norte/RN, no horário de 08h00min as 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou solicitado através do e-mail: cplpmcn@gmail.com.

Caiçara do Norte/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDSON GOMES
Pregoeiro

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:A46D315D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS - PP 018/2019

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

Licitação: *Pregão Presencial com Registro de Preços nº 018/2019*

Tipo: *Menor Preço por item.*

Objeto: *AQUISIÇÃO FUTURA COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO EM REPAROS E CONSTRUÇÃO EM VÁRIAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.*

Empresa Vencedora:

KAIO W. R. BEZERRA – EIRELI - ME, CNPJ: 26.308.816/0001-70 *com o valor global de* ***R$ 244.828,21 (Duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos).***

Data: *11 de setembro de 2019.*

Pregoeiro oficial
Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:2FC48E4D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DESPACHO - PP 018/2019

DESPACHO

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento, através de seu Parecer do dia 11 de setembro de 2019, indicou como vencedora da Licitação – Pregão Presencial com Registro de Preços nº 018/2019, a Empresa ***KAIO W. R. BEZERRA – EIRELI - ME, CNPJ: 26.308.816/0001-70*** *com o valor global de* ***R$ 244.828,21 (Duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos),*** para *AQUISIÇÃO FUTURA COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO EM REPAROS E CONSTRUÇÃO EM VÁRIAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE*. Consta-se também que não houve aquisição dos itens: 15468, 15469, 15470, 15488, 15524, 15525, 15537, 15556, 15557, 15585, 15586, 15587, 15625, 15676, 15678, 15686 e 15687, sendo estes declarados **FRACASSADOS.**

Após a devida publicação no quadro de avisos da entidade, como também após o prazo estabelecido para recursos e não registrando algum, dá-se o referido Despacho, para em seguida adjudicar o resultado.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 11 de setembro de 2019.

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:FBFEC965

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PP 018/2019

EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento, através de seu Parecer do dia 11 de setembro de 2019, vem por meio deste, **ADJUDICAR** o objeto da Licitação – Pregão Presencial com Registro de Preços nº 018/2019, a Empresa ***KAIO W. R. BEZERRA – EIRELI - ME, CNPJ: 26.308.816/0001-70*** *com o valor global de* ***R$ 244.828,21 (Duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais e quarenta e um centavos),*** para *AQUISIÇÃO FUTURA COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA USO EM REPAROS E CONSTRUÇÃO EM VÁRIAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE*, e em seguida, dá-se o referido Despacho, para as demais deliberações do Exmo. Prefeito Municipal.

Caiçara do Rio do Vento/RN, em 11 de setembro de 2019.

Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:2F284F74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 033/2019

Portaria de Diária nº 033/2019.

Concede diária ao servidor e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 03 de 06 de abril de 2017.

Resolve:

Conceder 2 e ½ (duas e meia) diárias ao Sr. **Felipe Muller**, Prefeito deste município, no valor unitário da diária R$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 1.250,00 (mil, duzentos e cinquenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Natal/RN, para a cidade de Brasília/DF, com o objetivo de **Participar de reuniões com Senadores e Deputados Federais em busca de recrutamento de recursos por meio de emendas parlamentares para realizar ações de incrementos e melhorias no Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, a ser realizada no período de 17 a 19 de setembro de 2019, em Brasília/DF.**

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Caiçara do Rio do Vento em, 10 de setembro de 2019.

FELIPE MÜLLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Baubino
Código Identificador:2B2B4894

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONTRATAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO SISTEMA "S"

Ref. Processo Licitatório MC/RN nº 2019.07.11.0047
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO SISTEMA "S".

TERMO DE DISPENSA Nº 070/2019

1 - Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.
2 - HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto respectivo à empresa **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI**, portador no CNPJ 03.784.680/0001-70, perfazendo a importância global de R$ 34.060,00, (trinta e quatro mil e sessenta reais).
3 - DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 24, XIII da Lei n° 8.666/93, à **CONTRATAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO SISTEMA "S",** a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial retificada, as necessidades da **Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.**
4 - DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Caicó/RN, 11 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal de Caicó

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:F484EE7D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO REF. PROCESSO LICITATÓRIO SMSC/RN Nº 190729559

O Município de Caicó/RN, através do Pregoeiro Oficial da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente instituído pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, através da Portaria Municipal nº 231/2019, torna público que realizará certame licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2019**, tipo Menor Preço, adjudicação por item, destinado ao **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MOTOS** DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: **25 de setembro de 2019, às 08:00h (horário local).** LOCAL: Na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Homero Alves, s/n, Conj. Vila do Príncipe, Caicó/RN, CEP: 59.300-000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação da SMS, das 08:00 às 12:00 horas, no endereço acima mencionado e e-mail: licitacaosms@hotmail.com. O Edital está disponível no sítio virtual: www.caico.rn.gov.br.

Caicó/ RN, 11 de setembro de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro da SMSC

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:EF885F07

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO SMSC/ RN N° 190904574 - INEXIGIBILIDADE Nº 031/2019

AVISO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO SMSC/ RN n° 190904574 - INEXIGIBILIDADE Nº 031/2019
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, art.25, *caput*

O **MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**, através da CPL designada por meio da Portaria nº 231/2019, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura de Credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas que executem procedimentos **avaliação pré-operatória e procedimentos cirúrgicos** no âmbito do município de Caicó/RN, para prestação de serviços de Média Complexidade, na especialidade em Otorrinolaringologia**. O recebimento da DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO se dará no período de 16 de setembro de 2019 à 16 de setembro de 2020, das 08:00 às 13:00 horas (**de segunda a sexta-feira, em dias úteis (dias em que houver expediente no Município de Caicó/ RN), na sala da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caicó/ RN, com sede na Rua Homero Alves, s/n, Bairro Vila do Príncipe. O Edital contendo maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na Sala das Licitações da Prefeitura Municipal, situada na Rua Homero Alves, Bairro Vila do Príncipe, Caicó/RN e no sítio www.caico.rn.gov.br.

Caicó/RN, 11 de setembro de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro/ Presidente da CPL SMS

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:B1489EC1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP- 084-2019 - AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTAL HOSPITALAR E INSUMOS PARA SALA DE VACINA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES BÁSICAS E HOSPITALAR DESTE MUNICÍPIO.

Ref. Pregão Presencial nº 084/2019 - Processo Licitatório SMSC/RN nº 190829564

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caicó/RN, através do Pregoeiro Oficial da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente instituída pelo Exmo. Sr. Prefeito

Municipal, através da Portaria Municipal nº 231/2019, torna público que realizará certame licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 084/2019**, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, visando o Registro de Preços para "aquisição de instrumental hospitalar e insumos para sala de vacina, para atender a demanda das unidades básicas e hospitalar deste município". DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES: **CREDENCIAMENTO, PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**: **26 de setembro de 2019, às 08:00 h (horário local).** LOCAL: Na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua Homero Alves, s/n, Conj. Vila do Príncipe, Caicó/RN, CEP: 59.300-000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação da SMS, das 08:00 às 12:00 horas, no endereço acima mencionado e e-mail: licitacaosms@hotmail.com. O Edital está disponível no sítio virtual: www.caico.rn.gov.br.

Caicó/RN, 11 de setembro de 2019.

FABRIZIO DANTAS DE MEDEIROS
Presidente/Pregoeiro da SMSC.

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:AAE28F30

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PP 085/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE PRÉ-MOLDADOS

REF. PROCESSO LICITATÓRIO MC/ RN n° 2019.08.02.0039

AVISO DE LICITAÇÃO/ EXTRATO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, devidamente instituído pelo Senhor Prefeito Municipal através da Portaria Municipal, torna público que realizará certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 085/2019, tipo MENOR PREÇO por ITEM. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE PRÉ-MOLDADOS.** DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: 25 de setembro de 2019, às 08:00 horas (horário local). LOCAL: Na Sala de Licitações do Centro Administrativo/Prefeitura Municipal de Caicó/RN, situada na Av. Cel. Martiniano, 993 – Centro, Caicó/RN, CEP: 59.300-000. INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação, de 08:00 às 12:00 horas, endereço acima citado ou pelo e-mail: cpl-caico@hotmail.com. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.caico.rn.gov.br.

Caicó – RN, 11 de setembro de 2019.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Presidente da CPL

Publicado por:
Tiago Douglas Cavalcante Carneiro
Código Identificador:D8365341

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 016/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 016/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **HANDERSON SÉRGIO ARAÚJO – CPF: 046.237.014-33;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 016/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **HANDERSON SÉRGIO ARAÚJO – CPF: 046.237.014-33** – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:B59EA050

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 056/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 056/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **R F SERVIÇOS MEDICOS LTDA - ME – CNPJ: 05.975.779/0001-84;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 056/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **R F SERVIÇOS MEDICOS LTDA - ME – CNPJ: 05.975.779/0001-84**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:E9FAA221

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 054/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 054/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **RAIANE ARAÚJO DE FIGUEIREDO – CPF: 016.930.394-27;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 054/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **RAIANE ARAÚJO DE FIGUEIREDO – CPF: 016.930.394-27** – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:D934DB79

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 066/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 066/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **VANESSA CHRISTINNE DE ARAÚJO ANSELMO – CPF: 060.486.294-60;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 066/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **VANESSA CHRISTINNE DE ARAÚJO ANSELMO – CPF: 060.486.294-60** – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:6B9117B2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **AMANDA DAYANE BATISTA FERNANDES – CPF: 014.610.334-38;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 022/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **AMANDA DAYANE BATISTA FERNANDES – CPF: 014.610.334-38** – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:91828508

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 028/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 028/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **ANNY CLARISSE MEDEIROS FREITAS – CPF: 098.056.164-79;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 028/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **ANNY CLARISSE MEDEIROS FREITAS – CPF: 098.056.164-79**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:80AAD7ED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 026/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 026/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **ANDREILDA ARAUJO MEDEIROS – CPF: 011.937.584-24;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 026/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **ANDREILDA ARAUJO MEDEIROS – CPF: 011.937.584-24**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:FA0A6D37

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 063/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 063/2019
CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **SILENE JALES DE MEDEIROS – CPF: 082.404.254-96;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 063/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **SILENE JALES DE MEDEIROS – CPF: 082.404.254-96**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:90C170CB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 045/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 045/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **MARIA JANNINFER DA SILVA – CPF: 068.444.574-30;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 045/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **MARIA JANNINFER DA SILVA – CPF: 068.444.574-30**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:E926EDFF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 058/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 058/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **ROBERTA MARIA DE ARAÚJO – CPF: 937.305.194-68;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 058/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **ROBERTA MARIA DE ARAÚJO – CPF: 937.305.194-68** – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:16880ECE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 053/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 053/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **PRISCILA LOPES DE MEDEIROS SILVA – CPF: 089.536.124-89 – CPF: 009.988.844-05;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 053/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **PRISCILA LOPES DE MEDEIROS SILVA – CPF: 089.536.124-89**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:FAB44406

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **ALINE PEREIRA DE MEDEIROS – CPF: 057.674.274-02;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 021/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **ALINE PEREIRA DE MEDEIROS – CPF: 057.674.274-02**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:584B7AF5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 048/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 048/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **KARIBELE BATISTA TEIXEIRA – CPF: 071.710.094-40;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 048/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **KARIBELE BATISTA TEIXEIRA – CPF: 071.710.094-40**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:6EB799D9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 037/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 037/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **GABRIELA CRISTINA BEZERRA DE MACÊDO – CPF: 069.292.584-82;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 037/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **GABRIELA CRISTINA BEZERRA DE MACÊDO – CPF: 069.292.584-82**– pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:AD5C8612

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 050/2019

PROCESSO CAICÓ/RN Nº 190816565 - INEXIGIBILIDADE Nº 028/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 050/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **NARJARA ALVES DA SILVA – CPF: 076.600.934-36;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 050/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **NARJARA ALVES DA SILVA – CPF: 076.600.934-36** – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:7DD65847

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 019/2019

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 019/2019

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; CREDENCIADA: **ADALZINETE DA SILVA PEREIRA - CPF: 027.340.264-14;** OBJETO: **Credenciamento de Profissionais da área de Saúde para execução dos seus respectivos processos de trabalho,** para atuar como plantonistas, de Pessoas Físicas e Jurídicas (empresas e microempresas) para prestação dos serviços profissionais ao CER – Centro Especializado em Reabilitação, Estabelecimento de Saúde para atendimento Regional, vinculado a Secretaria de Saúde do Município de Caicó/RN **do Termo de Credenciamento nº 019/2019**; VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 02 de março de 2020; SUBSCRITORES: Robson de Araújo - pelo Credenciante e **ADALZINETE DA SILVA PEREIRA** – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 02 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabrízio Dantas de Medeiros
Código Identificador:10157851

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 703, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

DECRETO Nº 703, de 11 de setembro de 2019.

Dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários vencidos no Município de Caicó – RN e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, em atenção ao disposto nos artigos 53 a 58, todosda Lei n.º 4.620, de 02 Outubro de 2013.
DECRETA:

Art. 1º -Os créditos tributários vencidos há mais de 60 (sessenta) dias, no caso do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, e vencidos até 31 de dezembro do exercício anterior ao da concessão do parcelamento, nos demais tributos, inscritos ou não em Dívida Ativa, poderão ser parcelados em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas.

§1º-Para fins deste Decreto, considera-se crédito tributário a soma do tributo, das multas e dos juros de mora, na forma da legislação em vigor.

§2º- O montante do crédito será atualizado monetariamente até a sua liquidação, acrescido de multa e juros de mora.

§3º- O crédito tributário objeto de parcelamento, após consolidado, sujeitar-se-á a variação mensal de 1% (um por cento) a título de juros, vedado qualquer outro acréscimo, salvo nos casos de atraso no pagamento.

§4º-Nos casos de parcelamentos de créditos fiscais já ajuizados, os honorários devidos aos procuradores jurídicos do Município, bem como as custas judiciais serão pagos pelo executado separadamente, na forma que dispuser o Regulamento da Procuradoria Geral do Município.

§5º-Os valores de honorários de que trata o §4º deste artigo serão recolhidos em documento à parte e poderão ser parcelados em até 06 (seis) parcelas.

§6º -Fica concedido o desconto de sessenta por cento (60%) dos acréscimos (Juros e Multas de mora), desde que o crédito fiscal seja recolhido em cota única.

Art. 2º- O Parcelamento de que trata este Decreto dar-se-á a pedido contribuinte, por intermédio de requerimento dirigido ao Secretário Municipal de Tributação e Finanças.

Parágrafo Único - O parcelamento de crédito fiscal inscrito em Dívida Ativa será requerido diretamente na Procuradoria Geral do Município, que após a formalização do acordo encaminhará para a Secretaria Municipal de Tributação e Finanças para procedimentos de formatação e controle.

Art. 3º- A opção pelo parcelamento implica:

I – confissão irrevogável e irretratável dos créditos fiscais;

II – a expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos créditos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III – a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas pela Secretaria Municipal de Tributação e Finanças e pela Procuradoria Geral do Município, inclusive a cobrança por meio de banco credenciado.

§1º - Havendo procedimento judicial em que o Município figure como sujeito passivo, a comprovação do cumprimento da exigência do inciso II dar-se-á com a juntada de Certidão do Pedido de Desistência da Ação e do pagamento das despesas judiciais respectivas, se for o caso.

§2º - Em se tratando de créditos fiscais inscritos na Dívida Ativa e ajuizados, o requerente deve, igualmente, comprovar o protocolo do Pedido de Desistência Irrevogável quanto aos recursos e embargos que houver apresentado no Feito.

Art. 4º- São requisitos indispensáveis à formalização do Parcelamento:

I – requerimento padronizado, conforme previsto no artigo 2º deste Decreto, assinado pelo devedor ou seu representante legal, com poderes especiais, nos termos da lei, devidamente comprovado mediante a juntada do respectivo instrumento de mandato;

II – cópia do Contrato Social e aditivos, se pessoa jurídica, que permitam identificar os responsáveis pela representação da empresa;

III – cópias da Cédula de Identidade, CPF e de documento que comprove sua residência, todos em relação ao Requerente;
Parágrafo Único - Em caso de créditos fiscais em cobrança judicial, a execução fiscal somente será suspensa após a homologação do Parcelamento.

Art. 5º– A Secretaria Municipal de Tributação e Finanças efetuará análise da situação econômica e financeira do contribuinte para fixação do número de parcelas.

Parágrafo Único–Para efeito deste artigo, deverá ser respeitado o valor mínimo de R$ 50,00 (cinquenta reais) por parcela para contribuintes Pessoa Física, e R$ 100,00 (cem reais) para contribuintes Pessoa Jurídica, excluindo-se desse valor o correspondente à Taxa de Emissão de Documento de Arrecadação Municipal.

Art. 6º -O parcelamento será automaticamente cancelado:

I – Pela inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas neste Decreto;

II – Em caso de declaração de insolvência, da decretação de falência, de extinção ou pela liquidação de pessoa jurídica;

III – Pela prática de qualquer procedimento que oculte operações ou prestações tributáveis;

IV – Em caso de inadimplência por 03 (três) meses, consecutivos ou não, relativo às parcelas do parcelamento;

V – Por cancelamento, de ofício, de inscrição do Cadastro Mercantil de Contribuintes;

VI – Pela emissão de documentos fiscais inidôneos.

§1º - A rescisão do acordo celebrado nos termos do parcelamento implicará na imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, além dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores, devendo o processo, se for o caso, ser remetido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para inscrição na Dívida Ativa do Município e início da respectiva execução fiscal.

§2º - A rescisão a que se refere o parágrafo anterior produzirá seus efeitos depois de cientificado o contribuinte.

§3º - Da decisão que excluir o optante pelo parcelamento, caberá recurso, com efeito suspensivo, ao Secretário Municipal de Tributação e Finanças, no prazo de 10 (dez) dias, que se pronunciará em 05 (cinco) dias.

§4º - Para fins do disposto no inciso IV do*caput*deste artigo, não serão considerados os atrasos no pagamento inferiores a 30 (trinta) dias;

Art. 7º– A fruição dos benefícios de que trata este Lei não confere direito à restituição ou compensação de importâncias já pagas a qualquer título.

Art. 8º– Homologado o acordo, o contribuinte tem direito a receber Certidão Fazendária Positiva com Efeito de Negativa, enquanto se mantiver adimplente com o parcelamento e com as demais obrigações tributárias exigidas na legislação.

Art. 9º– Em caso de reparcelamento, o número de parcelas não excederá aquelas remanescentes, e somente será concedido mediante entrada de cinquenta por cento (50%) do valor total remanescente, exceto em casos excepcionais, a juízo do Secretário Municipal de Tributação e Finanças, devidamente justificado por meio de Despacho fundamentado.

Art. 10– Nos casos de sucessão ou incorporação, os sucessores e incorporadores assumem os débitos referentes ao parcelamento.

Art. 11 –Não será permitido em hipótese alguma a concessão de parcelamento de crédito tributário decorrente de tributo retido na fonte.

Art. 12 -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 -Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:5FB3B815

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 901/2019

PORTARIA Nº. 901 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2019.09.02.0036**.

R E S O L V E:
Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária **MARIA DO SOCORRO VERAS DE LIMA,** Professora PEM-LP/EII, matrícula nº 1.1912, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:F9D6C054

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 902/2019

PORTARIA N° 902 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o **Processo nº 2019.07.29.0137,**

R E S O L V E:

Art.1º - **CONCEDER MUDANÇA DE NÍVEL DO QUADRO DO MAGISTÉRIO,** de **Professora PEM- LP/EII** para **PEM-M** a funcionária **ANA VILMA DE MEDEIROS PEREIRA**, **Matrícula n° 1.4790**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:AB1C4BFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 903/2019

PORTARIA N° 903 / 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, art. 57, inciso V;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **GORGONIO PÃES DE BULHÕES,** Operador de Sistema, matrícula nº 1.5477, para Fiscalizar os Contratos firmados oriundo do Pregão nº 081/2019, referente ao Processo Licitatório nº 2019.05.20.0045 – Aquisição de Material Permanente de Informática, em nosso Município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**,** revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

VALESKA SALVINO LEITE
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ronan Fernandes de Morais
Código Identificador:CCD0C59F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 018/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO REDONDO – RN, no uso de suas atribuições, considerando a homologação final do resultado do Concurso Público pelo Decreto n° 003/2019, para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Campo Redondo e considerando a Portaria nº 193/2019-GP, **CONVOCA** os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no ANEXO I deste edital, com vistas à nomeação e posse do respectivo cargo efetivo, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS
1. O candidato relacionado no Anexo I deste edital, após receber a convocação, deverá comparecer no prazo de 15 dias na Secretaria Municipal de Administração, com sede no Centro Administrativo "Dr. José Alberany de Souza", situada na Rua José Francisco de Souza, 04 – Centro, Campo Redondo/RN, CEP: 59.230-000 – Telefone: 84-3432-0102, no horário compreendido entre 08:00h às 13:00h, para entregar a relação de documentos e exames, conforme anexos II e III, sob pena de desclassificação do presente concurso, em cumprimento às regras estabelecidas no edital nº 001/2018 – Prefeituras e Câmaras Municipais do Trairi/Agreste Potiguar.

1.1. O(a) candidato(a) convocado, que não quiser ser nomeado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados, mediante requerimento a ser apresentado à Secretaria de Administração dentro do prazo de sua convocação.

1.2. O(a) candidato(a) após entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital, irá ser submetido, de imediato, a Comissão Permanente de Acompanhamento do Concurso Público instituída pela portaria nº 046/2019-GP que terá a responsabilidade de validar os documentos de aptidão admissional apresentados pelo(a) candidato(a).

1.3. Os exames médicos de aptidão admissional apresentados pelo(a) candidato(a) serão validados pela Junta Médica do Município.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do(a) convocado(a) e, consequentemente, a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o(a) candidato(a) foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS
2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente, acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentes exigidos, o Município de Campo Redondo irá convocar os classificados e aprovados no referido concurso público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado, e em seguida, passará por uma junta médica no município.

DOS ATOS DA NOMEAÇÃO
3. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria, a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN.

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes no Anexo II e III, deste edital, o(a) candidato(a) deverá se apresentar no decorrer dos 15 dias contados a partir da publicação do mesmo, à Secretaria Municipal de Administração para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

Campo Redondo/RN, 11 de setembro de 2019.

ADELLY MAYANY MARTINS DANTAS
Secretária

ANEXO I

CANDIDATOS CONVOCADOS DO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N°. 001/2018

CLASSIFICAÇÃO	CONVOCADO	CARGO	LOTAÇÃO INICIAL
7º	ANTÔNIO PEREIRA LEITE	PROFESSOR - MATEMÁTICA	Secretaria Municipal de Educação

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. Assinatura do pré-cadastro funcional a ser realizado no ato da apresentação;
2. Cópia de Documento de Identificação com foto, acompanhado com a original;
3. Cópia de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, acompanhado com o original;
4. Comprovante de residência atualizado dos últimos 03 (três) meses em nome do(a) candidato(a) ou declaração de residência com firma reconhecida.
5. Certificado/Diploma/Declaração de Conclusão do nível de escolaridade exigido no edital do concurso, para o cargo na qual foi aprovado;
6. Assinar, no ato da apresentação dos documentos, declaração de acumulação de cargo, emprego ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa, bem como de que não recebe proventos de aposentadoria ou remuneração de cargos, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previsto na Constituição Federal. Em caso positivo, apresentar provas do cargo, emprego ou função do outro órgão ao qual tem vínculo;
7. Apresentar cópia da ultima declaração de Imposto de Renda apresentada à Secretaria da Receita Federal, acompanhada do respectivo recibo de entrega e das atualizações e/ou complementações, ou, no caso do(a) admitido(a) não ser declarante, assinar no ato da apresentação a declaração de bens e valores;
8. Duas fotos 3x4 recentes;
9. Documento de inscrição no PIS ou PASEP (se houver);
10. Certidão Negativa de antecedentes Criminais da Justiça Estadual, Federal e Eleitoral de 1° e 2° instância;
11. Declaração de Quitação Eleitoral com cópia e original do Título de Eleitor;
12. Declaração de quitação junto ao conselho de classe, nos cargos exigidos, conforme edital do concurso; bem como apresentação de cópia e original da carteira de inscrição do seu respectivo conselho de classe.
13. Quitação do Serviço Militar para os candidatos aprovados do sexo masculino.
14. Cópia e Original da Certidão de Nascimento e/ou Casamento do(a) candidato(a) aprovado(a)
15. Cópia e Original da(s) Certidão(ões) de nascimento dos filhos, caso possuam.
16. Cópia Legível do cartão bancário do Banco do Brasil para crédito dos valores referentes à remuneração do cargo para o qual o(a) candidato(a) será nomeado(a), caso possua conta ativa.

OBS: A falta de qualquer um dos documentos exigidos nesse edital impedirá a nomeação e posse do(a) candidato(a).

ANEXO III
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

a) Hemograma completo (incluindo plaquetas);
b) Classificação sanguínea (grupo ABO e fator RH);
c) Glicemia de jejum – validade 06 meses;
d) TGO-TGP- Gama GT – validade 06 meses;
e) Ureia e creatinina;
f) Sumário de urina e exame parasitológico de fezes;
g) Eletrocardiograma com laudo do Cardiologista;
h) Radiografia de tórax (PA/P) – com laudo do radiologista;
i) HBsAg, Anti-HBC, Anti-HBS e Anti-HCV;
j) VDRL;
l) Atestado de sanidade mental (assinado por psiquiatra);
m) Atestado de saúde física realizado por um Médico do Trabalho, bem como o candidato aprovado para a vaga de Portador de Necessidades Especiais – PNE deverá apresentar atestado comprovando a patologia.

Publicado por:
Adelly Mayany Martins Dantas
Código Identificador:B30511AE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUARETAMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃP
EXTRATO DO DISTRATO DA ARP Nº 060/2019

EXTRATO DO DISTRATO DA ARP Nº 060/2019
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUINICIPAL DE CANGUARETAMA/RN – CNPJ: 08.365.017/0001-54.
ÓRGÃO FORNECEDOR: CONCREALL COMERCIALIZAÇÃO EIRELI- EPP – CNPJ: 12.607.846/0001-73.
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 21, Inciso II, do Decreto Municipal nº 22 de 04 de julho de 2018.
DATA/DISTRATO: 09 de setembro de 2019.

Canguaretama/RN, 09 de setembro de 2019

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita
P/Órgão Gerenciador

LAYSSA MATIAS MEDEIROS
P/Órgão Fornecedor.

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:F3C7BA64

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 123/2019 - GP.

Portaria nº 123/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público ocupante de cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde de Canguaretama/RN e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:
Artigo 1º - NOMEAR a Senhora ANA CÉLIA FELIPE DE OLIVEIRA no CPF sob o nº 777.876.094.00, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde de Canguaretama/RN.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Palácio Octávio Lima, Canguaretama/RN, em 10 de setembro de 2019.
.
MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO.
Prefeita Municipal.

* Republicada por incorreção.

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:65B76CEE

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 119/2019 - GP.

Portaria nº 119/2019 - GP.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público ocupante de cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração de Canguaretama/RN e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Senhor THIAGO JOSÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 046.120.364-25, portador da Cédula de Identidade nº 10.923.063-SSP/MG, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração de Canguaretama/RN.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Palácio Octávio Lima, Canguaretama/RN, em 10 de setembro de 2019.

.
MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO.
Prefeita Municipal.

*Republicado por incorreção.

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:7A6CAEF3

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 118/2019 - GP.

Portaria nº 118/2019 - GP.

Dispõe sobre a exoneração de servidor público ocupante de cargo comissionado de Supervisor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Canguaretama/RN e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CANGUARETAMA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Senhor THIAGO JOSÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 046.120.364-25, portador da Cédula de Identidade nº 10.923.063-SSP/MG, do cargo comissionado de Supervisor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Canguaretama/RN.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Palácio Octávio Lima, Canguaretama/RN, em 10 de setembro de 2019.

.
MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO.
Prefeita Municipal.

*Republicado por incorreção.

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:93C4AE2B

GABINETE DA PREFEITA
ATO DELEGATÓRIO

GABINETE DA PREFEITA
ATO DELEGATÓRIO

Ato Delegatório

Informamos Vossa Senhoria por meio deste ATO DELEGATÓRIO DE PODERES, com finalidades estritas de comprovações junto a esta instituição financeira que a Senhora DUCILEIDE PINHEIRO ROMUALDO, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 466.315.854-49 DESIGNADA para ocupar o cargo de TESOUREIRA vinculado à Secretaria Municipal de Saúde no âmbito de Canguaretama/RN inscrita no CNPJ sob o nº 13.094.678/0001-22 que exercerão de forma conjunta assinar os pagamentos juntamente com a Secretária Municipal de Saúde com supedâneo na Portaria nº 126/2019 – GP publicada no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN. Os Poderes a serem cadastrados são os seguintes:
Emitir cheques
Abrir contas de depósito
Autorizar cobrança
Utilizar o crédito aberto na forma e condições
Receber, passar recibo e dar quitação
Solicitar saldos e extratos
Requisitar talonários de cheques
Autorizar débito em conta relativo a operações
Retirar cheques devolvidos
Endossar cheque
Requisitar cartão eletrônico
Sustar/contra-ordenar cheques
Cancelar cheques
Baixar cheques
Efetuar resgates/aplicações financeiras
Cadastrar, alterar e desbloquear senhas
Efetuar saques - conta corrente
Efetuar saques - poupança
Efetuar pagamentos por meio eletrônico
Efetuar transferências por meio eletrônico
Consultar contas/aplicação de programas repasse recursos
Liberar arquivos de pagamentos no AASP
Solicitar saldos/extratos, exceto investimentos
Solicitar saldos/extratos de investimentos
Solicitar saldos/extratos de operações de crédito
Emitir comprovantes
Efetuar transferência p/ mesma titularidade por meio eletrônico
Encerrar contas de deposito
Consultar obrigações do débito direto autorizado

Atenciosamente,

MARIA DE FÁTIMA BORGES MARINHO
Prefeita

Canguaretama/RN, 11 de setembro de 2019.

Ilustríssimo Senhor
M.D. Gerente do Banco do Brasil
Agência de Canguaretama/RN

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:629FB666

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO A LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2019

O Pregoeiro Oficial do Município de Caraúbas, no uso de suas atribuições legais, torna público que irá realizar licitação na **modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM,** no dia **26 de setembro de 2019, às 09:00h** (horário de Brasília) no Portal de Compras do Governo Federal – **www.comprasgovernamentais.gov.br**. **OBJETO: Contratação de pessoa jurídica visando a aquisição de 01 (um) caminhão trucado com tração 6x2 – equipado com tanque reservatório (pipa).** Solicitação de edital na sede da prefeitura no horário de atendimento de 07:00 as 13:00 ou licitacaopmcaraubas@gmail.com.

Caraúbas-RN, 11 de setembro de 2019

GIRLEUDO GOMES DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:D50CE906

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 859 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 859 de 10 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **Andy Pereira de Castro** categoria funcional **Guarda Municipal**, integrante do quadro de pessoal da **Secretaria Municipal da Defesa Social**, Licença Prêmio de 03 (três) meses, referente ao **Segundo Período** aquisitivo a contar de 10/09/2019 a 09/12/2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 10 de setembro de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:168EF8A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 860 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 860 de 10 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Exonerar **Emanoel Albuquerque dos Santos** do cargo comissionado de **Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária**.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 10 de setembro de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:1CC04CAA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 861 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 861 de 10 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Emanoel Albuquerque dos Santos**, aprovado em Concurso Público Municipal, realizado no ano de 2016, com ordem de classificação**4º lugar**, para o Cargo Efetivo de**Fiscal de Obras,**com lotação na**Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Obras**.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 10 de setembro de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:F91B3E8D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 862 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PORTARIA n.º 862 de 10 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, Artigo 39, Inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Nomear **Emanoel Albuquerque dos Santos** para ocupar o cargo Comissionado de **Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária**, com a representação de 60% do referido cargo, junto à **Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.**

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira em Ceará-Mirim/RN, 10 de setembro de 2019.

MARCONI ANTONIO PRAXEDES BARRETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neilson Franklin de Oliveira Silva
Código Identificador:8E1D9983

SAAE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 024/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 021/2019
CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN.
EMPRESA CONTRATADA: A.B. Computação Importação e Exportação Eireli (Natal Computer), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.737.691/0001-36.
OBJETO: Aquisição de um computador destinado ao atendimento das necessidades do Setor de Viabilidade Técnica desta Autarquia Municipal.
BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II, da Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores.
VALOR GLOBAL: R$ 3.324,00 -(Três mil, trezentos e vinte e quatro reais).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 22/07/2019.

ASSINATURAS: PELO CONTRATANTE: João Augusto da Cunha Melo E **PELA EMPRESA CONTRATADA:** Airton Lisboa Barreto Júnior.

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:EE086137

SAAE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 026/2018

PREGÃO PRESENCIAL C/SRP Nº 004/2017

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Ceará Mirim/RN.

EMPRESA CONTRATADA: Eletro Universal e Serviços LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 70.147.822/0001-85.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de valor contratual.

VALOR DO ADITIVO: R$ 130.707,32 - (Cento e trinta mil, setecentos e sete reais e trinta e dois centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65, § 1° da Lei 8.666/93 que regula as licitações e contratos administrativos.

ASSINATURAS: PELO CONTRATANTE: João Augusto da Cunha Melo E PELA EMPRESA CONTRATADA: José Marinaldo da Silva.

Publicado por:
Franci Oliveira Maia de Medeiros
Código Identificador:F9F4FE56

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 056/2019

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2018
Contratante: MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM
Contratada: JOZILMA MARIA DE CARVALHO EPP
Objeto: CONTRATO PARA POSTERIOR AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES.
Valor Global: R$ 217.787,55 (duzentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência: 05/09/2019 a 31/12/2019.

Assinaturas: Pela Contratada: Jozilma Maria de Carvalho
Pela Contratante: Marconi Antônio Praxedes Barretto.

Publicado por:
Yara Dantas da Silva
Código Identificador:5DF181A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 057/2019

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS N° 038/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM
Contratada: MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA - ME
Objeto: CONTRATO PARA POSTERIOR AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES.

Valor Global: R$ 182.513,65 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e treze reais e sessenta e cinco centavos)

Vigência: 05/09/2019 a 31/12/2019.

Assinaturas:
Pela Contratada: MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SILVA
Pelo Contratante: Marconi Antônio Praxedes Barretto.

Publicado por:
Yara Dantas da Silva
Código Identificador:E840FB94

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2019.

O MUNICIPIO DE CERRO CORA/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26 no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que, no próximo dia 24 de setembro de 2019, às 08h00min (horário local), fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico objetivando a Prestação dos Serviços de Locação de Banheiros Químicos, Tendas, Geradores de Energia, Iluminação, Som (Pequeno, Médio e Grande Porte), Palcos, Grid, Camarim, Mesa (Plástica), Cadeira (Plástica), Trio Elétrico, Carro de Som, Segurança, Produção e Gravação de Vinhetas, Locução, Mídia em Rádio (Local e Regional) e Divulgação em Revista Regional para realização de eventos do Município Cerro Corá/RN, de acordo com o Termo de Referência previsto, que fica como parte integrante do processo administrativo. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações e esclarecimentos: (84) 3488-2478 ou pelo E-mail: cpl.pmcerrocora@gmail.com.

Cerro Corá/RN, 11 de setembro de 2019.

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Pregoeiro

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:EB3E4491

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 025/2019

Aos 11/09/2019, após considerar os critérios legais acerca do resultado da Licitação na modalidade Pregão, do tipo Menor Preço, nº 025/2019 – PGE, destinado ao Registro de Preços, objetivando selecionar propostas de empresas especializadas na confecção de próteses dentárias totais e de próteses dentárias parciais, visando garantir acesso integral às ações de saúde bucal aos usuários do Sistema Único de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde. O pregoeiro ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo:

T DE S C CARVALHO, CNPJ 14.465.5285/0001-20

Ítem	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR – muco-suportada, indicada para reabilitar pacientes totalmente desdentados na mandíbula. Estas próteses odontológicas deverão ser confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes	120	Unidade	110,00	13.200,00
02	PROTESE TOTAL MAXILAR - muco-suportada, indicada para reabilitar pacientes desdentados no maxilar. Estas próteses odontológicas deverão ser confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes.	120	Unidade	108,00	12.960,00
03	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR – prótese parcial removível intra-oral em liga de cromocobalto, dento-muco-suportada ou dento-suportada, indicada para reabilitar pacientes parcialmente desdentados na mandíbula, confeccionados em estrutura metálica do referido metal, com dentes artificiais de resina acrílica unidos a bases, confeccionadas em resina confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebors residuais dos pacientes	120	Unidade	106,00	12.720,00
04	PROTESE PARCIAL MAXILAR - prótese parcial removível intra-oral em liga de cromocobalto, dento-muco-suportada ou dento-suportada, indicada para reabilitar pacientes parcialmente desdentados na maxila, confeccionados em estrutura metálica do referido metal, com dentes artificiais de resina acrílica unidos a bases, confeccionadas em resina confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes.	120	Unidade	104,00	12.480,00
05	Moldagem dento-gengival para construção de Prótese dentária	480	Unidade	19,00	9.120,00
06	Adaptação de Prótese Dentária	480	Unidade	17,00	8.160,00
07	Ajuste oclusal de Prótese Dentária	480	Unidade	17,00	8.160,00
08	Instalação de Prótese Dentária	480	Unidade	15,00	7.200,00
Global da Proposta (R$)					**84.000,00**

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:B27DFC34

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2019 – PGE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2019 – PGE

Aos 11/09/2019 após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Srª. **MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA**, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Eletrônico nº 025/2019 – PGE destinado ao Registro de Preços, objetivando selecionar propostas de empresas especializadas na confecção de próteses dentárias totais e de próteses dentárias parciais, visando garantir acesso integral às ações de saúde bucal aos usuários do Sistema Único de Saúde através da Secretaria Municipal de Saúde, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO
T DE S C CARVALHO, CNPJ 14.465.5285/0001-20

Ítem	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR – muco-suportada, indicada para reabilitar pacientes totalmente desdentados na mandíbula. Estas próteses odontológicas deverão ser confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes	120	Unidade	110,00	13.200,00
02	PROTESE TOTAL MAXILAR - muco-suportada, indicada para reabilitar pacientes desdentados no maxilar. Estas próteses odontológicas deverão ser confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes.	120	Unidade	108,00	12.960,00
03	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR – prótese parcial removível intra-oral em liga de cromocobalto, dento-muco-suportada ou dento-suportada, indicada para reabilitar pacientes parcialmente desdentados na mandíbula, confeccionados em estrutura metálica do referido metal, com dentes artificiais de resina acrílica unidos a bases, confeccionadas em resina confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebors residuais dos pacientes	120	Unidade	106,00	12.720,00
04	PROTESE PARCIAL MAXILAR - prótese parcial removível intra-oral em liga de cromocobalto, dento-muco-suportada ou dento-suportada, indicada para reabilitar pacientes parcialmente desdentados na maxila, confeccionados em estrutura metálica do referido metal, com dentes artificiais de resina acrílica unidos a bases, confeccionadas em resina confeccionadas com dentes artificiais de resina acrílica, unidos a base individuais confeccionadas em resina acrílica termopolimerizável, obtidas a partir de modelos de gesso tipo III que reproduz os rebordos residuais dos pacientes.	120	Unidade	104,00	12.480,00
05	Moldagem dento-gengival para construção de Prótese dentária	480	Unidade	19,00	9.120,00
06	Adaptação de Prótese Dentária	480	Unidade	17,00	8.160,00
07	Ajuste oclusal de Prótese Dentária	480	Unidade	17,00	8.160,00
08	Instalação de Prótese Dentária	480	Unidade	15,00	7.200,00
Global da Proposta (R$)					**84.000,00**

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:E85C182F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

A Resolução nº 032/2016 – TCE/RN, de 01 de novembro de 2016, vem dispor sobre a ordem cronológica de pagamento de fornecedores, regulamentando entre os jurisdicionados, a obrigação trazida pela lei nº 8.666/93. Em seu artigo 15, inciso V, a normativa admite a quebra da ordem cronológica de pagamentos, em caso de: "relevante interesse público, mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas".

Com efeito, ao fornecimento de passagens aéreas destinadas ao Gabinete do Prefeito for suspenso, ocasionara graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à regularização de pendencias deste município junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e Fundação Nacional de Saúde - FNS. Ademais, existe uma ordem de credores a receber até que, após liquidados os débitos seja suprida a demanda ora em análise. Assim sendo, por se tratar de um serviço essencial e em face do limitador financeiro atual em que o município se encontra em difícil situação de modo a honrar com todos os compromissos anteriores, solicitamos que o objeto seja retirado da ordem cronológica de pagamentos desta secretaria para que a população não seja prejudicada.

Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor EMBARQUE JÁ VIAGENS E TURISMO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº: 10.477.835/0001-90, com endereço na Av. Prudente de Morais de 4243 a 4805 – Lagoa Nova - Natal(RN). Trata-se do Empenho nº 10090001, com nota fiscal de número 00547, no valor de R$ 5.640,60 (Cinco mil seiscentos e quarenta reais e sessenta centavos), para atender as demandas do Gabinete do Prefeito.

Publique-se.

Cerro Cora/RN, 10 de setembro de 2019.

MARIA DAS GRAÇAS DE MEDEIROS OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flaviano Elis de Matos
Código Identificador:D9C2FDA0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 095/2019

LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 102 da Lei n.º 15/2001,

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 3 (três) meses de licença prêmio a servidora **TANIA CLEIDE DE AQUINO LIMA**, ocupante do cargo de A.S.G, pertencente ao quadro de servidores de cargo de provimento efetivo do Município, estando lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo Único. A licença prêmio refere-se ao período aquisitivo do ano de 01/01/2013 a 01/01/2018, a qual será usufruída entre os dias 12 de setembro de 2019 e 12 de dezembro de 2019, devendo retornar ao exercício de suas funções no dia 13 de dezembro de 2019.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 11 de setembro de 2019.

ANTÔNIO LOPES FILHO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andreia Nataliana Carvalho de Amorim
Código Identificador:86D192A0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2019

CONTRATO Nº: 036/2019

CONTRATANTE: Município de Coronel João Pessoa

CONTRATADA: CLAUDEILSON DANTAS DE SOUZA - ME

PROCESSO DE ORIGEM: Dispensa por Justificativa n.º **028/2019**

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de Carimbos e Peças de Reposição .

VALOR TOTAL: R$ 10.610,00 (**dez mil e seiscentos e dez reais**).

DOTAÇÃO: 22 - 2 . 2003 . 4 . 122 . 8 . 2.4 . 0 . 339030 - Material de Consumo.

VIGÊNCIA: 11/09/2019 à **10/09/2020**.

DATA DA ASSINATURA.....: 11 de setembro de 2019

Publicado por:
Regilanio da Silva
Código Identificador:2A179A4C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

O Fundo Municipal de Cruzeta/RN, vem tornar público o resultado do processo nº 081/2019 – Pregão Presencial 034/2019 tendo como objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de material odontológico, declarando como vencedores do certame as empresas **DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**- CNPJ: 16.826.043/0001-60 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 41, 57, 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 86, 117, 118, 125 ; totalizando o valor de **R$ 15.233,30 (quinze mil, duzentos e trinta e três reais e trinta centavos)**.
MULTIMED DENTAL EIRELI- CNPJ: 29.894.043/0001-40 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 16, 17, 58, 68, 87, 96, 101, 108, 120, 126 ; totalizando o valor de **R$ 8.310,90 (oito mil, trezentos e dez reais e noventa centavos)**.
PHOSPODONT LTDA- CNPJ: 04.451.626/0001-75 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 34, 35, 37, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 52, 55, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 81, 84, 89, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 107, 112, 114, 121, 122, 128, 129, 130, 131 ; totalizando o valor de **R$ 12.023,96 (doze mil e vinte e três reais e noventa e seis centavos)**.
RDF – DISTIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA- CNPJ: 12.305.387/0001-73 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3, 4, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 33, 36, 38, 40, 45, 48, 49, 51, 53, 56, 59, 60, 61, 63, 80, 83, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 102, 103, 105, 109, 110, 113, 115, 116, 119, 127 ; totalizando o valor de **R$ 42.838,87 (quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos)**.
SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA- CNPJ: 11.511.020/0001-43 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 6, 26, 27, 28, 29, 30, 54, 69, 111 ; totalizando o valor de **R$ 34.388,00 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais)**.

Cruzeta/RN, 11 de setembro de 2019

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:77073A06

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2019

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através da pregoeira torna público a adjudicação do Pregão Presencial nº 081/2019, referente ao PROCESSO N° 034/2019, tendo como objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de material odontológico em conformidade com o termo de referência anexo – i, do edital, que adjudicou como vencedores do certame as empresas: **DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**- CNPJ: 16.826.043/0001-60 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 2, 41, 57, 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 86, 117, 118, 125 ; totalizando o valor de **R$ 15.233,30 (quinze mil, duzentos e trinta e três reais e trinta centavos)**.
MULTIMED DENTAL EIRELI- CNPJ: 29.894.043/0001-40 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 16, 17, 58, 68, 87, 96, 101, 108, 120, 126 ; totalizando o valor de **R$ 8.310,90 (oito mil, trezentos e dez reais e noventa centavos)**.
PHOSPODONT LTDA- CNPJ: 04.451.626/0001-75 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 34, 35, 37, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 52, 55, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 81, 84, 89, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 107, 112, 114, 121, 122, 128, 129, 130, 131 ; totalizando o valor de **R$ 12.023,96 (doze mil e vinte e três reais e noventa e seis centavos)**.
RDF – DISTIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA- CNPJ: 12.305.387/0001-73 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 3, 4, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 33, 36, 38, 40, 45, 48, 49, 51, 53, 56, 59, 60, 61, 63, 80, 83, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 102, 103, 105, 109, 110, 113, 115, 116, 119, 127 ; totalizando o valor de **R$ 42.838,87 (quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos)**.
SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA- CNPJ: 11.511.020/0001-43 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 6, 26, 27, 28, 29, 30, 54, 69, 111 ; totalizando o valor de **R$ 34.388,00 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais)**.

Cruzeta/RN, 11 de setembro de 2019

HILKA TERESA CARDOSO DA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:074FCB1C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 034/2019

Homologo o resultado do procedimento licitatório supracitado, tendo como objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de material odontológico em favor das empresas: **DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**- CNPJ: 16.826.043/0001-60 , no(s) item(ns) : 2, 41, 57, 62, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 86, 117, 118, 125 ; totalizando o valor de **R$ 15.233,30 (quinze mil, duzentos e trinta e três reais e trinta centavos)**.
MULTIMED DENTAL EIRELI- CNPJ: 29.894.043/0001-40, no(s) item(ns) : 16, 17, 58, 68, 87, 96, 101, 108, 120, 126 ; totalizando o valor de **R$ 8.310,90 (oito mil, trezentos e dez reais e noventa centavos)**.
PHOSPODONT LTDA- CNPJ: 04.451.626/0001-75 , no(s) item(ns) : 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 34, 35, 37, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 52, 55, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 81, 84, 89, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 107, 112, 114, 121, 122, 128, 129, 130, 131 ; totalizando o valor de **R$ 12.023,96 (doze mil e vinte e três reais e noventa e seis centavos)**.
RDF – DISTIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA- CNPJ: 12.305.387/0001-73, no(s) item(ns) : 3, 4, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 31, 32, 33, 36, 38, 40, 45, 48, 49, 51, 53, 56, 59, 60, 61, 63, 80, 83, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 102, 103, 105, 109, 110, 113, 115, 116, 119, 127 ; totalizando o valor de **R$ 42.838,87 (quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos)**.
SAUDE DOCTOR COMERCIO LTDA- CNPJ: 11.511.020/0001-43, no(s) item(ns) : 1, 6, 26, 27, 28, 29, 30, 54, 69, 111 ; totalizando o valor de **R$ 34.388,00 (trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais)**.

Cruzeta/RN, 11 de setembro de 2019

DÉBORA JULIANE MEDEIROS DE GÓES
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Publicado por:
Hilka Teresa Cardoso da Costa
Código Identificador:AD138DB1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 218/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS
Contratada: TOPGEO TOPOGRAFIA E PROJETOS EIRELI, CNPJ 08.109.126/0001-00
Processo: 1.447/2019 – **Tomada de Preço -** 01/2019
Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia civil, para executar drenagem superficial e pavimentação em paralelepípedo de 02 ruas.
VALOR TOTAL: R$ 206.372,16 (duzentos e seis mil, trezentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos)
PERÍODO DE VIGÊNCIA: 09/09/2019 à 08/09/2020

Currais Novos, 09 de setembro de 2019

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:B06AAE63

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E AVISO DE SEGUNDA CHAMADA PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2019

O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN, através de seu Pregoeiro instituído pela Portaria nº. 566, de 30 de abril de 2019, torna público aos interessados que a licitação marcada para ser realizada no dia 11 de setembro de 2019, às 13h00min, modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2019 do tipo MENOR PREÇO por ITEM, EXCLUSIVA para ME, EPP e EQUIPARADA, visando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL LÚDICO**, não acudiu interessados, sendo considerada **DESERTA.** A segunda chamada da sessão pública acontecerá na data de 25 de setembro de 2019, às 13h00min (horário local). Na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, Rua Abílio Chacon, 346, bairro JK, Pavimento Superior da Secretaria Municipal de Saúde (Prédio do SESI) – Sala I – Currais Novos/RN, fone: (84) 3405-2704. O edital poderá ser retirado através do e-mail: pregaosms@gmail.com.

Currais Novos, 11 de setembro de 2019.

FRANCISCO FERNANDES DIAS DE MEDEIROS
Pregoeiro – PMCN

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:1DECCED2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.121, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no protocolo nº 9.901/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, a servidora **Iêda Maria Justino de Morais**, matrícula nº 1808-1, ocupante do cargo de Secretária Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia 12 de setembro de 2019 a 09 de março de 2020, referente ao decênio de 2008-2018.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 12 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:45CDCF20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.125, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no protocolo nº 8.890/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, a servidora **Maria do Socorro Dantas**, matrícula nº 1684-1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia 12 de setembro de 2019 a 09 de março de 2020, referente ao decênio de 2006-2016.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 12 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:B78B9863

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.126, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no protocolo nº 9.094/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, a servidora **Francineide Garcia de Araújo**, matrícula nº 1565-1, ocupante do cargo de Professor(a), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 12 de setembro de 2019 a 10 de dezembro de 2019, referente ao quinquênio de 2004-2009.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 12 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:F0357B48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.127, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no protocolo nº 6.764/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, a servidora **Jarnderly Lucas dos Reis**, matrícula nº 2260-1, ocupante do cargo de Professor(a), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 12 de setembro de 2019 a 09 de março de 2020, referente ao quinquênio de 1999-2004.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 12 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:F9C9CD08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.128, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 07, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no protocolo nº 3.572/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, a servidora **Francineide Fernandes Coriolano Mendes**, matrícula nº 1423-1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 03 (três) meses, a contar do dia 12 de setembro de 2019 a 10 de dezembro de 2019, referente ao quinquênio de 2012-2017.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 12 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:F329D247

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.124, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 007, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no requerimento protocolado sob nº 8.015/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, à servidora **Maria de Fátima Silva Moura**, matrícula nº 2265-1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia 12 de setembro de 2019 a 09 de março de 2020, referente ao decênio de 2009-2019.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 12 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:85583F34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.123, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando os artigos 95 e 103 da Lei Complementar nº 007, de 15 de dezembro de 2006, e tendo em vista o que consta no requerimento protocolado sob nº 6.926/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por assiduidade, à servidora **Leimar Bezerra Galvão de Andrade**, matrícula nº 1524-1, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, integrante do Quadro de Pessoal do Município de Currais Novos, pelo período de 06 (seis) meses, a contar do dia 12 de setembro de 2019 a 09 de março de 2020, referente ao decênio de 2008-2018.

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem seus efeitos produzidos a partir de 12 de setembro de 2019.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de setembro de 2019.

JONATHAS BRANDÃO MAMEDE GALVÃO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:A17B75F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO - AMANDA PAULINA PINHEIRO DE MEDEIROS

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE, com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2019, o contrato de prestação de serviços com a Sra. AMANDA PAULINA PINHEIRO DE MEDEIROS, CPF: 104.053.964-57, para prestação de serviço como AUXILIAR ADMINISTRATIVO na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no período de 01 de julho de 2019 e término em 27 de dezembro de 2019, no valor mensal de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), celebrado em 25 de junho de 2019, com fundamento no Parágrafo 1º, inciso VIII e Parágrafo 2º, da Cláusula VII, do mesmo.

Currais Novos, 03 de setembro de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:D3C5C6CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO – MARIA DAS VITÓRIAS DE LIMA SANTOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN
CONTRATADO(A): MARIA DAS VITÓRIAS DE LIMA SANTOS, CPF Nº 043.727.074-28
OBJETO: Prestação de Serviços como AUXILIAR ADMINISTRATIVO no(a) UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO POVOADO MAXINARÉ
VALOR GLOBAL: R$ 964,54 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)
VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019
BASE LEGAL: art. 24, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:10FD4581

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 464/2019
PROCESSO PMCN/RN Nº 3604/2019

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei Federal n° 8.666/93, a contratação do(a) senhor(a) MARIA DAS VITÓRIAS DE LIMA SANTOS, CPF Nº 043.727.074-28, para prestação de serviços como AUXILIAR ADMINISTRATIVO no (a) UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO POVOADO MAXINARÉ, no período de 02 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019, com valor global de R$ 964,54 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 10893/2019 pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Currais Novos, 30 de agosto de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:EEF25A09

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO - SANDRA SUELY SILVA FERNANDES DE MEDEIROS

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE em 30 de agosto de 2019, o contrato de prestação de serviços com a Sra. SANDRA SUELY SILVA FERNANDES DE MEDEIROS, CPF: 673.769.834-49, para prestação de serviço como ASSISTENTE SOCIAL no CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS TETÊ SALUSTINO, no período de 08 de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019, no valor mensal de R$ 1.576,00 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais), celebrado em 08 de abril de 2019, com fundamento no Parágrafo 1º, inciso VIII e Parágrafo 2º, da Cláusula VII, do mesmo.

Currais Novos, 30 de agosto de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:A4049081

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO - BRUNA MAYARA PEREIRA DE ARAUJO

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, RESCINDE em 16 de setembro de 2019, o contrato de prestação de serviços com a Sra. BRUNA MAYARA PEREIRA DE ARAUJO, CPF: 103.218.894-44, para prestação de serviço como COORDENADORA no CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS TETÊ SALUSTINO, no período de 02 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, no valor mensal de R$ 2.000,00 (dois mil reais), celebrado em 02 de janeiro de 2019, com fundamento no Parágrafo 1º, inciso VIII e Parágrafo 2º, da Cláusula VII, do mesmo.

Currais Novos, 09 de setembro de 2019.

ODON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Izabelle de M. Gomes
Código Identificador:000D1270

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 012.2019.

CONTRATO N°2019.0323.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):E. L. DOMINGOS - ME/ CNPJ:19.554.259/0001-02

OBJETO:CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES QUANDO E SE NECESSÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR TOTAL:R$ 4.155,21(QUATRO MIL CENTO E CINQÜENTA E CINCO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.032- APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,155.
Unidade Orçamentária	02.006- FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Projeto/Atividade	2.007- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

VIGÊNCIA:11 DE SETEMBRO DE 2019 ATÉ 20 DE SETEMBRO DE 2019.

DATA DA ASSINATURA:11 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:FB244849

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM:PREGÃO REGISTRO DE PREÇONº 012.2019.

CONTRATO N°2019.0324.

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):E. L. DOMINGOS - ME/ CNPJ:19.554.259/0001-02

OBJETO:CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES QUANDO E SE NECESSÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR TOTAL:R$ 4.657,97(QUATRO MIL SEISCENTOS E CINQÜENTA E SETE REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A DESPESA COM O FORNECIMENTO DO PRODUTO DE QUE TRATA O OBJETO, ESTÁ A CARGO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO2019:

Unidade Orçamentária	03-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Projeto/Atividade	2003-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DASEC.DEAMINISTRAÇÃO
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

Unidade Orçamentária	02.009- FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2.038- REPASSE FNAS- SCFV/ SERV. DE CONVIVÊNCIA E FORT. DE VINCULO.
	2.067- REPASSE DO OFNAS- MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS, FONTE 311.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo.129.

Unidade Orçamentária	02.009- FMAS- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária	02.012- FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Projeto/Atividade	2.020- MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
Projeto/Atividade	2.061-MANUT DO FUNDO DOS DIREITOS DA C. E ADOLESCENTE.FONTE 312.
	2.021 – REPASSE DO FNAS – BLOCO DA GESTÃO DO PROG BOLSA FAMÍLIA E DO C. ÚNICO.
	2.039- MAN FUNDO MUN DOS DIREITOS DA C. E DO ADOLESCENTE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo,100.

Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.013-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo.

Unidade Orçamentária	02.004- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS
Projeto/Atividade	2.036-TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMB. E HOSPITALAR.
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo, 114.
	PROCESSO 25000.126449/2019-46.

VIGÊNCIA:11 DE SETEMBRO DE 2019 ATÉ 20 DE SETEMBRO DE 2019.
DATA DA ASSINATURA:11 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:6799C13D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ORIGEM: Pregão Registro de preço nº 014/2019

CONTRATO N°2019.0325

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

CONTRATADA (O):F. A. NUNES GONDIM/ CNPJ:12.995.411/0001-43

OBJETO: Registro de preço destinado a aquisição de gêneros alimentícios, a fim de atender as necessidades da administração, conforme especificações e quantitativos constantes nas solicitações das secretarias requisitantes e unificadas no anexo I deste edital.

VALOR TOTAL:R$ 6.962,76(seis mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta e seis centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO:
A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária Exercício2019:

Órgão	02-GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária	06-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME
Projeto/Atividade	2089-FNDE / PNAE - Alimentação Escolar
Classificação Econômica	3.3.90.30.00-Material de Consumo
SubElemento	3.3.33.33.33.33-PADRÃO

VIGÊNCIA:11 DE SETEMBRO DE 2019A14 DE OUTUBRO DE 2019.

DATA DA ASSINATURA:11 DE SETEMBRO DE 2019.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:F9E440F7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 033/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Municipal nº 505/2004;
Considerando, a Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990 que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirada pelas diretrizes fornecidas pelaConstituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais;
Considerandoa solicitação expressa da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social para reconduzir os membros do Conselho para mais um biênio;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear os Membros abaixo descritos para compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Equador/RN, para o biênio 2019-2020, que fica constituído da seguinte forma:

I - **Representantes da Secretaria de Assistência Social**:
Franciane do Nascimento Ferreira – Titular; Jositânia da Silva Pereira – Suplente;
II - **Representantes da Secretaria Municipal de Educação**:
Edilma Martins Cavalcante – Titular; Oseilto Matias da Silva – Suplente;
III - **Representantes da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças**:
Karen Mirela Andrade de Araújo– Titular; Júnior Alves da Silva – Suplente;
IV - **Representantes da Secretaria Municipal de Saúde**:
Regina Cavalcante Dantas – Titular; Maria Betânia de Souza Santos – Suplente;
V - **Representantes da Associação/Projeto Mãos que Ajudam:**
Maria de Fátima Nascimento – Titular; Rebeca Eva da Silva – Suplente;
VI - **Representantes da Associação de Desenvolvimento Social e Cultural**:
Helena Sebastiana de Souza – Titular; Maria de Lourdes dos Santos – Suplente;
VII - **Representantes da Associação da Escola Presidente Costa e Silva**:
Clenilda Xavier da Nóbrega – Titular; Erinete Primo Guedes – Suplente;
VIII - **Representantes da Associação dos Familiares e Amigos dos Portadores de Deficiência**:
Maria do Socorro Santos – Titular; Maria do Socorro Alves da Silva – Suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; Cumpra-se; Dê-se Ciência.

Equador RN, 23 de julho de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 23/07/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:236A52C2

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 034/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando as atribuições legais e de acordo com o que preceitua o Art. 37, inciso II da Constituição Federal;
Considerando as disposições expressas na Lei Orgânica Municipal em seu Art. 45, VII/2016;
Considerando a Lei Complementar Municipal nº 016/2015 que criou novos cargos e autorizou a realização de concurso público no município;
Considerando a aprovação no Concurso Público deflagrado pelo Edital nº 010, datado de 04 de novembro de 2015, quando restou classificada;

RESOLVE:
Art. 1º -Nomear, em caráter efetivo, aSrª. **ENAYANGELA DOS SANTOS COSTA**, portadorado RG nº: 3.404.018 SSP/PB, CPF nº: 083.289.984-40, no cargo efetivo de**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – ACS DA ZONA RURAL**,com carga horária de 40 (quarenta) horassemanais do Município de Equador/ RN.
Parágrafo Único – A posse no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – ACS DA ZONA RURAL**, se dará logo após a assinatura do termo de posse.
Art. 2º - Ao cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – ACS – DA ZONA RURAL**do Município de Equador/RN, compete as atribuições constantes na Lei Complementar Municipal nº. 015/2015, de 29 de maiode 2015.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 30 de julho de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICOa publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 30/07/2019

NOEIDECLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho do ano de 2019, no Auditório da sede Administrativa do Município de Equador/RN**ENAYANGELA DOS SANTOS COSTA**, portadora do RG nº: 3.404.018 SSP/PB, CPF nº: 083.289.984-40,,aprovado(a) no Concurso Público, foi nomeada em caráter efetivo através da Portaria nº 034/2019, de 30 de julho de 2019, para o cargode**AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – ACS DA ZONA RURAL**, assumindo o compromisso de cumprir fielmente os deveres e atribuições inerentes ao cargo, as normas legais e regulamentares, observando os dispositivos da Constituição Federal, da Lei Orgânica e o Estatuto dos Servidores Municipais, para garantia do contínuo exercício, junto aos Órgãos e Departamentos das Unidades Administrativas do Município de Equador/RN.

Equador/RN, 30 de julho de 2019.

ENAYANGELA DOS SANTOS COSTA
Nomeada

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Portaria de Designação Nº 001/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando as atribuições legais e de acordo com o que preceitua o Art. 37, inciso II da Constituição Federal;
Considerando os Atos de Nomeação e Posse, datados e assinados no dia 30 de janeiro de 2019;
Considerando, sobretudo, o interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - **DESIGNAR,** a servidora,**ENAYANGELA DOS SANTOS COSTA**, portadora do RG nº: 3.404.018 SSP/PB, CPF nº: 083.289.984-40, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE – ACS DA ZONA RURAL**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para a partir desta data e até ulterior deliberação, para desempenhar suas atividades funcionais nas comunidades Pau dos Ferros e Malhada da Areia, Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 30 de julho de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 30/07/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:72AB3B75

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 035/2019

A Prefeita Constitucional do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a realização do processo de eleição para Suplentes de Conselheiros Tutelares, realizados no ano de 2017 no município de Equador/RN;
Considerando a solicitação da Presidência do Conselho Tutelar, expressa no Memorando nº 006/2019, recebida nesta municipalidade que solicita a nomeação do suplente para substituir a Conselheira Tutelar **JOSILENE PEREIRA DA SILVA**, que gozará férias no mês de agosto de ano em curso;
Considerando, sobretudo, o interesse público;
Resolve:
Art. 1º - Nomear, por Tempo Determinado, o Srº **MARCOS DANIEL DE VASCONCELOS ARAÚJO**, portador do RG: 2.828.449 2ª VIA SSP/RN, CPF nº 707.316.514-64, para o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar do Município de Equador/RN.
Parágrafo 1º - A presente nomeação, com efeitos a contar de 01ºaté o dia 31de agosto de 2019, podendo ser prorrogada caso haja necessidade e solicitação formal por parte da presidente do Conselho Tutelar de Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portariaentra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Fica revogada as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 01º/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:5293013D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 036/2019

A Prefeita do Município de Equador, **Estado do Rio Grande do Norte**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências";
Considerandoa solicitação de exoneração de cargo, requerido pelo servidor, protocolizada no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura em 09 de julho de 2019;
Resolve:
Art. 1º - Exonerar, à pedido, o senhor **HILÁRIO FERREIRA BANDEIRA JÚNIOR,** CPF nº 839.169.034-20, do cargo efetivo de Médico Plantonista do município de Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 01º/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:B305D6D5

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 037/2019

A Prefeita do Município de Equador, **Estado do Rio Grande do Norte**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências";
Considerandoa solicitação de exoneração de cargo, requerido pelo servidor, protocolizada no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura em 02 de julho de 2019;
Resolve:

Art. 1º - Exonerar, à pedido, o senhor **MAXWELL HOLANDA DINIZ,** CPF nº 030.326.054-64, do cargo efetivo de Médico Veterinário do município de Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 01º/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:8B5618C6

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 038/2019

A Prefeita do Município de Equador, **Estado do Rio Grande do Norte**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências";
Considerandoa solicitação de exoneração de cargo, requerida pela servidora, protocolizada no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura em 31 de julho de 2019;
Resolve:
Art. 1º - Exonerar, à pedido, a senhora**VALQUÍRIA LÚCIA DE BRITO ARAÚJO,** CPF nº 996.627.874-53, do cargo efetivo de Farmacêutica do município de Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 01º/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:345B6916

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 039/2019

A Prefeita do Município de Equador, **Estado do Rio Grande do Norte**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências";
Considerandoa solicitação de exoneração de cargo, requerida pela servidora;
Resolve:
Art. 1º - Exonerar, à pedido, a senhora **ALINE AZEVEDO DO NASCIMENTO,** CPF nº 078.825.894-03, do cargo em Comissão de Diretora de departamento de Apoio Administrativo da Secretaria de Educação do município de Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 01º/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:11E1962B

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 040/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências".

Resolve:

Art. 1º - Exonerar, à pedido, a Sra. **PATRICIA DO NASCIMENTO SANTOS**, CPF nº 118.817.314-64, do Cargo em Comissão de Chefe da Divisão do Programa Casa da Família, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:2F70843C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 041/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências".

Resolve:
Art. 1º - Nomear a Sra. **SAMARA JÉSSICA DA SILVA**, CPF nº 090.523.954-70, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Divisão do Programa Bolsa Família, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social do Município de Equador/RN.
Parágrafo Único – A posse no cargo de Chefe da Divisão do Programa Bolsa Família, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.
Art. 2º - A Chefe da Divisão do Programa Bolsa Família, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009.
Parágrafo primeiro – No exercício de suas funções, compete ainda a Chefe da Divisão do Programa Bolsa Família, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social a observância do Regimento Interno de que fala o Art. 29 da Lei Municipal Nº 568 de 14 de Dezembro de 2009.
Parágrafo segundo – Compete ainda, a Chefe da Divisão do Programa Bolsa Família, da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social assumir a gestão municipal do cadastro único para programas sociais do Governo Federal.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:1DBD2DF8

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 042/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências".

Resolve:
Art. 1º - Nomear a Srº. **JOANES HENRIQUES SOUZA,** CPF nº 073.434-544-55, para exercer o Cargo em Comissão Chefe da Divisão de Administração de Patrimônio, da Secretária Municipal de Saúde do Município de Equador/RN.
Parágrafo Único – A posse no cargo de Chefe da Divisão de Administração de Patrimônio, se dará logo após a entrega, pelo nomeado(a), da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.
Art. 2º - Ao Chefe da Divisão de Administração de Patrimônio, compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009.
Parágrafo Primeiro – Compete ainda, ao Chefe de Administração Clínica, as atribuições que lhe forem confiadas pelos Gestores da Política Nacional e Estadual do Sistema Único de Saúde.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 01º/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:027744EA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 043/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências".

Resolve:
Art. 1º - Nomear a Srº. **JOSINALDO URSULINO GOMES,** CPF nº 035.388.034-55, para exercer o Cargo em Comissão Chefe da Divisão de Informática, da Secretária Municipal de Administração, Orçamento e Finanças do Município de Equador/RN.
Parágrafo Único – A posse no cargo de Chefe da Divisão de Informática, da Secretária Municipal de Administração, Orçamento e Finanças, se dará logo após a entrega, pelo nomeado(a), da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.
Art. 2º - Ao Chefe da Divisão de Informática, da Secretária Municipal de Administração, Orçamento e Finanças, compete as atribuições constantes na Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 01º de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 01º/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:B7177E3E

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 044/2019

A Prefeita do Município de Equador, **Estado do Rio Grande do Norte**, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências";
Considerando o requerimento do servidor que solicita exoneração, protocolado no Setor de Recursos Humanos desta municipalidade em 22.08.2019;
Considerando, sobretudo, o interesse público;

Resolve:

Art. 1º - Exonerar, à pedido, o Sr. **GLEITOM GOMES DE SOUZA**, CPF nº 030.211.434-31, do Cargo em Comissão de Diretor

da Escola Municipal Presidente Costa e Silva, da Secretaria Municipal de Educação de Equador/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se;
Cumpra-se;
Dê ciência.

Equador/RN, 23de agosto de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 23/08/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:D86FB711

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 045/2019

A Prefeita do Município de Equador, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos III e VIII do art. 64º da Lei Orgânica do Município, e,
Considerando a Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009 que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Município de Equador RN e dá outras providências".

Resolve:

Art. 1º - Nomear a Srª. **MARIA DO SOCORRO RAMOS DOS SANTOS**, CPF nº 365.904.534-04, para exercer o Cargo em Comissão de Diretora da Escola Municipal Presidente Costa e Silva da Secretaria de Educação do Município de Equador/RN.
Parágrafo Único – A posse no cargo de Diretora da Escola Municipal Presidente Costa e Silva se dará logo após a entrega, pela nomeada, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.
Art. 2º - A Diretora da Escola Municipal Presidente Costa e Silva, compete as atribuições constantes no art. 21 da Lei Municipal nº. 568 de 14 de dezembro de 2009.
Parágrafo Único – No exercício de suas funções, compete ainda a Diretora da Escola Municipal Presidente Costa e Silva a observância do Regimento Interno de que fala o Art. 29 da Lei Municipal Nº 568 de 14 de Dezembro de 2009.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se
Dê-se Ciência.

Equador/RN, 02 de setembro de 2019.

CERTIDÃO
CERTIFICO a publicação da presente Portaria no quadro de publicação da sede da Prefeitura Municipal de Equador-RN.
Em 02/09/2019

NOEIDE CLÉMENS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jeferson dos Santos Morais
Código Identificador:C6E090B2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE N°. 000010/2019 EXTRATO DO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE N°. 000010/2019
EXTRATO DO CONTRATO

INEXIGIBILIDADE – CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO/RN, inscrita no CNPJ sob nº. 08.362.287/0001-01 – **CONTRATADA:** PAULO LEÃO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrita no CNPJ sob nº. 30.928.623/0001-90 – **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO NA ÁREA DE RECUPERAÇÃO DE VALORES RETIDOS INDEVIDAMENTE NO FPM DO MUNICÍPIO – **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 11/09/2019 a 31/12/2019 – **VALOR DO CONTRATO:** R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) – **ORIGEM DOS RECURSOS:** Secretaria Municipal de Administração - **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II c/c o art. 13, inciso III, da Lei nº. 8.666/93.

Espírito Santo/RN, 11 de setembro de 2019.

FERNANDO LUIZ TEIXEIRA DE CARVALHO
Prefeito.

Publicado por:
Artur Felipe de Araújo Silva
Código Identificador:0987FBDD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA
DECRETO N°270/GP/2019 FELIPE GUERRA/RN, 10 DE SETEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as datas de vencimento do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano e da Taxa de Lixo, exercício de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e da Lei Complementar n° 381, de 21 de dezembro de 2016 e suas alterações:

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar as formas de pagamento do IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano e da Taxa de Lixo para o exercício de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - O recolhimento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para o exercício de 2019 poderá ser efetuado, incidentes sobre os imóveis por natureza (terreno) ou imóveis por acessão física (construído), deverá ser realizado em parcela única até o dia 30 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Quando o valor relativo ao IPTU de cada unidade imobiliária for inferior a R$ 15,00 (quinze reais), esse tributo não será lançado para o exercício de 2019, ficando então prorrogado o lançamento para o exercício seguinte, sem acréscimos.

Art. 3º - Fica concedido para o exercício de 2019, desconto no IPTU, no percentual de 20% (vinte por cento) aos sujeitos passivos, proprietários, detentores do domínio útil ou posse que efetuarem o recolhimento do referido tributo até a data de 30 de dezembro de 2019, sem prejuízo do desconto previsto no inciso II do Art. 13 da Lei Complementar nº 381 de 21 de dezembro de 2016, o qual será concedido independente da opção de pagamento em cota única ou parcelado.

Art. 4º - Somente farão jus aos descontos tratados no artigo anterior, os sujeitos passivos, proprietários, detentores do domínio útil ou posse que, comprove, até o dia 30 de dezembro de 2019:
I - Ser proprietário de veículo automotor licenciado no Município de Felipe Guerra/RN.
II - Não possuir créditos tributários vencidos e/ou, créditos não tributários vencidos e inscritos na dívida ativa do município.
§ 1º A condicionante de que cuida o inciso II, será observada mesmo que os créditos estejam com exigibilidade suspensa, salvo tratando-se de parcelamento rigorosamente em dia.

Art. 5° - Ficam sujeitos às sanções previstas na Lei Complementar n° 381, de 21 de dezembro de 2016 (Código Tributário do Município) e suas alterações, aos Munícipes que deixarem de efetuar o pagamento no vencimento.

Art. 6° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE

HAROLDO FERREIRA DE MORAIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca Pereira da Silva Neta
Código Identificador:36BBEB27

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDO PEDROZA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 102/2019 – GP/PMFP

Altera a composição do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, do município de Fernando Pedroza/RN.

A prefeita constitucional do município de Fernando Pedroza/RN, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município.

RESOLVE:
Art. 1º - Alterar a composição do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico, que deverá discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo, além de criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º - O comitê de coordenação terá a seguinte composição:

1 – Francimácio Alves Batista – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
2 – Francisco Erinaldo Ferreira da Rocha – Conselho Tutelar;
3 – Nelielson Lemos da Silva – Técnico Agrícola;
4 – Maria José da Silva Melo – Coordenadora de Ação Com. e Cidadania;
5 – José Raimundo da Silva – Subcoordenador de Vigilância Sanitária;
6 – Francisca Vanúzia da Silva Gonçalves – Professora;
7 – José Paulo de Andrade Azevedo Neto – Igreja Católica;
8 – José Dantas de Souza – Diretor de Obras e Saneamento Básico;
9 – Kleverlan Félix da Costa – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
10 – Josimário de Oliveira da Silva – Secretário de Obras e Infraestrutura.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Fernando Pedroza/RN, 11 de setembro de 2019

SANDRA JAQUELINE JOTA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alyssandro Henrique Quirino da Silveira
Código Identificador:F7FCAD17

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO Nº 002/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN, torna Público a Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2019, do tipo menor preço unitário, tendo por **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de material didático e pedagógico proveniente do Programa PAR, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer do Município de Fernando Pedroza/RN, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, que compõe o presente como se transcrito estivesse. A abertura será no dia 26/09/2019, Abertura da Disputa de Preço as 09h:00min. O Edital contendo maiores informações encontra-se à disposição dos interessados no site www.bll.org.br, e endereço eletrônico: cpl.pmfp@gmail.com, como também poderá ser retirado no setor de Licitação na Prefeitura Municipal de Fernando Pedroza/RN, das 8h:00min às 13h:00min.

Fernando Pedroza/RN, 11 de Setembro de 2019

WILK JACKSON ASSUNÇÃO
Pregoeiro

Publicado por:
Wilk Jackson Assuncao
Código Identificador:0B696D14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109006/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109006/2019
Objeto:. Aquisição de material de construção para a reforma das Escolas municipais de Frutuoso Gomes
Contratado: WALTER CAMARA DE OLIVEIRA MERCEARIA (24.522.872/0001-88)
Valor Total Julgado: R$ 3.202,40
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:E01AE60F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0109007/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109007/2019
Objeto:. Aquisição de material de construção para a reforma das Escolas municipais de Frutuoso Gomes
Contratado: F.S. da Silva - ME (08.746.195/0001-25)
Valor Total Julgado: R$ 4.051,20

Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:77E74AED

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108084/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108084/2019
Objeto:. Serviços de confecção de fardamento juninos para a secretaria municipal de educação
Contratado: MARIA DO CARMO FREIRE AZEVEDO (039.190.044-77)
Valor Total Julgado: R$ 1.421,05
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:E90CB6F8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0108085/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0108085/2019
Objeto:. Serviços de conserto e manutenção dos ônibus escolares do nosso municipio
Contratado: FRANCISCO MAX GOMES HONORATO (081.582.934-50)
Valor Total Julgado: R$ 4.463,15
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:F0DD511C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO- PROCESSO: 0109008/2019

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 0109008/2019
Objeto:. Aquisição de peças destinados a veículos da secretaria de saúde.
Contratado: WENCESLAU PEÇAS (02.257.344/0001-06)
Valor Total Julgado: R$ 1.733,00
Base legal: artigo 24,da Lei 8.666/9.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:00C229B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0136/2019-GP/PMG

Nomear para exercer o cargo de provimento em comissão nos termos da legislação vigente e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GALINHOS Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1.° -**NOMEAR** a Sra. **JARDELINA MAYARA MIRANDA PEREIRA**, portadora do CPF N.º **105.863.104-79**, para exercer o cargo em comissão **de DIRETORA DE DEPARTAMENTO**, código CC-3, da secretaria municipal do trabalho, habitação e assistência social de Galinhos/RN.

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 01 de setembro de 2019.

Art. 3º -Revogada as disposições em contrário.

Dê-se Ciência, Certifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

Galinhos – RN, 11 de setembro de 2019

FRANCINALDO SILVA DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Carlos de Oliveira Ferreira
Código Identificador:C4AE4803

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 033/2019

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, torna público o resultado de julgamento da documentação de habilitação do Pregão Presencial SRP nº 033/2019, destinada ao registro de preços para futura e eventual aquisição de brinquedos didáticos. Foi considerada HABILITADA a empresa: FOCO PROJETOS EDUCACIONAIS. E COMERCIO VAR. DE MOV. EIRELE/CNPJ: 30.531.122/0001-75; por atender a todas as exigências e condições de habilitação. O Pregoeiro ainda informa que o processo de licitação encontra-se a disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, n.º 096, centro, Goianinha/RN, CEP: 59173-000, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente, TEL: (84) 3243-3926, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

Goianinha/RN, 11 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:201BBB61

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 034/2019

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, torna público o resultado de julgamento da documentação de habilitação do Pregão Presencial SRP nº 034/2019, destinada ao registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para o SAD - Serviço de Atendimento Domiciliar. Foram consideradas HABILITADAS as empresas: CRM COMERCIAL LTDA/ CNPJ:04.679.119/0001-93; DENTALMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA/ CNPJ:16.826.043/0001-60; PHOSPODONT LTDA/CNPJ:04.451.626/0001-75; por atenderem a todas as exigências e condições de habilitação. O Pregoeiro ainda informa que o processo de licitação encontra-se a disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, n.º 096, centro, Goianinha/RN, CEP: 59173-000, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente, TEL: (84) 3243-3926, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

Goianinha/RN, 11 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:83F90C9D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 035/2019

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, torna público o resultado de julgamento da documentação de habilitação do Pregão Presencial SRP nº 035/2019, destinada ao registro de preços para futura e eventual fornecimento de medicamentos psicotrópicos para a farmácia publica municipal e o CAPS. Foram consideradas HABILITADAS as empresas: ARTMED COMERCIAL EIRELI/CNPJ: 04.361.467/0001-18; CIRUFARMA COMERCIAL LTDA/CNPJ:40.787.152/0001-09; DROGAFONTE LTDA/CNPJ:08.778.201/0001-26; MSHS COM. DE MAT. MÉDICO HOSP. LTDA/ CNPJ:40.782.468/0001-08; RDF DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA/CNPJ:12.305.387/0001-73, por atenderem a todas as exigências e condições de habilitação. O Pregoeiro ainda informa que o processo de licitação encontra-se a disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, n.º 096, centro, Goianinha/RN, CEP: 59173-000, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente, TEL: (84) 3243-3926, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

Goianinha/RN, 11 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:ED8B257F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 036/2019

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, torna público o resultado de julgamento da documentação de habilitação do Pregão Presencial SRP nº 036/2019, destinada ao registro de preços para futura e eventual aquisição de cadeiras odontológicas para o CEO - Centro de Especialidades Odontológicas e UBS - Unidades Básicas de Saúde do município. Foi considerada HABILITADA a empresa: JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI ME- CNPJ: 26.690.173/0001-72; por atender a todas as exigências e condições de habilitação. O Pregoeiro ainda informa que o processo de licitação encontra-se a disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, n.º 096, centro, Goianinha/RN, CEP: 59173-000, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente, TEL: (84) 3243-3926, no horário das 08h00min às 14h00min, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

Goianinha/RN, 11 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:34A9867A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE GOIANINHA-RN AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 041/2019

O Município de Goianinha-RN, por intermédio de seu Pregoeiro Municipal, torna público que às **09h00min do dia 25 de Setembro de 2019**, fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, sob o número 041/2019, tipo menor preço por item, objetivando a futura e eventual aquisição de equipamentos antropométricos e balanças, em atendimento a secretaria municipal de saúde. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação situada na Rodovia RN 003, km 053, nº 96, Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa, Centro, Goianinha/RN – CEP: 59.173-000 Fone: (84) 3243-3926, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente de 08h:00min às 14h:00min, exceto feriados e ponto facultativo ou pelo email: pregoeiro.pmg@hotmail.com ou ainda pelo Site do Município: www.goianinha.rn.gov.br.

Goianinha/RN, 11 de setembro de 2019.

MIZAEL GALVÃO DA COSTA JÚNIOR.
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Mizael Galvão da Costa Júnior
Código Identificador:4322F777

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.985/2019 REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

SANCIONO
Autoria: Ver. Divaldo Lourenço Barbosa
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 08 de Agosto de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Denomina **"Rua Parque das Nações"**, uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica denominada **"Rua Parque das Nações",** uma artéria situada no Loteamento Parque América, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo.

Artigo 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, Goianinha/RN, 08 de agosto de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:AE0B3B6B

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.972/2019

SANCIONO
AUTOR: Chefe do Executivo Municipal

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 10 de Junho de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Dispõe sobre a doação de terreno do Patrimônio Público Municipal ao Senhor Suetônio Correia de

Castro, para construção de prédio comercial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Goianinha/RN aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:
Artigo 1º. Fica doado ao Senhor **Suetônio Correia de Castro**, inscrito no CPF sob o n.º 762.677.334-91 01 (um) terreno pertencente ao Patrimônio Público Municipal, situado na Rua Lázaro Neves, na Localidade Cangaíba, no Município de Goianinha/RN, limitando-se ao:

NORTE: com a Rua Lázaro Neves, medindo 10,00 metros;
SUL : com imóvel pertencente a Francisco Amorim de Lima, medindo 10,00 metros;
LESTE: com imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, medindo 20 metros;
OESTE: com a Rua Luiz Bernardo Sobrinho, medindo, medindo 20,00 metros.

Artigo 2º. O imóvel mencionado no artigo anterior destina-se a construção de um prédio comercial, e ainda que edificado não poderá ser negociado ou permutado, durante um período de 05 (cinco) anos, a contar da sanção desta Lei, sob pena de, sem pagamento de qualquer indenização, ser reintegrado ao Patrimônio do Município.

Artigo 3º. Esta doação tornar-se-á sem efeito, caso a construção mencionada no artigo anterior não seja cumprida no prazo de 12 (doze) meses, revertendo-se,nesta hipótese, sem nenhum aviso prévio, ao Patrimônio do Município.

Parágrafo Único. As benfeitorias acaso realizadas no terreno doado reverterão, integralmente, ao Patrimônio Público Municipal, caso a construção não se realize no prazo previsto no caput deste artigo.

Artigo 4º. A transferência do terreno citado no artigo 1º desta Lei, será feita através de Escritura Pública de Doação, decorrendo todas as despesas por conta do beneficiado.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Goianinha/RN, 10 de junho de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BEZERRA BRAGA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:FF8C626C

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.974/2019

SANCIONO
AUTOR: Chefe do Executivo Municipal

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 10 de Junho de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Dispõe sobre a doação de terreno do Patrimônio Público Municipal ao Senhor **Saulo Eugênio Ferreira Dantas,** para construção de prédio comercial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Goianinha/RN aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica doado ao Senhor **Saulo Eugênio Ferreira Dantas**, inscrito no CPF sob o n.º 073.938.274-84 01 (um) terreno pertencente ao Patrimônio Público Municipal, situado na Rua Professora Nazaré Duarte, no Bairro Novo Horizonte, no Município de Goianinha/RN, limitando-se ao:

NORTE: com imóvel pertencente ao Sr. Manoel de Lima, medindo 11,40 metros;
SUL : com imóvel pertencente ao Sr. João Valdevino Cordeiro, medindo 10,10 metros;
LESTE: com imóvel pertencente ao Sr. João Valdevino Cordeiro, medindo 14,40 metros;
OESTE: com a Rua Professora Nazaré Duarte, medindo 14,35 metros;

Artigo 2º. O imóvel mencionado no artigo anterior destina-se a construção de um prédio comercial, e ainda que edificado não poderá ser negociado ou permutado,
durante um período de 05 (cinco) anos, a contar da sanção desta Lei, sob pena de, sem pagamento de qualquer indenização, ser reintegrado ao Patrimônio do Município.

Artigo 3º. Esta doação tornar-se-á sem efeito, caso a construção mencionada
no artigo anterior não seja cumprida no prazo de 12 (doze) meses, revertendo-se,nesta hipótese, sem nenhum aviso prévio, ao Patrimônio do Município.

Parágrafo Único. As benfeitorias acaso realizadas no terreno doado reverterão, integralmente, ao Patrimônio Público Municipal, caso a construção não se realize no prazo previsto no caput deste artigo.

Artigo 4º. A transferência do terreno citado no artigo 1º desta Lei, será feita através de Escritura Pública de Doação, decorrendo todas as despesas por conta do beneficiado.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Goianinha/RN, 10 de junho de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BEZERRA BRAGA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:AD5A639D

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.969/2019

SANCIONO
AUTOR: Chefe do Executivo Municipal

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 10 de Junho de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Dispõe sobre a doação de terreno do Patrimônio Público Municipal ao Senhor Edilson Batista de

Lima, para construção de prédio comercial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Goianinha/RN aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica doado ao Senhor **Edilson Batista de Lima**, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.856.381/0001-10 01 (um) terreno pertencente ao Patrimônio Público Municipal, situado na Rua Luiz Bernardo Sobrinho, na localidade Cangaíba, no Município de Goianinha/RN, limitando-se ao:

NORTE: com imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal e a EMATER/RN, medindo 20,00 metros;
SUL : com imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, medindo 20,00 metros;
LESTE: com a Rua Luiz Bernardo Sobrinho, medindo 10 metros;
OESTE: com imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, medindo 10,00 metros;

Artigo 2º. O imóvel mencionado no artigo anterior destina-se a construção de um prédio comercial, e ainda que edificado não poderá ser negociado ou permutado, durante um período de 05 (cinco) anos, a contar da sanção desta Lei, sob pena de, sem pagamento de qualquer indenização, ser reintegrado ao Patrimônio do Município.

Artigo 3º. Esta doação tornar-se-á sem efeito, caso a construção mencionada no artigo anterior não seja cumprida no prazo de 12 (doze) meses, revertendo-se,nesta hipótese, sem nenhum aviso prévio, ao Patrimônio do Município.

Parágrafo Único. As benfeitorias acaso realizadas no terreno doado reverterão, integralmente, ao Patrimônio Público Municipal, caso a construção não se realize no prazo previsto no caput deste artigo.

Artigo 4º. A transferência do terreno citado no artigo 1º desta Lei, será feita através de Escritura Pública de Doação, decorrendo todas as despesas por conta do beneficiado.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Goianinha/RN, 10 de junho de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BEZERRA BRAGA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:78AF9CF6

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.967/2019

SANCIONO
AUTOR: Chefe do Executivo Municipal

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 10 de Junho de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Dispõe sobre a doação de terreno do Patrimônio Público Municipal ao Senhor André Lucas Gomes da Silva, para construção de prédio comercial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Goianinha/RN aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica doado ao Senhor **André Lucas Gomes da Silva**, inscrito no CPF sob o n.º 105.501.324-57 01 (um) terreno pertencente ao Patrimônio Público Municipal, situado na Rua Levi Soares Fernandes, na Localidade Cangaíba, no Município de Goianinha/RN, conforme croqui anexo, limitando-se ao:

NORTE: com imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, medindo 09,00 metros; **S U L :** com a Rua Levi Soares Fernandes, medindo 09,00 metros;
LESTE: com imóvel pertencente ao Senhor Ozanildo Ferreira, medindo 15,00 metros;
OESTE: com imóvel pertencente ao Senhor João Trindade, medindo 15,00 metros.

Artigo 2º. O imóvel mencionado no artigo anterior destina-se a construção de um prédio comercial, e ainda que edificado não poderá ser negociado ou permutado,
durante um período de 05 (cinco) anos, a contar da sanção desta Lei, sob pena de, sem pagamento de qualquer indenização, ser reintegrado ao Patrimônio do Município.

Artigo 3º. Esta doação tornar-se-á sem efeito, caso a construção mencionada
no artigo anterior não seja cumprida no prazo de 12 (doze) meses, revertendo-se, nesta hipótese, sem nenhum aviso prévio, ao Patrimônio do Município.
Parágrafo Único. As benfeitorias acaso realizadas no terreno doado reverterão, integralmente, ao Patrimônio Público Municipal, caso a construção não se realize no prazo previsto no caput deste artigo.

Artigo 4º. A transferência do terreno citado no artigo 1º desta Lei, será feita através de Escritura Pública de Doação, decorrendo todas as despesas por conta do beneficiado.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Goianinha/RN, 10 de junho de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BRAGA SILVA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:36AC4B47

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI N.º 1.968/2019

SANCIONO
AUTOR: Chefe do Executivo Municipal

Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa

Goianinha/RN 10 de Junho de 2019

RUDEMBERG HONÓRIO LISBOA
Prefeito

Dispõe sobre a doação de terreno do Patrimônio Público Municipal ao Senhor Marcelo Lins dos

Santos, para construção de prédio comercial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Goianinha/RN aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica doado ao Senhor **Marcelo Lins dos Santos**, inscrito no CPF sob o n.º 929.017.354.87, 01 (um) terreno pertencente ao Patrimônio Público Municipal, situado na Rua Levi Soares Fernandes, na Localidade Cangaíba, no Município de Goianinha/RN, limitando-se ao:
NORTE: com imóvel pertencente a Sr.ª Geovane Bezerra, medindo 09,00 metros;
S U L : com a Rua Levi Soares Fernandes, medindo 09,00 metros;
LESTE: com imóvel pertencente a Sr.ª Maria do Ó Monteiro, medindo 15,00 metros;
OESTE: com imóvel pertencente ao Sr. Ozanildo Pereira, medindo 15,00 metros;

Artigo 2º. O imóvel mencionado no artigo anterior destina-se a construção de um prédio comercial, e ainda que edificado não poderá ser negociado ou permutado,
durante um período de 05 (cinco) anos, a contar da sanção desta Lei, sob pena de, sem pagamento de qualquer indenização, ser reintegrado ao Patrimônio do Município.

Artigo 3º. Esta doação tornar-se-á sem efeito, caso a construção mencionada
no artigo anterior não seja cumprida no prazo de 12 (doze) meses, revertendo-se,nesta hipótese, sem nenhum aviso prévio, ao Patrimônio do Município.

Parágrafo Único. As benfeitorias acaso realizadas no terreno doado reverterão, integralmente, ao Patrimônio Público Municipal, caso a construção não se realize no prazo previsto no caput deste artigo.
Artigo 4º. A transferência do terreno citado no artigo 1º desta Lei, será feita através de Escritura Pública de Doação, decorrendo todas as despesas por conta do beneficiado.

Artigo 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em Goianinha/RN, 10 de junho de 2019.

ODILON ERNESTINO BARBALHO
Presidente

ADEMAR ALVES DE LIMA
Primeiro Secretário

JULIANA BEZERRA BRAGA
Segunda Secretária

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:C7BB5438

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 001/2019

PROPONENTE: **Associação dos Moradores do Limoal**
INTERVINIENTE: Sec. Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
CONCEDENTE: **Prefeitura Municipal de Goianinha/RN**

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo no valor de R$ 3.535,16 (três mil quinhentos e trinta e cinco reais e dezesseis centavos), valor esse referente à Caixa d'água antes não previsto na planilha original, ficando o valor total do Convênio de R$ 90.203,68 (noventa mil, duzentos e três reais e sessenta e oito centavos) no que estabelece o art. 37 XXI da Constituição Federal e art. 65, inciso II, alíneas "b" da "d" da Lei Federal 8666-93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
A presente despesa correrá Pela Unidade 08.002– Fundo Municipal da Assistência Social, Pelo Projeto 2101 – Transferência de Recursos e Parcerias no Atendimento à família, Pela Fonte 1001000 – Recursos Próprios do Município e Natureza da despesa 3.3.50.41 – Contribuições.

DOS PRAZOS: O presente convênio iniciará após sua celebração e encerrara em 31 de Dezembro de 2019.

VIGÊNCIA: 31 de Dezembro de 2019.

ASSINATURA: Rudemberg Honório Lisboa, pela Concedente e Manoel Severino da Silva, pela Convenente.

DATA DA CELEBRAÇÃO: 11 de Setembro de 2019.

Goianinha/RN, 11 de Setembro de 2019.

Publicado por:
Sandro Ferreira da Silva
Código Identificador:4086F70E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2019

Gov. Dix-Sept Rosado-RN, 10 de Setembro de 2019

O Prefeito Municipal de Governador Dix-Sept Rosado-RN, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei nº. 310/2003, que institui o Conselho Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear os membros que comporão o Conselho Municipal de Educação, com as pessoas abaixo elencadas, pela Administração Pública Municipal e Sociedade Civil, das diversas Secretarias e órgãos previstos na Lei Municipal acima mencionada.

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:
Secretaria Municipal de Educação
Titular: Iris Lopes da Silveira Batista
Suplente: Magnólia Magda Carlos de Oliveira
Assessoria Jurídica do Município
Titular: Kayo Victor Costa Medeiros
Suplente: Luiza Rafaela do Vale Bezerra
Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Rinedla Hernanna dos Santos
Suplente: Lorrayne Rosado de França
Dirigentes das Escolas da Rede Municipal de Ensino
Titular: Maria Zélia Sales de Morais
Suplente: Ana Catarina Gomes de Melo Freitas
Servidores Administrativos da Rede Municipal de Ensino
Titular: Maria Francisca do Vale Oliveira
Suplente: Maria Vânia Vieira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA
Titular: Joelma Jamille Mendes Bezerra
Suplente: Francisca das Chagas Damasceno
Das Igrejas
Titular: Reginaldo Claudino da Silva
Suplente: Erivon Maia de Oliveira
Sistema Estadual de Ensino
Titular: Iglécia Gabriela da Silveira Felipe Fernandes
Suplente: Edilsa Maria de Menezes Oliveira

Rede Privada de Ensino
Titular: Ednólia Carlos de Oliveira
Suplente: Maria de Lourdes do Vale Rodrigues
Professores da Educação Infantil
Titular: Misma Maria Alves
Suplente: Sinara Sangela Andrade de Assis
Professores do Ensino Fundamental
Titular: Kaliane Kelly de Morais Silva
Suplente: Maria Selma Medeiros de Andrade
Pais e Alunos
Titular: Niraci Alves de Oliveira Sales
Suplente: Julinda Emilia Martins do Nascimento
Conselho Municipal de Acompanhamento do FUNDEB e de Valorização dos Profissionais da Educação
Titular:Maria Valquíria da silva
Suplente: Ana Lúcia do Rêgo Sales

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dix-Sept Rosado, Governador Dix-Sept Rosado-RN, Em 10 de Setembro de 2019.

ANTONIO FREIRE DE SOUZA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Albano Virginio
Código Identificador:F47CAFB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO AVISO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – TOMADA DE PREÇOS NO 003/2019

A **Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Guamaré/rn – cpl/pmg**, torna público aos interessados e participantes do certame acima identificado, para fins de eventuais interposições de recursos com base no que preceitua o art. 109, I, letra *"b"*, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, após a análise das Propostas de Preços apresentadas pelas licitantes no certame em referência, e com base no entendimento exarado pelo representante da **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**, especialmente no tocante as **Planilhas Orçamentárias** e **de Composições** analisadas, que julgou **como CLASSIFICADAS as propostas das empresas**: A & C CONSTRUCOES E SERVIÇOS EIRELI - 04.693.484/0001-52; CONSTRUTORA NOVA GERAÇÃO LTDA - 10.522.228/0001-03; FRANCISCO A CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS EIRELE - ME - 24.839.909/0001-04; M A R CONSTRUÇÕES EIRELI - 07.112.653/0001-01; e M & S EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - EPP - 03.954.299/0001-01**,** por atenderem a todas as exigências editalícias no tocante às propostas de preços. E como **DESCLASSIFICADAS** as propostas das empresas RENASCENÇA EMPREENDIMENTOS LTDA ME - 08.487.196/0001-00, por descumprir o exigido no subitem 6.4.1 do edital; ARTHUR NUNES DE FREITAS (AF ENGENHARIA E CONSTRUCAO) - 28.432.179/0001-75, também por descumprir o exigido no subitem 6.4.1 do edital; e TOPGEO TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA ME - 27.988.901/0001-90, por descumprir o exigido no subitem 6.5.1 do edital..
Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados na **Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, Nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000**, **nos horários das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h** de **segunda a quinta-feira**, nas sexta-feira das **08:00h às 12:00h**, em dias de expediente.

Guamaré (RN), 11 de setembro de 2019.

A COMISSÃO

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:6EC10C17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 075/2019

O Pregoeiro Oficial da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a saber:

- Pregão Eletrônico N° 075/2019 - Processo Administrativo nº 7410/2019 - Originado pelo Memorando n° 2123/2019 – Secretaria Municipal de Saúde, que objetiva o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa especializada no Fornecimento do Medicamento Toxina Botulínica Tipo A 100U – Botoxo, visando atender a Decisão Judicial 4427961 ao Município Guamaré/RN, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, cuja sessão inicial está marcada para o **DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 08h:30:00 (OITO HORAS e TRINTA MINUTOS) - (HORÁRIO DE BRASILIA)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) em: Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações, no endereço acima indicado, segunda a quinta das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e sextas 08:00h às 12:00h, em dias de expediente. O(s) Edital(is) e anexo(s) estão disponíveis no site do comprasnet (https://www.comprasnet.gov.br/), no Portal da Transparência do Município http://guamareserver.easygestaopublica.com.br/base/baixar_editais/) e ainda pode ser solicitados pelo e-mail – cpl.guamare@gmail.com.

Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966/99982-3647.

GUAMARE / RN, 11 de Setembro de 2019.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:603837CE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) N° 027/2019

O(A) Prefeito(a) do Município de PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, resolve homologar os atos praticados no procedimento licitatório referente ao Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 027/2019, Processo N° 3447/2019 originado pelo Memorando nº 150/2019 – Secretaria Municipal de Administração que objetiva a MATERIAL GRÁFICO E SERIGRÁFICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETÁRIAS, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, o qual foi adjudicado a(s) empresa(s) COPY ARTE GRAFICA E SERIGRAFIA LTDA - ME (02.795.095/0001-02), quanto ao(s) ITEN(S) [19], no valor total de R$ 7.000,00 (sete mil reais), G DE A CORREIA COMÉRCIO & SERVIÇOS (24.926.220/0001-09), quanto ao(s) ITEN(S) [5, 8, 9, 17, 27], no valor total de R$ 25.640,00 (vinte e cinco mil seiscentos e quarenta reais), LM SERVGRAFICA E COPIADORA LTDA (07.805.649/0001-29), quanto ao(s) ITEN(S) [1, 2, 3, 4, 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22], no valor total de R$ 63.144,00 (sessenta e três mil cento e quarenta e quatro reais), MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO

SILVA - ME (11.886.312/0001-60), quanto ao(s) ITEN(S) [23, 25, 26], no valor total de R$ 174.720,00 (cento e setenta e quatro mil setecentos e vinte reais), RF - SERVIÇOS DE CONFECÇÕES EIRELI-ME (13.587.119/0001-54), quanto ao(s) ITEN(S) [13, 20, 24], no valor total de R$ 64.220,00 (sessenta e quatro mil duzentos e vinte reais), SOLUÇÃO GRÁFICA LTDA - ME (06.101.409/0001-80), quanto ao(s) ITEN(S) [6], no valor total de R$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais), totalizando o valor global, para fins de contratação, de R$ 337.174,00 (trezentos e trinta e sete mil cento e setenta e quatro reais), respeitado os valores máximos indicados, tendo em vista que o tipo da licitação é o de Menor Preço Por Item, para que produza os efeitos legais nos termos do art. 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual.

GUAMARE / RN, 11 de Setembro de 2019

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:6108729D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE SESSÃO DE CONTINUAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL NO 030/2019

O **Pregoeiro Oficial do Município de Guamaré/RN**, torna público aos interessados e participantes do certame acima identificado, em especial as empresas participantes, que a **sessão de continuidade** do certame ocorrerá no dia **17 DE SETEMBRO DE 2019, PELAS 09H00MIN (nove horas)**, na **Sala de Licitações** da **Prefeitura Municipal de Guamaré, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN**.
Por fim, o Sr. Pregoeiro informa que o processo permanecerá com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitações, localizado no prédio sede da Secretaria Municipal de Transporte e Transito de Guamaré/RN, situado na Travessa José do Egito, nº 34, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000.
Comunicamos, ainda, que o processo se encontra com vistas aberta, à disposição dos interessados, dos interessados no endereço indicado alhures, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h de segunda a quinta-feira, nas sexta-feira das 08:00h às 12:00h, em dias de expediente.
Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966 / 99982-3647**.**

Guamaré (RN), 11 de Setembro de 2019.

KLEUTON FERREIRA MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:CB7A2C03

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 41.8/2019

No dia 14/08/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 032/2019, homologado em 12/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: JP EQUIPAMENTOS EIRELI (17.473.920/0001-20)	
CNPJ: 17.473.920/0001-20	Telefones: 47) 33274-122 / (47) 98839-6863
Endereço: RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN. 5220 - GALPAOG7 - ITOUPAVA CENTRAL	
Representante Legal: PRISCILA ROQUE BORGES	
RG: 1.117.631-8	CPF: 418.506.889-15
Email: licitablumenau@gmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
184	MOTOSSERRA LINHA PROFISSIONAL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 3,4 HP, PESO MÁXIMO DE 5,2 KG. GASOLINA	IYNUS	Und. / 2	1.609,65	3.219,30
Total	3.219,30 (três mil duzentos e dezenove reais e trinta centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 14/08/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

PRISCILA ROQUE BORGES
JP Equipamentos EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:902A666F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 41.15/2019

No dia 14/08/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 032/2019, homologado em 12/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: INSTRUTHERM INSTRUMENTOS DE MEDICAO LTDA (53.775.862/0001-52)	
CNPJ: 53.775.862/0001-52	Telefones: (11) 2144-2849
Endereço: R JORGE DE FREITAS , 274 - VILA SANTA DELFINA	
Representante Legal: EVAIR MENEZES CAETANO	
RG: 14.262.402	CPF: 052.510.748-75
Email: licitacao@instrutherm.com.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
5	ALICATE AMPERÍMETRO	INSTRUTHERM	Und. / 3	54,39	163,17
Total	163,17 (cento e sessenta e três reais e dezessete centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 14/08/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

EVAIR MENEZES CAETANO
Instrutherm Instrumentos de Medicao LTDA

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:DE42CBF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 47.5/2019

No dia 03/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 053/2019, homologado em 02/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: VANESSA RODRIGUES DE CARVALHO - EIRELI (11.366.017/0001-83)	
CNPJ: 11.366.017/0001-83	Telefones: (31) 9925-9793
Endereço: RUA CASTANHEIRA 208 ANDAR: 02; - BAIRRO ARVOREDO CEP 32113-240 - CONTAGEM/MG	
Representante Legal: LEONARDO LINCES DUARTE	
RG: MG-065.929/0	CPF: 009.696.446-47
Email: equipe_vendas@hotmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
93	CHUTEIRAS FUTSAL, ESTILO: CLÁSSICA, MATERIAL: SINTÉTICO, TRAVA: SEM TRAVA, CABEDAL: SINTÉTICO, ENTRESSOLA: BORRACHA, SOLADO: BORRACHA, PESO DO PRODUTO: 140 G (O PESO DO CALÇADO VARIA DE ACORDO COM A NUMERAÇÃO). TAMANHOS: 33 AO 40	EQUIPE	PAR / 160	59,60	9.536,00
Total	9.536,00 (nove mil quinhentos e trinta e seis reais)				

1 – DO OBJETO
1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 03/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

LEONARDO LINCES DUARTE
Vanessa Rodrigues de Carvalho - EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:8356C2D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2019

O Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, torna público o resultado de julgamento do processo licitatório, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO** objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO POR 30 (TRINTA) DIAS, CONSIDERANDO A URGÊNCIA DO SERVIÇO EM TELA VISANDO ATENDER TODA A DEMANDA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, BEM COMO SERVIÇOS ESSENCIAIS PRESTADOS À POPULAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA.** De acordo com a Lei 8.666/93, foi declarada a proposta mais vantajosa da Empresa: **ROD MAIS LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 32.397.512/0001-20,**

estabelecida a Rua Wanderley W. de Barros, nº 106 – Nova Parnamirim - Parnamirim/RN – CEP: 59.152-760, com valor global de R$ 15.350,00 (quinze mil, trezentos e cinquenta reais). Prazo: 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

Ielmo Marinho/RN, 11 de Setembro de 2019.

CÁSSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:7B93CFAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 367/2019

De 10 de Setembro de 2019

Autoriza a Cessão de Servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, de conformidade com a lei Orgânica do Município datada de 23.03.1990 e com art. 29 da Lei Complementar Municipal n. 002/2008, de 15 de Abril de 2008;

CONSIDERANDO a convocação de servidor nº 002/2019 publicada no Diário Oficial dos Municípios – FEMURN no dia 29 de Agosto de 2019, na edição 2093 com código identificador: 8BA9D064;
CONSIDERANDO o Ofício nº 050/2019 – GJ do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte – 1ª Vara da Comarca de Macaíba, no dia 09 de Setembro de 2019, emitido pela Excelentíssima Senhora Luiza Cavalcante Passos Frye Peixoto, Juíza de Direito, a qual trata-se sobre a permanência de cessão da servidora ERIKA PATRÍCIA EMÍDIO DA SILVA.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica cedido a servidora pública municipal **ERIKA PATRICIA EMÍDIO DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 011.899.714-96,** ocupante do cargo efetivo de Educadora Infantil N2-A, Matricula 1141, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para prestar seus serviços na Associação Macaibense de Acolhimento Institucional – AMAI, com sede na Rua Dr. Pedro Matos, 20, Centro, Macaíba/RN, entidade que atualmente executa as medidas de proteção prevista no art. 101, inciso VII, da Lei nº 8.069/90, com ônus para esta prefeitura.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CASSIO CAVALCANTE DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aécio Varela da Silva
Código Identificador:85C93DB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO DE ATA

PROCESSO ADMINISTRATIVO MI N° 2220/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019

PROPONENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, CNPJ (MF) nº 08.094.708/0001-60. PROPONENTE CONTRATADA: FERNANDES & MEDEIROS VAREGISTA LTDA, CNPJ de nº 08.883.446/0001-13, no Valor Total de R$ 137.060,00 (cento e trinta e sete mil e sessenta reais).

OBJETO: **Registro de preços para Contratação de Pessoa Jurídica visando o fornecimento de material esportivo para atender a demanda do Município de Ipueira/RN.**

Base legal: Lei n° 10.520/2002.

Ipueira/RN. 09 de setembro de 2019.

JOSÉ MORGANIO PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alisson Kêmis Araújo
Código Identificador:22508BB6

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
CONVOCAÇÃO DE EMPRESA PARA CESSÃO DE NEGOCIAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO MI N° 1503/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019
Sistema de Registro de Preços (SRP)

Assunto: **PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO ITEM 10 DO PREGÃO 018/2019 PELA EMPRESA TOP PEÇAS VIDROS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP.**

Considerando o pedido de desistência e ainda os motivos expostos pela licitante mediante ofício encaminhado ao município.

Resolvemos pela aceitabilidade da desistência do item 10 do pregão 018/2019, adjudicado a empresa **TOP PEÇAS VIDROS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EPP, inscrita no CNPJ de nº 23.33.897/0001-28.**

CONVOQUE - SE a empresa A JULIANNY LIMA DA SILVA, CNPJ Nº 13.258.973.0001.77, segunda melhor colocada para sessão de negociação do item mencionado a realizar-se-á no dia 13 de agosto de 2019.

Ipueira/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ MORGANIO PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alisson Kêmis Araújo
Código Identificador:5FFCC554

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO/RN nº 2728/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 049/2019

Fica dispensável de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a Contratação emergencial de empresa para fornecimento de pessoal (mão de obra) para atender as necessidades das secretarias do Município de Ipueira RN, com fulcro no artigo 24, inciso IV, da Lei no8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.
CREDORES: CONSTRUTORA ASSU EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ 07.126.573/0001-05, estabelecida na Rua Landina Emília Macêdo Freire, 826 – Caixa Postal 37 – Bairro Quinta do Farol – ASSU/RN, cujos valores da proposta apresentada pela contratada iguais a R$ 61.141,62 (sessenta e um mil, cento e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), mensais.

Ipueira/RN, 05 de setembro de 2019.

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alisson Kêmis Araújo
Código Identificador:26B42643

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO MI/RN Nº 2728/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2019
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, CNPJ (MF) nº 08.094.708/0001-60.
CONTRATADA: CONSTRUTORA ASSU EIRELI, DEVIDAMENTE INSCRITA NO CNPJ 07.126.573/0001-05, no Valor Total de R$ 366.849,72 (Trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos).

OBJETO: Contratação emergencial de empresa para fornecimento de pessoal (mão de obra) para atender as necessidades das secretarias do Município de Ipueira RN, firmam o presente instrumento de contrato com fundamento art, 24, IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nº 8.883, de 08 de junho de 1994 e 9.648, de 27 de maio de 1998.

A vigência do presente contrato vigorará a partir da data de sua subscrição com término em 180 (cento e oitenta) dias.

Ipueira-RN, 06 de setembro de 2019

JOSÉ MORGÂNIO PAIVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alisson Kêmis Araújo
Código Identificador:AB42CE64

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATAÇÃO DE CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA DE URGÊNCIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA 09.09.001/2019

Face ao contido nos autos, considerando a necessidade de atender a demanda da unidade solicitante, cujo objeto encontra-se delimitado e devidamente justificado.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTA MEDICA ESPECIALIZADA DE URGÊNCIA.
E tendo em vista que o objeto se enquadra no disposto no art. 24, inc. IV, da lei 8.666/93, referindo-se a dispensa de licitação nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas (...). Diante o exposto, com base nos fundamentos acima expostos, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO no valor de R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) em favor de: INSTITUTO DO CORAÇÃO WILSON ROSADO, CNPJ 07.303.701.0001-49.
Inexistindo qualquer óbice legal, proceda-se com a expedição da respectiva Ordem de compra/Serviço e Nota de Empenho.
Após, encaminhe-se o processo a Secretaria de finanças para execução do pagamento.

Itaú/RN, 09 de setembro de 2019

IVAN FERNANDES DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Marcos Antonio Moreira de Morais
Código Identificador:BE4D4165

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO NO. 99/2019 PROCESSO NO. 129/2019 EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Jaçanã/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE, dispensar o procedimento licitatório para realização desta despesa, conforme seguintes dados: CONTRATANTE: Município de Jaçanã/RN, inscrito no CNPJ sob no. 08.158.800/0001-47. CONTRATADA: M W B DE MOURA - ME, inscrita no CNPJ/CPF sob no. 11.889.653/0001-90. OBJETO: DESPESA COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM BOMBAS D'ÁGUA PARA O MUNICÍPIO DE JAÇANÃ-RN. VALOR GLOBAL: R$ 53.400,00(cinquenta e três mil e quatrocentos reais). ORIGEM DOS RECURSOS: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, V da Lei Federal no. 8.666/93.

Jaçanã/RN, 11 de setembro de 2019

OTON MÁRIO DE ARAÚJO COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oelson Costa
Código Identificador:C261B61D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000011/2019 – PMJ/RN AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 000011/2019 – PMJ/RN
AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
O MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, por intermédio da sua Pregoeira, tendo em vista o disposto na Lei nº. 10.520/93, comunica que a empresa WASTE COLETA DE RESÍDUOS HOSPITALARES LTDA (CNPJ: 20.474.613/0001-78), interpôs recurso administrativo contra o resultado da licitação publicado no dia 27 (vinte e sete) de agosto de 2019 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte. A peça recursal e demais documentos pertinentes ao certame em comento encontram-se a disposição dos interessados para exame, cópia e querendo, apresentação de impugnação ou contrarrazões de recurso.

Jandaíra/RN, 09 de setembro de 2019.

PRISCILA MABEL ARAÚJO BRÁZ
Pregoeira do Município

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:5246FC35

GABINETE DO PREFEITO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 000005/2019 – PMJ/RN

AVISO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS
O **MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN**, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará a sessão pública, para abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas na **TOMADA DE PREÇOS Nº. 000005/2019 – PMJ/RN** às **09:30h** do dia **13 DE SETEMBRO DE 2019.** Qualquer informação poderá ser obtida na sede da Prefeitura Municipal de Jandaíra/RN, situada na Av. Aristófanes Fernandes, s/n, Centro, Jandaíra/RN, CEP: 59.594-000, no horário de 07:00h às 13:00h (de segunda à sexta-feira).

Jandaíra/RN, 11 de setembro de 2019.

ALCINDA UBERACYRA DE MESQUITA CAVALCANTE
Presidente da CPL

Publicado por:
Alcinda Uberacyra de Mesquita Cavalcante
Código Identificador:09BE00ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 145/ 2019.

CONCEDE diária(s) a(o) Servidor(a) abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Conceder a(o) Sr.(a) **DAMIANA FÉLIX GALDINO**, matricula: 833, CPF 041.844.384-07, ocupante do cargo de Coordenadora de Vigilância Sanitária, o pagamento de 01 (uma) diária ao preço unitário de R$. 120,00 (cento e vinte reais), numa **viagem** a Mossoró-RN, para participar de uma "***Exposição Comentada Sobre a RDC 207/2018 e sua Aplicabilidade nos Municípios***", conforme Convite anexo, a mesma acontecerá na próxima quarta-feira, dia 11 de setembro de 2019, das 08:30h às 17:00h, no auditório da Faculdade Pitágoras em Mossoró-RN.
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Janduís–RN, 10 de setembro de 2019

ANTONIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal
CPF: 067.180.784-68

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:14AF6B2F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 147/2019

CONCEDE diária(s) a(o) Servidor(a) abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Conceder a(o) Sr.(a) do servidor **MARINALDO JOAQUIM DA SILVA**, matrícula 800, CPF 059.422.294-06, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Saúde e Saneamento Básico, 01 (uma) diária, ao preço unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), para custear despesas numa viagem à cidade de Mossoró-RN, para participar de uma ***'Reunião Técnica' para avaliação dos indicadores do SISPACTO***, que acontecerá na próxima sexta-feira, dia 13/09/2019, no auditório da II URSAP em Mossoró, de 08:30 às 12:00 horas, conforme Ofício Circular n• 055/2019 em anexo.
Art. 2°. Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Janduís – RN, 11 de setembro de 2019

ANTONIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal
CPF: 067.180.784-68

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:7F64294B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 148/ 2019

CONCEDE diária(s) a(o) Servidor(a) abaixo designado e dá outras providências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS, através do seu agente com competência delegada pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1°. - Conceder a(o) Sr.(a) do servidor ELTON DOUGLAS DANTAS FERNANDES, matricula: 430, inscrito no CPF sob o n° CPF 057.120.294-21, ocupante do cargo de Digitador, o pagamento de 01 (uma) diária ao preço unitário de R$. 120,00 (cento e vinte reais), numa **viagem** a Mossoró-RN, para participar de uma ***'Reunião Técnica' para avaliação dos indicadores do SISPACTO***, que acontecerá na próxima sexta-feira, dia 13/09/2019, no auditório da II URSAP em Mossoró, de 08:30 às 12:00 horas, conforme Ofício Circular n• 055/2019 em anexo.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se
Cumpra-se.

Janduís – RN, 11 de setembro de 2019

ANTONIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal
CPF: 067.180.784-68

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:E1F471DD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP Nº 03/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO Tomada de Preço Nº 3/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Tomada de Preço nº 3/2019 com início 06 de agosto de 2019, realizado em 04 de setembro de 2019, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório provenciente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:
SERRA LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA ME- CNPJ: 13.721.826/0001-91 , saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1 ; totalizando o valor de **R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais)**.

Janduis/RN, 05 de setembro de 2019.

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:358250F9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO TP Nº 03//2019

ATO ADJUDICATÓRIO
Considerando O que determina a Lei Federal Nº 8.666 De 21 de Junho de 1993, e suas atualizações posteriores;
Considerando Ainda O que dispõe os autos do processo, proferidos pela Comissão Permanente de Licitação do Município;

No dia 04 de setembro de 2019, foi realizado sessão publica de Comunicação do Julgamento da Habilitação, após decorrido o prazo recursal, sem nenhuma empesa recorrer do julgamento, em 04 de setembro de 2019, se deu Abertura dos envelopes para o Julgamento das Propostas da licitação em epigrafe. Por se tratar de um serviço com caráter de necessidades de manutenção de prédios públicos, em, 05 de setembro de 2019, **Adjudicamos.** O Processo de Licitação, realizado na Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019, que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO DE PREDIO PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE JANDUIS/RN..** Já qualificada nos auto do presente processo, em favor da Pessoa Jurídica: **SERRA LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA ME, CNPJ Nº 136.721.826/0001-91, Rua Lauro Maira, 161, Sala A, Centro Olho D'Água dos Borges - RN**, apresentou o valor de R$ R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), ofereceu assim o melhor desempenho e proposta para a Administração Publica do Município de Janduís - RN.

Janduís, 05 de setembro de 2019

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:5773AE99

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO T Nº 03/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090603/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: **SERRA LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA ME, CNPJ Nº 136.721.826/0001-91, Rua Lauro Maira, 161, Sala A, Centro Olho D'Água dos Borges – RN**
Processo nº 154/2019 - Tomada de Preço nº 3/2019 - CPL
Objeto: Contratação dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva com a aquisição dos insumos a serem realizados nos órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Janduis - RN.
VALOR: R$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). Orçamento 2019, Manut. de Preedio Publicos - 339039 - Outros Serviços de Terceiros PJ

Prefeitura Municipal de Janduis.
ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal
Contratante

SERRA LIMA EMPREENDIMENTOS LTDA ME
Empresa Contratada

Janduís, 06 de setembro de 2019

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:147E8570

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 090620/2018

1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO nº 090620/2018 - QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN, E A EMPRESA:

Pelo presente instrumento de **FORNECIMENTO**, de um lado, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS/RN**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.349.003/0001-47, estabelecida a Rua Santa Terezinha, 21 - Centro – CEP 59.690-000 – Tel. (0xx84) 3366-0150 – Fax: (0xx84) 3366-0169 - Janduís/RN, por seu representante legal o Prefeito Constitucional Sr. . **ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA**, brasileiro, capaz, residente e domiciliado à Rua Adrião Fernandes, nº 11 – Bairro Centro – Janduís/RN, portador do CPF nº 048.109.784-86, doravante denominado de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa **PAULO MARCIO MARTINS DA SILVA EI CPF Nº 104.766.834-32**, CNPJ nº 27.401.331/0001-90, R Nazare Camara, 541, Centro, Pedra Grande – RN, neste ato representado pelo seu titular o (a) Sr(a PAULO MARCIO MARTINS DA SILVA EI CPF Nº 104.766.834-32 doravante denominado(a) de CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o que se segue:
DA AUTORIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, exarada em despacho constante do MEMORANDO Nº 140/2018, gerado pelo PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2018, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, como se nele estivesse contido.
FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, (DOU 18.07.2002, ret. DOU 30.07.2002), Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000, pela Lei Federal N° 8.666, de 21/07/1993 e suas alterações, e demais exigências deste Edital e seus Anexos**.**
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
Constitui **Objeto** do presente instrumento Contratual o Registro de preços para uma possível futura aquisição de forma parcelada de material gráfico para manutenção das atividades das secretarias municipais. Conforme especificações relacionadas abaixo: saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77.
Cláusula Segunda – Do prazo de vigência: 12 (doze) meses
O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir da data de sua assinatura.
Cláusula terceira– Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

Cláusula Quarta – Da Publicação e do Registro
A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Janduís, 04 de setembro de 2019

ANTÔNIO JOSÉ BEZERRA
Prefeito Municipal

PAULO MARCIO MARTINS DA SILVA EI
CPF Nº 104.766.834-32,
CNPJ nº 27.401.331/0001-90

Publicado por:
Daniel Joaquim Roberto
Código Identificador:61C45D83

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

CPL
RESULTADO DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP

RESULTADO DO JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

Licitação:PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP.

Objeto: Aquisição futura de Lubrificantes para atender as necessidades da Frota de Veiculos do Município de Japi/RN.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item.

Licitante(s) Vencedor(es):ANGELO MARCOS DA SILVA GURGEL-ME, INSCRITA NO CNPJ: 26.798.936/0001-01 - saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, da Licitação.

Data: 11 de Setembro de 2019

JOSÉ EDSON GOMES
Pregoeiro Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal. Em, 11 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:9630B0B6

CPL
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP

EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP
O Pregoeiro do Município de Japi/RN, vem **ADJUDICAR** o resultado da Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP**, à(s) empresa(s) e no(s) lote(s) conforme abaixo relacionado, objetivando o Registro de Preços para Aquisição futura de Lubrificantes para atender as necessidades da Frota de Veículos do Município de Japi/RN

Licitante(s) Vencedor(es):ANGELO MARCOS DA SILVA GURGEL-ME, INSCRITA NO CNPJ: 26.798.936/0001-01 - saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, da Licitação.

Data: 11 de Setembro de 2019

JOSÉ EDSON GOMES
Pregoeiro Municipal

Publicado no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal. Em, 11 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:290E2CE8

CPL
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP
Circunstanciado(a) pelo Parecer de Julgamento apresentado pelo(a) Pregoeiro(a) desta Municipalidade, venho **HOMOLOGAR** o resultado da Licitação – **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - SRP**, à(s) empresa(s) e no(s) lote(s) conforme abaixo relacionado, objetivando o Registro de Preços para Aquisição futura de Lubrificantes para atender as necessidades da Frota de Veículos do Município de Japi/RN, haja visto que foi(foram) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s) e em conformidade com os ditames editalícios apresentada(s) à Edilidade, estando de acordo com os preços praticados no mercado e especificações do Edital.

Licitante(s) Vencedor(es):ANGELO MARCOS DA SILVA GURGEL-ME, INSCRITA NO CNPJ: 26.798.936/0001-01 - saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, da Licitação.

Japi/RN, em 11 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:AC7E186B

CPL
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011109/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019-SRP

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011109/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019-SRP
OBJETO: Aquisição futura de Lubrificantes para atender as necessidades da Frota de Veiculos do Município de Japi/RN.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Japi/RN.
Licitante(s) Vencedor(es):ANGELO MARCOS DA SILVA GURGEL-ME, INSCRITA NO CNPJ: 26.798.936/0001-01 - saiu vencedor(a) no(s) item(ns) : 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, da Licitação.
.

Japi/RN, em 11 de Setembro de 2019.

JODOVAL FERREIRA DE PONTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:FBD1BA77

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1204/2019

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Jardim de Angicos/RN, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo que consta deste processo administrativo, vem emitir a presente declaração de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, fundamentado no inciso II, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, para Realização de BCR-ABL quantitativo P210, para o paciente José Gilson Bezerra Pereira, conforme requisição médica anexa, pelo valor Estimado de R$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

Assim, nos termos do art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, venho comunicar a Chefe do Executivo a presente declaração, para que seja processada a devida **RATIFICAÇÃO DA DISPENSA**, caso esteja de acordo.

Jardim de Angicos/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ MÁRIO BARBOSA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:C865C37E

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1204/2019

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Jardim de Angicos/RN, em cumprimento a Ratificação procedida pela Chefa do Executivo Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a seguir:

OBJETO..... : Realização de BCR-ABL quantitativo P210, para o paciente José Gilson Bezerra Pereira, conforme requisição médica anexa.

FAVORECIDO..... : Laboratório DNA Center, inscrita no CNPJ: 03.787.962/0001-20**.**

VALOR GLOBAL..... : R$ 580,00 (quinhentos e oitenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL..... : Art. 24, inciso II**,** da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA.: emitida pelo(a) Secretário Municipal de Saúde e ratificada pela Chefe do Executivo Municipal, na qualidade de ordenador de despesas.

Jardim de Angicos/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ MÁRIO BARBOSA
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:3DFA88FD

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 091101/2019 TOMADA DE PREÇOS 04/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL JARDIM DE ANGICOS
CNPJ: 08.111.338/0001-22

CONTRATADA: **AF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES – ME**
CNPJ: **28.432.179/0001-75**

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação em paralelepípedo, método convencional e drenagem superficial da Rua Maria Augusta de Lima**.**

VALOR GLOBAL: **R$ 27.490,45 (vinte e sete mil e quatrocentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos)**.

07.001 – SEC. MUN. DE INFRA-EST. TRANSP. E SERV. URBANOS
1019 – CONST. E RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
10010000– RECURSOS ORDINÁRIOS

Jardim de Angicos/RN, 11 de Setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos
CNPJ: 08.111.338/0001-22
SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:4AA61E24

GABINETE DA PREFEITA
RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 183403/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2018-SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1233/2018-SRP

A Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 65 da Lei 8.6666/93, faz retificação a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183403/2019** em virtude de erro material/digitação constante no exposto abaixo:

ONDE SE LÊ: 34/2019.

LEIA-SE: 34/2018.

ONDE SE LÊ: 1233/2019.

LEIA-SE: 1233/2018.

Jardim de Angicos/RN, 10 de Setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:A101CBE0

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1204/2019

A Prefeita Constitucional do Município de Jardim de Angicos/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o art. 26 da Lei nº 8.666/93, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo, que trata da Contratação de empresa Laboratório DNA Center, inscrita no CNPJ: 03.787.962/0001-20, vem **RATIFICAR** a Declaração de Dispensa de Licitação. Por conseguinte, determino que se proceda a publicação do devido extrato.

Jardim de Angicos/RN, 11 de Setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Luiz Eugênio da Costa Neto Lima
Código Identificador:126B04D0

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA 289/2019

PORTARIA Nº 289/2019 - GP

Nomeia Diretora de Recebimento de Obras, desta municipalidade que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS/RN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica deste Município;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear a Senhora **Diana Araújo Rodrigues** para o cargo comissionado de Diretora de Recebimento de Obras, desta Prefeitura por tempo indeterminado, nomeação esta com efeitos retroativos a 01 de setembro de 2019.

Art. 2º - A servidora designada exercerá as funções inerentes ao cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jardim de Angicos/RN, 11 de setembro de 2019.

SUELY FONSECA BEZERRA DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Leonardo da Silva
Código Identificador:CDCBCCAD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 00045/2019. DOTAÇÃO: 10.031-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022- FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2017- FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB FIXO 2059- FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE 2019- FUNCIONAMENTO DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB 4.4.90.52- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 12140000- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde 1001000000- Recursos Ordinários 12110000- Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde. VIGÊNCIA: até 11/09/2020.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00078/2019 - 11.09.19 - ISLEY FONSECA DA MACENA DE ARAUJO - R$ 47.357,50; CT Nº 00079/2019 - 11.09.19 - M. K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS - R$ 71.640,00; CT Nº 00080/2019 - 11.09.19 - ZIB COMERCIO E SERVIÇOS - R$ 36.090,00; CT Nº 00081/2019 - 11.09.19 - R1 COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA EIRELI - R$ 50.940,00.

Publicado por:
Gefersson Calado de Sousa
Código Identificador:BAEEA002

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00046/2019

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00046/2019, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER A NECESSIADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; ADJUDICO o seu objeto a: ALIGRAF SERVIÇOS GRAFICOS LTDA -ME - R$ 116.589,85; LIVIA KAROL DOS SANTOS -ME - R$ 178.650,10; NOVA SOLUÇÃO EIRELI - R$ 115.965,00.

Jardim de Piranhas - RN, 09 de Setembro de 2019

GEFERSSON CALADO DE SOUSA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Gefersson Calado de Sousa
Código Identificador:329AE989

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00046/2019

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00046/2019, que objetiva: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER A NECESSIADE DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ALIGRAF SERVIÇOS GRAFICOS LTDA -ME - R$ 116.589,85; LIVIA KAROL DOS SANTOS -ME - R$ 178.650,10; NOVA SOLUÇÃO EIRELI - R$ 115.965,00.

Jardim de Piranhas - RN, 09 de Setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Gefersson Calado de Sousa
Código Identificador:99F7B2BC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 647/2019 - GP

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, II, VII e X e 68, I, §1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, **MARTANA DE LIMA MEDEIROS,** inscrita no CPF/MF 130.876.714-52, para o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Eventos – nível FG-2.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 05 de setembro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:E4706D12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 648/2019 - GP

Dispõe sobre a nomeação de servidor para o quadro de servidores do município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JORGE LUIZ SOARES DOS SANTOS, CPF nº 086.541.724-52, para ocupar em caráter efetivo o cargo Vigilante, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do quadro permanente da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, em virtude da aprovação do Concurso Público Municipal – Edital nº 001/2019, que teve seu resultado homologado pelo Decreto nº 1.218, de 11 de junho de 2019, publicado na edição nº 2038 do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte, em 12.06.2019.

Art. 2º - A Posse dar-se pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação da presente nomeação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar).

Art. 3º - Será tornado sem efeito o ato da nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, permitindo à Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN convocar o próximo conforme Edital do Concurso Público nº 001/2019.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 11 de setembro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:CC1A6A39

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO Nº 016/2019 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2019, para provimento efetivo nos cargo de nível fundamental, nível médio e nível superior, destinado ao preenchimento de vagas dos quadros de carreiras da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, CONVOCA o candidato habilitado, relacionado no Anexo I deste Edital, com vistas à nomeação para o cargo efetivo, observadas a seguintes condições;

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE POSSE:

Os candidatos relacionados no Anexo I, do presente Edital deverão comparecer a SMA – Secretaria Municipal de Administração, sito à Av. Governado Dix-Sept Rosado, nº 144, Centro, Jardim de Piranhas/RN, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da Publicação da Portaria de Nomeação, no horário de 08:00 h às 12:00h, para entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para assinatura do Termo de Posse.
Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 01.
O não comparecimento nos termos do item 01 do presente edital implicará a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado em concurso.

2. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO:

A publicação dos atos de nomeação, que se dará na data de publicação deste edital, será termo inicial para a posse do candidato, na forma do artigo 13, §3° da Lei Complementar de nº 001/1997, de 19 de Dezembro de 1997.

3. DA POSSE:

Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada a posse ao candidato, observado o prazo disposto neste edital, nos termos do art. 13 da Lei Complementar de nº 001/1997, de 19 de Dezembro de 1997. Empossado, o candidato terá o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Jardim de Piranhas/RN, na forma Lei Complementar de nº 001/1997, de 19 de Dezembro de 1997.

Gabinete do Prefeito, em 11 de setembro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO Nº 016/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
ANEXO – I

CARGO – VIGILANTE

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
145357-4	JORGE LUIZ SOARES DOS SANTOS	03

Gabinete do Prefeito, em 11 de setembro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

ANEXO – II – EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 016/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

01 (uma) foto 3x4 (recente);

Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
a) Preenchimento de Ficha Cadastral da Prefeitura Municipal (modelo em anexo);
b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
c) Número de PIS/PASEP;
d) Cédula de Identidade (RG);
e) Certidão de Nascimento ou de Casamento;
f) Certidão de Nascimento de filhos e dependentes, como também, cópia do CPF;
g) Certificado de Reservista ou equivalente (se homem);
h) Comprovante de Habilitação Profissional e Escolaridade exigida para o cargo;
i) Título Eleitoral juntamente com comprovante de quitação eleitoral;
j) Carteira de Trabalho (folhas de número e série e dados pessoais);
k) Comprovante de residência (boleto de Água, Luz, Telefone, etc.), atual;
l) Número da conta corrente do Banco do Brasil;
m) Registro no Conselho Competente, para os cargos exigidos no Edital;
n) Certificados e/ou Diplomas dos cursos exigidos, ou, documento comprobatório de atividade para o cargo pretendido, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2019;

Apresentação do original dos seguintes documentos:
a) Atestado de capacidade física e mental para o exercício das atribuições do cargo e função, emitido por profissional habilitado;
b) Apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;
c) Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal (modelo em anexo);
d) Declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;
e) Certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus;
f) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;
g) Declaração de bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda (Ano Base 2018);
h) Declaração de acúmulo de cargos assinada de que o candidato não exerce outro cargo público. Em caso positivo, declarar: Órgão, local de lotação, cargo, carga horária semanal, horários de expediente, nome do chefe imediato e telefone de contato (modelo em anexo);

Gabinete do Prefeito, em 11 de setembro de 2019.

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 016/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DECLARAÇÃO DE BENS – ANEXO III

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar;
( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Se, Descreve quais bens:

NOME COMPLETO: _____
CARGO: _____
LOCAL E DATA: _____

_____
Assinatura – Nome

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 016/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019
DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS – ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI ACUMULAÇÃO DE CARGO

Eu _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ – Bairro _____, nesta cidade de _____, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN – Edital 2019, para o cargo de _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei, junto a Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, que **não** exerço nenhum outro cargo, emprego ou função no Serviço Público, quer seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, quer seja na Administração Direta ou Indireta, cuja acumulação seja vedada com o cargo para o qual serei nomeado, conforme estabelece o caput do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição Federal.

Jardim de Piranhas/RN, dia/mês/ano.

_____
Assinatura

OU

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE POSSUI ACUMULAÇÃO DE CARGO

Eu _____, portador da Carteira de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ nº _____ – Bairro _____, nesta cidade de _____, aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN – Edital 2019, para o cargo de _____, declaro para os devidos fins, sob as penas da Lei, junto a Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, que por ocasião da posse que mantenho outro cargo, emprego ou função no Serviço Público, conforme estabelece o caput do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição Federal. Informo que possuo vínculo com o Órgão _____, lotado(a) no(a) _____ no Cargo de_____, com carga horária semanal de _____ horas, que cumpro nos dias e horários abaixo descriminados e conforme declaração, anexa, expedida por (Nome/cargo) e telefone para contato.

DIAS	HORÁRIO

Jardim de Piranhas/RN, dia/mês/ano.

_____
Assinatura

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº 016/2019
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

DECLARAÇÃO QUE NÃO SOFREU PENALIDADES DISCIPLINARES – ANEXO V

Eu, _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, confirme legislação aplicável.
E por ser verdade, firmo a presente declaração.

NOME COMPLETO: _____
CARGO: _____
LOCAL E DATA: _____

_____
Assinatura – Nome

ANEXO VI
FICHA CADASTRAL – eSocial
Dados Pessoais e Funcionais

Nome:		
Nacionalidade: BRASILEIRA	Naturalidade/Estado:	Cor:
CPF:	Data de Nascimento:	PIS/PASEP:
Carteira de Trabalho nº:	Série:	Data de Emissão:
Estado Civil:	Nº do Registo:	Cartório:
RG: Órgão expedidor: Data de Emissão:		
Titulo de eleitor: Zona: Seção:		
Nome do Pai:		
Nome da Mãe:		
Nome do Cônjuge:	D/N:	CPF:
Nº do Registro no Conselho de Classe: Data de Emissão: Data de Validade:		
(Para Motoristas) CNH nº Categoria: Data de Expedição: Data de Validade:		
(Para homens) Reservista ou Certificado de Dispensa nº:		
Endereço/Nº:		Bairro:
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	
Conta Bancária para pagamento – **Banco do BRASIL** Agência: Conta Corrente:		
Grau de Escolaridade:		
Dependentes:		
Nome/Grau de Parentesco:	D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:	D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:	D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:	D/N:	CPF:
Nome/Grau de Parentesco:	D/N:	CPF:
Nº da Portaria de Nomeação:	Cargo/Função:	
Data de Admissão:	Carga Horária Semanal:	
Lotação:		
Regime de trabalho: ( ) Segunda-feira a sexta-feira ( ) Plantão ( ) 16h ( ) Outros:		
Outros Dados:		
Possui outro vínculo: ( )Sim ( )Não		
Cargo:	Função:	
Carga Horária Semanal:	Órgão:	
Cargo:	Função:	
Carga Horária Semanal:	Órgão:	

Eu, _____(Assonatura do Servidor). Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto noCódigo PenalBrasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má-Fé.
Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades das declarações prestadas, firmo a presente.

Jardim de Piranhas/RN, ____ de _____ de 2019.

Publicado por:
Ardenes Rodrigues Gomes da Silva
Código Identificador:EBE1AEFC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº 006/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO MJS/RN – 619.013/2019

CONTRATANTE: Município de Jardim do Seridó/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA**: YNNOVE CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.317.871/0001-76; **OBJETO:** Contratação de empresa especializada para pavimentação à paralelepípedos com drenagem superficial na rua projetada (entre a Rua Paulino Medeiros e Rua Santos Dumont – Canal), conforme projeto básico**; DATA DA ASSINATURA:** 11 de Setembro de 2019; **VIGÊNCIA**: 11 de Setembro de 2019 e termo final em 31 de Dezembro de 2019; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Tomada de Preço; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 39.281,41 (Trinta e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos); **SUBSCRITORES:** José Amazan Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 357.721.584-49 – pelo Contratante e Yvys Jardim de Medeiros Silva, inscrito no CPF/MF sob o nº 061.398.014-00 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:7E9C298B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº 624.026/2019

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando a Licitação - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2019, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE INSUMOS AMBULATORIAIS. LOCAL DE REALIZAÇÃO: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - Acesso BLL Compras". INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11 de setembro de 2019. FIM DE RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 25 de setembro de 2019 às 07hs00min. INÍCIO DA DISPUTA: 25 de setembro de 2019 às 08hs00min. As especificações estão estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível no Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", à Pç. Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no horário das 07hs00min às 13hs00min, de segunda a sexta-feira, como também nos sites: www.bll.org.br e www.jardimdoserido.rn.gov.br. Maiores informações serão prestadas pelo e-mail: cpl_js@outlook.com ou pelo Fone: (84) 3472-3902.

Jardim do Seridó/RN, em 11 de setembro de 2019.

JAELYSON MAX PEREIRA DE MEDEIROS
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Jaelyson max Pereira de Medeiros
Código Identificador:C4891AA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 190-A, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DO GABINETE DO PREFEITO,

CONSIDERANDO o artigo 55 e seguintes da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.293, de 02 de maio de 2017, que regulamentam a concessão de diárias ao Prefeito e Servidores do Poder Executivo Local;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a **JOSÉ AMAZAN SILVA**, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, 01 diária integral na importância de R$ 400,00 (quatrocentos reais), ficando o mesmo autorizado a se deslocar à Natal/RN nos dias 10 e 11 de setembro de 2019 para comparecer a uma reunião no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para tratar do Programa "Redesenhando a Gestão Pública: do Planejamento ao Controle", na sala da coordenação geral da Escola de Contas do TCE/RN, em Natal/RN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 9 de setembro de 2019.

MANOEL LUCIO DE MEDEIROS FILHO
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:34AC2587

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 193, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 77, IV, da Lei nº 593, de 22 de junho de 1994 – Regime Jurídico único dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, regulamentado pelo Decreto 1.010, de 04 de outubro de 2011,

Considerando ainda o teor do Processo Administrativo nº 107/2019, da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder a servidora **Tércia Azevedo de Oliveira**, matrícula nº 1360, ocupante do cargo de Zeladora, Licença – Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – período de 01/10/2019 a 29/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:3518B49C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor M. S.S. FERREIRA COMERCIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL referente a nota de liquidação n.º 379/2019, datada de 09/09/2019, do empenho nº. 822001/2019, no valor de R$ 11.815,88 (Onze mil oitocentos quinze reais oitenta oito centavos), referente nota fiscal nº. 003.956. O referido pagamento refere-se aquisição de material de construção para a secretaria municipal de construção geral, referente a manutenção da prefeitura e demais secretarias do munmicipio.
O pagamento da referida nota fiscal foi feito antecipadamente pela necessidade de entrega do material para conclusão dos reparos, o que seria impossível sem a aquisição de material, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 11 de setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:8E491342

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do

fornecedor M. S.S. FERREIRA COMERCIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL referente a nota de liquidação n.º 384/2019, datada de 09/09/2019, do empenho nº. 822006/2019, no valor de R$ 12.298,82 (Doze mil duzentos noventa oito reais e oitenta dois centavos), referente nota fiscal nº.003967. O referido pagamento refere-se aquisição de material de construção para a secretaria municipal de construção geral, referente a manutenção da prefeitura e demais secretarias do munmicipio.
O pagamento da referida nota fiscal foi feito antecipadamente pela necessidade de entrega do material para conclusão dos reparos, o que seria impossível sem a aquisição de material, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 11 de setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:147A0A8A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 420/2019- GP

O Prefeito do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no Art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:
Art. 1° - Exonerar a pedido o Senhor, KERGINALDO VENÂNCIO DE SOUZA E SILVA , brasileiro,, residente e domiciliado no município de João Câmara/RN, portador do C.P.F.: 098.125.634-15, do Cargo em comissão de Vice-Diretor da Escola Municipal Professor Cicero Varela da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Dependências do Palácio do Torreão, Gabinete do Prefeito Municipal de João Câmara-RN, em 11 de setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:5D426D12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 413/2019- GP

REPUBLICAÇÃO

Republica-se por incorreção a Portaria nº 413/2019, de 20 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial do Município de nº 911 de 23 de agosto de 2019. "RETIFICA O NOME MEMBRO DO SETOR TÉCNICO, JOSÉ MARTINS DE LIMA"

O Prefeito do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no Art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear os membros da Comissão da Defesa Civil, conforme funções especificadas abaixo:

I. COORDENADOR:
João Maria da Silva Cruz
C.P.F.: 778.032.134-72

II. SECRETÁRIA:

Ana Cristina Braz Silveira
C.P.F.: 806.676.004-34

III. SETOR TÉCNICO:
José Martins de Lima
C.P.F.: 904.249.804-87

IV. SETOR OPERACIONAL:
Josenildo Valentim da Silva
C.P.F.: 722.514.094-91

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dependências do Palácio do Torreão, Gabinete do Prefeito Municipal de João Câmara-RN, em 20 de agosto de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
George Samy Claudino da Silva
Código Identificador:C2AFDA3D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 419/2019- GP

O Prefeito do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no Art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e em consonância com a Lei Municipal N° 014/97 de 26 de dezembro de 1997,

RESOLVE:

Art 1◦- Nomear os membros que constituirão o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil.

I-REPRESENTANTE DO GABINETE DO PREFEITO
Christyan Saint Clair da Silva- CPF: 876.557.304-82 e RG: 1.892.486

II-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Benedito Alves da Silva- CPF:154.636.304-10 e RG:310.224

III-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Mauricio Caetano Damascena Filho- CPF:028.202.924-96 e RG:169.698.8

IV-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Andrelúcia Cordeiro do Nascimento- CPF: 057.032.634-68 e RG: 110.321

V-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, PECUÁRIA E RECURSOS HIDRÍCOS
João Caetano Damascena- CPF: 366.002.884-34 e RG: 670.574

VI-REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO
Aldo Torquato da Silva- CPF: 057.032.634-68 e RG: 110.321
VII-REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA
Josino Raimundo da Silva- CPF: 021.047.994-90 e RG:001.568.424

VIII-REPRESENTANTE DA IGREJA EVANGÉLICA
Sebastião Soares da Câmara- CPF:008.000.818-62 e RG: 252.383

IX-REPRESENTANTE DA GUARDA MUNICIPAL
Ubiraci Lucas Cavalcante- CPF: 737.544.544.00 e RG: 001.223.812

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dependências do Palácio do Torreão, Gabinete do Prefeito Municipal de João Câmara-RN, em 10 de setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
George Samy Claudino da Silva
Código Identificador:736C6B88

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 15º da Resolução 032/2016-TCE-RN, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor CONSORCIO PÚBLIXO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN referente a nota de liquidação n.º 536/2019, datada de 10/09/2019, do empenho nº. 902001, no valor de R$ 22.093,73 (vinte e dois mil noventa e três reais e setenta três centavos), referente nota fiscal nº. 003265. O referido pagamento refere-se a realização de exames ambulatoriais de media e alta complexidade.
O pagamento da referida nota fiscal foi feito antecipadamente pela necessidade de realização de exames ambulatoriais de média e alta complexidade, para atendimento regular aos pacientes da rede pública de saúde municipal, sem prejuízo de continuidade dos serviços, motivo pelo qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

João Câmara-RN, em 11 de setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Lúcia de Lima Bilro
Código Identificador:44A94E1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 421/2019- GP

O Prefeito do Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no Art. 70, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1° - Instituir a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, para provimento de Cargos do Município de João Câmara, conforme Edital nº 01/2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte nº 2093 de 29 de agosto de 2019.

*REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Erinaldo Gomes de Oliveira
CPF.: 011.302.294-83

Amanda Guimarães de Melo
CPF.: 010.906.214-00

*REPRESENTANTE DO SEGMENTO CATÓLICO

Denison Ricardo da Costa Barbosa
CPF.: 043.155.324-60

*REPRESENTANTE DO SINTE/RN
Maria Egivânia dos Santos
CPF.: 405.705.334-49

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Dependências do Palácio do Torreão, Gabinete do Prefeito Municipal de João Câmara-RN, em 11 de setembro de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
George Samy Claudino da Silva
Código Identificador:759BFDED

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 006/2018.

EXTRATO DE ADITIVO
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica com serviço especializado em apoio ao diagnóstico e terapia - Citopatológica.
Contratante: Prefeitura Municipal de João Câmara/RN
Contratado: Instituto de Citopatologia – ME
CNPJ nº 20.088.333/0001- 21
Valor acrescido ao Contrato após o presente aditivo: R$ 102.582,27 (cento e dois mil quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos).
Fundamentação legal: **Fundamentação legal Art. 57, II**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
AÇÃO: 2044 - MANUTENÇÃO DA MÉDIA COMPLEXIDADE – MAC.
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.
FONTE DE RECURSO: 12140000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.
*** Vigência do contrato fica prorrogado do dia 27.08.2019 a 31.12.2019.**

João Câmara/RN, 27 de agosto de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:F8ADDFEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PP SRP Nº 020/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2019 – PP-SRP

OBJETO:OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, VISANDO ATENDER O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE JOÃO CÂMARA/RN.

O Município de João Câmara/RN, por intermédio da equipe de apoio ao Pregoeiro, torna público, o resultado da presente licitação. Apresentaram propostas no presente certame as seguintes empresas: FERNANDA THAIS SILVA DO VALE ME – CNPJ: 17.644.369/0001-30, saiu vencedor (a) no (s) item (ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47; totalizando o valor de R$ 130.615,00 (cento e trinta mil, seiscentos e quinze reais); JOZILMA MARIA DE CARVALHO – EPP – CNPJ: 04.805.345/0001-73, saiu vencedor (a) no (s) item (ns): 22, 30; totalizando o valor de R$ 568,00 (quinhentos e sessenta e oito reais); MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA – CNPJ: 11.886.312/0001-60, saiu vencedor (a) no (s) item (ns): 17, 18, 21; totalizando o valor deR$ 1.560,00 (um mil, quinhentos e sessenta reais).
O Pregoeiro, após encerramento desta fase, concedeu aos proponentes vistas a documentação para habilitação de cada proponente vencedora. Franqueada a palavra,para observações sobre a documentação para habilitação, todos afirmaram negativamente. Por fim, o pregoeiro questionou sobre o interesse na interposição de recursos, caso alguém assim desejasse. O representante da empresa PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - EPP apontou positivamente, deixando as

seguintes razões: Os preços ofertados por todas as empresas vencedoras estão 70% (setenta por cento) menor que o valor orçado, o que justifica a inexequibilidade, tendo inclusive, a nota fiscal apresentada pela empresa FERNANDA THAIS SILVA DO VALE – ME (de fornecimento ao município de João Câmara) comprovando essa afirmação. Assim, o pregoeiro abre prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais (16.11.2019), ficando, desde já, as demais empresas intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo (19.11.2019).

João Câmara/RN, 11 de setembro de 2019.

ANDERSON VICTOR DA SILVA COSTA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:330F9AD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE EDITAL - PP 021

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019
TERCEIRA CHAMADA

O Município de João Câmara/RN, através de seu Prefeito, **TORNA PÚBLICO** que às **09h00min do dia 25 de setembro de 2019**, na sala de reunião da Comissão de Licitações/Equipe de Pregão da Prefeitura, situada na Rua - Jerônimo Câmara, nº 50, Centro, João Câmara/RN, Cep: 59.550-000, será realizado licitação, na modalidade Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços, com o tipo menor preço por item, tendo como objeto a **OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA – TIPO CONCRETO BETUMINOSO, USINADO A QUENTE (CBUQ).** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.licitafacil.tce.rn.gov.br e www.licitacaojoaocamara.com.br.

João Câmara/RN, em, 07 de agosto de 2019.

MANOEL DOS SANTOS BERNARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:2C7A8F53

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PP SRP Nº 022/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2019 - PP - SRP

OBJETO: OBTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE LUBRIFICANTES E CORRELATOS, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERCENTES AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO CÂMARA/RN.

O Município de João Câmara/RN, por intermédio da equipe de apoio ao Pregoeiro, torna público, o resultado da presente licitação. Apresentou proposta no presente certame a seguinte empresa: JRR COMERCIAL DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA – CNPJ: 07.114.802/0001-71, saiu vencedor (a) no (s) item (ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59; totalizando o valor de R$ 82.742,22 (oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos).

João Câmara/RN, 11 de setembro de 2019.

ANDERSON VICTOR DA SILVA COSTA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Marcelo Henrique Viana da Silva
Código Identificador:9F3EE8FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090001/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090001/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ANDRE NETO SOBRINHO
CPF/CNPJ CONTRATADO: 489.403.214-72
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:03922DA6

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090002/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090002/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ANTONIO WELLINGTON FIDELIS
CPF/CNPJ CONTRATADO: 163.154.068-82
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B62E18B8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090003/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090003/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha

CONTRATADO: EDUILSON FERNANDES DA SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 087.365.134-07
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil,novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1E43AB55

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090004/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090004/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO ALMIR LACERDA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 106.930.024-17
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:03CE713B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090005/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090005/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO CANINDE CARLOS
CPF/CNPJ CONTRATADO: 701.751.224-31
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:275C094E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090006/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090006/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO DE ASSIS LACERDA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 321.124.288-02
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:419840D7

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090007/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090007/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO MELQUIADES DA SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 876.226.704-30
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:855D2950

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090008/2019

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº: 02090008/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO NUNES CAVALCANTI
CPF/CNPJ CONTRATADO: 502.925.874-49
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e oito reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2D57F802

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090009/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090009/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO RONALDO ROCHA DE SOUZA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 058.107.274-09
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:983B73A8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090010/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090010/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO VALDEMIR DA COSTA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 018.062.524-14
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:2DB3B3B2

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090011/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090011/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: IVANILDO CHAGAS DA SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 876.254.404-78
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8929E937

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090012/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090012/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: JOAO EUDES FIDELIS
CPF/CNPJ CONTRATADO: 627.118.224-00
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:029DF58B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090013/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090013/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: JOSE CLEILDO DE LIMA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 108.691.966-18
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019.

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:337F2C9B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090014/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090014/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: JOSE ERISBERTO LEITE DA COSTA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 061.223.854-76
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8F57CD04

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090015/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090015/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: JOSE VANDERILDO VIANA DA SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 943.286.844-34
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FC686A3E

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090016/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090016/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: LUCAS BERNARDINO PAIVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 084.374.374-31
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:4D2E2553

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090017/2019

CONTRATO Nº: **02090017/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: LUCAS VINICIUS DA COSTA NUNES
CPF/CNPJ CONTRATADO: 104.059.934-63
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil, novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da**

Despesa: 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1C8719EC

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090018/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090018/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: RAIMUNDO AMANCIO DE FREITAS
CPF/CNPJ CONTRATADO: 941.899.274-49
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:A3E015FC

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090019/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090019/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: RAIMUNDO NONATO COSTA E SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 828.825.334-20
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:7DDA259B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090020/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090020/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: WAGNER FERNANDO DA COSTA LEITE
CPF/CNPJ CONTRATADO: 082.654.754-03
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa e dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:1478D250

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090021/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **02090021/2019**
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ERIVAN MARTINS DO NASCIMENTO
CPF/CNPJ CONTRATADO: 084.374.374-31
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n° 350/2017
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Varrição Manual de Vias e Logradouros Públicos, Operação de Limpeza Especial de Calçadões, Vias Públicas, Coleta de Lixo Domiciliar e Capinação, raspagem de linha d'água e coleta de resíduos de podação.
VALOR TOTAL: R$ 3.992,00 (três mil e novecentos e noventa dois reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios – Saúde.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:79AC5B51

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090022/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090022/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ALCIVAN ALVES DE OLIVEIRA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 943.241.584-87
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n° 350/2017
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Pedreiro.
VALOR TOTAL: R$ 7.480,00 (sete mil quatrocentos e oitenta reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da**

Despesa: 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:CA76D815

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090023/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090023/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: DAMIAO JOSE ROSENDO
CPF/CNPJ CONTRATADO: 009.220.734-06
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n° 350/2017
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Pedreiro.
VALOR TOTAL: R$ 7.480,00 (sete mil e quatrocentos e oitenta reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:360D106B

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090024/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090024/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: JAIRAN DE SOUZA JACOME
CPF/CNPJ CONTRATADO: 099.358.024-69
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n° 350/2017
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Pedreiro.
VALOR TOTAL: R$ 7.480,00 (sete mil e quatrocentos e oitenta reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:ABD2EAAD

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090025/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090025/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: ROZIMAR JOSE ROSENDO
CPF/CNPJ CONTRATADO: 072.313.064-70
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n° 350/2017
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Servente de Pedreiro.
VALOR TOTAL: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F4514A1A

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090026/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090026/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: VALCI ALVES PINHEIRO
CPF/CNPJ CONTRATADO: 664.505.274-04
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n° 350/2017
OBJETO: Contratação de Profissional destinado a execução dos Serviços de Servente de Pedreiro.
VALOR TOTAL: R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2007 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos **Função:** 15 – Urbanismo, **Subfunção:** 452 – Serviços Urbanos, **Programa:** 15 – Urbanismo, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:9EA46C13

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 02090027/2019

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 02090027/2019
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADO: FRANCISCO JOCELIO CAVALCANTE DE SOUZA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 057.615.004-50
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 350/2017.
OBJETO: Contratação de **Técnico Agrícola** destinado as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, no que diz respeito a ações voltadas para assistência e consultoria, orientação, sobre produção agropecuária, execução de projetos e atividades agropecuárias, além de outras demandas orientadas pela Secretaria Municipal de Agricultura.
VALOR TOTAL: R$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).
DOTAÇÃO: Unidade Gestora: 2 – Município de José da Penha, **Órgão Orçamentário:** 2000 – Poder Executivo, **Unidade Orçamentária:** 2005 - Secretaria Municipal de Agricultura **Função:** 20 – Agricultura, **Subfunção:** 606 – Extensão Rural, **Programa:** 2.6 – Manutenção de Atividades da Secretaria, **Ação:** 2.12 – AÇÕES VOLTADAS PARA OBRAS E URBANISMO, **Classificação da Despesa:** 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado, **Fonte de Recursos:** 100 – Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 02/09/2019 à 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2019

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:4AC82BD1

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 428/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 428/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 27 de Agosto de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. EDGAR SOARES LEITE, CPF:107.296.824-04, 01 (uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 27 de Agosto de 2019, a fim de transportar paciente que se encontrava em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B9976E7C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 429/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 429/2019– Gabinete do Prefeito Em, 10 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. MARCELO LEITE FONTES, CPF: 023.743.984-04, ½ (meia) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, no dia 10 de Setembro de 2019, a fim transportar paciente do município que se encontra em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:43C5E285

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
SEGUNDA CONVOCAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019

AVISO DE LICITAÇÃO – SEGUNDA CONVOCAÇÃO
Pregão Presencial Nº 028/2019

O Município de José da Penha, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 13:00 do dia 25/09/2019, fará realizar Processo Licitatório **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade Pregão Presencial**,** do tipo Menor preço, para Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Fornecimento de Internet Banda Larga, para uso Ilimitado, com Suporte e Instalação Totalmente Grátis, para as Diversas Secretarias do Município de José da Penha - RN., de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Sala da CPL.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Sala da Comissão de Licitação, na Rua Prefeito Francisco Fontes, 22, Centro, José da Penha/RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

José da Penha/RN, 11/09/2019

FABIANO FERREIRA ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:B0A57243

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 430/2019 - DIÁRIA

Portaria nº 430/2019 – Gabinete do Prefeito Em, 10 de Setembro de 2019.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder ao Sr. AISAMAQUE TEIXEIRA DA SILVA, CPF: 252.665.778-43, 01(uma) diária no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$150,00 (cento e cinquenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, no dia 10 de Setembro de 2019, a fim de transportar paciente que se encontrava em tratamento de saúde.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

RAIMUNDO NONATO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:7EF89B10

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TOMADA DE PREÇOS 003/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de José da Penha, através da Prefeitura Municipal de José da Penha, torna público que às 13:00 do dia 03/10/2019, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços nº 003/2019, tipo Menor preço global, contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia de implantação de melhorias sanitárias domiciliares no Município de José da Penha-RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Rua Prefeito Francisco Fontes, Nº 22, Centro, Cidade de José Da Penha - RN.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Rua Prefeito Francisco Fontes, Nº 22, Centro, Cidade de José Da Penha - RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

José da Penha/RN, 11/09/2019

RAYSSA MAIA COSTA
Presidente CPL

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:39D2C9FA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
TOMADA DE PREÇO 004/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço 004/2019

O Município de José da Penha, através da Prefeitura Municipal de José da Penha, torna público que às 10:00 do dia 04/10/2019, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços nº 004/2019, tipo Menor preço global, contratação de empresa de engenharia para construção de uma cobertura para quadra poliesportiva na Comunidade Vila Major Felipe em José da Penha, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Rua Prefeito Francisco Fontes, Nº 22, Centro, Cidade de José Da Penha - RN.

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Rua Prefeito Francisco Fontes, Nº 22, Centro, Cidade de José Da Penha - RN, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

José da Penha/RN, 11/09/2019

RAYSSA MAIA COSTA
Presidente CPL

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:70EFBB3C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 06090001/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/ 2019 FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 10.520/ 2002

A Comissão Permanente de Licitação do **Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no dia **12 de setembro de 2019, no site oficial do município: www.jucurutu.rn.gov.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao Registro de preços para possível aquisição gradativa de protetor solar e protetor labial**.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 25 de setembro de 2019, às 09:00 horas (horário local)**, na sede da Prefeitura Municipal – Sala das Licitações – Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: cpljucurutu@outlook.com.

Jucurutu/ RN, 11 de setembro de 2019.

GEISA DA SILVA FELICIANO DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:A4760F90

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 107/2019

PROCESSO ADMINIST. MJ/ RN nº 12080001//2019 – INEXIGIBILIDADE Nº 019/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: HUGO SANTOS DA COSTA 70225578450; OBJETO: Apresentação Artístico-Musical de HUGO & HEITOR para a Festa de Nossa Senhora da Guia na comunidade de Boi Selado VIGÊNCIA: 16 de agosto a 18 de agosto de 2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.27.695.0063.2047 - Promoção de Eventos; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros – PJ; FONTE: 10010000; VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais); FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigos 25, III da Lei N° 8.666/93; SUBSCRITORES: Valdir de Medeiros Azevedo - Pelo Contratante e Hugo Santos da Costa – Pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 16 de agosto de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:D3494E32

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
PREGÃO PRESENCIAL N° 049/2019 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 05080002/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 049/2019 – PROC. ADMINIST. MJ/RN N° 05080002/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN, no uso de suas atribuições legais, especialmente no que preceitua a Lei das Licitações Públicas:

CONSIDERANDO, o não comparecimento de nenhuma empresa licitante nas sessões de licitação realizadas nos dias: 23 de Agosto de 2019 e 10 de setembro de 2019;

R E S O L V E

Determinar o arquivamento do **Pregão Presencial n° 049/2019** destinado a **Contratação de serviços financeiros e outras avenças**.

Publique-se.

Jucurutu/ RN, 10 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:FCBADC33

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 022/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO MJ/RN N° 1.026/2019
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Compras
ASSUNTO: **Credenciamento para contratação de profissionais para prestação de serviços de pintor, servente de pedreiro, eletricista, pedreiro e calceteiro.**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 022/2019

De acordo.
Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação deste Município e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, o **Credenciamento para contratação de profissionais para prestação de serviços de pintor, servente de pedreiro, eletricista, pedreiro e calceteiro**, junto aos profissionais: **JOÃO BATISTA VICENTE DA SILVA** (CPF: 032.279.854-03), **FÁBIO CANDIDO DA SILVA** (CPF: 107.799.694-21), **DANIEL SILVA MEDEIROS** (CPF: 113.136.494-57), **MANOEL DEUSIMAR FILHO** (CPF: 083.083.934-89), **GIRLAN LIMA DOS SANTOS** (CPF: 008.007.194-50), Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 25, *caput* da supracitada lei e, em consequência, determino a Contratação dos profissionais: : **JOÃO BATISTA VICENTE DA SILVA** (CPF: 032.279.854-03), **FÁBIO CANDIDO DA SILVA** (CPF: 107.799.694-21), **DANIEL SILVA MEDEIROS** (CPF: 113.136.494-57), **MANOEL DEUSIMAR FILHO** (CPF: 083.083.934-89), **GIRLAN LIMA DOS SANTOS** (CPF: 008.007.194-50), através de TERMO DE CREDENCIAMENTO.

Jucurutu/ RN, 10 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:B05A2375

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 022/2019
INEXIGIBILIDADE N° 022/2019 – PROC. ADM. MJ/ RN N° 1.026/2019

CREDENCIANTE: Município de Jucurutu/ RN; CREDENCIADO: JOÃO BATISTA VICENTE DA SILVA (CPF: 032.279.854-03); OBJETO: execução dos serviços de pintor, servente de pedreiro, eletricista, pedreiro e calceteiro; VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2019 a 21 de maio de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2033 - APOIO A GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS; 2097 - MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2040 - MANUTENCAO DA SEC. MUN. DE COMPRAS; 2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 1087 - REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES AILSON LOPES; 2015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER; 2002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE CIVIL; 2028 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2053 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL; 2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2048 - MANUT. PROG MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2030 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO PROGRAMA DE CONTROLE DE ENDEMIAS; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.00- outros serviços de terceiros– PF; 4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF; FONTES: 10010000; 13110000; 11110000; 12110000; 12140000. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, *caput*.

Jucurutu/ RN, 10 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:C44B0A8A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 023/2019
INEXIGIBILIDADE N° 022/2019 – PROC. ADM. MJ/ RN N° 1.026/2019

CREDENCIANTE: Município de Jucurutu/ RN; CREDENCIADO: DANIEL SILVA MEDEIROS (CPF: 113.136.494-57); OBJETO: execução dos serviços de pintor, servente de pedreiro, eletricista, pedreiro e calceteiro; VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2019 a 21 de maio de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2033 - APOIO A GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS; 2097 - MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2040 - MANUTENCAO DA SEC. MUN. DE COMPRAS; 2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 1087 - REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES AILSON LOPES; 2015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER; 2002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE CIVIL; 2028 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2053 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL; 2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2048 - MANUT. PROG MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2030 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO PROGRAMA DE CONTROLE DE ENDEMIAS; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.00- outros serviços de terceiros– PF; 4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF; FONTES: 10010000; 13110000; 11110000; 12110000; 12140000. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, *caput*.

Jucurutu/ RN, 10 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:26FBEAE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2019
INEXIGIBILIDADE N° 022/2019 – PROC. ADM. MJ/ RN N° 1.026/2019

CREDENCIANTE: Município de Jucurutu/ RN; CREDENCIADO: MANOEL DEUSIMAR FILHO (CPF: 083.083.93489); OBJETO: execução dos serviços de pintor, servente de pedreiro, eletricista, pedreiro e calceteiro; VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2019 a 21 de maio de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2033 - APOIO A GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS; 2097 - MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2040 - MANUTENCAO DA SEC. MUN. DE COMPRAS; 2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 1087 - REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES AILSON LOPES; 2015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER; 2002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE CIVIL; 2028 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2053 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL; 2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2048 - MANUT. PROG MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2030 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO PROGRAMA DE CONTROLE DE ENDEMIAS; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.00- outros serviços de terceiros– PF; 4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF; FONTES: 10010000; 13110000; 11110000; 12110000; 12140000. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, *caput*.

Jucurutu/ RN, 10 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:78FE42D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2019
INEXIGIBILIDADE N° 022/2019 – PROC. ADM. MJ/ RN N° 1.026/2019

CREDENCIANTE: Município de Jucurutu/ RN; CREDENCIADO: GIRLAN LIMA DOS SANTOS (CPF: 008.007.194-50); OBJETO:

execução dos serviços de pintor, servente de pedreiro, eletricista, pedreiro e calceteiro; VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2019 a 21 de maio de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2033 - APOIO A GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS; 2097 - MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2040 - MANUTENCAO DA SEC. MUN. DE COMPRAS; 2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 1087 - REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES AILSON LOPES; 2015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER; 2002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE CIVIL; 2028 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2053 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL; 2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2048 - MANUT. PROG MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2030 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO PROGRAMA DE CONTROLE DE ENDEMIAS; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.00- outros serviços de terceiros– PF; 4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF; FONTES: 10010000; 13110000; 11110000; 12110000; 12140000. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, *caput*.

Jucurutu/ RN, 10 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:039C66E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE CIVIL
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 026/2019 INEXIGIBILIDADE N° 022/2019 – PROC. ADM. MJ/ RN N° 1.026/2019

CREDENCIANTE: Município de Jucurutu/ RN; CREDENCIADO: FÁBIO CANDIDO DA SILVA (CPF: 107.799.694-21); OBJETO: execução dos serviços de pintor, servente de pedreiro, eletricista, pedreiro e calceteiro; VIGÊNCIA: 10 de setembro de 2019 a 21 de maio de 2020; VALOR GLOBAL: R$ 97.000,00 (Noventa e sete mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2003 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO; 2033 - APOIO A GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS; 2097 - MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL; 2118 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; 2040 - MANUTENCAO DA SEC. MUN. DE COMPRAS; 2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO BÁSICO; 1087 - REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES AILSON LOPES; 2015 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER; 2002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE CIVIL; 2028 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE; 2053 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL; 2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS; 2016 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 2223 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA; 2048 - MANUT. PROG MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL; 2030 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL; 2020 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO PROGRAMA DE CONTROLE DE ENDEMIAS; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.36.00- outros serviços de terceiros– PF; 4.4.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - PF; FONTES: 10010000; 13110000; 11110000; 12110000; 12140000. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, *caput*.

Jucurutu/ RN, 10 de setembro de 2019.

VALDIR DE MEDEIROS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jucimar Pereira Dantas
Código Identificador:0C409005

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 010802/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062702/2019 PROCESSO Nº 627020/2019

Espécie: Contrato nº 010802/2019, firmado em 01/08/2019; **Contratante**: Município de Lagoa d'Anta – Prefeitura, **Contratado** PLANO A SERVICOS - EIRELI; **Objeto**: Contratação de empresa de engenharia para Reforma da Praça Santa Terezinha do município de Lagoa d'Anta/RN. **Amparo**: Dispensa nº 062702/2019; **Processo**: 627020/2019; **Vigência**: A vigência deste instrumento contratual iniciará na data de sua assinatura, prolongando-se até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado de acordo com a lei; **Cobertura Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 07 .001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS URBANOS; Ação: 1014 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS PÚBLICAS; Função: 15 - URBANISMO; Sub-Função: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA; Programa: 0014 - MELHORIA E EXPANSÃO DA INFRA ESTRUTURA; Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES; Fonte de Recurso: 10010000 - Recursos Ordinários; Região: 0001 - Lagoa Danta; **Valor**: **R$ 31.581,10 (trinta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais e dez centavos)**; **Signatários**: pelo **Contratante**, Taianni Lopes Santos e, pelo **Contratado**, Bruno Alves Lucena.

Lagoa d'Anta/RN, 01 de agosto de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:4CBE0A0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 041201/2018 – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018 - PROCESSO Nº 806003/2018

Extrato do PRIMEIRO TERMO Aditivo de Valor do Contrato nº 041201/2018, firmado em 04/12/2018; **Contratante**: Município de Lagoa d'Anta – Prefeitura – CNPJ nº 08.142.887/0001-64, **Contratado**: ANJOS ENGENHARIA EIRELI - EPP – CNPJ nº 19.678.703/0001-00; **Objeto**: alterar o valor global do Contrato Nº 041201/2018 conforme **Cláusula 4ª – Reajustamento de Preços** previsto no § 1.° do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/93 em 37,17% da contratação da pessoa jurídica prestadora de serviços de engenharia para a execução da obra de **RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA FELIPE ANDRÉ BEZERRIL SOUTO,** no Município de Lagoa d'Anta; **Cobertura Orçamentária:** Unidade Orçamentária: 06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; Ação: 1006 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL; Função: 12 - EDUCAÇÃO; Sub-Função: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL; Programa: 0011 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE; Natureza da Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES; Fonte de Recurso: 0100100000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação / 0101900000 - Transferências do FUNDEB 40%; Região: 0001 - Lagoa d'Anta; Signatários: pelo **Contratante**, Taianni Lopes Santos e, pelo **Contratado**, José Audes Pereira dos Anjos.

Lagoa d'Anta/RN, 11 de setembro de 2019.

TAIANNI LOPES SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:38ECE733

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2019

PROCESSO: Nº 0309201901/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 066/2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN.
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADO(A): MARIA AUXILIADORA DA SILVA
CPF: 523.593.524-15
OBJETO: Contratação de profissional especializado na confecção de roupas caracterizadas destinados aos alunos das escolas municipais deste município de Lagoa de Velhos/RN.
VALOR TOTAL: R$ 514,00 (Quinhentos e quatorze reais).
Origem dos Recursos: Orçamento Geral do Município 2019. Exercício 2019; **Atividade**: 12.361.0038.2020 – Manutenção do Ensino Fundamental; 12.365.0038.2024 – Manutenção do Setor de Ensino Infantil; **Classificação Econômica**: 3.3.90.36.00 – Outros Serv. de Terceiros PF; **Fonte:** 150 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, em seu Art. 24, Inciso II.

Lagoa de Velhos/RN, 09 de setembro de 2019.

SONYARA DE SOUZA RIBEIRO
Prefeita Municipal

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:1E7E5726

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO

AVISO DE CANCELAMENTO DE TOMADA DE PREÇO 008/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN TORNA PÚBLICO PARA O CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O **CANCELAMENTO** DA TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019, REFERENTE À **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE INTERMEDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN**, EM DECORRÊNCIA DO NÃO ATENDIMENTO AO ART. 21 DA LEI 8.666/93 (LEI DE LICITAÇÕES). QUAISQUER ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME PODERÃO SER SOLICITADOS PELO TELEFONE: (84) 3437-2232 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: cp.licitacao1@gmail.com.

LAGOA NOVA/RN, 11 DE SETEMBRO DE 2019.

JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:F43820D3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO REFERENTE A TOMADA DE PREÇO 008/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN TORNA PÚBLICO QUE SE ENCONTRA ABERTO LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019, CUJO OBJETO É **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA REFERENTE À CONSTRUÇÃO DE UMA ACADEMIA DE SAÚDE INTERMEDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN**, CONFORME SOLICITAÇÃO DA MESMA E AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DESTE EDITAL. O EDITAL COM SEUS ANEXOS ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NA SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO LOCALIZADA NA AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363 – CENTRO – LAGOA NOVA/RN, SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL, EXCLUSIVAMENTE NO HORÁRIO DAS 08H00MIN ÀS 12H00MIN DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA (DIAS ÚTEIS). A SESSÃO SERÁ REALIZADA ÀS **13H30**MIN HORAS DO DIA **27/09/2019**. QUAISQUER ESCLARECIMENTOS SOBRE O CERTAME PODERÃO SER SOLICITADOS PELO TELEFONE: (084) 3437-2232 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: cp.licitacao1@gmail.com OU cpl@lagoanova.rn.gov.br.

LAGOA NOVA/RN, 11 DE SETEMBRO DE 2019.

JOSÉ FLÁVIO CARDOSO DA SILVA
Presidente Da CPL

Publicado por:
José Flávio Cardoso da Silva
Código Identificador:8E3B0EB8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.

CONTRATADA: MIGUEL PEREIRA DA COSTA NETO 06162007499 - **CNPJ:** 21.436.380/0001-81.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL E FUTURO SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO E INDEXAÇÃO DE DOCUMENTOS DIVERSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DE LAGOA NOVA/RN.

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 05.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS; 2006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS; 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

CONFORME PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE – FEMURN, NO DIA 27 DE JUNHO DE 2019: **1. ONDE SE LÊ:** "QUANTIDADE 39.799,00 VALOR TOTAL R$ 7.959,80"; **2. LEIA-SE:** "QUANTIDADE 45.065,00 VALOR TOTAL R$ 9.013,00".

LAGOA NOVA/RN, 11 DE SETEMBRO DE 2019.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:4978C3BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0375/2019 - GP

Portaria nº 0375/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 11 de setembro de 2019.

"Concede diárias ao servidor que se especifica e dá outras providencias."

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 0544/2018, de 07 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias com valor a ser pago de R$ 200,00 (duzentos reais), conforme valor unitário para Caicó/RN (Qualquer cidade após 100 km) de R$ 100,00 (cem reais), para custear despesas da servidora **IRALICE ACIOLE DA SILVA**, matricula nº **479**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cargo de Secretária Municipal. Viagem a Caicó/RN, para participar do Encontro Regional do PSE da 4ª Região de Saúde da 10ª e da 9ª Diretorias de Educação (DIRECs) e da 5ª (DRAE), nos dia 12 e 13 de setembro de 2019 das 8h ás 16h, que acontecerá no Auditório da IV Regional de Saúde localizado na Praça Dom José Delgado, Caicó/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:EE306765

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0376/2019 - GP

Portaria nº 0376/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 11 de setembro de 2019.

"Concede diárias ao servidor que se especifica e dá outras providencias."

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 544/2018, de 07 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária com valor a ser pago de R$ 100,00 (cem reais), conforme valor unitário para Caicó/RN (Qualquer cidade após 100 km) de R$ 100,00 (cem reais), para custear despesas do Sr. **FLÁVIO ROBERTO ALVES DA SILVA**, Matricula nº **1708**, Cargo de Assessor Jurídico, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Em viagem a Caicó/RN no dia 12 de setembro de 2019, a sede da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Caicó/RN – 9ª Vara, localizada na Av. Dom José Adelino Dantas, Complexo judiciário, Maynard-Caicó/RN CEP: 59.300-000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se,
Publique-se e,
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:94D5491F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0377/2019 - GP

Portaria nº 0377/2019 - GP Lagoa Nova / RN, 11 de setembro de 2019.

"Concede diárias ao servidor que se especifica e dá outras providencias."

LUCIANO SILVA SANTOS, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 544/2018, de 07 de novembro de 2018.
.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária com valor a ser pago de R$ 100,00 (cem reais), conforme valor unitário para Caicó/RN (Qualquer cidade após 100 km) de R$ 100,00 (cem reais), para custear despesas da Sra. **CAROLINE ARAÚJO FLORÊNCIO DE LIMA**, Matricula nº **1961**, Cargo de Procuradora Geral, lotada no Gabinete do Prefeito. Em viagem a Caicó/RN no dia 12 de setembro de 2019, a sede da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Caicó/RN – 9ª Vara, localizada na Av. Dom José Adelino Dantas, Complexo judiciário, Maynard-Caicó/RN CEP: 59.300-000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura e publicação.

Cientifique-se,
Publique-se e,
Cumpra-se.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:F5847DC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA

PROCESSO Nº 2.436/2019
CREDOR: MARCONDES DANTAS DA COSTA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS/ODONTOLÓGICA TOTAL E PARCIAL

TERMO DE JUSTIFICATIVA

Considerando o que versa o inciso VI, do artigo 15, da Resolução nº 032/2019 do TCE/RN que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências, e

Considerando o teor do inciso VI, do artigo 12, do Decreto Municipal nº 561/2019,

Apresentamos o presente Termo de Justificativa para quebra da ordem cronológica do processo em epígrafe, visto o que se expõe abaixo.

O Município de Lagoa Nova recebeu recursos de uma Emenda Parlamentar do Deputado Walter Alves, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para **Incremento da Atenção Básica**.

A Portaria de liberação dos recursos foi a de nº 4315/2018 e Proposta de número 35.000.239459/2018-00.
Ocorre que o valor, como incremento do PAB, ingressou na conta de custeio vinculada ao Fundo Municipal de Saúde. Esta, por sua vez, é a mesma conta que ingressa os recursos dos programas federais e que utilizamos a fonte de recursos 12140000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde para classificar essas receitas. Desta forma, como o recurso é de incremento, a fonte de recursos é a mesma, obedecendo assim a mesma lógica da ordem cronológica de pagamentos.

Fora realizada uma reunião extraordinária com o Conselho Municipal de Saúde, cuja ata foi publicada na FEMURN no dia 31 de julho de 2019, Edição nº 2072, para decidir como os recursos deveriam ser utilizados, ficando da seguinte maneira: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) destinados confecção de próteses dentárias; R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para reforma da UBS do Sítio Buraco da Lagoa; R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para materiais de consumo para as Unidades de Saúde e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para manutenção da frota de veículos.

Desta forma, como essas despesas são acobertadas pelos recursos da Emenda Parlamentar, não podendo este ser utilizados para outra finalidade divergente da aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, fica, portanto, justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos.

Lagoa Nova/RN, 11 de setembro de 2019.

BRUNO EMANOEL DE CARVALHO
Secretário Municipal

Publicado por:
José Heitor Matias
Código Identificador:28C0005D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

Assunto: Necessidade de quebra de ordem cronológica de despesa liquidada
Credor: POSTO RM LTDA – EPP (CNPJ: 07.939.638/0001-31)
Objeto: Fornecimento de Combustível

Considerando as razões de interesse público para pagamento de obrigação – Art. 5º da Lei 8.666/93 – e sua imprescindibilidade para a manutenção do abastecimento da frota de veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de Lagoa Nova (RN).

Considerando a possibilidade de grandes prejuízos, caso haja suspensão no fornecimento do objeto do presente pagamento;

Considerando a necessidade de manutenção do fornecimento para atendimento de serviços essenciais e continuados, sobretudo os que possuem vinculação direta com a atividade fim do Poder Executivo Municipal em diversas áreas, que não podem sofrer soluções de continuidade ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de prejuízo aos munícipes;

Considerando o comando do Art. 5º da Lei 8.666/93, que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presente relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando o que reza o Art. 15, inciso V da Resolução nº 032/2016 – TCE/RN c/c Art. 78, inciso XV da Lei de Licitações;

Considerando, enfim, a relevância do interesse público requerido e a necessidade de manter o fornecimento de combustível, justifico a quebra cronológica da liquidação de despesas em caráter excepcional, recepcionado pelo Art. 5º da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a suspensão do serviço.

Pelas razões expostas, autorizo o pagamento dareferente aos empenhos: 708001/2019, 708002, 708003, 708004, 708005, 708006, 708007, 708008, 708009, 708010, 708011/2019 estimado no valor de R$ 36.608,58 (trinta e seis mil seiscentos e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Lagoa Nova/RN, 11 de setembro de 2019.

LUCIANO SILVA SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roniery Sulamita Aciole da Silva
Código Identificador:5EE6FAC3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019

O Pregoeiro do município de Lagoa Salgada/RN torna público que se encontra aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para formação de registro de preços visando futura e eventual aquisição de frutas e verduras, com vistas ao atendimento das necessidades de todas as secretarias do Município de Lagoa Salgada/RN.
A sessão pública será realizada no dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 2019, às 13:00 treze horas, (horário local) na sede da Prefeitura Municipal. O edital na íntegra está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, situada à Rua Luiz Francisco de Oliveira, nº 62, Bairro Centro – Lagoa Salgada/RN.

RAPHAEL TADEU XAVIER DE ABREU
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Sérgio Alexandre Galvão Alves
Código Identificador:092E60C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

O Pregoeiro do município de Lagoa Salgada/RN torna público que se encontra aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para formação de registro de preços visando a aquisição de Medicamentos, com vistas ao atendimento das necessidades da secretaria Municipal de saúde Lagoa Salgada/RN.
A sessão pública será realizada no dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 2019, às 10:00 dez horas, (horário local) na sede da Prefeitura Municipal. O edital na íntegra está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, situada à Rua Luiz Francisco de Oliveira, nº 62, Bairro Centro – Lagoa Salgada/RN.

RAPHAEL TADEU XAVIER DE ABREU
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Sérgio Alexandre Galvão Alves
Código Identificador:6D379183

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

O Pregoeiro do município de Lagoa Salgada/RN torna público que se encontra aberta licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para formação de registro de preços visando a Contratação de serviços complementares de saúde (plantões/especialidades e serviços especiais) junto ao Município de Lagoa Salgada/RN, com vistas ao

atendimento das necessidades da secretaria Municipais de saúde Lagoa Salgada/RN.
A sessão pública será realizada no dia 25 (vinte e cinco) de setembro de 2019, às 08:30 oito horas e tinta minutos, (horário local) na sede da Prefeitura Municipal. O edital na íntegra está à disposição dos interessados na sede da Prefeitura, situada à Rua Luiz Francisco de Oliveira, nº 62, Bairro Centro – Lagoa Salgada/RN.

RAPHAEL TADEU XAVIER DE ABREU
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Sérgio Alexandre Galvão Alves
Código Identificador:1D82F410

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019

"Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público Municipal - Edital 001/2019"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES, no uso das atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica deste Município, com fundamento na Lei nº 804/2018, faz a **CONVOCAÇÃO** dos candidatos abaixo relacionados, classificados no Concurso Público Municipal, homologado em 23 de Agosto de 2019.

1. Os candidatos convocados em anexo deste Edital deverão comparecer ao Departamento de Pessoal e Recurso Humanos desta Prefeitura, no endereço: Rua Ramiro Pereira da Silva, 17 – Centro, Lajes/RN, Edifício Sede da Prefeitura de Lajes, **no prazo máximo de 30 dias**, a contar desta publicação, apresentando todos os documentos abaixo relacionados, cópias e os originais e exames médicos, conforme item 5.1 do Edital de Abertura do Concurso Público.

a) Apresentar cópia de documento de identificação com foto. Serão considerados os seguintes documentos de identificação que contenham foto:

I - Carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos comandos Militares, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpos de Bombeiros Militares e por órgãos fiscalizadores (ordens, conselhos, etc.);
II - Passaporte;
III - Certificado de reservista;
IV - Carteira de trabalho e previdência social;
V - Carteira nacional de habilitação;

b) Comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo, conforme estabelece o Anexo I deste Edital;

c) Estar quite com as obrigações eleitorais;

d) Apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato brasileiro, do sexo masculino;

e) Ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo e função, comprovado através da entrega do atestado ASO (Atestado de Saúde Mental);

f) Apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;

g) Haver sido aprovado e classificado no Concurso Público;

h) Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da contratação;

i) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

j) Declaração de que não possui vínculo com a administração direta ou indireta da União, Estados ou outros Municípios e empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas.

k) Apresentar, no ato da contratação, declaração do Conselho de Classe, que está apto para exercer a profissão, nos casos exigidos para a ocupação do cargo;

l) Apresentar, no ato da apresentação, declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que o candidato não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;

m) Apresentar, no ato da apresentação, certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus;

n) Apresentar, no ato da apresentação, certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Polícia Federal;

2. O não comparecimento de quaisquer dos convocados no prazo de 30 dias, conforme preceitua a Lei Complementar nº 001 de 25 de setembro de 1997, implicará na perda do direito à posse e de qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital.

3. Os candidatos deverão comparecer no endereço indicado, no horário das 08:00 às 12:00, de segunda à sexta-feira.

4. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Anexo
Convocação dos Profissionais Aprovados no Concurso Público, Edital n° 001/2019.

Cargo: Médico

Classificação	Nome	Inscrição
1° Lugar	EMERSON ALVES ARAUJO	143011-7
2° Lugar	ELDER FREIRE DA SILVA BEZERRA	140202-7
3° Lugar	GUSTAVO LUIZ ROCHA REBOUÇAS	144784-3

Cargo: Técnico em Enfermagem

Classificação	Nome	Inscrição
1° Lugar	YASMIM BEZERRA DE MOURA FARIAS	143874-0

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Classificação	Nome	Inscrição
1° Lugar	FABIANA BRITO DA COSTA	141000-1
2° Lugar	MARCELO AUGUSTO CAMARA DIAS	141854-5

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajes/RN, em 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:3DC34550

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 162/2019 - N° 2987/2019

Processo nº 2987/2019
Interessado: Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social
Assunto: **Aquisição de Material de Limpeza**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lajes/RN
CONTRATADO: **PC DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - MES**
OBJETO: Aquisição de material de limpeza, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social.
BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei No. 8666/93 e suas alterações,
Natureza da Despesa: 3390.30 – Material de Consumo
Valor: R$ 2.507,00 (dois mil quinhentos e sete reais)

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:7DAAC1A4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 161/2019 - N° 2829/2019

Processo nº 2829/2019
Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Assunto: **Aquisição de Material de Limpeza**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lajes/RN
CONTRATADO: **PC DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - ME**
OBJETO: Aquisição de material de limpeza para os serviços de manutenção de diversos prédios de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei No. 8666/93 e suas alterações,
Natureza da Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo
Valor: R$ 2.391,05 (dois mil trezentos e noventa e um reais e cinco centavos).

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:2976B286

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 163/2019 - N° 2223/2019

Processo nº 2223/2019
Interessado: Secretaria Municipal de Administração
Assunto: **Aquisição de Estantes**
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lajes/RN
CONTRATADO: **LEONARDO COSTA DOS SANTOS - ME**
OBJETO: Aquisição de 12 (doze) estantes em aço medindo 2 metros de altura, com 0,93 cm comprimento e 0,4 cm de largura com 07 bandejas pintada na cor cinza, destinadas ao arquivo municipal.
BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei No. 8666/93 e suas alterações,
Natureza da Despesa: 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente
Valor: R$ 4.498,80 (quatro mil quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:8B685B31

SECRETARIA MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2019 PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2019 PROCESSO N° 1513/2019 - F&J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 22.913.707/0001-21

Extrato do Contrato Nº 019/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 017/2019
PROCESSO N° 1513/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN, inscrito no CNPJ nº 08.113.466/0001-05.

CONTRATADO:
F & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 22.913.707/0001-21.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de locação de veículos para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme as especificações e quantidades constantes do termo de referência.

VALOR GLOBAL:
F & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 22.913.707/0001-21.

N°	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	V. UNT	V. TOTAL
23875	Locação de 01 (um) caminhão pipa, com capacidade 9.000 litros, com condutor. As despesas de combustível e de manutenção ficam de responsabilidade da contratada, e com quilometragem de 2.000 quilômetros mês.	Diária	8000	**R$ 2,93**	**R$ 23.440,00**
Vinte e três mil quatrocentos e quarenta reais.					**R$ 23.440,00**

BASE LEGAL: Lei N° 10.520/02 - Pregão Presencial n° 017/2018.

DATA DA ASSINATURA: 30 de agosto de 2019.

VIGÊNCIA FINAL: O Contrato terá uma vigência de 04 (Quatro) meses a contar a partir da data da assinatura, eficácia com a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios/FEMURN, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

Lajes/RN, 30 de Agosto de 2019.

JOSÉ MARQUES FERNANDES
CPF: 429.198.514.20
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:359C7442

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL 021/2019. SRP 018/2019. PROCESSO 543/2019

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL 021/2019. SRP 018/2019. PROCESSO 543/2019

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 021/2019. SRP nº 018/2019. Processo nº 543/2019.

OBJETO: Aquisição futura e Gradual de Material Elétrico para as secretarias que compõem a administração pública do município de Lajes/RN.

O Pregoeiro do Município de Lajes/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público aos que interessarem que esta convocando os licitantes vencedores do processo licitatório supracitado, as empresas: **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA - ME. CNPJ: 00.226.324/0001-42; KAIO WAGNER RODRIGUES BEZERRA - ME, CNPJ nº 26.308.816/0001-70 e LUMINOSA, COMERCIO DE MAT. ELETRICO, HIDRAÚLICA E TELEFONIA EIRELI - CNPJ: 70.047.329/0001-93,** para assinarem as suas respectivas Atas de Registro de Preços na sala de Licitação na Prefeitura de Lajes/RN. Torna público ainda que no caso de descumprimento (não assinatura), no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a Prefeitura se reserva no direito de convocar outro(s) licitante(s), observada a ordem de

classificação, para assinar(em) as Atas de Registro de Preço, sendo este(s) o(s) novo(s) detentor(es).

Lajes/RN, 11 de Setembro de 2019.

PAULO RICARDO TAVARES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Paulo Ricardo Tavares
Código Identificador:FB241F19

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 458/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder **01 (uma) diária no valor de R$ 80,00 (oitenta reais)**, a Servidora **Márcia Maria do Nascimento**, CPF nº 970.647.854-04, RG 1.485.798 ITEP/RN, Matrícula 120419-0, ocupante do cargo de **Secretária Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas decorrentes de sua viagem a **Pau Dos Ferros/RN**, neste dia **09 de setembro de 2019**, com propósito de participar da Oficina de discursão dos indicadores do SISPACTO realizada no Auditório da VI URSAP.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 09 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:A5CA695D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 459/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder 01 (uma) diária no valor de R$ 80,00 (oitenta reais) a Servidora **Maria do Socorro Araújo Cunha**, CPF nº 018.482.454-08, RG 957.122 ITEP/RN, Matrícula 120410-6, **Secretária Municipal de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para custear despesas com alimentação e deslocamento urbano durante sua permanência em Pau Dos Ferros/RN, neste dia **10 de setembro de 2019**, onde participará do encontro Regional Programa Saúde na Escola – PSE, 6ª Regional de Saúde, 14ª e da 15ª DIREC e da 7ª e 8ª DRAE, realizado no Auditório da VI Regional de Saúde.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 10 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:204F896E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 460/2019 - PML

A Prefeita Municipal de Lucrécia, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder **01 (uma) diária no valor de R$ 300,00** (trezentos reais) a **Prefeita Constitucional, Maria da Conceição do Nascimento Duarte**, CPF nº 970.648.404-30, RG 1.641.628 ITEP/RN, Matrícula 120.421-1, lotada no Gabinete Civil, para custear despesas decorrentes de sua viagem a Natal/RN, dia **10 de setembro de 2019**, para comparecer na CAERN para tratar de assuntos referentes a esta Prefeitura. Apresentar-se na FUNASA para resolver assuntos inerentes ao Convênio nº 1008/2017 que visa alterar a previsão original de recursos da contrapartida. E comparecer a Secretaria de Agricultura do Estado para resolver assuntos referentes a esta edilidade.
Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 10 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
CPF. : 970.648.404-30
Prefeita

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:99449177

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35-DL/2019

O Município de Marcelino Vieira/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, representada pelo Gestor Municipal, através do Processo Administrativo nº 2019.09.10-0001, autuado pelo Sr. Presidente da CPL, mediante autorização Administrativa, conforme os autos, torna publico o Termo de Dispensa de Licitação nº 35-DL/2019 amparada na Lei Federal 8.666/93 Art. 24, Inciso II, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e suprimentos de informática da administração municipal e demais secretarias do Município de Marcelino Vieira-RN, conforme Termo de Referencia. O qual teve como proposta de menor valor a da Sra. Francisca Jaqueline Lacerda da Costa – MEI., inscrita no CNPJ nº 14.293.115/0001-26. Segue o processo para demais providencias administrativas.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:C6787DAF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2019.09.10-0001

O Município de Marcelino Vieira/RN, através do Gestor Municipal, tornam público à assinatura do contrato Nº 2019.09.10-0001, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para confecção de próteses dentárias de acordo com a Política Nacional de Saúde Bucal-Brasil Sorridente, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Marcelino Vieira-RN, conforme os quantitativos e especificações contidas no projeto básico e TR. Valor global do contrato é R$ 178.320,00 (Cento e setenta e oito mil trezentos e vinte reais), amparado na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes e Lei 10.520/02 e suas alterações posteriores. Kerles Jácome Sarmento – CONTRATANTE e a empresa denominada

juridicamente de Diana Holanda de Queiroz – ME, inscrita no CNPJ nº 18.370.401/0001-07, por apresentar a menor proposta no valor – CONTRATADA. Assinados por seus representantes.

Publicado por:
Franck Jackson de Araújo
Código Identificador:D266D851

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 041/2019

O Secretário Municipal de Administração do município de Maxaranguape/RN, no exercício de suas atribuições legais, na melhor forma da Lei Orgânica do Município e no Decreto nº 074/2017,

R e s o l v e:

Art. 1º. Conceder ao servidor **LUIZ EDUARDO BENTO DA SILVA**, prefeito municipal de Maxaranguape/RN, matrícula nº 5814, lotado no Gabinete do Prefeito, 04 diárias, para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com o objetivo de participar evento organizado pela CNM, intitulado "Movimento Municipalista", assim como de reuniões na Câmara dos Deputados e Ministérios, que acontecerão entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, na cidade de Brasília – DF.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.PUBLIQUE-SE.CUMPRA-SE.

PEDRO ENEAS DO NASCIMENTO NETO
Secretário Municipal Administração

Publicado por:
Pedro Eneas do Nascimento Neto
Código Identificador:73541813

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 042/2019

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outrasprovidências.

O Secretário Municipal de Administração do município de Maxaranguape/RN, no exercício de suas atribuições legais, na melhor forma da Lei Orgânica do Município e no Decreto nº 074/2017,

R e s o l v e:

Art. 1º. Conceder ao servidor **EDMILSON DE OLIVEIRA LIMA**, Chefe de Gabinete, matrícula nº 5789, lotado no Gabinete do Prefeito, 04 diárias, para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com o objetivo de participar evento organizado pela CNM, intitulado "Movimento Municipalista", assim como de reuniões na Câmara dos Deputados e Ministérios, que acontecerão entre os dias 16 e 20 de setembro de 2019, na cidade de Brasília – DF.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

PEDRO ENEAS DO NASCIMENTO NETO
Secretário Municipal Administração

Publicado por:
Pedro Eneas do Nascimento Neto
Código Identificador:2296329F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MESSIAS TARGINO

GERENCIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO PP SRP N 13/2019

O Pregoeiro do Município de MESSIAS TARGINO-RN, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "Habilitação" e "Proposta", através do Pregão Presencial SRP nº 013/2018, no dia 25 de setembro de 2019 ás 09:00 horas, no prédio sede da Prefeitura Municipal de MESSIAS TARGINO -RN, sediada à Av. Miguel Arcanjo de Almeida, 468, centro , sala da Comissão Permanente de Licitações Prefeitura de Messias Targino, visando à contratação de pessoa jurídica para o fornecimentos de material de limpeza e utensílios de cozinha e cozinha e outros, para atender as Secretarias Municipais e Órgãos vinculados, conforme especificações contidas na Edital http://prefeituramessiastargino.com.br/

MESSIAS TARGINO, 11 de setembro de 2019

DANIEL J. ROBERTO
Pregoeiro

Publicado por:
Wigno de Begno Olimpio de Freitas
Código Identificador:DEBC186C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO QUANTO A FASE DE HABILITAÇÃO E DATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

O MUNICÍPIO DE MONTANHAS/RN, através da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, torna público que **ACATOU** as razões do Recurso interposto pela empresa AGC CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.999.591/0001-52, referente à sua INABILITAÇÃO quanto ao resultado inicial proferido da Tomada de Preços nº 003/2019. Sendo assim, a sessão para abertura dos envelopes de Propostas Comerciais das empresas habilitadas, fica marcada para o dia **17 de SETEMBRO de 2019 às 10h00min**, na sala de licitação da sede da Prefeitura Municipal de Montanhas/RN. A CPL comunica, ainda, que a decisão do recurso encontra-se disponível a quem interessar.

Montanhas/RN, 11 de setembro de 2019.

LUIZ EDUARDO FERNANDES
Presidente da CPL – PMM/RN

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:7EBF1EA3

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2019

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão de contrato de comum acordo e, na forma do Processo Administrativo que culminou na contratação de Locação de imóvel, localizado na Rua José do Carmo, s/n, Cidade Nova, Montanhas/RN, destinado a família carente do Município de Montanhas/RN, para a família da beneficiária a Srª **MARIA VALÉRIA DO NASCIMENTO**.
LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
CNPJ: 08.354.383/0001-08
LOCADOR: SEVERINO ANTÔNIO DE MEDEIROS
CPF: 595.925.834-04
ORIGEM: Dispensa nº 000056/2019
BASE LEGAL: Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

DATA DA RESCISÃO DO CONTRATO: 03 de setembro de 2019.

Montanhas/RN, 03 de setembro de 2019.

Assinam pelas partes:

LOCATÁRIO: Manuel Gustavo de Araújo Moreira
LOCADOR: Severino Antônio de Medeiros

Publicado por:
Domingos José de Araújo Neto
Código Identificador:ABC47EC4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019.

ADJUDICAMOS, os vencedores do Pregão Presencial nº 37/2019, realizado em 06/09/2019, a saber:
Objeto: **Contratação de Pessoa Jurídica para confecções de revistas**
SOLUCAO GRAFICA LTDA - ME - CNPJ: 06.101.409/0001-80 , saiu vencedor no item: 1 ; totalizando o valor de **R$ 84.800,00 (oitenta e quatro mil, oitocentos reais)**.

Monte Alegre/RN, em 10 de setembro de 2019

RAPHAEL TADEU XAVIER DE ABREU
Pregoeiro

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:8DFE5817

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REAPRAZAMENTO – TOMADA DE PREÇO 010/2019

O Presidente da Comissão Permanente de licitação da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN torna público a quem interessar que está reaprazando para o dia 13 (Treze) de setembro de 2019, às 14h00min, a sessão de recebimento dos envelopes de "propostas" e "habilitação" da Licitação – TOMADA DE PREÇO 010/2019. **Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de melhorias sanitárias domiciliares em residências no Município de Monte Alegre/RN**, conforme justificativas em choque de horário com outra licitação na mesma data. O Edital encontra-se disponível na Sede da Prefeitura, à Av. Juvenal Lamartine nº 33 – Centro – Monte Alegre/RN, no horário das 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira. Ficam desde já franqueados aos interessados os documentos que ensejaram nessa decisão.

A COMISSÃO

Monte Alegre, 11 de setembro de 2019.

RAPHAEL TADEU XAVIER DE ABREU
Presidente da CPL

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:ADC3B900

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2019.

HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente a licitação Pregão Presencial nº 37/2019 com início 27 de agosto de 2019, realizada em 06 de setembro de 2019 (sexta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da empresa relacionada a seguir:

SOLUCAO GRAFICA LTDA - ME - CNPJ: 06.101.409/0001-80 , saiu vencedor no item: 1 ; totalizando o valor de **R$ 84.800,00 (oitenta e quatro mil, oitocentos reais)**.

Monte Alegre/RN, 10 de setembro de 2019.

SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raphael Tadeu Xavier de Abreu
Código Identificador:1D1A4246

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO - PPRP Nº31/2019

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE BARRACAS PADRONIZADAS DESMONTÁVEIS CONFECCIONADA EM TUBO INDUSTRIAL DE AÇO CARBONO GALVANIZADO, CHAPAS, CANTONEIRAS COM ACABAMENTO EM TINTA ÓLEO BRANCA, 2 PLACAS DE ALUMÍNIO (0,90CM X 0,43CM) COM ENCAIXE MACHO E FÊMEA; 8 DOBRADIÇAS DE INOX COM 4 PINOS FIXOS, SENDO 4 PARA O EIXO CENTRAL DA MESA, E 2 PARA AS PERNAS; ESTRUTURA METÁLICA PARA SUPORTE DA PLACA EM AÇO CARBONO GALVANIZADO COM DIMENSÃO DE 0,03CM X 0,94CM X 0,02CM; PÉS LATERAL EM AÇO CARBONO. PARA SEREM UTILIZADAS EM FEIRAS LIVRES DE ARTESANATO E DEMAIS EVENTOS DO MUNICÍPIO, CONFORME MODELO EM ANEXO**

O pregoeiro da PMNF, torna público que em virtude da alteração no objeto da licitação, determino que seja reaprazado para o dia 25 de setembro de 2019, às 09:00hrs, licitação para o objeto acima especificado. O Edital e anexos encontram-se à disposição no setor de Licitação do Município, situado à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, centro, sala da CPL, Nísia Floresta/RN, 11 de setembro de 2019.

DOMICIANO FERNANDES DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:2E1DE05D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº05/2019
OBJETO: Contratação de Empresa especializada para realização da obra de Construção do Pórtico da Estação com centro turístico, localizado próximo a Estação Papary, na entrada do município de Nísia Floresta/RN.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PMNF, comunica que as empresas:**ICONE ENGENHARIA EIRELI** inscrita no CNPJ:27.374.520/0001-10 e **CONSTRUTORA ODECAM EIRELI** inscrita no CNPJ: 08.796.612/0001-44**,**impetraram recursos administrativos contra suas Inabilitações da Tomada de Preço em epígrafe, razão pela qual suspende a sessão prevista para apresentação de novas propostas no dia 16 de setembro de 2019 às 09:00hs até ulterior deliberação. O Processo com as instruções encontra-se à disposição dos interessados no setor de Licitação do Município, situado à Rua Prefeito Américo de Oliveira, 23, centro, sala da CPL, Nísia Floresta/RN, 11 de setembro de 2019.

DOMICIANO FERNANDES DA SILVA
Presidente da CPL.

Publicado por:
Hildeberto Dias dos Santos Gurgel
Código Identificador:8C77D8D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 230/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, **DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 65 da lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Artigo 1º - **NOMEAR,** ao cargo de GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS, a Sra. **ANA LUCIA GOMES DO NASCIMENTO,** inscrita no CPF nº 054.941.614-55, lotada na Secretária Municipal de Transporte, Trânsito, Obras e Serviços Urbanos.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de Setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 11 de Setembro de 2019.

DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wilson de Oliveira Neto
Código Identificador:938FDFB3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 026/2019

O Município de Olho D'Água do Borges, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às **14:00 do dia 25/09/2019**, fará realizar Processo Licitatório, modalidade **Pregão Presencial,** do tipo Menor preço, CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E, SEM EXCLUSIVIDADE DOS SERVIÇOS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN, Centro, Olho D'Água do Borges/RN.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Sala da Comissão de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN, Centro, Olho D'Água do Borges/RN, o mesmo poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaopmodb@outlook.com, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Olho D'Água do Borges/RN, 11 de setembro de 2019.

_____
Pregoeiro

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:77029D50

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 027/2019

O Município de Olho D'Água do Borges, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às **08:30 do dia 25/09/2019**, fará realizar Processo Licitatório, modalidade **Pregão Presencial,** do tipo Menor preço, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E TREINAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES/RN, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN, Centro, Olho D'Água do Borges/RN.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Sala da Comissão de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN, Centro, Olho D'Água do Borges/RN, o mesmo poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaopmodb@outlook.com, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Olho D'Água do Borges/RN, 11 de setembro de 2019.

_____
Pregoeiro

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:AE855DE4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 028/2019 - SRP

O Município de Olho D'Água do Borges, por intermédio do Pregoeiro, torna público que às **11:00 do dia 25/09/2019**, fará realizar Processo Licitatório **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade Pregão Presencial**,** do tipo Menor preço, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DESTE MUNICÍPIO, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN, Centro, Olho D'Água do Borges/RN.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na Sala da Comissão de Licitação, na Rua Etelvino Sales, SN, Centro, Olho D'Água do Borges/RN, o mesmo poderá ser solicitado através do e-mail: licitacaopmodb@outlook.com, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente.

Olho D'Água do Borges/RN, 11 de setembro de 2019.

_____
Pregoeiro

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:0D50969C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 192/2019

A Prefeita Municipal de Olho D'Água do Borges, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o senhor JOSE GILBERTO DIAS, CPF Nº 307.562.784-49, para desempenhar a função de Agente de Desenvolvimento do município de Olho D'água do Borges/RN, para desenvolver parcerias e articulações de ações públicas para promoção do desenvolvimento local, junto a sociedade, SEBRAE e outras instituições, mediante ações individuais ou coletivas, que visem desenvolver políticas de desenvolvimento econômico e social do município.

Parágrafo único: O Agente de Desenvolvimento Local, de que se trata o caput deste artigo, não receberá qualquer vantagem pecuniária.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Palácio Mário Solano de Moura, em Olho D'Água do Borges, 12 de setembro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita
CPF: 465.240.614-20

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:D7854D23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 193/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE OLHO D' ÁGUA DO BORGES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 71 da Lei Orgânica Municipal e Decreto nº 010/2017, de 18 de janeiro de 2017, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 036/2019, de 11 de setembro de 2019.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), totalizando R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), ao Servidor WILSON VIANA DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista da Secretaria Municipal de Saúde, matricula, para fazer face as despesas com locomoção e permanência à cidade de Natal/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Acompanhar Pacientes para exames e consultas no Hospital Universitário Onofre Lopes.

Local de destino: Hospital Universitário Onofre Lopes, Av. Nilo Peçanha, 620 – Petrópolis, Natal/RN.

Período do Afastamento: 12 de setembro de 2019, e retorno 12 de setembro de 2019.

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Olho D'Água do Borges/RN, em 11 de setembro de 2019.

MARIA HELENA LEITE DE QUEIROGA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:63907316

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS - IPSS
PORTARIA Nº 001/2019

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso da atribuição legal que lhe confere o art. 162 da Lei Municipal 504, considerando disposto no art. 16, § 6º, I, e art. 22, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e considerando o Memorando nº 007/2019, de 28 de março de 2019.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder 01 (uma) diária, no valor unitário de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), ao servidor ANDERSON MULLER HOLANDA CORTEZ, ocupante do cargo de PRESIDENTE DO IPSS, matricula 161, para fazer face as despesas com locomoção à cidade de NATAL/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: Resolver assuntos de interesse do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA junto ao TCE-RN, e demais solicitações.

Local de destino: TCE-RN, Av. Pres. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis, Natal - RN, 59012-360.

Período do Afastamento: Saída dia 12 de setembro de 2019, e retorno dia 13 de setembro de 2019.

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Olho D'Água do Borges/RN, em 11 de setembro de 2019.

IGOR CARLOS E SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro - IPSS

Publicado por:
Vinicius Eduardo de Morais Leite Dias
Código Identificador:82C496F6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00007/2019

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00007/2019, que objetiva: Obra de pavimentação e drenágem superficial da rua projetada paralela a rua Vereador José Miguel neste município de Paraná-RN; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: SOARES CONSTRUCOES & CONSULTORIA LTDA - R$ 39.049,70.

Paraná - RN, 11 de Setembro de 2019

ORIANA RODRIGUES
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:073758C4

GABINETE DA PREFEITA
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00008/2019

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00008/2019, que objetiva: Obra de pavimentação e drenágem superficial continuando a Av. Luiz Pinto neste município de Paraná-RN; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: SOARES CONSTRUCOES & CONSULTORIA LTDA - R$ 101.249,33.

Paraná - RN, 11 de Setembro de 2019

ORIANA RODRIGUES
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:3FAA50C1

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 091/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

Prorroga o prazo da situação anormal, caracterizada como situação de emergência, nas áreas atingidas no Município de Paraná, Estado do Rio Grande do Norte, afetadas pela estiagem e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 39, inciso II da Lei Orgânica do Município em vigor, e

CONSIDERANDO que a União, já considerou situação fática motivadora do reconhecimento do Estado de Emergência;

CONSIDERANDO que o Estado do Rio Grande do Norte, já considerou situação fática motivadora do reconhecimento do Estado de Emergência, nos termos do Decreto Estadual nº 29.131 de 08 de setembro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado, de 10 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO, ainda, que através da Portaria nº 1.075, de 23 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2019, o Ministério da Integração Nacional, através da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, reconheceu em decorrência de seca, situação de emergência no Município de Paraná/RN;

CONSIDERANDO os efeitos da estiagem que se alonga em toda base territorial do Município;

CONSIDERANDO, que as irregularidades das chuvas continuaram no decorrer deste ano, causando prejuízos nas culturas de subsistência, principalmente o milho e o feijão, atingindo o pequeno agricultor;

CONSIDERANDO a falta d'água potável para o consumo humano e animal, já está causando prejuízo por perda assustadora do pequeno rebanho existente;

CONSIDERANDO que a população carente do município vem procurando o Poder Público Municipal, em busca de soluções para a alimentação básica cotidiana das famílias;

CONSIDERANDO que grande parte da população do município de Paraná é composto de homens e mulheres do campo, o que faz espalmar ser palpável a força dolorosa da falta tempestiva de chuvas;

CONSIDERANDO que o poder Público Municipal não dispõe de recursos para enfrentar a crise que assola o município, especialmente no sentido de assegurar à população todas as condições necessárias para o atendimento de suas necessidades.

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica prorrogada a situação anormal provocada por desastre e caracterizada como **Situação de Emergência pela seca,** em todo o território do Município de Paraná, Estado do Rio Grande do Norte, decretada através do Decreto nº 013, de 02 de janeiro de 2015 e prorrogada pelos Decretos nºs: 030/2015, de 11 de agosto de 2015; 036/2016, de 15 de Março de 2016; 050/2017, de 02 de janeiro de 2017; 059/2017, de 05 de julho de 2017; 066/2018, de 19 de janeiro de 2018; 077/2018, de 20 de julho de 2018 e 080/2019, de 18 de janeiro de 2019, devido à estiagem que assola o município, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), renovável por quantos períodos necessários se façam, na forma disposta na legislação vigente.

Parágrafo único. Essa situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo formulário de Avaliação de Danos e pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2°. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Extraordinário em face à situação existente.

Parágrafo único – A tomada de decisões contida no *caput* deste artigo, de imediato será comunicado ao Poder Legislativo, em obediência a legislação em vigor.

Art. 3°. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ/RN, 11 de setembro de 2019.

ORIANA RODRIGUES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:67FAD1C9

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 016/2019 - GP

A PREFEITA DO MUNICIPIO DE PARANÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E :
Art. 1º. NOMEAR para exercer em comissão cargo de **Chefe da Divisão do Serviço e Execução de Programas Especiais**, Símbolo CC-5, da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho, Símbolo CC-5, a Senhora **RAYONARA DOMINGOS DE OLIVEIRA,** portadora do CPF nº 105.278.404-67, instituído pela Lei Complementar nº 001/2008, de 10 de novembro de 2008, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ/RN, em 04 de setembro de 2019.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ORIANA RODRIGUES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:DEE237F8

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO - PP 00015/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraná/RN; CONTRATADA: D. F. de S. Silva, Pessoa Jurídica Inscrita no CNPJ sob o nº 04.599.190/0001-66, Objeto: fornecimento de materiais de expediente destinados as Secretarias Municipais deste Município de Paraná-RN. Aditamento de Valor; R$ 3.316,44.

Paraná/RN, 10 de setembro de 2019

ORIANA RODRIGUES
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:4D3EA9B3

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO - PP 00005/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paraná/RN; CONTRATADA: F A NUNES GONDIM EIRELI, Pessoa Jurídica Inscrita no CNPJ sob o nº 12.995.411/0001-43, Objeto: *fornecimento de material e equipamentos elétricos destinados a iluminação pública e Secretarias deste Município de Paraná-RN*. Aditamento de Valor; R$ 11.212,20.

Paraná/RN, 10 de setembro de 2019

ORIANA RODRIGUES
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:13C96478

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA 50/2019

PROCESSO Nº 81/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2019

A Comissão de Licitação do Município de Paraú, através da PREFEITURA MUNICIPAL, em cumprimento à ratificação procedida pela Excelentíssima Senhora MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO, Prefeita Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AEREAS NO TRECHO: NATAL/BRASILIA/NATAL. SAIDA PREVISTA PARA O DIA 30/09/2019 COM RETORNO PREVISTO PARA O DIA 03/10/2019.
Contratado.....: EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA , CNPJ/CPF sob o nº 10.477.835/0001-90,
Valor.....: R$2.970,30 (dois mil, novecentos e setenta reais e trinta centavos).
Fundamento Legal...: art. 24, inciso II , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado Excelentíssima Senhora MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO, Prefeita Municipal.

PARAÚ - RN, 10 de SETEMBRO de 2019

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:1B2E7975

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA 50/2019

PROCESSO Nº 81/2019

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2019

A Comissão de Licitação do Município de Paraú, através da PREFEITURA MUNICIPAL, em cumprimento à ratificação procedida pela Excelentíssima Senhora MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO, Prefeita Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AEREAS NO TRECHO: NATAL/BRASILIA/NATAL. SAIDA PREVISTA PARA O DIA 30/09/2019 COM RETORNO PREVISTO PARA O DIA 03/10/2019.
Contratado.....: EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA , CNPJ/CPF sob o nº 10.477.835/0001-90,
Valor.....: R$2.970,30 (dois mil, novecentos e setenta reais e trinta centavos).
Fundamento Legal...: art. 24, inciso II , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado Excelentíssima Senhora MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO, Prefeita Municipal.

PARAÚ - RN, 10 de SETEMBRO de 2019

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:B3921942

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 21/2019
Após analisado o resultado do Pregão Presencialnº 21/2019, destinado ao **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS OU ACESSÓRIOS ORIGINAIS NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN** realizada em 30/08/2019, o Pregoeiro, Sr. Ricardo Alexandre Pereira de Azevedo Holanda, ADJUDICA ao(s) licitante(s) vencedor(es) dos respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

Vencedor(es): **F. N. DE SOUZA**				
CNPJ: **10.639.242/0001-83**	Telefone:			Email:
Endereço: **AV. SENADOR JOÃO CÂMARA, 2829 , JANDUIS, ASSU/RN, CEP: 59650-000**				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Desconto
00000	1,00	UND	LOTE 1 - VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE	34%

Vencedor(es): **PAIVA AUTO & SERVIÇOS LTDA**				
CNPJ: **10.449.378/0001-20**	Telefone: **8499999999**			Email:
Endereço: **RUA AMARO PEREIRA NETO, 69 , BR 304 CENTRO INDUSTRIAL, ASSU/RN, CEP: 59650-000**				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição Marca	Desconto
00000	1,00	UND	LOTE 2 - VEÍCULOS DE GRANDE PORTE	35%

Vencedor(es): **SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**				
CNPJ: **02.620.622/0001-48**	Telefone:			Email:
Endereço: **R SÃO JOSE, 409 , BOA PASSAGEM, CAICÓ/RN, CEP: 59300-000**				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Desconto
00000	1,00	UND	LOTE 3 - TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	35%

F. N. DE SOUZA - CNPJ: 10.639.242/0001-83, saiu vencedor(a) no(s) lote(s): LOTE 1 - VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE ; com desconto de 34% (trinta e quatro por cento).
PAIVA AUTO & SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 10.449.378/0001-20, saiu vencedor(a) no(s) lote(s): LOTE 2 - VEÍCULOS DE GRANDE PORTE ; com desconto de 35% (trinta e cinco por cento).
SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP- CNPJ: 02.620.622/0001-48, saiu vencedor(a) no(s) lote(s) : LOTE 3 - TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS; com desconto de 35% (trinta e cinco por cento).
Baseado nas Propostas apresentadas pelas empresas habilitadas conforme Ata e mapa comparativo de preço, encaminho a Vossa Excelência o Processo para que proceda com a homologação do

resultado desta licitação às licitantes vencedoras, por terem sido avaliadas e julgadas como mais vantajosas para a Administração.

Esclareço ainda, que o julgamento recaiu sobre as propostas de maior desconto e estão em conformidade com os praticados no mercado, o que satisfaz as exigências legais.

Paraú/RN, em 30 de agosto de 2019

RICARDO ALEXANDRE PEREIRA DE AZEVEDO HOLANDA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:50526A3B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO 041/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 041/2019.

ORIGEM.....: Pregão Presencial Nº 019/2018

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ/RN, CNPJ nº 08.084.691/0001-60

CONTRATADA(O).....: RITA DE CASSIA DE FREITAS 05916375450, CNPJ/CPF: **30.939.282/0001-58**

OBJETO.....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS, DESTINADAS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

ITENS: 1, 2 e 3, CONFORME PLANILHA A SEGUIR:

Vencedor(es): **RITA DE CASSIA DE FREITAS 05916375450**				
CNPJ: **30.939.282/0001-58**		Email:		Telefone:
Endereço: **SITIO TATU, 00 , CENTRO, Paraú/RN, CEP: 59660-000**				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R$)
00001	1000,00	UND	CAFÉ DA MANHÃ Café da manhã completo; com variação de cardápio: Cuscuz, carne, ovos, frutas, pão, queijos, café, leite e suco.	10,00
00002	1000,00	UND	ALMOÇO com variação de pratos com: carnes, peixes, arroz, feijão, macarrão, verduras, legumes e frutas, acompanhado de suco ou refrigerantes.	16,00
00003	1000,00	UND	JANTA Com variação de pratos com: carnes, aves, arroz, cuscuz, sopa, verduras, legumes e pão, acompanhado de café, leite e sucos.	13,00

VIGÊNCIA.....: 30/08/2019,até 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA.....: 30 de agosto de 2019.

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:B5344164

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA 50/2019

GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2019

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores, para a contratação com EMBARQUE JA VIAGENS E TURISMO LTDA , inscrito(a) no CNPJ/CPF sob o nº 10.477.835/0001-90, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AEREAS NO TRECHO: NATAL/BRASILIA/NATAL. SAIDA PREVISTA PARA O DIA 30/09/2019 COM RETORNO PREVISTO PARA O DIA 03/10/2019, no valor total de **R$2.970,30** (dois mil, novecentos e setenta reais e trinta centavos).

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilustríssima Sra. FABÍOLA DE ARAÚJO MORAIS, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

PARAÚ - RN, 10 de SETEMBRO de 2019

MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:BCEC849C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
LICITAÇÃO Pregão Presencial Nº 21/2019.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, a Sra. Maria Olímpia Ferreira Nunes Eufrásio, Prefeita Municipal, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 21/2019, realizada em 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, alterada pela Lei nº 9.648.98, de 27 de maio de 1998, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supra mencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionadas a seguir:

Vencedor(es): **F. N. DE SOUZA**				
CNPJ: **10.639.242/0001-83**		Telefone:	Email:	
Endereço: **AV. SENADOR JOÃO CÂMARA, 2829 , JANDUIS, ASSU/RN, CEP: 59650-000**				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Desconto
00000	1,00	UND	LOTE 1 - VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE	34%
Vencedor(es): **PAIVA AUTO & SERVIÇOS LTDA**				
CNPJ: **10.449.378/0001-20**		Telefone: **8499999999**	Email:	
Endereço: **RUA AMARO PEREIRA NETO, 69 , BR 304 CENTRO INDUSTRIAL, ASSU/RN, CEP: 59650-000**				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição Marca	Desconto
00000	1,00	UND	LOTE 2 - VEÍCULOS DE GRANDE PORTE	35%
Vencedor(es): **SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**				
CNPJ: **02.620.622/0001-48**		Telefone:	Email:	
Endereço: **R SÃO JOSE, 409 , BOA PASSAGEM, CAICÓ/RN, CEP: 59300-000**				
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Desconto
00000	1,00	UND	LOTE 3 - TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	35%

F. N. DE SOUZA - CNPJ: 10.639.242/0001-83, saiu vencedor(a) no(s) lote(s): LOTE 1 - VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE ; com desconto de 34% (trinta e quatro por cento).
PAIVA AUTO & SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 10.449.378/0001-20, saiu vencedor(a) no(s) lote(s): LOTE 2 - VEÍCULOS DE GRANDE PORTE ; com desconto de 35% (trinta e cinco por cento).
SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP- CNPJ: 02.620.622/0001-48, saiu vencedor(a) no(s) lote(s) : LOTE 3 - TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS; com desconto de 35% (trinta e cinco por cento).

Paraú/RN, 02 de setembro de 2019.

MARIA OLÍMPIA FERREIRA NUNES EUFRÁSIO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:4D74E7F9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 37/2019
Pregão Presencial nº 21/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 21/2019; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS OU ACESSÓRIOS ORIGINAIS NOS VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos; Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU; CNPJ nº 08.084.691/0001-60; Empresa(s) Detentora(s) da Ata: F. N. DE SOUZA - CNPJ: 10.639.242/0001-83; Vigência da Ata: 12 (doze) meses; Período: de 02/09/2019 à 01/09/2020; Data de Assinatura: 02/09/2019.

Preços registrados:

LOTE 01 – VEICULOS LEVES DE PEQUENO PORTE - 10 (dez) veículos:

MOTO HONDA CG 160 START; MOTO HONDA CG 160 START; MOTO HONDA POP 110; FIAT PALIO FIRE; FIAT PALIO WK ATTRAC; FIAT DOBLÔ – AMBULÂNCIA; GM MONTANA – AMBULÂNCIA; FIAT FIORINO – AMBULÂNICA; FITA TORO; GM CLASSIC LS.

Vencedor(es): **F. N. DE SOUZA**				
CNPJ: **10.639.242/0001-83**	Telefone:			Email:
Endereço: **AV. SENADOR JOÃO CÂMARA, 2829 , JANDUIS, ASSU/RN, CEP: 59650-000**				
LOTE 1				
ESPECIFICAÇÃO	**QNT/HORA**	**VALOR/HORA**	**TOTAL**	**PERC. DESC.**
MÃO DE OBRA (R$/H)	**200**	**R$ 117,00**	**R$ 23.400,00**	**34%**
PEÇAS			**R$ 75.000,00**	**34%**
VALOR GLOBAL LOTE 1 - VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE				**98.400,00**

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:DA9A4947

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 38/2019
Pregão Presencial nº 21/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 21/2019; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS OU ACESSÓRIOS ORIGINAIS NOS VEÍCULOS DE GRANDE PORTE QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos; Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU; CNPJ nº 08.084.691/0001-60; Empresa(s) Detentora(s) da Ata: PAIVA AUTO & SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 10.449.378/0001-20; Vigência da Ata: 12 (doze) meses; Período: de 02/09/2019 à 01/09/2020; Data de Assinatura: 02/09/2019.

Preços registrados:

LOTE 02 – VEICULOS DE GRANDE PORTE - 04 (quatro) veículos:

FORD CARGO CAMINHAO CAÇAMBA PAC; MICRO ONIBUS ESCOLAR VOLARE V6;
CAMINHÃO FORD 6600; INTERNATIONAL CAMINHAO PIPA DURA STAR PAC.

Fornecedor: **PAIVA AUTO & SERVIÇOS LTDA**					
CNPJ: **10.449.378/0001-20**			Telefone: **8499999999**		Email:
Endereço: **RUA AMARO PEREIRA NETO, 69 , BR 304 CENTRO INDUSTRIAL, ASSU/RN, CEP: 59650-000**					
LOTE 2 - VEÍCULOS DE GRANDE PORTE					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QUANT/HORA**	**VLR/HORA**	**TOTAL**	**PERC. DESC.**
1	**MÃO DE OBRA (R$/H)**	**250**	**R$ 183,33**	**R$ 45.832,50**	**35%**
2	**PEÇAS**			**R$ 90.000,00**	**35%**
VALOR GLOBAL LOTE 2 - VEÍCULOS DE PEQUENO PORTE					**135.832,50**

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:CBFB3C68

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 39/2019
Pregão Presencial nº 21/2019

Extrato da Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial nº 21/2019; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS OU ACESSÓRIOS ORIGINAIS NAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN, em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos; Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU; CNPJ nº 08.084.691/0001-60; Empresa(s) Detentora(s) da Ata: SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP - CNPJ: 02.620.622/0001-48; Vigência da Ata: 12 (doze) meses; Período: de 02/09/2019 à 01/09/2020; Data de Assinatura: 02/09/2019.

Preços registrados:

LOTE 03 – MÁQUINAS AGRICOLAS/TRATOR - 05 (cinco) Máquinas / Tratores:

MOTONIVELADORA PATROL NEW HOLLAND; RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E; PÁ MECÂNICA HYUNDAI HL740-9S; TRATOR VALTRA A-850; TRATOR.

Fornecedor: **SERIDO TRATORES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP**					
CNPJ: **02.620.622/0001-48**				Telefone:	Email:
Endereço: **R SÃO JOSE, 409 , BOA PASSAGEM, CAICÓ/RN, CEP: 59300-000**					
LOTE 3 - TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS					
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QUANT/HORA**	**VALOR UNIT.**	**TOTAL**	**PERC. DESC.**
1	**MÃO DE OBRA (R$/H)**	**250**	**R$ 243,30**	**R$ 60.825,00**	**35%**
2	**PEÇAS**			**R$ 100.000,00**	**35%**
VALOR GLOBAL LOTE 3 - TRATORES E MÁQUINAS AGRÍCOLAS					**160.825,00**

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:850F3C02

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2019 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019 - SRP DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

O Município de Parazinho/RN torna pública a adesão a Ata de Registro de Preços nº 010/2019 do Pregão Presencial nº 016/2019, da Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, nos termos da Lei 8.666/1993 em consonância com a Lei 10.520/2002 e suas alterações posteriores e demais normas em vigor, conforme especificado abaixo:
Pregão Presencial SRP nº 016/2019 - Ata de Registro de Preço n° 010/2019.
Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, inscrita no CNPJ: 08.168.775/0001-82.
Órgão Participante (Carona): Prefeitura Municipal de Parazinho/RN, inscrita no CNPJ: 08.113.631/0001-29.
Objeto: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 010/2019 nos termos do Pregão Presencial SRP nº 016/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Tibau do Sul/RN, o registro preço para futura contratação de pessoa jurídicapara prestação de serviços de arbitragem.
Vigência do Termo de Adesão: 11/09/2019 à 15/07/2020.

Parazinho/RN, 11 de Setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL/RN
CNPJ: 08.168.775/0001-82.
Órgão Gerenciador

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAZINHO/RN
CNPJ: 08.113.631/0001-29
Órgão Participante
Carona

FELIPE X CERINO ASSESSORIA ESPORTIVA
CNPJ: 28.459.211/0001-06
Fornecedor

Publicado por:
Robson Scipião de Brito
Código Identificador:1063A93F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO A ADESÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 016/2019

Contratante: O Município de Parazinho – CNPJ: 08.113.631/0001-29. Fundamento: Lei Federal 8.666/93, e alterações posteriores. Objeto: Registro de preços para futura contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de arbitragem.
Contratada: Felipe X Cerino Assessoria Esportiva - CNPJ: 28.459.211/0001-06
R$ 51.662,50 (cinquenta e um mil seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Prazo de execução: 11/09/2019 a 15/07/2020.

Parazinho/RN, 11 de setembro de 2019.

CARLOS VERIANO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson Scipião de Brito
Código Identificador:54861429

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, inclusive a expedição do Ato Adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO, em favor da licitante: R R Lopes Assessoria Contábil Ltda - ME – CNPJ: 11.807.158/0001-87, vencedora no item licitado, a licitação Pregão Presencial nº 019/2019 para a Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica no acompanhamento dos contratos de repasses e convênios estadual e federal para atender as necessidades da administração pública municipal de Parazinho/RN.

Assim CONVOQUE-SE a empresa acima mencionada para assinatura do contrato de prestação de serviços.

Parazinho/RN, 11 de Setembro de 2019.

CARLOS VERIANO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:79D25D38

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 089/2019

Portaria nº 089/2019/GP/PMP
Parazinho/RN, 12 de Setembro de 2019.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PARAZINHO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, do Art. 54º, Incisos II e VI, bem como do Art. 56, Incisos I e II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1°. NOMEAR o Senhor: LENILSON CRUZ DA SILVA, CPF: N° 703.139.734-07, para exercer o cargo de COORDENADOR no Município de Parazinho.

Art.2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Setembro de 2019, revogando as disposições contrárias.

Publique-se;
Registre-se;
Cumpra-se.

CARLOS VERIANO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Henrique Ramos dos Santos
Código Identificador:1B457C72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 090/2019

Portaria nº 090/2019/GP/PMP
Parazinho/RN, 12 de Setembro de 2019.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PARAZINHO**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, do Art. 54º, Incisos II e VI, bem como do Art. 56, Incisos I e II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1°. NOMEAR o Senhor: JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS, CPF: N° 011.873.514-40, para exercer o cargo de COORDENADOR no Município de Parazinho.

Art.2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Setembro de 2019, revogando as disposições contrárias.

Publique-se;
Registre-se;
Cumpra-se.

CARLOS VERIANO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Henrique Ramos dos Santos
Código Identificador:28E314A1

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MATO GRANDE/CISMAT - PROTOCOLO DE INTENÇÕES

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MATO GRANDE/CISMAT
PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Os Municípios de **Caiçara do Norte, CNPJ: 1.612.375/0001-75, Parazinho inscrita no CNPJ: 08.113.631/0001-29, Pedra Grande, CNPJ: 08.113.896/0001-27 e São Bento do Norte, 08.114.514/0001-80** reconhecendo a importância da adoção de uma política integrada em saúde no âmbito de suas competências constitucionais;

Considerando os objetivos, princípios e diretrizes que regem as iniciativas públicas;

Considerando que os signatários reconhecem como de interesse vital a ampliação e o fortalecimento de suas próprias capacidades gerenciais;

Considerando a faculdade de consorciamento prevista no artigo 241 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 11.107/05 e o Decreto nº 6.017, de 2007;

RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE PROTOCOLO DE INTENÇÕES OBJETIVANDO A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MATO GRANDE - CISMAT, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E DISPOSIÇÕES:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E FORO.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Mato Grande - CISMAT, constituído pelos Municípios de **Caiçara do Norte, Parazinho, Pedra Grande e São Bento do Norte,** é pessoa jurídica de direito público, com natureza jurídica de associação pública, prazo de duração indeterminado, com sede e foro permanentes em Parazinho/RN, com a finalidade de desenvolver em conjunto ações e serviços de saúde, observados os preceitos que regem o Sistema Único de Saúde, especialmente no que tange os serviços de atenção básica, média e alta complexidade.
§ 1º - Para o cumprimento de suas finalidades o Consórcio poderá:

I - Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais;

II - Ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

§ 2º - Considera-se como área de atuação do consórcio público a que corresponde à soma dos territórios dos Municípios que o constituíram.

§ 3 º - O consorciado adimplente tem o direito de exigir dos demais consorciados o cumprimento das obrigações previstas no presente Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PODERES DE REPRESENTAÇÃO

Nos assuntos de interesse comuns, assim compreendidos aqueles constantes da cláusula primeira deste Protocolo de Intenções, observadas as competências constitucionais e legais, terá o consórcio público poderes para representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo e entidades privadas de qualquer natureza.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO

O Consórcio terá a seguinte estrutura administrativa:

I - ASSEMBLEIA GERAL;
II – CONSELHO DIRETOR;
III - CONSELHO FISCAL;
IV – CONSELHO TÉCNICO - EXECUTIVO;
V – SECRETARIA-EXECUTIVA.

Parágrafo Único – As competências e o funcionamento dos órgãos descritos nesta cláusula, que não estejam previstos neste Protocolo de Intenções, serão definidos em Estatuto.

CLÁUSULA QUARTA – DA ASSEMBLEIA GERAL
A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação do CONSÓRCIO e será constituída por todos os consorciados signatários deste Protocolo de Intenções.

§ 1º - Compete privativamente à Assembléia Geral:

I) eleger e destituir os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal;

II) aprovar as contas;

III) elaborar, aprovar e alterar o Protocolo de Intenções e o Estatuto;

IV) decidir sobre a dissolução do CONSÓRCIO;

V) julgar recursos que versem sobre a exclusão de consorciados;

VI) autorizar a alienação de bens do CONSÓRCIO, exceto os bens móveis - conforme demonstrado por laudos técnicos - declarados inservíveis;

VII) aprovar os critérios e autorizar a admissão de novos consorciados.

§ 2º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, semestralmente a cada ano e, extraordinariamente, quando for convocada pelo Conselho Diretor ou por, pelo menos, 2/3 dos associados.

§ 3º - A Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços), no mínimo, dos consorciados e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

§ 4º - A convocação da Assembléia Geral será feita através de Edital de Convocação via e-mail e correspondência escrita com antecedência mínima de 10 (dez) dias, observadas as seguintes disposições:

I – Cada ente consorciado terá direito a um voto e as decisões poderão ser tomadas por aclamação ou escrutínio secreto.

II – Para as deliberações relacionadas à destituição dos membros do Conselho Diretor, alteração do Protocolo de Intenções e do Estatuto e dissolução do Consórcio será exigida a votação da maioria absoluta dos representantes dos entes consorciados; nas demais a votação se dará por maioria relativa.

III - Quando da votação dos casos em que for exigida a maioria absoluta dos representantes dos entes consorciados, a Assembléia Geral deverá ser convocada especificamente para esse fim.

IV - Num mesmo edital serão feitas a primeira e a segunda convocações, dele constando a ordem do dia.

V - Não será permitido tratar, na Assembléia Geral, de qualquer assunto não previsto no seu edital de convocação.

VI- A deliberação sobre mudança de sede e foro do CONSÓRCIO apenas será permitida pelos municípios fundadores **(Caiçara do Norte, Parazinho, Pedra Grande e São Bento do Norte)**, por maioria absoluta dos votos.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor é o órgão de deliberação, constituído pelos Prefeitos dos Municípios consorciados eleitos pela Assembléia Geral, a ele cabendo:

I – Atuar junto às esferas políticas do Poder Público, em todos os seus níveis, buscando apoio às ações do CONSÓRCIO;

II – Estimular, na área de abrangência do CONSÓRCIO, a participação dos demais municípios;

III – estabelecer metas ao Conselho Técnico-Consultivo e aos demais setores do CONSÓRCIO no intuito de fazer cumprir os objetivos da instituição;

IV – autorizar a alienação dos bens móveis declarados inservíveis;

V – aprovar a requisição de servidores públicos para servirem na entidade;

VI - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;

VII - aprovar a proposta de orçamento da entidade, o plano e o relatório anual de atividades, bem como o programa de investimentos;

VII – indicar o Secretário-Executivo, bem como determinar o seu afastamento, a sua demissão ou a sua substituição, conforme o caso;

IX – prestar contas ao órgão público ou privado concedente dos recursos que venha a receber.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONSELHO TÉCNICO-EXECUTIVO

O Conselho Técnico-Executivo é o órgão executivo, constituído pelos Secretários Municipais de Saúde dos Municípios consorciados, a ele competindo:

I – promover a execução das atividades do CONSÓRCIO;

II – propor a estruturação dos serviços, do quadro de pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidas à aprovação do Conselho Diretor;

III – propor ao Conselho Diretor a requisição de servidores municipais para servirem ao CONSÓRCIO;

IV – elaborar o plano de atividades e a proposta orçamentária anuais, a serem submetidas ao Conselho Diretor;

V – elaborar e encaminhar ao Conselho Diretor os relatórios gerenciais e de atividades no âmbito do CONSÓRCIO;

VI – praticar os demais atos que, por delegação de competência, lhes forem atribuídos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador, constituído por Prefeitos dos Municípios consorciados eleitos pela Assembléia Geral, a ele competindo:

I – elaborar parecer sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do CONSÓRCIO;

II – elaborar parecer sobre a execução do plano de atividades e os relatórios gerenciais desenvolvidas pelo CONSÓRCIO;

III – representar a Assembléia Geral qualquer ato ou fato que comprometa a execução das políticas desenvolvidas pelo CONSÓRCIO;

IV – praticar os demais atos que, por delegação de competência, lhes forem atribuídos.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

Para a execução de suas atividades disporá o CONSÓRCIO de quadro de pessoal composto de, no máximo, 15(quinze) empregados, permitida a variação de 25% (vinte e cinco por cento) na quantidade e no valor do vencimento.

I – A contratação de pessoal se dará por concurso público, excetuados os casos de funções de confiança claramente delimitados no Estatuto e os de contratação temporária para atender a excepcional interesse público, e se regerá pelos ditames constantes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

II – A especificação dos cargos, o quantitativo de vagas e a remuneração dos profissionais constam do Anexo I deste Protocolo, dele fazendo parte para todos os fins legais e de direito.

III - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, cujo prazo máximo de contratação será de 12 (doze) meses:

VI – Os entes CONSORCIADOS poderão, na forma da Legislação em Vigor, ceder servidores municipais para o CONSÓRSIO.

a) a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito dos objetivos do CONSÓRCIO;

b) a contratação de serviços técnicos especializados no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos ou parcerias internacionais ou nacionais;

c) a contratação realizada para a substituição de empregado público demitido ou afastado temporariamente pelo CONSÓRCIO ou que tenha pedido demissão;

d) a contratação realizada para a manutenção da execução das ações e serviços relacionados às finalidades do CONSÓRCIO, desde que já determinada à abertura de concurso público.

e) a contratação realizada para a execução de ações e serviços emergências temporários, tais como endemias, tragédias surtos de doenças e /ou agravos regionais.

CLÁUSULA NONA – DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO

O representante legal do Consórcio será eleito em Assembléia Geral, sendo obrigatoriamente Chefe do Poder Executivo de um dos consorciados, e terá mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Fica o consórcio público autorizado a gerir serviços de média e alta complexidade em todo território dos municípios que o constituem, observadas as normas vigentes.
Parágrafo único - Em razão do que dispõe a Lei 8.080/90 e a Lei 11.107/05, especialmente no seu art. 1º, § 3º, não caberá ao consórcio público licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização da prestação dos serviços, bem como a possibilidade da cobrança de tarifa ou outros preços públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CONTRATO DE PROGRAMA

Os entes consorciados celebrarão com o Consórcio contratos de programa para a execução de serviços públicos de comum interesse ou para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.
§ 1º Nos contratos de programa a serem celebrados serão obrigatoriamente observados:
I – o atendimento à legislação da regulação dos serviços a serem prestados;
II – a previsão de procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 2º O contrato de programa poderá ser celebrado por entidades de direito público ou privado que integrem a administração indireta de qualquer dos entes da Federação consorciados ou conveniados.

§ 3º Compete ao Estatuto estabelecer os demais critérios para a celebração de contratos de programa, observada a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CONTRATO DE RATEIO

Ficam os entes consorciados autorizados a celebrar contrato de rateio com o Consórcio para a transferência de recursos financeiros.

§ 1º O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.

§ 2º É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º Para o repasse dos recursos especificados no contrato de rateio fica o Poder Executivo Municipal autorizado a determinar à instituição bancária o débito dos valores em sua conta-corrente quando do recebimento das parcelas do FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

§ 5º A celebração de contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária constituirá, nos termos da lei, ato de improbidade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA RETIRADA DO ENTE CONSORCIADO

A retirada do ente da Federação do consórcio público dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia geral, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 1º Os bens destinados ao consórcio público pelo consorciado que se retira somente serão revertidos ao seu patrimônio no caso da extinção do consórcio público ou mediante aprovação da Assembléia Geral do CONSÓRCIO.

§ 2º A retirada ou a extinção do consórcio público não prejudicará as obrigações já constituídas pelos entes que o integram.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA ALTERAÇÃO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

O presente Protocolo de Intenções, convertido em contrato de consórcio público após sua ratificação por lei, somente poderá ser alterado ou extinto após aprovação pela Assembléia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DO ESTATUTO

As demais disposições concernentes ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MATO GRANDE - CISMAT constarão de Estatuto a ser elaborado e aprovado em Assembléia Geral, observadas as disposições legais vigentes e os ditames deste Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Após a sua assinatura pelos representantes legais dos entes federados consorciados e a devida ratificação legislativa por parte de, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) dos seus signatários, o presente Protocolo de Intenções se converterá em contrato de consórcio público, estando o Consórcio apto a iniciar as suas atividades como instituição de direito público.

Parágrafo único - Os signatários que não ratificarem por lei, no prazo máximo de 60 dias, o presente Protocolo de Intenções, somente poderão ingressar no Consórcio após prévia aprovação da Assembléia Geral.

E assim, por estarem devidamente ajustados, firmam o presente Protocolo de Intenções em 04(quatro) vias de igual forma e teor para publicação do seu extrato nos órgãos de imprensa oficiais de cada ente signatário e na Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande Do Norte.

Parazinho – RN, 20 de Agosto de 2019.

AMARILDO ELIAS DE MORAIS FILHO
Prefeito – Caiçara do Norte-RN

CARLOS VERIANO DE LIMA
Prefeito – Parazinho- RN

VALDEMIR VALENTINO SOARES BELCHIOR
Prefeito – Pedra Grande – RN

CLAUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA
Prefeito – São Bento do Norte - RN

ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

01	SECRETÁRIO EXECUTIVO	R$ 3.000,00
01	ASSESSOR JURÍDICO	R$ 3.000,00
01	CONTADOR	R$ 3.000,00
01	SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO	R$ 3.000,00

ANEXO II- FUNÇÕES GERAIS

02	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R$ 998,00
02	MOTORISTA	R$ 998,00
02	RECEPCIONISTA	R$ 998,00
02	VIGIA	R$ 998,00
03	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	R$ 998,00

Publicado por:
Igor Henrique Ramos dos Santos
Código Identificador:98E9FF7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

O Pregoeiro do Município de Parazinho/RN torna público que a empresa vencedora da licitação Pregão Presencial nº 019/2019. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica no acompanhamento dos contratos de repasses e convênios estadual e federal para atender as necessidades da administração pública municipal de Parazinho/RN foi o licitante: R R Lopes Assessoria Contábil Ltda - ME – CNPJ: 11.807.158/0001-87, no item licitado.

Parazinho/RN, 11 de Setembro de 2019.

RUTEMBERG DE MELO GONZAGA
Pregoeiro

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:996DCA90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tele, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após o lance e negociação direta com o Pregoeiro, foi conseguido valor de acordo com a prática do mercado.

Considerando, ainda que foi realizada análises na documentação de habilitação da empresa vencedora, quando se constatou que a mesma atendeu a todos os ditames editalicios.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne à interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de contrapor as decisões proferidas, por parte do licitante.

Considerando, finalmente o que preconiza o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

ADJUDICO, em favor da licitante R R Lopes Assessoria Contábil Ltda - ME – CNPJ: 11.807.158/0001-87, vencedora no item licitado, a licitação Pregão Presencial nº 019/2019 para a Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica no acompanhamento dos contratos de repasses e convênios estadual e federal para atender as necessidades da administração pública municipal de Parazinho/RN, onde se encaminha o processo a autoridade superior para que delibere quanto a sua homologação.

Parazinho/RN, 11 de Setembro de 2019.

RUTEMBERG DE MERLO GONZAGA
Pregoeiro

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:8DBC0FD8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 4054/2019 PREGÃO PRESENCIAL 43/2019

O Município de Parelhas/RN, através de seu(ua) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, torna público que às **07h:30min (horário local)** do dia 2**5/09/2019** realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS**, conforme especificações, estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus Anexos. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala de licitações localizada no prédio sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. Mauro Medeiros, nº 97, Bairro Centro, no horário de expediente das 07:00 hs às 13:00 hs, como também no site oficialwww.parelhas.rn.gov.br. Contato:(84) 3471-2522/Ramal 203. E-mail:cplparelhas@hotmail.com.

MARIA DAS VITÓRIAS VALENTIM DE AZEVEDO
Pregoeira.

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:0A54298E

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 522/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): EVALDO FERNANDES DINIZ			
MATRÍCULA: 120579-0			
DI: 2.675.701			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar atendimento médico em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 10/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 10 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:1A53FBEB

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 523/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): LAÉRCIO PEREIRA DA SILVA			
MATRÍCULA: 1004255			
DI: 391.368.334-87			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar atendimento médico em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 10/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 10 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:71792842

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 524/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): NEILSON OLIVEIRA DE SOUZA			
MATRÍCULA: 120635-4			
DI: 2.348.953 SSP RN			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar atendimento médico em NATAL/RN.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 10/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas (RN), 10 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:E59F0095

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 525/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:

Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): LAÉRCIO PEREIRA DA SILVA			
MATRÍCULA: 1004255			
DI: 391.368.334-87			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar sessão de hemodiálise na Clínica do Rim em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 11/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 11 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:E32D66B0

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 526/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): EVALDO FERNANDES DINIZ			
MATRÍCULA: 120579-0			
DI: 2.675.701			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar sessão de hemodiálise na Clínica do Rim em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 11/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 11 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:27F9D4EE

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 527/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): NEILSON OLIVEIRA DE SOUZA			
MATRÍCULA: 120635-4			
DI: 2.348.953 SSP RN			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar sessão de hemodiálise na Clínica do Rim em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 11/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 11 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:7BA55C4F

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 528/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): JOSÉ ALVES DE SOUZA			
MATRÍCULA: 120567-6			
DI: 997021			
CARGO: MOTORISTA			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Conduzir pacientes que necessitam realizar atendimento médico em NATAL/RN.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 11/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 75,00	R$ 75,00
Total a pagar			R$ 75,00

Parelhas (RN), 11 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:CAD5F6D9

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 529/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): ROSÁLIA SILIA DE AZEVEDO VILAR			
MATRÍCULA: 120571-4			
DI: 069.881224-78			
CARGO: NUTRICIONISTA DO SAD			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Participar da Conferencia Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Território do Seridó no Centro de Formação D. Vagner em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 12/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 35,00	R$ 35,00
Total a pagar			R$ 35,00

Parelhas (RN), 11 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:0DC9FB34

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 530/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE:
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo, ao(a):

SERVIDOR(A): NATÁLIA ARAUJO DE SOUZA			
MATRÍCULA: 120903-5			
DI: 065.461.261-19			
CARGO: COORDENADOR DE SAÚDE			
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
OBJETIVO DA VIAGEM: Participar do Encontro Regional do PSE DA 4° Região de Saúde, da 10° e da 9° DIREC'S E DRAE em CAICÓ/RN.			
DESTINO: CAICÓ/RN.			
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 13/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	R$ 40,00	R$ 40,00
Total a pagar			R$ 40,00

Parelhas (RN), 11 de Setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:112A3A20

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS
PORTARIA Nº 531/2019

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.

RESOLVE**:**

Art. 1º - Cancelar a Portaria nº 509 DE 04 DE SETEMBRO DE 2019, por motivo de não comparecimento.

Parelhas (RN), 11 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ANA OTÍLIA PEREIRA DE SOUZA DINIZ
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bárbara Thamires Alves de Souza
Código Identificador:274542F8

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE Nº 148/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo:

SERVIDOR (A): Ivanaldo dos Santos Souto			
MATRÍCULA: 120742-3			
DI: CPF: 970.280.534-15 / RG: 1484260			
CARGO: Motorista			
LOTAÇÃO: Secretaria da Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Conduzir facilitadoras para executar atividades do "Projeto Esperançar" realizado pelo município de Parelhas/RN. O projeto é voltado para adolescentes em conflito com a lei, violação de direitos, em situação de risco e vulnerabilidade social que são acompanhados pelo PAEFI/ CREAS.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO: 03/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	75,00	75,00
Total			75,00

Parelhas (RN), 02 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIA LAYANNE CALDAS DANTAS
Secretária Municipal de Assistência Social e da Habitação
Portaria Nº 440/2019

Publicado por:
Jordânia Najara Domingos Felix
Código Identificador:B80B1D6D

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE Nº 149/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo:

SERVIDOR (A): Ivanaldo dos Santos Souto			
MATRÍCULA: 120742-3			
DI: CPF: 970.280.534-15 / RG: 1484260			
CARGO: Motorista			
LOTAÇÃO: Secretaria da Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Conduzir facilitadoras a Natal que vieram executar atividades do "Projeto Esperançar" realizado pelo município de Parelhas/RN. O projeto é voltado para adolescentes em conflito com a lei, violação de direitos, em situação de risco e vulnerabilidade social que são acompanhados pelo PAEFI/ CREAS.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO: 05/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	75,00	75,00
Total			75,00

Parelhas (RN), 04 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIA LAYANNE CALDAS DANTAS
Secretária Municipal de Assistência Social e da Habitação
Portaria Nº 440/2019

Publicado por:
Jordânia Najara Domingos Felix
Código Identificador:4AEB8491

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE Nº 150/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo:

SERVIDOR (A): Ivanaldo dos Santos Souto
MATRÍCULA: 120742-3
DI: CPF: 970.280.534-15 / RG: 1484260
CARGO: Motorista

LOTAÇÃO: Secretaria da Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Conduzir servidoras para participar da Oficina de Alinhamento para o Programa Acessuas Trabalho, que acontecerá no dia 06 de setembro do ano corrente, das 08:00h às 17:00h no Mini Auditório da Escola do Governo na BR 101 km 0, Centro Administrativo Rio Grande do Norte, S/N – Lagoa Nova, Natal/RN.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO: 06/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	75,00	75,00
Total			75,00

Parelhas (RN), 05 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIA LAYANNE CALDAS DANTAS
Secretária Municipal de Assistência Social e da Habitação
Portaria Nº 440/2019

Publicado por:
Jordânia Najara Domingos Felix
Código Identificador:A01F4EA1

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE Nº 151/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo:

SERVIDOR (A): Nikaelle Bruna da Silva Souza			
MATRÍCULA: 120929-9			
DI: CPF: 102.864.764-60 / RG: 2.833.565			
CARGO: Coordenadora da Assistência Social			
LOTAÇÃO: Secretaria da Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Participar da Oficina de Alinhamento para o Programa Acessuas Trabalho, que acontecerá no dia 06 de setembro do ano corrente, das 08:00h às 17:00h no Mini Auditório da Escola do Governo na BR 101 km 0, Centro Administrativo Rio Grande do Norte, S/N – Lagoa Nova, Natal/RN.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO: 06/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	125,00	125,00
Total			125,00

Parelhas (RN), 05 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIA LAYANNE CALDAS DANTAS
Secretária Municipal de Assistência Social e da Habitação
Portaria Nº 440/2019

Publicado por:
Jordânia Najara Domingos Felix
Código Identificador:3445EFCC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL-FMAS
PORTARIA DE Nº 152/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições,
Considerando as disposições contidas no Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE,
Fazer concessão de diária conforme dados abaixo:

SERVIDOR (A): Ivanaldo dos Santos Souto			
MATRÍCULA: 120742-3			
DI: CPF: 970.280.534-15 / RG: 1484260			
CARGO: Motorista			
LOTAÇÃO: Secretaria da Assistência Social e da Habitação			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Conduzir facilitadoras para executar atividades do "Projeto Esperançar" realizado pelo município de Parelhas/RN. O projeto é voltado para adolescentes em conflito com a lei, violação de direitos, em situação de risco e vulnerabilidade social que são acompanhados pelo PAEFI/ CREAS.			
DESTINO: NATAL/RN			
PERÍODO: 10/09/2019			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	Sem pernoite	75,00	75,00
Total			75,00

Parelhas (RN), 09 de setembro de 2019.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

ROGÉRIA LAYANNE CALDAS DANTAS
Secretária Municipal de Assistência Social e da Habitação
Portaria Nº 440/2019

Publicado por:
Jordânia Najara Domingos Felix
Código Identificador:9677DEA4

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 598/2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIAS.

A SECRETÁRIA CHEFE DO GABINETE CIVIL, do Município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
Considerando as disposições contidas no anexo I do Decreto n° 017/2017, de 23 de maio de 2017.
RESOLVE:
FAZER CONCESSÃO de diária conforme dados abaixo, ao (a):

SERVIDOR(A): Alexandre Carlo de Medeiros Dantas			
MATRÍCULA: 120864-0			
RG: 1.413.742-SSP/RN			
CARGO: Prefeito Municipal			
LOTAÇÃO: Gabinete Civil			
OBJETIVO DO DESLOCAMENTO: Tratar de assuntos de interesse desta municipalidade, junto ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, Tribunal Regional do Trabalho e GIGOV.			
DESTINO: Natal/RN			
PERÍODO: 10/09/2019.			
QTDE	TIPO	Vr. Unit. (R$)	Vr. Total. (R$)
01	com pernoite	400,00	400,00
Total a pagar			**400,00**

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), de 10 de setembro de 2019.

FRANCICLEIDE MARIA DE SOUZA
Secretária Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:07C7D40A

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 575/2019.

DISPÕE SOBRE DEFERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA - PAI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
RESOLVE:
Art. 1º - Defere ao servidor AGOSTINHO JOSE DO NASCIMENTO, Adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 2535/2018.
Art. 2º - O valor da indenização é da importância de R$ 307,02.
Art. 3º - O valor da indenização tem como encerramento o mês de agosto/2030.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se; e,
Cumpra-se.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN), 29 de agosto de 2019.

ALEXANDRE CARLO DE MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria de Araujo
Código Identificador:ADF0FB66

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

PREVIPATU
PORTARIA N.º 014, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2017

Dispõe sobre a concessão de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição à servidora e dá outras providências pertinentes.

O Sr. RAFAEL NUNES DE OLIVEIRA, Diretor de Benefícios do Fundo de Previdência do Município de Patu– PREVIPATU, consoante Portaria de Nomeação PM/GP n.º 067/2018, no uso de suas atribuições legais encartadas no Artigo 28, da Lei Ordinária Municipal n.º 309, de 09 de dezembro de 2012 e,
CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO** pela Servidora Pública Municipal, MARIA GILVANEIDE AMORIM BELO SOLANO, admitida no Serviço Público exercendo as atribuições do cargo de Professora Nível III Referência "F"**,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, inscrita na matrícula n° 903086, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais;
CONSIDERANDO que a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteado, estatuídos no artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 2003, e especificamente no âmbito municipal em seu artigo 55 da Lei Municipal nº 309, de 09 de dezembro de 2012, consoante corrobora Ficha Financeira, Ficha Funcional, Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Ente Federativo, e Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social;
CONSIDERANDO que a emissão de Parecer da Assessoria Jurídica do PREVIPATU pugnando pelo deferimento do pleito;
RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER a MARIA GILVANEIDE AMORIM BELO SOLANO, brasileira, Servidora Pública Municipal, matriculada sob o nº 903086, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Professora Nível III e Referência "F"**,** portadora da carteira de Identidade nº. 899.485, inscrita no CPF n° 536.061.754-34, **APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, cadastrado sob o número 014587/2017, fixando-se os rendimentos da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição, consoante disciplina o artigo 55 da Lei Municipal nº 309, de 09 de dezembro de 2012, - LGPM e o artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-se com proventos integrais e com paridade, que corresponderão a título de provento básico, o valor previsto no plano de cargos e carreiras do magistério, tendo por base o piso nacional do magistério, considerando ainda a carga horária exercida, cabendo portanto o pagamento dos proventos previstos para o Nível III Referência "F" com carga horária de 30 horas, reajustado anualmente, adicionando ao provento básico, em rubrica própria, o valor das verbas incorporadas, ou seja, seis quinquênios calculados sobre o provento básico, conforme disposições do artigo 55 do Regime Jurídico Único Municipal de Patu – Lei Ordinária Municipal n° 111, de 14 de janeiro de 2013, cumulada com o § 1º do artigo 14 e § 9º do artigo 60 da Lei Ordinária Municipal n° 309, de 09 de dezembro de 2012.

Renda Mensal Inicial - RMI	
Descrição	Proventos
Provento Básico	R$ 3.599,29
Quinquênios	R$ 1.079,79
Total	R$ 4.679,08

O valor deve ser atualizado anualmente.
Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as contrárias.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

RAFAEL NUNES DE OLIVEIRA
Diretor de Benefícios do PREVIPATU

Portaria republicada por incorreção, com alteração na definição do valor da RMI, conforme orientação do TCE/RN – Processo nº 014587/2017 e notificação nª 001397/2019.

Publicado por:
Francisco Edno Azevedo
Código Identificador:B8AE47E2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PP 023/2019-SRP

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 023/2019
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONFECÇÃO DE FARDAMENTO, MATERIAL GRÁFICO E AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS QUE COMPLEMENTAM AS FARDAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRO AVELINO/RN.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL/SRP

ATO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando, o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando, que após negociação direta com o Pregoeiro, foram conseguidos valores de acordo com a prática do mercado.

Considerando, que foi realizada análise na documentação de habilitação das empresas vencedoras, quando se constatou que as mesmas atenderam a todos os ditames editalícios.

Considerando, que não houve qualquer manifestação no que concerne à interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de contrapor as decisões proferidas, por parte de qualquer licitante.

Considerando, finalmente o que preconizado o inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

ADJUDICO, em favor das licitantes: **GRAFCOLOR EIRELI** vencedora dos lotes 4 e 5 com proposta final de R$ 35.268,00 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais), **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA - ME** vencedora dos lotes 1 e 3 com proposta final de R$ 33.868,00 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais), **MARLI SALES PEDROZA** vencedora do lote 2 com proposta final de R$ 66.350,00 (sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais) e **LM SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA ME** vencedora do lote 6 com proposta final de R$ 103.344,40 (cento e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), a licitação Pregão Presencial nº 023/2019 para confecção de fardamento, material gráfico e aquisição de acessórios que complementam as fardas, para atender as necessidades das secretarias municipais de Pedro Avelino/RN.

PEDRO AVELINO/RN, 28 DE AGOSTO DE 2019.

CLÉCIO VALDEVINO MOREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:155BD5FC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 023/2019-SRP

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 023/2019
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONFECÇÃO DE FARDAMENTO, MATERIAL GRÁFICO E AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS QUE COMPLEMENTAM AS FARDAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRO AVELINO/RN.
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL/SRP

ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando, os atos praticados pelo Pregoeiro do Município, conjuntamente com a Equipe de Apoio, inclusive a expedição do Ato Adjudicatório.

Considerando, o que prevê o texto legal elencado no inciso XXII, do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

HOMOLOGO em favor das licitantes: **GRAFCOLOR EIRELI** vencedora dos lotes 4 e 5 com proposta final de R$ 35.268,00 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais), **MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA - ME** vencedora dos lotes 1 e 3 com proposta final de R$ 33.868,00 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais), **MARLI SALES PEDROZA** vencedora do lote 2 com proposta final de R$ 66.350,00 (sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais) e **LM SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA ME** vencedora do lote 6 com proposta final de R$ 103.344,40 (cento e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), a licitação Pregão Presencial nº 023/2019 para confecção de fardamento, material gráfico e aquisição de acessórios que complementam as fardas, para atender as necessidades das secretarias municipais de Pedro Avelino/RN.

Assim CONVOQUE-SE as empresas acima mencionadas para a assinatura das atas de registros de preços.

PEDRO AVELINO/RN, 04 de setembro de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:F2FAAAD8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019-SRP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PEDRO AVELINO/RN – CNPJ. Nº 08.294.654/0001-87, representado pelo Gestor Municipal o Sr. José Alexandre Sobrinho, denominado ÓRGÃO GERENCIADOR.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONFECÇÃO DE FARDAMENTO, MATERIAL GRÁFICO E AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS QUE COMPLEMENTAM AS FARDAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEDRO AVELINO/RN.

CONTRATADAS:
GRAFCOLOR EIRELI vendedora dos lotes (4 e 5), no valor total de R$ 35.268,00 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e oito reais);
MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA - ME vendedora dos lotes (1 e 3), no valor total de R$ 33.868,00 (trinta e três mil, oitocentos e sessenta e oito reais);
MARLI SALES PEDROZA vendedora do lote (2), no valor de R$ 66.350,00 (sessenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais);
LM SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA ME vendedora do lote (6), no valor total de R$ 103.344,40 (cento e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

Vigência da Ata de Registro de Preço: 10/09/2019 a 10/09/2020.

Pedro Avelino-RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:B29B7391

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0209020/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0209020/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2019

Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria Geral do município, datado de 09/09/2019, Autorizo e RATIFICO a despesa, emissão de empenho e a dispensa de licitação, em favor da Empresa **ALACIDE MATOS DA SILVA**, inscrito no CNPJ: 31.003.693/0001-08, para aquisição de bancos (assentos), para adequação das praças do Município de Pedro Avelino/RN, com base no artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, no valor de **R$ 10.350,00 (DEZ MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).**

Determino que seja dada a publicidade prevista no caput do artigo 26 da Lei 8.666/93.

PEDRO AVELINO -RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal
Parágrafo Único do art. 38, da Lei 8.666/93

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:0919B23E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0209020/2019

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0209020/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 069/2019

O Prefeito Municipal de Pedro Avelino/RN, no uso das atribuições legais, tendo em vista que o procedimento em epígrafe, conduzido pela Comissão Permanente de Licitação desta edilidade, transcorreu dentro dos parâmetros da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos administrativos, tendo sido observado o procedimento legal aplicável à espécie, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, sendo a hipótese de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** com base no Art. 24, Inciso II, como consta no parecer jurídico acostado aos autos, determina a contratação dos serviços junto a Empresa **ALACIDE MATOS DA SILVA**, inscrito no CNPJ: 31.003.693/0001-08, sediada na Rua Castelão, nº 52, Parque de Exposições, Parnamirim - RN, CEP: 59.146-592, com valor total de **R$ 10.350,00 (DEZ MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS),** referente à aquisição de bancos (assentos), para adequação das praças do Município de Pedro Avelino/RN.

Publique-se o extrato da presente despesa por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com vistas ao conhecimento geral.

Pedro Avelino/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clecio Valdevino Moreira
Código Identificador:00164292

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 226/2019

PORTARIA N. 226/2019, de 11 de setembro de 2019.

Altera a composição do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB de Pedro Avelino e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO, no uso de suas atribuições legais, notadamente aquelas especificadas na Lei Orgânica Municipal, **RESOLVE**:
Art. 1º - Determinar que proceda com a abertura de Processo, com vistas á realização de atos, para fins de deflagração de concurso público, extinguindo, após á sua homologação, todos os contratos cujas funções sejam próprias de cargos de provimentos efetivo e tenham sido firmados em caráter excepcional e temporário.
Art. 2º - Fica alterada a composição do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, que deverá discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo, além de criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento, inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.
Art. 3º - O Comitê de Coordenação terá a seguinte composição:
IVONE TEODORO DA TRINDADE;
MEIREANE ALVES DE MIRANDA;
FRANCISCO SUELY PINHEIRO;
JOSIMAR VIANA DE SOUZA;
MARCOS ANTÔNIO DE LIMA;
RONALDO LUIZ DE AQUINO
Parágrafo único – Serão o Primeiro e o segundo, respectivamente, Coordenador e Coordenador Suplente do respectivo Comitê.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

JOSÉ ALEXANDRE SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussier Carlos de Souza
Código Identificador:30E32DF9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CARONA N°. 12/2019 EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 47/2019 – MUN. DE NOVA CRUZ/RN

Processo: 000121/2019. Órgão Gerenciador: Município de Nova Cruz/RN. Vigência da Ata: 01/07/2019 a 30/06/2020. Órgão Aderente: Município de Pedro Velho/RN. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, com reposição de peças. Fornecedor: Ana Patrícia Oliveira Souza - ME. Data: 11/09/2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Dayane da Silva Medeiros
Código Identificador:5DB51B54

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CARONA N°. 12/2019 EXTRATO DO CONTRATO N°. 47/2019

Contratante: Município de Pedro Velho/RN. Contratada: Ana Patrícia Oliveira Souza - ME. Objeto: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, com reposição de peças. Valor Total do Contrato: R$ 34.800,00. Vigência do Contrato: 11/09/2019 à 10/09/2020. Fundamento Legal: Processo: 000121/2019 e Lei nº. 8.666/93. Data da Assinatura: 11/09/2019.

Município de Pedro Velho/RN

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Ana Patrícia Oliveira Souza –ME
ANA PATRÍCIA OLIVEIRA DE SOUZA
Representante Legal

Publicado por:
Dayane da Silva Medeiros
Código Identificador:DD072D31

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019

RESULTADO DE JULGAMENTO HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Pedro Velho/RN designada pela Portaria n° 156/2019 – GAB, torna público o julgamento de habilitação da Tomada de Preços n° 002/2019, o qual julga **HABILITADAS** as seguintes empresas: VITA CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E LIMPEZA (CNPJ: 07.605.255/0001-27), RN CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA (CNPJ: 07.555.440/0001-54), PROSERN COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI (CNPJ: 04.500.540/0001-95), JFF EMPREENDIMENTOS EIRELI – ME (CNPJ: 09.195.778/0001-78), EMPROTEC – EMPRESA DE PROJETOS TÉCNICOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (CNPJ:10.465.480/0001-10), D'LEON COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP (CNPJ: 24.295.246/0001-04), **ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME (CNPJ: 19.657.875/0001-99),** DR & J LOCAÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – EPP (CNPJ: 17.382.733/0001-30), LISBOA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 29.769.351/0001-43), **ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME (CNPJ: 19.657.875/0001-99),** CAMPO FELIZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – EPP (CNPJ: 26.635.344/0001-60), **MEGACONSTRUÇÕES LTDA (CNPJ: 07.773.0001/08), ECC – EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO DA CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ: 07.275.651/0001-33),** FRANCISCO JURANDIR DE LIMA JUNIOR ME (CNPJ: 19.363.375/0001-44), ROSELY IZABELITA DA COSTA ALVES EIRELI (CNPJ: 26.421.343/0001-13) e RBS CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP (CNPJ: 10.458.681/00001-90), e julgo **INABILITADAS** as seguintes empresas: J R MUNIZ ENGENHARIA EIRELI – ME (CNPJ: 26.951.460/0001-99), CONCREALL COMERCIALIZAÇÃO EIRELI – EPP (CNPJ: 12.607.846/0001-73), TOPGEO TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA (CNPJ: 27.988.901/0001-90), GM CONSTRUÇÃO LTDA – ME (CNPJ: 07.303.933/0001-05), A F ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO – ME (CNPJ: 28.432.179/0001-75), JANINNI COUTO PESSOA EIRELI – ME (CNPJ: 29.288.569/0001-86), SETE CONSTRUÇÕES EIRELI (CNPJ: 24.372.340/0001-01), CARVALHO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (CNPJ: 22.318.474/0001-19), FRANCISCO A. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – ME (CNPJ: 24.839.909/0001-04). Ressalto que será encaminhado ata de julgamento via e-mail a cada empresa participante para análise da presente publicação. Desse modo, fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da publicação deste, para apresentação de possíveis recursos administrativos referente ao presente julgamento.

Pedro Velho/RN, 05 de setembro de 2019.

WALLYSON ALVES MOREIRA
Presidente da CPL

Publicado por:
Wallyson Alves Moreira
Código Identificador:2FFE62F7

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 591/2019 DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

"Autoriza o Executivo Municipal a desenvolver ações para implementar Programas de Interesse Social com Subsídio à Habitação e a Infraestrutura, estabelecido pela Lei Federal Nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004 e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO VELHO, ESTADODORIO GRANDE DO NORTE, Excelentíssima Senhora PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1° O Executivo Municipal fica autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para construção de unidades habitacionais e obras de infraestrutura, implementadas por intermédio do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, mediante Convênio firmado com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, como agentes repassadores do referido programa e/ou do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a aportar aos beneficiários selecionados pelo Programa, recursos financeiros, bens ou serviços economicamente mensuráveis, visando a complementação dos recursos necessários à construção de unidades habitacionais.

§ 1º - os recursos financeiros a serem aportados não poderão ultrapassar o valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) por beneficiário e a eles serão transferidos diretamente, de acordo com as cláusulas a serem estabelecidas no Convênio firmado com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

§ 2º - As áreas a serem utilizadas nos Programas de Interesse Social para habitação deverão conter a infraestrutura necessária estabelecida na legislação municipal.

Art. 3º - Os projetos de habitação popular dentro dos Programas de Interesse Social serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias Municipais de Obras, Finanças, e Assistência Social, cujas unidades habitacionais não poderão ter área útil construída, inferior a 28 m² (vinte e oito metros quadrados).

Art. 4º - As unidades habitacionais que serão construídas no âmbito deste Programa, ficarão isentas do pagamento do alvará de construção, do habite-se e do ISSQN incidente sobre as mesmas;

Art. 5º - O Executivo Municipal fica autorizado a compromissar a doação dos lotes de terrenos de sua propriedade aos Beneficiários contemplados pelos Programas de Interesse Social para habitação, de acordo com os requisitos estabelecidos pela Política Municipal de Habitação vigente;

Art. 6º - Só poderão ser beneficiados pelos Programas de Interesse Social para habitação, pessoas ou famílias que atendam ao estabelecido no referido programa e atendam os requisitos estabelecidos pela Política Municipal de habitação vigente;

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente suplementadas, se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Joaquim da Luz, em Pedro Velho/RN, 11 de setembro de 2019.

PATRÍCIA PEIXOTO TARGINO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Monalisa Moreira Cavalcante
Código Identificador:7D0FB8B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENDÊNCIAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 140

EXTRATO DE CONTRATO Nº 140: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2019. **CONTRATANTE:** Município de Pendências/RN, CNPJ nº 08.122.657/0001-33. **CONTRATADO:** ASSUNET INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ nº. 10.858.236/0001-17. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, DESTINADOS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO. **FONTE DE RECURSOS**: Recursos consignados no OGM. **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 45.494,50** (quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos). **ELEMENTO DE DESPESA**: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. **ASSINATURAS EM** 25/07/2019. **PELA CONTRATANTE:** Flaudivan Martins Cabral, CPF nº 498.120.094-34, Prefeito Municipal, **PELA CONTRATADA:** Lenard de Oliveira Rocha, CPF nº 008.228.464-46.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:6A723792

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141

EXTRATO DE CONTRATO Nº 141: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2019. **CONTRATANTE:** Município de Pendências/RN, CNPJ nº 08.122.657/0001-33. **CONTRATADO:** EBARA TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº. 04.471.402/0001-25. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, DESTINADOS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO. **FONTE DE RECURSOS**: Recursos consignados no OGM. **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 110.444,00** (cento e dez mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais). **ELEMENTO DE DESPESA**: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. **ASSINATURAS EM** 25/07/2019. **PELA CONTRATANTE:** Flaudivan Martins Cabral, CPF nº 498.120.094-34, Prefeito Municipal, **PELA CONTRATADA:** Gildo Mendonça Ebara, CPF nº 926.892.485-49.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:16F6E786

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 142

EXTRATO DE CONTRATO Nº 142: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2019. **CONTRATANTE:** Município de Pendências/RN, CNPJ nº 08.122.657/0001-33. **CONTRATADO:** NET SYSTEM COM. & SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 07.921434/0001-73. **OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA, DESTINADOS AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO. **FONTE DE RECURSOS**: Recursos consignados no OGM. **VALOR GLOBAL ESTIMADO**: **R$ 90.790,00** (noventa mil, setecentos e noventa reais). **ELEMENTO DE DESPESA**: 4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. **ASSINATURAS EM** 25/07/2019.

Pela Contratante:
FLAUDIVAN MARTINS CABRAL,
CPF nº 498.120.094-34,

Prefeito Municipal,
Pela Contratada:
GLEUSON TAVARES BATISTA,
CPF nº 030.260.834-61.

Publicado por:
Lorena da Rocha Nascimento
Código Identificador:E2B107A4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PROCESSO Nº 329/2017-PMPB
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017-PMPB
CONTRATO Nº 050/2017
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO-RN.
CNPJ: 08.311.904/0001-40
CONTRATADO: SERVAP LTDA
CNPJ: 09.525.449/0001-48
OBJETO: PRORROGAR POR MAIS 12 (DOZE) MESES O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, EM PROCEDIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E ASSESSORIA AOS SERVIÇOS DE CONTROLE INTERNO.
VIGÊNCIA: 02/01/2019 A 31/12/2019.
VALOR MENSAL: R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ORÇAMENTO: 2019.

UNIDADE: 02.001 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO PROJETO/ATIVIDADE: 2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO;

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ;

AMPARO LEGAL: LEI Nº 8.666 DE 21.06.93. ART. 61 **§ 1º, ART. 57, INCISO II.**

WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
Prefeito Municipal
Locatário

NATALIA FRANÇA DE ARAUJO
Contratada

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:FFB29225

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
2º TERMO ADITIVO
PROCESSO: 1060/2019-PMPB
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017-PMPB
CONTRATO Nº 052/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Poço Branco-RN
CNPJ: 08.311.904/0001-40
CONTRATADO: PUBLIC SOFTWARE INFORMATICA LTDA.
CNPJ: 07.553.129/0001-76
OBJETO: PRORROGAR POR MAIS 06 (SEIS) MESES, O CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE – SISTEMA EXCLUSIVO DE FOLHA DE PAGAMENTO.
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, com inicio em 18/02/2019 a 17/06/2019.
VALOR MENSAL: R$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Orçamento: 2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
Elemento de Despesa: 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.

WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
Prefeito Municipal
Contratante
MARCOS HELDER NUNES VIEIRA
Contratado

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:CFD05A19

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2019
O Prefeito Municipal de Poço Branco-RN, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o que consta no Processo nº 947/2019 – Pregão Presencial – SRP nº 018/2019, TORNA PÚBLICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034-2019. OBJETO: Registro de preços para fornecimento fracionado de materiais e equipamentos hospitalares, para as Unidades de Saúde da Família. ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Poço Branco, CNPJ: 08.311.904/0001-40; ORGÃO DETENTOR: LIFEFARMA COMERCIAL, DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, inscrito no CNPJ: 06.281.452/0001-75. Preços Registrados conforme planilha abaixo. VIGÊNCIA 12 (doze) meses, com inicio em 11.09.2019. ARNALDO BEZERRA DA COSTA - CPF: 379.358.104-78, pela contratada.

Descrição	Unid	Quant.	Preço Unit. (R$)
0005821 - TRENA ANTROPOMETRICA	UND	35,00	6,00
0005822 - BALANÇA DIGITAL PORTATIL	UND	35,00	54,80
0005823 - ADPOMETRO CLINICO	UND	2,00	320,00
0005824 - INFANTÔMETRO PORTATIL	UND	2,00	160,00
0005825 - ESFG. OBESO, COM BRAÇADEIRA EM NYLON E FECHO EM VELCRO	UND	10,00	64,00
0005826 - ESFIG. INFANTIL, COM BRAÇADEIRA EM NYLON E FECHO EM VELCRO	UND	10,00	55,00
0005827 - ESFIG. ADULTO, COM BRAÇADEIRA EM NYLON COM FECHO DE VELCRO	UND	20,00	55,00
0005828 - ESTETOSCOPIO DUPLO ADULTO	UND	20,00	13,00
0005829 - ESTADIÔMETRO COMPACTO TIPO TRENA (0 - 200CM)	UND	2,00	55,00
0005830 - BALANÇA DIGITAL PARA OBESOS 200KG C/REGUA ANTROPOMETRICA	UND	6,00	1.020,00
0005831 - BALANÇA DIGITAL INFANTIL COM REGUA ANTROPOMETRICA	UND	6,00	608,00

Poço Branco-RN, 11 de Setembro de 2019

WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
Prefeito

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:BD5B5E61

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO BRANCO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033

##ATO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 033/2019
##TEX O Prefeito Municipal de Poço Branco-RN, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o que consta no Processo nº 947/2019 – Pregão Presencial – SRP nº 018/2019, TORNA PÚBLICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033-2019. OBJETO: Registro de preços para fornecimento fracionado de medicação sob prescrição médica (INSULINAS). ORGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Poço Branco, CNPJ: 08.311.904/0001-40; ORGÃO DETENTOR: ARTMED COMERCIAL EIRELI, inscrito no CNPJ: 04.361.467/0001-18. Preços Registrados conforme planilha abaixo. VIGÊNCIA 12 (doze) meses, com inicio em 11.09.2019. GABRIEL DELANNE MARINHO - CPF: 537.886.724-04, pela contratada.

Descrição	Und	Quant.	Preço Unit. R$
0005832 - INS BASAGLAR KWIK 100UI 3ML 2UN	Und	12,00	107,98
0005833 - INS APIDRA REFIL 3ML	Und	12,00	30,46
0004879 - TIRA TESTE ACCU-CHECK ACTIVE 50 UNI	Und	48,00	89,43
0004880 - TIRA TESTE ACCU-CHECK ACTIVE 10UNI	Und	12,00	26,77
0005834 - AGULHA BD 5 MM 100UND	Und	12,00	110,06
0005835 - LANCETAS ACCU-CHECK SOFT CLICX 25 UND	Und	96,00	20,99

##DAT Poço Branco-RN, 11 de Setembro de 2019
##ASS WALDEMAR HORÁCIO DE GÓIS NETO
##CAR Prefeito

Publicado por:
Fábio Francisco Viana
Código Identificador:74267040

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05080001/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pureza/RN, CNPJ: 08.290.223/0001-42.
CONTRATADO(A): Jonh Lennon dos Santos Dantas, CNPJ. 33.417.863/0001-18
Valor Global: R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
OBJETIVO: Contratação de serviços de gerenciamento das mídias institucionais (redes sociais), filmagens e edição de vídeos, diagramação de jornal mensal e impulsionamento de conteúdo.
ORIGEM DOS RECURSOS: Recurso Próprio.
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93, art. 24, II.

PUREZA/RN, 06 de Agosto de 2019.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal.
Contratante

JONH LENNON DOS SANTOS DANTAS
CNPJ. 33.417.863/0001-18
Contratado

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:AA40D066

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 361/2019

Autoriza o Poder Executivo firmar Termo de Cooperação Técnica Financeira que entre si celebram o município de Ceará-Mirim, através da Secretaria Municipal de Saúde de Ceará Mirim – SMS, objetivando a inserção do Hospital Municipal Percílio Alves com o município de Pureza, através da Secretaria Municipal de Saúde de Pureza – SMS.

O Prefeito Municipal de Pureza/RN:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.
Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Cooperação Técnica Financeira que entre si celebram o município de Ceará-Mirim, através da Secretaria Municipal de Saúde de Ceará Mirim – SMS , objetivando a inserção do Hospital Municipal Percílio Alves com o município de Pureza, através da Secretaria Municipal de Saúde de Pureza – SMS para garantir a referência regional em obstetrícia de risco habitual, da 3ª região de saúde – Mato Grande, viabilizando a realização do processamento/pagamento da grade de serviços disponibilizada/prestada, o apoio técnico, cessão de equipamentos, transferências de recursos financeiros fundo a fundo, visando o fortalecimento/funcionalidade da atenção assistencial de média complexidade ambulatorial e hospitalar obstétrica.
Art. 2º. Os recursos para execução da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária 33.40.41- Contribuições.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pureza-RN, 11 de setembro de 2019.

JOÃO DA FONSECA MOURA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Kayrim Medeiros da Silva
Código Identificador:1A1AB288

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS ELEITORES

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE RAFAEL FFERNANDES

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 001/2019 para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Rafael Fernandes, convoca os eleitores para participar da eleição que definirá os novos membros do CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE RAFAEL FERNANDES.
1– A eleição ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019, no horário de 8 às 17 horas, nos locais abaixo relacionados:
Local de Votação Seção Eleitoral/Urnas Receptoras
ESCOLA MUNICIPAL ANTONIO CARVALHO DE OLIVEIRA/01,02,03,04,05

2 – Poderão votar todos os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos inscritos como eleitores no município até o dia 09 de julho de 2019.
2.1. O voto é facultativo para todos;
2.2. Para o exercício do voto, o cidadão deve apresentar-se ao local de votação munido de um dos seguintes documentos:
a) via digital do título de eleitor (e-Título), desde que haja cadastro com fotografia;
b) carteira de identidade, passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, desde que possível a comprovar a identidade do eleitor;
c) carteira de reservista;
d) carteira de trabalho;
e) carteira nacional de habilitação.
2.3. Não poderão votar os eleitores cujos dados não constem do Caderno de Votação fornecido pela Justiça Eleitoral.
3. Os candidatos a membros do Conselho Tutelar são:
Número Nome
73 FRANCISCO RODRIGUES FILHO
74 DRIELE FELIX DE OLIVEIRA
75 LUCIANA FERNANDES DE QUEIROZ
76 MARIA LUIZA HERCULANO SAMPAIO
78 ANTONIA MARINALVA DE ALMEIDA
79 MARIA ANDREZA COSTA DE OLIVEIRA
80 ANTONIO DALYSON FERNANDES OLIVEIRA
81 FRANCISCA EDILENUBIA DO NASCCIMENTO BEZERRA
82 VANIA MARIA GERCINA
83 FRANCISCA DEIJNA MONTE
84 LUCAS VINICIUS ALVES COSTA
85 MARIA RIVANEIDE GAMA DA SILVA
86 RENATA WIGNA DA SILVA FERNANDES
87 TAISA MIRELLA DOS SANTOS

Rafael Fernandes, 11 de setembro de 2019.

MARIA RISOLETA COSTA
Presidente da Comissão Especial Eleitoral

Publicado por:
Anderson Diogo da Costa Ferreira
Código Identificador:6EB36973

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11090001/2019

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 11090001/2019.
ORIGEM.....: Dispensa por Justificativa n.º **028/2019 - DISP/SMS**.

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN.

CONTRATADA(O).....: RAIMUNDO EVARISTO DE PAIVA, CNPJ N.º **048.702.334-01**.

OBJETO.....: Prestação de serviços na manutenção de telhados dos prédios da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

VALOR TOTAL.....: R$ 4.000,00 (**quatro mil reais**).

PROGRAMA DE TRABALHO.....: 27 - 8 . 8001 . 10 . 122 . 17 . 2.107 . 0 . 339036 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.

VIGÊNCIA.....: 11/09/2019 a **31/12/2019**.

DATA DA ASSINATURA.....: 11/09/2019.

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:FA9E14C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DO CONTRATO N.º 09090001/2019

EXTRATO DO CONTRATO N.º 09090001/2019

CONTRATO Nº: 09090001/2019. ORIGEM: Pregão Presencial n.º 008/2019 - PP. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN. CONTRATADO: POSTO 09 DE MAIO EIRELI, CNPJ N.º 04.195.686/0001-74. OBJETO: Registro de Preços para possível aquisição de forma parcelada de combustíveis. VALOR TOTAL: R$ 234.153,96 (duzentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos). PROGRAMA DE TRABALHO: 54 - 2 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.5 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 70 - 2 . 3001 . 4 . 122 . 3 . 2.13 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 114 - 2 . 5001 . 4 . 122 . 5 . 2.27 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 327 - 2 . 7001 . 4 . 122 . 16 . 2.105 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 429 - 9 . 9001 . 8 . 122 . 21 . 2.63 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 437 - 9 . 9001 . 8 . 122 . 21 . 2.70 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 470 - 9 . 9001 . 8 . 244 . 19 . 2.62 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 20 - 8 . 8001 . 10 . 122 . 17 . 2.107 . 0 . 339030 - Material de Consumo. 174 - 8 . 8001 . 10 . 301 . 18 . 2.111 . 0 . 339030 - Material de Consumo. VIGÊNCIA: 09/09/2019 a 31/12/2019. DATA DA ASSINATURA: 09/09/2019.

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:231A0A6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019 - PP/PMRC

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 036/2019 - PP

Processo Administrativo nº 30080001/2019

1.O Município de Riacho da Cruz/RN, através da Prefeitura de Riacho da Cruz por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 09h00min do dia 24/09/2019, fará realizar licitação na modalidade Pregão, tipo menor preço, para Registro de preços para possível aquisição de água mineral e vasilhames, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura de Riacho da Cruz.

2. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

3. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na Avenida Camila de Lellis, 285 - Centro, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente. Informações: www.riachodacruz.rn.gov.br.

Riacho da Cruz/RN, 11/09/2019.

JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Alan da Silva Fernandes
Código Identificador:8A1C2776

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 084/2019 - SUBSTITUI OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RIACHUELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais e prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 4° da Lei Municipal N° 010/98, de 11 de agosto de 1998.

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir os membros TITULARES e SUPLENTES do Conselho Municipal de Educação – CME, para o biênio de 2019 a 2021, conforme a portaria 072/2019 publicada no Diário oficial dos Municípios em 16 de julho de 2019.

Representantes de Pais de Alunos:
Titular: Heloise Thaimara Aciole Vieira Cândido
Suplente: Gilvanete do Nascimento Silva

Representante de Estudantes da Educação Básica:
Titular: Maria das Dores de Medeiros
Suplente: Alice Dino da Silva
Representante de Igreja:
Suplente: Sônia Maria da Silva Fernandes

Art. 2º Os demais membros do Conselho Municipal de Educação – CME, permanecerão de acordo com a portaria 072/2019.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Riachuelo, 11 de setembro de 2019.

MARA LOURDES CAVALCANTI
Prefeita

Publicado por:
Eduardo Santa Rosa Filho
Código Identificador:2B404ED8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA
BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de Colangioressonancia;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de Colangioressonancia;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de Colangioressonancia**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197712, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:1B77D3C7

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de Ressonância de Pelve;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de Ressonância de Pelve;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de Ressonância de Pelve**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197713, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:A51723DA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de Ressonância de Encéfalo;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de Ressonância de Encéfalo;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de Ressonância de Encéfalo**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197714, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 800,00 (oitocentos reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:DB7EF1CB

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de Ressonância de Joelho Direito;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de Ressonância de Joelho Direito;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de Ressonância de Joelho Direito**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197715, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:915DF227

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de Cintilografia Óssea;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de

maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de Cintilografia Óssea;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de Cintilografia Óssea**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197716, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:BC9FAB04

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de Cistoscopia;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de Cistoscopia;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de Cistoscopia**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197717, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:D67AE859

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de UA Aparelho Urinário;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de UA Aparelho Urinário;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de UA Aparelho Urinário**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197718, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:E37E6289

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO FOGO/RN
TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE CRONOLOGIA

BASE LEGAL: art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93; Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e Instrução Normativa Municipal nº 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos do Poder Executivo deste município, em relação a pagamentos, no que se referir a ordem cronológica.

Laerte Ney de Paiva Fagundes, Prefeito do Município de Rio do Fogo/RN, no uso de suas atribuições legais juntamente com o Gestor do Fundo Municipal de Saúde o Senhor Antônio Teixeira de Medeiros, e o Secretário Municipal de Finanças, o Senhor Lázaro Régis da Costa, vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento.

Considerando que a saúde é um direito social traduzido em ações de políticas que visam, sobretudo, perquirir a preservação da vida do beneficiário, necessitando atendimento pleno ao paciente;

Considerando que a debilidade da saúde financeira do Município de Rio do Fogo/RN, tem causado atrasos nos pagamentos dos serviços essenciais eletivos e emergenciais, que não podem sofrer suspensões, ou mesmo terem execução prejudicada, sob pena de colocar em risco a vida dos beneficiários que dependem dos serviços ofertados;

Considerando o comando do art. 5º da Lei 8.666/93 que estabelece que cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, obedeça para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando que o referido exame não faz parte do elenco de exames ofertado em nosso município tão pouco pactuado em nosso estado através da Programação Pactuada Integrada – ou seja, não possuímos prestador na rede pública municipal do Sistema Único de Saúde o que nos obriga a contratar o referido exame na rede privada do Município de Rio do Fogo/RN;

Considerando que a Contrata realiza exame de Tomografia de Crânio;

Considerando que a possível suspensão deste exame pode colocar em risco a vida de pacientes, considerando o art. 30, inciso VII, da Constituição, e os Arts. 18 inciso I e 17, inciso III da lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a competência dos municípios e, supletivamente, ao Estado, gerir e executar serviços públicos de atendimento a saúde da população, podendo ambos recorrer, de maneira complementar, aos serviços ofertados pela iniciativa privada, quando os serviços de saúde na rede pública forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial necessária;

Considerando a portaria nº 1.034/GM/MS, de 05 de maio de 2010, que dispõe sobre a participação complementar das instituições privadas com ou sem fins lucrativos de assistência a saúde no âmbito do SUS;

Considerando que não existem alternativas viáveis e imediatas para substituir tal realização do exame de Tomografia de Crânio;

Considerando o que prevê a Resolução nº 032/2016 – TCE/RN; Resolução nº 024/2017 – TCE/RN; e a Instrução Normativa do Poder Executivo deste município nº 01/2017, no tocante à ordem cronológica de pagamento;

Sendo assim, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos, por se tratar de uma despesa essencial na saúde (exame de Tomografia de Crânio**), para o fornecedor: Liga Norte Riograndense Contra o Câncer,** CNPJ: **08.428.764/0001-39**, referente nota fiscal nº 197719, data de Emissão: 11/09/2019, no valor de R$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais).

Rio do Fogo/RN, 11 de setembro de 2019.

Atenciosamente,

LAERTE NEY DE PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal de Rio do Fogo/RN

ANTÔNIO TEIXEIRA DE MEDEIROS
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LÁZARO RÉGIS DA COSTA
Secretario de Finanças

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:77DE6245

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA N° 1320/2019

Portaria de diária nº 1320/2019

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providencias

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto nº 213 de 04 de junho de 2014,

Resolve:

1. Conceder ½ (meia) diária ao Sr. **FRANCISCO GORETE MENDES DE SOUZA**, servidor deste município, ocupante do cargo de **MOTORISTA**. Valor unitário da diária R$ 80,00 (oitenta reais), totalizando o valor a ser pago em R$ 40,00 (quarenta reais). Para custear despesas durante uma viagem realizada da cidade de Santana do Matos para a cidade de Natal/RN. Com o objetivo de transportar paciente para procedimentos específicos no dia 10 de Setembro de 2019.

Publique-se, Cumpra-se, Registre-se.

Santana do Matos, 10 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roedson Messias Nunes dos Santos
Código Identificador:4042EC3F

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA Nº 042/2019 REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2900/2019

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público. De acordo.
HOMOLOGO o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICADO** o objeto respectivo a empresa **R DE MEDEIROS COMERCIO E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ N° 04.356.078/0001-02, com a importância no valor global **R$ 4.726,00** (quatro mil setecentos e vinte e seis reais).
DETERMINO que se proceda, com **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, e fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei n° 8.666/93, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL,** a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas do **Município de Santana do Matos/RN.**
DETERMINO que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

Santana do Matos/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:9F84A4B3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA Nº 042/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2900/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN;
CONTRATADA: R DE MEDEIROS COMERCIO E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ N° 04.356.078/0001-02);
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL;
VALOR GLOBAL: **R$ 4.726,00** (quatro mil setecentos e vinte e seis reais);
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso IV, da Lei n° 8.666/93*;*
VIGÊNCIA: 11 de outubro de 2019;

Santana do Matos/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:9719902B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09091/2019 PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019 – PROC. ADMINIST. MSM/RN N° 2212/2019

CONTRATANTE: Município de Santana do Matos/RN;

CONTRATADO: JOSÉ GARIBALDE GUIMARÃES, inscrita no CNPJ nº 30.686.862/0001-80.
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN
VALOR GLOBAL: R$ 31.736,00 **(**trinta e um mil, setecentos e trinta e seis reais).
VIGÊNCIA: termo inicial 09 de setembro de 2019 e termo final em 31 de dezembro de 2019.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002.

Santana do Matos/RN, 09 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:8502BA04

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11091/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019 – PROC. ADMINIST. MSM/RN N° 2212/2019

CONTRATANTE: Município de Santana do Matos/RN;
CONTRATADO: AIRTON DA COSTA BATISTA - ME, inscrita no CNPJ nº 18.738.798/0001-39.
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 21.427,20 (vinte e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).
VIGÊNCIA: termo inicial 11 de Setembro de 2019 e termo final em 31 de dezembro de 2019.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 10.520/2002.

Santana do Matos/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:19F6B0AB

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 090/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2212/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN** inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.110.439/0001-89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR, brasileiro, casado, médico, portador de RG nº 1.746.500 –ITEP/RN e CPF nº 055.496.654-92, Residente na Rua Ana Maria da Conceição s/n, Bairro: Santa Luzia, CEP: 59.520-000 Santana do Matos/RN, doravante denominado simplesmente PROMITENTE CONTRATANTE, e a empresa **AIRTON DA COSTA BATISTA - ME**, inscrita no CNPJ nº 18.738.798/0001-39, e sede na Rua Genésio Tibúrcio da Costa, N° 589-A, Alto da Alegria, Angicos/RN- CEP: 59.515-000, neste ato representada pelo Sr. AIRTON DA COSTA BATISTA, brasileiro, solteiro, portador de RG nº 2.643.147 – (SSP/RN) e CPF nº 076.110.31.434-80, residente na Rua Genésio Tibúrcio da Costa, N° 589-A, Alto da Alegria, Angicos/RN- CEP: 59.515-000, doravante denominada simplesmente de PROMITENTE CONTRADADA, e de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e os **Decretos Municipais nº 177/2013 e 214/2014,** conforme classificação das propostas apresentadas, resolvem registrar os preços oferecidos pela empresa, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços, a qual passa a fazer parte deste documento.

1.2 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga o Município de Santana do Matos/RN a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de um (01) ano e termo inicial em 11 de setembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1- O valor da presente Ata perfaz a quantia global de R$ 56.246,40 (cinquenta e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), reproduzidos na planilha abaixo.

Item	Especificação	Unid	Quant	Preço Unit Registrado	Preço Total
21366	DISTRITO DE SANTA TEREZA - ASSENTAMENTO SAO MANOEL - SÍTIO RIACHAO - SÍTIO RUNFAO - SÍTIO MINEIRO - SÍTIO VALENCIA - DISTRITO DE SANTA TEREZA - ASSENTAMENTO SAO MANOEL	Km rodado	20.160	R$ 2,79	R$ 56.246,40

3.2 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO FATURAMENTO, DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E DA PENALIDADE PELO ATRASO DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será efetuado conforme o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas superiores a R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, à **Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças**, fazendo referência ao **Processo Administrativo MS/ RN nº 2212/2019 – Pregão Presencial nº 046/2019**, mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela **Secretaria Municipal de Educação, através do Gestor do Contrato, a ser identificado quando da emissão da Ordem de Execução de Serviços,** acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista.

4.1.1 – O prazo para liquidação da despesa será de até cinco (05) dias úteis para faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até quinze (15) dias para faturas superiores a R$ 8.000,00 (oito mil reais).

4.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida.

4.3 – O Faturamento das despesas será realizado em nome do **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN,** inscrito no CNPJ Nº 08.110.439/0001-89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro.

4.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **contratada** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo **Município de Santana do Matos/RN**, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

4.5 – O atraso superior a 90 (noventa)dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrente dos **serviços já recebidos** constitui motivo para rescisão do contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convocada pela PROMITENTE CONTRATANTE a firmar contratações de **execução** do objeto licitado.

5.2 - A efetivação da contratação de **execução de serviços** se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/**Ordem de Execução de Serviços** emitida pelo órgão requisitante do objeto.

5.3 - A recusa em assinar o contrato ou em receber a Nota de Empenho ou **Ordem de Execução de Serviços** correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se a PROMITENTE CONTRATADA à aplicação das sanções previstas nesta Ata.

5.4 - Os compromissos contratuais firmados entre as empresas vencedoras e o **Município de Santana do Matos/RN** serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pela Licitante, a Ata de Registro de Preços e a Nota de Empenho emitida em favor do mesmo, independentemente de outras transcrições.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo com o cronograma escolar das redes municipal e estadual de ensino, após autorização do serviço pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o **Município de Santana do Matos/RN** poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - Quem, convocado após a subscrição desta Ata, do contrato ou recebimento da **ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS** ou NOTA DE EMPENHO ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o **Município de Santana do Matos/RN**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

8.2 - As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas na **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN** e o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

8.2.1 - multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total estimado do contrato, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato Administrativo;

8.2.2 - multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho/ **ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**;

8.2.3 - multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o **valor do serviço não executado**. A multa a que alude este tópico, não impede que a Promitente Contratante, unilateralmente, REVOGUE o Registro de Preços e RESCINDA o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

8.2.4 - multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o **valor do serviço não executado**, por dia de atraso, observado o prazo de entrega constante no Anexo I;

8.2.5 - multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total estimado da contratação, no caso em que a PROMITENTE CONTRATADA der causa à rescisão do contrato ou cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3 - a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da PROMITENTE CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a PROMITENTE CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor;

8.4 - as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição da **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN**, em sua tesouraria, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

8.5 - decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN** fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

8.6 - o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com a **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN** enquanto não quitar as multas devidas; e

8.7 - as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem as irregularidades constatadas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 046/2019** e a proposta comercial de preços da PROMITENTE CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da **Comarca de Santana do Matos/RN**, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santana do Matos/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR	***AIRTON DA COSTA BATISTA***
P/ Promitente Contratante	P/ Promitente Contratada

TESTEMUNHAS:

1	2 .....
CPF nº	CPF nº .....

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:BD419983

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 301/2019 – GP

Santana do Matos, 11 de setembro de 2019.

O Prefeito Municipal de Santana do Matos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei em vigor.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a Licença Prêmio de 01 (um) mês, referente ao período aquisitivo de 08/03/2010 a 08/03/2015;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor e a concordância da Secretaria da pasta.

R E S O L V E:
Art. 1º - CONCEDER 01 (um) mês de Licença Prêmio ao Servidor Publico Municipal, Sr. **FRANCISCO ERVANDO FREIRE DE CASTRO**, cargo de **MOTORISTA**, Matricula n° 555 e CPF nº 406.194.784-20, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 11/09/2019 a 11/10/2019, reassumindo suas funções a partir do dia 12 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

JOSE EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Breno de Medeiros Barros
Código Identificador:69676E7B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 12040011/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019 - PMSS

A Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de apoio, vem tornar pública a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2019 – PMSS, tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TECIDOS E AVIAMENTOS, VISANDO ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ/RN,** que se realizará no dia 25/09/2019 às 08:00 h. O edital, encontra-se a disposição dos interessados na sede da ou pelo e-mail: cpl_santanadoserido.rn@outlook.com .

A COMISSÃO

Publicado por:
Eliane Cabral da Silva
Código Identificador:A20D8346

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2019

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 008/2019

O Presidente da Comissão de licitação do Município de São bento do Norte, através da Prefeitura Municipal de São bento do Norte, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de São bento do Norte, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir: **OBJETO Contratação de empresa especializada em realizações de eventos artísticos para apresentação da banda "ROMANCE REAL", para a TRADICIONAL FESTA DE SÃO MIGUEL, no dia 28 (vinte e oito) de setembro nesta municipalidade. FORRO ROMANCE REAL ENTRETENIMENTO LTDA - ME / CNPJ Nº 22.226.561/0001-46 com o valor total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** Inciso III do Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE:** emitida pela Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Srº CLAUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA, na qualidade de ordenador de despesas.

São bento do Norte/RN, 10 de setembro de 2019.

MANOEL MARTINS DA CRUZ
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Manoel Martins da Cruz
Código Identificador:DEFFA126

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 009/2019

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 009/2019

O Presidente da Comissão de licitação do Município de São bento do Norte, através da Prefeitura Municipal de São bento do Norte, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da Prefeitura Municipal de São bento do Norte, faz publicar o extrato resumido do processo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** a seguir: **OBJETO Contratação de empresa especializada em realizações de eventos artísticos para apresentação da banda "TONY FARRA", para a TRADICIONAL FESTA DE SÃO MIGUEL, no dia 28 (vinte e oito) de setembro nesta municipalidade. - AUGUSTO MANOEL ARAUJO SILVA - ME / CNPJ Nº 32.650.601/0001-366 com o valor total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** Inciso III do Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE:** emitida pela Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Srº CLAUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA, na qualidade de ordenador de despesas.

São bento do Norte/RN, 10 de setembro de 2019.

MANOEL MARTINS DA CRUZ
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Manoel Martins da Cruz
Código Identificador:AEFF19A4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE 008/2019

Extrato do Contrato - inexigibilidade 008/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN. **CONTRATADO: FORRO ROMANCE REAL ENTRETENIMENTO LTDA - ME / CNPJ Nº 22.226.561/0001-46 OBJETO: Contratação de empresa especializada em realizações de eventos artísticos para apresentação da banda "ROMANCE REAL", para a TRADICIONAL FESTA DE SÃO MIGUEL, no dia 28 (vinte e oito) de setembro nesta municipalidade. FORRO ROMANCE REAL com (três) horas de apresentação. VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inciso III do Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Unidade: 02.006; Projeto/Atividade: 2052; Fonte de Recursos: 000; Elemento de Despesa: 3.3.90.39; Os Recursos Financeiros destinados à cobertura das Despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por recursos da Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN. **DATA DA ASSINATURA:** 10 de setembro de 2019.

Prefeitura de São Bento do Norte
CLÁUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA
Contratante

Publicado por:
Manoel Martins da Cruz
Código Identificador:F42C1C72

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO - INEXIGIBILIDADE 009/2019

Extrato do Contrato - inexigibilidade 009/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN. **CONTRATADO: AUGUSTO MANOEL ARAUJO SILVA - ME /**

CNPJ Nº 32.650.601/0001-36 OBJETO: Contratação de empresa especializada em realizações de eventos artísticos para apresentação da banda "TONY FARRA", para a TRADICIONAL FESTA DE SÃO MIGUEL, no dia 28 (vinte e oito) de setembro nesta municipalidade. TONY FARRA com (três) horas de apresentação. VALOR GLOBAL: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Inciso III do Art. 25 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** Unidade: 02.006; Projeto/Atividade: 2052; Fonte de Recursos: 000; Elemento de Despesa: 3.3.90.39; Os Recursos Financeiros destinados à cobertura das Despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão por recursos da Prefeitura Municipal de São Bento do Norte/RN. **DATA DA ASSINATURA:** 10 de setembro de 2019.

Prefeitura de São Bento do Norte
CLÁUDIO HENRIQUE GOMES PEREIRA
Contratante

Publicado por:
Manoel Martins da Cruz
Código Identificador:A48E5784

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE INSCRIÇÃO E/OU RENOVAÇÃO
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na forma do art. 34, § 1° da Lei n° 8.666/93, torna público que para fornecimento de materiais e prestações de serviços ao **Município de São Fernando/ RN**, os interessados deverão providenciar sua inscrição no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços deste Município, situada a **Rua Capitão João Florêncio nº 045, Centro,** nos dias úteis, **horários das 08:00 às 12:00 , COM O PEDIDO DE REGISTRO CADASTRAL DEVIDAMENTE PREENCHIDO, ACOMPANHADO COM A DOCUMENTAÇÃO ABAIXO RELACIONADA:**

PARA PESSOAS JURÍDICAS
I – CAPACIDADE JURÍDICA

Cópia da Cédula de Identidade e CPF dos sócios;
Registro comercial, no caso de empresa individual;
Ato constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social em vigor, devidamente registrados**, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades de ações, acompanhadas dos documentos de eleição de seus administradores e suas **últimas alterações em aditivos**;Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhadas de prova da diretoria em exercício.
Decreto de autorização devidamente registrado, em se tratando da empresa estrangeira em funcionamento no país.
Declaração da licitante de que não possuir em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V da art.27, da Lei n.8666/93.

II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
Registro ou inscrição na entidade competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da empresa, conforme o caso.
Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e compatível com o objeto da empresa;

III - LEI Nº 8666/93, Art. 31 – A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA LIMITAR-SE-A:

Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida por distribuidor competente;

• Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentáveis na forma da lei, que comprovem a boa situação da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

Os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresenta Balanço e comprovar sua idoneidade financeira pela particularidade de sua constituição jurídica.

IV – IDONEIDADE FINANCEIRA
Demonstrações contábeis **(BALANÇO)** do último exercício que comprovem a boa situação financeira da empresa devidamente registrada em Livro Diário, autenticado em junta Comercial de sua origem, **COM TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO.**

A boa situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), solvência geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **com resultado igual ou superior a 1,** resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;
Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se ao direito de efetuar os cálculos;
Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

V – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, mediante da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo-se os créditos previdenciários;
Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado (Procuradoria);
Certidão Negativa de Débitos Estaduais (Secretaria de Fazenda);
Certidão Negativa de Débitos Municipais;
Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
Certidão negativa de Débitos trabalhistas – CNDT, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

PARA PESSOAS FÍSICAS

I – CAPACIDADE JURÍDICA
1 - Cédula de identidade (RG);
2 - Declaração da licitante de que não possuir em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V da art.27, da Lei n.8666/93.

II - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
1- Prova de habilitação na entidade competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com a execução dos serviços a que se pretende cadastrar, conforme o caso.

2 - Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado e compatível com o ramo de atividade do profissional;

III – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
2- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, se houver;
3- Certidão Negativa de Débitos Municipais;
4- Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, mediante da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo-se os créditos previdenciários;
5- Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa do Estado;
6- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
7- Certidão negativa de Débitos trabalhistas – CNDT, fornecida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

IV - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

1 - Certidão negativa de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor de execução patrimonial do domicílio do licitante;

OBSERVAÇÕES:

• O PRAZO PARA ENTREGA DO CRC SERÁ DE TRÊS (03) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DO PROTOCOLO, QUANDO TODOS OS DOCUMENTOS ESTIVEREM PRESENTES.

São Fernando/ RN, 11 de Setembro de 2019.

GEILDO BEZERRA DANTAS
Presidente

PEDIDO DE REGISTRO CADASTRAL – PRC

Solicitamos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do **Município de São Fernando/RN** o Registro Cadastral para o fornecimento do material e/ou serviço para qual prestamos as informações abaixo e apresentamos os documentos exigidos.

Razão Social .....
Denominação particular.....CNPJ nº .....
Endereço.....
Cidade.....UF.....FONE/FAX (....).....
Inscrição Estadual Nº.....Inscrição Municipal Nº.....
Capital Social R$.....Junta Comercial.....
Nº do Registro do Contrato Social e data.....

SÓCIOS QUE ASSINAM PELA EMPRESA

NOME.....CPF.....
NOME.....CPF.....
NOME.....CPF.....

REPRESENTANTE

Nome Completo..... CPF.....
Endereço.....FONE/FAX .....
Cidade.....UF .....

FONTES DE REFERÊNCIA BANCÁRIA PRAÇA

1. .....
2 .....
3.....

COMERCIAIS

1.....
2.....
3.....

Declaro para os devidos fins que assumo inteira responsabilidade pelas informações aqui prestadas.

...../....., ... de ..... de .....

Assinatura do representante ou procurador

PEDIDO DE REGISTRO CADASTRAL – PRC

Solicitamos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação do **Município de São Fernando/RN** o Registro Cadastral para a execução do serviço para qual prestamos as informações abaixo e apresentamos os documentos exigidos.

Nome.....
CPF nº .....
RG nº .....
Nacionalidade: .....
Estado Civil: .....
Profissão: .....
Endereço..... Cidade.....UF.....

FONTES DE REFERÊNCIA BANCÁRIA PRAÇA

1. .....
2 .....
3.....

COMERCIAIS

1.....
2.....
3.....

Declaro para os devidos fins que assumo inteira responsabilidade pelas informações aqui prestadas.

...../....., ... de ..... de .....

Assinatura do prestador ou procurador

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:E870B8A5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0841/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). **CNPJ/CPF**: 08.064.195/0001-98. **OBJETO:** Termo de convenio envolvendo APAE (Caicó) e o município de São Fernando-RN, para atender crianças que necessitam de cuidados especiais. O Presente contrato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), tem o proposito de garantir compromisso integral à pessoa com deficiência nas diversas áreas, como: Saúde, Educação, Assistência Social, capacitação e autogestão com objetivo de desenvolver a capacidade de inclusão e reabilitação das pessoas com deficiência e fortalecer os laços com as respectivas famílias. V**ALOR DO CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**:R$ 6.720,00 (Seis mil setecentos e vinte reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 45 – 4 . 10002 . 8 . 244 . 81 . 2.26 . 0 . 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 25, caput da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:30 de Agosto de 2019. **Vigência**:30 de Agosto de 2019 a 30 de Outubro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES DE OLIVEIRA BATISTA DE SOUZA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 30 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:DF4F18C1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0836/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA-ME. **CNPJ/CPF**: 09.397.355/0001-30. **OBJETO:** Contratação do sistema denominado WCompras, para realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade Pregão, em todas as suas formas. A contratação visa atender a demanda de disponibilidade e manutenção de sistema de gerenciamento digital de procedimentos licitatórios, realizados por meio da rede mundial de computadores. A demanda inicial desta Administração é na realização de Pregão, em todas suas formas, não excluídas outras modalidades a serem oferecidas ou criadas no sistema WCompras. Como resultado da contratação, verificam-se os seguintes benefícios para a Administração: Ausência de dispêndio financeiro; Aumento da competitividade em suas licitações; Mais celeridade e eficiência em seus procedimentos; Controle de documentação e atestado de fornecedores; Possibilidade de personalização de formulários; Integração com outros sistemas porventura existentes, incluindo sistemas de Tribunais de Contas; e capacitação e cursos operacionais. A contratação do sistema trará também os seguintes benefícios para os fornecedores: A redução de custos para garantir participação nos certames, já que não há necessidade de deslocamento ou acomodação; A ampliação do raio de atuação, podendo fazer propostas e lances em processos de qualquer lugar do Brasil; O conhecimento de todas as licitações na sua área de atuação via meio eletrônico; A pesquisa, a visualização e o download de editais de forma online; e A certificação de todos os preços praticados após abertura de propostas e fases dos processos. Assim, considerando a possibilidade de contratação direta em razão do valor, tendo em vista estar no limite preconizado no inc. II, é possível a contratação por meio de dispensa de licitação, com observância dos requisitos previstos na Lei n° 8.666/1993. V**ALOR DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 0,00 (Zero reais).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 161 - 2 . 4001 . 4 . 122 . 7 . 2.5 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. II, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:29 de Agosto de 2019. **Vigência**:29 de Agosto de 2019 a 29 de Agosto de 2024.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, LEONARDO CÉSAR DE CARVALHO LADEIRA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 29 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:A99DE6D2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, nomeado por intermédio da Portaria n.° 005, de 14 de janeiro de 2019, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **26 de Setembro de 2019, às 09:00 horas**, fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a contratação de pessoa(s) jurídica(s) que se disponha(m) a REGISTRAR PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADUAL DE MEDICAMENTOS EXTRAS MUNICIPAIS, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital de convocação deste procedimento, com a finalidade de atender as necessidades e demandas da Rede Municipal de Saúde deste Município, originárias das unidades de saúde municipais. Os interessados em adquirir cópia integral dos respectivos Edital, Termo de Referência e demais anexos poderão acessar o site: www.saofernando.rn.gov.br, onde se encontram publicados integralmente ou comparecer a sede da Prefeitura Municipal, localizado à Rua Capitão João Florêncio, n.° 45, Centro, São Fernando/RN, no horário de expediente normal da Prefeitura Municipal.

São Fernando/RN, 11 de Setembro de 2019.

CIRO DANTAS DE MEDEIROS
Pregoeiro/PMSF/RN

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:8370954A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0826/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: TOP CAR VEICULOS E LOCADORA LTDA **CNPJ/CPF**: 01.122.617/0001-42 **OBJETO:** Contratação de empresa para aquisição de itens para melhorias no veículo L200 TRITON SPT GL MT 2.4 DIESEL de placa QGT-5J79/RN, do município de São Fernando/RN. Esta aquisição: CA 511743 PROTETOR CAÇAMBA, CA 511744 PROTETOR CAÇANBA CAPA1850 CAPOTA MARÍTIMA CO, dar-se em razão da proteção e durabilidade da carroceria do veículo mencionado, pois garante um maior tempo de uso. V**ALOR DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 2.510,87 (Dois mil quinhentos e dez reais e oitenta e sete centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 589 - 3 . 17001 . 10 . 304 . 75 . 1.90 . 0 . 449052 - Equipamentos e Material Permanente**. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, Inc. XVII, da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:26 de Agosto de 2019. **Vigência**:26 de Agosto de 2019 a 26 de Setembro de 2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, RICARDO SHELMAM DE SOUZA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 26 de Agosto de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:141C09EF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0849/2019

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO- RN.**CNPJN°** 08.096.612/0001-31. **CONTRATADO (A)**: TOP CAR VEICULOS E LOCADORA LTDA **CNPJ/CPF**: 01.122.617/0001-42. **OBJETO**: Contratação de empresa para aquisição de itens para manutenção no veículo L200 TRITON SPT GL MT 2.4 DIESEL DE PLACA QGT-5J79/RN, do município de São Fernando/RN. Esta compra dar-se em razão da necessidade de substituição dos referidos itens. CD 120065 (R) OLEO MOTOR 10W30 LUBRAX ADVENTO, MZ690115 (R) FILTRO OLEO, MF660035 (R) JUNTA VEDAÇÃO T M, tendo em vista sua reposição para que possa atender as necessidades diárias deste município. **VALOR GLOBAL DO CONTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**:R$ 351,11 (Trezentos e Cinquenta e Um Reais e Onze Centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 600 - 3 . 17001 . 10 . 305 . 75 . 2.10 . 0 . 339030 - Material de Consumo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**:Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.**DATA DA ASSINATURA**:04 de Setembro de 2019. **Vigência**:04 de Setembro de 2019 a 04 de Outubro de

2019.**SIGNATÁRIOS**:POLION MEDEIROS MAIA - pelo contratante, RICARDO SHELMAM DE SOUZA – pela(o) contratada(o).

São Fernando/RN, 04 de Setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ciro Dantas de Medeiros
Código Identificador:A4024A18

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 0219/2019 – PMSF/RN

ABRE CREDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal.

D E C R E T A

Art. 1°. - Fica aberto no corrente mês um crédito suplementar para reforço das dotações orçamentária, conforme anexo.

Art. 2°. - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito suplementar de que trata o artigo anterior a anulação parcial de dotação Orçamentária, conforme anexo, de conformidade com o disposto no artigo 43 da lei 4.320/64.

Art. 3°. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO FERNANDO, 11 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:BABEC13D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 0219/2019 – PMSF/RN - ANEXO I

Rua Capitão João Florêncio, 45 - Centro - 59.327-000 - São Fernando/ RN					
CNPJ: 08.096.612/0001-31 Fone: (84) 3428.0001 pmsf@bol.com.br			**Usuário:** KATYUSQUIA KATE	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.saofernando.rn.gov.br				1520-5277-714	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 0219/2019 de 11/09/2019					
Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de São Fernando					
Órgão Orçamentário: 4000 - Sec. Mun. Planejamento e Administração					
Unidade Orçamentária: 4001 - Sec. Mun. Planejamento e Administração					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 7 - Administração					
Ação: 2.5 - Manut. Ativ. Sec. Planej. e Administração					
Despesa 161 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 10010000 - Recursos Ordinários - 0.1.00					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
11/09/2019	170583	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	70.000,00	
Total da Despesa:				70.000,00	0,00
Total da Unidade Orçamentária:				70.000,00	0,00
Total do Órgão Orçamentário:				70.000,00	0,00
Órgão Orçamentário: 99000 - Reserva de Contingência					
Unidade Orçamentária: 99999 - Reserva de Contigência					
Função: 99 - Reserva de Contingência					
Subfunção: 999 - Reserva de Contingência					
Programa: 9999 - Reserva de Contigência					
Ação: 9.999 - Reserva de Contingência					
Despesa 211 - 9.9.99.99.00 - A Classificar					
Fonte de recurso: 10010000 - Recursos Ordinários - 0.1.00					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
11/09/2019	170584	Redução da Despesa			70.000,00
Total da Despesa:				0,00	70.000,00
Total da Unidade Orçamentária:				0,00	70.000,00
Total do Órgão Orçamentário:				0,00	70.000,00
Total do Fundamento:				70.000,00	70.000,00
Total Geral:				70.000,00	70.000,00

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:68A5AFC1

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO 0435/2019.

BASE LEGAL: RESOLUÇÃO Nº 032/2016 – TCE/RN;
LEI FEDERAL N° 8.666/93;
DECRETO Nº 008/2017;
CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
LEI FEDERAL N° 12.858/13.

CONSIDERANDO o que prevê os termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, especificamente o art. 5º, o qual ressalva a possibilidade de quebra da ordem cronológica quando presentes relevantes razões de interesse público, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO o que prevê a Resolução N° 032/2016 – TCE/RN no tocante à ordem cronológica de pagamento, a qual traça em seu art. 15 as hipóteses de quebra da lista;

CONSIDERANDO o que prevê o Decreto nº 008/2017, especificamente em seu art. 14, o qual enumera os casos em que se admite a preterição da ordem cronológica;

CONSIDERANDO que o referido pagamento se amolda num caso de relevante interesse público;

CONSIDERANDO que tal ato atende ao disposto no artigo 15, inc. V, da Resolução 032/2016 – TCE/RN, sendo este estritamente necessário para que não venha a ocorrer danos à coletividade;

CONSIDERANDO que o não pagamento da referida despesa implicará na paralisação de serviço de empresa responsável por hospedar o portal de transparência da Folha de Pagamento do servidores municipais da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN, visto que tal serviço é dever de cada ente federativo estabelecido por questão reconhecida pelo STF como de repercussão geral, julgamento este que ocorreu no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 652777, com tese aprovada por unanimidade no sentido de serlegítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, do nome de servidores e dos valores dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias. Ademais, a decisão ainda menciona que a remuneração dos servidores públicos em todos os níveis e em todos os poderes **deve** ser divulgada (portanto, de **efeito vinculante**, não comportando faculdade da Administração Pública no sentido de se alegar conveniência e oportunidade), inclusive com o nome de cada servidor.

CONSIDERANDO, outrossim, a obrigatoriedade da administração pública de observar o Princípio expresso da Publicidade, estabelecido no art. 37, caput, da CF/88, que vem do dever de divulgação oficial dos atos administrativos. Encarta-se, pois, no livre acesso dos indivíduos a informações de seu interesse e de transparência na atuação administrativa. Como os agentes públicos atuam na defesa dos interesses da coletividade, a proibição de condutas sigilosas e atos secretos é um corolário da natureza funcional de suas atividades. Portanto, a publicidade dos atos administrativos constitui medida voltada a exteriorizar a vontade da Administração Pública, divulgando seu conteúdo para conhecimento público; tornar exigível o conteúdo do ato; desencadear a produção de efeitos do ato administrativo; e permitir o controle de legalidade do comportamento.

CONSIDERANDO, ainda, o Princípio constitucional implícito da Transparência, o qual preconiza que o acesso à informação é um

direito do cidadão e proporcionar tal direito é um dever da Administração Pública Federal, desde que os mesmos não sejam objeto de sigilo, tendo o poder público, nos termos da Lei 12.527/11 (LAI), **dever** de proporcionar a publicidade das informações, disponibilizando, por meio eletrônico, voluntariamente, sem qualquer requisição, as informações de interesse público.
CONSIDERANDO que o pagamento a ser efetuado se trata de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais aos munícipes;
Sendo assim, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, com efeitos retroativos a 10 de setembro de 2019 por se tratar de uma despesa referente à contratação de empresa especializada em Sistema de Gestão Pública com os módulos: Contábil, Financeiro e Planejamento (PPA, LDO e LOA); Sistema Tributário; Sistema de Compras, Licitação e Contratos; Gestão Patrimonial e de Estoque; Sistema de Gerenciamento do web site; Portal da Transparência e Folha de Pagamento, para a SISTEMAS INTEGRADOS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO LTDA- ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.603.971/0001-91, com nota fiscal n.º 000001879, referente ao mês de julho, no valor total de R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais).

São Fernando/RN, 11 de setembro de 2019.

POLION MEDEIROS MAIA
Prefeito Municipal de São Fernando

Publicado por:
Pascelle Santos Lins de Medeiros
Código Identificador:85CF5D8A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Aprova a reprogramação de saldos dos recursos aplicados no Fundo Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 14 de janeiro de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 063/2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o plano de aplicação para a reprogramação de saldos dos recursos aplicados no Fundo Municipal de Assistência Social do exercício 2017 para o exercício 2018.
Parágrafo único – Os saldos à reprogramar são:
I – R$ 6.808,62: Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família;
II – R$ 14.813,47: Bloco de Gestão do SUAS;
III – R$ 67.712,32: Bloco de Proteção Social Básica;
IV – R$ 44,68: ACESSUAS Trabalho;
V – R$ 1.344,50: BPC na Escola.

Art. 2º. O Município deverá priorizar a destinação regulamentar do percentual de recursos do BL GSUAS FNAS e BL GBF FNAS, nas ações de controle social do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.

Art. 3º. Dos valores disponíveis em 31 de dezembro de 2017, poderão ser deduzidas as despesas pactuadas em 2017, à pagar no exercício de 2018.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 14 de janeiro de 2018.

ADNA JOSINA SILVA BESSA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:8386B593

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2018

Recompõe a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Oeste/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 16 de julho de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Recompor a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Oeste/RN.
I – Presidente: Lívia Patrícia Diógenes Viana - Governo ;
II – Vice-presidente: Ubiraneide Souza de Lima – Sociedade Civil;
III – 1º Secretário: Adna Josina Silva Bessa – Sociedade Civil;
IV – 2ª Secretário: Antonia Ivaneide Barbosa de Miranda - Governo;

Art. 2º. O mandato da Mesa Diretora instituída no Art. 1º terá vigência até 16 de julho de 2019.

Art. 3º. Fica designada para ocupar a função de Secretário Executivo do Conselho Municipal de Assistência Social a Servidor: Mikael Jackson Alves Brilhante.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 16 de julho de 2018.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:38A7BF37

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2018

Aprova o Plano de Ação para o Co-financiamento Federal 2018 da Assistência Social no âmbito do Município de São Francisco do Oeste/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 08 de agosto de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as metas definidas pela Gestão Municipal no Plano de Ação para o Co-financiamento Federal de Assistência Social do exercício 2018, com base no Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 08 de agosto de 2018.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:060559B7

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2018

Aprova a prestação de contas da Política de Assistência Social do exercício 2017 do município São Francisco do Oeste/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 14 de dezembro de 2018, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

Considerando a necessidade de apreciar sinteticamente a prestação de contas dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social.
Considerando a necessidade de se avaliar as metas pactuadas e realizadas pela Gestão Municipal, em consonância com o Relatório de Gestão Anual.

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas da Política de Assistência Social através do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social e dos recursos próprios alocados no Fundo Municipal de Assistência Social no exercício 2017.
Parágrafo Único - Fica condicionada à aprovação total da referida prestação de contas, a reprogramação de R$ 432,71 dos recursos do Bloco de Gestão do SUAS e R$ 684,10 dos recursos do Bloco de Gestão do PBF para as ações de controle social exercida pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 14 de dezembro de 2018.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:433C917B

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 01/2019

Pactua a agenda de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social para o exercício 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 23 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

RESOLVE:
Art. 1º. Pactuar a agenda de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social para o exercício 2019.
Art. 2º. As reuniões ordinárias deverão ser realizadas nas seguintes datas, iniciando por esta.
I – 23 de janeiro de 2019;
II – 20 de fevereiro de 2019;
III – 20 de março de 2019;
IV – 17 de abril de 2019;
V – 15 de maio de 2019;
VI – 24 de junho de 2019;
VII – 18 de julho de 2019;
VIII – 15 de agosto de 2019;
IX – 12 de setembro de 2019;
X – 10 de outubro de 2019;
XI – 21 de novembro de 2019;
XII – 12 de dezembro de 2019

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 23 de janeiro de 2019.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:610C0F1D

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 02/2019

Aprova a proposta de ações do Serviço de Atendimento Integral às Famílias – PAIF, para o exercício 2019.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 20 de fevereiro de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a proposta de ações do Serviço de Atendimento Integral às Famílias – PAIF, à serem desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e em seu território de abrangência no exercício 2019.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 20 de fevereiro de 2019.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:43CE67E8

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2019

Aprova a reprogramação de saldos dos recursos aplicados no Fundo Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 20 de março de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar o plano de aplicação para a reprogramação de saldos dos recursos aplicados no Fundo Municipal de Assistência Social do exercício 2018 para o exercício 2019.
Parágrafo único – Os saldos à reprogramar são:
I – R$ 5.320,73: Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família;
II – R$ 6.892,47: Bloco de Gestão do SUAS;
III – R$ 15.134,23: Bloco de Proteção Social Básica;
IV – R$ 45,70: ACESSUAS Trabalho;
V – R$ 1.375,06: BPC na Escola.
Art. 2º. O Município deverá priorizar a destinação regulamentar do percentual de recursos do BL GSUAS FNAS e BL GBF FNAS, inclusive àqueles reprogramados de anos anteriores, desde 2017, nas ações de controle social do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família.
Art. 3º. Dos valores disponíveis em 31 de dezembro de 2018, poderão ser deduzidas as despesas pactuadas em 2018, à pagar no exercício de 2019.
Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 20 de março de 2019.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:0A01279C

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 04/2019

Aprova o Plano de Ação para o Co-financiamento Federal 2019 da Assistência Social no âmbito do Município de São Francisco do Oeste/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 26 de junho de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.

RESOLVE:
Art. 1º. Aprovar as metas definidas pela Gestão Municipal no Plano de Ação para o Co-financiamento Federal de Assistência Social do exercício 2019, com base no Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 24 de junho de 2019.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:F803CB61

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2019

Reconduzir os membros da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Oeste/RN.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, reunido no dia 18 de julho de 2019, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 219/2018.
Considerando o que dispõe o §2º do artigo 19 da Lei Municipal nº 219/2018,
RESOLVE:
Art. 1º. Reconduzir os membros que compõem a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Oeste/RN.
I – Presidente: Lívia Patrícia Diógenes Viana - Governo;
II – Vice-presidente: Ubiraneide Souza de Lima – Sociedada Civil;
III – 1º Secretário: Adna Josina Silva Bessa – Sociedade Civil;
IV – 2ª Secretário: Antonia Ivaneide Barbosa de Miranda - Governo;

Art. 2º. O mandato da Mesa Diretora instituída no Art. 1º terá vigência até 16 de julho de 2020.
Art. 3º. Fica designada para ocupar a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social a Servidora: Beatriz Cecília Diógenes Carvalho Gurgel..
Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Oeste/RN, 18 de julho de 2019.

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Presidente do CMAS

Publicado por:
Raimundo Lindemberg Lima
Código Identificador:82117328

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 11090002/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN
OBJETO: Aquisição de veículos ambulância tipo A de simples remoção, para atendimento da demanda de urgências e remoções de pacientes de Município de São Jose de Campestre.
CONTRATADO: LINK-SYSTEM TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.488.946/0001-98.
LICITAÇÃO: Processo Administrativo n° 06030001/2019 - Pregão Eletrônico nº 001/2019
TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR: R$ 163.939,32 (cento e sessenta e trêsmil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e dois centavos), em conformidade com as cláusulas e condições estabelecidas neste Instrumento Contratual. Referente a aquisição de 2 (dois) veículos tipo Ambulância tipo A de simples remoção.
VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses, a partir da assinatura do contrato.
DOTAÇÃO: Orçamento 2019; 07 – Fundo Municipal de Saúde; 1025-Aquisição de veículos para saúde; 44.90.52.00 – Equipamentos e material Permanente; 44.90.52.48 – Aquisição de Veículos diversos; Recursos de Convenio com Governo do Estado do RN, através de emenda Parlamentar.

São Jose do Campestre-RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSEILSON BORGES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:EE00DDE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
PORTARIA Nº 022/2019 – SMED

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal do Fundeb e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE - RN, usando das atribuições legais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto na **Lei nº 795/2017**, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os novos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - CACS/FUNDEB do município de São José do Campestre – RN, para o biênio 2019/2021.

Art. 2º. O Conselho Municipal do Fundeb será constituído pelos segmentos abaixo mencionados:

I – Representantes do Poder Executivo:
a) **TITULAR**: Jean Carlos Bernardo Silva
b) **SUPLENTE**: Maria Naldir Paulino
c) **TITULAR:** Eliza Assis de Oliveira Borges
d) **SUPLENTE**: Jandilson Raniere Matias

II – Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais:
a) **TITULAR**: Adriano Lourenço de Morais
b) **SUPLENTE**: Maria de Fátima Bernardo Chagas

III – Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:
a) **TITULAR:** Albanísia Cardoso da Silva Oliveira
b) **SUPLENTE**: Rafaela Estefânia Balbino e Silva

IV – Representantes dos Servidores Técnico Administrativos das Escolas Públicas Municipais:
a) **TITULAR**: Edgardenes de Alencar Ferreira
b) **SUPLENTE**: Maria Estelita Moreira da Silva

V – Representante de Pais de Alunos das Escolas Municipais:
a) **TITULAR**: Ana Claudia da Silva Gomes
b) **SUPLENTE**: Alzenir Soares Costa
c) **TITULAR**: Maria do Carmo Rodrigues
d) **SUPLENTE**: Marcileide Meireles Sebastião

VI – Representantes dos Estudantes da Educação Básica:
a) **TITULAR**: Maria Deyse Rodrigues da Silva
b) **SUPLENTE**: Alzineide Soares da Costa
c) **TITULAR**: Ronaldo Fagner de Souza
d) **SUPLENTE**: Elizanja Avelino Bernardo da Silva
VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:
a) **TITULAR**: Francisco Nunes da Silva
b) **SUPLENTE**: Eduardo Fernandes Pereira

VIII – Representante do Conselho Tutelar:
a) **TITULAR**: Abraão Paulino do Nascimento
b) **SUPLENTE**: Zélia Maria da Silva

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente a Portaria nº 017/2019 – SMED.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

São José do Campestre – RN, 11 de Setembro de 2019.

ANÔNIMO ROMÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação e Desportos
Port. 008/2019

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:6D082B95

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
PORTARIA Nº 023/2019 – SMED

Dispõe sobre a nomeação do Presidente do Conselho Municipal do Fundeb.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE - RN, usando das atribuições legais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto na **Lei nº 795/2017**, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª **Albanísia Cardoso da Silva Oliveira** como Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - CACS/FUNDEB do município de São José do Campestre – RN, para o biênio 2019/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente a Portaria n° 020/2019 - SMED.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

São José do Campestre – RN, 11 de Setembro de 2019.

ANÔNIMO ROMÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação e Desportos
Port. 008/2019

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:166884D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
PORTARIA Nº 024/2019 – SMED

Dispõe sobre a nomeação do Vice -Presidente do Conselho Municipal do Fundeb.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE - RN, usando das atribuições legais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto na **Lei nº 795/2017**, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e desenvolvimento da Educação Básica.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª **Ana Claudia da Silva Gomes** como Vice-Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social - CACS/FUNDEB do município de São José do Campestre – RN, para o biênio 2019/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, especialmente a Portaria n° 021/2019 - SMED.

Publique-se; Registre-se; Cumpra-se.

São José do Campestre – RN, 11 de Setembro de 2019.

ANÔNIMO ROMÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação e Desportos
Port. 008/2019

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:F4842E53

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 270/2019, 10 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 73/2013, de 13 de agosto de 2013,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **RUBINALDO ALFREDO DA COSTA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 100%	Natal/RN	10 de setembro de 2019	125,00	125,00

TOTAL

R$ 125,00

(x) 100%

( )50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 11 de setembro de 2019, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 10 de setembro de 2019.

VIVIANE KELLE DE ARAUJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:04ACF489

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre exoneração de cargo de provimento efetivo.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no artigo 93, inciso II, alínea *a*, da Lei Orgânica Municipal, e;
CONSIDERANDO o Requerimento protocolado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas - SEAGEP,
RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar, a pedido, a servidor **JUELY SILVA DE ARAÚJO JUNIOR**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Fazenda e Tributação – SEMPLA.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 11 de setembro de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Viviane Kelle de Araujo Souza
Código Identificador:A620A5E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/ 2019 INEXIGIBILIDADE N° 028/2019 – PROC. LIC. MSJS/ RN N° 087/2019

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: FELIPE PEREIRA VASQUES 07976934406 (CNPJ nº 27.932.809/0001-08); OBJETO: execução do serviço artístico de apresentação cultural e musical do REPENTES E CANÇÕES DO POETA FELIPE PEREIRA para a Festa Popular alusiva ao Padroeiro de São José do Seridó/ RN; DATA E HORÁRIO DE APRESENTAÇÃO: 19 de setembro de 2019, às 20h 30min; VIGÊNCIA: 06 de setembro a 19 de outubro de 2019; VALOR GLOBAL: R$ 3.000,00 (três mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.27.812.0017.0121.2040- Manutenção da Sec. Mun. da Juventude, do Esporte e do Lazer; Elemento de despesa: 33.90.39 – outros serviços de terceiros - PJ; Fontes: 01000; 01094; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, III; SUBSCRITORES: Maria Dalva Medeiros de Araújo – Pelo Contratante e Felipe Pereira Vasques – Pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 06 de setembro de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:45A32330

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 029/2019 REF. PROCESSO LICITATÓRIO MSJS/ RN Nº 089/2019

Interessado: Secretaria Municipal da Juventude, do Esporte e do Lazer

Assunto: **Contratação do serviço artístico de apresentação musical de Giullian Monte para a Festa Popular alusiva ao Padroeiro de São José do Seridó/ RN.**

De acordo.

Diante da análise técnica da Comissão Permanente de Licitação desta Unidade Gestora e do Parecer favorável emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, **DETERMINO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, a **Contratação do serviço artístico de apresentação musical de Giullian Monte para a Festa Popular alusiva ao Padroeiro de São José do Seridó/ RN** junto à empresa **GIULLIAN MONTE HENRIQUE ME (**CNPJ n° 14.898.657/0001-22), no valor de **R$ 12.000,00** (doze mil reais) a fim de atender, nos termos da SOLICITAÇÃO INICIAL, as necessidades e demandas do Município de São José do Seridó/ RN.

Em respeito ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, realizada com fundamento no art. 25, III da supracitada lei e, em consequência, determino à Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tributação que emita NOTA DE EMPENHO em favor da supracitada empresa, nos termos da proposta constante destes autos.

São José do Seridó/ RN, 10 de setembro de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:5CA9BD92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/ 2019 INEXIGIBILIDADE N° 029/2019 – PROC. LIC. MSJS/ RN N° 089/2019

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADA: GIULLIAN MONTE HENRIQUE ME (CNPJ n° 14.898.657/0001-22); OBJETO: Execução dos serviços de apresentação artístico-musical de Giullian Monte para a Festa Popular alusiva ao Padroeiro de São José do Seridó/ RN; DATA E HORÁRIO DE APRESENTAÇÃO: 29 de setembro de 2019, das 03h 00min às 05h00min; VIGÊNCIA: 10 de setembro a 29 de outubro de 2019; VALOR GLOBAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.27.812.0017.0121.2040- Manutenção da Sec. Mun. da Juventude, do Esporte e do Lazer; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – outros serviços de terceiros - PJ; FONTES: 01000; 01094; FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/1993, Art. 25, III.

São José do Seridó/ RN, 10 de setembro de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:3FC565DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
TERMO DE DISPENSA Nº 029/2019 REF. PROCESSO LICITATÓRIO MSJS/ RN N° 090/2019

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito.
ASSUNTO:**Contratação Direta dos serviços de reparos em pavimentação e confecção de quebra-molas.**

• Analisando, minuciosamente, as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos aos princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público.**DE ACORDO**.

• **HOMOLOGO**o processo sob referência e, em consequência,**ADJUDICADO**o objeto respectivo ao prestador de Serviços o Sr**JOSÉ LOPES.**
• **DETERMINO**que se proceda, com**DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 24, II da Lei n° 8.666/93, a**Contratação Direta dos serviços de reparos em pavimentação e confecção de quebra-molas**, a fim de atender, nos termos da Solicitação Inicial, as necessidades e demandas da**Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito.**
• **DETERMINO**que se dê publicidade na forma regulamentar e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para as providências de estilo.

São José do Seridó/ RN, 11 de setembro de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:7E3B2050

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2019 DISPENSA N° 029/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO MSJS/ RN N° 090/2019

CONTRATANTE: Município de São José do Seridó/ RN; CONTRATADO: JOSÉ LOPES; OBJETO: execução dos serviços de reparos em pavimentação e confecção de quebra-molas; VIGÊNCIA: termo inicial na data de subscrição e termo final em 31 de dezembro de 2019; VALOR GLOBAL: R$ 8.796,00 (oito mil setecentos e noventa e seis reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 13.15.451.0013.0124.2057 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Infraestrutura e Trânsito; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36 – Outros Serviços terceiros - PF; FONTE: 01000; FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/1993; SUBSCRITORES: Maria Dalva Medeiros de Araújo – pelo Contratante e José Lopes - Contratado.

São José do Seridó/ RN, 11 de setembro de 2019.

MARIA DALVA MEDEIROS DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Adilson de Azevedo Araujo
Código Identificador:0921EE0D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 332/2019, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. WELLINGTON MODESTO DA SILVA

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o (a) senhor(a) **WELLINGTON MODESTO DA SILVA**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, n° 2119CS, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n° 10023429, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 23 e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 21**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.

II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

WELLINGTON MODESTO DA SILVA
CPF: 813.071.364-00

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:4B0488A6

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 332/2019, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO.RICARDO RANIERE CARDOSO VENÂNCIO

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n°

1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o (a) senhor(a) **RICARDO RANIERE CARDOSO VENÂNCIO**, residente e domiciliado na Rua das Ostras, 50, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n° 001.520, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 25 e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 25**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.

§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

RICARDO RANIERE CARDOSO VENÂNCIO
CPF: 028.376.024-93

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:5A96372C

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 332/2019, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. RAIMUNDO MOISÉS DE SOUSA

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o (a) senhor(a) **RAIMUNDO MOISÉS DE SOUSA**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, n° 493-D, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n° 001.525, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 22 e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 21**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:

I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

RAIMUNDO MOISES DE SOUSA
CPF: 673.519.484-53

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:DBA4B055

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 332/2019, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. MARCOS EUGÊNIO DE MATOS DA SILVA

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o (a) senhor(a) **MARCOS EUGÊNIO DE MATOS DA SILVA**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, n° 2235 FT, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n° 001.516, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 24 e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 21**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;

IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

MARCOS EUGÊNIO DE MATOS DA SILVA
CPF: 018.833.184-08

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:72F306F9

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 332/2019, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO. LEANDRO NUNES DA SILVA

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o (a) senhor(a) **LEANDRO NUNES DA SILVA**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, 735-D, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n° 001.515, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 26 e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 26**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

LEANDRO NUNES DA SILVA
CPF: 081.512.814-21

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:3F161B2F

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 332/2019, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO.JOSÉ WILSON PEREIRA DA SILVA,

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o (a) senhor(a) **JOSÉ WILSON PEREIRA DA SILVA**, residente e domiciliado na Rua Ponta de Praia, 20, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 28 e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 28**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.
Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.

8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

JOSÉ WILSON PEREIRA DA SILVA
CPF: 751.552.144-91

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:0E43CF5A

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 FIRMADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 229, DE 05 DE JANEIRO DE 2013 E LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 332/2019, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO.RODRIGO DA SILVA CRUZ

CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI N° 02/2019 firmado de acordo com a LEI MUNICIPAL N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019, do Município de São Miguel do Gostoso.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida dos Arrecifes, n° 1710, Centro, São Miguel do Gostoso/RN, por intermédio de seu Prefeito Municipal José Renato Teixeira de Souza, doravante denominada CONCEDENTE, e o (a) senhor(a) **RODRIGO DA SILVA CRUZ**, residente e domiciliado na Avenida dos Arrecifes, n° 2012-B, Centro, nesta cidade de São Miguel do Gostoso-RN, inscrito no cadastro Municipal de Contribuintes sob o n° 001.522, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, têm entre si ajustado o presente TERMO DE CONCESSÃO, sob o número de ordem 21 e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com Minuta examinada pela Assessoria Jurídica do Município de São Miguel do Gostoso, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único, do artigo 38, da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e autorizado por despacho do Prefeito do Município de São Miguel do Gostoso, em conformidade com o disposto no artigo 61 da Lei n° 8.666/93, exarado no **processo n° 21**, objeto: CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI, observadas as disposições da Lei n° 8.987/95 e subsidiariamente Lei n° 8.666/93, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL.
O CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO DE TAXI e o que nele está ajustado fundamenta-se nas disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e de mais alterações e normas relativas à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E DO PRAZO.
A CONCESSÃO tem como objeto a exploração do Serviço de Transporte Táxi no Município de São Miguel do Gostoso, que será executado pelo CONCESSIONÁRIO pelo prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do presente CONTRATO.

Paragrafo único – Quando o interesse público o exigir o Órgão Gestor procederá às alterações julgadas necessárias à adequação dos serviços, no que concerne à qualidade, número de veículos, pontos de parada e operação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.
O CONCESSIONÁRIO, na prestação do serviço, deverá obedecer rigorosamente às disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as alterações que lhe sucederem durante a vigência do presente CONTRATO, assim como os Decretos, as Normas Complementares e as Resoluções baixadas pelo Órgão Gestor e as normas insculpidas na Lei de Concessão.

CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DO SERVIÇO.
O CONCESSIONÁRIO observará todas as normas prescritas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e Lei Municipal Complementar nº 332/2019 e demais alterações, bem como as demais disposições legais e complementares, como forma de prestar um serviço adequado.
Parágrafo Único – O serviço será considerado adequado quando satisfazer as condições de qualidade, segurança, eficiência, generalidade, cortesia, urbanidade na sua prestação e modicidade das tarifas.

CLÁUSULA QUINTA – DA TARIFA DE PRSTAÇÃO DE SERVIÇO
As tarifas serão fixadas mediante Decreto Municipal do Executivo.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DO OCNCEDENTE E DO CONCESSIONÁRIO
I Parágrafo Primeiro: São encargos do CONCEDENTE:
I – intervir na prestação dos serviços, quando houver riscos de descontinuidade;
II – declarar a extinção da CONCESSÃO, nos casos previstos na legislação;
III – homologar os reajustes e proceder às revisões tarifárias;
IV – autorizar a transferência de CONCESSÃO, nos termos da Lei;
V – fiscalizar o serviço permitido;
VI – avaliar permanentemente a qualidade do serviço prestado, bem como vistoriar os veículos quando necessário, a qualquer momento, priorizando sempre a segurança do usuário.

Paragrafo Segundo: São encargos do CONCESSIONÁRIO:
I – São encargos do (s) CONCESSIONÁRIO (A) aqueles elencados Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações e demais disposições previstas na legislação própria.
II – O CONCEDENTE e o CONCESSIONÁRIO se obrigam, ainda, a cumprir fielmente e na melhor forma de direito os direitos e obrigações, previstos no Edital de Licitação Concorrência n° 001/2013 e em seus anexos, bem como no Artigo 29, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XI, XII e no Artigo 31, Incisos I, III, IV, V, VII todos da Lei Federal n° 8.987, de 13.02.95, demais Leis, Decretos e Normas Complementares do Município de São Miguel do Gostoso, pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMAS DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.
A fiscalização do serviço será exercida pelo ÓRGÃO GESTOR, através dos seus Fiscais de Transportes, devidamente credenciados, de conformidade com as disposições da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E ADMINISTRATIVAS.
O descumprimento de quaisquer Cláusulas constantes deste CONTRATO e das disposições contidas na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, sujeitará o (a) CONCESSIONÁRIO (A) às seguintes penalidades:
I – advertência;
II – multa;
III – afastamento de preposto, temporário ou definitivamente;
IV – retenção do veículo;
V – apreensão do veículo;
VI – suspensão temporária do exercício da atividade de condutor ou de condutor auxiliar;
VII – cassação do registro de condutor e de condutor auxiliar.
8.1 O CONCESSIONÁRIO que for preso em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, terá sua CONCESSÃO suspensa, automaticamente, enquanto perdurar a prisão ou vigorar o mandato.
8.2 O CONCESSIONÁRIO que for denunciado pelo Ministério Público pela prática de infração penal, poderá, a critério do CONCEDENTE, ter sua CONCESSÃO suspensa durante toda a tramitação do processo criminal.
8.3 A sentença criminal condenatória, transitada em julgado, implicará na imediata revogação da CONCESSÃO.
8.4 A sentença criminal absolutória, transitada em julgado, terá os mesmos efeitos administrativamente.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DO RESPECTIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO
Extinguir-se-á o presente CONTRATO, nos seguintes casos:
I – advento do Termo Contratual;
II – caducidade;
III – rescisão amigável ou judicial;
IV – falência ou extinção da empresa/ CONCESSIONÁRIO;
V – transferência do serviço sem prévia anuência do Órgão Gestor;
VI – por iniciativa da CONCESSINÁRIO;
VII – cassação da CONCESSÃO do serviço de táxi;
VIII – revogação da CONCESSÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRORROGAÇÃO
O presente CONTRATO poderá ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, nos termos do art. 3°, da Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações.
Parágrafo Único – A prorrogação importará no atendimento ao princípio da adequada prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O CONCEDENTE terá a prerrogativa de conservar a autoridade normativa, exercer o controle e a fiscalização sobre a execução da presente CONCESSÃO.
§ 1° - Este CONTRATO poderá ser alterado, a qualquer tempo, em decorrência de imposição legal ou por concordância das partes, mediante Termo Aditivo, acompanhado das devidas justificadas, desde que de conformidade com a legislação em vigor.
§ 2° - O presente CONTRATO deverá ser aditado se sobrevier, durante sua vigência, alteração na legislação da qual decorra interferência em sua execução, adaptando-se aos novos comandos legais.
§ 3° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) responderá, com exclusividade, por violação de direito ou danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, resultantes da execução dos serviços permitidos e/ ou decorrentes de ação ou omissão de prepostos ou empregados no exercício da função, de acordo com a Lei Civil.
§ 4° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) recolherá ao MUNICÍPIO as exações tributárias pertinentes e que vierem a ser estabelecidas pela legislação Federal, Estadual e Municipal.
§ 5° - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) obrigar-se a cumprir integralmente a Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013 e demais alterações, as leis ambientais, demais normas sobre transporte de passageiros da modalidade Táxi e a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.
As dúvidas e os casos omissos resultantes da execução do presente CONTRATO serão resolvidas pelo CONCEDENTE, com base na legislação municipal aplicada, em especial na Lei Municipal N° 229, de 05 de janeiro de 2013, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO
As partes, CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIO (A), elegem o foro da comarca de Touros/RN para a solução de quaisquer litígios e ações decorrentes deste CONTRATO DE OUTORGA DE CONCESSÃO

PARA O SERVIÇO DE TÁXI, com expressa renuncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
O presente CONTRATO será publicada em extrato no órgão oficial no Diário Oficial dos Municípios utilizado pelo MUNICÍPIO para suas publicações oficiais, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura e a expensas do CONCEDENTE.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produza o seu legal e esperado efeito.

São Miguel do Gostoso/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSÉ RENATO TEIXEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal de São Miguel do Gostoso
Concedente

MARCOS EUGÊNIO DE MATOS DA SILVA
CPF: 018.833.184-08

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Nome: _____
CPF: _____
Endereço: _____

Publicado por:
Rubens Eduardo Santa Rita de Oliveira
Código Identificador:0E335368

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE - PREGÃO PRESENCIAL N.º 042/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE - PREGÃO PRESENCIAL N.º 042/2019- A Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que realizará, no dia 23/08/2019, às 09:00 horas, a licitação acima epigrafada – OBJETO**:** . Aquisição de Equipamentos Odontológicos, Fisioterapia. Móveis e Eletro-doméstico, para estruturação Permanente nas Unidades Básicas de Saúde da Família, no município de São Paulo do Potengi.. Esclarecimentos no horário das 08:00 às 12:00 horas, na sala da CPL, localizada na sede da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi, Rua Bento Urbano 04 – Centro – pelo fone (0xx84) 3251-4910

São Paulo do Potengi/RN. 12 de agosto de 2019

JOSEFA ALIETE DO NASCIMENTOA
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
João Maria de Luna
Código Identificador:6DB93610

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001/2019 PUBLICAÇÃO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 046/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09080001/2019

PUBLICAÇÃO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 046/2019

Extrato do Termo de Ratificação e contrato nº 30080001/2019 dispensa de licitação – Processo de Dispensa de Licitação Nº 046/2019, Objeto: para locação de prédio para armazenamento de equipamentos e demais materiais utilizados pela secretaria municipal de obras e serviços urbanos, bem como para ser utilizado como garagem de veículos da referida secretaria Inciso XVII, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 – observadas as exigências contidas no art. 26 do mesmo dispositivo normativo – MARIA FABRÍCIODOS SANTOS – CPF: 021.161.404-12 - VALOR R$ 12.000,00 (doze mil reais)

São Paulo do Potengi -RN, 30 de agosto de 2019

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
João Maria de Luna
Código Identificador:82621190

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 298/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º NOMEAR o senhor IVAN INÁCIO ALVES DE FARIAS para o cargo em comissão de Assessor Técnico, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca, símbolo CC3.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:8B223CB9

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 297/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1º Delegar poderes para o DIRETOR-PRESIDENTE DO IPREVSAPP, BRUNO GUILHERME DAMASCENO MARQUES ARAÚJO, CPF 046.607.834-05 e para a GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, MARIA FRANCILENE CASSIMIRO DA SILVA, CPF 052.155.864-62, para realizarem em conjunto as transações referentes ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN - IPREVSAPP, como:
1. Abrir contas de depósito;
2. Requisitar talonários de cheques;
3. Emitir cheques;
4. Sustar/contra-ordenar cheques;
5. Cancelar cheques;
6. Baixar cheques;
7. Solicitar saldos, extratos e comprovantes;
8. Efetuar resgates/aplicações financeiras;
9. Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
10. Efetuar saques – conta corrente;
11. Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
12. Efetuar transferências por meio eletrônico;
13. Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro;
14. Solicitar saldos/extratos de investimentos;

15. Emitir comprovantes;
16. Efetuar transferência p/ mesma titularidade;
17. Encerrar contas de depósito;
18. Assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2019.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:47F3389C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 299/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º EXONERAR a pedido o senhor HERISSON DE OLIVEIRA BEZERRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal Extraordinário de Comunicação e Relações Públicas, símbolo CC1.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ LEONARDO CASSIMIRO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antônio Márcio de Oliveira Azevedo
Código Identificador:BD2F410D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DISTRATO DE CONTRATO

TERMO DE DISTRATO – CONTRATO DE SERVIÇO

Pelo presente TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO, celebrado entre as partes abaixo nominadas, e nos termos da Legislação em vigor, em comum acordo, as partes resolvem dissolver o contrato de serviço firmado em 03 (três) de julho de 2017 (dois mil e dezessete), DECLARANDO nada terem a reclamar uma da outra, assim como não existem débitos e créditos a serem resolvidos entre as partes.

PARTES DO CONTRATO E OBJETO DO SERVIÇO:

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro/RN **CNPJ:** 08.079.915/0001-46.
CONTRATADA: Pneus Shop Ltda – ME **CNPJ:** 09.524.685/0001-40.

O presente **Termo Aditivo** tem como objeto a alteração de Prazo de Vigência do contrato de **EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETOR**, celebrado em **03 de julho de 2017,** e prorrogado até **31 de dezembro de 2018** conforme **1º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo** celebrado em **28 de dezembro de 2018,** e públicado no **Diario Oficial dos Municipios do RN – FEMURN** – edição **1815 veiculada em 23/07/2017,** o qual prorrogou sua vigência até **31 de dezembro de 2018, e prorrogado até 31 de dezembro de 2019 conforme 2º Termo Aditivo de prorrogação de Prazo celebrado em 02 de janeiro de 2019 e públicado no Diario Oficial dos Municipios do RN – FEMURN** – edição **1994 veiculada em 09/04/2019, o qual prorrogou sua vigência até 31 de dezembro de 2019.**

E, para constar firmamos o presente Termo, de comum acordo, entre as partes para que surtam os efeitos legais pertinentes.

São Pedro/RN, em 03 de setembro de 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER
CPF: 836.950.794-87
Prefeito
Pelo Contratante

Pneus Shop LTDA-ME
CNPJ:09.524.685/0001-40
JOSE AURINO AZEVEDO LOPES
CPF:092.882.523-04
Proprietário

Publicado por:
Marciana Lopes de Oliveira
Código Identificador:EDD7E4A0

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CNPJ – 08.079.915/0001-46
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ARTIGO 24 - II DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO/RN.
CNPJ: 08.079.915/0001-46.
CONTRATADO – LABORATÓRIO LAPAC LTDA-ME.
CPF – 04.585.870/0001-20.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EXAMES DIVERSOS PARA ATENDIMENTO DE PESSOA CARENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO/RN.
FONTE DE RECURSO: RECURSOS ORIUNDOS DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA/2019.
NATUREZA DE DESPESA**:** 3.3.90.32.00– MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.
VALOR GLOBAL: R$ 1.342,00 (um mil trezentos e quarenta e dois reais).

SÃO PEDRO/RN, EM 11DE AGOSTO DE 2019.

MIGUEL CABRAL NASSER.
Prefeito.

Publicado por:
Marciana Lopes de Oliveira
Código Identificador:2558474F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2018009101

O Município de SÃO TOMÉ, através do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 12.008.003/0001-50, com sede na Praça Antônio Assunção, representado por ELISA MARIA MACEDO DE LIMA, SEC. MUL. DE SAÚDE, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO, inscrito(a) no CPF 156.495.984-87, com sede na RUA CÔNEGO JOSÉ CABRAL, 402, CENTRO, São Tomé-RN, CEP 59400-000, representada por JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO, já qualificados no contrato inicial, determinaram por

meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato de 1º de agosto de 2019 até 1º de agosto de 2020, nos termo do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Exercício 2019 Atividade 0602.103040006.2.093 Manutenção do Programa Vigilância Sanita ria - VS, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

SÃO TOMÉ - RN, 01 de Agosto de 2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ(MF) 12.008.003/0001-50
Contratante

JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO
CPF 156.495.984-87
Contratado(a)

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:B2F7DF15

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO Nº 029/2019 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de São Tomé/RN, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art.114 da Lei Municipal nº 209/1960 – Estatuto do Servidor Municipal de São Tomé/RN,

RESOLVE:

Art.1º. CONCEDER ao Sr. FRANCISCO ANTONIO NETO, servidor público municipal efetivo, ocupante do cargo de Vigia, matrícula nº 3719, inscrito no CPF sob o nº 455.632.765-20, lotado na Escola Municipal "Dr. José Aribaldo de Carvalho" da Secretaria Municipal de Educação, a concessão de LICENÇA PRÊMIO, cuja duração é de 90 dias.

Art. 2°. A Licença Prêmio corresponde ao primeiro quinquênio trabalhado que compreende o período de 2002 a 2006 e seu período de gozo será entre 21 de agosto e 18 de novembro do corrente ano.

Art. 3°. O servidor deverá se apresentar à Coordenadoria de Recursos Humanos no primeiro dia útil após o fim da referida licença.

Art. 4°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEIA-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Tomé/RN, 02 de setembro de 2019.

ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:E30D1BAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO Nº 030/2019 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de São Tomé/RN, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art.114 da Lei Municipal nº 209/1960 – Estatuto do Servidor Municipal de São Tomé/RN,

RESOLVE:

Art.1º. CONCEDER a Srª. TERESINHA CRISTINA DA SILVA, servidora pública municipal efetiva, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº 4073, inscrita no CPF sob o nº 032.843.184-29, lotada na Secretaria Municipal de Educação na "Creche Proinfância Maria do Socorro Dias", a concessão de LICENÇA PRÊMIO, cuja duração é de 90 dias.

Art. 2°. A Licença Prêmio corresponde ao primeiro quinquênio trabalhado que compreende o período de 1999 a 2004 e seu período de gozo será entre 16 de setembro e 14 de dezembro do corrente ano.

Art. 3°. A servidora deverá se apresentar à Coordenadoria de Recursos Humanos no primeiro dia útil após o fim da referida licença.

Art. 4°. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEIA-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Tomé/RN, 11 de setembro de 2019.

ANTEOMAR PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:73F957B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 - ATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Aos **11 (onze) dias do mês de setembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove)**, às 08:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de São Vicente-RN, reuniu-se o Sr. José Taliz da Silva, Pregoeiro, juntamente com Maria da Guia dos Santos Dantas e Suely Dhreysan Araújo Costa Marques, membros da equipe de apoio, previamente designados a partir da Portaria nº 059/2019, para apreciar, analisar e julgar as propostas de preços e documentos habilitação relativas o Pregão Presencial de nº 022/2019, cujo objeto trata da "***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTES À LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, BANHEIROS QUÍMICOS, ILUMINAÇÃO, GERADOR, GRID E CAMARIM PARA A REALIZAÇÃO DA FESTA DE PADROEIRO DE SÃO VICENTE/RN 2019 (DATAS: 22, 26, 27 E 28 DE SETEMBRO), CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA "ANEXO I" DO EDITAL"***. Atendendo pontualmente ao horário marcado para a realização do certame, após uma tolerância de 15 (quinze) minutos, compareceram ao referido as seguintes empresas: GOPAN CONSTRUÇÕES E

LOCAÇOES EIRELI EPP (CNPJ: 19.382.678/0001-04), devidamente representada pelo Sr. João Pedro Teixeira Neto (CPF: 046.486.884.06), REALIZA SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI - ME (CNPJ: 28.314.347/0001.28), devidamente representada pelo Sr. Carlos Antônio Silva de Souza (CPF: 046.486.884.06), DENISE MOURA DO NASCIMENTO – EPP (CNPJ: 17.886.274/0001-22), representada pelo Sr. Ricardo Dionísio de Assis (CPF: 089.509.634-00) e CABORÉ LOCAÇÕES LTDA – ME (CNPJ: 22.484.608/0001-71) representada pelo Sr. José Dantas de Lima (CPF: 010.524.024-96). Dando início aos trabalhos o Sr. Pregoeiro iniciou a fase de credenciamento dos representantes das empresas presentes, verificando a aptidão dos mesmos para a participação do certame. Nesse momento, após verificação dos documentos apresentados o Sr. Pregoeiro decidiu **credenciar** os representantes supracitados. Imperioso informar que na fase de credenciamento foi verificada a compatibilidade do ramo de atuação das empresas presentes através de seus códigos de atividades econômicas "CNAE", na oportunidade foi observado que todas detinham compatibilidade de CNAE com o objeto da contração. Continuando foram abertos os envelopes "01" referente às propostas de preços das empresas participantes, sendo estas analisadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, à luz do Edital. Nesse momento, o Sr Pregoeiro decidiu **CLASSIFICAR** as propostas de preços de todas as empresas presentes pelo fato das mesmas terem preenchido todos os requisitos de aceitabilidade consignada no edital normativo. Na sequência foi perguntado se havia interesse por parte das licitantes em interpor recursos contra a fase de análise das propostas de preços, os representantes legais de todas as empresas responderam que não tinham interesse de interpor recursos contra esta fase. Passando na sequência para a rodada de lances verbais, conforme demonstração no mapa de apuração das propostas (Registro das rodadas de lances) constante nos autos chegou-se ao seguinte resultado: a empresa CABORÉ LOCAÇÕES LTDA – ME (CNPJ: 22.484.608/0001-71) logrou êxito nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07. Em seguida foi solicitado o envelope contendo o documentos de habilitação da empresa detentora do melhor registro. Após a análise da documentação apresentada, o Sr. Pregoeiro decidiu **HABILITAR,** a empresa: CABORÉ LOCAÇÕES LTDA – ME (CNPJ: 22.484.608/0001-71), por entender que a mesma apresentou toda a documentação solicitada no respectivo edital. Por fim foi perguntado se havia interesse por parte das licitantes em interpor recursos contra a fase da análise da documentação de habilitação e seu julgamento. Os representantes legais das empresas responderam que não havia interesse de interpor recursos nessa fase. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente sessão, lavrada à presente ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes

SÃO VICENTE/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Pregoeiro

MARIA DA GUIA DOS SANTOS DANTAS
Equipe de Apoio

SUELY DHREYSAN ARAÚJO COSTA MARQUES
Equipe de Apoio

Participantes do Certame:

JOÃO PEDRO TEIXEIRA NETO
CPF: 046.486.884.06
Gopan Construções e Locaçoes EIRELI EPP
CNPJ: 19.382.678/0001-04

CARLOS ANTÔNIO SILVA DE SOUZA
CPF: 046.486.884.06
Realiza Serviços e Locações EIRELI - ME
CNPJ: 28.314.347/0001.28

RICARDO DIONÍSIO DE ASSIS
CPF: 089.509.634-00
Denise Moura do Nascimento– EPP
CNPJ: 17.886.274/0001-22

JOSÉ DANTAS DE LIMA
CPF: 010.524.024-96
Caboré Locações LTDA – ME
CNPJ: 22.484.608/0001-71

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C3EF9039

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019

Após analisado o resultado do Pregão Presencial Nº 022/2019, o Pregoeiro, Sr JOSE TALIZ DA SILVA, ADJUDICA ao licitante vencedor do(s) respectivo(s) Item(ns), conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

Item: 00001 - PALCO – Locação de palco: 12,00m x 8,00m x 2,50m em estrutura alumínio, com 08 metros de pé direito revestimento em compensado, cobertura em lona impermeável e escada de acesso / Data: 22/09/2019 – 26/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 4,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019 às 10:24:45
Adjudicado para: CABORE LOCACOES LTDA, pelo menor lance de R$ 3.000,000 (Três Mil Reais).

Item: 00002 - SOM GRANDE PORTE – Locação de som com os seguintes equipamentos: mesa de som 56 canais digitais com 04 bandas de equalização para métrica, 06 VCA's, 08 Subgrupos e 04 mandalas auxiliares, 12 canais de noise-gate e 12 de compressor. 04 processadores de efeito. 01 conversor 04 vias estéreo. 02 equalizadores gráficos estéreo de 24 bandas de equalização. 16 – line médio grave, 16 caixas para sub woofers com sistema de amplificação / Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019 às 10:24:45
Adjudicado para: CABORE LOCACOES LTDA, pelo menor lance de R$ 3.000,000 (Três Mil Reais).

Item: 00003 - GERADOR – Locação de grupo gerador de energia 180 KWA / Data: 22/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019 às 10:24:45
Adjudicado para: CABORE LOCACOES LTDA, pelo menor lance de R$ 1.300,000 (Um Mil, Trezentos Reais).

Item: 00004 - ILUMINAÇÃO - Locação de iluminação contendo: 8 Moving Beam 200 – 81073; 04 Moving Wosh Led RGBW 45509; 01 Máquina de fumaça DMX 3 W; 20 Refletores LED 3W00247 / Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019 às 10:24:45
Adjudicado para: CABORE LOCACOES LTDA, pelo menor lance de R$ 1.000,000 (Um Mil Reais).

Item: 00005 - GRID – Locação de Grid de alumínio Q30, medindo 10,00m x 8,00m com 05 metros de pé direito.
Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019 às 10:24:45
Adjudicado para: CABORE LOCACOES LTDA, pelo menor lance de R$ 899,000 (Oitocentos e Noventa e Nove Reais).

Item: 00006 - LOCAÇÃO DE 10 (DEZ) BANHEIROS QUIMICOS – Dimensões: 1,12 m x 1,10 m x 2,30 m. Características: Construído em polietileno ou material similar, com piso antiderrapante, indetificação de masculino e feminino, porta de papel higiênico e trava por dentro / Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019 às 10:24:45
Adjudicado para: CABORE LOCACOES LTDA, pelo menor lance de R$ 1.100,000 (Um Mil, Cem Reais).

Item: 00007 - CAMARIM – locação de camarim em placas de ts, com ar condicionado em pleno funcionamento, com piso carpetado, medindo 4m x 4m, com 2,20m de altura, com fechamento, na cor branca / Data: 22/09/2019 – 26/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 4,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019 às 10:24:45
Adjudicado para: CABORE LOCACOES LTDA, pelo menor lance de R$ 1.010,000 (Um Mil, Dez Reais).

São Vicente/RN, 11 de agosto de 2019

JOSE TALIZ DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:25150B75

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr(a). IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial Nº 022/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Item: 00001 - PALCO – Locação de palco: 12,00m x 8,00m x 2,50m em estrutura alumínio, com 08 metros de pé direito revestimento em compensado, cobertura em lona impermeável e escada de acesso / Data: 22/09/2019 – 26/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 4,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: HOMOLOGADO em 11/09/2019 às 10:24:52
Homologado para: CABORE LOCACOES LTDA, C.N.P.J. nº 22.484.608/0001-71, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 3.000,000 (Três Mil Reais).

Item: 00002 - SOM GRANDE PORTE – Locação de som com os seguintes equipamentos: mesa de som 56 canais digitais com 04 bandas de equalização para métrica, 06 VCA's, 08 Subgrupos e 04 mandalas auxiliares, 12 canais de noise-gate e 12 de compressor. 04 processadores de efeito. 01 conversor 04 vias estéreo. 02 equalizadores gráficos estéreo de 24 bandas de equalização. 16 – line médio grave, 16 caixas para sub woofers com sistema de amplificação / Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: HOMOLOGADO em 11/09/2019 às 10:24:52
Homologado para: CABORE LOCACOES LTDA, C.N.P.J. nº 22.484.608/0001-71, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 3.000,000 (Três Mil Reais).

Item: 00003 - GERADOR – Locação de grupo gerador de energia 180 KWA / Data: 22/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: HOMOLOGADO em 11/09/2019 às 10:24:52
Homologado para: CABORE LOCACOES LTDA, C.N.P.J. nº 22.484.608/0001-71, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 1.300,000 (Um Mil, Trezentos Reais).

Item: 00004 - ILUMINAÇÃO - Locação de iluminação contendo: 8 Moving Beam 200 – 81073; 04 Moving Wosh Led RGBW 45509; 01 Máquina de fumaça DMX 3 W; 20 Refletores LED 3W00247 / Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: HOMOLOGADO em 11/09/2019 às 10:24:52
Homologado para: CABORE LOCACOES LTDA, C.N.P.J. nº 22.484.608/0001-71, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 1.000,000 (Um Mil Reais).

Item: 00005 - GRID – Locação de Grid de alumínio Q30, medindo 10,00m x 8,00m com 05 metros de pé direito.
Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: HOMOLOGADO em 11/09/2019 às 10:24:52
Homologado para: CABORE LOCACOES LTDA, C.N.P.J. nº 22.484.608/0001-71, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 899,000 (Oitocentos e Noventa e Nove Reais).

Item: 00006 - LOCAÇÃO DE 10 (DEZ) BANHEIROS QUIMICOS – Dimensões: 1,12 m x 1,10 m x 2,30 m. Características: Construído em polietileno ou material similar, com piso antiderrapante, indetificação de masculino e feminino, porta de papel higiênico e trava por dentro / Data: 22/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: HOMOLOGADO em 11/09/2019 às 10:24:52
Homologado para: CABORE LOCACOES LTDA, C.N.P.J. nº 22.484.608/0001-71, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 1.100,000 (Um Mil, Cem Reais).

Item: 00007 - CAMARIM – locação de camarim em placas de ts, com ar condicionado em pleno funcionamento, com piso carpetado, medindo 4m x 4m, com 2,20m de altura, com fechamento, na cor branca / Data: 22/09/2019 – 26/09/2019 – 27/09/2019 – 28/09/2019.

Quantidade: 4,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE / DIÁRIA
Situação: HOMOLOGADO em 11/09/2019 às 10:24:52
Homologado para: CABORE LOCACOES LTDA, C.N.P.J. nº 22.484.608/0001-71, pelo menor preço unitário, no valor de R$ 1.010,000 (Um Mil, Dez Reais).

São Vicente/RN, 11 de agosto de 2019

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:722A5C50

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ERRATA REFERENTE À PUBLICAÇÃO DE COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA DE PEQUENO PORTE E DE UM VEÍCULO TIPO PASSEIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Conste nesta data que a Comissão Permanente de Licitações, informa a seguinte retificação no titulo do comunicado de recebimento de recurso, código identificador da matéria: 62F44F6A, edição: 1961, Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN), 20 de fevereiro de 2019, **ONDE SE LÊ:**

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 003/2019

LEIA-SE:

COMUNICADO DE RECEBIMENTO DE RECURSO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

São Vicente/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ TALIZ DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C9807205

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 28060010

Em atendimento ao art. 5º da lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor PARELHAS GÁS LTDA (CNPJ: 24.206.617/0010-17) referente empenho nº 28060010, datado em 28/06/2019, no valor de R$ 5.542,68 (CINCO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS), referente nota fiscal nº. 6322. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. Com efeito, o fornecimento dos produtos foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos essenciais na área de EDUCAÇÃO, tendo em vista, que o veículo transporta alunos para as escolas municipais. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 11/09/2019

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CÂMPELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C7C1B09B

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 28060011

Em atendimento ao art. 5º da lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor PARELHAS GÁS LTDA (CNPJ: 24.206.617/0010-17) referente empenho nº 28060011, datado em 28/06/2019, no valor de R$ 5.598,78 (CINCO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS), referente nota fiscal nº. 6323. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. Com efeito, o fornecimento dos produtos foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos essenciais na área de EDUCAÇÃO, tendo em vista, que o veículo transporta alunos para as escolas municipais. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 11/09/2019

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CÂMPELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:15C04CE3

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 28060012

Em atendimento ao art. 5º da lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor PARELHAS GÁS LTDA (CNPJ: 24.206.617/0010-17) referente empenho nº 28060012, datado em 28/06/2019, no valor de R$ 3.206,40 (DOIS MIL DUZENTOS E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS), referente nota fiscal nº. 6321. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. Com efeito, o fornecimento dos produtos foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos essenciais na área de EDUCAÇÃO, tendo em vista, que o veículo transporta alunos para as escolas municipais. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 11/09/2019

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CÂMPELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:7C9F6D2E

GABINETE DO PREFEITO
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA
EMPENHO Nº 28060013

Em atendimento ao art. 5º da lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor PARELHAS GÁS LTDA (CNPJ: 24.206.617/0010-17) referente empenho nº 28060013, datado em 28/06/2019, no valor de R$ 1.939,20 (MIL NOVECENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS), referente nota fiscal nº. 6320. No caso sob análise, verifica-se que em virtude da recente implantação da ordem cronológica, ocorreram atrasos nos pagamentos referentes à AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. Com efeito, o fornecimento dos produtos foi suspenso, ocasionando graves prejuízos à administração pública municipal, sobretudo no que se refere à prestação de serviços públicos essenciais na área de EDUCAÇÃO, tendo em vista, que o veículo transporta alunos para as escolas municipais. Desse modo, com fulcro no princípio da inexigibilidade de conduta diversa, justifica-se a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supra identificado.
Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

São Vicente/RN, 11/09/2019

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CÂMPELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A1F29CA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 215/2019-FMS, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

Concede diária(s) a IRACEMA CAVALCANTE e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a servidora **IRACEMA CAVALCANTE,** Mat. 973, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 06 de setembro de 2019, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 10 de setembro de 2019.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde
CPF 046.117.704-86

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:1F84A808

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 216/2019-FMS, DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

Concede diária(s) a MARIA FABIANA COSTA SANTOS LOPES e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA(s) DE ¼ (um quarto)** a **MARIA FABIANA COSTA SANTOS LOPES,** Mat. 936, ocupante da função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Natal/RN,** a fim de acompanhar pacientes para Órgãos Hospitalares, conforme comprovante em anexo, no dia 08 de setembro de 2019, totalizando o valor de R$ 87,50 (oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 10 de setembro de 2019.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde
CPF 046.117.704-86

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:A0E6295D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA N° 217/2019-FMS, DE 09 SETEMBRO DE 2019.

Concede diária(s) a DÍDIA DE OLIVEIRA PEREIRA e dá outras providências.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida **01 (uma) DIÁRIA (s) DE ¼ (um quarto)** Diária(s) a servidora **DÍDIA DE OLIVEIRA PEREIRA,** Mat. 792, ocupante da função de **ENFERMEIRA** deste Município, para custear despesas com alimentação durante viagem realizada para Cidade de **Caicó/RN,** a fim de participar da Oficina de Alinhamento teórico prático do Workshop 2, no dia 10 de setembro de 2019, conforme comprovante em anexo, totalizando o valor de R$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente – RN, 09 de setembro de 2019.

Publique-se
Cumpra-se.

ADRIANA LOPES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Saúde
CPF 046.117.704-86

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:08B20388

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 158/2019-ADM/RH

Concede as férias regulamentares a Servidora Municipal MARINEIDE BALBINO DE MEDEIROS, convertendo 1/3 em pecúnia.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece o Art. 100, parágrafo único, da Lei nº 258/98 de 27 de Maio de 1998 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.

R E S O L V E:

Art. 1.º - Conceder férias regulamentares a servidora Municipal MARINEIDE BALBINO DE MEDEIROS, Mat. 0000116 ocupante de cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotado na Escola Municipal Francisca Pires de Albuquerque, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2017 a 01 de novembro de 2018, convertendo 1/3 em pecúnia, durante o período de 02 de setembro a 01 de outubro de 2019.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 02 de setembro de 2019.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:60B0CEEC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 159/2019-ADM/RH

Concede as férias regulamentares aos Servidores Municipais.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que estabelece o Art. 98 da Lei nº 258/98 de 27 de Maio de 1998, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores abaixo, ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, referentes ao período aquisitivo e as férias que menciona:

MAT	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS
0000793	Alysson Simonsen Nonato	08/06/2018 a 08/06/2019	02/09/2019 a 01/10/2019
0000053	Vadeilton Alves da Silva	01/09/2018 a 01/09/2019	02/09/2019 a 01/10/2019

Art. 2º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores abaixo, ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos e as férias que menciona:

MAT	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS
0000931	Francielma da Silva Soares Rodrigues	01/02/2018 a 01/02/2019	02/09/2019 a 01/10/2019
0000017	Joaquim Soares de Medeiros	01/08/2018 a 01/08/2019	16/09/2019 a 30/09/2019 02/01/2020 a 16/01/2020
0000108	Luiz Garcia Neto	01/04/2018 a 01/04/2019	02/09/2019 a 01/10/2019
0000226	Valdecir Honorato da Silva	26/03/2018 a 26/03/2019	02/09/2019 a 01/10/2019

Art. 3º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares as servidoras abaixo, ocupantes de cargos efetivos, lotadas na Secretaria Municipal de Assistência Social, referentes ao períodos aquisitivos e as férias que menciona:

MAT	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS
0000877	Cillane Mayara de Medeiros Lopes Furtado	13/01/2018 a 13/01/2019	02/09/2019 a 01/10/2019
0000047	Rejane Maria Pereira de Oliveira Diniz	02/08/2018 a 02/082019	02/09//2019 a 01/10/2019

Art. 4º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 02 de setembro de 2019.

IRACEMA PEREIRA DE LIMA CAMPÊLO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C0685DFA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019-SRP

Após analisado o resultado do Pregão Presencial nº 011/2019-SRP, o Pregoeiro, Sr GENIEL PEREIRA DE OLIVEIRA, ADJUDICA aos licitantes vencedores dos respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

Item: 00001 - ABSORVENTES DESC PARA INCONTINENCIA URINARIA C/GEL C/20 UND
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 5,990 (Cinco Reais e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00002 - AGUA OXIGENADA 08 VOL. 1000ML
Quantidade: 1.000,000 Unidade de fornecimento: LITRO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,000 (Dois Reais).

Item: 00003 - AGUA PURIFICADA DE 1000ML
Quantidade: 500,000 Unidade de fornecimento: LITRO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,000 (Um Real).

Item: 00004 - ALCOOL 70% 1000ML
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: LITRO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 3,080 (Três Reais e Oito Centavos).

Item: 00005 - ALCOOL ABSOLUTO 99,5 - 1000ML
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: LITRO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 4,990 (Quatro Reais e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00006 - ALCOOL GEL 70% FRASCO COM 500ML
Quantidade: 72,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 3,240 (Três Reais e Vinte e Quatro Centavos).

Item: 00007 - ALCOOL ESTILICO A 70% FRASCO COM 500ML
Quantidade: 900,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 2,000 (Dois Reais).

Item: 00008 - ALGODÃO HIDROFILO EM ROLO C/250G 100% ALGODÃO
Quantidade: 400,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 4,000 (Quatro Reais).

Item: 00009 - ALMOTOLIA BRANCA 250ML
Quantidade: 30,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,750 (Um Real e Setenta e Cinco Centavos).

Item: 00010 - ALMOTOLIA MARROM 250ML
Quantidade: 30,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,750 (Um Real e Setenta e Cinco Centavos).

Item: 00011 - ALMOTOLIA MARROM 500ML
Quantidade: 30,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,480 (Dois Reais e Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00012 - AMBÚ DE SILICONE ADULTO COM RESERVATORIO
Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 80,000 (Oitenta Reais).

Item: 00013 - AMBÚ DE SILICONE INFANTIL COM MASCARA COM 2 RESERVATORIO
Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 79,600 (Setenta e Nove Reais e Sessenta Centavos).

Item: 00014 - APARELHO DE GLICEMIA SIMPLES DIGITAL
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 19,000 (Dezenove Reais).

Item: 00015 - APARELHO PARA BARBEAR COM 2 LAMINAS
Quantidade: 80,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: PHOSPODONT LTDA, pelo menor lance de R$ 0,490 (Quarenta e Nove Centavos).

Item: 00016 - ASSENTO SANITÁRIO ELEVADO DE PLÁSTICO
Quantidade: 9,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 53,450 (Cinquenta e Três Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

Item: 00017 - ASSENTO SANITÁRIO AMOLFADADO OVAL DE PLÁSTICO
Quantidade: 20,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 23,500 (Vinte e Três Reais e Cinquenta Centavos).

Item: 00018 - ATADURA CREPOM 8CM X 1,8M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 5.760,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,240 (Vinte e Quatro Centavos).

Item: 00019 - ATADURA CREPOM 10CM X 1,8M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 2.160,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,290 (Vinte e Nove Centavos).

Item: 00020 - ATADURA CREPOM 12CM X 1,8M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 6.000,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,320 (Trinta e Dois Centavos).

Item: 00021 - ATADURA CREPOM 15CM X 1,8M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 6.000,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,400 (Quarenta Centavos).

Item: 00022 - ATADURA CREPOM 20CM X 1,8M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 6.000,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,500 (Cinquenta Centavos).

Item: 00023 - ATADURA CREPOM 25CM X 1,8M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 2.160,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,480 (Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00024 - ATADURA CREPOM 30CM X 1,8M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 2.160,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,590 (Cinquenta e Nove Centavos).

Item: 00025 - ATADURA CREPOM 8CM X 3M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 5.760,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,230 (Vinte e Três Centavos).

Item: 00026 - ATADURA CREPOM 10CM X 3M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 2.160,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,260 (Vinte e Seis Centavos).
Item: 00027 - ATADURA CREPOM 12CM X 3M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 6.000,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,290 (Vinte e Nove Centavos).

Item: 00028 - ATADURA CREPOM 15CM X 3M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 6.000,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,360 (Trinta e Seis Centavos).

Item: 00029 - ATADURA CREPOM 20CM X 3M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 6.000,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,460 (Quarenta e Seis Centavos).

Item: 00030 - ATADURA CREPOM 25CM X 3M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 2.160,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,550 (Cinquenta e Cinco Centavos).

Item: 00031 - ATADURA CREPOM 30CM X 3M 60%A +28%P +12%E
Quantidade: 2.160,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,590 (Cinquenta e Nove Centavos).

Item: 00032 - AVENTAL DESCARTÁVEL BRANCO MANGA LONGA COM 10 UNIDADES
Quantidade: 30,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 9,570 (Nove Reais e Cinquenta e Sete Centavos).

Item: 00033 - BALANÇA ELETRONICA ANTIDERRAPANTE - 150KG
Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: CRM COMERCIAL LTDA, pelo menor lance de R$ 1.048,000 (Um Mil, Quarenta e Oito Reais).

Item: 00034 - BALANÇA CORPORAL DIGITAL 150KG
Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: PHOSPODONT LTDA, pelo menor lance de R$ 103,080 (Cento e Três Reais e Oito Centavos).

Item: 00035 - BALÃO DE BORRACHA PARA REANIMAÇÃO CAPACIDADE DE 5 LITROS
Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 53,950 (Cinquenta e Três Reais e Noventa e Cinco Centavos).

Item: 00036 - BOLSA TERMICA GEL - CAP 20L
Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: PHOSPODONT LTDA, pelo menor lance de R$ 93,000 (Noventa e Três Reais).

Item: 00037 - BOMBA DE INFUSÃO CONTINUA MICROPRESSADA
Quantidade: 1,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2.580,000 (Dois Mil, Quinhentos e Oitenta Reais).

Item: 00038 - BRAÇADEIRA DE VELCRO PARA APARELHO DE PRESSÃO ADULTO
Quantidade: 20,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 8,180 (Oito Reais e Dezoito Centavos).

Item: 00039 - CADEIRA DE BANHO HIGIENICA ESTRUTURA DE FERRO TUBULAR C/RODAS
Quantidade: 2,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 135,210 (Cento e Trinta e Cinco Reais
e Vinte e Um Centavos).

Item: 00040 - CAIXA TÉRMICA 32L C/TAMPA POLIPROPILENO
Quantidade: 5,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 39,950 (Trinta e Nove Reais e Noventa
e Cinco Centavos).

Item: 00041 - CAIXA COLETORA DE PEFUROCORTANTE CAP.3 LITROS
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 1,600 (Um Real e Sessenta Centavos).

Item: 00042 - CAIXA COLETORA DE PEFUROCORTANTE CAP. 7 LITROS
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,000 (Dois Reais).

Item: 00043 - CAIXA COLETORA DE PEFUROCORTANTE CAPACIDADE DE 13 LITROS
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 2,990 (Dois Reais e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00044 - CAIXA COLETORA DE PEFUROCORTANTE CAPACIDADE DE 20 LITROS
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,500 (Dois Reais e Cinquenta Centavos).

Item: 00045 - COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO, TIPO SACO, PACOTE C/100 UND
Quantidade: 180,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 25,000 (Vinte e Cinco Reais).

Item: 00046 - COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 9 FIOS PCT C/250 UND 1005 ALGODAO
Quantidade: 2.400,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,450 (Dois Reais e Quarenta e Cinco Centavos).

Item: 00047 - COMPRESSA DE GAZE DE 7,5 X 7,5 09 FIOS COM 500 UNIDADES
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 3,000 (Três Reais).

Item: 00048 - COMPRESSA GAZE ESTÉRIL 7,5 X 7,5 - 11F COM 10 UNIDADES
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,360 (Trinta e Seis Centavos).

Item: 00049 - COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 13 FIOS PCT C/500 100% ALGODÃO
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,500 (Dois Reais e Cinquenta Centavos).

Item: 00050 - COMPRESSA DE GAZE 6,5 X 6,5 - 9 FIOS PCT 500 UND
Quantidade: 720,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,990 (Um Real e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00051 - CREME DENTAL C/ FLUOR 50G
Quantidade: 2.200,000 Unidade de fornecimento: BISNAGA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,250 (Um Real e Vinte e Cinco Centavos).

Item: 00052 - DETERGENTE ENZIMATICO C/3 ENZIMAS GALÃO 5L
Quantidade: 48,000 Unidade de fornecimento: GALÃO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: CRM COMERCIAL LTDA, pelo menor lance de R$ 94,000 (Noventa e Quatro Reais).

Item: 00053 - DISPOSITIVO INFRAVENOSO PERIFERICO 14G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,200 (Vinte Centavos).

Item: 00054 - DISPOSITIVO INFRAVENOSO PERIFERICO 16G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,200 (Vinte Centavos).

Item: 00055 - DISPOSITIVO INFRAVENOSO PERIFERICO 18G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 2.400,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,200 (Vinte Centavos).

Item: 00056 - DISPOSITIVO INFRAVENOSO PERIFERICO 20G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 2.400,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,200 (Vinte Centavos).

Item: 00057 - DISPOSITIVO INFRAVENOSO PERIFERICO 22G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 2.400,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,200 (Vinte Centavos).

Item: 00058 - DISPOSITIVO INFRAVENOSO PERIFERICO 24G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 2.400,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,200 (Vinte Centavos).

Item: 00059 - DISPOSITIVO P/INFUSÃO INTRAVENOSA N.19G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,110 (Onze Centavos).

Item: 00060 - DISPOSITIVO P/INFUSÃO INTRAVENOSA N.21G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 3.600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,110 (Onze Centavos).

Item: 00061 - DISPOSITIVO P/INFUSÃO INTRAVENOSA N.23G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 3.600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,110 (Onze Centavos).

Item: 00062 - DISPOSITIVO P/INFUSÃO INTRAVENOSA N.25G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 3.600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,110 (Onze Centavos).

Item: 00063 - DISPOSITIVO P/INFUSÃO INTRAVENOSA N.27G AGULHA SILICONIZADA
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,110 (Onze Centavos).

Item: 00064 - EQUIPO MICROGOTAS FLEXIVEL
Quantidade: 1.000,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,550 (Cinquenta e Cinco Centavos).

Item: 00065 - ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO C/VELCRO BRAÇA. NYLON
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 34,000 (Trinta e Quatro Reais).

Item: 00066 - ESFIGMOMANÔMETRO P/ OBESO C/ VELCRO BRAÇA. NYLON
Quantidade: 10,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 36,080 (Trinta e Seis Reais e Oito Centavos).

Item: 00067 - ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL C/VELCRO BRAÇA. NYLON
Quantidade: 10,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 33,990 (Trinta e Três Reais e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00068 - ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 50MM X 10M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 2,990 (Dois Reais e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00069 - ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 25MM X 10M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,500 (Um Real e Cinquenta Centavos).

Item: 00070 - ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 25MM X 4,5M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,230 (Um Real e Vinte e Três Centavos).

Item: 00071 - ESPARADRAPO MICROPORE 100MM X 4,5M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 2,990 (Dois Reais e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00072 - ESPARADRAPO MICROPORE 50MM X 10M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,900 (Dois Reais e Noventa Centavos).

Item: 00073 - ESPARADRAPO MICROPORE 50MM X 4,5M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 2,100 (Dois Reais e Dez Centavos).

Item: 00074 - ESPARADRAPO MICROPORE 25MM X 10M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,500 (Um Real e Cinquenta Centavos).

Item: 00075 - ESPARADRAPO MICROPORE 25MM X 4,5M 100% ALGODÃO
Quantidade: 576,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 1,180 (Um Real e Dezoito Centavos).

Item: 00076 - ESPECULO VAGINAL ESTERIL P
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,550 (Cinquenta e Cinco Centavos).

Item: 00077 - ESPECULO VAGINAL ESTERIL M
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,600 (Sessenta Centavos).

Item: 00078 - ESPECULO VAGINAL ESTERIL G
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,620 (Sessenta e Dois Centavos).

Item: 00079 - ESTETOSCOPIO ADULTO SIMPLES TUBO Y PVC
Quantidade: 30,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 6,600 (Seis Reais e Sessenta Centavos).

Item: 00080 - FIO ALGODÃO 4.0 AGULHADO C/24. UND
Quantidade: 12,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 27,450 (Vinte e Sete Reais e Quarenta
e Cinco Centavos).

Item: 00081 - FIO ALGODÃO 5.0 AGULHADO C/24. UND
Quantidade: 12,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 27,450 (Vinte e Sete Reais e Quarenta
e Cinco Centavos).

Item: 00082 - FIO NYLON N.2.0 C/ 24 UNI
Quantidade: 30,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 19,950 (Dezenove Reais e Noventa e Cinco Centavos).

Item: 00083 - FIO DE SUTURA ACIDO POLIGLICOLICO 2.0 CX C/36 UND
Quantidade: 12,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: CRM COMERCIAL LTDA, pelo menor lance de R$ 210,000 (Duzentos e Dez Reais).

Item: 00084 - FIO DE SUTURA ACIDO POLIGLICOLICO 3.0 CX C/36 UND
Quantidade: 12,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: CRM COMERCIAL LTDA, pelo menor lance de R$ 213,000 (Duzentos e Treze Reais).

Item: 00085 - FIO DE SUTURA ACIDO POLIGLICOLICO 4.0 CX C/36 UND
Quantidade: 12,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: PHOSPODONT LTDA, pelo menor lance de R$ 215,000 (Duzentos e Quinze Reais).

Item: 00086 - FIO DE SUTURA ACIDO POLIGLICOLICO 5.0 CX C/36 UND
Quantidade: 12,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: PHOSPODONT LTDA, pelo menor lance de R$ 213,000 (Duzentos e Treze Reais).

Item: 00087 - FIO DE NYLON 6.0 AGULHADO C/24 UND
Quantidade: 36,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 19,950 (Dezenove Reais e Noventa e Cinco Centavos).

Item: 00089 - FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL TAM. GG - COM 7 UNIDADES
Quantidade: 240,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 3,900 (Três Reais e Noventa Centavos).

Item: 00090 - FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA P C/8 UND
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 4,500 (Quatro Reais e Cinquenta Centavos).

Item: 00091 - FRALDA DESCARTAVEL GERIATRICA GG C/7UND
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 4,500 (Quatro Reais e Cinquenta Centavos).

Item: 00092 - GAZE ESTERIL PCT C/10 UND
Quantidade: 3.000,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,350 (Trinta e Cinco Centavos).

Item: 00093 - GAZE EM ROLO 91MM X 91 M 13 FIOS
Quantidade: 480,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 12,560 (Doze Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

Item: 00094 - GAZE EM ROLO 91MM X 50M 9 FIOS
Quantidade: 560,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 8,480 (Oito Reais e Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00095 - GEL CONDUTOR 5KG
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: GALÃO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 12,950 (Doze Reais e Noventa e Cinco Centavos).

Item: 00097 - HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% DE 1000ML
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: LITRO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: CRM COMERCIAL LTDA, pelo menor lance de R$ 1,460 (Um Real e Quarenta e Seis Centavos).

Item: 00098 - KIT OBSTETRICO CATGUT CROMADO 2-0 C/ AG C/12UND
Quantidade: 40,000 Unidade de fornecimento: KIT

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 65,000 (Sessenta e Cinco Reais).

Item: 00099 - LUVA DE PROCED LATEX TAM GG C/100 UND
Quantidade: 600,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 9,500 (Nove Reais e Cinquenta Centavos).

Item: 00100 - LUVA DE PROCED LATEX TAM PP C/100 UND
Quantidade: 600,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 9,400 (Nove Reais e Quarenta Centavos).

Item: 00101 - LUVA DE VINIL TRANSPARENTE TAM. PP C/100 UND
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 8,200 (Oito Reais e Vinte Centavos).

Item: 00102 - LUVA DE VINIL TRANSPARENTE TAM. P C/100 UND
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 8,700 (Oito Reais e Setenta Centavos).

Item: 00103 - LUVA DE VINIL TRANSPARENTE TAM. M C/100 UND
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 9,200 (Nove Reais e Vinte Centavos).

Item: 00104 - LUVA DE VINIL TRANSPARENTE TAM. G C/100 UND
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 9,700 (Nove Reais e Setenta Centavos).

Item: 00105 - LUVA DE VINIL TRANSPARENTE TAM. GG C/100 UND
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 10,200 (Dez Reais e Vinte Centavos).

Item: 00106 - LUVA PLASTICA DES. EST EM POLIETILENO 50 PARES
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 4,080 (Quatro Reais e Oito Centavos).

Item: 00107 - MACA RETRATIO P/AMBULANCIA - ALUMINIO C/RODAS
Quantidade: 3,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: PHOSPODONT LTDA, pelo menor lance de R$ 3.280,000 (Três Mil, Duzentos e Oitenta Reais).

Item: 00108 - MASCARA DESC. DUPLA C/TIRA C/100 UND
Quantidade: 360,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 3,990 (Três Reais e Noventa e Nove Centavos).

Item: 00109 - MASCARA DE NEBULIZAÇÃO ADULTO (KIT)
Quantidade: 30,000 Unidade de fornecimento: KIT

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 3,930 (Três Reais e Noventa e Três
Centavos).

Item: 00110 - MASCARA DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL (KIT)
Quantidade: 60,000 Unidade de fornecimento: KIT

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 3,930 (Três Reais e Noventa e Três
Centavos).

Item: 00111 - PAPEL GRAU CIRURGICO 170MM X 100M
Quantidade: 100,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 31,000 (Trinta e Um Reais).

Item: 00112 - PAPEL GRAU CIRURGICO 250MM X 100M
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: KIREI TECNOLAB EIRELI, pelo menor lance de R$ 44,700 (Quarenta e Quatro Reais e Setenta Centavos).

Item: 00113 - PAPEL GRAU CIRURGICO 450MM X 100M
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: ROLO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 99,000 (Noventa e Nove Reais).

Item: 00114 - POLIFIX MULTIVIAS ESTERIL PVC FLEXIVEL
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,480 (Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00115 - POVIDINE TÓPICO 100ML
Quantidade: 1.440,000 Unidade de fornecimento: FRASCO

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: PHOSPODONT LTDA, pelo menor lance de R$ 2,790 (Dois Reais e Setenta e Nove Centavos).

Item: 00116 - ROUPA INTIMA DESC. ADULTO TAM.P C/24
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00117 - ROUPA INTIMA DESC. ADULTO TAM.M C/24 UND
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00118 - ROUPA INTIMA DESC. ADULTO TAM.G C/24
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00119 - ROUPA INTIMA DESC. ADULTO TAM.GG C/24
Quantidade: 50,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 18,000 (Dezoito Reais).

Item: 00120 - SACO P/ LIXO HOSPITALAR DE 15 L C/100
Quantidade: 240,000 Unidade de fornecimento: PACOTE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 7,030 (Sete Reais e Três Centavos).

Item: 00121 - SERINGA DESC. LISA DE 1ML S/AG D.S. POLIETILENO
Quantidade: 36.000,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,090 (Nove Centavos).

Item: 00122 - SERINGA DESC. LISA DE 3ML S/AG D.S. POLIETILENO
Quantidade: 12.000,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,120 (Doze Centavos).

Item: 00123 - SERINGA DESC. LISA DE 5ML S/AG D.S. POLIETILENO
Quantidade: 12.000,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,120 (Doze Centavos).

Item: 00124 - SERINGA DESC. LISA DE 10ML S/AG D.S. POLIETILENO
Quantidade: 12.000,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,200 (Vinte Centavos).

Item: 00125 - SERINGA DESC. LISA DE 20ML S/AG D.S. POLIETILENO
Quantidade: 9.600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,190 (Dezenove Centavos).

Item: 00126 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04
Quantidade: 600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,470 (Quarenta e Sete Centavos).

Item: 00127 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,600 (Sessenta Centavos).

Item: 00128 - SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 22
Quantidade: 1.200,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 0,600 (Sessenta Centavos).

Item: 00129 - SONDA NASOG. CURTA Nº 18
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,480 (Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00130 - SONDA NASOG. CURTA Nº 20
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,480 (Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00131 - SONDA NASOG. CURTA Nº 22
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,480 (Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00132 - SONDA NASOG. CURTA Nº 24
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,480 (Quarenta e Oito Centavos).

Item: 00133 - SONDA NASOG. LONGA N. 14
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,580 (Cinquenta e Oito Centavos).

Item: 00134 - SONDA NASOG. LONGA N. 16
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,580 (Cinquenta e Oito Centavos).

Item: 00135 - SONDA NASOG. LONGA N. 18
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,580 (Cinquenta e Oito Centavos).

Item: 00136 - SONDA NASOG. LONGA N. 22
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,580 (Cinquenta e Oito Centavos).

Item: 00137 - SONDA NASOG. LONGA N. 24
Quantidade: 120,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,580 (Cinquenta e Oito Centavos).

Item: 00138 - TUBO P/COLETA DE SANGUE C/EDTA C/100UND
Quantidade: 100,000 Unidade de fornecimento: CAIXA

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, pelo menor lance de R$ 22,900 (Vinte e Dois Reais e Noventa Centavos).

Item: 00139 - VALVULA REGULARORA PARA OXIGÊNIO C/FLUXOMETRO
Quantidade: 10,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 103,680 (Cento e Três Reais e Sessenta
e Oito Centavos).

Item: 00140 - SONDA URETRAL DE ALIVIO 18 ESTÉRIL
Quantidade: 600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,300 (Trinta Centavos).

Item: 00141 - SONDA URETRAL DE ALIVIO 20 ESTÉRIL
Quantidade: 600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,300 (Trinta Centavos).

Item: 00142 - SONDA URETRAL DE ALIVIO 22 ESTÉRIL
Quantidade: 600,000 Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: ADJUDICADO em 11/09/2019

Adjudicado para: ULTRAMEDICAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP, pelo menor lance de R$ 0,300 (Trinta Centavos).

GENIEL PEREIRA DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:F54512EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 078/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELOI DE SOUZA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os termos da Lei Orgânica Municipal e pela Constituição da República Federativa do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o(a) Sr(a). **LOURDES DAYANE DANTAS CONSTANTINO** ,inscrita no CPF/MF 009.897.944-23, que exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DAS SECRETARIAS - (**CC-22**) , lotado na Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal de Senador Eloi de Souza-RN, a partir desta data..
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 02 de Setembro de 2019.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costume, e cumpra-se.

Senador Eloi de Souza-RN, 11 de Setembro de 2019.

GRIMALDE FERREIRA LINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Geniel Pereira de Oliveira
Código Identificador:ED6F40B9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2019. COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (§3º. DO ARTIGO 109 DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93)

PROCESSO Nº. 715.026/2019
Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 007/2019.

Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil para a execução das obras/serviços de Pavimentação a paralelepípedo pelo Método Convencional e Drenagem Superficial, nas Ruas do Matadouro e Paulo Pereira de Lima, Trecho da Rua Nossa Senhora da Conceição e Travessa Sen. Georgino Avelino (lateral do Campo); todas na Zona Urbana no município de Serra Caiada/RN.

A Comissão Permanente de Licitação – CPL, no uso de suas atribuições e nos termos do §3º. do Artigo 109 da Lei Federal Nº. 8.666/93; COMUNICA aos demais licitantes participantes da licitação a epígrafe que as empresas SETE CONSTRUÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ: 24.372.340/0001-01; FAN CONSTRUÇÕES EIRELLI inscrita no CNPJ: 09.254.081/0001-20; LISBOA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ: 29.769.351/0001-43; EMPROTEC – EMPRESA DE PROJETOS TÉCNICOS E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-ME inscrita no CNPJ: 10.465.480/0001-10;CAMPO FELIZ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – EPP inscrita no CNPJ: 26.635.344/0001-60, interpuseram tempestivamente recursos contra a decisão da CPL que INABILITOU as empresas recorrentes, conforme relatório constante na ata de julgamento acostada aos autos do presente processo; para que, querendo poderão apresentar suas impugnações no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação deste ato na imprensa oficial. Informamos que o presente processo encontra-se com vistas franqueadas a todos os licitantes participantes bem como ao publico em geral.

Serra Caiada/RN, 11 de Setembro de 2019.

Comissão Permanente de Licitação - CPL

ABRAHÃO ALLAN MIRANDA DA SILVA
Presidente

JOSÉ RODRIGO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Membro

LUCIMARA COSTA DA SILVA
Membro Suplente

Publicado por:
Abrahão Allan Miranda da Silva
Código Identificador:AD65E612

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 349/2019 - GP.

PORTARIA Nº 349/2019 - GP.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA/RN, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere o inciso V do art. 33 da Lei Orgânica do Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

Considerando o requerimento do servidor para o retorno da Licença para Tratar de Interesses particulares, concedida através da Portaria nº 133/2019 – GP de 24 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art.1º. **SUSPENDER** a pedido do servidor **Olegário Cardoso da Silva Neto**, Matrícula nº 51124, servidor efetivo, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **Licença para Tratar de Interesses Particulares concedida através da Portaria nº 133/2019 – GP de 24/04/2019,**publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 25/04/2019 - Edição 2005**,** conforme Art. 105 do Regime Jurídico Único do Município. **Fica suspenso a Licença para tratar de interesses particulares a partir de 01/10/2019.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Publique-se, cumpra-se.

Serra Caiada – RN, 11 de setembro de 2019.

MARIA DO SOCORRO DOS ANJOS FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:22443255

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 030/2019 - ADM

PORTARIA Nº 030/2019 - ADM

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento da servidora o retorno das férias;

RESOLVE:

I – **SUSPENDER** a pedido da servidora o Gozo de Férias de **LUCIA ALVES DE LIMA SOUZA**, Matrícula nº 481-2, servidor(a) comissionado(a), ocupante do cargo de Subcoordenador(a) do PSF, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde. A servidora **gozou de 15 (quinze) dias de férias** referente ao período aquisitivo de 2018-2019, o restante dos dias de férias seram gozados no ano em curso no período ainda a definir. **Fica o gozo de férias suspenso a partir de 17/09/2019** referente ao período aquisitivo de **2018-2019**, com amparo legal no Artigo 87 da Lei Municipal nº 635/98 de 04 de agosto de 1998, do município de Serra Caiada/RN.
II – Esta portaria entra em vigor nada data da sua publicação.

III – Publique-se, dê ciência e cumpra-se.

Serra Caiada/RN, 11 de setembro de 2019.

DÉBORA DANIELA SILVA DA CRUZ
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos
Matrícula nº 1419

Publicado por:
Debora Daniela Silva da Cruz
Código Identificador:FF80B4B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 082/2019

PORTARIA Nº 082, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). JESSICA CARLA DA SILVA no cargo, COORDENADORA ADMINISTRATIVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** O(A) Sr(a). JESSICA CARLA DA SILVA no cargo, COORDENADORA ADMINISTRATIVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultora, Esporte e Lazer, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:04923513

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO N° 107/2019

DECRETO Nº 107, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 364/2010 e suas alterações posteriores, de 28 de maio de 2010, que trata de remição dos aforamentos constituídos após o advento do Novo Código Civil Brasileiro, mediante aquisição do domínio por meio de doação dos imóveis foreiros do município.

CONSIDERANDO ainda a referida lei em seus artigos atinentes, pelo qual a doação legal dos terrenos foreiros do Município de Serra do Mel atende ao interesse público de uso e ocupação do solo urbano e sua consequente urbanização, bem como, a regularização da situação dos imóveis para fins de registro público, para consecução de título definitivo a ser registrado no competente cartório de registro de imóveis, em atenção ao artigo 1.277, do Novo Código Civil Brasileiro.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à doação de Um terreno urbano de 450,00 m² destinada à construção, localizado na RUA JOAQUIM M. DA SILVA, Vila Brasília, Serra do Mel/RN, lote 02, quadra 07A, medindo 15,00m de frente com igual metragem nos fundos e 30,00m de comprimento em ambos os lados, perfazendo uma área total de 450,00 m², devidamente especificado no título de doação em anexo, tendo como beneficiário AMANDA KELLY DUARTE, CPF **380.885.058-28** residente na rua Vereador João Helio da Cunha Cavalcante, Vila Brasília nº 115, Zona Urbana, Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 11 de Setembro de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:E2252388

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
PORTARIA N° 083/2019

PORTARIA Nº 083, DE 02 DE SETEMBRO 2019.

NOMEAR O(A) Sr(a). VICTORIA MARIANE SOARES DA SILVA no cargo, DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR O(A) Sr(a). VICTORIA MARIANE SOARES DA SILVA no cargo, DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS lotada na Secretaria Municipal de Tributação, Constante na estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Serra do Mel/RN, 02 de Setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
CPF Nº 913.468.274-00
Prefeito

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:E82BB9C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 090903/2019 DISPENSA Nº 003/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL- CNPJ: 12.755.971/0001-20.
CONTRATADO (A): JOÃO DEHON DA ROCHA-ME, CNPJ: 40.769.119/0001-48.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição emergencial de equipamentos (moto bomba).

VIGÊNCIA INICIAL DO TERMO DE CONTRATO: 11 de setembro de 2019.

VIGÊNCIA FINAL DO CONTRATO: **90 (dias) dias.**

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: **R$ 60.077,00** (sessenta mil e setenta e sete reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Serra do Mel 11 de setembro de 2019.

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:326283E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra do Mel-RN, nomeado através da Portaria nº 041/2019, de 02 de setembro de 2019, torna público a quem interessar que estará promovendo o recebimento de documentos de "Proposta" e "Habilitação", através do Pregão Presencial nº **26/2019, no dia 24 de setembro de 2019 às 09:00 horas**, no prédio sede da Prefeitura Municipal de Serra do Mel-RN, sediada à Rua Antônio F de Oliveira, 53 Vila Brasília, sala da Comissão Permanente de Licitações, visando o **Registro de preços para futura CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, visando atender às necessidades de toda frota de veículos e máquinas do Município de Serra do Mel/RN, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência neste Edital e seus Anexos**. O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser retirados na **sala de licitações** localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Serra do Mel no endereço: Avenida Antonio F de Oliveira, S/N – Vila Brasília, Serra do Mel/RN e também pelo email **pregaosm@gmail.com.**

Serra do Mel-RN, 11 de setembro de 2019.

PAULO HENRIQUE CIRINO
Pregoeiro

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:D2F15136

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 74, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 74, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o Senhor Josivan Bibiano de Azevedo, que estará no uso de suas atribuições de prefeito, em âmbito intermunicipal, na cidade Natal/RN, no dia 12 de Setembro de 2019, onde que na ocasião o mesmo estará reunido com membros da AGEM e com outros órgãos governamentais.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 11 de setembro de 2019.

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
CPF: 079.635.594-07 – Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:867E21B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 003/2019 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2018 – TOMADA D EPREÇO N° 004/2018 – PROC. ADMIN. MSNN/RN N° 1803280001

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE/ RN; CONTRATADA: MAYNARD INCORPORADORA LTDA – ME; OBJETO: prorrogação do período vigencial do contrato administrativo em referência; VIGÊNCIA: termo inicial em 30 de abril de 2019 e termo final em 26 de setembro de 2019; SUBSCRITORES: Sérgio Fernandes de Medeiros – pelo Contratante e Artur Josué de Araújo Maynard – pela Contratada.

Serra Negra do Norte/RN, 29 de abril de 2019.

SÉRGIO FERNANDES DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Severino Florêncio de Oliveira Neto
Código Identificador:532232C3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONSELHO TUTELAR LEI FEDERAL Nº 8.069/90 - LEI MUNICIPAL Nº 373/3013

Considerando a Lei nº 373/2013, de 21 de março de 2013, que prevê sobre a convocação do Conselheiro Tutelar suplente quando as férias a que fazem jus os conselheiros tutelares terá os mesmos direitos, deveres e vantagens inerentes aos servidores públicos municipais.

CONVOCO:

Art. 1º - Nos termos da Lei nº 373/2013, de 21 de março de 2013, convoca o 1º Suplente ao cargo de Conselheiro Tutelar, a Senhora MARIA DE FÁTIMA NUNES ARRUDA, para o prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação desta convocação, se apresentar perante a Secretária de Assistência Social, Srª. Ana Cristina de Medeiros Clemente, dentre às 08:00 às 13:00 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, sediada a Rua José Correia de Andrade, SN - Bairro Centro – Serrinha/RN, manifestado seu interesse em exercer a função de Conselheiro Tutelar substituto, pelo período de 15 (dias) a contar de 12 de setembro de 2019.

Parágrafo único. O não comparecimento, no prazo determinado no caput deste artigo, implicará na convocação do próximo suplente.

Publique-se, cumpra-se e intime-se

Serrinha/RN, 11 de setembro de 2019.

JOSÉ ANTÔNIO DE MEDEIROS CLEMENTE
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ruy de Oliveira Costa
Código Identificador:071BC2C4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DV00018/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LABORATÓRIO E ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DAS NECESSIDADES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE, DOS POSTOS DE SAÚDE E DAS UINIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRINHA DOS PINTOS. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00018/2019..PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos e: CT Nº 00101/2019 - 09.09.19 - MARQ TECH COMERCIO E SERVICOS LTDA - R$ 14.335,80.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:3DBAAF4A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - DV00019/2019.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de equipamento de monitoramento destinado a escola Leis Gomes de Oliveira, Serrinha dos Pintos/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00019/2019..PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos e: CT Nº 00103/2019 - 10.09.19 - C L DE QUEIROZ - R$ 16.513,34.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:20A37C09

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - DV00020/2019

OBJETO: Contratação de pessoa física e ou jurídica para o serviço de instalação de equipamentos e monitoramento CFTV destinado a escola municipal Município de Serrinha dos Pintos/RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00020/2019..PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Serrinha dos Pintos e: CT Nº 00104/2019 - 10.09.19 - C L DE QUEIROZ - R$ 8.650,00.

ROSANIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita

Publicado por:
Raul Paulo dos Santos Oliveira
Código Identificador:DAD61517

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 20190119

ORIGEM.....: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01080010/2019

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

CONTRATADA(O).....: ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO.....: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de softwares de sistema integrado de contabilidade, licitação, almoxarifado, patrimônio e portal transparência, junto a Prefeitura Municipal de Severiano Melo/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 9.400,00 (nove mil, quatrocentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2019 Atividade 0204.041230001.2.008 Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças, Classificação econômica 3.3.90.40.00 Serv. tecnologia informação/comunic.- PJ, Subelemento 3.3.90.40.11, no valor de R$ 9.400,00

VIGÊNCIA.....: 02 de Agosto de 2019 a 30 de Novembro de 2019

DATA DA ASSINATURA.....: 02 de Agosto de 2019

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:83DF2472

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 24, inciso II , da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E

PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, referente à Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de softwares de sistema integrado de contabilidade, licitação, almoxarifado, patrimônio e portal transparência, junto a Prefeitura Municipal de Severiano Melo/RN..

RATIFICO, conforme prescreve o art. 26 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO, Presidente da Comissão de Licitação, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

SEVERIANO MELO - RN, 02 de Agosto de 2019

DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:B00D2354

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de SEVERIANO MELO, através do(a) A. CARVALHO ALVES - ME, em cumprimento à ratificação procedida pelo(a) Sr(a) DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de softwares de sistema integrado de contabilidade, licitação, almoxarifado, patrimônio e portal transparência, junto a Prefeitura Municipal de Severiano Melo/RN.

Contratado.....: ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

Fundamento Legal...: art. 24, inciso II , da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo(a) Sr(a) DAGOBERTO BESSA CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL.

SEVERIANO MELO - RN, 02 de Agosto de 2019

FRANCISCO AYLTON FREITAS DE CARVALHO
Comissão de Licitação
Presidente

Publicado por:
Francisca de Marilac Bessa
Código Identificador:29C0E078

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019

OBJETO: Aquisição de (02) duas ambulâncias de simples remoção para atendimento das demandas da população do Município de Tangará/RN, conforme as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital da Licitação – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2019. **A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados através da Portaria nº 011/2019-GP, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, visando à realização do objeto acima em epígrafe, conforme descrito no Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** De 16/09/2019 das 08h00min até às 08h59min do dia 26/09/2019. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 26/09/2019, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min do dia 26/09/2019. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 16/09/2019, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede da Prefeitura Municipal de Tangará, situada à Rua Miguel Barbosa, nº 548, Centro, Tangará/RN, no horário de 08h00min as 12h00min, de segunda a sexta-feira, ou solicitado através do e-mail: pmtangara@yahoo.com.br.

Tangará/RN, 11 de setembro de 2019.

WELBERT FRANCISCO BARROS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Welbert Francisco Barros de Oliveira
Código Identificador:83968D65

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de TENENTE ANANIAS, através da PREFEITURA MUNICIPAL por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 14:00 horas do dia 15 de Outubro de 2019, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019-0036, tipo menor preço, para Contratação de empresa especializada no serviço de Rôço manual de estradas vicinais do município de Tenente Ananias/RN, conforme especificações constantes no anexo I que é parte integrante do Edital, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS.
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição no endereço eletrônico http://www.tenenteananias.rn.gov.br.

TENENTE ANANIAS - RN, 12 de Setembro de 2019.

ARISTOTELES BARRETO DE ARAUJO SARMENTO
Pregoeiro

Publicado por:
Aristóteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:4A555CC7

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 920190002
RELATORIO AO Pregão Presencial: 9/2019-0002
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tenente Ananias
CONTRATADA: Francisco Enecilmo Neto
Objeto: Aditivo de Acréscimo
Assinatura: 11/09/2019 a 13/03/2020
Assinam: LARISSA LISIANE DA CUNHA ROCHA JACOME, pela Contratante, e Francisco Enecilmo Neto pela Contratada.

Tenente Ananias – RN, 11 de setembro de 2019.

Publicado por:
Aristóteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:BA83A5ED

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde de Tenente Ananias
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 920190002
RELATORIO AO Pregão Presencial: 9/2019-0002

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Tenente Ananias
CONTRATADA: Francisco Enecilmo Neto
Objeto: Aditivo de Acréscimo
Assinatura: 11/09/2019 a 13/03/2020
Assinam: JUCIE DA ROCHA FORMIGA JUNIOR, pela Contratante, e Francisco Enecilmo Neto pela Contratada.

Tenente Ananias – RN, 11 de setembro de 2019.

Publicado por:
Aristóteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:63924485

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

SEC. MUN. DE PLAN. FIN. E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL - RGF 02_2019

ANEXO 22	Poder/Órgão:
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	MUNICÍPIO – TENENTE LAURENTINO CRUZ
Demonstrativo dos Limites	Quadrimestre de Referência:
	2º Quadrimestre de 2019

LRF, Art. 48, ANEXO VII		Em Reais
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Liquida	19.487.938,52	100%
Despesa Total com Pessoal	12.334.518,98	63,29%
	10.523.486,80	54,00%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	9.997.312,46	51,30%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	9.471.138,12	48,60%
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	242.465,93	1,24%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.385.526,22	120,00%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	3.118.070,16	120,00%
Limite Definido pelo Senado Federal Oper. de Crédito por Antecipação da Receita	1.364.155,70	0,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos		
FONTE: Sistema AGILI – Unidade Responsável Município de Tenente Laurentino Cruz		

SUELEIDE DE MORAIS ARAÚJO
Prefeita Municipal

MIQUEIAS DE ARAÚJO SOUZA
Secretario Municipal de Finanças

FRANCISCA MARIA DA SOLIDADE
Contador CRC-RN 03546/O

Publicado por:
João Maria Alves de Assunção
Código Identificador:51CFEF81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 010/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 010/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE NÍVEL FUNDAMENTAL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.

COMUNICADO

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2019, no uso das suas atribuições legais, **COMUNICA** a todos os interessados a alteração dos prazos previstos no Edital de abertura do Processo Seletivo, conforme segue:

Dia 12/09/2019, a partir das 13h (treze horas): Divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo n.º 010/2019;
Dia 17/09/2019, às 13h (treze horas): Prazo final para recebimento de eventuais recursos.

Timbaúba dos Batistas (RN), 11 de setembro de 2019.

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:738B48D0

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 009/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE NÍVEIS FUNDAMENTAL E SUPERIOR PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN.

COMUNICADO

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2019, no uso das suas atribuições legais, **COMUNICA** a todos os interessados a alteração dos prazos previstos no Edital de abertura do Processo Seletivo, conforme segue:

Dia 12/09/2019, a partir das 13h (treze horas): Divulgação do resultado preliminar do Processo Seletivo n.º 010/2019;
Dia 17/09/2019, às 13h (treze horas): Prazo final para recebimento de eventuais recursos.

Timbaúba dos Batistas (RN), 11 de setembro de 2019.

Publicado por:
Samuel Jonas da Silva
Código Identificador:DBC7C740

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 286/2017 – PMT/RN

Contratante: O Município de Touros/RN.
Contratada: CENTRO DE AÇÃO COMUNITÁRIA DE ENTIDADES ORGANIZACIONAIS – CACEX, CNPJ/MF Nº 02.398.628/0001-12.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência, no período compreendido entre 11 de setembro de 2019 a 11 de setembro de 2020.
Assinaturas: Pela Contratante, FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO DE ANDRADE (Prefeito Municipal).
Pela Contratada, DANIEL ROUSSEAU LACERDA DE FRANÇA.
Local/data da Assinatura: Touros/RN, 11 de setembro de 2019.

Publicado por:
Thiago Antunes Bezerra
Código Identificador:C6010E17

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº112/2019 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso da atribuição legal que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 494/2012 de 27 de dezembro de 2012, considerando o disposto na Resolução nº 011/2016 – TCE-RN e tendo em vista a solicitação de diárias ao Prefeito Municipal.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Sra. **SANDRA MARIA DE SOUZA SILVA**, uma diária no valor unitário de R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), ocupante do cargo Secretária Municipal de Finanças de Umarizal, para fazer face às despesas com locomoção e estadia na cidade de Mossoró/RN, conforme a seguir:

Objeto do Deslocamento: A referida servidora irá participar do Curso de Ordem Cronológica de Pagamento & Despesa Pública.

Local de destino: Mossoró/RN.

Período do Afastamento: 01 (um) dia – 13 de setembro de 2019.

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos Resolução nº 011/2016 – TCE-RN.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, Umarizal-RN, em 10 de setembro de 2019.

ELIJANE PAIVA DE FREITAS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Manoel Paulo Cavalcante
Código Identificador:37639B95

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 25, III da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 026/2019 – Processo n.º 02.379/2019.
Autorizo em consequência, a contratação do fornecedor para a prestação dos serviços especificados no presente processo, conforme abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de primeira atração cultural para apresentação em praça pública na Festa de Emancipação Política 2019 no dia 14 de setembro.
FORNECEDOR: KARILENE ADRIA SILVA DE MEDEIROS
CPF: 105.583.114-23
ENDEREÇO: Rua Lucas Carlos de Carvalho, 64, Pêgas, Upanema/RN, 59.670-000.
VALOR: 690,00 (seiscentos e noventa reais).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 06 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:625EDA24

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 25, III da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 027/2019 – Processo n.º 02.381/2019.
Autorizo em consequência, a contratação do fornecedor para a prestação dos serviços especificados no presente processo, conforme abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de segunda atração cultural para apresentação em praça pública na Festa de Emancipação Política 2019 no dia 14 de setembro.
FORNECEDOR: CHARLES FELIPE DA SILVA MOURA
CPF: 078.143.824-16
ENDEREÇO: Rua Antônio Cizilio de Oliveira, 450, Pêgas, Upanema/RN, 59.670-000.
VALOR: 370,00 (trezentos e setenta reais).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 06 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:651E322C

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 028/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 25, III da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 028/2019 – Processo n.º 02.382/2019.
Autorizo em consequência, a contratação do fornecedor para a prestação dos serviços especificados no presente processo, conforme abaixo descrito:
OBJETO: Contratação de terceira atração cultural para apresentação em praça pública na Festa de Emancipação Política 2019 no dia 14 de setembro.
FORNECEDOR: MARCELO ANDRELINO GONDIM DE FREITAS 06130912480
CNPJ: 31.017.526/0001-08
ENDEREÇO: AV ANTONIO VITORINO, 23, Centro, Upanema/RN, 59.670-000.
VALOR: 6.000,00 (seis mil reais).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 06 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:D97EE9D9

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2019
À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 25, III da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 029/2019 – Processo n.º 02.383/2019.
Autorizo em consequência, a contratação do fornecedor para a prestação dos serviços especificados no presente processo, conforme abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de quarta atração cultural para apresentação em praça pública na Festa de Emancipação Política 2019 no dia 14 de setembro.
FORNECEDOR: FRANCISCO IDIVAN DA SILVA ARAUJO
CPF: 029.000.574-42
ENDEREÇO: Rua Damião Alexandre de Oliveira, 47, Centro, Upanema/RN, 59.670-000.
VALOR: 530,00 (quinhentos e trinta reais).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 06 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:4151BF9D

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2019

TERMO DE RATIFICAÇÃO À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 030/2019

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO opinou favoravelmente à contratação por INEXIGIBILIDADE com fundamento no art. 25, III da Lei n.º 8.666/93, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 26 da Lei de Licitações, **RATIFICO** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 030/2019 – Processo n.º 02.384/2019.
Autorizo em consequência, a contratação do fornecedor para a prestação dos serviços especificados no presente processo, conforme abaixo descrito:

OBJETO: Contratação de quinta atração cultural para apresentação em praça pública na Festa de Emancipação Política 2019 no dia 14 de setembro.
FORNECEDOR: HEULLER ROBSON DE OLIVEIRA BEZERRA
CPF: 700.833.524-57
ENDEREÇO: Rua Manoel Tertuliano, 06, Santa Paz, Upanema/RN, 59.670-000.
VALOR: 1.160,00 (mil cento e sessenta reais).
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, em especial à prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Upanema/RN, 06 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:3FE8E84C

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 064/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETO Nº 064/2019, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019.

Abre no Orçamento do Município, crédito suplementar no valor de R$ 133.433,00 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 43, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com a Lei Municipal nº 662, de 14 de dezembro de 2018, Art 6º.

RESOLVE:
Art. 1º Fica aberto no Orçamento do Município para o exercício de 2019 (Lei n° 662, de 14 de dezembro de 2018), crédito suplementar no valor de: R$ 133.433,00 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais), para atender as programações a seguir:

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 10.001: Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Funcão 15: Urbanismo
Sub-Função 451: Infra-estrutura Urbana
Programa 0122: Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade 1018: Pavimentação e/ou Manutenção de Logradouros Públicos
Elemento de despesa 44.90.51: Obras e Instalações
Fonte de Recurso 10010000: Recursos Ordinários
Valor: R$ 133.433,00 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais)

Total da suplementação: R$ 133.433,00 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais)

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 133.433,00 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais), conforme a seguir:

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 10.001: Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Funcão 15: Urbanismo
Sub-Função 451: Infra-estrutura Urbana
Programa 0122: Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade 1019: Construção, Ampliação, Reforma e/ou Manutenção de Praças e Canteiros
Elemento de despesa 44.90.51: Obras e Instalações
Fonte de Recurso 10010000: Recursos Ordinários
Valor: R$ 42.433,00 (quarenta e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais)

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 10.001: Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Funcão 15: Urbanismo
Sub-Função 452: Serviços Urbanos
Programa 0122: Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade 1022: Construção e/ou Recuperação de Calçadas na Zona Urbana do Município
Elemento de despesa 33.90.30: Material de Consumo – R$ 10.000,00
33.90.39: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 20.000,00
Fonte de Recurso 10010000: Recursos Ordinários
Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 10.001: Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Funcão 15: Urbanismo

Sub-Função 452: Serviços Urbanos
Programa 0122: Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Projeto/Atividade 1024: Manutenção do Sistema de Resíduos Sólidos
Elemento de despesa 33.90.30: Material de Consumo – R$ 10.000,00
33.90.36: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física: R$ 6.000,00
33.90.39: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R$ 5.000,00
44.90.52: Equipamentos e Material Permanente – R$ 20.000,00
Fonte de Recurso 10010000: Recursos Ordinários
Valor: R$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais)

Órgão 02: Poder Executivo
Un. Orçam 10.001: Secretaria Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
Funcão 26: Transporte
Sub-Função 782: Transporte Rodoviário
Programa 0134: Transporte Rodoviário
Projeto/Atividade 1020: Recuperação de Estradas Vicinais
Elemento de despesa 44.90.51: Obras e Instalações
Fonte de Recurso 10010000: Recursos Ordinários
Valor: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)
Total da anulação: R$ 133.433,00 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Upanema/RN, 11 de setembro de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:DED277F4

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 059/2019(TRIMESTRAL)

Aos 04 dias do mês de Junho do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 029/2019**, **Registro de Preços nº 059/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/06/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de empresa para confecção de Próteses Dentárias do tipo Total e Parcial Removível, para os programas sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 029/2019.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **LIDIANI MARIA DE OLIVEIRA**		
CNPJ: **25.286.039/0001-48**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA CORONEL GURGEL, 276 -CENTRO – MOSSORO - RN.**		
Representante: **LIDIANI MARIA DE OLIVEIRA**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0008623 - PRÓTESE TOTAL MANDIBULAR Especificações: Tipo dentadura material a ser utilizado acrílico termo polimerizável com código 07.01.07.012-9.	UND	150,00	150,00	22.500,00
2	0008624 - PRÓTESE TOTAL MAXILAR Especificações: Tipo dentadura material a ser utilizado acrílico termo polimerizável com código 07.01.07.013-7.	UND	150,00	150,00	22.500,00
					R$ 45.000,00
Quarenta e cinco mil reais					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 029/2019 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com o presente Edital e ofertar menor valor Por Item.
4.2. Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os objetos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a moldura realizada nos pacientes.
4.3. O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.
4.4. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.5. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.
4.6. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
4.7 Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota

Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2097	Custeio de Atenção a Saude Bucal
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	12140000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES
6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 06 de Maio de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

LIDIANI MARIA DE OLIVEIRA
CNPJ:25.286.039/0001-48

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:A32F696F

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 060/2019(TRIMESTRAL)

Aos 04 dias do mês de Junho do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 029/2019**, **Registro de Preços nº 060/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 03/06/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas

alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de empresa para confecção de Próteses Dentárias do tipo Total e Parcial Removível, para os programas sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 029/2019.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **TEREZINHA LARISSA CARNEIRO LEITE F. DE ALMEIDA ME**		
CNPJ: **07.155.910/0001-92**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA DA TUNINHA, 8 -CENTRO – TIBAU - RN.**		
Representante: **TEREZINHA LARISSA CARNEIRO LEITE F. DE ALMEIDA** - RG: **002181310**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0008625 - PRÓTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVÍVEL Especificações: Tipo dentadura material a ser utilizado acrílico termo polimerizável com código 07.01.07.009-9	UND	150,00	149,00	22.350,00
4	0013927 - PRÓTESE PARCIAL MAXILAR REMOVÍVEL Especificações: Tipo dentadura material a ser utilizado acrílico termo polimerizável com código 07.01.07.010-2	UND	150,00	149,00	22.350,00
	TOTAL				R$ 44.700,00
Quarenta e quatro mil e setecentos reais					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 029/2019 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com o presente Edital e ofertar menor valor Por Item.
4.2. Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os objetos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a moldura realizada nos pacientes.
4.3. O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.
4.4. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.5. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.
4.6. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
4.7 Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2097	Custeio de Atenção a Saude Bucal
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	12140000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de

que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 04 de Junho de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Terezinha Larissa Carneiro Leite F. de Almeida ME
CNPJ:07.155.910/0001-92
TEREZINHA LARISSA CARNEIRO LEITE F. DE ALMEIDA
RG: 002181310

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:87DD1D02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: ANTONIO LOPES NETO 20143702491, CNPJ: 22.578.262/0001-70
Processo nº 02.253/2019 - Inexigibilidade nº 098/2019
Objeto: Implantação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM).
VALOR: R$ 12.950,00 (doze mil novecentos e cinquenta reais).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Sec. Mun. De Agric, Meio Ambiente E Des. Econômico
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0017	Programa De Gestão E Manutenção Da Sec Mun De Agricultura, Meio Ambiente E Desenv. Economico
AÇÃO	2067	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria De Agricultura, Meio Ambiente E Desenv. Economico
NATUREZA	3.3.90.39	Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Juridica

Vigência: 06/09/2019 a 31/12/2019

Upanema/RN, 06 de setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratante

ANTONIO LOPES NETO 20143702491,
CNPJ: 22.578.262/0001-70
Contratada

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:47AAB673

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 077/2019- GP

O prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, no estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. NOMEAR os membros da Comissão Intersetorial pelos Direitos da Infância e do Adolescente, conforme abaixo.

Articulador Do Selo UNICEF, Edição 2017-2020
Francisco Hamaral Nunes de Freitas
CPF: 099.629.374-42

Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA:
Titular: Marleide Ramos Monteiro de Figueiredo
CPF: 009.119.164-58
Suplente: Maria Debora Pessoa de Souza
CPF: 067.610.954-33

Representantes do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CT:
Titular: Francisco de Assis Pessoa
CPF: 068.604.534-35
Suplente: Emanuel Ferreira da Silva
CPF: 060.304.234-10

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Comunitário – SEMAS:
Titular: Gleriston Marcos de Lima
CPF: 095.765.784-69
Suplente: Maria Gilderlângia Pessoa
CPF: 056.909.574-37

Representantes da Secretaria Municipal de Educação– SME:
Titular: Miguel Queiroz da Silva
CPF: 937.687.104-91
Suplente: Geová Queiroz da Silva
CPF: 054.585.344-33

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde– SMS:
Titular: Maria Solineide Chaves de Lima Dantas
CPF: 067.787.824-98
Suplente: Ana Angélica Martins de Carvalho
CPF: 059.432.404-11

Representantes do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes - NUCA:
Titular: Guilherme Silva Chaves
CPF: 163.521.554-48
Suplente: André Carvalho Leite
CPF: 145.033.924-76

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogado as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Venha-Ver/RN, 10 de setembro de 2019.

JOSÉ CÉLIO CHAVES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:89FBF27B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 078/2019- GP

O Prefeito Municipal de Venha- Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município-LOM, em consonância com o Regime Jurídico Único-RJU dos servidores públicos municipais.

RESOLVE:

Art.1°- NOMEAR a Sr.ª **Charlene de Lima Dias Dantas**, para exercer o cargo em comissão (“ad nutum”) de Secretária de Comunicação Social, deste Município.

Art. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Venha-Ver/RN, em 11 de Setembro de 2019.

JOSE CÉLIO CHAVES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Evanda Maria de Freitas Chaves
Código Identificador:0ABCD5CD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N º 003/2019 – PMVV

O Secretário Municipal de Finanças, Planejamento, usando das atribuições que lhe confere a Portaria 148/2017- GP de 14 de agosto de 2017, dispensa do procedimento licitatório nos termos do Artigo 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, referente ao Processo de Despesa: 00811/2019. Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019 - PMVV que tem como objeto: **Conserto e Recuperação do caminhão Pipa PAC 02 do Município de Venha-Ver/RN.**

Venha-Ver/RN, 11 de setembro de 2019.

TARCISO ALVES DA SILVA
Secretária de Finanças e Planejamento

Ratifico o presente termo de inexigibilidade de licitação de acordo com o Art. 25, Inciso I da Lei Federal 8666/93.

JOSE CELIO CHAVES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jocicleide Carvalho Pessoa
Código Identificador:161E1C9B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 145/2019 – GABINETE DA PREFEITA

Constitui A COMISSÃO GESTORA MULTIDISCIPLINAR, de acordo com o Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes Materiais Perfurocortantes.

A Prefeita Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Item 03 do Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes Materiais Perfuro Cortantes, de Novembro de 2019, da Secretaria Municipal de Saúde de Florânia, que trata da atuação da COMISSÃO GESTORA MULTIDISCIPLINAR, a qual elenca no Item 04 as atribuições de cada representante, de acordo com o setor representado;

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a Comissão Gestora Multidisciplinar, que tem como objetivo, a reponsabilidade compartilhada na prevenção, e eliminação de acidentes com perfurocortantes, entre os trabalhadores da saúde, implementando a cultura de segurança na instituição;

Art. 2º. Nomear, para compor a referida Comissão, os seguintes membros:
I - Rejane Maria Félix – Representante da Direção do Serviço de Saúde – DIRETORAS;
II - Rômulo Carlos Bezerra de Macêdo - Representante da empresa responsável pela Segurança e Saúde do Trabalho;
III - Joseane Maria de Souza – Representante do Serviço de Saúde;
IV – Cláudia de Medeiros Santos - Representante da Enfermagem;
V – Maria da Guia Cruz Delgado – Representante da Central de Materiais Esterelizados;
VI – Nicácio Rosemberg Freire Lopes – Representante do Setor de Compras.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN Em 11 de setembro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:41474921

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO MUNICIPAL № 013/2019

Dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº 699, de 11 de maio de 2012, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Florânia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 64; Art. 65, VI da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 699/2012, que instituiu a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, diretamente subordinada à Chefia do Executivo com a finalidade de coordenar, na jurisdição municipal, todas às ações de defesa civil,
CONSIDERANDO que nos termos do Art. 10, da Lei Municipal nº 699/2012, compete ao Poder Executivo regulamentar o citado diploma legal,

DECRETA:

Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela coordenação das ações de defesa civil no município.
Art. 2º - São atividades da COMDEC:
I. Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;
II. Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil;
III. Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;
IV. Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como das ações emergenciais;
V. Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
VI. Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;
VII. Manter o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;
VIII. Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC;
IX. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres;
X. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
XI. Implementar ações de medidas não estruturais e medidas estruturais;
XII. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;
XIII. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;
XIV. Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos, estiverem comprometendo a segurança da população;
XV. Implantar programas de treinamento para voluntariado;
XVI. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
XVII. Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios (comunidades irmanadas);
XVIII. Promover mobilização comunitária visando a implantação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil – NUDEC, nos bairros e distritos.
§ 1º - Para os fins deste Decreto, entende-se por medidas não estruturais os elementos técnicos consistentes em dados, informações e análises que tenham por objetivo orientar as políticas de gestão de desastres.
§ 2º - As medidas estruturais consistem em ações que englobam obras de engenharia de qualquer especialidade, com a finalidade de aumentar a segurança das comunidades, por meio de atividades construtivas de forma planejada.
Art. 3º - A COMDEC tem a seguinte estrutura:
Coordenador ou Secretário-Executivo
Conselho Municipal
Secretaria
Setor Técnico
Setor Operativo
Parágrafo Único – O Coordenador ou Secretário-Executivo e os dirigentes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.
Art. 4º - Ao Coordenador ou Secretário-Executivo da COMPDEC compete:
I. Convocar as reuniões da Coordenadoria;
II. Dirigir a entidade, representando-a perante os órgãos governamentais e não-governamentais;
III. Propor ao Conselho Municipal o plano de trabalho da COMPDEC;
IV. Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
V. Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC;
VI. Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMDEC.
Parágrafo Único – O Coordenador ou Secretário-Executivo da COMDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observado os termos legais.
Art. 5º - O Conselho Municipal deverá ser constituído de membros assim qualificados:
I. Representante do Governo Municipal;
II. Representante da Câmara dos Vereadores;
III. Representante de Órgãos Não Governamentais (Igreja Católica e Evangélica);
IV. Representante de outras entidades (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Fórum de Associações Comunitária para o Desenvolvimento Local Sustentável).
Parágrafo Único – Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.
Art. 6º - À Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente, em parceria com a Secretaria Municipal de Obras e Habitação, compete:
I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
II. Apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil.
Art. 7º - Ao Setor Técnico (ou Seção de Minimização de Desastres) compete:
I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
II. Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMDEC;
III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil através da mídia local:
IV. Atentar para informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno.

Art. 8º - Ao Setor Operativo (ou Seção de Operações) compete:
I. Implementar ações de medidas não estruturais e medidas estruturais;
II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.
Art. 9º - No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita à população, em circunstâncias de desastres.
Art. 10 - Os recursos do Fundo Especial para a Defesa Civil Municipal poderão ser utilizados par as seguintes despesas:
Aquisição de material de consumo;
Serviços de terceiros;
Aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações e material permanente); e
Obras e reconstrução.
Art. 11 – A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial obedecerá aos ditames da Lei Nacional nº 8.666 e Lei nº 4.320/64;
Art. 12 – A Prefeitura Municipal de Florânia poderá incluir nos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre os procedimentos de Defesa Civil.
Art. 13 – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN Em 11 de setembro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:21DCBABB

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 025/2019

Interessado: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Assunto: Contratação do Serviço de Ar-condicionado com reposição de peças.

A Prefeita Municipal de Florânia/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Art. 24 - É dispensável a Licitação:

II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO Interessado: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
Assunto: Contratação do Serviço de Ar-condicionado com reposição de peças.

A Prefeita Municipal de Florânia/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Art. 24 - É dispensável a Licitação:

II-para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento)do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

CONSIDERANDO que o valor da despesa que ora se executa é compatível com os preços praticados no mercado;

CONSIDERANDO que o parecer jurídico favorável;
RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.

02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 339036 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física, no orçamento geral vigente no exercício de 2019.

03. Importará a despesa o valor global estimado **R$ 6.780,00 (seis mil e setecentos e oitenta reais),** que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.

04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros – Recursos do Salário Educação e/ou Recursos Ordinários.

05. Fica autorizado à contratação **JAILSON LUIZ DE ARAÚJO**, CPF/MF sob o N° 062.743.304-96, com sede na Rua Joaquim de Felix, 67, Jucurutu/RN, para Contratação do Serviço de Ar-condicionado com reposição de peças, conforme Processo nº 1308/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Florânia/RN.

06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Florânia/RN, em 11 de setembro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Municípioue o Parecer Jurídico Favorável;

RESOLVE:
01. Fica dispensado o procedimento licitatório, para realização desta despesa, haja vista estarem presentes todos os requisitos legais que permitem a presente decisão.

02. A presente despesa correrá à conta do elemento de despesa 339036 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física, no orçamento geral vigente no exercício de 2019.

03. Importará a despesa o valor global estimado **R$ 6.780,00 (seis mil e setecentos e oitenta reais),** que será pago após o trâmite normal do processo de despesa.

04. A despesa será paga com os seguintes Recursos Financeiros – Recursos do Salário Educação e/ou Recursos Ordinários.

05. Fica autorizado à contratação **JAILSON LUIZ DE ARAÚJO**, CPF/MF sob o N° 062.743.304-96, com sede na Rua Joaquim de Felix, 67, Jucurutu/RN, para Contratação do Serviço de Ar-condicionado com reposição de peças, conforme Processo nº 1308/2019 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Florânia/RN.

06. O Presente Termo de Dispensa deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Florânia/RN, em 11 de setembro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita do Município

Publicado por:
Danielle Miranda de Medeiros Ribeiro Gifoni
Código Identificador:0815BDFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 913/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:
Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **JEAN MARCEL AZEVEDO DE OLIVEIRA**, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de SANTA-CRUZ/RN, no dia 10 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido (a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, 11 setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:BD5EA476

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 914/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 25,00 (vinte e cinco reais) ao servidor **LAURENTINO CRUZ NETO** Mat. 352, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de CAICÓ/RN, no dia 10 de setembro de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o (a) servidor (a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 11 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:888999F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 916/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) ao servidor **JOSÉ GLEYDSON BARBOSA DE MEDEIROS**,Mat.743 ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 10 de setembro de 2019, com o objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência,tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 11 de setembro de 2019.

JOEDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:A5D51BE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 915/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **MARCOS FERNANDES NEVES** Mat. 674, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 10 de setembro de 2019 com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência, tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na

hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 11 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:400DD268

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 917/2019 – FMS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Saúde de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 003/2013, art. 7º de 19 de fevereiro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida 01 (uma) Diária PARCIAL no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais) ao servidor **LEONARDO JOSÉ DE MORAIS** Mat. 120, ocupante da função de **MOTORISTA** deste município, para custear despesas com alimentação durante seu deslocamento a cidade de NATAL/RN, no dia 10 de setembro de 2019, com objetivo de transportar pacientes de urgência e emergência,tratamento de hemodiálise, consultas e exames especializados.
Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Florânia/RN, em 11 de setembro de 2019.

JOÉDILA VASCONCELOS PEREIRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Maria Soares de Medeiros
Código Identificador:6E9FC756

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

A **Prefeitura Municipal de Angicos/RN**, através do Setor de Compras, torna pública a solicitação de cotação de preços para **Locação de estrutura, equipamentos e carro de som para realização/divulgação de eventos socioculturais que, por ventura, venham a ser promovidos pelo poder executivo municipal,** a qual poderá ser fornecida até três (03) dias após a publicação desta na imprensa oficial do Município – FEMURN, na sede da Prefeitura Municipal nos horários das 08h00min às 12h00min e 13h30min as 17h30min, de segunda a sexta, ou através do **e-mail: comprapmangicos@gmail.com**

ISACC DE OLIVEIRA ALVES
Setor de Compras

Angicos/ RN, 11 de Setembro de 2019.

ANEXO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	**LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE GRANDE PORTE:** DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL: COMPOSTA DE DUAS MESAS DE SOM DIGITAIS COM MÍNIMO DE 48 CANAIS CADA, SOM DE FRENTE COMPOSTO DE 16 CAIXAS SUB GRAVES COM 02 AUTO FALANTES DE NO MÍNIMO 800 WATTS DE POTÊNCIA CADA; 24 CAIXAS DE SOM DE MÉDIOS MODELO LINE ARRAY, AMPLIFICADORES COMPATÍVEIS COM A POTENCIA PARA O SOM DE FRENTE; SOM DE PALCO COMPOSTO: SIDE DUPLO LR, 04 SUB GRAVES COM AMPLIFICADOR; 03 MICROFONES SEM FIO DE PRIMEIRA QUALIDADE, 20 MICROFONES COM FIO, KIT DE MICROFONES PARA BATERIA E PERCUSSÃO, PEDESTAIS E CAIXAS DE RETORNOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS EVENTOS, CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODOS OS SISTEMA, 02 MONITORES PARA COMUNICAÇÃO ENTRE OPERADOR DE PALCO E DE FRENTE; 02 OPERADORES TÉCNICOS E 02 AUXILIAR TÉCNICO.	DIÁRIA	12
2	**LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE:** DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E REMOÇÃO SONORIZAÇÃO MÉDIO PORTE : COMPOSTA DE DUAS MESAS DE SOM DIGITAIS COM MÍNIMO DE 32 CANAIS CADA; 02 PROCESSADORES DIGITAIS; SOM DE FRENTE COMPOSTO DE 08 CAIXAS SUB GRAVES COM 02 AUTO FALANTES DE NO MÍNIMO 800 WATTS DE POTÊNCIA CADA; 16 CAIXAS DE SOM DE MÉDIOS MODELO LINE ARRAY, SOM DE PALCO COMPOSTO: COM SIDE, 02 MICROFONES SEM FIO, 10 MICROFONES COM FIO, KIT DE MICROFONES PARA BATERIA E PERCUSSÃO, PEDESTAIS E CAIXAS DE RETORNOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CADA EVENTO, 02 MONITORES PARA COMUNICAÇÃO ENTRE OPERADOR DE PALCO E DE FRENTE; 02 OPERADORES TÉCNICOS E 01 AUXILIAR TÉCNICO.	DIÁRIA	20
3	**LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE:** DESCRIÇÃO: 04 CAIXAS PASSIVAS OU ATIVAS, CADA UMA CONTENDO: 01 AUTO FALANTE DE NO MINIMO 15 POLEGADAS, 01 T.I, COM MÍNIMO 350 WATTS RMS, 01 POTÊNCIA DE 2.000 WATTS RMS; 01 MICROFONE SEM FIO; 02 MICROFONES COM FIO; MESA DE SOM COM NO MÍNIMO 12 CANAIS; 02 PEDESTAIS TIPO GIRAFA PARA MICROFONE; 04 PEDESTAIS DE SUPORTE PARA AS CAIXAS; CABOS E CONECÇÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA, 01 OPERADOR TÉCNICO.	DIÁRIA	20
4	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE:** DESCRIÇÃO: 08 BEAM 200-5R 16 PAR LED 3WTS 02 RIBALTA BEAM DE 9WTS 04 MOV DE LED/108, MESA DE LUZ COM NO MÍNIMO 36 CANAIS; 02 RACKS DIMMERS COM 12 CANAIS; 02 MINI BRUT COM NO MÍNIMO 04 LÂMPADAS; CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS SISTEMAS, 01 MÁQUINA DE FUMAÇA, 01 OPERADOR TÉCNICO E 01 AUXILIAR TÉCNICO.	DIÁRIA	16
5	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PEQUENO PORTE:** DESCRIÇÃO: 12 PAR LED 3WTS, MESA DE LUZ COM NO MÍNIMO 36 CANAIS; 02 MINI BRUT COM NO MÍNIMO 04 LÂMPADAS, 04 REFLETORES SET LIGHT 1000W, 01 RACKS DIMMERS COM 12 CANAIS, CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS SISTEMAS; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA, 01 OPERADOR TÉCNICO E 01 AUXILIAR TÉCNICO.	DIÁRIA	16
6	**LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO CÊNICA PARA EVENTOS:** DESCRIÇÃO: 06 BEAM 200-5R 16 PAR LED 3WTS, 04 REFLETORES SET LIGHT 1000W, MESA DE LUZ COM NO MÍNIMO 36 CANAIS; 02 RACKS DIMMERS COM 12 CANAIS; 02 MINI BRUT COM NO MÍNIMO 04 LÂMPADAS, 01 CANHÃO SEGUIDOR, 01 MÁQUINA DE PAPEL (SKY PAPER), CABOS E CONEXÕES PARA TODOS OS SISTEMAS, 02 MÁQUINA DE FUMAÇA, 01 OPERADOR TÉCNICO E 02 AUXILIAR TÉCNICO.	DIÁRIA	06
7	**LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PARA EVENTOS:** DESCRIÇÃO: PAINEL DE LED TAMANHO COM NO MINIMO 12 PLACAS TAMANHO 1 X 1 DE ALTA DEFINIÇÃO COM O MÁXIMO 10MM DE DEFINIÇÃO REAL, PARA ÁREA EXTERNA OUTDOOR, QUE FUNCIONE EM QUALQUER SISTEMA (NTSC/PAL-M) FREQUÊNCIA DE SCAN 280HZ, ENTRADA DE SINAL (SUPER VÍDEO, COMPONENTE, VGA,OU DIGITAL) COM OPÇÃO DE PENDURAR OU EMPILHAR 6000 DOTS/M2 RGB OU 2RGB, 01 OPERADOR TÉCNICO E 01 AUXILIAR TÉCNICO.	DIÁRIA	10
8	**LOCAÇÃO DE PALCO DE GRANDE PORTE TAMANHO 12X8:** DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE PALCO EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO Q30 E/OU Q50, COBERTURA EM DUAS ÁGUAS, FECHAMENTO NO FUNDO E LATERAIS EM LONA SINTÉTICA ANTICHAMAS, PISO EM COMPENSADO NAVAL COM NO MÍNIMO 18 MM, MÍNIMO DE 08 METROS DE ALTURA DE PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, TODAS AS ESTRUTURAS DEVERÃO ESTAR ATERRADAS, POSSUIR EXTINTORES E LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA, CONFORME DETERMINAÇÃO DOS	DIÁRIA	20

	ÓRGÃOS COMPETENTES, EQUIPE DE APOIO PARA QUALQUER EVENTUAL NECESSIDADE DURANTE O EVENTO.		
9	**LOCAÇÃO DE PALCO DE MÉDIO PORTE TAMANHO 10X6:** DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE PALCO EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO Q30, COBERTURA EM DUAS ÁGUAS, FECHAMENTO NO FUNDO E LATERAIS EM LONA SINTÉTICA ANTICHAMAS, PISO EM COMPENSADO NAVAL COM NO MÍNIMO 15 MM, MÍNIMO DE 06 METROS DE ALTURA DE PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, TODAS AS ESTRUTURAS DEVERÃO ESTAR ATERRADAS, POSSUIR EXTINTORES E LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA, CONFORME DETERMINAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES EQUIPE DE APOIO PARA QUALQUER EVENTUAL NECESSIDADE DURANTE O EVENTO.	DIÁRIA	16
10	**LOCAÇÃO DE PALCO DE PEQUENO PORTE TAMANHO 6X6:** DESCRIÇÃO: INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE PALCO EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO Q30, COBERTURA EM DUAS ÁGUAS, FECHAMENTO NO FUNDO E LATERAIS EM LONA SINTÉTICA ANTICHAMAS, PISO EM COMPENSADO NAVAL COM NO MÍNIMO 15 MM, MÍNIMO DE 04 METROS DE ALTURA DE PÉ DIREITO, MEDINDO-SE DO CHÃO ATÉ O TETO, TODAS AS ESTRUTURAS DEVERÃO ESTAR ATERRADAS, POSSUIR EXTINTORES E LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA, CONFORME DETERMINAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES EQUIPE DE APOIO PARA QUALQUER EVENTUAL NECESSIDADE DURANTE O EVENTO.	DIÁRIA	10
11	**LOCAÇÃO DE TABLADO COM REGULAGEM DE ALTURA:** DESCRIÇÃO: TABLADO COM REGULAGEM DE 0,60 CEMTIMETRO A 1,0 METROS DE ALTURA, COM PISO EM COMPENSADO NAVAL E ACABAMENTO EM AÇO GALVANIZADO OU ESTRUTURA DE ALUMINIO NAS LATERAIS. TAMANHO DE 10 METROS DE FRENTE, POR 8,0 METROS DE FUNDO, COM ATERRAMENTO. E ESCADA DE ACESSO, EQUIPE DE APOIO PARA QUALQUER EVENTUAL NECESSIDADE DURANTE O EVENTO.	DIÁRIA	14
12	**LOCAÇÃO DE CAMARIM:** DESCRIÇÃO CAMARIM CLIMATIZADO, MEDINDO 4M X 3M, COM FECHAMENTO EM PLACAS DE OCTANORME OU TS FORMICALIZADO, PISO EM MADEIRA TIPO COMPENSADO CARPETADO, PAREDES, PAINÉIS EM OCTANORME, CHAPAS TS NA COR BRANCA, PORTA DE ACESSO COM FECHADURA, COM ATERRAMENTO, ILUMINAÇÃO.	DIÁRIA	08
13	**LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS:** DESCRIÇÃO: BANHEIROS INDIVIDUAIS, PORTÁTEIS, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO DIÁRIA, EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO E IDENTIFICAÇÃO DE SEXO.	DIÁRIA	100
14	**LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA CADEIRANTES:** DESCRIÇÃO: BANHEIROS INDIVIDUAIS, PORTÁTEIS, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO DIÁRIA, EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, ADESIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, PISO REBAIXADO E ANTIDERRAPANTE, TELAS PARA VENTILAÇÃO INTERNA, CORRIMÃO INTERNO DE APOIO, CANALETAS NA COBERTURA PARA INIBIR A ENTRADA DA CHUVA, TRINCO INFORMATIVO DE LIVRE E OCUPADO, E IDENTIFICAÇÃO DE SEXO.	DIÁRIA	50
15	**LOCAÇÃO DE GERADOR COM POTENCIA MINIMA DE 180 KVA:** DESCRIÇÃO: POTÊNCIA DE 180 KVA EM REGIME CONTÍNUO, POTÊNCIA ATIVA(KW) NOS PADRÕES TÉCNICOS, MOTOR DIESEL – 1800 RPM, CHAVE DE DISTRIBUIÇÃO FORÇA TRIFASE: NAS TENSÕES DE 110 A 130V – 60HZ E 220 A 240V – 60HZ, SAÍDAS ELÉTRICAS COM PARAFUSOS E POUCAS OU TRAVA DE APERTO, TIPO DE TAMANHO DE CABCAÇÃO: ANTI-CHAMA PONTAS COM TERMINAIS COMPATÍVEIS BITOLAGEM DE 150MM POR FASE NO TAMANHO DE 50M, UMA CHAVE INTERMEDIÁRIA POR GERADOR PARA ACOMPANHAMENTO AOS EQUIPAMENTOS A SEREM ENERGIZADOS, OS PAINÉIS DE CONTROLE DEVEM APRESENTAR-SE EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO E ESTÁ DISPONÍVEL PARA FÁCIL VISUALIZAÇÃO NOS MOMENTOS DE CHECAGEM PELA PRODUÇÃO, BLINDAGEM E NÍVEL DE RUÍDO: ATÉ 50 DECIBÉIS NA DISTÂNCIA DE 04M CONTROLE E NÍVEL DE EMISSÃO DE POLUENTES, POR UM PERÍODO DE 12 HORAS, INCLUSIVE ABASTECIDO COM COMBUSTÍVEL, COM EXTINTOR, ATERRAMENTO E ISOLAMENTO, ACOMPANHAMENTO DE PROFISSIONAL TÉCNICO.	DIÁRIA	14
16	**PRESTAÇÃO DE SERVICO EQUIPE DE APOIO**: DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EQUIPE ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE EVENTO, CAPACITADA, TREINADA, UNIFORMIZADA E COM EXPERIÊNCIA PARA APOIO EM SERVIÇOS DE REVISTAS, AJUDANDO A MANTER A ORDEM DO SOSSEGO EM EVENTOS COM GRANDE FLUXO DE PUBLICO.	DIÁRIA	200
17	**LOCAÇÃO DE GRADES DE ISOLAMENTO:** DESCRIÇÃO: GRADE DE ISOLAMENTO EM ESTRUTURA TUBULAR DE DURALUMÍNIO OU AÇO GALVANIZADO, MEDINDO 1,20M DE ALTURA COM NO MÍNIMO 2,00M DE COMPRIMENTO,	METRO	2.000
18	**LOCAÇÃO DE TRELIÇA DE ALUMÍNIO:** DESCRIÇÃO: TRELIÇA EM ALUMINIO, PARA PÓRTICOS E GRIDS, EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO EM FORMATOS DE Q30 OU Q50, COM SLEEVE, TALHAS, PAU DE CARGA, SAPATA, CINTAS, CUBOS, ALGEMAS, BASES E PARAFUSOS, MONTAGEM DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO EVENTO.	METRO	2000
19	**LOCAÇÃO DE TELÃO COM PROJETOR:** DESCRIÇÃO: TELÃO COM TAMANHO MINIMO DE 3X4 EM ESTRUTURA METÁLICA OU TRELIÇA DE ALUMINIO, PROJEÇÃO MININA APARTIR DE 2.000 LUMENS.	DIÁRIA	10
20	**LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRAMIDAL TAMANHO 6X6M:** DESCRIÇÃO: TENDA COM OS 04 LADOS, MEDIDA 6 METROS CADA, COM COBERTURA EM LONA EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA, LONA COM ANTI-CHAMA E ANTI-MOFO. ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, COM NO MINIMO 2,20M, DE PÉ DIREITO, A PARTIR DO PISO.	DIÁRIA	100
21	**LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRAMIDAL TAMANHO 5X5M:** DESCRIÇÃO: TENDA COM OS 04 LADOS, MEDIDA 5 METROS CADA, COM COBERTURA EM LONA EM EXCELENTE ESTADO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA, LONA COM ANTI-CHAMA E ANTI-MOFO. ESTRUTURA EM AÇO GALVANIZADO, COM NO MINIMO 2,20M, DE PÉ DIREITO, A PARTIR DO PISO.	DIÁRIA	100
22	**LOCAÇÃO CARRO DE SOM** DESCRIÇÃO: SERVIÇOS DE AUDIO EM CARRO DE SOM PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE DIVULGACAO DA PREFEITURA MUNICIPAL	HORA	400
23	**LOCAÇÃO DE PAVILHÃO TIPO GALPÃO** DESCRIÇÃO: PAVILHÃO TIPO GALPÃO, ESTRUTURA DE TRELIÇA EM ALUMÍNIO Q30 E LONA SINTÉTICA ANTICHAMA (IMPERMEAVEL), ALTURA MÍNIMA DE 4,00 METROS, ILUMINADO COM REFLETORES.	M2	1000
24	**LOCAÇÃO DE ARQUIBANCADA:** DESCRIÇÃO: LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MÓDULO DE ARQUIBANCADA MEDINDO 30 METROS DE LARGURA, COM 06 (SEIS) DEGRAUS, COM INÍCIO DO PRIMEIRO PISO, DE NO MÍNIMO 1,20 METROS DO NÍVEL DO CHÃO, ASSENTOS CONFECCIONADOS EM CHAPAS DOBRADAS E COM REFORÇOS DE SEGURANÇA EM INTERVALOS MÁXIMOS DE 20 (VINTE) CENTÍMETROS, COM ENCAIXES E FIXADORES NOS DEGRAUS COM PINOS OU PARAFUSOS, ESCADAS DE ACESSO COM 2,30 METROS DE LARGURA E ESPELHOS DE DEGRAUS NO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) CENTÍMETROS, PARAPEITO E CORRIMÕES NO MÍNIMO DE 1,10 METROS DE ALTURA E INTERVALOS DE VÃOS LIVRES DE NO MÁXIMO 15 (QUINZE) CENTÍMETROS COM PLACA DE IDENTIFICAÇÃO INFORMANDO CAPACIDADE DE PESSOAS.	DIÁRIA	08

Publicado por:
Tonyzette Darlyton da Silva
Código Identificador:CB553FB9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

UNIDADE SETORIAL DE PREGÕES
ATA DE SESSÃO PÚBLICA REFERENTE A CONVOCAÇÃO DE LICITANTES CLASSIFICADOS EM SEGUNDO LUGAR AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019.

Às 09h do dia 11 de setembro de 2019, reuniu-se o Pregoeiro Oficial do Município, designado pela Portaria n.º 084-B/2019, de 01 de abril de 2019, em atendimento às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, para realizar os procedimentos relativos à convocação do(s) licitante(s) classificado(s) em segundo lugar ao Pregão Presencial SRP nº 019/2019. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA À EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO (LUMINÁRIAS E BRAÇOS CURVADOS) DESTINADO À ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**. Foi concedido 5 minutos de tolerância, tendo sido declarada aberta a sessão às 09h05min.

Considerando o aviso de resultado de julgamento das amostras e convocação para abertura e julgamento de documentos de habilitação - Pregão Presencial SRP nº 019/2019 - Processo Administrativo nº 094/2019 publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 05/09/2019, edição n° 2098.

ATA DE RESULTADO DE AMOSTRAS E CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO PARA NEGOCIAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019.

OBJETO: *Registro de Preços visando à contratação de Pessoa Jurídica destinada à eventual aquisição de material elétrico (luminárias e braços curvados) destinado à iluminação pública do Município de Baraúna/RN.*

Considerando *o que dispõe as regras editalícias constantes dos autos do Pregão Presencial SRP nº 019/2019 – Processo Administrativo nº 094/2019, Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, suas atualizações posteriores;*

Considerando *a ata de sessão pública realizada às 09h do dia 07 de agosto de 2019 destinada à abertura dos envelopes de propostas e envelopes de habilitação referente ao Pregão Presencial SRP nº 019/2019,* ***conforme breve extrato***. ***In Verbis:***

ATA DE REALIZAÇÃO DE ABERTURA DOS
ENVELOPES DE PROPOSTAS E ENVELOPES DE
HABILITAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019.

Às 09h do dia 07 de agosto de 2019, reuniu-se o Pregoeiro Oficial do Município, designado pela Portaria n.º 084-B/2019, de 01 de abril de 2019, em atendimento às disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Presencial SRP nº 019/2019. Objeto: ***REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA À EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO (LUMINÁRIAS E BRAÇOS CURVADOS) DESTINADO À ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN****. Foi concedido 5 minutos de tolerância, tendo sido declarada aberta a sessão às 09h05min.*
Inicialmente, em conformidade com as disposições contidas no Edital, o Pregoeiro abriu a sessão pública e efetuou o credenciamento dos interessados.

LICITANTES PARTICIPANTES	
LICITANTES	***REPRESENTANTES***
RAZÃO SOCIAL / CNPJ	***NOME / CPF***
ALPHATRONIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: *02.162.198/0001-35.*	***JÚLIO DUARTE DE OLIVEIRA- CPF:*** *242.917.904-06*
ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: *00.226.324/0001-42.*	***BRUNNO GIORDANNO DA SILVA ARANHA - CPF:*** *023.359.654-25*
JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ: *18.334.420/0001-70.*	***JOÃO PAULO DE AGUIAR TAVARES - CPF:*** *751.153.444-91*
KARIRI LED`S IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: *17.054.844/0001-18.*	***JOÃO LANDIM NETO- CPF:*** *532.378.033-91*
LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: *27.062.419/0001-24.*	***DANIEL ASSIS MOSINI- CPF:*** *924.137.492-68*

A seguir foram recebidos os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação. Procedeu-se à abertura dos envelopes de propostas e aos registros dos valores apresentados pelos proponentes acima nominados tendo sido classificados e convocados para a fase de lances/negociação, conforme quadro comparativo de preços, documento que compõe os autos do presente processo.
Quando da análise dos documentos de credenciamento fora observado que o licitante ***KARIRI LED`S IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 17.054.844/0001-18*** *deixou de apresentar a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação conforme itens nº 2.2, 11, 14 e 31 do edital, considerando o princípio do formalismo moderado, foi oportunizado ao representante legal Sr João Landim Neto, CPF: 532.378.033-91 que procedesse de próprio punho a confecção do referido documento, o que foi prontamente atendido, tendo com isso preenchido o requisito constante dos itens nº 2.2, 11, 14 e 31 do edital.*

Quando da análise da proposta, fora observado que o licitante ***JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ: 18.334.420/0001-70*** *apresentou a proposta com validade de 60(sessenta) dias, considerando o princípio do formalismo moderado, foi oportunizado ao representante legal Sr João Paulo De Aguiar Tavares****,*** *CPF: 751.153.444-91que procedesse de próprio punho a correção da validade para 90 (noventa) dias, o que foi prontamente atendido, tendo com isso preenchido o requisito constante do item nº 39 31 do edital.*

FASE DE ANÁLISE DE
PROPOSTAS DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019.
(...)

FASE DE LANCES/NEGOCIAÇÃO
DE VALORES CONFORME PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019.
(...)

DO REGISTRO DE OBSERVAÇÕES DOS LICITANTES

JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ: 18.334.420/0001-70:
A empresa solicita que sejam disponibilizados por meio eletrônico a comprovação dos laudos e ensaios emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO e que nos sejam permitidos o acompanhamento da entrega física dos mesmos.
2) KARIRI LED`S IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ: 17.054.844/0001-18.
A empresa informa interposição de recurso concernente à desclassificação por não apresentação da marca, tendo solicitado o registro de valores e o motivo de sua desclassificação.

DAS AMOSTRAS

Após a fase de análise de propostas e fase de lances/negociação em que sagram-se vencedores os ***licitantes: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 nos itens 01, 02, 04, 07, 08 e 09 e LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 27.062.419/0001-24****.* ***nos itens 03, 05 e 06 CLASSIFICADAS conforme MAPA DE FASE DE LANCES/NEGOCIAÇÃO.***
Considerando o exposto, base nos itens 53, 53.1, 53.2, 53.3, 53.4, 53.5, 53.6, 53.7 e 53.8 constantes do edital supra, convoco os ***licitantes: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 nos itens 01, 02, 04, 07, 08 e 09 e LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 27.062.419/0001-24****.* ***nos itens 03, 05 e 06****a apresentarem as amostras dos itens vencidos,* ***no prazo de 03(três) dias úteis****, em conformidade com os itens 53, 53.1, 53.2, 53.3, 53.4, 53.5, 53.6, 53.7 e 53.8.* ***In Verbis:***

53. O Pregoeiro ***solicitará que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, junto ao Setor de Compras para análise quanto à qualidade do produto e à compatibilidade às especificações editalícias.***
53.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar como amostra 1 (uma) unidade do item ao qual sagrou-se vencedor após a fase de lances/negociação e os documentos constantes dos itens nº 1.3, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.4, 1.3.5, 1.3.6, 1.3.7, 1.3.8, 1.3.9, 1.3.10, 1.3.11,

1.3.12 e 1.5 do TR(ANEXO - I) no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do resultado da fase de lances/negociação, para análise quanto à compatibilidade às especificações técnicas constante do TR.

53.2. No caso de não haver entrega da amostra, conforme itens 53 e 53.1 ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Poder Executivo, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
53.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
53.4. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
53.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
53.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
53.7. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser encaminhada(s) ao Setor de Compras localizado no Centro Administrativo, Rua Hermenegildo Montenegro, 126, CEP: 59.695-000, e-mail: compras@barauna.rn.gov.br.
53.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Informo que o prazo de três dias úteis encerrar-se-á ás 16h do dia 12 de agosto de 2019. Os envelopes lacrados contendo os documentos de habilitação permanecerão sob a guarda do Pregoeiro.
O Pregoeiro nada mais havendo a tratar, declarou encerrados os trabalhos às 11h15min do dia 07 de agosto de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro Municipal

AGLÁCIA GLÓRIA SILVA DE MOURA
Equipe de Apoio

JOSÉ EVILÁZIO DA SILVA
Equipe de Apoio

Licitantes Participantes Presentes:

ALPHATRONIC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 02.162.198/0001-35.

ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP
CNPJ: 00.226.324/0001-42.

JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP
CNPJ: 18.334.420/0001-70.

KARIRI LED`S IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CNPJ: 17.054.844/0001-18.

LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP
CNPJ: 27.062.419/0001-24.

Considerando *que aos 27(vinte de sete) dias de agosto de 2019, fora recebido pelo Setor de Licitações e Contratos o Parecer Técnico emitido pelo Sr Wigor Breno A. da Silva, Engenheiro Eletricista, CREA nº 2116601101-9, referente ao resultado de análise das amostras de produtos (luminárias) constantes do Pregão supra cujo resultado fora publicizado na Imprensa Oficial, conforme matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 04 de setembro de 2019, edição nº 2.097.* ***In Verbis***

RESULTADO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS, CERTIFICADOS DE CONFORMIDADE E LAUDOS DAS LUMINÁRIAS APRESENTADOS PELAS LICITANTES QUE OFERTARAM PROPOSTAS DE PREÇOS DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 094/2019 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DESTINADA À EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO (LUMINÁRIAS E BRAÇOS CURVADOS) DESTINADO À ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.

LICITANTES CONVOCADOS A APRESENTAR AS AMOSTRAS, CONFORME ATA DE REALIZAÇÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E ENVELOPES DE HABILITAÇÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019 EM 07 DE AGOSTO DE 2019:

a)ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42;

b)LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 27.062.419/0001-24

1. PARECER PARA ITEM 01 REFERENTE ÀS LUMINÁRIAS LED COM POTÊNCIA DE 30W
EMPRESA:*ELÉTRICA LUZ*
MARCA APRESENTADA NA PROPOSTA:*GLIGHT*
MARCA DA AMOSTRA ENTREGUE:*GLIGHT*

ENTREGA DE AMOSTRAS
Amostra de Luminária entregue conforme solicitado. As marcações identificadas na luminária indicam potência de 30W, frequência 50/60Hz, Índice de Reprodução de Cor – IRC 70, Temperatura de cor correlata de 5000K. Assim, a luminária não está conforme quanto ao índice de

Reprodução de Cor (IRC≥80) e Temperatura de Cor correlata 6.000K, conforme especificado no termo de referência do presente edital. Também não é especificado se a fonte possui sistema de dimerização, para futuro gerenciamento por telegestão, conforme solicita o termo de referência.

ENSAIO/LAUDO FOTOMÉTRICO E ELÉTRICO

O relatório de ensaio apresenta referente aos ensaios elétricos e fotométricos, as medições de potência, fator de potência, corrente, fluxo e eficiência, entretanto, não apresentam medições de temperatura de cor correlata e índice de reprodução de cor. Na seção que apresenta as especificações de distribuição Luminosa, apresenta o diagrama de distribuição máxima de intensidade luminosa, diagrama de fluxo zonal, classificações de distribuição de intensidade luminosa, porém não declara o ângulo de abertura de facho característico da luminária. Portanto item não conforme.

ENSAIO/LAUDO DA EFICIÊNCIA LUMINOSA

A eficiência Luminosa medida laudo é de 119lm/W, respeitando a especificação prevista em portaria, que o valor medido deve ser até 90% do valor declarado. Portanto, para o valor especificado no presente edital, esse item está conforme.

ENSAIO/LAUDO FATOR DE POTÊNCIA

O fator de potência medido e declarado no Laudo é de 0,996, que está conforme perante o parâmetro especificado no edital, que é de no mínimo 0,96, portanto, esse item está conforme.

ENSAIO/LAUDO DISTORÇÃO HARMÔNICA

Laudo referente ao resultado dos conteúdos harmônicos não foi apresentado. Também não foi especificado o Índice de distorção harmônico conforme exigido em edital. Este item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO VIDA ÚTIL DOS LEDS

Ensaio referente à manutenção do fluxo luminoso da luminária, bem como laudo comprobatório da sua vida útil não foram apresentados. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO (L70)

Não apresentado laudo constando índice de depreciação a L70, conforme indicado no edital. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO QUANTO À PROTEÇÃO DE SURTO

Ensaio referente à proteção de surto da luminária não apresentado, o edital exigia que a luminária tivesse associada uma proteção de surto de no mínimo 4kV. Este Item não está conforme.

ENSAIO QUANTO A TEMPERATURA DE COR

Relatório apresenta somente o valor declarado de temperatura de cor, que é de 5000K, que não corresponde ao exigido em edital, que é 6000K. O relatório ainda não apresenta medições de temperatura de cor que comprovem tal valor declarado. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO QUANTO A ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR

Relatório não apresenta valor declarado para índice de reprodução de cor e também não apresenta medições comprobatórias. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO DO ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSA

Relatório apresenta diagrama de distribuição de máxima intensidade luminosa, e nos dados do fabricante da luminária declara o valor do ângulo de abertura de facho com 140°, que no termo de referência do presente edital é exigido 135°. esse item está conforme.

ENSAIO/LAUDO DA PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS IK

É exigido no presente edital que seja apresentado relatório referente à resistência contra impactos mecânicos da luminária, contendo IK08. O relatório apresentado não menciona o IK da luminária. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO DO GRAU DE PROTEÇÃO IP

O Termo de referência do edital determina que seja apresentado relatório referente ao grau de proteção da luminária, com no mínimo IP66. O relatório apresentado declara o IP da luminária, entretanto não apresenta ensaio comprobatório. Este Item não está conforme.

CONJUNTO ÓPTICO

Informação não especificada. Este Item não está conforme.

CONCLUSÃO FINAL

Conforme descrito acima, de acordo com as especificações técnicas exigidas pelo edital, baseadas na Portaria 020 Inmetro de 15 de Fevereiro de 2017, o relatório de ensaio 01-1354-18 emitido pelo Laboratório LabLux - CRL 0557 apresenta que a Luminária da Marca G-Light, modelo Luminária GL216-LED-140-30-50-3C ***não está apta para arremate do item, uma vez que não atende aos requisitos do presente edital.***

2. PARECER PARA ITEM 02 REFERENTE ÀS LUMINÁRIAS LED COM POTÊNCIA DE 60W
EMPRESA: ELÉTRICA LUZ
MARCA APRESENTADA NA PROPOSTA:*LEDSTAR*
MARCA DA AMOSTRA ENTREGUE:*NÃO EFETUOU ENTREGA DA AMOSTRA.*

CONCLUSÃO FINAL

Devido a não apresentação de amostras e laudos, ***a empresa não está apta para arremate do item, uma vez que não atende aos requisitos do presente edital.***

3. PARECER PARA ITEM 03 REFERENTE ÀS LUMINÁRIAS LED COM POTÊNCIA DE 90W
EMPRESA: LUMÉN
MARCA APRESENTADA NA PROPOSTA:*LIUFEN*
MARCA DA AMOSTRA ENTREGUE:*NÃO EFETUOU ENTREGA DA AMOSTRA.*

CONCLUSÃO FINAL
*Devido a não apresentação de amostras e laudos,**a empresa não está apta para arremate do item, uma vez que não atende aos requisitos do presente edital.***

4. PARECER PARA ITEM 04 REFERENTE ÀS LUMINÁRIAS LED COM POTÊNCIA DE 120W
EMPRESA: ELÉTRICA LUZ
MARCA APRESENTADA NA PROPOSTA:*GLIGHT*
MARCA DA AMOSTRA ENTREGUE:*GLIGHT*

ENTREGA DE AMOSTRAS
Amostra de Luminária entregue conforme solicitado. As marcações identificadas na luminária indicam potência de 120W, frequência 50/60Hz, Índice de Reprodução de Cor – IRC 70, Temperatura de cor correlata de 5000K. Assim, a luminária não está conforme quanto ao índice de Reprodução de Cor (IRC≥80) e Temperatura de Cor correlata 6.000K, conforme especificado no termo de referência do presente edital. Também não é especificado se a fonte possui sistema de dimerização, para futuro gerenciamento por telegestão, conforme solicita o termo de referência.

ENSAIO/LAUDO FOTOMÉTRICO E ELÉTRICO
O relatório de ensaio apresenta referente aos ensaios elétricos e fotométricos, as medições de potência, fator de potência, corrente, fluxo e eficiência, entretanto, não apresentam medições de temperatura de cor correlata e índice de reprodução de cor. Na seção que apresenta as especificações de distribuição Luminosa, apresenta o diagrama de distribuição máxima de intensidade luminosa, diagrama de fluxo zonal, classificações de distribuição de intensidade luminosa, porém não declara o ângulo de abertura de facho característico da luminária. Portanto item não conforme.

ENSAIO/LAUDO DA EFICIÊNCIA LUMINOSA
A eficiência Luminosa medida laudo é de 132,2lm/W, respeitando a especificação prevista em portaria, que o valor medido deve ser até 90% do valor declarado. Portanto, para o valor especificado no presente edital, esse item está conforme.

ENSAIO/LAUDO FATOR DE POTÊNCIA
O fator de potência medido e declarado no Laudo é de 0,998, que está conforme perante o parâmetro especificado no edital, que é de no mínimo 0,96, portanto, esse item está conforme.

ENSAIO/LAUDO DISTORÇÃO HARMÔNICA
Laudo referente ao resultado dos conteúdos harmônicos não foi apresentado. Também não foi especificado o Índice de distorção harmônico conforme especificado em edital. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO VIDA ÚTIL DOS LEDS
Ensaio referente à manutenção do fluxo luminoso da luminária bem como laudos comprobatórios da sua vida útil não foram apresentados. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO ÍNDICE DE DEPRECIAÇÃO (L70)
Não apresentado laudo constando índice de depreciação a L70, conforme indicado no edital. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO QUANTO À PROTEÇÃO DE SURTO;
Ensaio referente à proteção de surto da luminária não apresentado, o edital exigia que a luminária tivesse associada uma proteção de surto de no mínimo 4kV. Este Item não está conforme.

ENSAIO QUANTO A TEMPERATURA DE COR;
Relatório apresenta somente o valor declarado de temperatura de cor, que é de 5000K, que não corresponde ao exigido em edital, que é 6000K. O relatório ainda não apresenta medições de temperatura de cor que comprovem tal valor declarado. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO QUANTO A ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR;
Relatório não apresenta valor declarado para índice de reprodução de cor e também não apresenta medições comprobatórias. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO DO ÂNGULO DE ABERTURA DO FACHO LUMINOSA;
Relatório apresenta diagrama de distribuição de máxima intensidade luminosa, e nos dados do fabricante da luminária declara o valor do ângulo de abertura de facho com 140°, que no termo de referência do presente edital é exigido 135°. esse item está conforme.

ENSAIO/LAUDO DA PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS IK;
É exigido no presente edital que seja apresentado relatório referente à resistência contra impactos mecânicos da luminária, contendo IK08. O relatório apresentado não menciona o IK da luminária. Este Item não está conforme.

ENSAIO/LAUDO DO GRAU DE PROTEÇÃO IP.
O Termo de referência do edital determina que seja apresentado relatório referente ao grau de proteção da luminária, com no mínimo IP66. O relatório apresentado declara o IP da luminária, entretanto não apresenta ensaio comprobatório. Este Item não está conforme.

CONJUNTO ÓPTICO
Informação não especificada. Este Item não está conforme.

CONCLUSÃO FINAL
*Conforme descrito acima, de acordo com as especificações técnicas exigidas pelo edital, baseadas na Portaria 020 Inmetro de 15 de Fevereiro de 2017, o relatório de ensaio 05-1354-18 emitido pelo Laboratório LabLux - CRL 0557 apresenta que a Luminária da Marca G-Light, modelo Luminária GL216-LED-140-120-50-3C**não está apta para arremate do item, uma vez que não atende aos requisitos do presente edital.***

5. PARECER PARA ITEM 05 REFERENTE ÀS LUMINÁRIAS LED COM POTÊNCIA DE 150W

EMPRESA: LUMÉN
MARCA APRESENTADA NA PROPOSTA:*LIUFEN*
MARCA DA AMOSTRA ENTREGUE:*NÃO EFETUOU ENTREGA DA AMOSTRA.*

CONCLUSÃO FINAL
*Devido a não apresentação de amostras e laudos,**a empresa não está apta para arremate do item, uma vez que não atende aos requisitos do presente edital.*

WIGOR BRENO A. DA SILVA
Engenheiro Eletricista
CREA: 211601101-9

Publicado por:
Andercio Fabrizio Barboza
Código Identificador:*96B2C770*

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 04/09/2019. Edição 2097. A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

Considerando*que o relatório emitido pelo Sr Wigor Breno A. da Silva, Engenheiro Eletricista, CREA nº 2116601101-9 concluiu que o licitante: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 apresentou as amostras dos itens nº 01 e 04, no entanto, conforme parecer técnico as amostras não atendem aos requisitos do edital. O referido licitante também deixou de apresentar a amostra do item nº 02. Já o licitante: LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 27.062.419/0001-24 deixou de apresentar as amostras dos itens nº 03 e 05;*
Considerando *que conforme parecer técnico em tela o licitante: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 vencedora dos itens nº 01, 02 e 04 e o licitante LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 27.062.419/0001-24 vencedora dos itens nº 03 e 05 estão desclassificados nos respectivos itens pela não aprovação das amostras/não entrega de amostra, descumprindo dispositivos constantes do Termo de Referência e edital. Os itens deverão a ser negociados com o(s) licitante(s) classificado(s) em segundo lugar;*

Considerando *que os itens nº 1, 2, 3, 4 e 5 serão levados a nova rodada de negociações com os licitantes classificados em segundo lugar, conforme mapa de fase de lances/negociação constante da ata da sessão pública do dia 07 de agosto de 2019, haja vista a desclassificação dos licitantes ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 (itens 1, 2 e 4) e LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 27.062.419/0001-24 (itens nº 3 e 5);*

Considerando *todo o exposto e com base nos princípios basilares da legalidade, impessoalidade, publicidade, supremacia do interesse público, julgamento objetivo, busca da proposta mais vantajosa e vinculação ao instrumento convocatório.*

DECIDO:

CONVOCAR *para às 09h do dia 11 de setembro de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Baraúna, situada na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, Baraúna, Setor de Licitações, o licitante* ***JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ: 18.334.420/0001-70 classificado em segundo lugar nos itens nº 1, 2 e 4 e o licitante ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 classificado em segundo lugar nos itens nº 3 e 5*** *para, conforme o princípio da economicidade, negociar os itens nº 1, 2, 3, 4 e 5 devendo o(s) vencedor(es), após a fase de negociação e análise da vantajosidade dos preços ofertados frente às médias de preços constantes do pregão em epígrafe, apresentar obrigatoriamente, em data a ser definida, com escopo nos princípios de razoabilidade e proporcionalidade, a(s) amostra(s) do(s) item(ens) vencido(s). Os autos estão disponíveis aos licitantes participantes, aos Órgãos de Controle Externo/Órgãos Fiscalizadores e a sociedade.*

Baraúna/RN 04 de setembro de 2019.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro Municipal

AGLÁCIA GLÓRIA SILVA DE MOURA
Equipe de Apoio

JOSÉ EVILÁZIO DA SILVA
Equipe de Apoio

Considerando todo o exposto fora declarada aberta a sessão destinada a convocação de licitantes classificados em segundo lugar visando à negociação dos itens remanescentes. Compareceu o seguinte licitante já devidamente credenciado:

LICITANTE	REPRESENTANTE
RAZÃO SOCIAL / CNPJ	NOME / CPF
JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ: 18.334.420/0001-70.	**JOÃO PAULO DE AGUIAR TAVARES - CPF:** 751.153.444-91

O representante do licitante **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42**, não compareceu à sessão pública conforme aviso de convocação publicado na Imprensa Oficial.

NOVA FASE DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES DOS ITENS

REMANESCENTES REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019.

ITEM	DISCRIMNAÇÃO DO MATERIAL	UNID	QTD	ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP	JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP,	LUMÉN DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP
				VALOR UNITÁRIO R$		
1	Luminária LED, para iluminação pública, com potência nominal de 30W, com todos os acessórios para fixação em braço metálico; Tensão nominal de alimentação bivolt (100 - 240V); Frequência nominal de 60Hz; Fator de potência mínimo de 0,96; Distorção harmônica inferior à 12%; Eficiência luminosa mínima de 120lm/W; Índice de Reprodução de Cor (IRC) mínimo de 80%; Ângulo de abertura do facho luminoso mínimo de 135º; Temperatura de cor (TCC) de 6.000K; Driver incorporado internamente à luminária deverá ser dimerizável; Protetor de surto integrado, contra variações, picos e transiente da rede elétrica de 4KV; Corpo da luminária em alumínio; Conjunto óptico fechado fabricado em vidro, policarbonato ou acrílico, estabilizado para resistir à radiação ultravioleta e às intempéries; Grau de proteção IP66; Proteção contra impactos mecânicos IK08; Corpo da luminária em alumínio; Pintura da luminária na cor branco ou personalizada; Vida útil do conjunto: Mínimo de 50.000h; Índice de depreciação mínimo: L70; Garantia do produto de 5 (cinco) anos; Laudos/ensaios em laboratório acreditado pelo INMETRO de todas as características da luminária descritas no termo de referência conforme a portaria nº20 do INMETRO.	Und	1.500	**R$ 331,37** ***FOI NEGOCIADO POR R$ 330,00*** ***DESCCASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA REPROVADA***	**R$ 532,00** **SEM LANCE** *FOI NEGOCIADO POR R$ 530,00* ***(SESSÃO EM 11 DE SETEMBRO DE 2019)***	**R$ 140,00** **LICITANTE SOLICITOU CANCELAMENTO DA PROPOSTA POR ERRO DE DIGITAÇÃO. PROPOSTA NO ITEM CANCELADA**
2	Luminária LED, para iluminação pública, com potência nominal de 60W, com todos os acessórios para fixação em braço metálico; Tensão nominal de alimentação bivolt (100 - 240V); Frequência nominal de 60Hz; Fator de potência mínimo de 0,96; Distorção harmônica inferior à 12%; Eficiência luminosa mínima de 120lm/W; Índice de Reprodução de Cor (IRC) mínimo de 80%; Ângulo de abertura do facho luminoso mínimo de 135º; Temperatura de cor (TCC) de 6.000K; Driver incorporado internamente à luminária deverá ser dimerizável; Protetor de surto integrado, contra variações, picos e transiente da rede elétrica de 4KV; Corpo da luminária em alumínio; Conjunto óptico fechado fabricado em vidro, policarbonato ou acrílico, estabilizado para resistir à radiação ultravioleta e às intempéries; Grau de proteção IP66; Proteção contra impactos mecânicos IK08; Corpo da luminária em alumínio; Pintura da luminária na cor branco ou personalizada; Vida útil do conjunto: Mínimo de 50.000h; Índice de depreciação mínimo: L70; Garantia do produto de 5 (cinco) anos; Laudos/ensaios em laboratório acreditado pelo INMETRO de todas as características da luminária descritas no termo de referência conforme a portaria nº20 do INMETRO.	Und	750	***R$ 616,07*** ***FOI NEGOCIADO POR R$ 614,00*** ***DESCCASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA REPROVADA***	***R$ 835,00*** ***SEM LANCE*** *FOI NEGOCIADO POR R$ 830,00* ***(SESSÃO EM 11 DE SETEMBRO DE 2019)***	***R$ 140,00*** **LICITANTE SOLICITOU CANCELAMENTO DA PROPOSTA POR ERRO DE DIGITAÇÃO. PROPOSTA NO ITEM CANCELADA**
3	Luminária LED, para iluminação pública, com potência nominal de 90W, com todos os acessórios para fixação em braço metálico; Tensão nominal de alimentação bivolt (100 - 240V); Frequência nominal de 60Hz; Fator de potência mínimo de 0,96; Distorção harmônica inferior à 12%; Eficiência luminosa mínima de 120lm/W; Índice de Reprodução de Cor (IRC) mínimo de 80%; Ângulo de abertura do facho luminoso mínimo de 135º; Temperatura de cor (TCC) de 6.000K; Driver incorporado internamente à luminária deverá ser dimerizável; Protetor de surto integrado, contra variações, picos e transiente da rede elétrica de 4KV; Corpo da luminária em alumínio; Conjunto óptico fechado fabricado em vidro, policarbonato ou acrílico, estabilizado para resistir à radiação ultravioleta e às intempéries; Grau de proteção IP66; Proteção contra impactos mecânicos IK08; Corpo da luminária em alumínio; Pintura da luminária na cor branco ou personalizada; Vida útil do conjunto: Mínimo de 50.000h; Índice de depreciação mínimo: L70; Garantia do produto de 5 (cinco) anos; Laudos/ensaios em laboratório acreditado pelo INMETRO de todas as características da luminária descritas no termo de referência conforme a portaria nº20 do INMETRO.	Und	1.000	***R$ 872,50*** ***SEM LANCE***	***R$ 1.025,00*** ***SEM LANCE***	***R$ 264,00*** FOI TENTADO NEGOCIAÇÃO, NO ENTANTO LICITANTE DECLINOU. ITEM FOI ACEITO POR ESTAR ABAIXO DE MÉDIA DE PREÇOS. **ITEM ACEITO POR R$ 264,00** ***DESCCASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA NÃO FORA ENTREGUE***
4	Luminária LED, para iluminação pública, com potência nominal de 120W, com todos os acessórios para fixação em braço metálico; Tensão nominal de alimentação bivolt (100 - 240V); Frequência nominal de 60Hz; Fator de potência mínimo de 0,96; Distorção harmônica inferior à 12%; Eficiência luminosa mínima de 120lm/W; Índice de Reprodução de Cor (IRC) mínimo de 80%; Ângulo de abertura do facho luminoso mínimo de 135º; Temperatura de cor (TCC) de 6.000K; Driver incorporado internamente à luminária deverá ser dimerizável; Protetor de surto integrado, contra variações, picos e transiente da rede elétrica de 4KV; Corpo da luminária em alumínio; Conjunto óptico fechado fabricado em vidro, policarbonato ou acrílico, estabilizado para resistir à radiação ultravioleta e às intempéries; Grau de proteção IP66; Proteção contra impactos mecânicos IK08; Corpo da luminária em alumínio; Pintura da luminária na cor branco ou personalizada; Vida útil do conjunto: Mínimo de 50.000h; Índice de depreciação mínimo: L70; Garantia do produto de 5 (cinco) anos; Laudos/ensaios em laboratório acreditado pelo INMETRO de todas as características da luminária descritas no termo de referência conforme a portaria nº20 do INMETRO.	Und	100	***R$ 845,93*** ***FOI NEGOCIADO POR R$ 843,00*** ***DESCCASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA REPROVADA***	***R$ 1.190,00*** ***SEM LANCE*** *FOI NEGOCIADO POR R$ 1.188,00* ***(SESSÃO EM 11 DE SETEMBRO DE 2019)***	***R$ 294,00*** **LICITANTE SOLICITOU CANCELAMENTO DA PROPOSTA POR ERRO DE DIGITAÇÃO. PROPOSTA NO ITEM CANCELADA**
5	Luminária LED, para iluminação pública, com potência nominal de 150W, com todos os acessórios para fixação em braço metálico; Tensão nominal de alimentação bivolt (100 - 240V); Frequência nominal de 60Hz; Fator de potência mínimo de 0,96; Distorção harmônica inferior à 12%; Eficiência luminosa mínima de 120lm/W; Índice de Reprodução de Cor (IRC) mínimo de 80%; Ângulo de abertura do facho luminoso mínimo de 135º; Temperatura de cor (TCC) de 6.000K; Driver incorporado internamente à luminária deverá ser dimerizável; Protetor de surto integrado, contra variações, picos e transiente da rede elétrica de 4KV; Corpo da luminária em alumínio; Conjunto óptico fechado fabricado em vidro, policarbonato	Und	30	***R$ 1.130,87*** ***SEM LANCE***	***R$ 1.420,00*** ***SEM LANCE***	***R$ 360,00*** FOI TENTADO NEGOCIAÇÃO, NO ENTANTO LICITANTE DECLINOU. ITEM FOI ACEITO POR ESTAR ABAIXO DE MÉDIA DE PREÇOS. **ITEM ACEITO POR R$ 360,00** ***DESCCASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA NÃO FORA ENTREGUE***

	ou acrílico, estabilizado para resistir à radiação ultravioleta e às intempéries; Grau de proteção IP66; Proteção contra impactos mecânicos IK08; Corpo da luminária em alumínio; Pintura da luminária na cor branco ou personalizada; Vida útil do conjunto: Mínimo de 50.000h; Índice de depreciação mínimo: L70; Garantia do produto de 5 (cinco) anos; Laudos/ensaios em laboratório acreditado pelo INMETRO de todas as características da luminária descritas no termo de referência conforme a portaria nº20 do INMETRO.					
6	Braço curvado sem sapata em tubo de aço galvanizado a fogo com e 50 mm(2") de diâmetro, altura de 733mm e alcance de 1000mm, conforme	Und	75	***R$ 29,24*** ***SEM LANCE***	***R$ 69,97*** ***SEM LANCE***	***R$ 25,50*** FOI TENTADO NEGOCIAÇÃO, NO ENTANTO LICITANTE DECLINOU. ITEM FOI ACEITO POR ESTAR ABAIXO DE MÉDIA DE PREÇOS. **ITEM ACEITO POR R$ 25,50** ***DESCCASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA NÃO FORA ENTREGUE***
7	Braço curvado sem sapata em tubo de aço galvanizado a fogo com e 50 mm(2") de diâmetro, altura de 866,63 mm e alcance de 1500 mm,	Und	100	***R$ 37,71*** ***FOI NEGOCIADO POR R$ 37,50*** ***DESCÇASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA REPROVADA***	***R$ 99,96*** ***SEM LANCE***	***R$ 79,00*** ***SEM LANCE***
8	Braço curvado sem sapata em tubo de aço galvanizado a fogo com e 50 mm(2") de diâmetro, altura de 1000 mm e alcance de 2000 mm, conforme	Und	130	***R$ 48,92*** ***FOI NEGOCIADO POR R$ 48,90*** ***DESCÇASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA REPROVADA***	***R$ 123,95*** ***SEM LANCE***	***R$ 87,00*** ***SEM LANCE***
9	Braço curvado sem sapata em tubo de aço galvanizado a fogo com e 50 mm(2") de diâmetro, altura de 2200 mm e alcance de 2400 mm, conforme projeto de modelo 4.	Und	30	***R$ 63,38*** FOI TENTADO NEGOCIAÇÃO, NO ENTANTO LICITANTE DECLINOU. ITEM FOI ACEITO POR ESTAR ABAIXO DE MÉDIA DE PREÇOS. **ITEM ACEITO POR R$ 63,38** ***DESCÇASSIFICADO CONFORME PARECER TÉCNICO. AMOSTRA REPROVADA***	***R$ 135,95*** ***SEM LANCE***	***R$ 101,00*** ***SEM LANCE***

DAS AMOSTRAS

Após a fase de renegociação dos itens remanescentes sagram-se vencedores os ***licitantes: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 nos itens 03 e 05, e JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ: 18.334.420/0001-70 nos itens 01, 02 e 04 CLASSIFICADAS conforme MAPA DE FASE DE LANCES/NEGOCIAÇÃO.***

Considerando o exposto, com base nos itens 53, 53.1, 53.2, 53.3, 53.4, 53.5, 53.6, 53.7 e 53.8 constantes do edital supra, convoco os ***licitantes: ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, CNPJ: 00.226.324/0001-42 nos itens 03 e 05, e JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ: 18.334.420/0001-70 nos itens 01, 02 e 04*** a apresentarem as amostras dos itens vencidos, ***no prazo de 03(três) dias úteis***, em conformidade com os itens 53, 53.1, 53.2, 53.3, 53.4, 53.5, 53.6, 53.7 e 53.8. **In Verbis:**

***53. O Pregoeiro solicitará que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, junto ao Setor de Compras para análise quanto à qualidade do produto* e à compatibilidade às especificações editalícias.**
53.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar como amostra 1 (uma) unidade do item ao qual sagrou-se vencedor após a fase de lances/negociação e os documentos constantes dos itens nº 1.3, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.4, 1.3.5, 1.3.6, 1.3.7, 1.3.8, 1.3.9, 1.3.10, 1.3.11, 1.3.12 e 1.5 do TR(ANEXO - I) no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do resultado da fase de lances/negociação, para análise quanto à compatibilidade às especificações técnicas constante do TR.
53.2. No caso de não haver entrega da amostra, conforme itens 53 e 53.1 ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Poder Executivo, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
53.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for (em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
53.4. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
53.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
53.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
53.7. A(s) amostra(s) deverá(ão) ser encaminhada(s) ao Setor de Compras localizado no Centro Administrativo, Rua Hermenegildo Montenegro, 126, CEP: 59.695-000, e-mail: compras@barauna.rn.gov.br.
53.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Informo que o prazo de três dias úteis encerrar-se-á ás 16h do dia 17 de setembro de 2019. Os envelopes lacrados contendo os documentos de habilitação permanecerão sob a guarda do Pregoeiro.

O Pregoeiro nada mais havendo a tratar, declarou encerrados os trabalhos às 10h11min do dia 11 de setembro de 2019, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes.

MADSON FERREIRA DE MELO
Pregoeiro Municipal

AGLÁCIA GLÓRIA SILVA DE MOURA
Equipe de Apoio

JOSÉ EVILÁZIO DA SILVA
Equipe de Apoio

Licitantes Participantes:

ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP
CNPJ: 00.226.324/0001-42.

JP MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP
CNPJ: 18.334.420/0001-70.

Publicado por:
Madson Ferreira de Melo
Código Identificador:19C14438

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PP 072/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO OU SIMILAR, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, EQUIPADO COM CARROCERIA E CESTO AÉREO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 072/2019

Após analisado o resultado do Pregão Presencial nº. **072/2019**, o Pregoeiro, Sr. **Roberth Batista de Medeiros** ao licitante vencedor dos respectivos itens, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da adjudicação.

RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO

955 - DUNAS AUTOMOVEIS LTDA (05.925.760/0001-23)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	5555 - Caminhão novo equipado com Cesto Aéreo, zero quilômetro, preferencialmente na cor branca, ano e modelo 2019; Cabine simples, motor diesel, potência mínima de 130 CV, com no mínimo cinco marchas a frente e uma a ré, Peso Total Bruto (PTB) de no mínimo 3.000kg, equipado com armário em chapa de aço ou alumínio, assoalho em chapa xadrez de alumínio, Para-choque Homologado somente para veículos que tenha exigencia do CONTRAN de acordo com a resolução 593/16, protetor lateral de alumínio, contendo porta escada, porta cone e escada de acesso, equipado com sistema de elevação, tipo cesto aéreo novo (cesto simples), com capacidade mínima para 136 kg, alcance vertical mínimo de 9,300 metros, alcance horizontal mínimo de 4,5 metros, alcance até o fundo do cesto de no mínimo 9,00 metros, ângulo de giro de 360º, pressão de trabalho de 210 BAR, um conjunto de sapatas traseiras e dianteiras em A. Equipado com os demais itens de segurança exigidos pela ABNT NR-12/MTE, CONTRAN e INMETRO, bem como com todos os equipamentos obrigatórios exigidos no Código de Trânsito Brasileiro.	UN	KIA BONGO K2500	1	209.000,00	209.000,00
TOTAL						209.000,00

Submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência o resultado do julgamento do procedimento em referência. Abalizados nas Propostas apresentadas pelas empresas habilitadas conforme Ata e mapa comparativo, solicitamos a Vossa Excelência a homologação do resultado desta licitação às licitantes vencedoras, conforme vai a seguir descrito, por terem sido avaliadas e julgadas como mais vantajosas para a Administração.

Caicó/RN, 11 de setembro 2019.

ROBERTH BATISTA DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:97BCDCE9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 072/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO OU SIMILAR, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, EQUIPADO COM CARROCERIA E CESTO AÉREO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 072/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Exmo. Sr. **Robson de Araújo** Prefeito, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 072/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Fornecedor vencedor	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
DUNAS AUTOMOVEIS LTDA	1	Caminhão novo equipado com Cesto Aéreo, zero quilômetro, preferencialmente na cor branca, ano e modelo 2019;	UN	KIA BONGO K2500	1	209.000,00	209.000,00

Caicó/RN, 11 de setembro 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:E946B74C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 081/2019 - REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTE DE INFORMÁTICA

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/2019

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Exmo. Sr. **Robson de Araújo** Prefeito, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Pregão Presencial nº 081/2019, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação.

RESULTADO DA HOMOLOGAÇÃO

Fornecedor vencedor	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
R1 COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	1	Impressora Multifuncional Laser Monocromática Tipo I	UN	BROTHER	103	3.165,00	325.995,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	2	MICROCOMPUTADOR TIPO I	UN	AOC	276	2.880,00	794.880,00
R1 COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	3	NOBREAK 1.500VA	UN	TS SHARA	105	990,00	103.950,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	4	Notebook tipo I	UN	LENOVO	98	3.155,00	309.190,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	5	Notebook tipo II	UN	LENOVO	103	3.950,00	406.850,00
R1 COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	6	Monitor 23”	UN	PHILIPS	80	830,00	66.400,00
R1 COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	7	Monitor 21,5”	UN	PHILIPS	50	650,00	32.500,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	8	MICROCOMPUTADOR TIPO VII ALL IN ONE	UN	KMEX	119	3.265,00	388.535,00
R1 COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	9	Impressora Multifuncional Jato de Tinta TIPO I	UN	HP	105	899,00	94.395,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	11	Impressora Multifuncional Laser Monocromática Tipo II	UN	BROTHER	63	1.199,00	75.537,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	12	SCANNER PROFISSIONAL	UN	BROTHER	5	3.555,00	17.775,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	13	Projetor Multimídia XGA TIPO II	UN	EPSON	34	2.610,00	88.740,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	14	Autotransformador Tipo I -	UN	RCG	94	400,00	37.600,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	15	No Break Tipo II	UN	TS SHARA	94	545,00	51.230,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	16	Scanner profissional Tipo I	UN	BROTHER	28	3.550,00	99.400,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	17	CADEIRA GIRATÓRIA	UN	PLAXMETAL	30	440,00	13.200,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	18	MESA DE TRABALHO	UN	MARTINUCCI	50	298,00	14.900,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	19	MESA DE TRABALHO COM 02 GAVETAS	UN	MARTINUCCI	50	488,00	24.400,00
R1 COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	20	ESTABILIZADOR TIPO II- ESTABILIZADOR 1000 VA	UN	TS SHARA	5	290,00	1.450,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	21	ESTABILIZADOR TIPO III - 1500 WATTS	UN	BMI	5	440,00	2.200,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	22	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER MONOCROMÁTICA TIPO III	UN	BROTHER	2	2.770,00	5.540,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	23	MICROCOMPUTADOR TIPO IV	UN	LOGIN	2	3.629,00	7.258,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	24	MICROCOMPUTADOR TIPO VI	UN	LOGIN	2	3.629,00	7.258,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	25	MINI RACK FECHADO/PAREDE 12U	UN	WOMER	3	1.190,00	3.570,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	26	MONITOR 19,5"	UN	LG	7	518,00	3.626,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	27	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA	UN	HP	3	3.398,00	10.194,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	28	NOTEBOOK TIPO III	UN	LENOVO	2	3.955,00	7.910,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	29	SCANNER PROFISSIONAL TIPO II - DUPLEX: SIM	UN	BROTHER	6	3.555,00	21.330,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	30	SERVIDOR TIPO II	UN	HP	2	13.999,00	27.998,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	31	SWITCH 16 PORTAS 10/100 NÃO GERENCIÁVEL.	UN	DLINK	2	189,00	378,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	32	SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000 NÃO GERENCIÁVEL.	UN	DLINK	2	625,00	1.250,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	33	TELEVISOR LED 43" SAMART TV.	UN	LG	3	2.250,00	6.750,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	34	PLACA DE REDE PCI	UN	MULTILASER	70	58,00	4.060,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	35	IMPRESSORAS E SCANNERS	UN	BROTHER	30	3.390,00	101.700,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	36	LEITOR ÓPTICO	UN	GOLDENTECH	20	185,00	3.700,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	37	TELA PARA PROJETOR	UN	SUMAY	30	1.090,00	32.700,00
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	38	PROJETOR MULTIMÍDIA	UN	EPSON	30	3.480,00	104.400,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	40	PROCESSADOR FCLGA1150 3,30GHZ	UN	INTEL	50	340,00	17.000,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	41	PROCESSADOR FCLGA1151 4,6GHZ	UN	INTEL	30	2.519,00	75.570,00
R1 COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI	42	PROCESSADOR FCLGA1151 3,6GHZ	UN	INTEL	50	1.020,00	51.000,00
EBARA TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	43	PLACA DE REDE PCI-E	UN	MYMAX	50	65,00	3.250,00

Caicó/RN, 11 de setembro de 2019.

ROBSON DE ARAÚJO
Prefeito
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:F392D6EF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 021/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 425024/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA E MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DR. AGUINALDO PEREIRA DA SILVA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN. AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DESTE PREGÃO ESTÃO CONTIDAS NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores.

Considerando ainda os autos do processo licitatório referente ao Pregão Presencial SRP nº 021/2019 – Processo Administrativo nº 425024/2019, encaminhado pelo Pregoeiro Oficial do Município.

Considerando o parecer jurídico expedido pelo procurador geral do município relativo ao processo epigrafo.

Considerando que não fora demonstrado intenção de recurso quanto aos atos praticados pelo Pregoeiro Municipal.

Considerando que as **MARCAS** dos produtos estarão expressas nas Atas de Registro de Preços e nos Contratos dos respectivos vencedores.

Com base nas informações apresentadas, **HOMOLOGO** o presente procedimento de licitação, que apresentou como vencedoras as empresas:

Vencedor(es): **ANTONIO CAVALCANTE PINTO NETO EIRELI**					
CNPJ: **32.127.100/0001-70**					
Endereço: **RUA TERCIO ROSADO, 19 , AEROPORTO, MOSSORÓ/RN, CEP: 59607-550**					
Representante: **FRANCISCO BEZERRA IRMAO**					
ITEM	**QUANTIDADE**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**PREÇO (R$)**	**TOTAL (R$)**
00001	800,00	Unidade	ÁCIDO ASCORBICO 500MG/ ML- INIETÉVEL	0,85	680,00
00002	700,00	Unidade	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML - INJETÁVEL	4,55	3.185,00
00004	700,00	Unidade	ÁGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO 250ML	2,95	2.065,00
00008	2000,00	Unidade	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 DI SUSP, INJETÁVEL	10,65	21.300,00
00015	700,00	Unidade	CEFTRIAXONA SÓDÍCA 1G - INJETÁVEL	11,10	7.770,00
00020	200,00	Unidade	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% - 20 ML SEM VASOCONSTRICTOR - INJETÁVEL	4,05	810,00
00022	1500,00	Unidade	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML -INJETÁVEL	0,54	810,00
00026	1000,00	Unidade	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG COM 2,0 ML- INJETÁVEL	0,59	590,00
00028	4000,00	Unidade	Complexo B injetável	1,18	4.720,00
00032	5000,00	Unidade	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 75MG/3ML- INJETÁVEL	0,95	4.750,00
00034	6000,00	Unidade	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - INJETÁVEL	0,65	3.900,00
00037	100,00	Unidade	EPINEFRINA 1MG/ML - SOL. INJETÁVEL	2,49	249,00
00041	2000,00	Unidade	GENTAMICINA 80MG/ML-INJETÁVEL	0,98	1.960,00
00044	700,00	Unidade	HIDROCORTIZONA 100MG - INJETÁVEL	2,99	2.093,00
00045	1100,00	Unidade	HIDROCORTIZONA 500MG - INJETÁVEL	5,37	5.907,00
00048	700,00	Unidade	NORETISTERONA, ENANTATO + ESTRADIOL, VALERATO - 50MG + 5MG/ML - 1ML	13,79	9.653,00
00051	300,00	Unidade	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML INJETÁVEL	2,67	801,00
00052	440,00	Unidade	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML	2,97	1.306,80
00054	1000,00	Unidade	SORO GLICOSADO 5% - 500 ML	3,47	3.470,00
00055	200,00	Unidade	SORO RINGER LACTATO 500ML INJETÁVEL	3,62	724,00
00056	200,00	Unidade	SORO RÍNGER SIMPLES - 500 ML	3,83	766,00
00061	300,00	Unidade	ACEBROFILINA SUSPENSÃO 5MG/ML	3,97	1.191,00
00062	1200,00	Unidade	ACECLOFENACO COMPRIMIDO 100MG	0,40	480,00
00063	5000,00	Unidade	ÁCIDO ASCORBICO COMP. 500MG	0,18	900,00
00064	500,00	Unidade	ÁCIDO ASCORBICO GTS 500MG/ML	1,37	685,00
00065	800,00	Unidade	AMBROXOL 15MG/ML	2,13	1.704,00
00068	300,00	Unidade	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA SOL. ORAL - 6,657MG/ML	6,97	2.091,00
00072	700,00	Unidade	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ ML GOTAS	0,97	679,00
00081	15000,00	Unidade	AMOXICILINA COMP. 500 MG	0,19	2.850,00
00082	700,00	Unidade	AMOXICILINA SUSP. 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	6,00	4.200,00
00084	100,00	Unidade	AZITROMICINA SUSP. ORAL 40 MG / ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	8,90	890,00
00085	50000,00	Unidade	CAPTOPRIL 25MG	0,04	2.000,00
00086	800,00	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML GTS	0,87	696,00
Total:					**95.875,80**

Vencedor(es): **DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**					
CNPJ: **10.538.476/0001-34**					
Endereço: **Rua Felipe Camarão, 1662 , Aeroporto, Mossoró/RN, CEP: 59607-340**					
Representante: **BERTONY GOMES BEZERRA**					
ITEM	**QUANTIDADE**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**PREÇO (R$)**	**TOTAL (R$)**
00003	8000,00	Unidade	ÁGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO 10ML	0,20	1.600,00
00005	715,00	Unidade	AMINOFILINA 24MG/10ML	1,36	972,40
00006	400,00	Unidade	AMPICILINA 1G - INJETÁVEL	6,00	2.400,00
00007	400,00	Unidade	ATROPINA 0,5MG/ML	0,52	208,00
00009	55,00	Unidade	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI SUSP INJETÁVEL	11,65	640,75
00010	1200,00	Unidade	BENZILPENICILINA PROCAÍNA 400.000 UI SUSP, INJETÁVEL	6,55	7.860,00
00011	2000,00	Unidade	BENZILPENICILINABENZATINA 1.200.000 DI SUSP. INIETÁVEL	11,50	23.000,00
00012	300,00	Unidade	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 20MG/5ML / 2,5G/5ML	2,08	624,00
00013	300,00	Unidade	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML -INJETÁVEL	1,42	426,00
00014	700,00	Unidade	CEFALOTINA 1G - INIETÁVEL	6,00	4.200,00
00016	120,00	Unidade	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETÁVEL 200 ML	39,90	4.788,00
00017	200,00	Unidade	CLORANFENICOL 1G - INJETÁVEL	2,94	588,00

00019	50,00	Unidade	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG/ML- INJETÁVEL	1,70	85,00
00021	100,00	Unidade	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA Á 2% - 20 ML COM VASOCONSTRICTOR	4,10	410,00
00023	200,00	Unidade	CLORIDRATO DE ONDASETRONA 8MG/2ML - INJETÁVEL	2,45	490,00
00025	700,00	Unidade	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50 MG/2ML - INJETÁVEL	3,23	2.261,00
00029	1000,00	Unidade	DEXAMETASONA 2MG/M	0,75	750,00
00030	2007,00	Unidade	DEXAMETAZONA 4MG/ML - INIETÁVEL	0,88	1.766,16
00031	5000,00	Unidade	DICLOFENACO DE SÓDIO 75 MG/3ML- INJETÁVEL	0,85	4.250,00
00033	1000,00	Unidade	DIMENIDRATO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 MG/ML + 50MG/ML	1,95	1.950,00
00035	50,00	Unidade	DOPAMINA 5MG/ML INJETÁVEL	2,54	127,00
00036	100,00	Unidade	DOMUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETÁVEL, 20ML	8,36	836,00
00038	3000,00	Unidade	FUROSEMIDA 20MG/2ML- INJETÁVEL	0,70	2.100,00
00039	300,00	Unidade	GENTAMICINA 20 MG/ML - INJETÁVEL	1,24	372,00
00040	1500,00	Unidade	GENTAMICINA 40 MG/ML- INJETÁVEL	1,36	2.040,00
00042	200,00	Unidade	GLICOSE 25% -10 ML - SOLUÇAO INJETÁVEL	0,32	64,00
00043	1000,00	Unidade	GLICOSE 50% -10 ML - SOLUÇAO INJETÁVEL	0,35	350,00
00046	700,00	Unidade	METRONIDAZOL, 5MG/ML, SOLUÇAÕ INJETÁVEL 100ML	3,30	2.310,00
00047	800,00	Unidade	MALEATO DE METILERGOMETRINA AMP. 0,2MG/ML 1ML	1,89	1.512,00
00049	300,00	Unidade	OXACILINA, 500MG PÓ LIÓFILO	3,30	990,00
00050	100,00	Unidade	OXITOCINA 5UI/ ML - INJETÁVEL	1,80	180,00
00053	5000,00	Unidade	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML	3,72	18.600,00
00057	100,00	Unidade	MAGNÉSIO SULFATO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	0,58	58,00
00058	300,00	Unidade	VITAMINA K 10 MG/ ML - INJETÁVEL	1,85	555,00
00060	300,00	Unidade	ACEBROFILINA SUSPENSÃO 10MG/ML	7,63	2.289,00
00066	700,00	Unidade	AMBROXOL 7,5MG/ML	2,27	1.589,00
00069	50,00	Unidade	COLAGENASE POMADA	17,45	872,50
00070	10000,00	Unidade	DICLOFENACO DE POTÁSSIO COMP. 50MG	0,10	1.000,00
00071	200,00	Unidade	DICLOFENACO RESINATO GOTAS 15MG/ML	4,54	908,00
00073	100,00	Unidade	N-BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/MI	8,62	862,00
00074	10000,00	Unidade	NIMESULIDA COMP. 100MG	0,13	1.300,00
00075	500,00	Unidade	NIMESULIDA SUSPENSÃO ORAL 50MG/ML	2,49	1.245,00
00076	2099,00	Unidade	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG COMPRIMIDO TAMPONADO	0,04	83,96
00083	5000,00	Unidade	AZITROMICINA COMP. 500 MG	0,85	4.250,00
00087	300,00	FRASCO	BROMETO DE IPRATRÓPIO SOLUÇÃO DE INALANTE. 0,25MG/ML	1,23	369,00
Total:					**104.131,77**

Dê-se ciência e
Cumpra-se.

Caraúbas/RN, 11 de setembro de 2019.

ANTONIO ALVES DA SILVA
Prefeito do Município de Caraúbas/RN.

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:83FFD45C

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO 071/2019

DECRETO Nº 071/2019 De 11 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais) , para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, a autorização concedida pela Lei n° 1.238/2018, inciso I, art. 8º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 356.000,00 (trezentos e cinquenta e seis mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTÔNIO ALVES DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**356.000,00**
02 .001 Secretaria de Governo					**10.000,00**
	2003 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Governo				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	10.000,00
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**52.000,00**
	2034 Manter o Programa de Transporte na Escola Municipal - PROTEM - Ensino Fundamental				**34.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11110000	0001	34.000,00
	2156 Manter o Programa de Transporte na Escola Municipal - PROTEM - Ensino Infantil				**18.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	11110000	0001	18.000,00
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**234.000,00**
	2102 Ações de Média e Alta Complexidade: Implantação e Manutenção				**118.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	24.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	12110000	0001	94.000,00
	2138 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde				**116.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	12140000	0001	116.000,00
11 .001 Secretaria Municipal de Política de Campo e Meio A					**34.000,00**
	2013 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Políticas do Ca				**34.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	34.000,00
13 .001 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo					**26.000,00**
	2011 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Cultura e Turis				**26.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL	10010000	0001	26.000,00
Anexo II (Redução)					**356.000,00**
02 .001 Secretaria de Governo					**10.000,00**
	2003 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Governo				**10.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	5.000,00
08 .001 Fundo Municipal de Educação e Desporto					**52.000,00**
	2036 Manutenção das atividades relativas ao Programa Brasil Alfabetizado				**22.000,00**
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	11240000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	11240000	0001	7.000,00
	2153 Reforma, ampliação e manutenção de escolas municipais				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	11200000	0001	30.000,00
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**94.000,00**
	2104 Transporte: Aquisição e Manutenção				**88.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12110000	0001	20.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15100000	0001	68.000,00
	1104 Aquisição de veículos e equipamentos para a saúde				**6.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15100000	0001	6.000,00
11 .001 Secretaria Municipal de Política de Campo e Meio A					**34.000,00**
	2013 Manutenção das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Políticas do Ca				**13.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10010000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10010000	0001	8.000,00
	2088 Apoio a realização da Exposição Agropecuária Anual				**11.000,00**
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULT., ARTÍST., CIENT., DESP. E OUTROS	10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10010000	0001	3.000,00
		3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES	10010000	0001	3.000,00
	2134 Implementar e manter as atividades do Conselho Municipal de Meio Ambiente				**10.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.000,00
99 .099 Reserva de Contingência					**166.000,00**
	9999 Reserva de Contingência				**166.000,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10010000	0001	166.000,00
			10010000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	1.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10010000	0001	2.000,00
99 .099 Reserva de Contingência					**166.000,00**
	9999 Reserva de Contingência				**166.000,00**
		9.9.99.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10010000	0001	166.000,00

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:22208339

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONTRATO Nº 001/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°717012/2019.

Pelo presente contrato celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF:

791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SODIC – SOCIEDADE PARA DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NAS CIDADES LTDA**, CNPJ/MF n° **29.483.800/0001-92** com sede na cidade de Natal/RN, na Av. Antônio Basílio, 3003, loja 08-B, Lagoa Nova – CEP 59054-380, neste ato representada pelo Sr. **MANOEL GRACILIANO DE FRANÇA**, CPF nº 063.059.624-72, doravante denominada **CONTRATADA**, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO ORIUNDO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 019/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O presente Contrato tem por objeto o **registro de preços visando à eventual contratação de pessoa jurídica especializada em assessoria técnica na área de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento da Educação e do Desporto**, conforme especificações indicadas na tabela abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
1	12,00	Serviço	ASSESSORAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Prestação de contas dos Programas do FNDE: • PNATE 2019; • PNAE 2019; • PDDE e Ações Agregadas 2019; • Brasil Alfabetizado Exercícios: 2010, 2012, 2013; • PEJA 2019; • Educação Infantil Apoio Suplementar 2012 e 2014; • Brasil Carinhoso. Transmissão do SIOPE bimestrais e anuais; Conselho do CAE e Fundeb: • Orientação para renovação e cadastro nos sistemas CAE Virtual e Cacs Fundeb; • Elaboração dos pareceres das Prestações de Contas do PNAE e PNATE do exercício de 2019. Monitoramento e prestação de contas do PAR 2011-2014; Cadastramento de inciativas e acompanhamento do PAR 2017-2020; Orientação aos Gestores Escolares sobre o PDDE e demais ações agregadas; Orientações para validação dos relatórios bimestrais do MAVS junto ao Conselho do Fundeb; Elaboração das Prestações de Contas do PETERN; Formação com os Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares; Alinhamento do Projeto Político Pedagógico ao Currículo do RN e a BNCC; Formação com os Gestores Escolares acerca do PDDE e ações agregadas	4.000,00	48.000,00
VALOR TOTAL:					**R$ 48.000,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2. O valor estimado do contrato será de R$ **48.000,00** (quarenta e oito mil reais), correspondente à cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL

3. A lavratura do presente Contrato decorre da realização do **Pregão Presencial SRP nº 019/2019**, realizado com fundamento na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei nº. 8.666/93 e nas demais normas vigentes.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO

4.1 A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos do direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº. 8.666/93 c/c o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

4.2. Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

5. O Contrato em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá até 31 de dezembro de 2019, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

6.1.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da Prefeitura Municipal de Caraúbas para a execução dos serviços objeto deste edital;

6.1.3. Corrigir o(s) serviço(s) que apresentar defeitos ou em desconformidade;

6.1.4. Solicitar a correção do(s) serviço(s) mediante comunicação a ser feita pela Prefeitura Municipal de Caraúbas;

6.1.5. Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na execução do serviço objeto deste Certame;

6.1.6. Efetuar o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa.

6.2. Caberá à CONTRATADA:

Retirar a respectiva Ordem de Serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;

Executar os serviços contratados, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;

O prazo do início da execução dos serviços será de até **03 (três) dias úteis** a partir do recebimento da Nota de Empenho expedida pela Contratante e/ou na data especificada na ordem de serviço, ou documento que substitua o pedido do serviço contadas do recebimento da Ordem de Serviço;

Empregar, na execução do serviço, profissional devidamente qualificado, com situação regular, conforme prevê a legislação trabalhista, devendo apresentar a respectiva comprovação, quando solicitado pelo contratante;

Fornecer ao seu empregado crachá de identificação, de uso obrigatório para acesso às dependências da Prefeitura, que deverão ser previamente aprovados, providenciando para que os mesmos cumpram as normas internas relativas à segurança;

Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias causadas por seus empregados ou preposto ao Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93;

Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, para o fiel desempenho das atividades inerentes ao serviço contratado;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

7. À CONTRATADA caberá, ainda:

7.1. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento/execução do(s) serviços(s ainda que acontecido em dependência do Poder Executivo Municipal;

7.2. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do(s) serviço(s) originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da declaração de vencedor deste Pregão.

7.4. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Poder Executivo Municipal, nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Poder Executivo Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS
8. Deverá a CONTRATADA observar, também, o seguinte:
8.1. Expressamente proibida, a veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE; e,

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
9. O contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor designado pela Prefeitura Municipal de Caraúbas.
9.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para esse fim deverão ser solicitadas a autoridade competente da Poder Executivo Municipal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
9.2. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela administração da CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ATESTAÇÃO
10. A atestação da fatura/Nota fiscal correspondente à execução do(s) serviço(s) caberá ao Secretário Municipal da unidade solicitante ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DESPES
11. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município e Recursos provenientes do Orçamento Geral da União, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORÇAMENTARIA: 08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO.
AÇÃO: 2010 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
FONTE DE RECURSOS: 11110000 – RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO
12 O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato do fornecimento/execução do(s) serviços(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
12.1 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
12.2 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
12.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
12.4 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
12.4.1 Não produziu os resultados acordados;
12.4.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
12.4.3 Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
12.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
12.6 O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
12.7 A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
12.8 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
12.9 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.9.1 A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
12.9.2 A CONTRATANTE realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
12.9.3 A CONTRATADA não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

14. No interesse da Administração da CONTRATANTE, o valor inicial atualizado deste Contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de até **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93.

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor a ser contratado.

14.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração da CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;

Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 107.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;

d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;

15.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;

15.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**

15.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

15.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;

15.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei;

15.17. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15.18. Ficar impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, quando:

15.18.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

15.18.2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;

15.18.3. Comportar-se de modo inidôneo;

15.18.4. Fizer declaração falsa;

15.18.5. Cometer fraude fiscal;

15.18.6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;

15.18.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;

15.18.8. Apresentar documentação falsa.

15.19. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores da CONTRATANTE e, no que couberem às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

15.20. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, em relação a um dos eventos arrolados no item 15.18. desta Cláusula, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

15.21. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a administração da CONTRATANTE poderá ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO
16. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.
16.1. A rescisão do Contrato poderá ser:
16.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
16.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
16.1.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
16.1.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
16.1.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA DA CONTRATADA
17. Este instrumento contratual fica vinculado aos termos do Edital e seus anexos, cuja realização decorre de autorização do ordenador de Despesa, e da Proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas disciplinares da Lei nº. 10.520/2002, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE DOS ATOS
18. A divulgação resumida deste contrato será publicado na imprensa oficial, a encargo da CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.
Parágrafo Único - Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO
19. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 11 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Sodic-Sociedade Para O Desenvolvimento Integrado Nas Cidades LTDA
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***MANOEL GRACILIANO DE FRANÇA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:40DAEEE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO N°717012/2019.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104 – Centro – Caraúbas/RN, CEP: 59.780-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ANTÔNIO ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade de n° 1.332.227, expedida pelo ITEP/RN, inscrito no CPF: 791.638.744-15, residente na Rua Hugolino de Oliveira, 379, Leandro Bezerra, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominada **GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS(ARP)** e de outro lado a empresa **SODIC – SOCIEDADE PARA DESENVOLVIMENTO INTEGRADO NAS CIDADES LTDA**, CNPJ/MF n° **29.483.800/0001-92** com sede na cidade de Natal/RN, na Av. Antônio Basílio, 3003, loja 08-B, Lagoa Nova – CEP 59054-380, neste ato representada pelo Sr. **MANOEL GRACILIANO DE FRANÇA**, CPF nº 063.059.624-72, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 019/2019**, com integral observância da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei Federal nº 10.520/02, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO,** cujas especificações, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.
Art. 2º. Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Caraúbas, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
Art. 3º. O ÓRGÃO GERENCIADOR, através do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da Ordem de Serviço.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.
Art. 4º. **O PRESTADOR DE SERVIÇO** obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Serviço, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação;

b) O Prazo de execução do objeto licitado é de no máximo 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Serviço que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de execução o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante (s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 5°. A presente Ata de Registro de Preços vigorará a partir da assinatura por um período de 12 (doze) meses, podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer o(s) serviço(s).
Parágrafo único. Caso o prestador não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 6°. O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO (R$)	TOTAL (R$)
1	12,00	Serviço	ASSESSORAMENTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Prestação de contas dos Programas do FNDE: • PNATE 2019; • PNAE 2019; • PDDE e Ações Agregadas 2019; • Brasil Alfabetizado Exercícios: 2010, 2012, 2013; • PEJA 2019; • Educação Infantil Apoio Suplementar 2012 e 2014; • Brasil Carinhoso. Transmissão do SIOPE bimestrais e anuais; Conselho do CAE e Fundeb: • Orientação para renovação e cadastro nos sistemas CAE Virtual e Cacs Fundeb; • Elaboração dos pareceres das Prestações de Contas do PNAE e PNATE do exercício de 2019. Monitoramento e prestação de contas do PAR 2011-2014; Cadastramento de inciativas e acompanhamento do PAR 2017-2020; Orientação aos Gestores Escolares sobre o PDDE e demais ações agregadas; Orientações para validação dos relatórios bimestrais do MAVS junto ao Conselho do Fundeb; Elaboração das Prestações de Contas do PETERN; Formação com os Coordenadores Pedagógicos das unidades escolares; Alinhamento do Projeto Político Pedagógico ao Currículo do RN e a BNCC; Formação com os Gestores Escolares acerca do PDDE e ações agregadas	4.000,00	48.000,00
VALOR TOTAL:					**R$ 48.000,00**

Art. 7º. O pagamento deverá se efetuado em até 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, no ato do fornecimento do(s) serviço(s), mediante Cheque Nominativo ou Através do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Caraúbas.
I. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
II. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
III. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
IV. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
a) Não produziu os resultados acordados;
b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
V. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
VI. O pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada das guias de comprovação de recolhimento dos encargos INSS, FGTS, CNDT, débitos estaduais conjunta com a dívida ativa do estado, tributos federais e tributos municipais, em original ou em fotocópia autenticada.
VIII. A Prefeitura Municipal de Caraúbas poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste edital.
IX. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
X. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Poder Executivo Municipal entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será a seguinte:
EM = I x N x VP
Onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

XI. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
XII. O ÓRGÃO GERENCIADOR DA ARP realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente à inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
XIII. A BENEFICIÁRIA DA ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos dos Art 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, quando o referido atraso não for superior a 90(noventa) dias, vindo o qual, poderá o contratado buscar, por meios legais, a resolução do contrato administrativo.

Art. 8°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 9º. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 10. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 11. A execução do(s) serviço(s) constante desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser executado o(s) serviço(s) de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da Ordem de Serviço, nos quantitativos desejados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

Art. 12. O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
12.01 – O recebimento do serviço deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
12.02 – Não serão aceitos serviços em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
12.03 – Por ocasião da execução, o Prestador de Serviço deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
12.04 – Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1 – a quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2 – o prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3 – a embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4 – a especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5 – o objeto esteja adequado para utilização.
12.05 – O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b. É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
12.06 – Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
12.07 – Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 13. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 13.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
13.3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
13.4. **Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.**
13.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
13.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
13.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
13.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
13.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
13.15. A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
13.16. Na execução do contrato, cabem recurso, representação ou pedido de reconsideração contra os atos da Administração, decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93, na forma constante do art. 109 da referida lei.
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado:
I – Por iniciativa da Administração, quando:
a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP;
b) recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;
d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;
e) não manter as condições de habilitação;
f) não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e
g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.
II – Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 16. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 8.666/93 e 10.520/02 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.
Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Caraúbas/RN, 11 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal De Caraúbas/RN	Sodic – Sociedade Para Desenvolvimento Integrado Nas Cidades LTDA
ANTÔNIO ALVES DA SILVA	***MANOEL GRACILIANO DE FRANÇA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
Órgão Gerenciador Da ARP	Beneficiário Da ARP

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:023C78E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 021/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 425024/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA E MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL DR. AGUINALDO PEREIRA DA SILVA LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CARAÚBAS/RN. AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DESTE PREGÃO ESTÃO CONTIDAS NO ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Na qualidade de Pregoeiro Oficial do Município de Caraúbas/RN, nomeado pela Portaria Nº 004/2018, no uso de minhas atribuições legais,

Considerando,o resultado do procedimento de licitação, em tela, configurado na ata que integra os autos deste certame.

Considerando,que após os lances e negociações diretas com esse Pregoeiro, fora conseguido valor de acordo com a prática do mercado local.

Considerando,que não houve qualquer manifestação no que concerne a interposição de recursos, estando, portanto, precluso o direito de interposição de recurso pelos licitantes.

Considerando que as **MARCAS** dos produtos estarão expressas nas Atas de Registro de Preços e nos Contratos dos respectivos vencedores.

Considerando,finalmente que preconizado no inciso XX, do artigo 4º, da Lei Federal Nº 10.520/2002.

Com base nas informações apresentadas, **ADJUDICO** o presente procedimento de licitação, que apresentou como vencedoras do processo licitatório em tela as empresas abaixo:

Vencedor(es): **ANTONIO CAVALCANTE PINTO NETO EIRELI**					
CNPJ: **32.127.100/0001-70**					
Endereço: **RUA TERCIO ROSADO, 19 , AEROPORTO, MOSSORÓ/RN, CEP: 59607-550**					
Representante: **FRANCISCO BEZERRA IRMAO**					
Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R$)	Total (R$)
00001	800,00	Unidade	ÁCIDO ASCORBICO 500MG/ ML- INIETÉVEL	0,85	680,00
00002	700,00	Unidade	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50MG/ML - INJETÁVEL	4,55	3.185,00
00004	700,00	Unidade	ÁGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO 250ML	2,95	2.065,00
00008	2000,00	Unidade	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 DI SUSP, INJETÁVEL	10,65	21.300,00
00015	700,00	Unidade	CEFTRIAXONA SÓDICA 1G - INJETÁVEL	11,10	7.770,00
00020	200,00	Unidade	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA Á 2% - 20 ML SEM VASOCONSTRICTOR - INJETÁVEL	4,05	810,00
00022	1500,00	Unidade	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML -INJETÁVEL	0,54	810,00
00026	1000,00	Unidade	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150MG COM 2,0 ML- INJETÁVEL	0,59	590,00
00028	4000,00	Unidade	Complexo B injetável	1,18	4.720,00
00032	5000,00	Unidade	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 75MG/3ML- INJETÁVEL	0,95	4.750,00
00034	6000,00	Unidade	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML - INJETAVEL	0,65	3.900,00
00037	100,00	Unidade	EPINEFRINA 1MG/ML - SOL. INJETÁVEL	2,49	249,00
00041	2000,00	Unidade	GENTAMICINA 80MG/ML-INJETÁVEL	0,98	1.960,00
00044	700,00	Unidade	HIDROCORTIZONA 100MG - INJETÁVEL	2,99	2.093,00
00045	1100,00	Unidade	HIDROCORTIZONA 500MG - INJETÁVEL	5,37	5.907,00
00048	700,00	Unidade	NORETISTERONA, ENANTATO + ESTRADIOL, VALERATO - 50MG + 5MG/ML - 1ML	13,79	9.653,00
00051	300,00	Unidade	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML INJETÁVEL	2,67	801,00
00052	440,00	Unidade	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML	2,97	1.306,80
00054	1000,00	Unidade	SORO GLICOSADO 5% - 500 ML	3,47	3.470,00
00055	200,00	Unidade	SORO RINGER LACTATO 500ML INJETÁVEL	3,62	724,00
00056	200,00	Unidade	SORO RÍNGER SIMPLES - 500 ML	3,83	766,00
00061	300,00	Unidade	ACEBROFILINA SUSPENSÃO 5MG/ML	3,97	1.191,00
00062	1200,00	Unidade	ACECLOFENACO COMPRIMIDO 100MG	0,40	480,00
00063	5000,00	Unidade	ÁCIDO ASCORBICO COMP. 500MG	0,18	900,00
00064	500,00	Unidade	ÁCIDO ASCORBICO GTS 500MG/ML	1,37	685,00
00065	800,00	Unidade	AMBROXOL 15MG/ML	2,13	1.704,00
00068	300,00	Unidade	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA SOL. ORAL - 6,657MG/ML	6,97	2.091,00
00072	700,00	Unidade	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ ML GOTAS	0,97	679,00
00081	15000,00	Unidade	AMOXICILINA COMP. 500 MG	0,19	2.850,00
00082	700,00	Unidade	AMOXICILINA SUSP. 50 MG/ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	6,00	4.200,00
00084	100,00	Unidade	AZITROMICINA SUSP. ORAL 40 MG / ML PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	8,90	890,00
00085	50000,00	Unidade	CAPTOPRIL 25MG	0,04	2.000,00
00086	800,00	FRASCO	PARACETAMOL 200 MG/ML GTS	0,87	696,00
Total:					**95.875,80**

Vencedor(es): **DISMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**					
CNPJ: **10.538.476/0001-34**					
Endereço: **Rua Felipe Camarão, 1662 , Aeroporto, Mossoró/RN, CEP: 59607-340**					
Representante: **BERTONY GOMES BEZERRA**					
ITEM	**QUANTIDADE**	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**PREÇO (R$)**	**TOTAL (R$)**
00003	8000,00	Unidade	ÁGUA BIDESTILADA PARA INJEÇÃO 10ML	0,20	1.600,00
00005	715,00	Unidade	AMINOFILINA 24MG/10ML	1,36	972,40
00006	400,00	Unidade	AMPICILINA 1G - INJETÁVEL	6,00	2.400,00
00007	400,00	Unidade	ATROPINA 0,5MG/ML	0,52	208,00
00009	55,00	Unidade	BENZILPENICILINA POTÁSSICA 5.000.000 UI SUSP INJETÁVEL	11,65	640,75
00010	1200,00	Unidade	BENZILPENICILINA PROCAÍNA 400.000 UI SUSP, INJETÁVEL	6,55	7.860,00
00011	2000,00	Unidade	BENZILPENICILINABENZATINA 1.200.000 DI SUSP. INIETÁVEL	11,50	23.000,00
00012	300,00	Unidade	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA SÓDICA 20MG/5ML / 2,5G/5ML	2,08	624,00
00013	300,00	Unidade	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20MG/ML -INJETÁVEL	1,42	426,00
00014	700,00	Unidade	CEFALOTINA 1G - INIETÁVEL	6,00	4.200,00
00016	120,00	Unidade	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETÁVEL 200 ML	39,90	4.788,00
00017	200,00	Unidade	CLORANFENICOL 1G - INJETÁVEL	2,94	588,00

00019	50,00	Unidade	CLORIDRATO DE ETILEFRINA 10MG/ML- INJETÁVEL	1,70	85,00
00021	100,00	Unidade	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA Á 2% - 20 ML COM VASOCONSTRICTOR	4,10	410,00
00023	200,00	Unidade	CLORIDRATO DE ONDASETRONA 8MG/2ML - INJETÁVEL	2,45	490,00
00025	700,00	Unidade	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50 MG/2ML - INJETÁVEL	3,23	2.261,00
00029	1000,00	Unidade	DEXAMETASONA 2MG/M	0,75	750,00
00030	2007,00	Unidade	DEXAMETAZONA 4MG/ML - INIETÁVEL	0,88	1.766,16
00031	5000,00	Unidade	DICLOFENACO DE SÓDIO 75 MG/3ML- INJETÁVEL	0,85	4.250,00
00033	1000,00	Unidade	DIMENIDRATO + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50 MG/ML + 50MG/ML	1,95	1.950,00
00035	50,00	Unidade	DOPAMINA 5MG/ML INJETÁVEL	2,54	127,00
00036	100,00	Unidade	DOMUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETÁVEL, 20ML	8,36	836,00
00038	3000,00	Unidade	FUROSEMIDA 20MG/2ML- INJETÁVEL	0,70	2.100,00
00039	300,00	Unidade	GENTAMICINA 20 MG/ML - INJETÁVEL	1,24	372,00
00040	1500,00	Unidade	GENTAMICINA 40 MG/ML- INJETÁVEL	1,36	2.040,00
00042	200,00	Unidade	GLICOSE 25% -10 ML - SOLUÇAO INJETÁVEL	0,32	64,00
00043	1000,00	Unidade	GLICOSE 50% -10 ML - SOLUÇAO INJETÁVEL	0,35	350,00
00046	700,00	Unidade	METRONIDAZOL, 5MG/ML, SOLUÇAÕ INJETÁVEL 100ML	3,30	2.310,00
00047	800,00	Unidade	MALEATO DE METILERGOMETRINA AMP. 0,2MG/ML 1ML	1,89	1.512,00
00049	300,00	Unidade	OXACILINA, 500MG PÓ LIÓFILO	3,30	990,00
00050	100,00	Unidade	OXITOCINA 5UI/ ML - INJETÁVEL	1,80	180,00
00053	5000,00	Unidade	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML	3,72	18.600,00
00057	100,00	Unidade	MAGNÉSIO SULFATO 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL 10ML	0,58	58,00
00058	300,00	Unidade	VITAMINA K 10 MG/ ML - INJETÁVEL	1,85	555,00
00060	300,00	Unidade	ACEBROFILINA SUSPENSÃO 10MG/ML	7,63	2.289,00
00066	700,00	Unidade	AMBROXOL 7,5MG/ML	2,27	1.589,00
00069	50,00	Unidade	COLAGENASE POMADA	17,45	872,50
00070	10000,00	Unidade	DICLOFENACO DE POTÁSSIO COMP. 50MG	0,10	1.000,00
00071	200,00	Unidade	DICLOFENACO RESINATO GOTAS 15MG/ML	4,54	908,00
00073	100,00	Unidade	N-BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10MG/MI	8,62	862,00
00074	10000,00	Unidade	NIMESULIDA COMP. 100MG	0,13	1.300,00
00075	500,00	Unidade	NIMESULIDA SUSPENSÃO ORAL 50MG/ML	2,49	1.245,00
00076	2099,00	Unidade	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG COMPRIMIDO TAMPONADO	0,04	83,96
00083	5000,00	Unidade	AZITROMICINA COMP. 500 MG	0,85	4.250,00
00087	300,00	FRASCO	BROMETO DE IPRATRÓPIO SOLUÇÃO DE INALANTE. 0,25MG/ML	1,23	369,00
Total:					**104.131,77**

Dê-se ciência e
Cumpra-se.

Caraúbas, 11 de setembro de 2019.

GIRLEUDO GOMES DA SILVA
Pregoeiro do Município de Caraúbas/RN.

Publicado por:
Antonio Alves da Silva
Código Identificador:D75193BB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

O Município de CORONEL JOÃO PESSOA, através da PREFEITURA MUNICIPAL, localizada na Rua São José, 05, Centro, Coronel João Pessoa/RN, e por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 17.767.390/0001-23, neste ato representada pelo Sr(a) **Artur Caboclo Alves da Silva** portador do RG Nº 003638453 CPF: Nº 084.535.314-47 e a(s) Empresa(s):

Representante	Empresa
Alexandre Nogueira de Carvalho	ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO
Carlos Micheloni Soares Rego	CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME

Nos termos da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D. O.U de 18 de julho de 2002, e os Decretos n.º s 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U de 09 de agosto de 2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O.U de 26 de agosto de 2002, 7.892, PUBLICADO NO D.O.U DE 23 DE JANEIRO DE 2013, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 16/2019., RESOLVEM registrar os preços para contratação.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Ata é o Registro de preço, para futura contratação de veículos do tipo VAN com destinos de Coronel João Pessoa/RN a Natal/RN e Coronel João Pessoa a Pau dos Ferros/RN/, Coronel João Pessoa a Alexandria, Coronel João Pessoa a Mossoró/RN

1.2 Integram a presente ata de registro de preço, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão SRP nº 16/2019, com seus Anexos, e a Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA
DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1 *Conforme especificações da proposta da Contratada

2.3 Do serviço
2.4 O recolhimento do usuário será no endereço disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser o endereço residencial do usuário ou outro, que seja no Município de Coronel João Pessoa/RN, endereço esse, que será para entrega do mesmo após o retorno.
2.5 – A contratada arcará com as despesas relativas ao emplacamento, licenciamento dos veículos e o imposto sobre a propriedade dos veículos automotores durante o período da contratação e deverá manter atualizada a respectiva documentação (Certificado de Registro, Licenciamento de Veículos e IPVA), devendo o documento de porte obrigatório ser encaminhado para o contratante dentro dos prazos legalmente estabelecidos.
2.6 – As viagens serão realizadas de acordo com a necessidade da secretária de Saúde

CLÁUSULA TERCEIRA
DA VALIDADE DA ATA E DOS PREÇOS

3.1 Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá validade até de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, conforme Decreto 3.931/2001.

3.2 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, a Contratada assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUARTA
DOS VALORES REGISTRADOS

4.1 Os preços ofertados pela empresa vencedora do Certame, signatária da presente Ata de Registro de Preços, constam da proposta da Contratada anexa à presente Ata de Registro de Preços.

4.2 Os preços registrados na Ata serão fixos e irreajustáveis, podendo, contudo, serem revistos, observadas as disposições contidas no art. 12, e seus parágrafos, do Decreto nº 3.931/2001 ou salvo, se houver determinação do Poder Executivo em contrário e de acordo com as regras definidas à época aprazada.

4.3 Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação dos serviços, tais como serviços de frete, tributos, transporte, e outros.

4.4 A Prefeitura Municipal de CORONEL JOÃO PESSOA não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA
DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS
5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65, da Lei n.º 8.666/93.
5.2 O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados.
5.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará a Contratada visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
5.4 Frustrada a negociação, a Contratada será liberada do compromisso assumido.
5.5 Na hipótese do subitem anterior, a Contratante convocará os demais prestadores, visando igual oportunidade de negociação.
5.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Contratada, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Contratante poderá:
I – Liberar a Contratada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de prestação dos serviços;
II – Convocar os demais prestadores visando igual oportunidade de negociação.
5.7 Não havendo êxito nas negociações, a Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA
DA NOTA DE EMPENHO

6.1 Para garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas e sem prejuízo do disposto nos Capítulos III e IV da Lei nº 8.666 de 1993, será emitida Nota de Empenho, instrumento hábil para substituir o Contrato, conforme artigo 62 da citada Lei de Licitações.

6.2 Poderátambém, ser emitido instrumento contratual, entre o Município de CORONEL JOÃO PESSOA e a empresa responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Fornecedora terá seu registro de preço cancelado quando:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
II - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido pela Contratante, sem justificativa aceitável;
III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
IV - Tiver presentes razões de interesse público.
7.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Contratante.
7.3 A Fornecedora poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA OITAVA
DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO

8.1 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que objetive realizar a aquisição do material, no qual o órgão carona possa demonstrar a vantajosidade de aderir à ata, tendo em vista os preços de mercado e os de outras atas em vigor.
8.2 – Caberá ao prestador beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos materiais, desde que esta prestação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA NONA
DAS DESCRIÇÕES DOS ITENS/PRODUTOS REGISTRADOS

142 - CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME (19.904.459/0001-48)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
05/09/2019	1	2602 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À NATAL/RN): Descrição: Veículo para transporte de pessoal, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Natal/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens: Saindo no domingo e retornando na segunda. Saindo na Terça e retornando na quarta. Saindo na quinta e retornando na sexta. -Horário das viagens: Saída 12h00mim. Retorno 13h00min do outro dia. -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO - Seguro do veículo: Responsabilidade do CONTRATADO. Com cobertura mínima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos corporais e materiais a terceiros.	MÊS	12	12.000,00	144.000,00
05/09/2019	2	2603 - LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À PAU DOS FERROS/RN E ALEXANDRIA/RN) LOCAÇÃO DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA/RN À PAU DOS FERROS/RN E ALEXANDRIA/RN): -Descrição: Veículo para transporte de pessoal e carga, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Pau dos Ferros/RN e Alexandria/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens para Pau dos Ferros/RN: Saindo na segunda e retornando na segunda. Saindo na terça e retornando na terça. Saindo na quarta e retornando na quarta. Saindo na quinta e retornando na quinta. -Horário das viagens: Saída 06h00 mim. Retorno 15h00min. -Cronograma de viagens para Alexandria/RN: Saindo na sexta e retornando na sexta. -Horário das viagens: Saída 06h00 mim. Retorno 15h00min. -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO -Seguro do veículo: Responsabilidade do CONTRATADO. Com cobertura mínima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para danos corporais e materiais a terceiros.	MÊS	12	5.500,00	66.000,00
Valor Total						210.000,00

434 - ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO (23.749.956/0001-96)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
05/09/2019	3	3360 - TRANSPORTE DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA À MOSSORÓ) TRANSPORTE DE VEÍCULO DO TIPO VAN (CORONEL JOÃO PESSOA À MOSSORÓ) Descrição: Veículo para transporte de pessoal, equipado com ar condicionado e direção hidráulica. O veículo deve estar em perfeito estado de conservação e limpeza, atendendo às normas de segurança estabelecidas no Código Nacional de Trânsito. Deverá ser apresentado toda a documentação regular, com todos os equipamentos de segurança e obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito. O veículo que apresentar defeito, ou sofrer acidente, furto, roubo, incêndio ou outro problema, que impossibilite sua utilização, deverá ser substituído no prazo máximo de 3 (três) horas. Os motoristas da empresa deverão possuir categoria de habilitação exigida para cada tipo de veículo. -Destino: Coronel João Pessoa/RN a Mossoró/RN, com capacidade mínima de 12 (doze) passageiros sentados. -Cronograma de viagens: Diário ou quando tiver viagem, atendendo a demanda do Fundo Municipal de Saúde. -Horário das viagens: Saída 05h00mim. Retorno 14h00min -Combustível: Responsabilidade do CONTRATADO. -Manutenção em geral: Responsabilidade do CONTRATADO. -Motorista: Responsabilidade do CONTRATADO	UND	870	50,00	43.500,00
Valor Total						43.500,00

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 É facultado ao Gestor da Ata e ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da vigência desta Ata, a promoção de diligência destinada a esclarecer, sanar dúvidas, fiscalizar quaisquer assuntos inerentes à Ata.

10.2 As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no foro da cidade de CORONEL JOÃO PESSOA/RN, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 01 (um) via na presença das testemunhas que também o subscrevem.

CORONEL JOÃO PESSOA/RN, 05/09/2019

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

_____
Órgão Gerenciador

_____
Secretário Municipal do Fundo Municipal de Saúde
FMS - Fundo Municipal de Saúde

Empresas Registradas
CARLOS GLEDSON SOARES LEITE - ME
CNPJ: 19.904.459/0001-48

ALEXANDRE NOGUEIRA DE CARVALHO
CNPJ: 23.749.956/0001-96

TESTEMUNHAs:

_____
cpf:

_____
cpf:

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:06AEF023

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 48.1/2019

No dia 05/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 015/2019, homologado em 28/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: A B COMPUTACAO - IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI (02.737.691/0001-36)	
CNPJ: 02.737.691/0001-36	Telefones: (84) 4006-1416
Endereço: AV PRUDENTE DE MORAIS, 2177 - LOJA 306 E 307 - BARRO VERMELHO	
Representante Legal: SANDRA CÁSSIA MOURA CAETANO	
RG: 1.751.344	CPF: 029.968.754-60
Email: financeiro@natalcomputer.com.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	MICROCOMPUTADOR TIPO I – Intermediário Processador: 1.0 Deverá atingir índice de, no mínimo 8000 pontos para o desempenho, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark disponível no site http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php. Memória Principal: 1.1. Dotada com tecnologia DDR4 2400 MHZ do tipo SDRAM ou superior; 1.2. 04 (quatro) GB de memória instalada; 1.3. Possibilidade de suporte a tecnologia Dual Channel; 1.4. Suporte a 32 MB; BIOS: 1.5. Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento em Flash ROM; 1.6. BIOS em Flash ROM, podendo ser atualizada por meio de software de gerenciamento; 1.7. Possibilita que a senha de acesso ao BIOS seja ativada e desativada via SETUP; 1.8. BIOS português ou inglês, desenvolvida pelo fabricante em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org), e capturáveis pela aplicação de inventário SCCM (System Center Configuration Manager); O fabricante possui compatibilidade com o padrão UEFI comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros. 1.9. Deve possuir diagnóstico pré-boot para no mínimo Disco, memória e Fonte; Placa mãe: 1.10. Deve ser de fabricação própria e exclusiva para o modelo ofertado. Não é produzida em regime de OEM ou personalizada; 1.11. Possui no mínimo 01 slot PCI express X16 e 01 PCI X1; 1.12. Possui 08 portas USB, sendo pelo Menos 6 USB 3.0 nativas ou superior , não sendo utilizado hubs, placas ou adaptadores; 1.13. Porta serial não sendo aceito adaptadores; Unidade de disco rígido 1.14. Controladora de discos integrada à placa mãe, padrão SATA-3, com taxa transferência de 6.0 Gb/s;	LENOVO	UND / 125	3.979,00	497.375,00

	1.15. Com 01 (uma) unidade de disco rígido instalada, interna, de 500GB; 1.16. Velocidade de rotação de no mínimo 7.200 rpm 1.17. Suporte às tecnologias S.M.A.R.T (Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology) e NCQ (Native Command Queuing) 1.18. Deve suportar a expansão de capacidade através da colocação de memoria Optane de 16GB; Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características: 1.19. Em conformidade com o padrão 802.3; 1.20. Suporta os protocolos WOL e PXE; 1.21. Possibilidade de operar a 10, 100 e 1000 Mbps, com reconhecimento automático da velocidade da rede; 1.22. Capacidade de operar no modo full-duplex; 1.23. Suporte ao protocolo SNMP; 1.24. Conector RJ-45 fêmea. Controladora de vídeo: 1.25. Capacidade de 1.7GB de memória, dedicada ou compartilhada dinamicamente; 1.26. Suporte à resolução mínima de 1900 x 1200 @ 60 Hz; 1.27. Possuir 2(dois) conectores sendo um deles VGA e outro DVI ou HDMI ou Display Port(podendo ser ligado 02 monitores simultaneamente) 1.28. Deverá possuir suporte a DirectX 12 ; Controladora de áudio integrada High Definition: 1.29. Integrada à placa mãe; 1.30. Conectores frontais para Headphone e microfone; Gabinete: 1.31. Gabinete tipo SFF; 1.32. Fonte de alimentação com tensão de entrada 110/220 VAC, com potência mínima de 180 Watts automática com no mínimo 85% de eficiência; Tal característica deverá estar devidamente documentada via certificação 80 Plus; 1.33. Capaz de suportar a configuração completa de acessórios ou componentes do equipamento. Periféricos Externos: Monitor : 1.34. Monitor do mesmo fabricante do microcomputador ofertado; Não serão aceitos monitores em regime OEM; 1.35. Tela 100% plana de LED com dimensões mínimas de 19,5 Polegadas; 1.36. Resolução de 1440x900 a uma frequência horizontal de 60Hz; 1.37. Conectores de entrada nativos: 01 (uma) entrada Digital, compatível com a interface de vídeo do desktop sem uso de adaptadores; 1.38. Fonte de tensão bivolt (comutação automática); 1.39. Controles digitais externos e frontais de brilho, contraste, posição horizontal e vertical, tamanho horizontal e vertical; 1.40. Tempo de resposta máxima 8ms 1.41. Contraste 1000:1 1.42. Tela anti-reflexiva; 1.43. CERTIFICAÇÃO Energy Star 6.0; 1.44. Capaz de reconhecer sinais da controladora de vídeo para auto- desligamento e economia de energia elétrica; 1.45. Acompanha todos os cabos e acessórios necessários para seu funcionamento. Teclado Padrão ABNT-II, com conector USB 1.46. Teclas de Iniciar e de Atalho do MS – Windows; 1.47. Mudança de inclinação do teclado; 1.48. Cabo para conexão ao microcomputador com, no mínimo, 1,5 m; 1.49. Bloco numérico separado das demais teclas; 1.50. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado. Mouse Ótico com conector USB 1.51. Dispositivo dotado com 3 botões (sendo um botão para rolagem de telas – "scroll") e resolução mínima de 400 dpi; 1.52. É da mesma marca e cor do equipamento a ser fornecido. Sistema Operacional: 1.53. Acompanha licença do Windows 10 Professional 64 bits; O produto deve vir integrado de fábrica, não podendo ser adquirido a parte. GARANTIA 1.54. O equipamento ofertado deverá possuir código de identificação única para a abertura dos chamados no fabricante; 1.55. Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus a contratante, a parte ou peça defeituosa, salva quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos; 1.56. Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados onde se encontram (on-site). 1.57. Os equipamentos devem possuir garantia do Fabricante por um período mínimo de 12 (Doze) meses na modalidade on-site. Caso a garantia padrão do equipamento não seja a solicitada, deve ser informado o part-number do serviço correspondente a esta garantia ou então deverá ser apresentada declaração do fabricante para este certame que a garantia do produto corresponde a solicitada. ASSISTENCIA TECNICA 1.58. Assistência técnica nas sedes do Licitante (ON SITE) para os equipamentos ofertados durante o período de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR 1.59. Na entrega da proposta técnica/ comercial deverá vir acompanhada de todos os documentos citados acima, folder e certificações poderão ser entregues em mídia eletrônica (CD) ou impressos. Os folders deverão ser de domínio público, estando disponíveis na Internet para aferição das características ofertadas. Comprovações Técnicas: 1.60. O equipamento possui conformidade de compatibilidade do equipamento com o sistema operacional fornecido, ou seja, com a da fabricante Microsoft (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware/lpl/), na categoria System/Desktop, certificação Windows Logo' d Product List para Windows 10 x64; como board member ou leadership member, sendo que a comprovação se fará por intermédio do site da DMTF: http://www.dmtf.org/about/list. 1.61. Nenhum dos equipamentos fornecidos contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances) comprovado através de certificação emitido por instituição credenciada pelo INMETRO; 1.62. Os equipamentos ofertados devem possuir EPEAT Silver no mínimo; 1.63. Os equipamentos deverão possuir certificado Energy Star 7.0 ou superior; 1.64. Os equipamentos deverão possuir Certificado IEC 60950; 1.65. Os equipamentos deverão possuir Certificado IEC 61000; 1.66. Os equipamentos são novos e sem uso e ser produzidos em série na época da entrega; 1.67. Todos os equipamentos a serem entregues serão idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação e/ou homologação. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante nova homologação; 1.68. Disponibilizar no site do fabricante do manual de serviço do equipamento, com orientações técnicas de como remover e recolocar peças externas e internas do modelo do equipamento. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração; 1.69. Deverá junto com a proposta ser informado modelo e part-Number dos seguintes componentes: CPU, monitor e garantia do fabricante (quando necessário); 1.70. Deverá comprovar, obrigatoriamente, todos os itens e sub-itens desta especificação, através de catálogos, folders e/ou outros comprovantes. Estes Folders devem ser de domínio público na Internet, de modo que possa-se dirimir quaisquer dúvidas referente aos produtos ofertados. 1.71. Todos os componentes mouse, teclado, gabinete e monitor deverão ser do mesmo fabricante; 1.72. O fabricante deverá emitir declaração onde deve informar quem é a empresa que prestará os serviços de garantia na cidade de Natal/RN. Também deverá ser informado o número 0800 ou telefone Local, ondem devem ser abertos os chamados técnicos para manutenção. 1.73. Todas as certificações, bem como declarações acima exigidas deverão ser apresentadas na proposta comercial dos produtos ofertados. A ausência de tais comprovações desclassifica o licitante. Deverá constar na proposta do licitante, o site do fabricante no qual é possível checar se o produto está em garantia ou não.				
Total	497.375,00 (quatrocentos e noventa e sete mil trezentos e setenta e cinco reais)				

1 – DO OBJETO

1.1 – Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada objetivando Aquisição de Equipamentos de Informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARÉ/RN, 05/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

SANDRA CÁSSIA MOURA CAETANO
A B Computacao - Importacao e Exportacao EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:868DEB12

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 48.9/2019

No dia 05/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 015/2019, homologado em 28/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: LVD SOLUCOES EM INFORMATICA EIRELI (30.780.665/0001-26)	
CNPJ: 30.780.665/0001-26	Telefones: 11 98221-7450 / 3458-6682
Endereço: Rua Anny, 1580 apto 85– São João Clímaco - CEP 04240-000	
Representante Legal: Emerson Leandro Martins	
RG: 22.669.773-3	CPF: 220.269.978-37
Email: licitacao@lvdsolucoes.com.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
2	1. PROCESSADOR: NOTEBOOK DEVERÁ ATINGIR ÍNDICE DE, NO MÍNIMO, 7600 PONTOS PARA O DESEMPENHO, TENDO COMO REFERÊNCIA A BASE DE DADOS PASSMARK CPU MARK DISPONÍVEL NO SITE HTTP://WWW.CPUBENCHMARK.NET/CPU_LIST.PHP. PROCESSADOR COM 4 NÚCLEOS FÍSICO 2. MEMÓRIA PRINCIPAL:	LENOVO	UND / 10	4.900,00	49.000,00

	2.1. DOTADA COM TECNOLOGIA DDR-4, 2133 MHZ E DO TIPO SDRAM OU SUPERIOR; 2.2. 08 (OITO) GB DE MEMÓRIA INSTALADA; 2.3. POSSIBILIDADE DE SUPORTE A TECNOLOGIA DUAL CHANNEL; 2.4. SUPORTE A 12GB DE MEMÓRIA. 3. BIOS: 3.1. DESENVOLVIDA PELO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO EM FLASH ROM; 3.2. BIOS EM FLASH ROM, PODENDO SER ATUALIZADA POR MEIO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO; 3.3. POSSIBILITA QUE A SENHA DE ACESSO AO BIOS SEJA ATIVADA E DESATIVADA VIA SETUP; 3.4. BIOS PORTUGUÊS OU INGLÊS, DESENVOLVIDA PELO FABRICANTE EM CONFORMIDADE COM A ESPECIFICAÇÃO UEFI 2.1 (HTTP://WWW.UEFI.ORG), E CAPTURÁVEIS PELA APLICAÇÃO DE INVENTÁRIO SCCM (SYSTEM CENTER CONFIGURATION MANAGER); O FABRICANTE POSSUI COMPATIBILIDADE COM O PADRÃO UEFI COMPROVADA ATRAVÉS DO SITE HTTP://WWW.UEFI.ORG/MEMBERS, NA CATEGORIA MEMBROS. 3.5. DEVE POSSUIR DIAGNÓSTICO PRÉ-BOOT PARA NO MÍNIMO DISCO, MEMÓRIA E FONTE; 4. PLACA MÃE: 4.1. DEVE SER DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA E EXCLUSIVA PARA O MODELO OFERTADO. NÃO É PRODUZIDA EM REGIME DE OEM OU PERSONALIZADA; 4.2. POSSUI 3 PORTAS USB, SENDO PELO MENOS 02 (DUAS) 3.0 NATIVAS, NÃO SENDO UTILIZADO HUBS, PLACAS OU ADAPTADORES; 4.3. DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 01 INTERFACE DE VÍDEO, DIGITAL. 5. UNIDADE DE DISCO RÍGIDO 5.1. CONTROLADORA DE DISCOS INTEGRADA À PLACA MÃE, PADRÃO SATA-3, COM TAXA TRANSFERÊNCIA DE 6.0 GB/S; 5.2. COM 01 (UMA) UNIDADE DE DISCO RÍGIDO INSTALADA, INTERNA, DE 1 TB; 5.3. VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DE NO MÍNIMO 5400 RPM. 6. CONTROLADORA DE REDE GIGABIT ETHERNET E WIRELESS, COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: 6.1. EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO 802.3; 6.2. SUPORTA OS PROTOCOLOS WOL E PXE; 6.3. POSSIBILIDADE DE OPERAR A 10, 100 E 1000 MBPS, COM RECONHECIMENTO AUTOMÁTICO DA VELOCIDADE DA REDE; 6.4. CAPACIDADE DE OPERAR NO MODO FULL-DUPLEX; 6.5. SUPORTE AO PROTOCOLO SNMP; 6.6. CONECTOR RJ-45 FÊMEA. 6.7. PLACA DE REDE WIRELESS 802.11 1X1 AC E BLUETOOTH 4.0 OU SUPERIOR, 7. CONTROLADORA DE ÁUDIO INTEGRADA HIGH DEFINITION: 7.1. INTEGRADA À PLACA MÃE; 7.2. DEVE POSSUIR CONECTOR PARA HEADPHONE E MICROFONE, SERÁ ACEITO CONECTOR COMBO; 7.3. CAIXA DE SOM DE ALTA DEFINIÇÃO (HIGH DEFINITION AUDIO CODEC) INTEGRADA DE NO MÍNIMO 1.5 WATTS; 8. CAMERA: DEVE POSSUIR WEBCAM, INTEGRADA AO EQUIPAMENTO COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 720P 9. BATERIA 9.1. BATERIA DE ION LITHIUM COM NO MÍNIMO 30 WHR OU DURABILIDADE MÍNIMA DE 5 HORAS; 10. GABINETE 10.1. DEVE POSSUIR PESO MÁXIMO DE 2,3 KG; 10.2. DEVE POSSUIR TELA DE NO MÁXIMO 15.6” FULL HD ANTI-REFLEXO 11. TECLADO PADRÃO ABNT-II, 11.1. TECLAS DE INICIAR E DE ATALHO DO MS – WINDOWS; 11.2. A IMPRESSÃO SOBRE AS TECLAS DEVERÁ SER DO TIPO PERMANENTE, NÃO PODENDO APRESENTAR DESGASTE POR ABRASÃO OU USO PROLONGADO. 12. TOUCHPAD 12.1. TOUCHPAD COM SUPORTE A CONFIGURAÇÃO DE MULTIGESTOS 13. SISTEMA OPERACIONAL: 13.1. ACOMPANHA LICENÇA OEM DO WINDOWS 10 PROFESSIONAL 64 BITS OU SUPERIOR; 14. GARANTIA 14.1. O EQUIPAMENTO OFERTADO DEVERÁ POSSUIR CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO ÚNICA PARA A ABERTURA DOS CHAMADOS NO FABRICANTE; 14.2. DURANTE O PRAZO DE GARANTIA SERÁ SUBSTITUÍDA SEM ÔNUS A CONTRATANTE, A PARTE OU PEÇA DEFEITUOSA, SALVA QUANDO O DEFEITO FOR PROVOCADO POR USO INADEQUADO DOS EQUIPAMENTOS; OS SERVIÇOS DE REPARO DOS EQUIPAMENTOS ESPECIFICADOS SERÃO EXECUTADOS ONDE SE ENCONTRAM (ON-SITE). 14.3. OS EQUIPAMENTOS DEVEM POSSUIR GARANTIA DO FABRICANTE POR UM PERÍODO MÍNIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES. CASO A GARANTIA PADRÃO DO PRODUTO NÃO SEJA DE 24 MESES, DEVE SER ESPECIFICADO O PART-NUMBER QUE COMPROVE A GARANTIA ADICIONAL DO PRODUTO. 14.4. DEVE SER DISPONIBILIZADO NA PROPOSTA O SITE DO FABRICANTE, ATRAVÉS DO QUAL É POSSÍVEL SE VERIFICAR A GARANTIA DO EQUIPAMENTO ATRAVÉS DO SEU NÚMERO DE SÉRIE. 15. ASSISTENCIA TECNICA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NAS SEDES DO LICITANTE (ON SITE) PARA OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DE, NO MÍNIMO, 36 (TRINTA E SEIS) MESES. 16. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR 16.1. NA ENTREGA DA PROPOSTA TÉCNICA/ COMERCIAL DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE TODOS OS DOCUMENTOS CITADOS ACIMA. OS FOLDERS, DECLARAÇÕES E CERTIFICADOS PODERÃO SER ENTREGUES EM MÍDIA ELETRÔNICA (CD), OU IMPRESSOS. NOS CASOS DOS FOLDERS OS MESMOS DEVEM SER DE DOMÍNIO PÚBLICO NA INTERNET PARA AFERIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS. 17. COMPROVAÇÕES TÉCNICAS: 17.1. OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO POSSUIR CERTIFICADO ENERGY STAR 6.0 OU SUPERIOR; 17.2. OS EQUIPAMENTOS SÃO NOVOS E SEM USO E SER PRODUZIDOS EM SÉRIE NA ÉPOCA DA ENTREGA; 17.3. TODOS OS EQUIPAMENTOS A SEREM ENTREGUES SERÃO IDÊNTICOS, OU SEJA, TODOS OS COMPONENTES EXTERNOS E INTERNOS DE MESMOS MODELOS E MARCAS DOS UTILIZADOS NOS EQUIPAMENTOS ENVIADOS PARA AVALIAÇÃO E/OU HOMOLOGAÇÃO. CASO O COMPONENTE NÃO MAIS SE ENCONTRE DISPONÍVEL NO MERCADO, ADMITEM-SE SUBSTITUTOS COM QUALIDADE E CARACTERÍSTICAS IDÊNTICAS OU SUPERIORES, MEDIANTE NOVA HOMOLOGAÇÃO; 17.4. DISPONIBILIZAR NO SITE DO FABRICANTE DO MANUAL DE SERVIÇO DO EQUIPAMENTO, COM ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DE COMO REMOVER E RECOLOCAR PEÇAS EXTERNAS E INTERNAS DO MODELO DO EQUIPAMENTO. 17.5. DEVERÃO SER FORNECIDOS MANUAIS TÉCNICOS DO USUÁRIO E DE REFERÊNCIA CONTENDO TODAS AS INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS COM AS INSTRUÇÕES PARA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO; 17.6. DEVERÁ COMPROVAR, OBRIGATORIAMENTE, TODOS OS ITENS E SUB-ITENS				

	DESTA ESPECIFICAÇÃO, ATRAVÉS DE CATÁLOGOS, FOLDERS E/OU OUTROS COMPROVANTES, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO; 17.7. O FABRICANTE DEVERÁ EMITIR DECLARAÇÃO ONDE DEVE INFORMAR QUEM É A EMPRESA QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS DE GARANTIA NA CIDADE DE NATAL/RN. TAMBÉM DEVERÁ SER INFORMADO O NÚMERO 0800 OU TELEFONE LOCAL, ONDEM DEVEM SER ABERTOS OS CHAMADOS TÉCNICOS PARA MANUTENÇÃO TODAS AS CERTIFICAÇÕES, BEM COMO DECLARAÇÕES ACIMA EXIGIDAS DEVERÃO SER APRESENTADAS NA PROPOSTA COMERCIAL DOS PRODUTOS OFERTADOS. A AUSÊNCIA DE TAIS COMPROVAÇÕES DESCLASSIFICA O LICITANTE.				
Total	49.000,00 (quarenta e nove mil reais)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada objetivando Aquisição de Equipamentos de Informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 05/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

EMERSON LEANDRO MARTINS
LVD Solucoes em Informatica EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:1457CBAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 48.7/2019

No dia 05/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 015/2019, homologado em 28/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: LENI S SILVA DE LUCENA (21.142.448/0001-10)	
CNPJ: 21.142.448/0001-10	Telefones: 11 - 99475 - 3565
Endereço: R GASPAR FERNANDES, 191 - APT 91;BLOCO A - BAIRRO/DISTRITO VILA MONUMENTO	
Representante Legal: Leni Severina Silva de Lucena	
RG: 29.817.844-8	CPF: 296.565.688-00
Email: tubaraosoftware@gmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
10	ANTIVIRUS COM LICENÇA PARA 36 MESES	Kaspersky	UND / 250	164,64	41.160,00
Total	41.160,00 (quarenta e um mil cento e sessenta reais)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada objetivando Aquisição de Equipamentos de Informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 05/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

LENI SEVERINA SILVA DE LUCENA
Leni S Silva de Lucena

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:9D17B042

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 48.6/2019

No dia 05/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 015/2019, homologado em 28/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: JOSÉ RONYERDD FERREIRA RAMIRO 75012227387 (22.361.150/0001-63)	
CNPJ: 22.361.150/0001-63	Telefones: 84 - 98804-1023
Endereço: RUA PARQUE DOS IGARAPES, 131 - NOVA ESPERANÇA - PARNAMIRIM/RN - CEP: 59.144-134	
Representante Legal: JOSÉ RONYERDD FERREIRA RAMIRO	
RG: 003.218.369 - SSP/RN	CPF: 750.122.273-87
Email: jronyerdd@hotmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
7	TECLADO MULTIMIDIA USB - GARANTIA DO FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO, A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO PELO CONTRATANTE.	BRIGHT	UND / 50	20,70	1.035,00
8	MOUSE OPTICO USB - GARANTIA DO FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO, A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO PELO CONTRATANTE.	BRIGHT	UND / 50	6,50	325,00
Total	1.360,00 (mil trezentos e sessenta reais)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada objetivando Aquisição de Equipamentos de Informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.
2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.
2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.
3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:
I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e
II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.
§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.
§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:
I - outros entes da Administração Pública; e
II - entidades privadas.
§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 05/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

JOSÉ RONYERDD FERREIRA RAMIRO
José Ronyerdd Ferreira Ramiro 75012227387

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:19CCB484

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 48.5/2019

No dia 05/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 015/2019, homologado em 28/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: ENOQUE INFORMATICA LTDA (16.677.622/0001-99)	
CNPJ: 16.677.622/0001-99	Telefones: (61) 98409-0797
Endereço: ST SRTVS BLOCO, 428 - QUADRA701 BLOCO K SALA 428 EDIF EMBASSY TOWER - ASA SUL	
Representante Legal: LEANDRO BORGES AMORIM	
RG: 1931362	CPF: 711.736.091-72
Email: comercial@enqsolucoes.com.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
9	ROTEADOR - ACCESS POINT WIRELESS N 300 MBPS - VELOCIDADE WIRELESS DE 300MBPS - SUPORTA MÚLTIPLOS MODOS DE OPERAÇÃO: PONTO DE ACESSO, MULTI-SSID, CLIENTE, REPETIDOR UNIVERSAL/WDS, WIRELESS BRIDGE COM AP FÁCIL DE CONFIGURAR UMA CONEXÃO CRIPTOGRAFADA WPA SEGURA COM UM SIMPLES TOQUE DO BOTÃO QSS ATÉ 30 METROS (100 PÉS) DE IMPLANTAÇÃO FLEXÍVEL, INCLUÍDA ALIMENTAÇÃO PASSIVA SOBRE ETHERNET INTERFACE: UMA PORTA ETHERNET (RJ45) 10/100M SUPORTA POE PASSIVO; TIPO DE ANTENA 2 OMNIDIRECIONAIS DESTACÁVEIS DE 5DBI (RP-SMA) PADRÕES WIRELESS IEEE 802.11N, IEEE 802.11G, IEEE 802.11B - FUNÇÕES WIRELESS: ATIVAR/DESATIVAR RADIO WIRELESS, WDS BRIDGE, FILTRAGEM DO MAC ADDRESS - SEGURANÇA WIRELESS-WEP / WPA / WPA2,WPA-PSK / WPA2-PSK 64/128/152 BITS - SERVIDOR DHCP - REQUISITOS DO SISTEMA-MICROSOFT® WINDOWS® 98SE, NT, 2000, XP, VISTA™ OU WINDOWS 7, MAC® OS, NETWARE®, UNIX® OU LINUX - GARANTIA DO FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO, A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO PELO CONTRATANTE.	TP-LINK	UND / 50	118,00	5.900,00
Total	5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada objetivando Aquisição de Equipamentos de Informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 05/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

LEANDRO BORGES AMORIM
Enoque Informatica LTDA

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:254635AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 48.3/2019

No dia 05/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 015/2019, homologado em 28/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: INFOJET COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA (05.888.814/0001-28)	
CNPJ: 05.888.814/0001-28	Telefones: (061) 3382-7765 Ramal 214
Endereço: Q QI 31, Nº 8, 9, 10 - BLOCO A LOJA - GUARA II	
Representante Legal: Daniel de Medeiros Reis	
RG: 2.214.814 SSP/DF	CPF: 005.526.301-10

Email: daniel@infojet.inf.br

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
3	TABLET - TELA: MÍNIMO 7" RESOLUÇÃO: 1024 X 600 PROCESSADOR: MINIMOQUAD CORE 1.3GHZ PLACA GRAFICA: INTEL HD GRAPHICS INTEGRADA MEMÓRIA: MÍNIMO 1 GB SOLDADO NA M. BOARD MEMORIAINTERNA: 8 GB SUPORTE A CARTÃO DE MEMORIA DE ATE 32 MB MICROSD CONECTIVIDADE: WIRELESS: B/G/N, 3G E BLUETOOTH 4.0 GPS INTEGRADO; CAMERAS: 5 MB E 2MB - BATERIA: 3600 MAH COM DURAÇÃO APROXIMADA DE 8 HS SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID 4.4 OU SUPERIOR. - GARANTIA DO FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO, A PARTIR DA DATA DO RECEBIMENTO PELO CONTRATANTE.	Multilaser	UND / 20	688,93	13.778,60
Total	13.778,60 (treze mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada objetivando Aquisição de Equipamentos de Informática, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 05/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

DANIEL DE MEDEIROS REIS
Infojet Comercio E Servicos De Informatica LTDA

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:5BA35028

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 47.17/2019

No dia 03/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 053/2019, homologado em 02/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: VIVO LICITAÇÕES EIRELI (30.041.676/0001-94)	
CNPJ: 30.041.676/0001-94	Telefones: (48) 4042-2920
Endereço: RUA 3150, 395- SALA 01, CENTRO, BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC, 88.330-281	
Representante Legal: GUSTAVO LUIZ DE SOUSA	
RG: 4.749.706	CPF: 046.280.119-58
Email: VIVOLICITA@GMAIL.COM	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
36	KIT LANÇA BOCHA ADAPTADO - DIMENSÕES DO PRODUTO:0,90M DE ALTURA POR 0,60M DE LARGURA, PESO APROXIMADO DO PRODUTO: 12,3 KG DIMENSÕES DA EMBALAGEM: P X L X A - 0,90M X 0,60M X 0,08M	FÁCIL ESPORTE	KIT / 2	2.124,59	4.249,18
111	LUVAS FEITAS DE COURO COREANO DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. REVESTIMENTO COM BORRACHAS ESPECIAIS QUE GARANTEM MELHOR PROTEÇÃO A MÃO DOS ATLETAS. DEDOS EM ELASTANO. POSSUI ASTE NA PALMA DAS MÃOS PARA FORÇAR O ATLETA A MANTER AS MÃOS FECHADAS DURANTE A LUTA. FECHAMENTO COM ELÁSTICO E VELCRO. TAMANHO P E M.	SULSPORT	PAR / 10	105,49	1.054,90
113	COLETE PROTETOR DE TÓRAX TAEKWONDO, TAMANHO P, M, G.	FHERAS	UND / 10	135,88	1.358,80
151	SAPATILHA PARA BALLET NOS TAMANHOS DE 28 AO 42, NAS CORES PRETA E ROSA.	MARABÁ	UND / 200	20,05	4.010,00
153	REDE PARA COQUE DE CABELO PARA BALLET NAS CORES ROSA E PRETO	MARABÁ	UND / 200	6,08	1.216,00
Total	11.888,88 (onze mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e oito centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 03/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

GUSTAVO LUIZ DE SOUSA
Vivo Licitações EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:CB5A960B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 47.15/2019

No dia 03/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 053/2019, homologado em 02/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: Bike Sul Comércio e Serviços Eireli - ME (94.684.099/0001-31)	
CNPJ: 94.684.099/0001-31	Telefones: (51) 3225-5375
Endereço: Av. Borges de Medeiros, 1141/186, Porto Alegre/RS	
Representante Legal: Márcia Costa Scheidt	
RG: 8042565104 SSP/RS	CPF: 674.388.570-34
Email: vendas@ss.esp.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
23	PARES DE REDE FUTSAL FIO 4MM NYLON FUTEBOL DE SALÃO POLIETILENO 100% VIRGEM COM TRATAMENTO U.V. CONFECCIONADA NA MALHA 12X12CM EM CORDA TRANÇADA; MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE – 100% VIRGEM, COM TRATAMENTO CONTRA AS AÇÕES (U.V), DIMENSÕES: 3,2M, COMPLEMENTO DA DESCRIÇÃO 1: NA LARGURA, 2,1M DE ALTURA, 1M DE RECUO INFERIOR E 0,6M DE RECUO SUPERIOR.	PANGUE	PAR / 5	141,47	707,35
Total	707,35 (setecentos e sete reais e trinta e cinco centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 03/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

MÁRCIA COSTA SCHEIDT
Bike Sul Comércio e Serviços EIRELI - ME

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:EE961262

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 47.10/2019

No dia 03/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 053/2019, homologado em 02/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: SPORTHAUS COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI (27.596.969/0001-23)	
CNPJ: 27.596.969/0001-23	Telefones: (47)3032-0787
Endereço: RUA NOVE DE MARÇO, 737, CENTRO, JOINVILLE - SC , CEP 89.201-400, SALA B BOX 71	
Representante Legal: Celso Ferreira Gonçalves Filho	
RG: 03866064623	CPF: 048.112.739-90
Email: sporthaus@yahoo.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	PETECAS ARTESANAL DE PENAS COLORIDAS MACIAS E FLEXÍVEIS, ENCHIMENTO COM SERRAGEM DE MADEIRA, ALTURA: 18 CM - DIÂMETRO DA BASE: 7 CM, PESO: 30 GR.	SPORTHAUS	UND / 60	7,81	468,60
5	KITS C/15 PRATOS DEMARCATÓRIOS CHINESINHO MEDIDAS: 5,5 X 20,5 CM (ALTURA X DIÂMETRO), PESO: 45 G.	SPORTHAUS	KIT / 6	38,30	229,80
6	CONES DEMARCATÓRIO PARA CIRCUITO (CHAPÉU DE BRUXA), MEDIDAS: LARGURA: 12,5 CM; ALTURA: 23 CM, MATERIAL: PVC FLEXÍVEL	SPORTHAUS	UND / 50	3,11	155,50
9	ESCADA DE AGILIDADE, MATERIAL: NYLON. DIMENSÕES: APROXIMADAMENTE 3,95X0,58CM (CXL). PESO: 300G.	SPORTHAUS	UND / 10	49,63	496,30
10	APITO MESÁRIO, SEM ESFERA E BOLINHA, CONFECCIONADO EM INOX, ACOMPANHA CORDÃO PARA PESCOÇO.	SPORTHAUS	UND / 20	9,64	192,80
11	APITOS PEARL - 40, DECIBÉIS: 90, APITO PLÁSTICO: NÃO TÓXICO.	SPORTHAUS	UND / 15	9,22	138,30
12	BOMBA INFLADORA , TUBO: POLICARBONATO. HASTE: ACRILATO NITRÍLICA BUTADIENO ESTIRENO. T HANDLE: POLIPROPILENO,FECHOS: ACRILATO NITRÍLICA	PISTA E BOMBA	UND / 20	13,64	272,80
14	KIT CARTÃO ARBITRO 2 CORES CADERNETA, CARTÃO AMARELO E VERMELHO EM MATERIAL EM PVC, LÁPIS	SPORTHAUS	KIT / 15	7,57	113,55
17	PRANCHETA TÁTICA MAGNÉTICA PARA MODALIDADES ESPORTIVAS (MODALIDADES A SEREM DEFINIDAS NO ATO DA CONTRATAÇÃO)	SPORTHAUS	UND / 12	55,13	661,56
30	KITS BADMINTON COMPOSTO POR 4 RAQUETES, 3 PETECAS DE NYLON, 1 JOGO DE REDE E 1 BOLSA DE ARMAZENAMENTO.	SPORTHAUS	KIT / 10	160,19	1.601,90
31	KITS PETECA PARA BADMINTON YONEX MAVIS 350 TUBO COM 06 UNIDADES , DESENVOLVIDA EM NYLON COM BASE EM CORTIÇA.	SPORTHAUS	KIT / 10	73,00	730,00
42	BOLAS SUÍÇAS DE 75CM - SISTEMA ANTI-BURST; PESO MÁXIMO SUPORTADO: 150KG; COMPOSTA EM LÁTEX ESPECIAL COM 3,0 MM DE ESPESSURA; ESPESSURA DO MATERIAL QUANDO INFLADA: 0,7 - 0,9MM;	SPORTHAUS	UND / 10	50,50	505,00
43	BOLAS SUÍÇAS DE 65CM - SISTEMA ANTI-BURST; PESO MÁXIMO SUPORTADO: 150KG; COMPOSTA EM LÁTEX ESPECIAL COM 3,0 MM DE ESPESSURA; ESPESSURA DO MATERIAL QUANDO INFLADA: 0,7 - 0,9MM;	SPORTHAUS	UND / 10	41,96	419,60
44	BOLAS SUÍÇAS DE 55CM - SISTEMA ANTI-BURST; PESO MÁXIMO SUPORTADO: 150KG; COMPOSTA EM LÁTEX ESPECIAL COM 3,0 MM DE ESPESSURA; ESPESSURA DO MATERIAL QUANDO INFLADA: 0,7 - 0,9MM;	SPORTHAUS	UND / 10	41,85	418,50
48	BARREIRAS PARA SALTOS AJUSTÁVEIS - , PERFORMANCE; MATERIAL - PVC; PESO APROXIMADO - 600G CADA BARREIRA (TOTAL DE 2,4KG); AJUSTE DA PARTE SUPERIOR - ENTRE 30CM E 45CM.	SPORTHAUS	UND / 30	53,71	1.611,30
49	BASTÃO DE REVEZAMENTO RBP-S08 PLÁSTICO ATLETISMO - IAAF - VINEX	VINEX	UND / 5	39,50	197,50
52	BOLA BORRACHA INICIAÇÃO TAMANHO Nº 8 – MODELO TRADICIONAL, CONFECCIONADA EM BORRACHA NATURAL MACIÇA. CARACTERÍSTICAS APROXIMADAS PESO: 140 – 160-G – DIÂMETRO.122 A 127-MM CIRCUNFERÊNCIA 38 A 40-CM COM VÁLVULA.	SPORTHAUS	UND / 50	8,19	409,50
53	BOLA DE INICIAÇÃO ESPORTIVA Nº- 10, MATRIZADA, CONFECCIONADA COM BORRACHA. TAMANHO: 48 - 50 CM DE DIÂMETRO. PESO: 180 - 200 G.	SPORTHAUS	UND / 50	11,16	558,00
54	BOLA DE INICIAÇÃO ESPORTIVA Nº- 14, MATRIZADA, CONFECCIONADA COM BORRACHA. TAMANHO: 65 - 67 CM DE DIÂMETRO. PESO: 350 - 370 G.	SPORTHAUS	UND / 50	18,43	921,50
57	DISCO PVC 200G INICIAÇÃO ATLETISMO	SPORTHAUS	UND / 15	46,96	704,40
58	MARTELO PVC 350G INICIAÇÃO ATLETISMO - HEV-350	SPORTHAUS	UND / 5	63,41	317,05
60	PESOS PARA ARREMESSO, PESO ATLETISMO PVC 500G - VES-500 – VINEX, DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE 17.5 CM; ALTURA DE 4CM NO CENTRO E 1CM NAS BORDAS.	SPORTHAUS	UND / 20	39,93	798,60
89	O PLACAR DE MESA VOLLO CONFECCIONADO EM PVC RÍGIDO, POSSUI SISTEMA ARTICULADO PARA FACILITAR O TRANSPORTE, CARACTERES EM LÂMINAS DE PVC E MARCAÇÃO DE ATÉ 7 SETS E 31 PONTOS. DIMENSÕES:LARGURA: 220 MM, COMPRIMENTO: 390 MM PROFUNDIDADE: 19 MM, PESO: 942 G	SPORTHAUS	UND / 3	112,63	337,89
Total	12.259,95 (doze mil duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e cinco centavos)				

1 – DO OBJETO

1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 03/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

CELSO FERREIRA GONÇALVES FILHO
Sporthaus Comercio de Artigos Esportivos EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:759ED075

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 47.9/2019

No dia 03/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 053/2019, homologado em 02/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: G DE A CORREIA COMÉRCIO & SERVIÇOS (24.926.220/0001-09)	
CNPJ: 24.926.220/0001-09	Telefones: (84) 3086-8582
Endereço: AV. CORONEL NORTON CHAVES, Nº 248 - BLOCO B - NOVA DESCOBERTA - NATAL/RN - CEP: 59.075.365	
Representante Legal: GERGONNE RICART DA SILVA CORREIA	
RG: 1872505 ITEP RN	CPF: 703.105.214-91
Email: gdacomercioeservicos@gmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
98	UNIFORME COMPLETO UNISSEZ SOCIETY COMPOSTO POR (15 CAMISAS, 15 SHORTS), TECIDO 100% POLIESTER.	GDA	CONJ / 5	379,90	1.899,50

	TAMANHO (M): COR A SER DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO				
99	UNIFORME COMPLETO UNISSEZ SOCIETY COMPOSTO POR (15 CAMISAS, 15 SHORTS), TECIDO 100% POLIESTER, TAMANHO (G): COR A SER DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO	GDA	CONJ / 5	379,85	1.899,25
105	FAIXA PARA ARTES MARCIAIS, PATCH EMBORRACHADO NA PONTA DA FAIXA, LARGURA DE 4 CM. OITO COSTURAS QUE GARANTEM EXTREMA DURABILIDADE , CORES A SER DEFINIDA NO ATO DA CONTRATAÇÃO, TAMANHO M2 – 2,35m.	NAGASHIMA	UND / 100	32,88	3.288,00
115	KIMONOS DE KARATÊ, BLUSA E CALÇA EM TECIDO LONA K12 – 100% ALGODÃO. GOLA REFORÇADA NO PESCOÇO COM TECIDO EXTRA PARA ABSORÇÃO DO SUOR E MAIOR DURABILIDADE. ACABAMENTO ESPECIAL NAS MANGAS DA BLUSA E NAS BARRAS DA CALÇA COM SEIS COSTURAS ALINHADAS, PROPORCIONANDO DESIGNER ELEGANTE E MAIOR RESISTÊNCIA. CALÇA COM PASSANTES E CORDÃO, TRAVETADA NO GANCHO FRENTE E TRAZ, PARA GARANTIR UMA RESISTÊNCIA MAIOR NOS MOVIMENTOS. PESO: 1.359 KG, DIMENSÕES: 40 × 32 × 5 CM. TAMANHO A1, A2	NAGASHIMA	UND / 20	260,00	5.200,00
Total	12.286,75 (doze mil duzentos e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 03/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

GERGONNE RICART DA SILVA CORREIA
G De a Correia Comércio & Serviços

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:6806040D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 47.6/2019

No dia 03/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 053/2019, homologado em 02/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: KRIPTON INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI (11.669.001/0001-40)	
CNPJ: 11.669.001/0001-40	Telefones: (32) 3371-9583
Endereço: RUA HERCULANO VELOSO, NÚMERO 148, CASCALHO, CIDADE SANTA CRUZ DE MINAS/MG	
Representante Legal: LEANDRO JÚLIO DA SILVA	
RG: 8736156	CPF: 009.045.316-60
Email: financeirokripton@gmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
13	BICO PARA INFLAR BOLAS 6 UNIDADES - MATERIAL: AÇO CARBONO.	PANGUE	UND / 50	2,79	139,50
46	BOLA DE FUTSAL OFICIAL CIRCUNFERÊNCIA 61/64, PESO ENTRE 410/440, CONFECCIONADO EM PU 100%, COSTURADA A MÃO. CÂMARA AIRFACILITY, MIOLO SLIP SYSTEM SUBSTITUÍVEL E LUBRIFICADO 32 GOMOS.	KRIPTON	UND / 10	34,79	347,90
51	BOLA DE BORRACHA PARA INICIAÇÃO Nº 04. PESO: 75 - 80 G DIÂMETRO: 62 69 MM CIRCUNFERÊNCIA: 20 - 22 CM	KRIPTON	UND / 50	16,30	815,00
65	A BOLA FUTSAL POSSUI MATERIAL DE PVC, CÂMERA DE LÁTEX E MIOLO REMOVÍVEL. CIRCUNFERÊNCIA: 62 CM, PESO: 430 GRAMAS	KRIPTON	UND / 70	24,96	1.747,20
66	BOLA FUTEBOL CAMPO, COMPOSIÇÃO: 100% TPU, PESO DO PRODUTO: 410-450 G COSTURA: COM COSTURA, CIRCUNFERÊNCIA: 68-70 CM.	KRIPTON	UND / 50	37,49	1.874,50
70	BOLAS MEDICINE BALL - TAMANHO: 85- 89 CM, MIOLO: SUBSTITUÍVEL E LUBRIFICADO, MOLDAGEM: MATRIZADA, REVESTIMENTO: BORRACHA, PESO 4KG	MAGUSSY	UND / 10	83,98	839,80
71	BOLA DE VÔLEI, GÊNERO: UNISSEX, INDICADO PARA: JOGO, MATERIAL: MICROFIBRA, COMPOSIÇÃO: MICROFIBRA, PESO DO PRODUTO: 260 - 280 GR, CIRCUNFERÊNCIA: 65CM - 67CM.	KRIPTON	UND / 40	34,58	1.383,20
72	A BOLA VÔLEI - TAMANHO INFANTIL; - MACIEZ; - ALTA PERFORMANCE; - MATRIZADA; - PU; - 18 GOMOS; - CIRCUNFERÊNCIA: 60 - 63 CM; - PESO: 240 - 270G; CÂMERA AIRBILITY (FEITA COM BORRACHA BUTÍLICA, POSSUI SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA À RETENÇÃO DE AR. A VÁLVULA É COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA. O MIOLO É AUTOLUBRI CADO,	KRIPTON	UND / 40	34,67	1.386,80

	REMOVÍVEL E NÃO ENVELHECE. ALÉM DISSO, A VEDAÇÃO É ALTAMENTE RESISTENTE A DIFERENTES CONDIÇÕES CLIMÁTICAS - MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO;				
74	BOLA VÔLEI PRAIA	KRIPTON	UND / 30	33,42	1.002,60
79	BOLA HAND. 32 GOMOS.CIRCUNFERÊNCIA: 54CM -56CM. PESO: 325G - 400G.	KRIPTON	UND / 40	30,52	1.220,80
80	BOLA HAND 32 GOMOS.CIRCUNFERÊNCIA: 58CM -60CM. PESO: 425G - 475G.	KRIPTON	UND / 40	29,81	1.192,40
Total	11.949,70 (onze mil novecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ESPORTIVO, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 03/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

LEANDRO JÚLIO DA SILVA
Kripton Industria e Comercio EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:A7FB7247

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 46/2019

No dia 03/09/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 024/2019, homologado em 02/09/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: ELETROBIRA COMERCIO E SERVICOS LTDA (04.848.998/0001-30)	
CNPJ: 04.848.998/0001-30	Telefones: 84 - 3331-4242 / 99972-0011
Endereço: AV DR LUIZ CARLOS , 680 - DOM ELIZEU	
Representante Legal: WESLLEY PATRICK NOGUEIRA LOURENÇO DA SILVA	
RG: 002.473.509 - ITEP/RN	CPF: 082.119.554-90
Email: vendas@eletrobira.com.br	

Lote / Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
Lote 1 / Item: 1.1	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 3 Bomba Sub 12,5 cv 380v		und / 8	1.812,47	14.499,76
Lote 1 / Item: 1.2	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 4 Bomba centrifuga 1 CV		und / 8	563,08	4.504,64
Lote 1 / Item: 1.3	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 4 Bomba Sub 7,5 cv 380v		und / 8	1.385,71	11.085,68
Lote 1 / Item: 1.4	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 6 Bomba Sub 5,5 cv 380v		und / 8	2.124,76	16.998,08
Lote 1 / Item: 1.5	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 8 Bomba Sub 3,0cv 380v		und / 8	1.803,62	14.428,96
Lote 1 / Item: 1.6	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 6 Bomba Sub 2,0cv 380v		und / 8	1.132,77	9.062,16
Lote 1 / Item: 1.7	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 4 Bomba Centrifuga 3cv		und / 8	1.478,09	11.824,72
Lote 1 / Item: 1.8	cod.2330 Manutenção preventiva e corretiva de 2 Bomba Centrifuga 15 cv		und / 8	937,00	7.496,00
Total do Lote	89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais)				
Total	89.900,00 (oitenta e nove mil e novecentos reais)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva com trocas de peças em bombas submersas e centrifugas, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado (a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 03/09/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

WESLLEY PATRICK NOGUEIRA LOURENÇO DA SILVA
Eletrobira Comercio E Servicos LTDA

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:7B4BF3BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 45.1/2019

No dia 22/08/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 052/2019, homologado em 20/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: CAVALCANTE & CIA LTDA - EPP (10.655.938/0001-01)	
CNPJ: 10.655.938/0001-01	Telefones: (84) 3663-2045
Endereço: AV. FRONTEIREAS, Nº 65 -LOJA 07 - BAIRRO IGAPÓ - NATAL/RN - CEP: 59.104-345	
Representante Legal: JÉSSIKA DE SOUZA CAVALCANTE	
RG: 2709748 - SSP/RN	CPF: 016.803.504-98
Email: licitacao@trevoecia.com.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
3	Agua destilada.	MARINA	LT / 150	2,76	414,00
Total	414,00 (quatrocentos e catorze reais)				

1 – DO OBJETO
1.1 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E ADITIVOS., conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 22/08/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal de Guamaré

JÉSSIKA DE SOUZA CAVALCANTE
Cavalcante & Cia LTDA - EPP

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:C910E56E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 45.3/2019

No dia 22/08/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 052/2019, homologado em 20/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: J. Marangoni Comercial - Importação e Exportação EIRELI – EPP (20.649.395/0001-65)	
CNPJ: 20.649.395/0001-65	Telefones: (17) 3525-1768 / (17) 9 9671-0880
Endereço: Rua Carlos Gomes, 790 Bairro: Centro CEP: 15830-000	
Representante Legal: DAIANE GENTILE MARANGONI	
RG: 34.549.748 - X - SSP/SP	CPF: 324.212.248-88
Email: jmarangoni@jmarangoni.com.br	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	Aditivo concentrado para radiadores de motores a Diesel	RADNAQ	LT / 300	5,20	1.560,00
2	Aditivo concentrado para radiadores de motores a Gasolina	RADNAQ	LT / 100	5,20	520,00
13	Óleo hidráulico ISO 68.	IMPACTO	BD / 15	118,30	1.774,50
14	Óleo lubrificante HTA 705	YPF	BD / 3	252,42	757,26
17	Óleo lubrificante para motor diesel 40w CF	INCOL	BD / 10	197,60	1.976,00
18	Óleo lubrificante para motor turbo diesel SAE 15w-40 CL-4	VR LUB	BD / 50	159,90	7.995,00
21	Óleo para engrenagens 80w90 GL5	INCOL	BD / 3	256,10	768,30
Total	15.351,06 (quinze mil trezentos e cinquenta e um reais e seis centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E ADITIVOS., conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 22/08/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

DAIANE GENTILE MARANGONI
J. Marangoni Comercial - Importação e Exportação EIRELI – EPP

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:6206C605

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 45.2/2019

No dia 22/08/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93

e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 052/2019, homologado em 20/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: ROGAMA DISTRIBUIDORA E SERVICOS EIRELI (14.974.969/0001-78)	
CNPJ: 14.974.969/0001-78	Telefones: (11) 4303-3696
Endereço: R PARANAENSE 810 - CONCEICAO	
Representante Legal: José Gabriel da Silva	
RG: 16.599.137-9	CPF: 104.219.948-51
Email: rogama.ds@outlook.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
4	Arla 32	BIOARLA	BD / 200	39,93	7.986,00
5	Desengripante spray 300 ml.	RADNAQ	FR / 60	4,98	298,80
6	Fluído sintético de freio 500 ml Dot 3.	RADNAQ	FR / 36	9,79	352,44
7	Fluído sintético de freio 500 ml DOT4.	RADNAQ	FR / 36	13,95	502,20
8	Graxa grafitada.	EVORA	BD / 3	256,37	769,11
9	Graxa para rolamento NLGL2	EVORA	BD / 6	297,95	1.787,70
10	Óleo cambio e diferencial SAE 140 GL-5	INCOL	BD / 6	199,18	1.195,08
11	Óleo cambio e diferencial SAE 90 GL-5	INCOL	BD / 6	199,03	1.194,18
12	Óleo direção hidráulica ATF tipo A	INCOL	LT / 120	9,43	1.131,60
15	Óleo lubrificante para motocicleta 4 tempos SAE 20w50 API SL.	INCOL	LT / 60	9,29	557,40
16	Óleo lubrificante para motocicleta 4 tempos SAE 10w30 API SL.	INCOL	LT / 60	12,00	720,00
19	Óleo lubrificante sintético para motor flex 05w30 API SL.	INCOL	LT / 120	14,51	1.741,20
20	Óleo lubrificante sintetico para motor flex 05w40 API SL.	INCOL	LT / 120	14,25	1.710,00
22	Óleo transmissão hidráulico 10w30.	INCOL	BD / 6	169,69	1.018,14
23	Solução de bateria.	RADNAQ	LT / 60	2,70	162,00
Total	21.125,85 (vinte e um mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E ADITIVOS., conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 22/08/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

JOSÉ GABRIEL DA SILVA
Rogama Distribuidora E Servicos EIRELI

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:BEC9D7AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – 41.11/2019

No dia 14/08/19, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, situado(a) no(a) RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, Nº 116 - CENTRO - GUAMARÉ/RN - CEP: 59.598-000, representado neste ato pelo(a) Sr(a) FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES, inscrito no CPF n° 03231343437, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e de modo subsidiário, da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 046/2010, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) N° 032/2019, homologado em 12/08/19, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Empresa: SERTAO FIBRAS INDUSTRIA LTDA (26.227.604/0001-69)	
CNPJ: 26.227.604/0001-69	Telefones: 27 - 99943-8522 / 27 3344-2224 / 27 99943-8522
Endereço: RUA PROJETADA, ROD BR-101/262, KM 7,9, VILA BETHANIA	
Representante Legal: LUIZ PAULO SODRÉ DE JESUS	
RG: 1256135 - SSP/ES	CPF: 046.652.397-11
Email: luizpaulosodre@hotmail.com	

Item	Objeto	Marca/Modelo	Unidade/Qtd	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
48	CAIXA D'ÁGUA MATERIAL POLIETILENO TIPO REDONDO COM CAPACIDADE PARA 5000 LTS	FORTLEV	Und. / 3	1.794,22	5.382,66
Total	5.382,66 (cinco mil trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e seis centavos)				

1 – DO OBJETO
1.1 – Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do município de Guamaré/RN, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas do Edital do Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) supracitado.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS
2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 (DOZE) MESES, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no DIÁRIO OFICIAL e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ não será obrigado(a) a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não-participante do certame licitatório, também denominado carona, mediante prévia consulta junto a CPL, órgão gerenciador da ARP que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:

I - prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e

II - observância da quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, para que não ocorra fracionamento.

§ 1º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§ 2º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 3º. o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 4º. Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo registro de preços.

§ 5º. Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:

I - outros entes da Administração Pública; e

II - entidades privadas.

§ 6º Observado o disposto nos §§ 12 e 13 do art. 9º, as contratações dos caronas poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida no art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, se a respectiva Ata não tiver sido aditada.

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta ARP, o edital do Pregão supracitado e seus anexos, e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s), classificada(s) no respectivo certame.

4.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a pelas normas constantes nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/02, no que couber.

4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca Local, para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

GUAMARE/RN, 14/08/19

FRANCISCO ADRIANO HOLANDA DIÓGENES
Prefeitura Municipal De Guamaré

LUIZ PAULO SODRÉ DE JESUS
Sertao Fibras Industria LTDA

Publicado por:
Raphaella Kalliana Olegário de Lima
Código Identificador:8D284044

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00045/2019

Aos 11 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Av. Gov. Dix-sept Rosado - Centro - Jardim de Piranhas - RN, nos termos da Lei Federal de nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 415/2006, de 07 de Dezembro de 2006, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as demais normas legais aplicáveis, e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00045/2019 que objetiva o registro de preços para: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA A MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS - CNPJ nº 08.096.604/0001-95.

VENCEDOR: ISLEY FONSECA DA MACENA DE ARAUJO						
CNPJ: 70.307.939/0001-89						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
3	Teclado - Padrão de, no mínimo, 102 teclas, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç; Compatibilidade com o padrão ABNT-2; Com ajuste de inclinação.	BRIGTH	Und	20	29,50	590,00
4	Mouse óptico com conexão USB, com dois botões mais tecla de rolagem, com formato ergonômico e conformação ambidestra; Resolução mínima de 1.000 dpi.	BRIGTH	Und	20	14,00	280,00
5	Mouse óptico sem fio, com tecnologia de 2.4GHZ; design anatômico; alcance de 10(Dez) metros; alimentação por 02 pilhas AAA; conexão no pc via receptor usb, resolução de 800DPI.	LOGITECH	Und	30	49,90	1.497,00
6	Mousepad para redução de atrito na cor preta; composição de tecido e eva; dimensões aproximadas de 22 X 18 CM	MULT LASER	Und	80	9,90	792,00
7	HD Externo 1Tb	WD	Und	5	395,00	1.975,00
8	Pendrive 32Gb	MULT LASER	Und	15	39,00	585,00
9	Roteador - 300Mbps 2.4Ghz Duas Antenas	MERCUR	Und	10	82,00	820,00
10	Nobreak 1200va	BMI	Und	10	594,00	5.940,00
11	Estabilizador - 1000va	BMI	Und	20	445,00	8.900,00
13	Impressora - Multifuncional Laser Velocidade Máxima em Color (ppm) Impressora, copiadora e scanner Gramatura de Papel Tamanho compacto, ideal para escritórios pequenos ou domésticos Capacidade de Saída do Papel Conexão USB 2. 0 de alta velocidade, Wireless e Ethernet.	HP	Und	4	2.890,00	11.560,00
15	Cabo HDMI – comprimento 2 Metros	BRCABOS	Und	5	39,90	199,50
16	Cabo Micro USB - comprimento 1 Metro	BRCABOS	Und	5	16,00	80,00
17	Cabo HUB USB 4 Portas Extensão Usb 4 Entrada Alta Velocidade Compatível com portas USB 2.0 e 1.1	BRCABO0S	Und	10	109,00	1.090,00
19	Adaptador USB WIRELESS - Chipset: Realtek RTL8192EU; 2 antenas: 1 antena externa de 3,5 dBi / 1 antena interna de 1 dBi; Padrões: IEEE 802.11b/g/n, Modo do rádio: MiMo, Frequência de operação: 2,4 GHz, Largura de banda: 20, 40 MHz, Taxa de transmissão: Até 300 Mbps¹, Potência máxima (E.I.R.P.): 20 dBm (100 mw), Compatibilidade: Windows XP/Vista/7/8/8.1/10, Conexão: USB 2.0	TPLINK	Und	50	91,00	4.550,00
21	Servidor - Ambiente: Servidor único para aplicação e banco de dados - Dedicado ao sistema, Memória RAM: 8GB - Barramento DDR4 - Mínimo 1600MHz, processador: Quad Core 2.20 GHz - Pontuação mínima de 2500 pontos no PassMark/CPUBenchmark (https://www.cpubenchmark.net/ , Disco: 100 GB - Velocidade de escrita mínima 80 MB/seg - Velocidade de leitura mínima 350 MB/sec.	LENOVO	Und	1	8.499,00	8.499,00
TOTAL						47.357,50
VENCEDOR: M. K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS						
CNPJ: 21.062.777/0001-50						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**

2	Notebook - Memória RAM de 4GB/ 8GB; Processador 2,0 GHz Dual-Core / 3,0 GHz Dual-Core; Disco Rígido de 50 GB/ 100GB; Tela de 15,6"; Windows 10; Sistema Operacional de 32 bits/ 64 bits	ACER	Und	24	2.985,00	71.640,00
TOTAL						71.640,00
VENCEDOR: R1 COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA EIRELI						
CNPJ: 18.296.153/0001-93						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
14	Impressora laser monocromática para escritórios, home offices e uso doméstico, Capacidade de Saída do Papel: 50 folhas, Tecnologia de Impressão: Laser eletrofotográfico, Velocidade Maxima em Preto (ppm): 21 ppm, Resolução (máxima) em dpi: Até 2400 x 600 dpi, Duplex: Manual, Capacidade da Bandeja de Papel: 150 folhas, Emulação: GDI, Tempo de Impressão da Primeira Página: Menos de 10 segundos, Memória Padrão: 1 MB, Voltagem: 110V.	BROTHER	Und	10	1.598,00	15.980,00
18	Tablet 4g, Wifi, Tela 10, 32gb, Android 7.0, Quadcore de 1,3 Ghz , memória ram 2Gb Fonte 100 - 240 V automática	MULTE LASE	Und	20	1.748,00	34.960,00
TOTAL						50.940,00
VENCEDOR: ZIB COMERCIO E SERVIÇOS						
CNPJ: 32.932.000/0001-16						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	Computador - Processador 4 núcleos, mínimo de 3,4 GHz, 8 MB de cache, Memória RAM de, no mínimo, 4 GB padrão DDR3 1333MHz, Disco rígido 500GB 7200rpm, Gravador de DVD-RW, Monitor LCD 19" Widescreen, Sistema Operacional Windows 7 ou superior de 64bits,	WORD PC /MONITOR LG	Und	5	3.990,00	19.950,00
20	Projetor multimídia com tecnologia LCD com matriz ativa TFT com 16 milhoões de cores; resolução mínima nativa de 1024 X 768 e compatibilidade 16:9; deve possuir interfaces de comunicação, sendo 01 (UMA) VGA e 01 (UMA) HDMI; deve possuir entrada USB; luminosidade mínima de 2500 Lumens; alto-falante integrado no projetor com o mínimo de 1w de potência; alimentação automática 100-120v, 220-240v; controle remoto IR, cabo de alimentação, cabo VGA, Manual de usuário; suportar apresentação a partir de um pendrive direto no projetor (sem uso de PC).	GOODENTEC	Und	6	2.690,00	16.140,00
TOTAL						36.090,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00045/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00045/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00045/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ISLEY FONSECA DA MACENA DE ARAUJO.
CNPJ: 70.307.939/0001-89.
Item(s): 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 13 - 15 - 16 - 17 - 19 - 21.
Valor: R$ 47.357,50.
- M. K DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS.
CNPJ: 21.062.777/0001-50.
Item(s): 2.
Valor: R$ 71.640,00.
- R1 COMERCIO E SERVIÇOS EM INFORMATICA EIRELI.
CNPJ: 18.296.153/0001-93.
Item(s): 14 - 18.
Valor: R$ 50.940,00.
- ZIB COMERCIO E SERVIÇOS.
CNPJ: 32.932.000/0001-16.
Item(s): 1 - 20.
Valor: R$ 36.090,00.

Total: R$ 206.027,50.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Jardim de Piranhas.

Jardim de Piranhas - RN, 11 de Setembro de 2019

ELÍDIO ARAÚJO DE QUEIROZ
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Gefersson Calado de Sousa
Código Identificador:77CED282

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1.456-A, DE 3 DE SETEMBRO DE 2019.

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, 228,Centro–CEP59343-000–Fones: (84)3472.3900–Fax:(84)3472.3902
CNPJ 08.086.662/0001-38
secretariadogabinete@outlook.com

DECRETO N° 1.456-A, DE 3 DE SETEMBRO DE 2019.

DECRETA A CRIAÇÃO POR INCORPORAÇÃO DE NOVAS NATUREZA DE DESPESA NO QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019 – LEI Nº 1.124 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.

JOSÉ AMAZAN SILVA, prefeito constitucional do município de Jardim do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie.
CONSIDERANDO a autorização expressa no inciso I, art. 9º da Lei Municipal nº 1.124 de 26 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO que Administração Pública não é capaz de antever com total exatidão, todas as naturezas de despesa que serão necessárias para o correto registro no seu respectivo Sistema de Contabilidade Municipal;
CONSIDERANDO o limite de 20% para abertura de créditos suplementares trazido pelo inciso I, art. 9º, da Lei Municipal nº 1.124 de 26 de dezembro de 2018.
DECRETA:
Art. 1º - Criar por incorporação nesta data, as Naturezas de Despesa Orçamentária especificadas conforme detalhamento em anexo a este decreto.
I - A criação de novas natureza de despesa não contempladas na ação orçamentária, só irá ocorrer, caso exista já previsto na Lei Orçamentária Anual a mesma categoria econômica que pretende-se criar na correspondente ação.
II - As Novas Naturezas de Despesa criadas estarão identificas nos anexos a este decreto por:
Anexo I (Acréscimo).
III - As Naturezas de Despesa que serão utilizadas como fonte para criação, estarão identificas nos anexos a este decreto por: **Anexo II (Redução)**.
Art. 2º - Os valores correspondentes as criações de Novas Natureza de Despesa, não implicam em alterações nos totais dos créditos orçamentários inicialmente fixados nas Ações Orçamentárias para a LOA de 2019, pois os créditos utilizados para criação destas novas natureza de despesa, são originários da respectiva Ação Orçamentária.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2019.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 3 de setembro de 2019.

JOSÉ AMAZAN SILVA
Prefeito Municipal

PRAÇA PREFEITO MANOEL PAULINO DOS SANTOS FILHO, 228, CENT						**Elaboração de Credito**		
CNPJ: 08.086.662/0001-38								
Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil								
Nº Elab.	Data Elab.	Processo	Recurso	Tipo Crédito	Valor	Data Públic.	Decreto/Portaria	Status
172	03/09/2019	911.014/2019	Anulação de Dotação	Suplementar	10.000,00	03/09/2019	DECRETO: 1.456	PUBLICADO
Unidade Orçamentária			Ação	Natureza		Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)								**10.000,00**
07.001 Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo								**10.000,00**
			2031 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO					**10.000,00**
Nº Solic.: 5 Criar				3.3.50.43 SUBVENÇÕES SOCIAIS		10010000	0001	10.000,00
Total:								**10.000,00**
Anexo II (Redução)								**10.000,00**
09.001 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos								**10.000,00**
			1032 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESGOTO E SANEAMENTO BÁSICO					**10.000,00**
Nº Solic.: 159 Reduzir				4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES		15200000	0001	10.000,00
Total:								**10.000,00**

Publicado por:
Manoel Lucio de Medeiros Filho
Código Identificador:552EB2E6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA D´ANTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019 - PROCESSO Nº 510003/2019

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove o Município de Lagoa d'Anta, inscrito no CNPJ nº 08.142.887/0001-64, com sede à Rua Ver. Severino Guedes de Moura, 69 – Centro – Lagoa d'Anta/RN – CEP: 59227-000, neste ato representado pela Prefeita Municipal, TAIANNI LOPES SANTOS, brasileira, casada, Advogada, portador da Carteira da Identidade n.º 002.056.914, expedida pela SSP/RN e do CPF n.º 061.612.394-93, residente e domiciliada à Rua Ver. Severino Guedes de Moura, s/n, Centro, Lagoa d'Anta/RN, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR - CONTRATANTE, institui Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos da Lei nº. 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Decreto

Municipal nº. 05/2019, conforme a classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2019, homologado em 28 de agosto de 2019, registrando os preços oferecidos pela empresa, como segue:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os preços visando à **Aquisição gradual de gêneros alimentícios, conforme especificações constantes no Anexo I (Termo de Referência), destinados a atender as necessidades do Município de Lagoa d'Anta/RN**, conforme descrição abaixo relacionada:

Fornecedor: **A AZEVEDO DA SILVA**		
CNPJ: **07.738.468/0001-27**	Telefone: (84) 3472-2378	Email: aazevedodasilva10@gmail.com
Endereço: **R PROFESSORA MARIA PIRES DE AZEVEDO, 10 a, CENTRO, JARDIM DO SERIDO/RN, CEP: 59343-000**		
Representante: **ANAELSON AZEVEDO DA SILVA** - CPF: **011.832.354-70**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0002298 - CARNE BOVINA ACEM DE SEGUNDA SEM OSSO - Especificação : contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA .Resfriada desossada.	Azevedo	QUILO	700,00	18,700	13.090,00
2	0002299 - CARNE BOVINA CHARQUE - Especificação : contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA	Caicó	QUILO	1000,00	21,900	21.900,00
3	0002300 - CARNE BOVINA DE PRIMEIRA FEITA BIFES - Especificação : CARNE EM ÓTIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA	Azevedo	QUILO	500,00	24,900	12.450,00
4	0002301 - CARNE BOVINA DO SOL PATIM - Especificação : contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA. Carne bovina de sol tipo patinho, alcatra ou coxão mole.	Azevedo	QUILO	500,00	26,200	13.100,00
5	0002302 - CARNE BOVINA MOÍDA SEM OSSO E SEM GORDURA - Especificação : Apresentação carne moída de musculo, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA	Azevedo	QUILO	450,00	18,400	8.280,00
6	0002303 - CARNE BOVINA MÚSCULO DE SEGUNDA SEM OSSO - Especificação : contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA. Carne resfriada apresentação guisado de músculo.	Azevedo	QUILO	350,00	18,900	6.615,00
7	0002304 - CARNE DE PEIXE - Especificação : Filé de cação ou tilápia, sem pele, sem barbatana sem amoníaco, congelado e interfolhado. Com certificado da vigilância sanitária. contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA	Pescados da Cruz	QUILO	300,00	21,900	6.570,00
8	0002312 - COSTELA BOVINA contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA	Azevedo	QUILO	450,00	13,900	6.255,00
9	0002313 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO - Especificação : Congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA. Congelado com no mínimo 12% de água	Real	QUILO	1400,00	7,950	11.130,00
10	0002329 - FÍGADO BOVINO, INTEIRO - Especificação : Fígado, bovino, inteiro, congelado. Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA	Azevedo	QUILO	300,00	9,900	2.970,00
11	0002343 - LINGUIÇA MISTA - especificação: Embalagem de 1 quilo, validade de no mínimo 3 meses, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e Resolução da ANVISA	Alimenti	QUILO	450,00	14,400	6.480,00
12	0002359 - MORTADELA FATIADA NÃO CONGELADA - Especificação: Mortadela de frango não congelada, validade de no mínimo 60 dias, embalamento não superior a 3 dias	Friato	QUILO	350,00	6,500	2.275,00
13	0002373 - PRESUNTO DE CARNE DE AVE TIPO CHESTER FATIADO - Especificação : Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução da CNNPA, o produto devera ter o registro no Ministério da Agricultura e/ ou Ministério da Saúde.	Perdigão	QUILO	150,00	16,000	2.400,00
14	0002382 - SALSICHA DE CARNE BOVINA - Especificação: Embalagem de 1kg de primeira qualidade, resfriada com embalagem a vacuo	Avivar	QUILO	750,00	6,900	5.175,00
15	0002383 - SALSICHA PARA HOT DOG - Especificação: Pura de frango para cachorro quente, não congelada embalada a vácuo, validade mínima 6 meses, data de embalamento não superior a 3 dias.	Avivar	QUILO	350,00	7,400	2.590,00

1.2 A presente Ata apresenta o valor total de **R$ 90.391,50 (noventa mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir os produtos citados na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA III - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao contratante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.2 Os órgãos e entidades que não participarem do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Contratante, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

3.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas com o Contratante.

3.4 As aquisições adicionais por outros órgãos ou entidades não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na presente Ata de Registro de Preços.

3.4.1 As Adesões realizadas por órgãos na participantes deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 005/2017.

CLÁUSULA IV - DA ENTREGA E DA ATESTAÇÃO DO RECEBIMENTO

4.1 A licitante vencedora deverá entregar o objeto contratado no prazo, local e tempo previstos no termo de referência, a contar do recebimento da Nota de Empenho / Autorização de Fornecimento ou instrumento contratual equivalente.

4.2 A entrega do(s) objeto(s) contratado(s) será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da Administração do Município de Lagoa d'Anta, designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

4.3 Nos termos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto dessa licitação será recebido:

4.3.1 Provisoriamente, mediante termo padronizado, no ato da entrega do(s) objeto(s), para posterior verificação da conformidade do material ou da prestação para com as especificações previstas no edital e no termo de referência;
4.3.2 Definitivamente, mediante termo padronizado, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material (ou da prestação) e sua consequente aceitação.
4.3.3 Tratando-se de contratação cujo valor ultrapasse R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o recebimento será efetivado por meio de comissão de, no mínimo, 3 (três) servidores, na forma do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/93.
4.4 A licitante vencedora deve efetuar a troca do(s) produto(s) ou refazer os serviços que não atender(em) as especificações do objeto contratado no prazo fixado no termo de referência, a contar do recebimento da solicitação.
4.5 A atestação de conformidade da entrega do(s) objeto(s) caberá ao Gestor de Contrato o Sr. José Gomes da Silva Neto, designado pela Portaria nº 127/2019-GP.
4.6 O(s) representante(s) do Município de Lagoa d'Anta anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA V - DO PAGAMENTO
5.1 A licitante vencedora deverá protocolar a solicitação de cobrança, acompanhada de nota fiscal, fatura ou documento equivalente, além dos documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista, junto ao setor competente, para liquidação e pagamento da despesa pelo Município de Lagoa d'Anta.
5.1.1 No decurso do prazo obrigatoriamente estipulado no instrumento contratual ou, na sua ausência, no prazo máximo de 15 dias, contado a partir da apresentação da solicitação de cobrança, quem detiver a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se os bens entregues ou os serviços prestados atenderam às especificações e condições previamente acordadas, em meio ao que estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.
5.1.2 Constatada qualquer pendência em relação ao documento fiscal, à prestação do serviço, ou à entrega do bem ou de parcela deste, interromper-se-ão os prazos oponíveis à unidade gestora exclusivamente quanto ao credor correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais credores posicionados em ordem cronológica das exigibilidade.

5.1.3 A atestação das notas fiscais/faturas que comprovam o fornecimento dos produtos caberá a ao Gestor de Contrato o Sr. José Gomes da Silva Neto, designado pela Portaria nº 127/2019-GP.
5.1.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante
5.2 Após o cumprimento de todas as providências de que trata o item anterior, a documentação deverá ser imediatamente remetida ao setor competente para fins de pagamento, o qual respeitados a ordem cronológica das exigibilidades, classificada por fonte diferenciada de recursos, e os seguintes prazos:
I - de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme determina o § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com relação às obrigações de baixo valor, assim definidas nos termos do § 3º do art. 3º da Resolução 32/2016 TCE/RN; ou
II - de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto, no que diz respeito aos demais casos, como prevê a alínea "a" do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.
5.4 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO caso o mesmo se encontre em situação irregular conforme item **5.1**.
5.5 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.
5.6 O Município de Lagoa d'Anta/RN poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Edital.

CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.
6.2 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3 O fornecimento dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) da CONTRATANTE, devidamente com atribuições específicas, cabendo a ela(s), no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à Contratada as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.
6.4 Os produtos deverão ser fornecidos **em até 2 (dois) dias após o recebimento** da Ordem de Compra.
6.5 A Secretaria Municipal responsável pelo recebimento e fiscalização dos produtos, efetuará inspeção, para comprovar se o objeto atende as especificações mínimas exigidas ou superiores aquelas oferecidas pela CONTRATADA.
6.6 Quaisquer exigências da(s) Secretarias inerentes ao objeto e termos do Edital deverão ser atendidas em até **2 (dois) dias** pela contratada, sem ônus para a Administração.
6.7 Será procedida cuidadosa vistoria por parte da fiscalização, verificando a perfeita aferição dos materiais especificados no Edital e Anexos, sendo recusados todos aqueles que estiverem em desacordo.
6.7.1 Uma vez que fique constatados sinais externos de avarias nos produtos ou, qualquer irregularidade quando as especificações contidas nesse Termo, os mesmo deverão ser substituídos por outros com as mesmas características, no prazo de até **2 (dois) dias** corridos, a contar da data da realização da vistoria.
6.7.2 É de responsabilidade da Secretaria solicitante, após a verificação das quantidades e qualidades dos itens descritos acima, atestar o recebimento e consequente a aceitação em até **10 (dez) dias** contados a partir da data de entrega dos bens.
6.8 No ato da entrega não poderá ter transcorrido **10% (dez por cento)** do prazo de validade dos produtos.
6.9 O Município não permitirá, sob nenhuma hipótese, que empregados da licitante contratada executem tarefas em desacordo com aquelas estabelecidas no instrumento contratual.
6.10 A Secretaria responsável poderá exigir, uma vez comprovada à necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da contratada que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, e embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções para qual lhe foram delegadas.

6.11 As providências que ultrapassarem a competência da Secretaria deverão ser comunicadas por este em tempo hábil à Autoridade Competente, para a adoção das medidas necessárias à continuidade da execução do contrato;
6.12 Os motivos de rescisão do contrato são os estabelecidos nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, observado as sanções estabelecidas nos arts. 81 a 99 da mesma lei.

CLÁUSULA VII - DAS PENALIDADES
7.1 O Município de Lagoa d'Anta poderá aplicar ao licitante ou contratado, (conforme o caso), garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, as penalidades a seguir relacionadas, previstas na legislação pertinente:

I – ADVERTÊNCIA;

II – MULTA, NOS SEGUINTES CASOS:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso pelo descumprimento das obrigações estabelecidas, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues ou na correção das falhas, vícios, imperfeições ou defeitos apontados pela Fiscalização, recolhida no setor financeiro da PMLD no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação.

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total do contrato.

c) O atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto e o contrato poderá ser rescindido a critério da PMLD.

III - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta peça, no edital e no contrato e das demais cominações legais, quando o licitante, convocado no prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução no contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

7.1.1 As sanções previstas no Inciso I, II e III poderão ser aplicadas juntamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de **05 (cinco) dias úteis.**
7.2 A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e/ou receber a nota de empenho/ordem de compra caracteriza o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
7.3 Ocorrendo a hipótese do item anterior, o processo retornará ao pregoeiro, que procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda, integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o contrato.
7.4 As penalidades aplicadas poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.
7.5 O Município de Lagoa d'Anta aplicará as penalidades previstas no Edital e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
7.6 O valor da multa poderá ser descontado da fatura a que fizer jus a CONTRADADA. Não tendo nenhum valor a receber, deverá ser recolhida pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

CLÁUSULA VIII - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1 Os preços, expressos em Real (R$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/1993.
8.2 O preço registrado poderá ser revisto em face da eventual redução daqueles praticados no mercado, ou em razão de fato que eleve o custo dos bens registrados.
8.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Contratante convocará o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.
8.4 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
8.5 Na hipótese do parágrafo anterior, o Contratante convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.6 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Contratante poderá:
I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorreu antes do pedido do fornecimento;
II - Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.
8.7 Não havendo êxito nas negociações, o Contratante procederá à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
8.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9.1 O recebimento do objeto constante da presente ata está condicionado à observância de suas especificações técnicas, amostras, e quando couber embalagens e instruções, cabendo a verificação ao representante designado pela contratante**.**
9.2 Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e deverão ser entregues no endereço constante na ordem de compra, acompanhados das respectivas notas fiscais;
9.3 Serão recebidos da seguinte forma:
I - Provisoriamente, no ato de entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações constantes da proposta da empresa, marca, modelo e especificações técnicas.
II - Definitivamente, após a verificação da qualidade, da quantidade dos produtos e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes em até **10 (dez)** dias após o recebimento provisório.
9.4 No ato da entrega não poderá ter transcorrido 10% (dez por cento), do prazo de validade dos produtos.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1 O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

I - A pedido, quando:
a) comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

II - Por iniciativa do Município de Lagoa d'Anta, quando:
a) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
c) por razões de interesse público, devidamente, motivadas e justificadas;
d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

III - Automaticamente:
a) por decurso de prazo de vigência da Ata;
b) quando não restarem fornecedores registrados;
IV - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a contratante fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores remanescentes, caso haja nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA
11.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Contratante, através dos responsáveis pelas Secretarias Municipais.
11.2 A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será igualmente autorizada pelos Órgãos requisitante.
11.2.1 Os documentos necessários à formalização do pedido citados acima poderão ser enviados via e-mail, devendo os mesmos serem respondidos dando ciência do recebimento e cumprimento das obrigações assumidas, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA XII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR
12.1 Fornecer os produtos, objeto deste instrumento, nas condições e prazos estipulados neste no Edital e Termo de Referência, sujeitos a multa;
12.2 Acatar as normas administrativas impostas ao local do trabalho, como: identificação dos funcionários, horário de funcionamento, movimentos, etc.;
12.3 A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
12.4 Arcar com todos os insumos que a contratação, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na execução do objeto
12.5 O Município de LAGOA D'ANTA/RN, não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades;
12.6 Executar o fornecimento dos produtos nos horários dos eventos determinados por este órgão municipal;
12.7 Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93;
12.8 Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA XIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13.1 Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
13.2 Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
13.3 Prestar à contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
13.4 Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;
13.5 Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.
13.6 Notificar, por escrito, à CONTRATADA a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando o prazo para sua correção;
13.7 Observar para que durante toda vigência do contrato sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da ADJUDICATÁRIA exigíveis na licitação, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com o prazo de validade vencido;
13.8 Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento.
13.9 Oferecer condições físicas e apropriadas para o bom andamento dos serviços contratados.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1 Integram esta Ata o Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº **009/2019** e a proposta da empresa relacionada na Cláusula I, classificada em primeiro lugar, no certame supra numerado.
14.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002 e demais normas aplicáveis.
14.3 A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.
14.4 As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Nova Cruz, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Lagoa d'Anta/RN, 29 de agosto de 2019.

Município De Lagoa D'anta
CNPJ nº 08.142.887/0001-64
TAIANNI LOPES SANTOS
Contratante

A Azevedo Da Silva
CNPJ nº 07.738.468/0001-27
ANAELSON AZEVEDO DA SILVA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª: _____	2ª: _____
CPF.: _____	CPF.: _____

Publicado por:
Renato Sena de Morais
Código Identificador:F10B4B2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 262/2019, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019

Rua dos Poderes, 256 – Centro – CNPJ: 08.349.045/0001-88
Telefone: (84) 3396-0178– CEP: 59.805-000– Lucrécia/RN

Decreto Nº. 262/2019
Lucrécia/ RN, 6 de setembro de 2019.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 5.494,21 (cinco mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional "suplementar" no valor de R$ 5.494,21 (cinco mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I – Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 6 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
Prefeita Municipal

ANEXO I
RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação					
Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa					
2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia					
	3301- SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS				
		2.6 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Planejamento			
			58 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 100100	R$ 760,36
Total da Ação:					**R$ 760,36**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 760,36**
	5003- FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇÃO LUCRÉCIA				
		2.13 - Manutenção da Educação Infantil - 25%			
			166 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 111100	R$ 819,53
Total da Ação:					**R$ 819,53**
		2.22 - Manutenção das Ações Culturais Artisticas			
			186 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 100100	R$ 766,95
Total da Ação:					**R$ 766,95**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 1.586,48**
	10001 - SEC. MUN. DA JUVENTUDE TURISMO E ESPORTE				

		2.59 - Manutenção da Sec. de Juventude/ Turismo e Esporte Cultura			
			260 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 100100	R$ 613,37
Total da Ação:					**R$ 613,37**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 613,37**
	14001 - CONTADORIA MUNICIPAL				
		2.107- Manutenção Contadoria Municipal			
			327 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 100100	R$ 650,65
Total da Ação:					**R$ 650,65**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 650,65**
4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Lucrécia					
	7001- SEC. M. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO FMAS				
		2.41 - MANUT.PROGRAMA BOLSA FAMILIA IGD/PBF			
			541 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 131100	R$ 900,00
Total da Ação:					**R$ 900,00**
		2.43 - Fundo Municipal de Assistencia Social			
			491 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Fonte: 100100	R$ 310,00
Total da Ação:					**R$ 310,00**
		2.99 - Manut. Serv. Conviv. Fort. Vinc SCFV/PBV			
			469 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 100100	R$ 673,35
Total da Ação:					**R$ 673,35**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 1.883,35**
Valor total Suplementado:					**R$ 5.494,21**
Redução					
2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia					
	3301- SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO RECURSOS HUMANOS				
		2.4 - Contribuição para o PASEP			
			40 - 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 100100	R$ 2.000,00
Total da Ação:					**R$ 2.000,00**
		2.5 - Engargos Especiais			
			43 - 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais	Fonte: 100100	R$ 30,97
Total da Ação:					**R$ 30,97**
		2.6 - Manutenção das Atividades da Sec. de Administração e Planejamento			
			55 - 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria	Fonte: 100100	R$ 760,36
Total da Ação:					**R$ 760,36**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 2.791,33**
	5003- FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇÃO LUCRÉCIA				
		2.10 - Manutenção Educ. Basica FUNDAMENTAL 25%			
			128 - 3.1.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 111100	R$ 819,53
Total da Ação:					**R$ 819,53**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 819,53**
4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Lucrécia					
	7001- SEC. M. ASSIST. SOCIAL E HABITAÇÃO FMAS				
		1.84 - Consel. Mun. Ass. Soc/Inst. Cont. Soc. pbf			
			478 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente	Fonte: 131100	R$ 900,00
Total da Ação:					**R$ 900,00**
		2.48 - Manutenção Const. dos Direitos Criança Adolescentes			
			461 - 3.3.90.92.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	Fonte: 100100	R$ 983,35
Total da Ação:					**R$ 983,35**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 1.883,35**
Valor total Reduzido:					**R$ 5.494,21**

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:4C101AB9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 263/2019, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019

Rua dos Poderes, 256 – Centro – CNPJ: 08.349.045/0001-88

Telefone: (84) 3396-0178– CEP: 59.805-000– Lucrécia/RN
Decreto Nº. 263/2019 Lucrécia/ RN, 6 de setembro de 2019.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 4.277,21 (quatro mil e duzentos e setenta e sete reais e vinte e um centavos), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A Prefeita Municipal de Lucrécia/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional "suplementar" no valor de R$ 4.277,21 (quatro mil e duzentos e setenta e sete reais e vinte e um centavos), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Excesso de arrecadação a verificar no corrente exercício.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 6 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
Prefeita Municipal

ANEXO I
RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação					
Fonte de Suplementação: Excesso de Arrecadação					
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia					
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE				
		2.141 - Manut. Rede Serv. At Basica Saude FMS			
			373 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 121100	R$ 1.924,86
Total da Ação:					**R$ 1.924,86**
		2.143 - Estrut. Rede Serv. Media e Alta Complex. FMS			
			411 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 121100	R$ 1.194,01
Total da Ação:					**R$ 1.194,01**
		2.33 - Manutenção do Fundo Municipal de Saude			
			385 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 121100	R$ 1.158,34
Total da Ação:					**R$ 1.158,34**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 4.277,21**
Valor total Suplementado:					**R$ 4.277,21**

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:1EB8BB38

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 264/2019, DE 9 DE SETEMBRO DE 2019

Rua dos Poderes, 256 – Centro – CNPJ: 08.349.045/0001-88
Telefone: (84) 3396-0178– CEP: 59.805-000– Lucrécia/RN
Decreto Nº. 264/2019
Lucrécia/ RN, 9 de setembro de 2019.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 11.381,00 (onze mil e trezentos e oitenta e um reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional "suplementar" no valor de R$ 11.381,00 (onze mil e trezentos e oitenta e um reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:

Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:

I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 9 de setembro de 2019.

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
Prefeita Municipal

ANEXO I
RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação					
Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa					
2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia					
	9901 - SEC. MUN. DE AGRIC. REC. HID. E DA PESCA				
		2.56 - Programa de Incentivo Agricult. Pecuaria			
			245 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 100100	R$ 1.438,50
Total da Ação:					**R$ 1.438,50**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 1.438,50**
	10001 - SEC. MUN. DA JUVENTUDE TURISMO E ESPORTE				
		2.59 - Manutenção da Sec. de Juventude/ Turismo e Esporte Cultura			
			260 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 100100	R$ 4.662,50
Total da Ação:					**R$ 4.662,50**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 4.662,50**
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia					
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE				
		2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude			
			366 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 121400	R$ 5.280,00
Total da Ação:					**R$ 5.280,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 5.280,00**
Valor total Suplementado:					**R$ 11.381,00**
Redução					
2 - Prefeitura Municipal de Lucrécia					
	8801 - SEC. MUN. DE INFRA ESTRUTURA				
		2.52 - Manutenção Ativ. Sec. Infra Estrutura			
			204 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 100100	R$ 6.101,00
Total da Ação:					**R$ 6.101,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 6.101,00**
3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia					
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE				
		2.142 - Estrut. Rede Serv. Media e Alta Complex.			
			400 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 121400	R$ 5.280,00
Total da Ação:					**R$ 5.280,00**
Total da Unidade Orçamentária:					**R$ 5.280,00**
Valor total Reduzido:					**R$ 11.381,00**

MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO DUARTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Amelia do Amaral
Código Identificador:495B3AFF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 09110/2019

Aos 11 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paraná, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Nova - Centro - Paraná - RN, nos termos da Lei Federal de nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 054/2017, de 15 de Maio de 2017, Decreto Municipal nº 055/2017, de 15 de Maio de 2017, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as demais normas legais aplicáveis, e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00024/2019 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de peças para manutenção dos Gabinetes odontológicos pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Paraná-RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ - CNPJ nº 08.148.454/0001-16.

VENCEDOR: SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA						
CNPJ: 35.662.667/0001-34						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	MANGUEIRA TRIPLICE PARA ALTA	M. Parts	UN	50	29,00	1.450,00
2	MANGUEIRA PARA SUGADOR	M. Parts	UN	50	21,00	1.050,00
3	MANGUEIRA PARA COMPRESSOR	M. Parts	UN	50	12,00	600,00

4	ROLAMENTO ALTA ROTAÇÃO	Kavo	UN	35	65,00	2.275,00
5	PLACA ELETRONICA DE CADEIRA ODONTOLÓGICA	Kavo	UN	8	570,00	4.560,00
6	VÁLVULA DUPLA DE COMANDO DO EQUIPO	M. parts	UN	20	155,00	3.100,00
7	INJECTOR PARA SUGADOR	Gnatus	UN	30	59,00	1.770,00
8	CHAVE GERAL 20 A	Gnatus	UN	20	55,00	1.100,00
9	VÁLVULA SOLENÓIDE PARA AUTOCLAVE	stemax	UN	15	380,00	5.700,00
10	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE	stermax	UN	15	190,00	2.850,00
11	MANGUITO PARA APRELHO DE PRESSÃO	micatos	UN	40	20,00	800,00
12	BRAÇADEIRA PARA APARELHO DE PRESSÃO	micatos	UN	50	28,00	1.400,00
13	PERA PARA APARELHO DE PRESSÃO	micatos	UN	50	18,00	900,00
14	FILTRO DE AR COM REGULADOR	belail	UN	20	280,00	5.600,00
15	MANIPULO DO AUTOCLAVE	stermax	UN	15	267,00	4.005,00
16	FONTE PARA FOTOPOLIMERIZADOR	condortec	UN	10	175,00	1.750,00
17	PONTEIRA PARA FOTOPOLIMERIZADOR	condortec	UN	10	215,00	2.150,00
18	BORRACHA GUARNIÇÃO PARA CENTRIFUGA	benfer	UN	10	85,00	850,00
19	KIT CARVÕES CENTRIFUGA	benfer	UN	10	95,00	950,00
20	KIT TUBUÇÃO E REPARO ANALISADOR BIOQUIMICO	bioplus	UN	8	290,00	2.320,00
21	LAMPADA DICROICA PARA MICROSCÓPIO	Osram	UN	12	60,00	720,00
22	FITA PARA SELADORA	stermax	UN	30	15,00	450,00
23	REPARO MANOMETRO OXIGENIO	oxigel	UN	20	45,00	900,00
24	CIRCUITO ELETRONICO AMALGAMADOR	condortec	UN	5	250,00	1.250,00
25	CUPULCA ACRILICA	condortec	UN	10	150,00	1.500,00
26	SOLENOIDE ACIONAMENTO COMPRESSOR	motomil	UN	8	128,00	1.024,00
27	PRESSOSTATO PARA COMPRESSOR	motomil	UN	12	180,00	2.160,00
28	VALVULA PURGADOR AUTOCLAVE	stermax	UN	20	135,00	2.700,00
TOTAL						55.884,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Paraná firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00024/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Paraná, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00024/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00024/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA.
CNPJ: 35.662.667/0001-34.
Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28.
Valor: R$ 55.884,00.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Luis Gomes.

Paraná - RN, 11 de Setembro de 2019

ORIANA RODRIGUES
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:C354C335

GABINETE DA PREFEITA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 09111/2019

Aos 11 dias do mês de Setembro de 2019, na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Paraná, Estado do Rio Grande do Norte, localizada na Rua Nova - Centro - Paraná - RN, nos termos da Lei Federal de nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 054/2017, de 15 de Maio de 2017, Decreto Municipal nº 055/2017, de 15 de Maio de 2017, e subsidiariamente pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como as demais normas legais aplicáveis, e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 00025/2019 que objetiva o registro de preços para: Registro de Preços para futura e eventual Prestação de Serviços de manutenção, reparo e conserto de Equipamentos Odontológicos pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Paraná-RN; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ - CNPJ nº 08.148.454/0001-16.

VENCEDOR: SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA						
CNPJ: 35.662.667/0001-34						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO NOS SISTEMAS ELÉTRICOS, HIDRAULICOS E PNEUMÁTICOS DE GABINETE ODONTOLÓGICOS COMPLETO		UND	30	350,00	10.500,00
2	SERVIÇO DE CONSERTO DE ALTA ROTAÇÃO ODONTOLÓGICO		UND	50	70,00	3.500,00
3	SERVIÇO DE CONSERTO DE COMPRESSOR ODONTOLÓGICO		UND	20	200,00	4.000,00
4	SERVIÇO DE CONSERTO DE APARELHO DE PRESSÃO		UND	60	30,00	1.800,00
5	SERVIÇO DE CENTRIFUGA LABORATORIAL		UND	12	120,00	1.440,00
6	SERVIÇO DE CONSERTO DE ANALISADOR BIOQUIMICO		UND	12	600,00	7.200,00
7	SERVIÇO DE CONSERTO DE BALANÇA		UND	40	80,00	3.200,00
8	SERVIÇO DE CONSERTO DE ULTRA SOM ODONTOLOGICO		UND	15	150,00	2.250,00
9	SERVIÇO DE CONSERTO DE AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA		UND	30	250,00	7.500,00
10	SERVIÇO DE CONSERTO DE LARINGOSCÓPIO		UND	20	150,00	3.000,00
11	SERVIÇO DE CONSERTO DE NEBULIZADOR		UND	20	160,00	3.200,00
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERTO EM FOTOPOLIMERIZADOR ODONTOLOGICO		UND	15	80,00	1.200,00
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERTO EM AMALGAMADOR ODONTOLOGICO		UND	15	100,00	1.500,00
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM SELADORA		UND	25	80,00	2.000,00
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CALIBRAGEM EM RAIO-X ODONTOLOGICO		UND	12	450,00	5.400,00
16	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM MICROSCOPIO LABORATORIAL		UND	12	250,00	3.000,00
17	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM REGULADORES DE OXIGENIO		UND	20	60,00	1.200,00
TOTAL						61.890,00

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:
A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Paraná firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através da respectiva Ordem de Serviço, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Presencial nº 00025/2019, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Paraná, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Presencial nº 00025/2019, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 00025/2019 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA.
CNPJ: 35.662.667/0001-34.
Item(s): 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17.
Valor: R$ 61.890,00.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:
Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Luis Gomes.

Paraná - RN, 11 de Setembro de 2019

ORIANA RODRIGUES
Prefeita

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:0ED460D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº 4190/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019

Objeto: EQUIPAMENTOS PARA OFICINA (EXEMPLOS DE EQUIPAMENTOS: CONSTRUÇÃO E LIMPEZA URBANA)
Ata de Registro de Preços nº 106/2019
Data de assinatura: 10/09/2019
Vigência: 10/09/2019 a 09/09/2020
Órgão Gerenciador:
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas. Representante: Ismael Alves de Souza
Órgão(s) Participante(s):
MUNICÍPIO DE PARELHAS. Representante: Alexandre Carlo de Medeiros Dantas
FUNDO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARELHAS-RN. Representante: Ana Otília de Souza Diniz
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA HABITAÇÃO. Representante: Rogéria Layanne Caldas Dantas

Fornecedor: **CAMPING PESC DANTAS & CIA LTDA**		
CNPJ: **16.585.268/0001-72**	Telefone: **84-3471-3380**	Email:
Endereço: **RUA PADRE BENTO, 153 , CENTRO, PARELHAS/RN, CEP: 59360-000**		
Representante: **Carlos Alberto da Silva Dantas**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0007267 - BETONEIRA CS 400L 4HP COM MOTOR A COMBUSTÃO DIESEL.	MOTOMIL	Unid	1,00	5.900,000	5.900,00
2	0007273 - ESMERILHADEIRA ANGULAR 9” 2400W GWS 24-230 PROFISSIONAL 220V	SKIL	Unid	1,00	999,000	999,00
3	0007277 - LIXADEIRA 500W	SKIL	Unid	1,00	429,000	429,00
4	0007278 - MOTOSSERRA ORIGINAL SABRE 30 CM A GASOLINA (STHIL OU SIMILAR)	TOYOAMA	Unid	1,00	999,000	999,00
5	0007288 - ROÇADEIRA A GASOLINA 58CC (TIPO STHIL)	TOYOAOMA	Unid	5,00	999,000	4.995,00
6	0007289 - SERRA CIRCULAR PARA MADEIRA 7 1/4" 1800W	SKIL	Unid	1,00	949,000	949,00
7	0007457 - PODADOR DE GALHOS À GASOLINA HASTE TELESCÓPICA COM SABRE DE 12"	TOYOAMA	Unid	1,00	1.799,000	1.799,00
8	0007458 - SERRA POLICORTE PARA METAL/FERRO 2400W	MOTOMIL	Unid	1,00	1.599,000	1.599,00
9	0007279 - MAQUINA DE SOLDA INVERSORA 240I PLUS 200A	LINUS	Unid	1,00	1.999,000	1.999,00

Valor Total R$19.668,00

Publicado por:
Maria das Vitórias Valentim de Azevedo
Código Identificador:E92F598B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAÇAO 16/2019

Exercício: 2019
DECRETO Nº 16 , DE 22 DE AGOSTO DE 2019 - LEI N.142

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE RIO DO FOGO, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar Na importância de R$12.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)					**12.000,00**			
01	01	00	CAMARA MUNICIPAL					
	1		01.031.0001.1001.0000	Reforma e Ampliação do Predio sede do Poder Legislativo	12.000,00			
			4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.:	1	1	001
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			001 000	Recursos Ordinários				

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:								
01	01	00	CAMARA MUNICIPAL					
	11		01.031.0001.2001.0000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS DO PODER LEGISLATIVO	-1.000,00			
			3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	F.R. Grupo:	1	1	001
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			001 000	Recursos Ordinários				
	12		01.031.0001.2001.0000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS DO PODER LEGISLATIVO	-8.000,00			
			3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo:	1	1	001
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			001 000	Recursos Ordinários				
	15		01.031.0001.2001.0000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS DO PODER LEGISLATIVO	-3.000,00			
			4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo:	1	1	001
			1	Recursos do Exercício Corrente				
			001 000	Recursos Ordinários				
Anulação (-)					**-12.000,00**			

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAERTE NEY PAIVA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edvar da Camara França
Código Identificador:BF8656DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 088/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019 – PROC. ADMINIST. MSM/ RN N° 2212/2019

O **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN** inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.110.439/0001-89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR, brasileiro, casado, médico,

portador de RG nº 1.746.500 –ITEP/RN e CPF nº 055.496.654-92, Residente na Rua Ana Maria da Conceição s/n, Bairro: Santa Luzia, CEP: 59.520-000 Santana do Matos/RN, doravante denominado simplesmente PROMITENTE CONTRATANTE, e a empresa **JOSÉ GARIBALDE GUIMARÃES**, inscrita no CNPJ nº 30.686.862/0001-80, e sede na Fazenda Cacimba do Meio, Distrito de São José da Passagem, SN – Zona Rural, Santana do Matos RN, CEP 59.520-000, neste ato representada por JOSÉ GARIBALDE GUIMARÃES, brasileiro, casado, motorista, portador de RG nº 214.791-SSP/RN e CPF nº 089.049.524-68, Residente na Rua Coronel Carvalho, nº 46, Centro, Santana do Matos/RN, CEP 59.520-000, doravante denominada simplesmente de PROMITENTE CONTRADADA, e de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e os **Decretos Municipais nº 177/2013 e 214/2014,** conforme classificação das propostas apresentadas, resolvem registrar os preços oferecidos pela empresa, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto desta Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO GRADATIVA DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, REFERENTE AO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços, a qual passa a fazer parte deste documento.

1.2 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.3 - A existência de preços registrados não obriga o Município de Santana do Matos/RN a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultada a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de um (01) ano e termo inicial em 09 de setembro de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1- O valor da presente Ata perfaz a quantia global de R$ **83.307,00 (oitenta e três mil, trezentos e sete reais),** reproduzidos na planilha abaixo.

Item	Especificação	Unid	Quant	Preço Unit Registrado	Preço Total
21347	SÍTIO CRUZEIRO - SÍTIO SAO BENTO - SÍTIO RESIDENCIA - SÍTIO TUPA	Km rodado	11.340	1,89	21.432,60
21346	SANTANA DO MATOS - SAO MIGUEL - SÍTIO JAU - FAZENDA PEDRA - SANTANA DO MATOS	Km rodado	12.600	1,89	23.814,00
21344	SANTANA DO MATOS - SÍTIO BARRO VERMELHO - SÍTIO CASACA - SÍTIO MANOEL DIAS - RUA MARIA LIQUINHA DA SILVA, ALTO DA BOA VISTA, Nº 38 - SANTANA DO MATOS	Km rodado	19.320	1,97	38.060,40

3.2 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO, DO FATURAMENTO, DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA E DA PENALIDADE PELO ATRASO DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será efetuado conforme o valor e a data de apresentação da nota fiscal/ fatura (Em até cinco dias úteis contados do recebimento das faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até trinta (30) dias contados do ATESTO para as faturas superiores a R$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da Resolução nº 032/2016 do TCE/RN, à **Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças**, fazendo referência ao **Processo Administrativo MS/RN nº 2212/2019 – Pregão Presencial nº 046/2019**, mediante comprovante de efetivo recebimento e aceitação emitido pela **Secretaria Municipal de Educação, através do Gestor do Contrato, a ser identificado quando da emissão da Ordem de Execução de Serviços,** acompanhada das certidões negativas de débitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista.

4.1.1 – O prazo para liquidação da despesa será de até cinco (05) dias úteis para faturas de até R$ 8.000,00 (oito mil reais); e em até quinze (15) dias para faturas superiores a R$ 8.000,00 (oito mil reais).

4.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida.

4.3 – O Faturamento das despesas será realizado em nome do **MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN,** inscrito no CNPJ Nº 08.110.439/0001-89, com sede na Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro.

4.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **contratada** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (atualização monetária) devida pelo **Município de Santana do Matos/RN**, será calculada mediante a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

4.5 – O atraso superior a 90 (noventa)dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrente dos **serviços já recebidos** constitui motivo para rescisão do contrato, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convocada pela PROMITENTE CONTRATANTE a firmar contratações de **execução** do objeto licitado.

5.2 - A efetivação da contratação de **execução de serviços** se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/**Ordem de Execução de Serviços** emitida pelo órgão requisitante do objeto.

5.3 - A recusa em assinar o contrato ou em receber a Nota de Empenho ou **Ordem de Execução de Serviços** correspondente, implicará na inexecução total do compromisso assumido, sujeitando-se a PROMITENTE CONTRATADA à aplicação das sanções previstas nesta Ata.

5.4 - Os compromissos contratuais firmados entre as empresas vencedoras e o **Município de Santana do Matos/RN** serão: o Edital e seus anexos, a documentação apresentada pela Licitante, a Ata de Registro de Preços e a Nota de Empenho emitida em favor do mesmo, independentemente de outras transcrições.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo com o cronograma escolar das redes municipal e estadual de ensino, após autorização do serviço pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o **Município de Santana do Matos/RN** poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1 - Quem, convocado após a subscrição desta Ata, do contrato ou recebimento da **ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS** ou NOTA DE EMPENHO ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o **Município de Santana do Matos/RN**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

8.2 - As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas na **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN** e o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais. A Administração poderá aplicar as seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa:

8.2.1 - multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total estimado do contrato, no caso de recusa injustificada para a assinatura do Contrato Administrativo;

8.2.2 - multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para recebimento da nota de empenho/ **ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**;

8.2.3 - multa de 5% (cinco por cento), pela inexecução total ou parcial do contrato, incidente sobre o **valor do serviço não executado**. A multa a que alude este tópico, não impede que a Promitente Contratante, unilateralmente, REVOGUE o Registro de Preços e RESCINDA o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

8.2.4 - multa de 1,0% (um por cento), incidente sobre o **valor do serviço não executado**, por dia de atraso, observado o prazo de entrega constante no Anexo I;

8.2.5 - multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total estimado da contratação, no caso em que a PROMITENTE CONTRATADA der causa à rescisão do contrato ou cancelamento da Ata de Registro de Preços;

8.3 - a multa será deduzida do valor líquido do faturamento da PROMITENTE CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a PROMITENTE CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor;

8.4 - as multas quando não descontadas nos termos da letra anterior, deverão ser colocadas à disposição da **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN**, em sua tesouraria, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

8.5 - decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN** fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

8.6 - o faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com a **Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN** enquanto não quitar as multas devidas; e

8.7 - as multas poderão ser aplicadas tantas quantas forem as irregularidades constatadas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 046/2019** e a proposta comercial de preços da PROMITENTE CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da **Comarca de Santana do Matos/RN**, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Santana do Matos/RN, 09 de setembro de 2019**.**

JOSÉ EDVALDO GUIMARÃES JÚNIOR	***JOSÉ GARIBALDE GUIMARÃES***
P/ Promitente Contratante	P/ Promitente Contratada

TESTEMUNHAS:

1	2 .....
CPF nº	CPF nº .....

Publicado por:
Monica Paula da Silva de Assis
Código Identificador:E7185E03

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 021/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 021/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS:

*O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, sediada a Rua São Francisco, nº 64, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.154.015/0001-16, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor PREFEITO Constitucional **LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 20.642.025-0-SSP/SP, inscrito no CPF nº 513.369.794-53, residente e domiciliada na Rua Francisco Martins Viana, nº 58, Centro, neste Município, com interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sediado na Rua da Independência, nº 36, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrito no CNPJ/MF nº 13.886.253/0001-56, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, **LÍVIA PATRÍCIA DIOGENES VIANA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2.087.251-SSP/RN, inscrita no CPF nº 043.008.794-27, residente e domiciliada na Rua Vicente Barreto, 82, Centro, São Francisco do Oeste/RN e de outro lado a empresa **PANORAMA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA**, CNPJ: 01.722.296/0001-17, sediada na Avenida Costa e Silva, nº 2382, Mondubim, Fortaleza/CE, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo responsável legal **BELCHIOR FERNANDES MOREIRA**, brasileiro, casado, procurador, portador da Cédula de Identidade n.º 2008042758-2 SSP/CE, inscrito no CPF/MF n.º 212.576.473-34, residente e domiciliado na Avenida F, nº 335, Conjunto Ceara, Fortaleza/CE, celebram a Presente Ata de Registro de Preços, do qual serão partes integrantes o Edital do Pregão Presencial n.º 016/2019 SRP e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-se a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** às normas disciplinares das Leis: : Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas; Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal 015/2017 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:*

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – Constitui o objeto desta Ata o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial nº 016/2019, para o Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal n.º 10.520/2002, c/c o § 4º, do artigo 15, da Lei federal nº 8.666/93, visando disponibilizar para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, medicamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

*1.2 – Todos os ônus decorrentes da troca ou substituição de pessoas e/ou materiais porventura empregados, deverão ser realizados às exclusivas expensas da detentora da Ata de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para a **CONTRATANTE**.*

*1.3 – O material deverá ser entregue em no **máximo 05 (cinco) dias úteis**, quando solicitados, para qualquer das unidades dos órgãos e entes aderentes deste Sistema de Registro de Preços, ou para outras unidades de órgãos ou entes que vierem a aderir durante sua vigência, nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, podendo admitir-se adesão, de acordo com cada caso, para a utilização por outros órgãos e entes de qualquer esfera da Federação através do competente Termo de Adesão.*

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO MATERIAL E PREÇOS REGISTRADOS:

*2.1 – O material e preços ora registrados são os especificados na Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** na Licitação – Pregão Presencial SRP nº 016/2019.*

ITEM	***DESCRIÇÃO***	***UND***	***MARCA***	***QTD***	***R$ UNIT.***	***R$ TOTAL***
13	8735 - Ácido Valpróico 250 mg ácido valpróico/mL (Valproato de Sódio)	XAROPE	HIIPOLABOR	4.000	0,26	1.040,00
14	8736 - Ácido Valpróico 500 mg ácido valpróico/mL (Valproato de Sódio)	COMPRIMIDO	BIOLAB	3.000	0,53	1.590,00
16	8737 - Adrenalina 1mg/ml	SOLUÇÃO IN	HIPOLABOR	120	1,99	238,80
25	126 - Aminofilina, solução injetável 24mg/mL	SOLUÇÃO IN	FARMACE	300	0,95	285,00
32	8304 - ATACAND HCT (CANDESARTANA CILEXETILA) 16/12,5mg 1EMBALAGEM COM 30 COMPRIMIDOS	CX	ASTRA	25	128,00	3.200,00
79	749 - Cetoprofeno 20mg/ml solucao oral	UND	MEDLEY	400	12,00	4.800,00
80	752 - Cilostazol 100mg comprimido	COMPRIMIDO	BIOLAB	1.200	0,59	708,00
93	158 - cloridrato de ciprofloxacino comprimido 500 mg	COMPRIMIDO	PRATI	15.000	0,26	3.900,00
102	159 - cloridrato de lidocaína 2% solução injetável frascos de 20 ml	SOLUÇÃO IN	HIPOLABOR	250	2,85	712,50
112	5826 - Cloridrato de ondansetrona 2mg/ml (0,2%), solução injetável	AMPOLA	HYPOFARMA	30	1,30	39,00
144	5854 - Dinitrato de isossorbida 5mg, sublingual	COMPRIMIDO	EMS	2.000	0,13	260,00

149	258 - divalproato de sódio 500mg	COMPRIMIDO	ZYDUS	120	1,60	192,00
166	955 - FLORAX ADULTO FLACONETES DE 5ml	CX	HEBRON	3.000	6,90	20.700,00
171	5864 - Fosfato sódico de prednisolona 20mg	COMPRIMIDO	SANVAL	2.000	0,17	340,00
175	363 - Glicose Solução injetável 50 mg/mL (5%)	SOLUÇÃO IN	SAMTEC	800	0,25	200,00
180	8754 - Gluconato de clorexidine 0,12% 250ml sem alcool	FR	RIOQUIMICA	350	5,97	2.089,50
193	2052 - Imunoglobulina anti-Rho (D) Imunoglobulina Anti-Rh (D) 300mcg/1,5ml (seringa preenchida) Forma Farmacêutica: solução injetável pasteurizada. Via IV e IM. Validade mínima na entrega de 50% da data de fabricação.	SERINGA	CSL	60	315,00	18.900,00
194	4858 - INSULINA NPH 3ML 100UI/ML	UND	ASPEN	1.000	25,90	25.900,00
195	8757 - INSULINA REGULAR 3ML 100UI/ML	SI	ASPEN	1.000	25,90	25.900,00
197	8758 - Ivermectina 6mg	COMPRIMIDO	VITAMEDIC	300	0,24	72,00
198	8759 - Lactulose 667 mg/ml	FR	NUTRIEX	800	6,33	5.064,00
215	8292 - MEBENDAZOL 500mg	COMPRIMIDO	SOBRAL	1.500	0,20	300,00
216	8762 - Meclin 25mg	COMPRIMIDO	APSEN	400	1,37	548,00
223	2076 - Mononitrato de isossorbida comprimido 20mg comprimido 20mg	COMPRIMIDO	ZYDUS	1.500	0,18	270,00
224	8307 - MOTILIUM (DOMPERIDONA) 10mg EMBALAGEM COM 30 COMPRIMIDOS	SV	EMS	200	6,00	1.200,00
236	401 - Oleo mineral frasco 100 mL ÓLEO FRASCOS COM 100ml	FRASCO	NATIVITA	300	2,35	705,00
238	8308 - OSTEONUTRI 600mg + 400UI EMBALAGEM COM 60 COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	MEDLEY	40	39,00	1.560,00
246	8768 - Permetrina 50mg/g 5%	FR	NATIVITA	450	3,15	1.417,50
252	8769 - Quetiapina 50mg	COMPRIMIDO	ZYDUS	12.000	0,67	8.040,00
260	8299 - SELOZOK (SUCCINATO DE METOPROLOL) 50mg	COMPRIMIDO	ACCORD	3.000	1,05	3.150,00
262	420 - sinvastatina - comprimido 20 mg	COMPRIMIDO	SANVAL	14.000	0,08	1.120,00
265	2111 - Sulfadiazina de Prata Bisnaga 30g pasta 1% Bisnaga 30g pasta 1%	BISNAGA	PRATI	1.000	3,65	3.650,00
266	5901 - Sulfametoxazol + trimetoprima (40mg + 8mg)/ml, suspensão oral SUSPENSÃO ORAL FRASCOS COM 100ml	FRASCO	PRATI	1.500	2,08	3.120,00
275	8773 - Topiramato 100mg	COMPRIMIDO	EMS	5.000	0,60	3.000,00
276	8318 - TOPIRAMATO 25mg	COMPRIMIDO	ZYDUS	5.000	0,27	1.350,00
278	8311 - TORAGESIC (trometamol cetorolaco) 10mg EMBALAGEM COM 10 COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	EMS	80	31,90	2.552,00
TOTAL (R$):						**148.113,30**

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

3.1 – O presente instrumento correrá por conta dos recursos oriundos do Orçamento Municipal.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 – As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão por conta do Elemento Orçamentário 33.90.39.00 – Material de Consumo, existente no orçamento 2019.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS FISCALIZAÇÕES:

5.1 – As fiscalizações serão realizadas pelo Gestor de Contrato responsável, Telefone: 3378-0197 / 3378-0013, E-mail: pgcontratosoeste@gmail.com *designado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, que notificará a* ***ADJUDICATÁRIA*** *quando constatada alguma divergência no fornecimento do serviço licitado;*

5.2 – A ***ADJUDICATÁRIA*** *ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle pertinentes no que couber ao objeto, devendo providenciar, no que for de sua responsabilidade, toda documentação exigida e necessária à realização de cada serviço, de acordo com os prazos legais estabelecidos por cada órgão;*

5.3 - A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos produtos caberá ao Gestor de Contrato, designado para esse fim.

5.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor de Contrato designado deverão ser solicitadas ao Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 - Após recebida a documentação, o setor de protocolo encaminhará para o Gestor de Contrato responsável pelo atesto, logo em seguida, encaminhará para o setor contábil para liquidação da despesa, obedecendo o prazo máximo de 20 dias.

6.2 - O responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se o objeto atendem às especificações e condições deste contrato, assim como estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

6.3 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, por processo legal, após a emissão das Notas Fiscais/Faturas (em duas vias), fazendo menção ao Pregão Presencial n° 016/2019, o qual será pago através de cheque nominativo, Transferência ou Ordem Bancária, em favor da adjucatária, até, no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação da referida Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas devem ser encaminhadas ao setor de Protocolo do Município, devidamente atestadas e acompanhadas das Certidões de Regularidade para com as Receitas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista com os prazos de validade devidamente atualizados.

6.4 - O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução 032/2016 – TCE/RN, alterada pela Resolução 024/2017 – TCE/RN, subsidiada pelo art. 5º da Lei 8.666/93, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROCESSO LICITATÓRIO:

7.1 – As despesas provenientes desta Ata foram autorizadas através da Licitação – Pregão Presencial nº 016/2019, homologado em 04 de setembro de 2019.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE:

8.1 – A validade desta "Ata de Registro de Preços" será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura;

8.2 – Durante o período de validade a Administração Municipal poderá contratar o objeto ora registrado mediante outra licitação, se assim julgar conveniente, sem que caibam recursos ou indenização de qualquer espécie à ***ADJUDICATARIA****, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto.*

9 – CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE:

9.1 – A validade desta Ata não poderá ser prorrogada.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS:

10.1 – Considerando o prazo estabelecido na Cláusula Oitava da presente Ata, e, em atendimento aos preceitos legais, é vedado qualquer reajustamento de preços durante a validade desta Ata, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

10.2 – Mesmo comprovada à ocorrência da situação acima prevista, a ***ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL****, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.*

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 – No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura de São Francisco do Oeste/RN, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á as sanções previstas no Edital do Pregão Presencial nº 016/2019 para o SRP e na legislação vigente.

a) A aplicação de multa a ser determinada pela ***ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL****, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da* ***ADJUDICATÁRIA*** *inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, nem das demais sanções previstas na legislação brasileira em vigor;*

b) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interessado nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vistas ao processo.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 – Entregar os produtos contratados em observância ao objeto pretendido;

12.2 – Garantir a qualidade dos produtos ora solicitados;

12.3 – Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões no objeto, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4 – Emitir Nota Fiscal / Recibo Fatura correspondente à execução dos serviços contratados;

12.5 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN;

12.6 - Comunicar à ***ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL*** *qualquer fato que prejudique a entrega do material, bem como a sua qualidade e pontualidade;*

12.7 - Na eventualidade de ocorrência de algum imprevisto e havendo necessidade, promover a imediata substituição do material que apresentar algum defeito, conforme solicitação da ***ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL****;*

12.8 - Entregar os produtos de acordo com a solicitação da Administração Municipal, cumprindo sempre os prazos determinados, bem como as especificações técnicas constantes da Proposta de Preços apresentada pela ***ADJUDICATÁRIA*** *e aceita pela* ***ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.***

12.9 - Entregar os medicamentos de acordo com a solicitação da secretaria demandante com validade mínima de um ano de vencimento do produto.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

13.1 – Efetuar o pagamento a ***CONTRATADA****, observando os prazos preestabelecidos, no Edital, bem como controlar o estrito cumprimento das obrigações contratuais;*

13.2 – Fornecer à ***CONTRATADA*** *todas as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento dos serviços ora contratados;*

13.3 – Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços a serem desenvolvidos pela ***CONTRATADA****;*

13.4 – Prestar à ***CONTRATADA*** *todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;*

13.5 – Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso;

*13.6 - Notificar a **ADJUDICATÁRIA** por qualquer descumprimento das obrigações assumidas;*

13.7 - Aplicar as sanções cabíveis, conforme o caso.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nos pedidos dela decorrentes.

14.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte para dirimir, administrativa e judicialmente, quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e combinados, lavra-se a presente Ata, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

São Francisco do Oeste/RN, em 10 de setembro de 2019.

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal
CNPJ/MF Nº 08.154.015/0001-16

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Representante Do FMS
CNPJ/MF Nº 13.886.253/0001-56

BELCHIOR FERNANDES MOREIRA
Procurador da Adjudicatária
CNPJ/MF Nº 01.722.296/0001-17

Publicado por:
Emanuela Cristina Estevao Leite
Código Identificador:6C981257

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 022/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 022/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA ALPHAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS:

*O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, sediada a Rua São Francisco, nº 64, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.154.015/0001-16, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor PREFEITO Constitucional **LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 20.642.025-0-SSP/SP, inscrito no CPF nº 513.369.794-53, residente e domiciliada na Rua Francisco Martins Viana, nº 58, Centro, neste Município, com interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sediado na Rua da Independência, nº 36, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrito no CNPJ/MF nº 13.886.253/0001-56, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, **LÍVIA PATRÍCIA DIOGENES VIANA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2.087.251-SSP/RN, inscrita no CPF nº 043.008.794-27, residente e domiciliada na Rua Vicente Barreto, 82, Centro, São Francisco do Oeste/RN e de outro lado a empresa **ALPHAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**, CNPJ: 33.379.154/0001-95, sediada a Rua Olinto Meira, nº 1307, Alecrim, Natal/RN, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo responsável legal **JESSICA MINAMI TAVARES MURAKAMI**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade n.º 1199192228 SSP/BA, inscrita no CPF/MF n.º 092.544.334-46, residente e domiciliada na Rua da Saudade, nº 1159, Nova Descoberta, Natal/RN, celebram a Presente Ata de Registro de Preços, do qual serão partes integrantes o Edital do Pregão Presencial n.º 016/2019 SRP e a proposta apresentada pela*

***CONTRATADA**, sujeitando-se a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** às normas disciplinares das Leis: : Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas; Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal 015/2017 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:*

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – Constitui o objeto desta Ata o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial nº 016/2019, para o Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal n.º 10.520/2002, c/c o § 4º, do artigo 15, da Lei federal nº 8.666/93, visando disponibilizar para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, medicamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

*1.2 – Todos os ônus decorrentes da troca ou substituição de pessoas e/ou materiais porventura empregados, deverão ser realizados às exclusivas expensas da detentora da Ata de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para a **CONTRATANTE**.*

*1.3 – O material deverá ser entregue em no **máximo 05 (cinco) dias úteis**, quando solicitados, para qualquer das unidades dos órgãos e entes aderentes deste Sistema de Registro de Preços, ou para outras unidades de órgãos ou entes que vierem a aderir durante sua vigência, nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, podendo admitir-se adesão, de acordo com cada caso, para a utilização por outros órgãos e entes de qualquer esfera da Federação através do competente Termo de Adesão.*

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO MATERIAL E PREÇOS REGISTRADOS:

*2.1 – O material e preços ora registrados são os especificados na Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** na Licitação – Pregão Presencial SRP nº 016/2019.*

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	R$ UNIT.	R$ TOTAL
108	2016 - Cloridrato de Metoclopramida Solução oral 4mg/mL - Frasco 10,00mL METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, DOSAGEM 4 MG/ML, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	PHARLAB	1.200	0,75	900,00
115	5827 - Cloridrato de prometazina 25mg/ml, solução injetável	AMPOLA	SANVAL	400	1,84	736,00
124	803 - colagenase 30g c/ clorafenicol	UND	CRISTÁLIA	80	11,00	880,00
159	2035 - Etinilestradiol + levonorgestrel comprimido 0,03 mg + 0,15 mg EVONORGESTREL, APRESENTAÇÃO ASSOCIADO À ETINILESTRADIOL, DOSAGEM 0,15MG + 0,03MG, INDICAÇÃO BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDOS	UND	MABRA	30.000	0,10	3.000,00
170	2040 - Fosfato Sódico de Prednisolona 3 mg/mL SOLUÇÃO ORAL FRASCOS COM 60ml	FRASCO	HIPOLABOR	1.200	3,19	3.828,00
219	5876 - Metildopa 250mg	COMPRIMIDO	SANVAL	1.500	0,52	780,00
226	5884 - Nifedipino 10mg CÁPSULA/ COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	GEOLAB	3.500	0,08	280,00
233	5881 - Nitrato de miconazol 2,00%, creme vaginal CREME VAGINAL BISNAGA 80g	BISNAGA	HIPOLABOR	800	4,80	3.840,00
243	5894 - Paracetamol 500mg	COMPRIMIDO	HIPOLABOR	35.000	0,05	1.750,00
TOTAL (R$):						**15.994,00**

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

3.1 – O presente instrumento correrá por conta dos recursos oriundos do Orçamento Municipal.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 – As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão por conta do Elemento Orçamentário 33.90.39.00 – Material de Consumo, existente no orçamento 2019.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS FISCALIZAÇÕES:

5.1 – As fiscalizações serão realizadas pelo Gestor de Contrato responsável, Telefone: 3378-0197 / 3378-0013, E-mail: pgcontratosoeste@gmail.com *designado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, que notificará a **ADJUDICATÁRIA** quando constatada alguma divergência no fornecimento do serviço licitado;*

*5.2 – A **ADJUDICATÁRIA** ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle pertinentes no que couber ao objeto, devendo providenciar, no que for de sua responsabilidade, toda documentação exigida e necessária à realização de cada serviço, de acordo com os prazos legais estabelecidos por cada órgão;*

5.3 - A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos produtos caberá ao Gestor de Contrato, designado para esse fim.

5.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor de Contrato designado deverão ser solicitadas ao Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 - Após recebida a documentação, o setor de protocolo encaminhará para o Gestor de Contrato responsável pelo atesto, logo em seguida, encaminhará para o setor contábil para liquidação da despesa, obedecendo o prazo máximo de 20 dias.

6.2 - O responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se o objeto atendem

às especificações e condições deste contrato, assim como estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

6.3 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, por processo legal, após a emissão das Notas Fiscais/Faturas (em duas vias), fazendo menção ao Pregão Presencial n° 016/2019, o qual será pago através de cheque nominativo, Transferência ou Ordem Bancária, em favor da adjucatária, até, no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação da referida Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas devem ser encaminhadas ao setor de Protocolo do Município, devidamente atestadas e acompanhadas das Certidões de Regularidade para com as Receitas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista com os prazos de validade devidamente atualizados.

6.4 - O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução 032/2016 – TCE/RN, alterada pela Resolução 024/2017 – TCE/RN, subsidiada pelo art. 5º da Lei 8.666/93, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROCESSO LICITATÓRIO:

7.1 – As despesas provenientes desta Ata foram autorizadas através da Licitação – Pregão Presencial nº 016/2019, homologado em 04 de setembro de 2019.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE:

8.1 – A validade desta "Ata de Registro de Preços" será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura;

*8.2 – Durante o período de validade a Administração Municipal poderá contratar o objeto ora registrado mediante outra licitação, se assim julgar conveniente, sem que caibam recursos ou indenização de qualquer espécie à **ADJUDICATARIA**, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto.*

9 – CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE:

9.1 – A validade desta Ata não poderá ser prorrogada.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS:

10.1 – Considerando o prazo estabelecido na Cláusula Oitava da presente Ata, e, em atendimento aos preceitos legais, é vedado qualquer reajustamento de preços durante a validade desta Ata, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

*10.2 – Mesmo comprovada à ocorrência da situação acima prevista, a **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.*

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 – No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura de São Francisco do Oeste/RN, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á as sanções previstas no Edital do Pregão Presencial nº 016/2019 para o SRP e na legislação vigente.

*a) A aplicação de multa a ser determinada pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da **ADJUDICATÁRIA** inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, nem das demais sanções previstas na legislação brasileira em vigor;*

b) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interessado nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vistas ao processo.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 – Entregar os produtos contratados em observância ao objeto pretendido;

12.2 – Garantir a qualidade dos produtos ora solicitados;

12.3 – Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões no objeto, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4 – Emitir Nota Fiscal / Recibo Fatura correspondente à execução dos serviços contratados;

12.5 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN;

*12.6 - Comunicar à **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** qualquer fato que prejudique a entrega do material, bem como a sua qualidade e pontualidade;*

*12.7 - Na eventualidade de ocorrência de algum imprevisto e havendo necessidade, promover a imediata substituição do material que apresentar algum defeito, conforme solicitação da **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**;*

*12.8 - Entregar os produtos de acordo com a solicitação da Administração Municipal, cumprindo sempre os prazos determinados, bem como as especificações técnicas constantes da Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** e aceita pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.***

12.9 - Entregar os medicamentos de acordo com a solicitação da secretaria demandante com validade mínima de um ano de vencimento do produto.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

*13.1 – Efetuar o pagamento a **CONTRATADA**, observando os prazos preestabelecidos, no Edital, bem como controlar o estrito cumprimento das obrigações contratuais;*

*13.2 – Fornecer à **CONTRATADA** todas as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento dos serviços ora contratados;*

*13.3 – Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços a serem desenvolvidos pela **CONTRATADA**;*

*13.4 – Prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;*

13.5 – Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso;

*13.6 - Notificar a **ADJUDICATÁRIA** por qualquer descumprimento das obrigações assumidas;*

13.7 - Aplicar as sanções cabíveis, conforme o caso.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nos pedidos dela decorrentes.

14.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte para dirimir, administrativa e judicialmente, quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e combinados, lavra-se a presente Ata, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

São Francisco do Oeste/RN, em 10 de setembro de 2019.

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal
CNPJ/MF Nº 08.154.015/0001-16

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Representante Do FMS
CNPJ/MF Nº 13.886.253/0001-56

JESSICA MINAMI TAVARES MURAKAMI
Procurador Da Adjudicatária
CNPJ/MF Nº 33.379.154/0001-95

Publicado por:
Emanuela Cristina Estevao Leite
Código Identificador:8E190571

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 023/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 023/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS:

*O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, sediada a Rua São Francisco, n° 64, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.154.015/0001-16, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor PREFEITO Constitucional **LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 20.642.025-0-SSP/SP, inscrito no CPF nº 513.369.794-53, residente e domiciliada na Rua Francisco Martins Viana, nº 58, Centro, neste Município, com interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sediado na Rua da Independência, nº 36, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrito no CNPJ/MF nº 13.886.253/0001-56, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, **LÍVIA PATRÍCIA DIOGENES VIANA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2.087.251-SSP/RN, inscrita no CPF nº 043.008.794-27, residente e domiciliada na Rua Vicente Barreto, 82, Centro, São Francisco do Oeste/RN e de outro lado a empresa **F. WILTON CAVALCANTE MONTEIRO EIRELI**, CNPJ: 07.055.280/0001-84, sediada a Rua Edmar Francisco Pereira nº 508, Aeroporto, Mossoró/RN, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo responsável legal **FRANCISCO BEZERRA IRMÃO**, brasileiro, casado, procurador, portador da Cédula de Identidade n.º 875778-85 SSP/CE, inscrito no CPF/MF n.º 673.151.434-91, residente e domiciliado na Rua Raimundo Melo Nepomuceno, nº 37, Conj. Ving Rosado, Mossoró/RN, celebram a Presente Ata de Registro de Preços, do qual serão partes integrantes o Edital do Pregão Presencial n.º 016/2019 SRP e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-se a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** às normas disciplinares das Leis: : Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas; Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal 015/2017 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:*

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – Constitui o objeto desta Ata o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial nº 016/2019, para o Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal n.º 10.520/2002, c/c o § 4º, do artigo 15, da Lei federal nº 8.666/93, visando disponibilizar para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, medicamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

*1.2 – Todos os ônus decorrentes da troca ou substituição de pessoas e/ou materiais porventura empregados, deverão ser realizados às exclusivas expensas da detentora da Ata de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para a **CONTRATANTE**.*

*1.3 – O material deverá ser entregue em no **máximo 05 (cinco) dias úteis**, quando solicitados, para qualquer das unidades dos órgãos e entes aderentes deste Sistema de Registro de Preços, ou para outras unidades de órgãos ou entes que vierem a aderir durante sua vigência, nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, podendo admitir-se adesão, de acordo com cada caso, para a utilização por outros órgãos e entes de qualquer esfera da Federação através do competente Termo de Adesão.*

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO MATERIAL E PREÇOS REGISTRADOS:

*2.1 – O material e preços ora registrados são os especificados na Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** na Licitação – Pregão Presencial SRP nº 016/2019.*

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	R$ UNIT.	R$ TOTAL
1	112 - Acebrofilina 10mg XAROPE/FRASCO COM 120 ml + COPO-MEDIDA	FR	EMS	850	5,95	5.057,50
7	5777 - Ácido acetilsalicílico 100mg	COMPRIMIDO	SOBRAL	25.000	0,02	500,00
9	5797 - Ácido ascórbico (vit. C) 200mg/1ml, gotas GOTAS/FRASCO COM 20ml	FRASCO	NATULAB	360	1,28	460,80
11	5782 - Ácido fólico 5mg	COMPRIMIDO	NATULAB	25.000	0,04	1.000,00
15	2175 - Ácido Valpróico xarope 50 mg ácido valpróico/mL (Valproato de Sódio) Xarope 50 mg ácido valpróico/mL	FRASCO	HIPOLABOR	400	3,28	1.312,00
17	5775 - Albendazol 400mg	COMPRIMIDO	PRATI	800	0,39	312,00
18	5776 - Albendazol 40mg/ml Supensão/ Frascos com 10ml.	FRASCO	PRATI	600	1,10	660,00
19	122 - Alendronato de sódio 70mg	COMPRIMIDO	EMS	3.000	0,29	870,00
23	192 - Ambroxol 15mg/5ml XAROPE/FRASCOS COM 100ml	UND	NATULAB	800	1,76	1.408,00
26	6939 - Amitripitilina 25 mg	UND	TEUTO	30.000	0,04	1.200,00
27	5910 - Amitriptilina 75mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	5.000	0,31	1.550,00
28	8738 - Amoxicilina + clavulanato de potássio 875 mg + 125 mg/ml	COMPRIMIDO	EMS	800	1,15	920,00
29	5787 - Amoxicilina 500mg	COMPRIMIDO	TEUTO	1.000	0,16	160,00
30	5790 - Amoxicilina 50mg/ml Suspensão oral/Frascos com 60ml	FRASCO	PRATI	1.500	3,90	5.850,00
31	710 - Amoxicilina+Clavulanato de potássio (50 mg + 12,5)/ml SUSPENSÃO ORAL/FRASCOS COM 75ml	FR	EMS	800	11,80	9.440,00
33	5784 - Atenolol 100mg	COMPRIMIDO	PRATI	5.000	0,09	450,00
36	718 - Atorvastatina Cálcica 10mg comprimido	COMPRIMIDO	NOVA QUIMICA	500	0,34	170,00
40	5805 - Bensilato de anlodipino 10 mg	COMPRIMIDO	EMS	3.000	0,05	150,00
41	5804 - Bensilato de anlodipino 5 mg	COMPRIMIDO	TEUTO	3.000	0,04	120,00
43	5800 - Benzilpenicilina benzatina 600.000 UI, suspensão injetável SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA	TEUTO	1.000	7,88	7.880,00
45	135 - benzoilmetronidazol suspensão oral 40 mg/mL	SUSP. ORAL	EMS	600	5,38	3.228,00
49	5807 - Bromidrato de fenoterol 5mg/ml, Solução inalante	FRASCO	HIPOLABOR	400	2,93	1.172,00
54	5817 - Buscopan 20mg/ml Frasco de 20ml	FRASCO	FARMACE	1.000	5,88	5.880,00
55	7561 - Buscopan composto 10mg + 250mg COMPRIMIDO	AMPOLA	PHARLAB	1.200	0,40	480,00
58	5934 - Carbamazepina 2%, xarope	FRASCO	UNIÃO QUÍMICA	1.000	13,70	13.700,00
63	3614 - CARVEDILOL 25MG Caixa com 30 comprimidos	UND	NOVA QUIMICA	7.000	0,13	910,00
67	5835 - Cefalexina 500mg	COMPRIMIDO	TEUTO	15.000	0,26	3.900,00
72	8742 - Cetato de betametasona + fosfato dissódico de betametasona 3mg/ml + 3mg/ml suspensão injetável	SI	CRISTÁLIA	1.000	4,80	4.800,00
73	8743 - Cetato de medroxiprogesteron 150mg/ml	SI	UNIÃO QUÍMICA	300	14,80	4.440,00
77	8744 - Cetoconazol+Betametasona+gentamisina	UND	GEOLAB	600	4,90	2.940,00
84	220 - Citalopram 20 mg Comprimido 20mg	COMPRIMIDO	TEUTO	25.000	0,17	4.250,00
87	5928 - Clonazepam 2mg	COMPRIMIDO	GEOLAB	70.000	0,08	5.600,00

91	227 - Cloridrato de Biperideno 2 mg comprimido 2 mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	8.000	0,23	1.840,00
92	7563 - Cloridrato de Ciclobenzaprina 10mg	COMPRIMIDO	GEOLAB	2.000	0,25	500,00
96	250 - Cloridrato de Clorpromazina 25 mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	4.000	0,25	1.000,00
99	5919 - Cloridrato de levomepromazina 100mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	15.000	0,82	12.300,00
100	5918 - Cloridrato de levomepromazina 25mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	8.000	0,40	3.200,00
101	5920 - Cloridrato de levomepromazina 40mg/ml, gotas	FRASCO	CRISTÁLIA	200	9,30	1.860,00
103	8371 - CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2,00% GEL/BISNAGA DE 30g + APLICADOR	BISNAGA	HIPOLABOR	100	2,73	273,00
104	160 - Cloridrato de Metformina comprimido 850mg	COMPRIMIDO	PRATI	8.000	0,08	640,00
105	778 - Cloridrato de Metformina 500mg comprimido	COMPRIMIDO	PRATI	12.000	0,08	960,00
107	5831 - Cloridrato de metoclopramida 5mg/ml, solução injetável	AMPOLA	ISOFARMA	1.200	0,35	420,00
118	5829 - Cloridrato de ranitidina 25mg/ml, solução injetável	AMPOLA	FARMACE	1.500	0,55	825,00
125	5843 - Complexo "B" INJETÁVEL VITAMINAS	AMPOLA	HYPOFARMA	1.600	0,84	1.344,00
126	5842 - Complexo B	FR	ARTE NATIVA	1.500	2,95	4.425,00
131	5849 - Dexametasona 0,10% CREME/BISNAGAS COM 15g	BISNAGA	SANVAL	900	1,20	1.080,00
132	5847 - Dexametasona 0,1mg/ml ELIXIR FRASCOS COM 120ml	FRASCO	FARMACE	1.500	1,67	2.505,00
133	7564 - Dexametasona 4 mg/ml INJETÁVEL FRASCOS-AMPOLA COM 1ml	AMPOLA	FARMACE	3.000	0,64	1.920,00
137	5941 - Diazepam 10mg	COMPRIMIDO	SANTISA	12.000	0,08	960,00
139	5939 - Diazepam 5mg/2ml	AMPOLA	TEUTO	800	0,69	552,00
140	3604 - DICLOFENACO 25mg/ml INJETÁVEL	UND	FARMACE	3.000	0,65	1.950,00
142	814 - Diclofenaco Potássico 50mg comprimido	COMPRIMIDO	VITAMED	1.500	0,06	90,00
145	5808 - DIPIRONA SÓDICA 500mg	COMPRIMIDO	PRATI	25.000	0,09	2.250,00
146	5853 - Dipirona sódica 500mg/ml, solução injetável	AMPOLA	FARMACE	3.000	0,48	1.440,00
147	2029 - Dipirona sódica gotas Solução Oral 500mg/mL - Frasco 10,00mL DIPIRONA SÓDICA, DOSAGEM 500 MG/ML, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)	FRASCO	NATULAB	2.200	0,70	1.540,00
151	350 - Enantato de noretisterona +valerato de estradiol solução injetável (50 mg + 5 mg)/mL	SOLUÇÃO IN	MABRA	6.000	12,70	76.200,00
156	7214 - Estriol	CREME VAGI	SANVAL	500	13,70	6.850,00
160	8295 - EUTIROX (LEVOTIROXINA) 50mcg	COMPRIMIDO	MERCK	400	0,18	72,00
162	2151 - Fenitoina 50mg/ml	SI	TEUTO	500	1,57	785,00
164	5951 - Fenobarbital 100mg/ml, solução injetável	AMPOLA	CRISTÁLIA	150	2,13	319,50
165	262 - Fenobarbital 40mg/mL	SUSP. ORAL	CRISTÁLIA	150	3,70	555,00
172	5861 - Furosemida 40mg	COMPRIMIDO	HIPOLABOR	4.000	0,04	160,00
173	361 - Furosemida solução injetável 10 mg/mL	SOLUÇÃO IN	SANTISA	1.500	0,43	645,00
178	8289 - GLIOCORT(SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA) 100mg SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO/AMP	TEUTO	1.100	2,36	2.596,00
179	8291 - GLIOCORT(SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA) 500mg	FRASCO/AMP	TEUTO	1.000	4,80	4.800,00
185	366 - Hidroclorotiazida - comprimido 25 mg	COMPRIMIDO	TEUTO	10.000	0,02	200,00
188	5867 - Hidróxido de alumínio 61,5mg, suspensão oral	FRASCO	NATULAB	1.400	2,15	3.010,00
189	369 - Ibuprofeno - comprimido 600 mg	COMPRIMIDO	VITAMEDIC	15.000	0,20	3.000,00
190	370 - Ibuprofeno - solução oral 50 mg/mL	UND	NATULAB	1.200	1,15	1.380,00
192	267 - Imipramina 25mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	3.000	0,33	990,00
203	8294 - LEVOTIROXINA 150mcg	COMPRIMIDO	MERCK	1.200	0,18	216,00
204	376 - Levotiroxina sódica - comprimido 25mg	COMPRIMIDO	MERCK	1.200	0,17	204,00
205	375 - Levotiroxina sódica - comprimido 50mg	COMPRIMIDO	MERCK	1.200	0,18	216,00
208	5871 - Loratadina 1mg/ml, xarope XAROPE FRASCOS COM 100ml	FRASCO	PRATI	1.200	2,95	3.540,00
209	379 - Losartana potássica - comprimido 50mg	COMPRIMIDO	EMS	1.200	0,06	72,00
210	5880 - Maleato de dexclorfeniramina 0,4mg/ml, solução oral/xarope XAROPE FRASCOS COM 120ml	FRASCO	NATULAB	1.400	1,17	1.638,00
213	5878 - Maleato de enalapril 20 mg	COMPRIMIDO	SANVAL	2.500	0,06	150,00
214	8293 - MEBENDAZOL 20mg/ml MEBSUSPENSÃO FRASCOS COM 30ml	FR	NATULAB	300	1,23	369,00
221	5874 - Metronidazol 250mg	COMPRIMIDO	PRATI	8.000	0,13	1.040,00
222	2074 - Metronidazol gel vaginal 100 mg/g METRONIDAZOL 100 MG/G - BISNAGA COM 50 G DE GEL VAGINAL.	COMPRIMIDO	SANVAL	1.000	4,40	4.400,00
228	5886 - Nimesulida 100mg	COMPRIMIDO	VITAMEDIC	30.000	0,08	2.400,00
230	398 - Nistatina - creme vaginal 100.000 ui	CREME VAGI	TEUTO	700	4,30	3.010,00
235	5890 - Óleo de girassol De 2,0 à 10%	FRASCO	MW	1.000	2,40	2.400,00
237	5891 - Omeprazol 20mg	COMPRIMIDO	PRATI	30.000	0,06	1.800,00
242	5893 - Paracetamol 200mg/ml, solução oral SOLUÇÃO ORAL FRASCOS COM 15ml	FRASCO	NATULAB	2.500	0,85	2.125,00
247	408 - Piroxicam - Comprimido 20mg	COMPRIMIDO	GEOLAB	1.000	0,16	160,00
253	5958 - Risperidona 1mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	8.000	0,16	1.280,00
255	5959 - Risperidona 2mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	8.000	0,17	1.360,00
256	5960 - Risperidona 3mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	8.000	0,25	2.000,00
259	2102 - Secnidazol comprimido 1000mg SECNIDAZOL, CONCENTRAÇÃO 1.000 MG	COMPRIMIDO	PHARLAB	2.500	0,50	1.250,00
263	419 - sinvastatina - comprimido 40 mg	COMPRIMIDO	GERMED	8.000	0,12	960,00
264	200 - Succinato de Metoprolol 25mg comprimido de liberação controlada 25 mg	COMPRIMIDO	ACCORD	3.000	0,50	1.500,00
268	8296 - SULFATO DE GENTAMICINA 80MG/2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL/ AMPOLAS COM 2ml	FRASCO/AMP	HYPOFARMA	1.500	0,80	1.200,00
269	5902 - Sulfato ferroso 40mg	COMPRIMIDO	NATULAB	35.000	0,04	1.400,00
270	207 - Sulfato Ferroso, Solução Oral 25mg solução oral 25 mg	UND	NATULAB	1.200	0,88	1.056,00
272	8772 - Tiabendazol 45g	POMADA	BELFAR	800	5,90	4.720,00
281	8775 - TRAMADOL 100mg/ml	SI	TEUTO	1.200	0,79	948,00
283	8777 - Triancinolona orabase 10g	POMADA	GEOLAB	500	3,95	1.975,00
TOTAL (R$):						**279.595,80**

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

3.1 – O presente instrumento correrá por conta dos recursos oriundos do Orçamento Municipal.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 – As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão por conta do Elemento Orçamentário 33.90.39.00 – Material de Consumo, existente no orçamento 2019.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS FISCALIZAÇÕES:

5.1 – As fiscalizações serão realizadas pelo Gestor de Contrato responsável, Telefone: 3378-0197 / 3378-0013, E-mail: pgcontratosoeste@gmail.com *designado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, que notificará a* ***ADJUDICATÁRIA*** *quando constatada alguma divergência no fornecimento do serviço licitado;*

5.2 – A ***ADJUDICATÁRIA*** *ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle pertinentes no que couber ao objeto, devendo providenciar, no que for de sua responsabilidade, toda documentação exigida e necessária à realização de cada serviço, de acordo com os prazos legais estabelecidos por cada órgão;*

5.3 - A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos produtos caberá ao Gestor de Contrato, designado para esse fim.

5.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor de Contrato designado deverão ser solicitadas ao Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 - Após recebida a documentação, o setor de protocolo encaminhará para o Gestor de Contrato responsável pelo atesto, logo em seguida, encaminhará para o setor contábil para liquidação da despesa, obedecendo o prazo máximo de 20 dias.

6.2 - O responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se o objeto atendem às especificações e condições deste contrato, assim como estabelece o art. 63 da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

6.3 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, por processo legal, após a emissão das Notas Fiscais/Faturas (em duas vias), fazendo menção ao Pregão Presencial n° 016/2019, o qual será pago através de cheque nominativo, Transferência ou Ordem Bancária, em favor da adjucatária, até, no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação da referida Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas devem ser encaminhadas ao setor de Protocolo do Município, devidamente atestadas e acompanhadas das Certidões de Regularidade para com as Receitas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista com os prazos de validade devidamente atualizados.

6.4 - O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução 032/2016 – TCE/RN, alterada pela Resolução 024/2017 – TCE/RN, subsidiada pelo art. 5º da Lei 8.666/93, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROCESSO LICITATÓRIO:

7.1 – As despesas provenientes desta Ata foram autorizadas através da Licitação – Pregão Presencial nº 016/2019, homologado em 04 de setembro de 2019.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE:

8.1 – A validade desta "Ata de Registro de Preços" será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura;

8.2 – Durante o período de validade a Administração Municipal poderá contratar o objeto ora registrado mediante outra licitação, se assim julgar conveniente, sem que caibam recursos ou indenização de qualquer espécie à ***ADJUDICATARIA****, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto.*

9 – CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE:

9.1 – A validade desta Ata não poderá ser prorrogada.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS:

10.1 – Considerando o prazo estabelecido na Cláusula Oitava da presente Ata, e, em atendimento aos preceitos legais, é vedado qualquer reajustamento de preços durante a validade desta Ata, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

10.2 – Mesmo comprovada à ocorrência da situação acima prevista, a ***ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL****, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.*

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 – No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura de São Francisco do Oeste/RN, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á as sanções previstas no Edital do Pregão Presencial nº 016/2019 para o SRP e na legislação vigente.

a) A aplicação de multa a ser determinada pela ***ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL****, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da* ***ADJUDICATÁRIA*** *inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, nem das demais sanções previstas na legislação brasileira em vigor;*

b) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interessado nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vistas ao processo.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 – Entregar os produtos contratados em observância ao objeto pretendido;

12.2 – Garantir a qualidade dos produtos ora solicitados;

12.3 – Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões no objeto, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4 – Emitir Nota Fiscal / Recibo Fatura correspondente à execução dos serviços contratados;

12.5 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN;

*12.6 - Comunicar à **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** qualquer fato que prejudique a entrega do material, bem como a sua qualidade e pontualidade;*

*12.7 - Na eventualidade de ocorrência de algum imprevisto e havendo necessidade, promover a imediata substituição do material que apresentar algum defeito, conforme solicitação da **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**;*

*12.8 - Entregar os produtos de acordo com a solicitação da Administração Municipal, cumprindo sempre os prazos determinados, bem como as especificações técnicas constantes da Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** e aceita pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.***

12.9 - Entregar os medicamentos de acordo com a solicitação da secretaria demandante com validade mínima de um ano de vencimento do produto.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

*13.1 – Efetuar o pagamento a **CONTRATADA**, observando os prazos preestabelecidos, no Edital, bem como controlar o estrito cumprimento das obrigações contratuais;*

*13.2 – Fornecer à **CONTRATADA** todas as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento dos serviços ora contratados;*

*13.3 – Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços a serem desenvolvidos pela **CONTRATADA**;*

*13.4 – Prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;*

13.5 – Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso;

*13.6 - Notificar a **ADJUDICATÁRIA** por qualquer descumprimento das obrigações assumidas;*

13.7 - Aplicar as sanções cabíveis, conforme o caso.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nos pedidos dela decorrentes.

14.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte para dirimir, administrativa e judicialmente, quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e combinados, lavra-se a presente Ata, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

São Francisco do Oeste/RN, em 10 de setembro de 2019.

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal
CNPJ/MF Nº 08.154.015/0001-16

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Representante do FMS
CNPJ/MF Nº 13.886.253/0001-56

FRANCISCO BEZERRA IRMÃO
Procurador da Adjudicatária
CNPJ/MF Nº 07.055.280/0001-84

Publicado por:
Emanuela Cristina Estevao Leite
Código Identificador:40EDAE35

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 024/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 024/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA PHOSPODONT LTDA, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS:

*O **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO OESTE/RN**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público da Administração Direta, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, sediada a Rua São Francisco, nº 64, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrita no CNPJ/MF n.º 08.154.015/0001-16, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor PREFEITO Constitucional **LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 20.642.025-0-SSP/SP, inscrito no CPF nº 513.369.794-53, residente e domiciliada na Rua Francisco Martins Viana, nº 58, Centro, neste Município, com interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, sediado na Rua da Independência, nº 36, Centro, São Francisco do Oeste/RN, inscrito no CNPJ/MF nº 13.886.253/0001-56, representado neste ato pela Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, **LÍVIA PATRÍCIA DIOGENES VIANA**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 2.087.251-SSP/RN, inscrita no CPF nº 043.008.794-27, residente e domiciliada na Rua Vicente Barreto, 82, Centro, São Francisco do Oeste/RN e de outro lado a empresa **PHOSPODONT LTDA**, CNPJ: 04.451.626/0001-75, sediada a Avenida Ayrton Senna, nº 508, Capim Macio, Natal/RN, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato pelo responsável legal **ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA**, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade n.º 717417 ITEP/RN, inscrita no CPF/MF n.º 413.273.304-15, residente e domiciliada na Rua João Flor, nº 3714, Candelária, Natal/RN, celebram a Presente Ata de Registro de Preços, do qual serão partes integrantes o Edital do Pregão Presencial n.º 016/2019 SRP e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-se a **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** às normas disciplinares das Leis: : Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas; Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto Municipal 015/2017 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:*

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – Constitui o objeto desta Ata o registro dos preços resultantes das negociações oriundas do Pregão Presencial nº 016/2019, para o Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal n.º 10.520/2002, c/c o § 4º, do artigo 15, da Lei federal nº 8.666/93, visando disponibilizar para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, medicamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I do Edital.

*1.2 – Todos os ônus decorrentes da troca ou substituição de pessoas e/ou materiais porventura empregados, deverão ser realizados às exclusivas expensas da detentora da Ata de Registro de Preços, sem quaisquer ônus ou encargos para a **CONTRATANTE**.*

*1.3 – O material deverá ser entregue em no **máximo 05 (cinco) dias úteis**, quando solicitados, para qualquer das unidades dos órgãos e entes aderentes deste Sistema de Registro de Preços, ou para outras unidades de órgãos ou entes que vierem a aderir durante sua vigência, nos endereços indicados pelas unidades requisitantes, podendo admitir-se adesão, de acordo com cada caso, para a utilização por outros órgãos e entes de qualquer esfera da Federação através do competente Termo de Adesão.*

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DO MATERIAL E PREÇOS REGISTRADOS:

*2.1 – O material e preços ora registrados são os especificados na Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** na Licitação – Pregão Presencial SRP nº 016/2019.*

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD	R$ UNIT.	R$ TOTAL
51	8740 - Budesonida 50mcg	SIN	BIOSINTETICA	120	30,00	3.600,00
64	5809 - Carvedilol 3,125 mg	COMPRIMIDO	NOVAQUIMICA	8.000	0,09	720,00
65	5819 - Carvedilol 6,25 mg	COMPRIMIDO	NOVAQUIMICA	7.000	0,09	630,00
69	6956 - CEFALIUM 1MG + 450MG + 75MG + 10MG	COMPRIMIDO	ACHE	800	1,80	1.440,00
70	6958 - CEFALIV 1MG + 350MG + 100MG	COMPRIMIDO	ACHE	800	1,38	1.104,00
81	5844 - Cinarizina 25mg	COMPRIMIDO	NOVAQUIMICA	3.000	0,27	810,00
90	2399 - CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE SOLUÇÃO FRASCOS DE 100 ml	Litro	RIOQUIMICA	70	2,55	178,50
94	771 - Cloridrato de Clomipramina 25mg comp	COMPRIMIDO	GERMED	1.500	0,88	1.320,00
97	5942 - Cloridrato de donepezila 10mg	COMPRIMIDO	CRISTÁLIA	1.000	1,77	1.770,00

106	5830 - Cloridrato de metoclopramida 10 mg	COMPRIMIDO	HIPOLABOR	2.000	0,12	240,00
109	5921 - Cloridrato de nortriptilina 25mg	COMPRIMIDO	EUROFARMA	800	0,40	320,00
110	252 - Cloridrato de Nortriptilina 50mg	COMPRIMIDO	MEDLEY	2.500	0,62	1.550,00
111	5923 - Cloridrato de nortriptilina 75mg	COMPRIMIDO	MEDLEY	3.500	1,35	4.725,00
116	2018 - Cloridrato de propranolol comprimido 40 mg PROPRANOLOL CLORIDRATO, DOSAGEM 40 MG	COMPRIMIDO	PRATI	8.000	0,04	320,00
117	5828 - Cloridrato de ranitidina 150mg	COMPRIMIDO	MEDQUIMICA	8.000	0,11	880,00
120	5944 - Cloridrato de trazodona 50mg	COMPRIMIDO	NOVAQUIMICA	2.000	0,59	1.180,00
128	8306 - CONCOR (HEMIFUMARATO DE BISOPROLOL) 10mg EMBALAGEM COM 28 COMPRIMIDOS REVESTIDOS	COMPRIMIDO	EMS	100	1,88	188,00
129	8746 - Coques (celocoxibe) 200mg	COMPRIMIDO	EUROFARMA	1.000	1,55	1.550,00
135	8748 - Dexametasona colírio 1,0mg/ml	FR	ACHE	350	12,50	4.375,00
150	8751 - Elotin 0,275mg + 3,85mg +11.000ui+20mg	SO	GEOLAB	500	6,30	3.150,00
167	956 - FLORAX PEDIÁTRICO 5ml FLACONETES DE 5ml	CX	HEBRON	3.000	5,90	17.700,00
168	5860 - Fluconazol 150mg	CÁPSULA	MEDQUIMICA	2.500	0,43	1.075,00
187	8756 - Hidróxido de alumínio + hidróxido magnésio + simeticona 240ml 600mg+300mg+35mg	FR	MEDQUIMICA	400	8,00	3.200,00
196	7007 - ISKEMIL (MESILATO DE DIIDROERGOCRISTINA) DE 6 MG C/ 20 CAPS ISKEMIL (MESILATO DE DIIDROERGOCRISTINA)	UND	ACHE	150	6,25	937,50
199	8316 - LEVODOPA + BENSERAZIDA 100mg + 25mg	CÁPSULA	ROCHE	900	2,30	2.070,00
200	8315 - LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA) 200/50mg EMBALAGEM COM 30 COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	ROCHE	2.800	2,70	7.560,00
225	5888 - Neomicina 3,5 mg/g, creme CREME BISNAGA 50g ou 15g	BISNAGA	PRATI	1.800	2,10	3.780,00
227	5885 - Nifedipino 20mg	COMPRIMIDO	GEOLAB	3.500	0,09	315,00
232	2085 - Nitrato de miconazol MICONAZOL NITRATO, DOSAGEM 2%, APRESENTAÇÃO CREME VAGINAL	FRASCO	BELFAR	600	5,68	3.408,00
234	8764 - Noretisterona 0,35mg	COMPRIMIDO	BIOLAB	1.200	0,23	276,00
239	8765 - Otosporin 10.000 ui+5mg+10mg	SO	FARMOQUIMICA	350	12,00	4.200,00
248	5896 - Prednisona 20mg	COMPRIMIDO	SANVAL	3.000	0,16	480,00
250	8770 - Quetiapina 100mg	COMPRIMIDO	GEOLAB	12.000	0,87	10.440,00
267	5900 - Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg	COMPRIMIDO	PRATI	8.000	0,12	960,00
273	5905 - Tiamazol (tapazol) 10mg	COMPRIMIDO	BIOLAB	1.500	0,54	810,00
279	8774 - Torsilax	COMPRIMIDO	GEOLAB	1.200	0,21	252,00
288	8313 - XARELTO (RIVAROXABANA) 20mg EMBALAGENS COM 28 COMPRIMIDOS	COMPRIMIDO	BAYER	40	10,07	402,80
TOTAL (R$):						**87.916,80**

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS:

3.1 – O presente instrumento correrá por conta dos recursos oriundos do Orçamento Municipal.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1 – As despesas decorrentes da execução do presente instrumento correrão por conta do Elemento Orçamentário 33.90.39.00 – Material de Consumo, existente no orçamento 2019.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DAS FISCALIZAÇÕES:

5.1 – As fiscalizações serão realizadas pelo Gestor de Contrato responsável, Telefone: 3378-0197 / 3378-0013, E-mail: pgcontratosoeste@gmail.com *designado pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN, que notificará a* ***ADJUDICATÁRIA*** *quando constatada alguma divergência no fornecimento do serviço licitado;*

5.2 – A ***ADJUDICATÁRIA*** *ficará sujeita à fiscalização dos órgãos de controle pertinentes no que couber ao objeto, devendo providenciar, no que for de sua responsabilidade, toda documentação exigida e necessária à realização de cada serviço, de acordo com os prazos legais estabelecidos por cada órgão;*

5.3 - A atestação das faturas correspondentes ao fornecimento dos produtos caberá ao Gestor de Contrato, designado para esse fim.

5.4 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor de Contrato designado deverão ser solicitadas ao Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

6.1 - Após recebida a documentação, o setor de protocolo encaminhará para o Gestor de Contrato responsável pelo atesto, logo em seguida, encaminhará para o setor contábil para liquidação da despesa, obedecendo o prazo máximo de 20 dias.

6.2 - O responsável pelo atesto da pertinente despesa, conferirá a documentação legalmente exigível para efeito do adimplemento da obrigação, verificando, junto aos respectivos órgãos expedidores, as autenticidades das certidões de regularidade apresentadas, bem como se o objeto atendem às especificações e condições deste contrato, assim como estabelece o art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, de modo que, em não sendo detectada pendência, será emitido o atesto.

6.3 - O pagamento decorrente do fornecimento do objeto será efetuado pela Secretaria Municipal de Finanças, por processo legal, após a emissão das Notas Fiscais/Faturas (em duas vias), fazendo menção ao Pregão Presencial n° 016/2019, o qual será pago através de cheque nominativo, Transferência ou Ordem Bancária, em favor da adjucatária, até, no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação da referida Nota Fiscal. As Notas Fiscais/Faturas devem ser encaminhadas ao setor de Protocolo do Município, devidamente atestadas e acompanhadas das Certidões de Regularidade para com as Receitas Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Trabalhista com os prazos de validade devidamente atualizados.

6.4 - O pagamento será efetuado de acordo com a Resolução 032/2016 – TCE/RN, alterada pela Resolução 024/2017 – TCE/RN, subsidiada pelo art. 5º da Lei 8.666/93, obedecendo a ordem cronológica dos credores cujas despesas já foram liquidadas.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO PROCESSO LICITATÓRIO:

7.1 – As despesas provenientes desta Ata foram autorizadas através da Licitação – Pregão Presencial nº 016/2019, homologado em 04 de setembro de 2019.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DA VALIDADE:

8.1 – A validade desta "Ata de Registro de Preços" será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura;

*8.2 – Durante o período de validade a Administração Municipal poderá contratar o objeto ora registrado mediante outra licitação, se assim julgar conveniente, sem que caibam recursos ou indenização de qualquer espécie à **ADJUDICATARIA**, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto.*

9 – CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE:

9.1 – A validade desta Ata não poderá ser prorrogada.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS:

10.1 – Considerando o prazo estabelecido na Cláusula Oitava da presente Ata, e, em atendimento aos preceitos legais, é vedado qualquer reajustamento de preços durante a validade desta Ata, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93;

*10.2 – Mesmo comprovada à ocorrência da situação acima prevista, a **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.*

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 – No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a Prefeitura de São Francisco do Oeste/RN, garantida a prévia defesa, aplicar-se-á as sanções previstas no Edital do Pregão Presencial nº 016/2019 para o SRP e na legislação vigente.

*a) A aplicação de multa a ser determinada pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da **ADJUDICATÁRIA** inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, nem das demais sanções previstas na legislação brasileira em vigor;*

b) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interessado nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vistas ao processo.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 – Entregar os produtos contratados em observância ao objeto pretendido;

12.2 – Garantir a qualidade dos produtos ora solicitados;

12.3 – Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões no objeto, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.4 – Emitir Nota Fiscal / Recibo Fatura correspondente à execução dos serviços contratados;

12.5 – Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de São Francisco do Oeste/RN;

*12.6 - Comunicar à **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** qualquer fato que prejudique a entrega do material, bem como a sua qualidade e pontualidade;*

*12.7 - Na eventualidade de ocorrência de algum imprevisto e havendo necessidade, promover a imediata substituição do material que apresentar algum defeito, conforme solicitação da **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**;*

*12.8 - Entregar os produtos de acordo com a solicitação da Administração Municipal, cumprindo sempre os prazos determinados, bem como as especificações técnicas constantes da Proposta de Preços apresentada pela **ADJUDICATÁRIA** e aceita pela **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.***

12.9 - Entregar os medicamentos de acordo com a solicitação da secretaria demandante com validade mínima de um ano de vencimento do produto.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

*13.1 – Efetuar o pagamento a **CONTRATADA**, observando os prazos preestabelecidos, no Edital, bem como controlar o estrito cumprimento das obrigações contratuais;*

*13.2 – Fornecer à **CONTRATADA** todas as condições necessárias para o efetivo desenvolvimento dos serviços ora contratados;*

*13.3 – Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços a serem desenvolvidos pela **CONTRATADA**;*

*13.4 – Prestar à **CONTRATADA** todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;*

13.5 – Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso;

*13.6 - Notificar a **ADJUDICATÁRIA** por qualquer descumprimento das obrigações assumidas;*

13.7 - Aplicar as sanções cabíveis, conforme o caso.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

h) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no contrato ou nos pedidos dela decorrentes.

14.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Pau dos Ferros, Estado do Rio Grande do Norte para dirimir, administrativa e judicialmente, quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 – E por estarem justos e combinados, lavra-se a presente Ata, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

São Francisco do Oeste/RN, em 11 de setembro de 2019.

LUSIMAR PORFÍRIO DA SILVA
Prefeito Municipal
CNPJ/MF Nº 08.154.015/0001-16

LÍVIA PATRÍCIA DIÓGENES VIANA
Representante Do FMS
CNPJ/MF Nº 13.886.253/0001-56

ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA
Titular Da Adjudicatária
CNPJ/MF Nº 04.451.626/0001-75

Publicado por:
Emanuela Cristina Estevao Leite
Código Identificador:18BB7309

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11090001/2019

Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura aquisição de veículos ambulância tipo A de simples remoção, para atendimento da demanda de urgências e remoções de pacientes de Municipio de São Jose de Campestre

Aos onze dias de setembro do ano de dois mil e dezenove, o **Município de SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN**, CNPJ nº 08.146.425/0001-15, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Órgão gerenciador, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Joseilson Borges da Costa, brasileiro, casado, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui **Ata de Registro de Preços (ARP)**, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, sob o número 001/2019, cujo objetivo fora a formalização de registro de preços para futura aquisição de veículos ambulância tipo A de simples remoção, a qual constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 15, da Lei nº. 8.666/93, regulamentado pelo Decreto municipal nº. 003/2013, segundo as cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º. A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o
Registro de Preços referente à **aquisição de veículos ambulância tipo A de simples remoção, para atendimento da demanda de urgências e remoções de pacientes de Municipio de São Jose de Campestre**, cuja especificação, preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º. Integra a presente ARP, a Secretaria Municipal de Administração, localizada em SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR.
Parágrafo único. Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, observadas as exigências insertas no Decreto municipal nº 003/2013.

Art. 3º - O ÓRGÃO GERENCIADOR, obriga-se a:
gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos produtos registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

convocar o particular via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP;
observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes; e,

acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º. O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obriga-se a:
tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;

encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva Autorização de Compra;

enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, as informações sobre a contratação efetivamente realizada; e

acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

Art. 5º. O FORNECEDOR obriga-se a:
Retirar o respectivo contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação;
informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;
prestar os serviços solicitados no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da Autorização de Execução de Serviço;
prestar os serviços conforme especificação e preço registrados na presente ARP;

providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos produtos entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Art. 6°. A presente Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá validade de 01 (um) ano a partir da data de sua assinatura, de acordo com o Decreto 003/2013

Parágrafo Único. Caso o fornecedor não tenha mais interesse em manter registrado o preço no período de vigência da ARP, terá que se manifestar por escrito, por meio de requerimento, e apresentar documentação que comprove a impossibilidade de cumprir com os compromissos assumidos, os quais serão analisados pela Administração.

Art. 7°. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: LINK-SYSTEM TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP					
CNPJ: 07.488.946/0001-98		**Telefone: 62 – 3877-1219**		**e-mail: jaime@lnktecnologia.com.br**	
Endereço: Rua CV-12, QD 23 LT 19, CASA 2, NR 266, CENTER VILLE, GOIANIA-GO					
ITEM	**Especificações**	**Quantidade**	**Unidade**	**Marca**	**Valor Unit. (R$)**
01	1 - AMBULÂNCIA SIMPLES DE REMOÇÃO (tipo A), tipoPick-Up com Bau em fibra montado em sua carroceria; Característica do veículo: Fabricação Nacional, ano/modelo do ano corrente no mínimo 2019/2019 ou superior; motorização mínima de 1.6, Motor de 8 (oito) Válvulas, injeção eletrônica á álcool/gasolina, 05 machas para frente e uma de ré; direção hidráulica; pneus 205/60 R15 original de fabrica; ar condicionado para o Motorista e para o compartimento do paciente (baú) com no mínimo 12.000 btus; veículo com pintura sólida na cor branca; porta lateral esquerda de acesso do Motorista e direita do acompanhante, porta traseira bipartida com abertura horizontal , com ângulo mínimo de 180%, com travas e dispositivos para abertura interna e externa; Potência mínima do motor 85 CV; freios dianteiros a disco e traseiros a tambor com ABS; Característica de Transformação: janela lateral corrediça com película opaca, e faixas transparentes. Divisão entre a cabina e o compartimento do paciente, Baú em Fibra de Vidro, com desenho que permita no lado da maca se ter no mínimo 1,8 m de comprimento dotada de janela de comunicação entre a cabine e o compartimento traseiro; Conjunto sinalizador óptico acústico (sonoro) e visual; Suporte para soro; Iluminação interna fluorescente no compartimento do paciente; bateria de suporte; cadeira para acompanhante; suporte para fixação do cilindro de O2; maca com cabeceira articulada; revestimento do piso em borracha antiderrapante lavável, alta resistência; Vidros laterais traseiro, revestido com película branca adesiva ou chateado; divisória entre a cabine e o salão com janela inter comunicadora; ventilador e exaustor no teto do salão; armário com fechamento frontal corrediça; garantia Mínima do veiculo de 1 (um) ano, contra defeitos de fabricação; Características de modificação devidamente homologada pelos órgão competentes, Emplacada e documentada em nome da Prefeitura Municipal de São Jose do Campestre; Assistência técnica no Estado do Rio Grande do Norte.	03	UNID	VOLKSWAGEN – SAVEIRO ROBUST CS 1.6, IMPLEMENTAÇÃO: TECFORM VEICULOS ESPECIAIS	**R$ 81.969,66**

Art. 8º. O pagamento será efetuado conforme descrito no Edital, obedecendo ao disposto na Resolução nº 032, de 01 de novembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências

§ 1º. O pagamento está condicionado, ainda, a apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

Nota Fiscal devidamente preenchida;

Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

Certidão Negativa de Débito do Estado do domicílio ou sede do licitante;

Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, do domicílio ou sede do licitante;

Certidão Negativa de Tributos do Município, do domicílio ou sede do licitante;

Indicação do banco, agência e conta bancária na qual será realizado o crédito;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

§ 2º. O pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

§ 3º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, por parte do FORNECEDOR, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

§ 4º. A não indicação da situação do particular quanto à opção pelo SIMPLES implicará no desconto, por ocasião do pagamento, dos tributos e contribuições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal para empresas NÃO optantes do SIMPLES.

Art. 9°. A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10. O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município.

Art. 11. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12. A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá a seguinte condição:

a) Deverão ser entregues de acordo com o edital e seus anexos, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.

Art. 13. O recebimento e aceitação do(s) item(ns) registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:

O recebimento dos produtos/serviços deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do(s) item(ns) desta ARP.

Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão da Contratante responsável pelo recebimento.

O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o recebimento definitivo.

Constatada irregularidades no objeto contratual, a Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos poderá:

determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades
cabíveis, se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes;

rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, se disser respeito à especificação.

f) Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:

advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

multa de 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso;

multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

suspensão temporária do direito de participar de licitação e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos termos do art. 7º, caput, da Lei 10.520/2002. Parágrafo Primeiro – A licitante estará sujeita às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:

Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”.

Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea “b”. Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, será considerado descumprimento total do contrato, ensejando a sua rescisão e à aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre a diferença entre o valor estimado do Contrato e os valores já pagos;

Parágrafo segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – As sanções de advertência e de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Secretaria Administrativa deste Órgão, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15. O Fornecedor terá seu registro cancelado: I – Por iniciativa da Administração, quando:
não cumprir as exigências do instrumento convocatório e as condições da presente ARP.

recusar-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativo ao presente Registro de Preços;

não manutenção das condições de habilitação;

não aceitar a redução do preço registrado, na hipótese prevista na legislação; e

em razões de interesse público, devidamente justificadas.

– Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e comprove impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inc. I, da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados os direitos da Administração contidos no art. 80 da mesma lei, no que couber.

Parágrafo Segundo - O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos.

Art. 16. Os casos omissos desta **ARP** serão resolvidos de acordo com os termos da Lei nº. 8.666/93 e do Decreto nº. 003/2013, ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 17. Para dirimir questões oriundas da presente **ARP** será competente o Foro da comarca de SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE, Estado do Rio Grande do Norte. E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Prefeitura Municipal de São Jose do Campestre-RN
JOSEILSON BORGES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Órgão Gerenciador

Empresa:

_____
LINK-SYSTEM TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:EFEBE283

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
DECRETO N° 108/2019

DECRETO Nº 108, DE 11 de setembro de 2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 7.500,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Serra do Mel/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 11 de setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**7.500,00**
02 .005 Sec. Mun.Educação, Cultura,Esporte e Lazer					**7.500,00**
	2017 Manutenção das Ativ.da Secretaria Mun. de Educação, Cultura, Esporte e Lazer				**2.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15300000	0001	2.500,00
	2033 Programa de Realização de Eventos Culturais				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	10010000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**7.500,00**
02 .005 Sec. Mun.Educação, Cultura,Esporte e Lazer					**7.500,00**
	1001 Construção, Ampliação, Reforma e Manut. de Atividades do Ensino Fundamental				**3.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	10010000	0001	3.000,00
	1002 Construção, Ampliação, Reforma e Manut. De unid. de Ensino da Educação Infantil				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15300000	0001	2.000,00
	2019 Fardamento Escolar - Ensino Fundamental				**500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15300000	0001	500,00
	2025 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - PRÉ ESCOLA				**2.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	10010000	0001	2.000,00

Serra do Mel/RN, 11 de setembro de 2019

JOSIVAN BIBIANO DE AZEVEDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
André Lima de Azevedo
Código Identificador:965018A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

SEC. MUN. DE PLAN. FIN. E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA - RREO 04_2019

Anexo XXII	Poder: Executivo
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	MUN. DE TENENTE LAURENTINO CRUZ
	Bimestre de Referência: **04/2019**

LRF, Art. 48 – Anexo XXII – RREO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	34.918.240,00
Previsão Atualizada da Receita	34.918.240,00
Receitas Realizadas	12.226.673,43
Saldo do Exercício Anterior	-
Déficit Orçamentário	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA	Até o Bimestre
Dotação Inicial	34.918.240,00
Dotação Atualizada	34.918.240,00
Despesas Empenhadas	15.715.811,32
Despesas Liquidadas	11.833.577,84
Despesas Pagas	11.596.702,67
Superávit Orçamentário	393.095,59

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	15.715.811,32
Despesas Liquidadas	11.833.577,84

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	19.487.938,52

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMENTOS DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00
Receitas previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado previdenciário (I –II)	0,00	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixa no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Resultado apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-281.392,65	
Resultado Primário		-290.617,16	

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	951.019,51	0,00	459.470,40	491.549,11
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	3.302.960,68	10.206,50	208.317,19	3.084.436,99
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.253.980,19	10.206,50	667.787,59	3.575.986,10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o bimestre	Limites Constitucionais Anuais0	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Mínimo anual dos Impostos na Manutenção Ensino - MDE	3.626.472,16	25%	41,55%
Mínimo anual de 60% das despesas com MDE no Ensino Fundamental e Médio	0,00	60%	0,00%
Complementação da União	0,00	60%	0,00%

RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Operações de Crédito	0	0
Despesas de Capital	1.301.574,46	10.925.525,54

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício de Referência	10º Exercício	20º Exercício
Regime de Previdência Social	-	-	-
Repasse da Contribuição Patronal (III)	-	-	-
Receitas Previdenciárias (IV)	-	-	-
Despesas Previdenciárias (V)	-	-	-
Resultado Previdenciárias (IV-V)	-	-	-
Repasse Recebido para Cobertura de Déficit do RPPS (VI)	-	-	-

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativo	-	5.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	-	-

DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a aplicar No Exercício	% Aplicação até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços de Saúde	2.753.937,20	15%	32,96%

DESPESA DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADO DE PPS	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas/RCL %:	

FONTE: Contabilidade Geral do Município/AGILI

SUELEIDE DE MORAIS ARAUJO
Prefeito Municipal

MIQUEIAS DE ARAUJO SOUZA
Secretario Municipal de Finanças

FRANCISCA MARIA DA SOLIDADE
CRC-RN 003546/O

Publicado por:
João Maria Alves de Assunção
Código Identificador:7073EBD6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2019(TRIMESTRAL)

Aos 08 dias do março do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 007/2018**, **Registro de Preços nº 015/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 01/03/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), envasado em botijões de 13 kg, para atender as necessidades das Secretarias e Fundos pertencentes à Prefeitura Municipal de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 007/2019.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **Posto João Lopes LTDA ME**						
CNPJ: **09.459.395/0002-40**						
Endereço: **Rua: Antonio Cizilio de Oliveira, Santa Paz, Upanema/RN, CEP: 59670-000.**						
Representante: **João Lopes da Silva Júnior - CPF: 566.356.994-49**						
Item	Descrição	Unidade Medida	Marca	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0003642 - GÁS DE COZINHA; GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP); COMERCIAL A GRANEL; DE COZINHA; COMPOSICAO PROPANO E BUTANO,TOXICO E INFLAMAVEL; DE ACORDO COM LEGISLACAO VIGENTE DA ANP; ACONDICIONADO EM VASILHAME METÁLICO, COM CAPACIDADE PARA 13 KG DE PESO LÍQUIDO.	UND	Liquigas	1.022	64,00	65.408,00
2	0003643 - VASILHAME GÁS DE COZINHA GLP, COM CAPACIDADE PARA 13 KG	UND	Liquigas	34	130,00	4.420,00
TOTAL						R$ 69.828,00
Sessenta e nove mil oitocentos e vinte e oito reais						

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 007/2019 e seus anexos;
b) Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os Serviços deverão ser prestados conforme as condições previstas nos Anexos e do Edital.

4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço, os objetos relacionados relacionados na mesma deverão ser entregues/executados no prazo máximo de 03 (três) úteis, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de serviço, ou conforme elaboração e orientação da Secretaria solicitante.
4.2.1. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.4. Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e a consequente aceitação.
4.5. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.
4.8. A Contratante é a única responsável pela entraga das mercadorias, responsabilizando-se por todos os custos de entrega incluindo fretes, transporte, pedágil, eventuais multas de trânsito e diária do pessoal empregado na entrega dos materiais objetos desta licitação.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2111	Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
AÇÃO	2114	Funciomanento das Ativ.dos Conselhors Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2115	Funcionamento do Programa do Leite
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.002	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2116	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO	2122	Funciomanento do Programa Bolsa Família- IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Prog. Cadastro Único/Bolsa Família- IGD-SUAS
AÇÃO	2155	Manutenção do Programa Criança Feliz
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DE RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DE RECURSOS	13110000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0021	Prog.de Gestão e Man. Da Sec. Mun. De Infraestrutura e Des. Urbano
AÇÃO	2062	Funcionamento das Atividades da Sec.Mun. de Infraestrutura e Des. Urbano
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0015	Programa de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Adm. E Recursos Humanos
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	0010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0017	Prog. De Gestão e Manu. da Sec.Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
AÇÃO	2067	Func. das Atividades da Sec. Mun. do Des. Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

AÇÃO	2016	Fun. Das Atividades dos Conselhos Municipais da Educação
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2134	Funcionamento do Programa Salário Educação- QSE
SUBFUNÇÃO	366	Educação de Jovéns e Adultos
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Manutenção da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2038	Incentivo ao Selo UNICEF
PROGRAMA	0110	Manutenção das Atividades de Jovéns e Adultos
AÇÃO	2039	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
SUBFUNÇÃO	368	Educação Básica
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2049	Funcionamento das Atividades do Ensino Fundamental
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	0112	Esporte Amador
AÇÃO	2059	Funcionamento das Atividades do desporto amador
NATUREZA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
FONTE DOS RECURSOS	11230000	Trans. de Rec. do FNDE ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
FONTE DOS RECURSOS	15200000	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2050	Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência Integral a Populaçao com Serviços de Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Farmacêuticae Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2093	Funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.001	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0012	Prog. De Gestão e Manu. da Procuradoria Geral do Município
AÇÃO	2140	Func. das Atividades da Procuradoria Geral do Município
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.002	Controladoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0013	Prog. De Gestão e Manu. da Controladoria Geral do Município
AÇÃO	2086	Func. das Atividades da Controladoria Geral do Município
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	03.001	Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0014	Prog. De Gestão e Manu. Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
AÇÃO	2141	Func. das Atividades da Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 08 de Março de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Posto João Lopes LTDA ME
CNPJ:09.459.395/0002-40
JOÃO LOPES DA SILVA JÚNIOR
CPF: 566.356.994-49

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:17085CAD

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2019(TRIMESTRAL)

Aos 12 dias do mês de Março do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 012/2018**, **Registro de Preços nº 018/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 11/03/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços Mecânicos para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes ou locados a Prefeitura Municipal de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 012/2019.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **HAROLDO LOPES FELIX**		
CNPJ: **26.336.326/0001-88**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV. MANOEL GONÇALVES, CENTRO, Upanema/RN, CEP: 59670-000**		
Representante: **HAROLDO LOPES FELIX** - CPF: **036.024.044-55**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0009780 - MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS LINHA LEVE Especificações: prestação de serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva de partes móveis e fixas em veículos, sendo: recuperação de câmbio, diferencial, caixa e sistema de tração, suspensão dianteira e traseira, freios, embreagem, sistemas pneumáticos de válvulas, direção, embuchamentos diversos, soldas elétricas e/ou oxiacetilênicas, torno mecânico, instalação de acessórios mecânicos e demais serviços necessários ao bom funcionamento mecânico do veículo.	hora	245,00	65,00	15.925,00
4	0009777 - RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS EM ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS Especificações: prestação de serviços de manutenção, montagem e recuperação de partes móveis e fixas em equipamentos mecânico-hidráulicos automotivos incluindo toda mão-de-obra necessária e serviços agregados para recuperação e regulagem de: bombas hidráulicas, válvulas de controle de pressão, válvulas de controle direcional, válvulas de retenção, válvulas controladoras de fluxo, válvulas de cartucho, atuadores hidráulicos, camisa de pistões, cromo e desempeno de haste de pistões, encamisamento de cilindros, dentre outros serviços necessários.	hora	255,00	85,00	21.675,00
7	0009779 - RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES – ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS Especificações: recuperação e retifica de bomba e bicos injetores de motores diesel de 04 (quatro) a 06 (seis) cilindros, aspirados e/ou turbo-alimentados, mecânicos ou eletrônicos, em veículos e equipamentos rodoviários de transporte escolar.	hora	100,00	90,00	9.000,00
8	0009783 - MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS – MÁQUINAS PESADAS EXCETO TRATORES Especificações: prestação de serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva de partes móveis e fixas em Veículos, sendo: Recuperação de câmbio, diferencial, caixa e sistema de tração, suspensão dianteira, traseira e 3º eixo, Freios, embreagem, sistemas pneumáticos de válvulas, direção, embuchamentos diversos, soldas elétricas e/ou oxiacetilênicas, torno mecânico pesado e instalação de acessórios mecânicos (este último somente quando solicitado), e demais serviços necessários ao bom funcionamento mecânico do veículo.	hora	75,00	80,00	6.000,00
9	0009784 - MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS – TRATORES Especificações: prestação de serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva de partes móveis e fixas em Veículos, sendo: Recuperação de câmbio, diferencial, caixa e sistema de tração, suspensão dianteira, traseira e 3º eixo, Freios, embreagem, sistemas pneumáticos de válvulas, direção, embuchamentos diversos, soldas elétricas e/ou oxiacetilênicas, torno mecânico pesado e instalação de acessórios mecânicos (este último somente quando solicitado), e demais serviços necessários ao bom funcionamento mecânico do veículo.	hora	100,00	85,00	8.500,00
10	0009785 - MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS – CAMINHÕES Especificações: prestação de serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva de partes móveis e fixas em Veículos, sendo: Recuperação de câmbio, diferencial, caixa e sistema de tração, suspensão dianteira, traseira e 3º eixo, Freios, embreagem, sistemas pneumáticos de válvulas, direção, embuchamentos diversos, soldas elétricas e/ou oxiacetilênicas, torno mecânico pesado e instalação de acessórios mecânicos (este último somente quando solicitado), e demais serviços necessários ao bom funcionamento mecânico do veículo.	hora	125,00	80,00	10.000,00
11	0009786 - RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS – MÁQUINAS PESADAS EXCETO TRATORES Especificações: prestação de serviços de manutenção, montagem e recuperação de partes móveis e fixas em equipamentos mecânico-hidráulicos automotivos incluindo toda mão-de-obra necessária e serviços agregados para recuperação e regulagem de: bombas hidráulicas, válvulas de controle de pressão, válvulas de controle direcional, válvulas de retenção, válvulas controladoras de fluxo, válvulas de cartucho, atuadores hidráulicos, camisa de pistões, cromo e desempeno de haste de pistões, encamisamento de cilindros, dentre outros serviços necessários.	hora	45,00	90,00	4.050,00
12	0009787 - RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS – TRATORES Especificações: prestação de serviços de manutenção, montagem e recuperação de partes móveis e fixas em equipamentos mecânico-hidráulicos automotivos incluindo toda mão-de-obra necessária e serviços agregados para recuperação e regulagem de: bombas hidráulicas, válvulas de controle de pressão, válvulas de controle direcional, válvulas de retenção, válvulas controladoras de fluxo, válvulas de cartucho, atuadores hidráulicos, camisa de pistões, cromo e desempeno de haste de pistões, encamisamento de cilindros, dentre outros serviços necessários.	hora	60,00	90,00	5.400,00
13	0009788 - RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS – CAMINHÕES Especificações: prestação de serviços de manutenção, montagem e recuperação de partes móveis e fixas em equipamentos mecânico-hidráulicos automotivos incluindo toda mão-de-obra necessária e serviços agregados para recuperação e regulagem de: bombas hidráulicas, válvulas de controle de pressão, válvulas de controle direcional, válvulas de retenção, válvulas controladoras de fluxo, válvulas de cartucho, atuadores hidráulicos, camisa de pistões, cromo e desempeno de haste de pistões, encamisamento de cilindros, dentre outros serviços necessários.	hora	75,00	85,00	6.375,00
17	0009792 - RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES – MÁQUINAS PESADAS EXCETO TRATORES Especificações: recuperação e retifica de bomba e bicos injetores de motores diesel de 04 (quatro) a 06 (seis) cilindros, aspirados e/ou turbo-alimentados, mecânicos ou eletrônicos, em veículos e equipamentos rodoviários pesados.	hora	30,00	80,00	2.400,00
18	0009793 - RECUPERAÇÃO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES – TRATORES Especificações: recuperação e retifica de bomba e bicos injetores de motores diesel de 04 (quatro) a 06 (seis) cilindros, aspirados e/ou turbo-alimentados, mecânicos ou eletrônicos, em veículos e equipamentos rodoviários pesados.	hora	40,00	80,00	3.200,00
VALOR TOTAL					R$ 92.525,00
Noventa e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 012/2019 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os serviços deverão ser prestados conforme as condições previstas nos Anexos VIII e IX do Edital.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço, os objetos relacionados na mesma deverão ser executados conforme orçamento prévio, que deverá conter além do preço, o prazo de entrega dos veículos a serem reparados, que será contado a partir da data da autorização dos serviços. obedecendo rigorisamento o prazo de horas estipuados para realização de cada serviço, não ultrapassando o prazo máximo de até 02 (dias) úteis, podendo ser prorrogáveis salvo justificativas devidamente fundamentas e previamente apresentadas.

4.2.1. A Prefeitura Municipal de Upanema/RN analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial, levando em conta a sua economicidade. Após esse exame, se conveniente, a Prefeitura autorizará à empresa vencedora a executar os serviços, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.
4.2.2. A Prefeitura Municipal de Upanema/RN não concordando com a relação de serviço/peças/materiais apresentados pelo licitante vencedor solicitará uma nova relação, sem que caiba qualquer recurso por parte deste quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a Solicitação de Serviços da qual tenha decorrido.
4.2.3. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
4.4. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição dos objetos/materiais não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.
4.8. Os serviços serão prestados nas pendências do Município de Upanema/RN.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2111	Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
AÇÃO	2114	Funciomanento das Ativ.dos Conselhors Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2115	Funcionamento do Programa do Leite

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.002	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária

PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2116	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO	2122	Funciomanento do Programa Bolsa Família- IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Prog. Cadastro Único/Bolsa Família- IGD-SUAS
AÇÃO	2155	Manutenção do Programa Criança Feliz
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

FONTE DE RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DE RECURSOS	13110000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0021	Prog.de Gestão e Man. Da Sec. Mun. De Infraestrutura e Des. Urbano
AÇÃO	2062	Funcionamento das Atividades da Sec.Mun. de Infraestrutura e Des. Urbano
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0015	Programa de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Adm. E Recursos Humanos
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	0010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0017	Prog. De Gestão e Manu. da Sec.Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
AÇÃO	2067	Func. das Atividades da Sec. Mun. do Des. Rural e Meio Ambiente
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
AÇÃO	2016	Fun. Das Atividades dos Conselhos Municipais da Educação
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2023	Fun. Do Prog.de Transporte Escolar- Ensino Fundamental – PNATE/PETERN
AÇÃO	2134	Funcionamento do Programa Salário Educação- QSE
SUBFUNÇÃO	362	Ensino Médio

PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2027	Funciomanento do Prog. de Trans. Escolar- Ensino Médio- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2036	Func. do Prog. de Transporte Escolar- Ensino Infantil- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	366	Educação de Jovéns e Adultos
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Manutenção da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2038	Incentivo ao Selo UNICEF
PROGRAMA	0110	Manutenção das Atividades de Jovéns e Adultos
AÇÃO	2039	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
SUBFUNÇÃO	368	Educação Básica

PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2049	Funcionamento das Atividades do Ensino Fundamental
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	0112	Esporte Amador
AÇÃO	2059	Funcionamento das Atividades do desporto amador
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
FONTE DOS RECURSOS	11230000	Trans. de Rec. do FNDE ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
FONTE DOS RECURSOS	15200000	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2050	Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência Integral a Populaçao com Serviços de Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Farmacêuticae Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2093	Funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.001	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0012	Prog. De Gestão e Manu. da Procuradoria Geral do Município
AÇÃO	2140	Func. das Atividades da Procuradoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.002	Controladoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração

SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0013	Prog. De Gestão e Manu. da Controladoria Geral do Município
AÇÃO	2086	Func. das Atividades da Controladoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	03.001	Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0014	Prog. De Gestão e Manu. Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
AÇÃO	2141	Func. das Atividades da Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 12 de Março de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Haroldo Lopes Felix
26.336.326/0001-88
HAROLDO LOPES FELIX
036.024.044-55

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:BEF628F4

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2019(TRIMESTRAL)

Aos 12 dias do mês de Março do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 012/2018**, **Registro de Preços nº 019/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 11/03/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços Mecânicos para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes ou locados a Prefeitura Municipal de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 012/2019.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **PAULO HENRIQUE DE MELO SILVA**		
CNPJ: **18.119.141/0001-93**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA TRAVESSA DEZESSEIS DE SETEMBRO, CENTRO – Upanema - RN.**		
Representante: **PAULO HENRIQUE DE MELO SILVA** - CPF: **033.931.294-73**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0009781 - RECUPERAÇÃO DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECÂNICO-HIDRÁULICOS LINHA LEVE Especificações: prestação de serviços de manutenção, montagem e recuperação de partes móveis e fixas em equipamentos mecânico-hidráulicos automotivos incluindo toda mão-de-obra necessária e serviços agregados para recuperação e regulagem de: bombas hidráulicas, válvulas de controle de pressão, válvulas de controle direcional, válvulas de retenção, válvulas controladoras de fluxo, válvulas de cartucho, atuadores hidráulicos, camisa de pistões, cromo e desempeno de haste de pistões, encamisamento de cilindros, dentre outros serviços necessários.	hora	155,00	74,00	11.470,00
5	0009782 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELÉTRICO LINHA LEVE Especificações: prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico em veículos.	hora	155,00	70,00	10.850,00
6	0009778 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELÉTRICO ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS Especificações: prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico em veículos.	hora	195,00	70,00	13.650,00
14	0009789 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELÉTRICO – MÁQUINAS PESADAS EXCETO TRATORES Especificações: prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico em veículos.	hora	30,00	75,00	2.250,00
15	0009790 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELÉTRICO – TRATORES Especificações: prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico em veículos.	hora	45,00	79,00	3.555,00
16	0009791 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA ELÉTRICO – CAMINHÕES Especificações: prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico em veículos.	hora	75,00	74,00	5.550,00
19	0015259 - MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS PARA MOTOS	hora	40,00	70,00	2.800,00
VALOR TOTAL					R$ 50.125,00
Cinquenta mil cento e vinte e cinco reais					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 012/2019 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os serviços deverão ser prestados conforme as condições previstas nos Anexos VIII e IX do Edital.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço, os objetos relacionados na mesma deverão ser executados conforme orçamento prévio, que deverá conter além do preço, o prazo de entrega dos veículos a serem reparados, que será contado a partir da data da autorização dos serviços. obedecendo rigorisamento o prazo de horas estipuados para realização de cada serviço, não ultrapassando o prazo máximo de até 02 (dias) úteis, podendo ser prorrogáveis salvo justificativas devidamente fundamentas e previamente apresentadas.
4.2.1. A Prefeitura Municipal de Upanema/RN analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial, levando em conta a sua economicidade. Após esse exame, se conveniente, a Prefeitura autorizará à empresa vencedora a executar os serviços, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.
4.2.2. A Prefeitura Municipal de Upanema/RN não concordando com a relação de serviço/peças/materiais apresentados pelo licitante vencedor solicitará uma nova relação, sem que caiba qualquer recurso por parte deste quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a Solicitação de Serviços da qual tenha decorrido.
4.2.3. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
4.4. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição dos objetos/materiais não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.
4.8. Os serviços serão prestados nas pendências do Município de Upanema/RN.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2111	Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
AÇÃO	2114	Funciomanento das Ativ.dos Conselhors Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2115	Funcionamento do Programa do Leite

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.002	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária

PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2116	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO	2122	Funciomanento do Programa Bolsa Família- IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Prog. Cadastro Único/Bolsa Família- IGD-SUAS
AÇÃO	2155	Manutenção do Programa Criança Feliz
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

FONTE DE RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DE RECURSOS	13110000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0021	Prog.de Gestão e Man. Da Sec. Mun. De Infraestrutura e Des. Urbano
AÇÃO	2062	Funcionamento das Atividades da Sec.Mun. de Infraestrutura e Des. Urbano
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0015	Programa de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Adm. E Recursos Humanos

AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	0010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0017	Prog. De Gestão e Manu. da Sec.Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
AÇÃO	2067	Func. das Atividades da Sec. Mun. do Des. Rural e Meio Ambiente
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
AÇÃO	2016	Fun. Das Atividades dos Conselhos Municipais da Educação
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2023	Fun. Do Prog.de Transporte Escolar- Ensino Fundamental – PNATE/PETERN
AÇÃO	2134	Funcionamento do Programa Salário Educação- QSE
SUBFUNÇÃO	362	Ensino Médio

PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2027	Funciomanento do Prog. de Trans. Escolar- Ensino Médio- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2036	Func. do Prog. de Transporte Escolar- Ensino Infantil- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	366	Educação de Jovéns e Adultos
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Manutenção da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2038	Incentivo ao Selo UNICEF
PROGRAMA	0110	Manutenção das Atividades de Jovéns e Adultos
AÇÃO	2039	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
SUBFUNÇÃO	368	Educação Básica

PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2049	Funcionamento das Atividades do Ensino Fundamental
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	0112	Esporte Amador
AÇÃO	2059	Funcionamento das Atividades do desporto amador
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
FONTE DOS RECURSOS	11230000	Trans. de Rec. do FNDE ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
FONTE DOS RECURSOS	15200000	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2050	Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência Integral a Populaçao com Serviços de Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Farmacêuticae Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2093	Funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.001	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0012	Prog. De Gestão e Manu. da Procuradoria Geral do Município
AÇÃO	2140	Func. das Atividades da Procuradoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.002	Controladoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0013	Prog. De Gestão e Manu. da Controladoria Geral do Município
AÇÃO	2086	Func. das Atividades da Controladoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	03.001	Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0014	Prog. De Gestão e Manu. Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
AÇÃO	2141	Func. das Atividades da Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 12 de Março de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Paulo Henrique De Melo Silva
CNPJ:18.119.141/0001-93
PAULO HENRIQUE DE MELO SILVA
CPF: 033.931.294-73

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:4173E7C1

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2019(TRIMESTRAL)

Aos 12 dias do mês de Março do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 012/2018**, **Registro de Preços nº 017/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 11/03/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços Mecânicos para a manutenção preventiva e corretiva dos veículos pertencentes ou locados a Prefeitura Municipal de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 012/2019.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **ANTONIO EDILSON FERNANDES FREIRE JUNIOR**
CNPJ: **32.387.570/0001-72**
Endereço: **JOÃO FRANCISCO, BEIRA RIO – Upanema - RN.**
Representante: **ANTONIO EDILSON FERNANDES FREIRE JUNIOR**

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0009776 - MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MÓVEIS E FIXAS EM ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS Especificações: prestação de serviço de manutenção mecânica preventiva e corretiva de partes móveis e fixas em Veículos, sendo: Recuperação de câmbio, diferencial, caixa e sistema de tração, suspensão dianteira, traseira e 3º eixo, Freios, embreagem, sistemas pneumáticos de válvulas, direção, embuchamentos diversos, soldas elétricas e/ou oxiacetilênicas, torno mecânico pesado e instalação de acessórios mecânicos (este último somente quando solicitado), e demais serviços necessários ao bom funcionamento mecânico do veículo.	hora	340,00	65,00	22.100,00
TOTAL					22.100,00
Vinte e dois mil e cem reais					

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 012/2019 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os serviços deverão ser prestados conforme as condições previstas nos Anexos VIII e IX do Edital.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço, os objetos relacionados na mesma deverão ser executados conforme orçamento prévio, que deverá conter além do preço, o prazo de entrega dos veículos a serem reparados, que será contado a partir da data da autorização dos serviços. obedecendo rigorisamento o prazo de horas estipuados para realização de cada serviço, não ultrapassando o prazo máximo de até 02 (dias) úteis, podendo ser prorrogáveis salvo justificativas devidamente fundamentas e previamente apresentadas.
4.2.1. A Prefeitura Municipal de Upanema/RN analisará os respectivos custos e conveniência da execução total ou parcial, levando em conta a sua economicidade. Após esse exame, se conveniente, a Prefeitura autorizará à empresa vencedora a executar os serviços, sem que caiba qualquer recurso por parte desta.
4.2.2. A Prefeitura Municipal de Upanema/RN não concordando com a relação de serviço/peças/materiais apresentados pelo licitante vencedor solicitará uma nova relação, sem que caiba qualquer recurso por parte deste quanto ao ressarcimento do ônus decorrente da mão de obra da desmontagem pertinente a Solicitação de Serviços da qual tenha decorrido.
4.2.3. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. Fica aqui estabelecido que os serviços serão recebidos:
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
4.4. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição dos objetos/materiais não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.
4.8. Os serviços serão prestados nas pendências do Município de Upanema/RN.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2111	Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
AÇÃO	2114	Funciomanento das Ativ.dos Conselhors Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2115	Funcionamento do Programa do Leite

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.002	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária

PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2116	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO	2122	Funciomanento do Programa Bolsa Família- IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Prog. Cadastro Único/Bolsa Família- IGD-SUAS
AÇÃO	2155	Manutenção do Programa Criança Feliz
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física

FONTE DE RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DE RECURSOS	13110000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0021	Prog.de Gestão e Man. Da Sec. Mun. De Infraestrutura e Des. Urbano
AÇÃO	2062	Funcionamento das Atividades da Sec.Mun. de Infraestrutura e Des. Urbano
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração

SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0015	Programa de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Adm. E Recursos Humanos
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	0010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0017	Prog. De Gestão e Manu. da Sec.Mun. de Agricultura e Meio Ambiente
AÇÃO	2067	Func. das Atividades da Sec. Mun. do Des. Rural e Meio Ambiente
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
AÇÃO	2016	Fun. Das Atividades dos Conselhos Municipais da Educação
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2023	Fun. Do Prog.de Transporte Escolar- Ensino Fundamental – PNATE/PETERN
AÇÃO	2134	Funcionamento do Programa Salário Educação- QSE
SUBFUNÇÃO	362	Ensino Médio

PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2027	Funciomanento do Prog. de Trans. Escolar- Ensino Médio- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2036	Func. do Prog. de Transporte Escolar- Ensino Infantil- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	366	Educação de Jovéns e Adultos
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Manutenção da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2038	Incentivo ao Selo UNICEF
PROGRAMA	0110	Manutenção das Atividades de Jovéns e Adultos
AÇÃO	2039	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
SUBFUNÇÃO	368	Educação Básica

PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2049	Funcionamento das Atividades do Ensino Fundamental
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
PROGRAMA	0112	Esporte Amador
AÇÃO	2059	Funcionamento das Atividades do desporto amador
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
FONTE DOS RECURSOS	11230000	Trans. de Rec. do FNDE ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
FONTE DOS RECURSOS	15200000	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2050	Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência Integral a Populaçao com Serviços de Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Farmacêuticae Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2093	Funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.001	Procuradoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0012	Prog. De Gestão e Manu. da Procuradoria Geral do Município
AÇÃO	2140	Func. das Atividades da Procuradoria Geral do Município

NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.002	Controladoria Geral do Município
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0013	Prog. De Gestão e Manu. da Controladoria Geral do Município
AÇÃO	2086	Func. das Atividades da Controladoria Geral do Município
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	03.001	Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	124	Controle Interno
PROGRAMA	0014	Prog. De Gestão e Manu. Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
AÇÃO	2141	Func. das Atividades da Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 12 de Março de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Antonio Edilson Fernandes Freire Junior
CNPJ:32.387.570/0001-72
ANTONIO EDILSON FERNANDES FREIRE JUNIOR
Contratada

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:6880A25B

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 061/2019(TRIMESTRAL)

Aos 10 dias do mês de Junho do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 025/2019**, **Registro de Preços nº 061/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 04/06/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de tecidos, aviamentos e material para confecção de figurinos e adereços para a Prefeitura Municipal de Upanema/RN", conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 025/2019.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **NOSSA LOJA DE AVIAMENTOS**
CNPJ: **07.518.668/0002-55**

Endereço: **RUA IDALINO DE OLIVEIRA, 90 , CENTRO, MOSSORÓ/RN, CEP: 59600-135**
Representante: **NAIR PAULA FERNANDES CRUZ** - CPF: **480.622.604-10**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0008708 - Tricoline Florença estampado 100% algodão	PERIPAN	Mt	180,00	16,00	2.880,00
2	0013124 - Chapéu de palha	SAMIA CARNEIRO	UND	160,00	3,80	608,00
3	0013126 - Bandeirinhas junina de plástico	FERNANDO A BEZERRA	Mt	1250,00	4,80	6.000,00
4	0013128 - Balão de nylon decorativo	FERNANDO A BEZERRA	UND	110,00	69,00	7.590,00
5	0013129 - TNT várias cores	SANTA FÉ	Mt	500,00	1,40	700,00
6	0013133 - Bastão de silicone 12mmx280mm para uso em pistola quente	LULITEX	UND	380,00	1,14	433,20
7	0013136 - Pisca Pisca LED	FREITAS VAREJO	Caixa	260,00	14,30	3.718,00
8	0008710 - Tecido Faitte estampado - 100% poliester	EUROTEXTIL	Mt	420,00	4,00	1.680,00
9	0008712 - Sianinha pc c/ 10 mt	SÃO JOSÉ	Pç	320,00	9,50	3.040,00
10	0008713 - Renda Rosset Branca	ROSSET	Mt	180,00	3,14	565,20
11	0008718 - Perlon 50 g	FREUDEMBURG	Mt	180,00	3,65	657,00
12	0008719 - Pena de costa pct c/ 250 g	CASA COGA	PCT	180,00	6,80	1.224,00
13	0008720 - Paete tecido -	TEXTIL MN	Mt	310,00	9,70	3.007,00
14	0008722 - Oxfor 3 mts - 100% poliester	EUROTEXTIL	Mt	420,00	17,80	7.476,00
15	0008723 - Organza 3 mt 100% poliester	EUROTEXTIL	Mt	160,00	8,30	1.328,00
16	0008728 - Linha 100% poliester preta	POLYCRON	UND	100,00	2,85	285,00
17	0008729 - Linha 100% poliester branca	POLYCRON	UND	100,00	2,60	260,00
18	0008730 - Linha 100% poliester - várias cores	POLYCRON	UND	100,00	2,80	280,00
19	0008732 - Juta Crua Trama Fechada	ESTILOTEX	Mt	280,00	12,50	3.500,00
20	0008733 - Juliana (chitão) 100% algodão	COMPANHIA FABRIL	Mt	380,00	7,70	2.926,00
21	0008734 - Fita Metálica 30 mm - várias cores	LANTECORES	Pç	270,00	8,30	2.241,00
22	0008735 - Fita decorativa 21 mm - várias cores	WOUDMARK	Pç	310,00	4,50	1.395,00
23	0008736 - Fita Cetim prog. 09 pc c/ 50 mt - várias cores	DETALIA	Pç	310,00	32,00	9.920,00
24	0008737 - Fita Cetim prog. 05 pc c/ 50 mt - várias cores	DETALIA	Pç	310,00	19,00	5.890,00
25	0008742 - Feltro 100% poliester - várias cores	SANTA FÉ	Mt	210,00	14,40	3.024,00
26	0008744 - Elastico Jaraguá cru 30 pc c/ 25 mt	ZANOTTI	Pç	25,00	9,00	225,00
27	0008745 - Chaton tam. P c/ 10 und	TURQUEZA	PCT	155,00	2,10	325,50
28	0008747 - Botão em gza c/ 144	BONOR	UND	45,00	6,30	283,50
29	0008748 - Botão c/ 10 und	BONOR	Gza	45,00	2,30	103,50
30	0008759 - Caixas em MDF (Peças decorativas)	NOSSA LOJA	UND	110,00	9,20	1.012,00
31	0008763 - Pérolas	COMERCIAL TRAMA	Mt	160,00	2,60	416,00
32	0008764 - Pedrarias	J K AMERICANA	Mt	200,00	14,00	2.800,00
33	0008766 - Tinta para tecido- Cores diversas (37ml)	ACRILEX	UND	110,00	3,00	330,00
34	0008768 - Perucas	BRA IMPORT	UND	70,00	21,40	1.498,00
35	0015947 - Alfinete multicolor	ROMA AVIAMENTOS	Caixa	170,00	0,95	161,50
36	0008750 - Cetim francês 100% poliester - várias cores	AVIL TEXTIL	Mt	650,00	6,00	3.900,00

37	0015950 - Leques em madeira	TURQUEZA	Und.	180,00	2,60	468,00
38	0015951 - Luvas de tecido	BAZAR IMPORTADORA	Pares	210,00	17,30	3.633,00
40	0006124 - PINCEL ARTISTICO 456-02	CONDOR	UND	420,00	2,19	919,80
42	0006083 - TINTA SPRAY - Especificação : Indicada para vários tipos de superfícies, como madeira, metal, alvenaria, papel, gesso, etc. Cores Diversas	ACRILEX	UND	240,00	22,80	5.472,00
43	0008706 - Ziper 15 cm - nylon	S. PROCHOWNIK	UND	640,00	0,37	236,80
44	0008707 - Tuli 1,20 de larg. - 100% poliester	GETEX IND	Mt	80,00	2,80	224,00
TOTAL						92.636,00
Noventa e dois mil seiscentos e trinta e seis reais						

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 025/2019 e seus anexos;
b) Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os Serviços deverão ser prestados conforme as condições previstas nos Anexos e do Edital.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Compra, os objetos relacionados relacionados na mesma deverão ser entregues/executados no prazo máximo de 02 (dois) úteis, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, que deverão ser entregues no Almoxarifado Geral da Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.2.1. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.4. Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e a consequente aceitação.
4.5. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.
4.8. Fica vedada a estipulação de pedidos mínimos por parte da Contratada, a mesma acatará a entrega dos materiais independente dos valores da ordem de compra.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2111	Funcionamento das Atividades da Sec. Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária

PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
AÇÃO	2114	Funciomanento das Ativ.dos Conselhors Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2115	Funcionamento do Programa do Leite

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.002	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0018	Prog.de Gestão e Manu. Da Secretaria Mun. De Assistência Social
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2116	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PSB
AÇÃO	2122	Funciomanento do Programa Bolsa Família- IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Prog. Cadastro Único/Bolsa Família- IGD-SUAS
AÇÃO	2155	Manutenção do Programa Criança Feliz
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo

FONTE DE RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DE RECURSOS	13110000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Man. da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
AÇÃO	2016	Fun. Das Atividades dos Conselhos Municipais da Educação
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2023	Fun. Do Prog.de Transporte Escolar- Ensino Fundamental – PNATE/PETERN
AÇÃO	2134	Funcionamento do Programa Salário Educação- QSE
SUBFUNÇÃO	362	Ensino Médio
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2027	Funciomanento do Prog. de Trans. Escolar- Ensino Médio- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2036	Func. do Prog. de Transporte Escolar- Ensino Infantil- PNATE/PETERN
SUBFUNÇÃO	366	Educação de Jovéns e Adultos
PROGRAMA	0019	Prog. de Gestão e Manutenção da Sec. Mun. De Educação, Cultura e Desporto
AÇÃO	2038	Incentivo ao Selo UNICEF
PROGRAMA	0110	Manutenção das Atividades de Jovéns e Adultos
AÇÃO	2039	Manutenção das Atividades da Educação de Jovens e Adultos
SUBFUNÇÃO	368	Educação Básica
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2049	Funcionamento das Atividades do Ensino Fundamental
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário

PROGRAMA	0112	Esporte Amador
AÇÃO	2059	Funcionamento das Atividades do desporto amador
NATUREZA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	11110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
FONTE DOS RECURSOS	11230000	Trans. de Rec. do FNDE ao Prog. Nac. de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)
FONTE DOS RECURSOS	15200000	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2050	Funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2100	Assistência Integral a Populaçao com Serviços de Saúde Pública
SUBFUNÇÃO	302	Assistência Farmacêuticae Ambulatorial
PROGRAMA	0102	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.002	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0020	Programa de Gestão e Manu. Da Secretaria Municipal de Saúde
AÇÃO	2093	Funcionamento das atividades do Fundo Municipal de Saúde
NATUREZA DA DESPESA	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários
FONTE DOS RECURSOS	12110000	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
FONTE DOS RECURSOS	10010000	Recursos Ordinários

5.7. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 02 (dois) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 02 (dias), sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 10 de Junho de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Nossa Loja Aviam. Ind. E Com. EIRELI - ME
CNPJ:07.518.668/0001-74
FRANCISCO ANTONIO PEREIRA SANTIAGO
CPF: 850.820.314-49
Reperesentante

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:77D1B2C1

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 075/2018(RIMESTRAL)

Aos 04 dias do mês de Setembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 026/2018**, **Registro de Preços nº 075/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 13/08/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de prestação de serviço de natureza continuada, por intermédio de operadora ou agência de viagens, para cotação, reserva, remarcação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone), para a Prefeitura Municipal de Upanema" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 026/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **BRASIL E MATOS LTDA**	
CNPJ: **01.973.806/0001-29**	Telefone: **3317-5107**
Endereço: **Rua Auri Brasil, 100, Sala 01 –Presidente Costa e Silva – Mossoró - RN.**	
Representante: **Maxwell Alves de Oliveira** - CPF: **074.897.724-43**	

SERVIÇO	**A** QUANTIDADE DE ESTIMATIVA DE PASSAGENS ANUAIS	**B** REMUNERAÇ ÃO DO AGENTE DE VIAGEM – RAV (R$)	**C** (= A X B) RAV TOTAL (R$)	**D** VALOR ANUAL ESTIMADO DAS PASSAGENS (R$)	**E** (= C + D) VALOR ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (R$)
PASSAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS (COM CANCELAMENTO E REMARCAÇÕES)	30 (TRINTA)	R$ 70,00	R$ 2.100,00	R$ 82.000,00	R$ 84.100,00
VALOR TOTAL	(Oitenta e quatro mil e cem reais)				R$ 84.100,00

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro. 1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos: a) Edital de Pregão Presencial nº 026/2018 e seus anexos; b) Proposta(s) da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os serviços serão iniciados em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, conforme as condições previstas nos Anexos VIII e IX do Edital. 13.2. Os bilhetes de passagens devem ser entregues em até 2 (duas) horas para trechos nacionais e em até 4 (quatro) horas para trechos internacionais, contado a partir da autorização de emissão da passagem, salvo se solicitados fora do horário de expediente da CONTRATADA.
· Os bilhetes de passagens solicitados fora do horário de expediente da CONTRATADA, deverão ser entregues em até 6 (seis) horas para todos os trechos, nacionais ou internacionais.
· No caso do não cumprimento do prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pela CONTRATANTE.
4.3. Será emitida Nota Fiscal correspondente aos serviços realizados, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento. 4.4. Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos: a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços prestados; b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e a consequente aceitação. 4.5. Os objetos que que não atenderem as necessidades ou prejudicarem a Prefeitura, deverão ser refeitos de forma imediata, a partir da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.

5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	16.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	03.001	Secretaria Municipal de Governo e Patrimônio
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Fundo de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2007	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
PROGRAMA	0114	Fortalecimento Do Sistema Único De Assistência Social (Suas)
AÇÃO	2113	Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	140	Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2093	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

5.6.1. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.

5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

São obrigações da contratada:
7.1. Manter devidamente certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 18 do Decreto n. 7.381/2010, ou documento legalmente similiar que o substitua;
7.2. Manter devidamente declaração das companhias brasileiras de transporte aéreo regular GOL/VARIG, LATAM, AVIANCA, PASSAREDO e AZUL, comprovando que a licitante é possuidora de crédito perante as referidas empresas, e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas dessas companhias durante a vigência do contrato e se encontra em situação regular frente às respectivas companhias, ou documento legalmente similar que o substitua;
7.3. Apresentar proposta com o valor ofertado no lance vencedor;
7.4. Providenciar, de forma imediata o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
7.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
7.6. Efetuar a confecção e a entrega do objeto na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e de sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.
7.7. Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição.
7.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
7.9. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Contratante.
7.8. Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
7.9. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.
7.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto deste Contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.
7.11. Cumprir e fazer cumprir seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto deste termo de referência, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenentes.
7.12. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços em si.
7.13. Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificados em dependência da CONTRATANTE.
7.14. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.
7.15. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas através da presente contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 04 de Setembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Brasil E Matos LTDA
01.973.806/0001-29
MAXWELL ALVES DE OLIVEIRA
074.897.724-43

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:F6553C4F

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 076/2018(TRIMESTRAL)

Aos 06 dias do mês de Setembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 035/2018**, **Registro de Preços nº 076/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/09/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de Empresa especializada na prestação de Serviços de Lavagem de Veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Upanema/RN (Próprios e/ou locados)" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 035/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **ITALO MARRONY CARLOS DA COSTA 01671824474**	
CNPJ: **23.615.739/0001-03**	Telefone: **(84) 9868-5810**
Endereço: **R JOAO FRANCISCO , 38 , Centro, Upanema/RN, CEP: 59670-000**	
Representante: **ITALO MARRONY CARLOS DA COSTA -** CPF: **016.718.244-74**	

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
8	0014396 - LAVAGEM DE VEICULO ONIBUS ODONTOLÓGICO MERCEDES BENZ 1318 Placa JMM 0589 Ano de fabricação: 1997	UND	24,00	139,20	3.340,80
19	0014379 - lavagem de veículos da marca: TRATOR VALTRA – REF A-750	UND	30,00	117,50	3.525,00
22	0014382 - lavagem de veículos da marca: CAMINHÃO PIPA INTERNATIONAL – 4400 LDH 6X4 - PLACA OWD 6292 - Ano de fabricação: 2013/2014	UND	30,00	129,00	3.870,00
23	0014383 - lavagem de veículos da marca: TRATOR VALTRA – REF A-850	UND	30,00	117,50	3.525,00
32	0014388 - lavagem de veículos da marca: TRATOR DE ESTEIRA- Ref TKS	UND	12,00	120,00	1.440,00
33	0014389 - LAVAGEM DE VEICULO MOTONIVELADORA NEW HOLLAND	UND	20,00	125,00	2.500,00
37	0014410 - lavagem de veiculo da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN –PLACA: NNZ 3068 Ano de fabricação: 2010/2011	UND	40,00	129,50	5.180,00
40	0014408 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS SCANIA/K 112CL PLACA: KHM 0902 Ano de fabricação: 1990	UND	40,00	144,50	5.780,00
41	0014413 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN – PLACA: OJZ 0937 Ano de fabricação: 2012/2013	UND	40,00	129,50	5.180,00
43	0014415 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN PLACA: OJZ 0957 Ano de fabricação: 2012/2013	UND	40,00	129,00	5.160,00
46	0014419 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN – PLACA QGG 5922 Ano de fabricação: 2014/2014	UND	40,00	129,50	5.180,00
VALOR TOTAL Quarenta e quatro mil seiscentos e oitenta reais e oitenta centavos					R$ 44.680,80

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 035/2018 e seus anexos;
b) Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de acordo com a demanda apresentada pelas Secretarias e Fundos Municipais.
4.2. Os serviços devem ser entregues no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
4.3. O objeto desta licitação será executado sob inteira responsabilidade da ADJUDICATÁRIA que utilizará seus próprios materiais e equipamentos de acordo com as normas técnicas vigentes e disposições deste Edital.
4.4. Durante a execução do objeto e vigência da Ata, a ADJUDICATÁRIA deverá manter o número necessário e suficiente de empregados incumbidos da execução dos serviços, devidamente contratados na forma da Lei, em seu quadro de empregados ou por meio de contrato de prestação de serviços específico.
O recebimento ocorrerá em duas etapas:
4.5. Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
4.6. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.
4.7. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.8. Se a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.
4.9. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
4.9.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.
4.10. Deve ser garantida prioridade da prestação de serviços aos veículos da Prefeitura.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição do objeto correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente, abaixo indicada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2113	Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV
AÇÃO	2120	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PAIF/CRAS/PBVIII
AÇÃO	2122	Funcionamento do Programa Bolsa Família-IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Programa Cadastro Único/Bolsa Família- IGD SUAS
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FONTE DE RECURSOS	140	Recursos do Fundo Nacional da Assistência Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Funcionamento das Atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2030	Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FONTE DE RECURSOS	110	Recursos do Fundo Nacional de Desenv. da Educação - FNDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2093	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde

AÇÃO	2096	Manutenção da Estratégia Saúde da Família-ESF
AÇÃO	2097	Funcionamento do Programa de Saúde Bucal-PSB
AÇÃO	2098	Funcionamento do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS
AÇÃO	2099	Funcionamento do Programa de Vigilância Sanitária- VISA
AÇÃO	2106	Funcionamento do Programa de Vigilância Epidemiológica e Combate a Endemia-ECD
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	120	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6.2. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.

5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
15.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. São obrigações da contratada:
Providenciar, de forma imediata o sanamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços fornecidos;
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los imediatamente a partir da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;
A empresa deverá designar motoristas devidamente habilitados para a condução dos veículos;
Os veículos ficam sob inteira responsabilidade da Contratada, devendo esta responder por quaisquer danos causados, ou furtos de veículos, ou de parte destes, que possam ocorrer;
Responder, em relação aos seus funcionários, no que concerne ao cumprimento da Legislação Trabalhista, previdência social, seguro de acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na Legislação Federal, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, equipamentos de segurança e de proteção individual, uniformes e calçados, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
Os serviços deverão ser executados dentro das normas ambientais inerentes a matéria, com todo zelo e cuidado uma vez que serão executados em áreas com presença de pessoas;
Durante a execução dos serviços contratados, assume a ADJUDICATÁRIA integral responsabilidade pelos danos que causar à ADJUDICANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o ADJUDICANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, devendo comunicar ao ADJUDICANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da ata;
Atender a todas as Ordens de Serviços (O.S) emitidas, durante a vigência da ata;
Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta;
Comunicar à Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 06 de Setembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Italo Marrony Carlos Da Costa 01671824474
CNPJ:23.615.739/0001-03
ITALO MARRONY CARLOS DA COSTA
CPF: 075.808.694-62

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:20BF982B

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2018(TRIMESTRAL)

Aos 06 dias do mês de Setembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 035/2018**, **Registro de Preços nº 077/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/09/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de Empresa especializada na prestação de Serviços de Lavagem de Veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Upanema/RN (Próprios e/ou locados)" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 035/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **JOEL RAIMUNDO REBOUCAS MEDEIROS NETO - MEI**		
CNPJ: **20.602.620/0001-08**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV 16 DE SETEMBRO , CENTRO, Upanema/RN, CEP: 59670-000**		
Representante: **JOEL GARCIA REBOUCAS MEDEIROS NETO** - CPF: **094.706.574-11**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0014401 - lavagem de veículos da marca: DOBLO Placa OIG 2889.	UND	48,00	27,50	1.320,00
2	0014402 - lavagem de veículos da marca: GOL Placa NOA 8904	UND	48,00	26,50	1.272,00
3	0014403 - lavagem de veículos da marca: FIAT ESTRADA FIRE TEC FOR EM, Placa NNT 2868 Ano de Fabricação 2010/2011.	UND	48,00	29,50	1.416,00
4	0014404 - lavagem de veículos da marca: AMBULANCIA FIAT FIORINO - Placa QGI - 3868 - ANO - 2016.	UND	60,00	29,20	1.752,00
5	0014405 - lavagem de a veículos da marca: CORSA CLASSIC- Placa QGF - 3245 - ANO - 2016	UND	48,00	24,50	1.176,00
6	0014406 - lavagem de veículos da marca: DUKATO - Placa OWG - 4659. ANO - 2015-2016	UND	48,00	89,50	4.296,00
7	0014397 - lavagem de veículos da marca: VW SAVEIRO – Placa NNV 3024 Ano de fabricação: 2012	UND	60,00	29,50	1.770,00
9	0014398 - lavagem de veiculo da marca VW SAVEIRO – Placa MZI 6694 Ano de fabricação: 2010/2011	UND	60,00	29,00	1.740,00
10	0014399 - lavagem de veículos da marca: GM CELTA LIFE - Placa NNP 3387 Ano de fabricação: 2009/2010	UND	60,00	24,50	1.470,00
11	0015502 - lavagem de veículos da marca: SAVEIRO placa QGS 1640.	UND	48,00	29,50	1.416,00
12	0015503 - lavagem de veículos da marca: SAVEIRO placa QGX 9733.	UND	48,00	29,50	1.416,00
13	0015501 - lavagem de veículos da marca: FIAT MOBI placa QGI 4155	UND	48,00	24,50	1.176,00
14	0014393 - lavagem de veículos da marca: MOTOCICLETA HONDA BROZ - Placa NNT 1796.	UND	55,00	13,50	742,50

15	0014394 - MOTOCICLETA HONDA BROZ - Placa NNT 1806	UND	55,00	13,50	742,50
16	0015504 - Lavagem de veículo tipo Hilux - Placa QGO 8432 - ANO 2018	Unid	55,00	32,50	1.787,50
17	0015505 - Lavagem de motocicleta tipo Honda - Placa MXN 9549	Unid	55,00	13,50	742,50
24	0012122 - Serviço de limpeza e lavagem em Trailler Carroceria tipo furgão	SERV	50,00	29,00	1.450,00
25	0014376 - lavagem para veículos da marca: FIAT UNO – Placa MYR 6950 - Ano de fabricação: 2001/2002	UND	35,00	24,50	857,50
26	0014391 - lavagem para veículos da marca: FIAT UNO – Placa MXT 8866 - Ano de fabricação: 2007	UND	48,00	24,50	1.176,00
27	0015493 - lavagem para veículos da marca: FIAT PALIO WEEKEND – Placa OJZ 1654 - Ano de 2013	Und.	48,00	24,20	1.161,60
28	0014384 - LAVAGEM DE VEICULO CAMINHÃO BASCULANTE FORD/CARGO 1319 – Placa NOG 6794 -	UND	20,00	117,00	2.340,00
30	0014386 - LAVAGEM DE VEICULO CAMINHÃO BASCULANTE FORD/CARGO 1319 – Placa NOE 2964	UND	20,00	112,00	2.240,00
31	0014387 - LAVAGEM DE VEICULOS CAMINHÃO COLETOR FORD/F-1200 – Placa CDF 9633 - Ano de fabricação: 1995	UND	24,00	119,00	2.856,00
34	0014390 - lavagem de veículos da marca: PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI – (Todos os Anos/Modelos).	UND	20,00	138,00	2.760,00
35	0014420 - lavagem de veículos da marca: D-20 – GM CUSTOM S - Placa MXO 3699 - Ano de fabricação: 1992	UND	24,00	29,50	708,00
45	0014418 - lavagem de veículos da marca: MICRO-ONIBUS VOLARE V8L 4x4EO PLACA - QGH - 1458 - Ano de fabricação: 2014/2015	UND	40,00	98,00	3.920,00
47	0015513 - lavagem de ve?culos da marca: MICRO-ONIBUS VOLARE V8L 4x4EO Placa OJZ 0949 Ano de fabrica??o: 2012/2013	Und.	40,00	98,00	3.920,00
	R$47.624,10				

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 035/2018 e seus anexos;
b) Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de acordo com a demanda apresentada pelas Secretarias e Fundos Municipais.
4.2. Os serviços devem ser entregues no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
4.3. O objeto desta licitação será executado sob inteira responsabilidade da ADJUDICATÁRIA que utilizará seus próprios materiais e equipamentos de acordo com as normas técnicas vigentes e disposições deste Edital.
4.4. Durante a execução do objeto e vigência da Ata, a ADJUDICATÁRIA deverá manter o número necessário e suficiente de empregados incumbidos da execução dos serviços, devidamente contratados na forma da Lei, em seu quadro de empregados ou por meio de contrato de prestação de serviços específico.
O recebimento ocorrerá em duas etapas:
4.5. Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
4.6. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.
4.7. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.8. Se a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.
4.9. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
4.9.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.
4.10. Deve ser garantida prioridade da prestação de serviços aos veículos da Prefeitura.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição do objeto correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente, abaixo indicada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2113	Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV
AÇÃO	2120	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PAIF/CRAS/PBVIII
AÇÃO	2122	Funcionamento do Programa Bolsa Família-IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Programa Cadastro Único/Bolsa Família- IGD SUAS
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FONTE DE RECURSOS	140	Recursos do Fundo Nacional da Assistência Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Funcionamento das Atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2030	Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FONTE DE RECURSOS	110	Recursos do Fundo Nacional de Desenv. da Educação - FNDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2093	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde

AÇÃO	2096	Manutenção da Estratégia Saúde da Família-ESF
AÇÃO	2097	Funcionamento do Programa de Saúde Bucal-PSB
AÇÃO	2098	Funcionamento do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS
AÇÃO	2099	Funcionamento do Programa de Vigilância Sanitária- VISA
AÇÃO	2106	Funcionamento do Programa de Vigilância Epidemiológica e Combate a Endemia-ECD
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	120	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral

PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6.2. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
15.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. São obrigações da contratada:
Providenciar, de forma imediata o sanamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços fornecidos;
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los imediatamente a partir da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;
A empresa deverá designar motoristas devidamente habilitados para a condução dos veículos;
Os veículos ficam sob inteira responsabilidade da Contratada, devendo esta responder por quaisquer danos causados, ou furtos de veículos, ou de parte destes, que possam ocorrer;
Responder, em relação aos seus funcionários, no que concerne ao cumprimento da Legislação Trabalhista, previdência social, seguro de acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na Legislação Federal, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, equipamentos de segurança e de proteção individual, uniformes e calçados, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
Os serviços deverão ser executados dentro das normas ambientais inerentes a matéria, com todo zelo e cuidado uma vez que serão executados em áreas com presença de pessoas;
Durante a execução dos serviços contratados, assume a ADJUDICATÁRIA integral responsabilidade pelos danos que causar à ADJUDICANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o ADJUDICANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, devendo comunicar ao ADJUDICANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da ata;
Atender a todas as Ordens de Serviços (O.S) emitidas, durante a vigência da ata;
Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta;
Comunicar à Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 06 de Setembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Joel Raimundo Reboucas Medeiros Neto - MEI
CNPJ:20.602.620/0001-08
JOEL GARCIA REBOUCAS MEDEIROS NETO
CPF: 094.706.574-11

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:4EA016BC

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 078/2018(TRIMESTRAL)

Aos 06 dias do mês de Setembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 035/2018**, **Registro de Preços nº 078/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 05/09/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de Empresa especializada na prestação de Serviços de Lavagem de Veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Upanema/RN (Próprios e/ou locados)" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 035/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **ROMARIO MARTINS MENDONCA SILVA - MEI**		
CNPJ: **20.493.747/0001-36**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA CONEGO MILITAO, 0 , SANTA PAZ, Upanema/RN, CEP: 59670-000**		
Representante: **ROMARIO MARTINS MENDONCA SILVA** - CPF: **075.808.694-62**		

Item	Descrição	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
18	0014380 - lavagem de veículos da marca: TRATOR NEW HOLLAND –	UND	30,00	117,50	3.525,00
20	0014378 - lavagem de veículos da marca: RETROESCAVADEIRA – RANDON	UND	30,00	137,20	4.116,00
21	0014381 - lavagem de veículos da marca: TRATOR MASSEY FERGUSON –	UND	12,00	118,00	1.416,00
29	0014385 - LAVAGEM DE VEICULO CAMINHÃO BASCULANTE FORD/CARGO 2629 6X4 – Placa OVZ 3846 - Ano de fabricação: 2013	UND	20,00	128,00	2.560,00
36	0014409 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN –INDUSCAR FOZ VWOD PLACA: NNL 1515 Ano de fabricação: 2008/2009	UND	40,00	125,00	5.000,00
38	0014411 - lavagem de veiculo da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN –INDUSCAR FOZ U PLACA: MZG 6841 Ano de fabricação: 2009/2010	UND	40,00	130,00	5.200,00
39	0014412 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN –PLACA: NOH 8048 Ano de fabricação: 2011/2012	UND	40,00	130,00	5.200,00
42	0014414 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN – PLACA: OJZ 0947 Ano de fabricação: 2012/2013	UND	40,00	130,00	5.200,00
44	0014416 - lavagem de veículos da marca: ONIBUS VOLKSWAGEN – PLACA: OJZ 0958 Ano de fabricação: 2012/2013	UND	40,00	130,00	5.200,00
48	0015514 - lavagem de ve?culos da marca: ONIBUS MERCEDES BENZ/OF 1519 R.ORE: PLACA QGJ 4484- Ano de fabrica??o: 2017	Und.	40,00	125,00	5.000,00
	R$42.417,00				

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 035/2018 e seus anexos;
b) Proposta da Licitante.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de acordo com a demanda apresentada pelas Secretarias e Fundos Municipais.
4.2. Os serviços devem ser entregues no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.
4.3. O objeto desta licitação será executado sob inteira responsabilidade da ADJUDICATÁRIA que utilizará seus próprios materiais e equipamentos de acordo com as normas técnicas vigentes e disposições deste Edital.
4.4. Durante a execução do objeto e vigência da Ata, a ADJUDICATÁRIA deverá manter o número necessário e suficiente de empregados incumbidos da execução dos serviços, devidamente contratados na forma da Lei, em seu quadro de empregados ou por meio de contrato de prestação de serviços específico.
O recebimento ocorrerá em duas etapas:
4.5. Os produtos, objeto deste contrato, deverão ser recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.
4.6. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.
4.7. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 10 (dez) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.8. Se a substituição dos produtos não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital, neste Contrato e na Lei.
4.9. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
4.9.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.
4.10. Deve ser garantida prioridade da prestação de serviços aos veículos da Prefeitura.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição do objeto correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente, abaixo indicada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.001	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência
FUNÇÃO	08	Assistência Social
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2107	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
PROGRAMA	0114	Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2109	Funcionamento das Atividades do Conselho Tutelar
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2113	Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo-SCFV
AÇÃO	2120	Funcionamento dos Serviços de Proteção Social Básica às Famílias- PAIF/CRAS/PBVIII
AÇÃO	2122	Funcionamento do Programa Bolsa Família-IGDBF
AÇÃO	2127	Funcionamento do Programa Cadastro Único/Bolsa Família- IGD SUAS
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FONTE DE RECURSOS	140	Recursos do Fundo Nacional da Assistência Social

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	08.001	Funcionamento das Atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2015	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FUNÇÃO	12	Educação
SUBFUNÇÃO	365	Educação Infantil
PROGRAMA	0110	Educação Básica
AÇÃO	2030	Funcionamento das Atividades do Ensino Infantil
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FONTE DE RECURSOS	110	Recursos do Fundo Nacional de Desenv. da Educação - FNDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2093	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde

AÇÃO	2096	Manutenção da Estratégia Saúde da Família-ESF
AÇÃO	2097	Funcionamento do Programa de Saúde Bucal-PSB
AÇÃO	2098	Funcionamento do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS
AÇÃO	2099	Funcionamento do Programa de Vigilância Sanitária- VISA
AÇÃO	2106	Funcionamento do Programa de Vigilância Epidemiológica e Combate a Endemia-ECD
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	120	Recursos do Fundo Nacional de Saúde
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio

FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6.2. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
15.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. São obrigações da contratada:
Providenciar, de forma imediata o sanamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços fornecidos;
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);
Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos no contrato, a CONTRATADA deverá substituí-los imediatamente a partir da notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;
A empresa deverá designar motoristas devidamente habilitados para a condução dos veículos;
Os veículos ficam sob inteira responsabilidade da Contratada, devendo esta responder por quaisquer danos causados, ou furtos de veículos, ou de parte destes, que possam ocorrer;
Responder, em relação aos seus funcionários, no que concerne ao cumprimento da Legislação Trabalhista, previdência social, seguro de acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na Legislação Federal, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, equipamentos de segurança e de proteção individual, uniformes e calçados, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
Os serviços deverão ser executados dentro das normas ambientais inerentes a matéria, com todo zelo e cuidado uma vez que serão executados em áreas com presença de pessoas;

Durante a execução dos serviços contratados, assume a ADJUDICATÁRIA integral responsabilidade pelos danos que causar à ADJUDICANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços, isentando o ADJUDICANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital, devendo comunicar ao ADJUDICANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da ata;
Atender a todas as Ordens de Serviços (O.S) emitidas, durante a vigência da ata;
Executar os serviços de acordo com as especificações exigidas no Instrumento Convocatório e na Proposta;
Comunicar à Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 06 de Setembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Romario Martins Mendonca Silva - MEI
CNPJ:20.493.747/0001-36
ROMARIO MARTINS MENDONCA SILVA
CPF: 075.808.694-62

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:719B8168

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2019(TRIMESTRAL0

Aos 08 dias do mês de Março do ano de 2019, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 047/2018**, **Registro de Preços nº 014/2019,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 07 de de Março de 2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza/conservação/higienização (ASD), recepção (Atendente e recepcionista), e demais atividades (Motorista, pedreiro, eletricista, operador de máquina, tratorista e vigia) em regime de empreitada por preço global, nas dependências da Prefeitura Municipal de Upanema/RN, bem como nos seus bens imóveis, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência".
1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **CONSTRUTORA ASSU E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP**		
CNPJ: **07.126.573/0001-05**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA DOUTOR AFONSO LIGORIO SOARES MACEDO, 55 -VERTENTES – ASSU - RN.**		
Representante: **JOSÉ MACIO BARBOSA** - CPF: **358.278.664-15**		

Item – Categoria de Profissionais	Unidade	Quantidade	Vlr. Mensal	Vlr. Anual
0015882 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA/CONSERVAÇÃO/HIGIENIZAÇÃO (ASD), RECEPÇÃO (ATENDENTE E RECEPCIONISTA), E DEMAIS ATIVIDADES (MOTORISTA, PEDREIRO, ELETRICISTA, OPERADOR DE MÁQUINA, TRATORISTA E VIGIA) EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN, BEM COMO NOS SEUS BENS IMÓVEIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	MÊS	12	271.150,000	3.253.800,00
VALOR TOTAL				3.253.800,00
Três milhões duzentos e cinquenta e três mil e oitocentos reais				

ITEM	FUNÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1	MOTORISTA VEÍCULO LEVE - ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	15	4.026,82
2	MOTORISTA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	15	4.860,23
3	ASD- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	12	2.401,90
4	ASD- ATÉ 22 HORAS SEMANAIS	03	1.357,09
5	RECEPCIONISTA- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	05	2.484,11
6	PEDREIRO- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	02	3.410,10
7	ELETRICISTA - ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	01	4.825,71
8	OPERADOR DE MÁQUINA PERFURATRIZ- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	01	3.064,39
9	OPERADOR DE MÁQUINAS- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	04	4.491,44
10	TRATORISTA- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	01	3.303,65
11	VIGIA- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	10	2.285,62
12	MONITORES DE CRECHE- ATÉ 44 HORAS SEMANAIS	10	2.317,53
13	MONITORES DE CRECHE- ATÉ 22 HORAS SEMANAIS	08	1.314,91

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 047/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os serviços deverão ser prestados conforme as condições previstas no Edital e seus anexos.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviços, os mesmos deverão ocorrer inicialmente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**,** podendo ser prorrogáveis salvo justificativas devidamente fundamentas e previamente apresentadas.
4.2.1. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. Fica aqui estabelecido que os objetos serão recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
4.4. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à Contratada, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição dos serviços não forem realizadas no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os serviços prestados não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, perante o FGTS e CNDT.
5.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.4. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.5. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes nas dotações previstas na Lei Orçamentária vigente (Exercício de 2018):

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Sec. Mun. de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.37 Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	09.001	Fundo Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2093	Funcionamento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
AÇÃO	2103	Manutenção da Unidade Mista de Saúde
AÇÃO	2096	Manutenção da Estratégia Saúde da Família-ESF

AÇÃO	2097	Funcionamento do Programa de Saúde Bucal-PSB
AÇÃO	2098	Funcionamento do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde-PACS
AÇÃO	2099	Funcionamento do Programa de Vigilância Sanitária- VISA
AÇÃO	2106	Funcionamento do Programa de Vigilância Epidemiológica e Combate a Endemia-ECD
ELEMENTO DA DESPES	3.3.90.37	Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
FONTE DOS RECURSOS	0106400000	Atenção Básica

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração

CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.37	Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Sec. Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.37	Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.37	Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral

PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Sec. Mun. De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.37	Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Sec. Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Func. das Atividades da Sec. Mun. do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.37	Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral

PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.37	Locação de Mão de Obras- Pessoa Jurídica
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
15.14. Os valores da remuneração, horas extras, décimos terceiros salários, adicionais, e outros devem ser faturados em itens diferentes, discriminados em Nota Fiscal, de forma que permita a contratante a observância de cada item e quantidades que estão sendo pagas.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.
6.6. A Contratada Responsabilizar-se por efetuar os registros e respectivos recolhimentos dos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, de qualquer natureza, exigíveis pela legislação em vigor, relativos à mão-de-obra utilizada na execução do objeto do contrato, bem como aqueles decorrentes da responsabilidade civil em geral, obedecendo rigorosamente aos prazos fixados em lei;
6.7. A Contratada Arcará com a incidência de pena de natureza pecuniária (multas, juros e correção monetária), eventualmente imposta por inobservância de qualquer obrigação contratual;
6.8. A Contratada deverá observar a legislação vigente sobre a Segurança e a Medicina do Trabalho, obedecendo às instruções específicas que venham a ser determinadas pelo **CONTRATANTE**;
6.9. A Contratante deverá garantir à CONTRATADA nos limites do que o objeto do contrato demandar para sua execução dos funcionários terceirizados à sede do CONTRATANTE, fornecendo as informações, os documentos e as condições necessárias, possibilitando a perfeita e correta execução do objeto deste contrato;
6.10. A Contratante deverá não utilizar os funcionários da CONTRATADA em outras atividades, que não as especificadas nas cláusulas deste instrumento contratual;
6.11. A Contratante deverá manter sob controle a identificação dos funcionários da CONTRATADA, para efeito de acesso nas dependências do prédio-sede do CONTRATANTE;
6.12. A Contratante deverá acompanhar e fiscalizar a prestação do objeto deste contrato, bem como a condição profissional dos funcionários da CONTRATADA quanto ao cumprimento das normas disciplinares e de segurança, no âmbito do prédio-sede do CONTRATANTE sem prejuízo da responsabilidade própria da contratada;
6.13. A Contratante deverá informar a CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 horas, sobre a necessidade de eventual realização de serviços extraordinários;
6.14. A Contratante deverá assegurar que os preços contratados estejam compatíveis com os praticados no mercado e por consumidores com perfil semelhantes, de forma a garantir que eles continuem os mais vantajosos para a Administração;
6.15. A Contratante deverá efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas, nos moldes determinados pela respectiva convenção coletiva de trabalho correlata à categoria;
6.16. A Contratante deverá solicitar a substituição de funcionários da CONTRATADA, quando a seu critério forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho;

6.17. A Contratante deverá proporcionar as melhores condições possíveis à execução do contrato;
6.18. A Administração reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, direta ou através do Fiscal do Contrato, podendo para isso:
6.19. Solicitar a imediata substituição de funcionário que estiver sem uniforme ou crachá, embaraçando ou dificultando a fiscalização ou, cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
6.20. Examinar as Carteiras Profissionais de Trabalho dos funcionários da CONTRATADA, para comprovar o registro de função profissional compatível o solicitado;
6.21. Notificar a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
6.22. Indicar o local para a guarda de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios correlatos às atividades das categorias dos profissionais objeto deste contrato;
6.23. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela CONTRATANTE;
6.24. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
6.25. Acompanhar a entrega dos uniformes e fiscalizar o seu uso, a todo momento, rejeitando os que não apresentarem boa qualidade e perfeito caimento nos profissionais, ou ainda os que estiverem em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência;
6.26. Impedir que terceiros executem o objeto deste contrato;
6.27. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que embarace a fiscalização ou que adote conduta inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas e cuja permanência seja considerada prejudicial ou insatisfatória à disciplina e aos interesses da CONTRATANTE;
6.28. Exigir, sempre que julgar necessário, os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, do recolhimento de encargos sociais, benefícios, ou qualquer outro documento referente à execução contratual;
6.29. Verificar e cobrar a regularidade fiscal da CONTRATADA; e
6.30. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos serviços exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos mesmos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 08 de Março de 2019.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Construtora Assu E Empreendimentos LTDA - EPP
CNPJ:07.126.573/0001-05
JOSÉ MACIO BARBOSA
CPF: 358.278.664-15

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:751411BA

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 107/2018(TRIMESTRAL)

Aos 10 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 043/2018**, **Registro de Preços nº 107/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material Odontológico destinado aos consultórios odontológicos e as ações relacionadas à saúde bucal sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde do Município de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 043/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELLI**		
CNPJ: **26.690.173/0001-72**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV. INTERVENTOR MARIO CAMARA, 2661, NOSSA SENHORA DE NAZARÉ - NATAL/RN- CEP: 59.062-600.**		
Representante: **TONIO FERNANDES SILVEIRA MARIZ- CPF: 007.422.234-18**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0008138 - ALGINATO AVA GEL REFIL 410GR	DENCRIL	Env.	500,00	12,70	6.350,00
7	0008144 - ANESTESICO TOPICO 50MG/G	DFL	TB	100,00	7,00	700,00
10	0008147 - ARCO DOBRAVEL ADULTO	MAQUIRA	UNID.	30,00	7,99	239,70
18	0008156 - BROCA CARBIDE CIRURGICA N. 106	MICRODONT	UNID.	30,00	9,60	288,00
20	0008158 - BROCA CIRURGICA ZEKRYA (DENTIS PLAY)	MICRODONT	UND	30,00	1,55	46,50
21	0008159 - BROCA DIAMANTADA 1011	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
22	0008160 - BROCA DIAMANTADA N° 1013	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
23	0008161 - BROCA DIAMANTADA N° 1014	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
24	0008162 - BROCA DIAMANTADA N° 1014HL	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
25	0008163 - BROCA DIAMANTADA N° 1016	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
26	0008164 - BROCA DIAMANTADA N° 1034	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
27	0008165 - BROCA DIAMANTADA N° 1036	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
28	0008166 - BROCA DIAMANTADA N° 1045	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
29	0008167 - BROCA DIAMANTADA N° 1064	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
30	0008168 - BROCA DIAMANTADA N° 1092	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
31	0008169 - BROCA DIAMANTADA N° 1095	FAVA	UND	50,00	1,55	77,50
32	0008170 - BROCA DIAMANTADA N° 1111	FAVA	UND	50,00	1,55	77,50
34	0008172 - BROCA DIAMANTADA N° 2143	FAVA	UND	50,00	1,55	77,50
35	0008173 - BROCA DIAMANTADA N° 3082	FAVA	UNID.	50,00	1,55	77,50
36	0008174 - BROCA DIAMANTADA N° 3096	FAVA	UND	40,00	1,55	62,00
37	0008175 - BROCA DIAMANTADA N° 3118F	FAVA	UNID.	40,00	1,55	62,00
38	0008176 - BROCA DIAMANTADA N° 3118FF	FAVA	UND	40,00	1,55	62,00
48	0008187 - CAIXA CIRURGICA	FLEXINOX	UND	20,00	23,45	469,00
54	0008194 - CAMARA ESCURA GOLD LINE	VH	UNID.	20,00	151,00	3.020,00
55	0008195 - CANETA DE ALTA ROTAÇÃO EXTRA TORQUE 605	CALU	UNID.	20,00	415,00	8.300,00
60	0008201 - CLOREXIDINA 0,12% (PERIOGARD)	IODONTOSUL	LT	50,00	16,30	815,00
61	0008202 - CLOREXIDINA 2% FGM FR 100ML	MAQUIRA	Fr	30,00	11,00	330,00
64	0008205 - CONDICIONADOR ACIDO 37% 3 X 2,5 UND	BIODINAMICA	UNID.	30,00	3,59	107,70
65	0008206 - CONE INDICADOR (POSICIONADOR DE FILME RAD. AUTOCLAVAVEL) KIT ADULTO	MAQUIRA	Kit	20,00	23,30	466,00
66	0008208 - CUBAS DE INOX PEQUENAS QUADRADAS	MAQUIRA	UND	20,00	7,00	140,00
73	0008215 - ENXAGUANTE BUCAL	IODONTOSUL	UNID.	20,00	17,00	340,00
75	0008217 - ESCOVA DE ROBSON PLANA BRANCA	PREVEN	UNID.	100,00	1,15	115,00
83	0008225 - ESPATULA SUPLA FILL N 1	GOLGRAN	UND	20,00	10,00	200,00
85	0008228 - ESTOJO INOX 07 X 07 X 02 CM P/ BROCAS	FLEXINOX	UNID.	20,00	20,50	410,00
86	0008229 - ESTOJO INOX 20 X 10 X 05 CM	FLEXINOX	UNID.	10,00	37,00	370,00
87	0008230 - ESTOJO PERF 20X10X02 P/ PERIO	FLEXINOX	UNID.	10,00	28,00	280,00
91	0008234 - FILL CANAL LIQUIDO	TECHNEW	UNID.	20,00	11,30	226,00
92	0008235 - FILL CANAL PO	TECHNEW	UNID.	20,00	15,50	310,00
93	0008237 - FILME RADIOGRÁFICO E-SPEED ADULTO C 150	KULZER	CX	50,00	120,00	6.000,00
100	0008245 - FIXADOR DENTAL C 475ML	CAITHEC	UND	50,00	6,80	340,00
101	0008246 - FIXADOR DENTAL PARA RX DE 475ML	CAITHEC	Fr	50,00	6,80	340,00
115	0008261 - GESSO COMUM BASE 1KG	CHAVEZ	UNID.	100,00	1,00	100,00
117	0008263 - GRAMPO 14A	GOLGRAN	UNID.	5,00	10,90	54,50
118	0008268 - GRAMPO ODONTOLOGICO N 209	GOLGRAN	UNID.	20,00	10,90	218,00
121	0008271 - HEMOSTATICO LIQUIDO 10ML	BIODINAMICA	Fr	30,00	14,00	420,00

129	0008284 - LENÇOL DE BORRACHA 13X13	MAQUIRA	UNID.	7,00	13,00	91,00
132	0008287 - LIMA PARA OSSO	GOLGRAN	UND	10,00	26,50	265,00
133	0008290 - LIXA PARA AMALGAMA (TIRA ABRASIVA ELETRONICA DE AÇO INDOXIDÁVEL) CAIXA C/12	PREVEN	CX	15,00	5,43	81,45
135	0008293 - MASCARA DESC. TRIPLA C/ELASTICO C/50 UND	INOVA	CX	100,00	4,80	480,00
139	0008300 - OLEO LUBRIFICANT DE CANETA (A/R E B/R) SPRAY 250ML	MAQUIRA	Fr	50,00	19,50	975,00
141	0008304 - PASTA HERJOS TUTTI FRUTI	VIGODENT	GR	150,00	6,95	1.042,50
142	0008308 - PEDRA ARKANSA P/ AFIAR INSTRUMENTOS DE CORTE	GOLGRAN	UND	4,00	21,00	84,00
143	0008310 - PELÍCULA	KULZER	CX	20,00	115,00	2.300,00
146	0008313 - PLACA DE VIDRO	PREVEN	UND	7,00	10,00	70,00
147	0008315 - PORTA AMALGAMA DE PLÁSTICO	MAQUIRA	UND	50,00	10,00	500,00
148	0008316 - PORTA AMALGAMA DE PLASTICO	MAQUIRA	UNID.	50,00	10,00	500,00
150	0008318 - PORTA GRAMPOS	GOLGRAN	UND	10,00	48,00	480,00
164	0008333 - RESTAURADOR IRM - LIQ. 15ML	IODONTOSUL	Fr	10,00	20,00	200,00
166	0008336 - REVELADOR PARA RADIOGRAFIAS	CAITHEC	Fr	20,00	6,80	136,00
168	0008340 - SACA BROCA DE PLASTICO	SAEVO	UND	15,00	15,34	230,10
169	0008342 - SERINGA CAARPULE TRINKS	COMPANY	UND	50,00	19,50	975,00
171	0008344 - SOLUÇÃO DE MILTON	CICLOFARMA	UNID.	20,00	3,50	70,00
174	0008347 - SUGADOR CIRURGICO DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO ATÓXICO PCT COM 40 UND	MAQUIRA	CX	100,00	34,00	3.400,00
178	0008352 - TIRA DE CARBONO ESP 100 MICRO DUPLA FACE BLOCO C 12	MAQUIRA	Bloco	50,00	2,50	125,00
179	0008353 - TIRA DE LIXA DE ACABAMENTO DE RESINA 3M	PCT	PCT	30,00	7,00	210,00
182	0008357 - REVELADOR DENTAL C 175ML (1)	CAITHEC	UND	20,00	6,80	136,00
183	0007714 - SOLUÇÃO DE MILTON	CICLOFARMA	UND	30,00	3,50	105,00
184	0008131 - ABRIDOR DE BOCA EM SILICONE C/02	PHARMAINOX	CX	5,00	6,40	32,00
VALOR TOTAL Quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos R$						44.754,45

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 043/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os objetos deverão ser entregues conforme as condições previstas nos Anexos do Edital.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Compra, os objetos relacionados na mesma deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis**,** em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
4.2.1. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.4. Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.
4.4.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto.
4.5. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição dos objetos/materiais não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

Órgão: 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
Função: 10 – SAÚDE; Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0108 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA; Ação: 2093 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Classificações Econômicas: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 100 - Recursos do Tesouro.
Função: 10 – SAÚDE; Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB; Classificações Econômicas: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 120- Recursos do Fundo Nacional de Saúde

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 10 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

JM Comércio E Representação EIRELI-ME
CNPJ:26.690.173/0001-72
TONIO FERNANDES SILVEIRA MARIZ
007.422.234-18

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:5DD61FDE

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 108/2018(TRIMESTRAL)

Aos 10 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 043/2018**, **Registro de Preços nº 108/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material Odontológico destinado aos consultórios odontológicos e as ações relacionadas à saúde bucal sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde do Município de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 043/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **MIRELLY PINHEIRO FERREIRA- ME**
CNPJ: **27.029.083/0001-06**
Endereço: **AV. JOÃO XXIII, 72, COHABINAL - PARNAMIRIM/RN- CEP: 59.140-690.**
Representante: **MIRELLY PINHEIRO FERREIRA- CPF: 090.462.304-14**

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
4	0008141 - AMALGAMADOR CAPSULAR	METALMS LTDA	UND	70,00	69,89	4.892,30
8	0008145 - APLICADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO	PRATA	UNID.	100,00	4,45	445,00
9	0008146 - APLICADOR DYCAL RETO	PRATA	UNID.	50,00	4,45	222,50
12	0008149 - BANDA MATRIZ DE AÇO INOX 0,05X5X500MM	PREVEN	UNID.	50,00	1,12	56,00
13	0008150 - BANDA MATRIZ DE AÇO INOX 0,05X7X500MM	PREVEN	UNID.	50,00	1,38	69,00
17	0008155 - BROCA CARBIDE N. 702	MICRODONT	UNID.	10,00	7,21	72,10

33	0008177 - BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA (PEDRA ARKANSA BRANCA CHAMA SAS 4702	AMERICAN BURRS	UNID.	110,00	4,93	542,30
39	0008178 - BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA (PEDRA ARKANSA BRANCA ESFÉRICA 4704	AMERICAN BURRS	UNID.	30,00	7,84	235,20
40	0008179 - BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA (PEDRA ARKANSA BRANCA LANÇA 4723)	AMERICAN BURRS	UNID.	30,00	7,84	235,20
41	0008180 - BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA (PEDRA ARKANSA BRANCA PERA 4723	AMERICAN BURRS	UNID.	30,00	7,84	235,20
42	0008181 - BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA (PEDRA ARKANSA BRANCA TRONCO CONICA 4711)	AMERICAN BURRS	UNID.	30,00	7,84	235,20
43	0008182 - BROCA PARA ACABAMENTO DE RESINA SHOFU	AMERICAN BURRS	UNID.	30,00	7,84	235,20
45	0008184 - BRUNIDOR SIMPLES 33	PRATA	UNID.	20,00	5,41	108,20
74	0008216 - ESCAVADOR DE DENTINA	PRATA	UND	20,00	4,74	94,80
79	0008221 - ESPAÇADOR DIGITAL MIMI 25MM 15/40	EURODONTO	UNID.	10,00	29,12	291,20
81	0008223 - ESPATULA DE SILICATO 6335-1	PRATA	UND	70,00	4,74	331,80
82	0008224 - ESPATULA Nº 1 DE INSERÇÃO	PRATA	UND	10,00	4,74	47,40
84	0008227 - ESPELHO ODONTOLOGICO Nº 05	IODONTOSUL	UNID.	150,00	2,17	325,50
95	0008239 - FIO DENTAL C/ 100M	HILLO	TB	20,00	2,04	40,80
96	0008240 - FIO DENTAL COM 100 MT	HILLO	RL	20,00	2,04	40,80
102	0008247 - FLUOR GEL NEUTRO 200ML	IODONTOSUL	Tubo	200,00	3,64	728,00
103	0008248 - FLUOR GEL TOPICO 200ML	IODONTOSUL	Fr	200,00	3,64	728,00
113	0008259 - FORMOCRESOL C 10ML	IODONTOSUL	UND	50,00	4,01	200,50
114	0008260 - FORMOCRESOL LIQUIDO 10ML	IODONTOSUL	UNID.	50,00	4,01	200,50
119	0008269 - GUTA EM CONE 15-40	SS WHITE	UNID.	30,00	15,74	472,20
120	0008270 - GUTA EM CONE 45-80	BOMA	UNID.	20,00	19,40	388,00
122	0008272 - HEMOSTOP (DENTIS PLAY) C/ 10ML	TECHNEW	UND	30,00	11,90	357,00
123	0008273 - HIDRO C CIMENTO HIDROXICO DE CALCIO	TECHNEW	Fr	15,00	12,60	189,00
124	0008275 - HIDROXIDO DE CALCIO P A 10G	BIODINAMICA	CX	20,00	4,15	83,00
125	0008278 - IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR VITROFIL A2	DENTSCARE	CX	20,00	15,84	316,80
126	0008281 - KIT DE MOLDEIRA ALUM. C/ 11 PEÇAS	GIACHETI	UNID.	30,00	43,68	1.310,40
127	0008282 - LAMPARINA DE ALUMINIO 40ML	ORTOCENTRAL	UNID.	10,00	17,91	179,10
128	0008283 - LAMPARINA DE HANAU -MAC	ORTOCENTRAL	UNID.	5,00	16,75	83,75
130	0008285 - LIMA K 2/25MM C/6 UND	EURODONTO	CX	10,00	12,60	126,00
131	0008286 - LIMA K ESPECIAL 1/25MM C/6 UND	EURODONTO	CX	15,00	12,60	189,00
136	0008296 - MICROBRUSH EXTRA FINO	DENTSCARE	UNID.	100,00	8,30	830,00
137	0008298 - OBTURADOR REFIL COM E SEM FLUOR	TECHNEW	UNID.	100,00	7,56	756,00
140	0008302 - PAPEL CARBONO DUPLA FACE C/12 UND	IODONTOSUL	UNID.	30,00	1,46	43,80
145	0008312 - PINCEL MICROBUSH (APLICADOR DESCARTÁVEL)	DENTSCARE	POTE	50,00	8,30	415,00
149	0008317 - PORTA DICAL	PRATA	UND	30,00	4,74	142,20
151	0008319 - PORTA MATRIZ	BRASVAL	UND	8,00	19,95	159,60
157	0008325 - POTE DAPPEN DE PLASTICO	PREVEN	UNID.	20,00	2,41	48,20
165	0008334 - RESTAURADOR IRM - PO 38G	IODONTOSUL	UNID.	10,00	10,92	109,20
	VALOR TOTAL dezesseis mil oitocentos e dez reais e noventa e cinco centavos R$					16.810,95

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 043/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os objetos deverão ser entregues conforme as condições previstas nos Anexos do Edital.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Compra, os objetos relacionados na mesma deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis**,** em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
4.2.1. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.4. Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.
4.4.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto.
4.5. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.6. Se a substituição dos objetos/materiais não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

Órgão: 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
Função: 10 – SAÚDE; Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0108 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA; Ação: 2093 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Classificações Econômicas: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 100 - Recursos do Tesouro.
Função: 10 – SAÚDE; Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB; Classificações Econômicas: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 120- Recursos do Fundo Nacional de Saúde

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 10 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Mirelly Pinheiro Ferreira- ME
CNPJ: 27.029.083/0001-06
MIRELLY PINHEIRO FERREIRA
090.462.304-14

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:A562BC86

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 109/2018(TRIMESTRAL)

Aos 10 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 043/2018**, **Registro de Preços nº 109/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.
1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material Odontológico destinado aos consultórios odontológicos e as ações relacionadas à saúde bucal sob responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde do Município de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 043/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **W. S. COM. E SERVIÇOS LTDA ME**		
CNPJ: **10.212.250/0001-49**	Telefone:	Email:
Endereço: **RUA DELFINO FREIRE, 544 , BOA VISTA, MOSSORÓ/RN, CEP: 59605-160**		
Representante: **KAIO CESAR LUCENA MELO** - CPF: **009.875.324-05**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0008137 - ALAVANCA SELDIN ADULTO 1 R	LM INST	UND	30,00	18,75	562,50
3	0008139 - ALVEOLITEN 20G	IODONTOSUL	UNID.	100,00	18,00	1.800,00
5	0008142 - ANESTESICO LOCAL MEPIVACAINA 3% SEM VASOCONSTRUTOR C/50	DLA	CX	100,00	78,00	7.800,00
6	0008143 - ANESTESICO NOVOCOL (LDOCAINA EPINEFRINA)	SS WHITE	CX	200,00	37,70	7.540,00
11	0008148 - AVENTAL PB 76 X 60 X 0,25MM C/PROT. TIREOIDE CINZA	FENIX DENTAL	UNID.	30,00	356,00	10.680,00
14	0008152 - BANDEIRINHA DIREITA	LM INST	UNID.	20,00	18,75	375,00
15	0008153 - BANDEIRINHA ESQUERDA	LM INST	UNID.	20,00	18,75	375,00
16	0008154 - BROCA DIAMANTADA N° 1012	FAVA	UNID.	50,00	1,65	82,50
19	0008157 - BROCA CARBIDE CIRURGICA N. 108	PRIMA DENTAL	UNID.	20,00	10,49	209,80
44	0008183 - BROQUEIROS EM ALUMINIO	HORUS ODONTO	UNID.	10,00	6,00	60,00
46	0008185 - CABO BISTURI	FAVA	UNID.	20,00	7,23	144,60
47	0008186 - CABO PARA ESPELHO	PREVEN	UNID.	50,00	3,50	175,00
49	0008188 - CAIXA DE LENÇOL DE BORRACHA	MADEITEX	UND	20,00	23,09	461,80
50	0008189 - CAIXA METÁLICA PARA	FAVA	UND	20,00	25,50	510,00
51	0008190 - CALCADOR ENDODÔNTICO TIPO PAIVA, Nº 2, PONTA ATIVA DE 1,2 MM DE DIÂMETRO, EM AÇO INOXIDÁVEL, USO ODONTOLÓGICO	PRATA	UND	20,00	4,58	91,60
52	0008191 - CALCADOR ENDODÔNTICO TIPO PAIVA, Nº 4, PONTA ATIVA DE 1,6 MM DE DIÂMETRO, EM AÇO INOXIDÁVEL, USO ODONTOLÓGICO	PRATA	UND	20,00	4,58	91,60
53	0008192 - CALCADOR ENDODÔNTICO TIPO PAIVA, Nº 3, PONTA ATIVA DE 1,4 MM DE DIÂMETRO, EM AÇO INOXIDÁVEL, USO ODONTOLÓGICO	PRATA	UND	20,00	4,58	91,60
56	0008196 - CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO (MICRO-MOTOR E CONTRA ÂNGULO)	SCHUSTER	UND	30,00	784,05	23.521,50
57	0008198 - CARTAO P/ RX C/2 FOROS C/100	GRAFICA PRESSING	PCT	30,00	4,50	135,00
58	0008199 - CERA N° 7	TECHNEW	CX	20,00	10,43	208,60
59	0008200 - CERA UTILIDADE C/ 5	CLASSICO	CX	20,00	10,41	208,20
62	0008203 - COLGADURAS UNITÁRIAS	MAC	UND	50,00	2,90	145,00
63	0008204 - COLHER DE DENTINA PEQUENA	PRATA	UND	20,00	4,50	90,00
67	0008209 - CUNHA DE MADEIRA SORTIDA C/100 UND	SS PLUS	PCT	20,00	8,80	176,00
68	0008210 - CURETAS PERIODONTAIS 0-00	PRATA	UND	30,00	9,35	280,50
69	0008211 - CURETAS PERIODONTAIS 11,12	PRATA	UND	30,00	9,35	280,50
70	0008212 - CURETAS PERIODONTAIS 13,14	PRATA	UND	30,00	9,35	280,50
71	0008213 - CURETAS PERIODONTAIS 15,16	PRATA	UND	30,00	9,35	280,50
72	0008214 - CURETAS PERIODONTAIS 17,18	PRATA	UND	30,00	9,35	280,50
76	0008218 - ESCOVA DENTAL MÉDIA	DENTAL K	UND	3,00	0,59	1,77
77	0008219 - ESCOVA DENTAL PEQUENA	DENTAL K	UNID.	3,00	0,53	1,59
78	0008220 - ESCULPIDOR LECRON	PRATA	UNID.	10,00	6,20	62,00
80	0008222 - ESPATULA DE PLÁSTICO P/ GESSO	MAQUIRA	UNID.	10,00	1,73	17,30
88	0008231 - ESTRATOR DE TARTARO 33	PRATA	UND	20,00	9,35	187,00
89	0008232 - EXTIRPANERVOS SORT 20-60	DENTSPLY	UNID.	10,00	39,45	394,50
90	0008233 - EXTRATOR RETO	LM INST	UND	60,00	18,75	1.125,00
94	0008238 - FILME RADIOGRÁFICO INSIGHT INFANTIL C 100	KODAK	CX	50,00	173,50	8.675,00
97	0008241 - FIO PARA SUTURA SEDA 3,0 USO ODONTOLÓGICO CAIXA C/ 24	TECHNEW	CX	100,00	27,00	2.700,00
98	0008243 - FITA MATRIZ AÇO 5MM	PREVEN	UND	50,00	1,20	60,00
99	0008244 - FITA MATRIZ AÇO 7MM	PREVEN	UND	50,00	1,43	71,50
104	0008250 - FOICE PONTA MORSE 0-00	PRATA	UND	10,00	9,93	99,30
105	0008251 - FORCEPS 150	GOLGRAN	UND	30,00	46,00	1.380,00
106	0008252 - FORCEPS 151	GOLGRAN	UND	30,00	46,00	1.380,00
107	0008253 - FORCEPS 16	GOLGRAN	UND	30,00	46,00	1.380,00
108	0008254 - FORCEPS 18C	GOLGRAN	UND	30,00	46,00	1.380,00
109	0008255 - FORCEPS 18L	GOLGRAN	UND	30,00	46,00	1.380,00
110	0008256 - FORCEPS 18R	GOLGRAN	UND	30,00	46,00	1.380,00
111	0008257 - FORCEPS 65	GOLGRAN	UND	10,00	46,00	460,00
112	0008258 - FORCEPS 69	GOLGRAN	UND	10,00	46,00	460,00
116	0008262 - GESSO DENSELL TIPO IV ROSA	YAMAY	KG	50,00	12,00	600,00
134	0008291 - LUBRIFICANTE PARA CANETA ALTA E BAIXA 100ML/70MG	MAQUIRA	UND	50,00	11,54	577,00
138	0008299 - OCULOS DE PROTEÇÃO ODONTOLÓGICO	SS PLUS	UND	7,00	4,49	31,43
144	0008311 - PERFURADOR PARA LENÇOL DE BORRACHA	LM INSTRUM	UND	20,00	68,50	1.370,00
152	0008320 - PORTA TOALHA PAPEL	GOEDERT	UND	50,00	22,40	1.120,00
153	0008321 - POSICIONADOR DE FILME ADULTO AUTOCLAVÁVEL	MAQUIRA	UND	50,00	47,30	2.365,00
154	0008322 - POSICIONADOR DE FILME INFANTIL AUTOCLAVÁVEL	MAQUIRA	UND	50,00	47,30	2.365,00
155	0008323 - POSICIONADOR FILME RAD. AUTOCLAVAVEL ADULTO	MAQUIRA	KT	50,00	47,30	2.365,00
156	0008324 - POTE DAPPEN	PREVEN	UND	20,00	2,52	50,40
158	0008327 - RESINA FOTOPOLIMERIZADOR A1 4G	DENTSPLY	UND	30,00	10,00	300,00
159	0008328 - RESINA FOTOPOLIMERIZADOR OPALIS A3	FGM	UND	20,00	10,00	200,00
160	0008329 - RESINA P/ FOTOPOLIMERIZADOR A 3,5	DENTSPLY	UND	30,00	10,00	300,00
161	0008330 - RESINA P/ FOTOPOLIMERIZADOR A2	DENTSPLY	UND	30,00	10,00	300,00
162	0008331 - RESINA P/ FOTOPOLIMERIZADOR A3	DENTSPLY	UND	30,00	10,00	300,00
163	0008332 - RESINAFOTOLIMERIZADOR OPALIS A2	FGM	UND	20,00	10,00	200,00
167	0008339 - ROLLEMBEG	PRATA	PCT	50,00	4,50	225,00
170	0008343 - SOLUÇÃO BUCAL (GLUCONATO DE CLOREXIDINA A 0,12%	IODONTOSUL	LT	20,00	16,35	327,00
172	0008345 - SONDA EXPLORADORA 47	LM INST	UND	10,00	5,03	50,30
173	0008346 - SUGADOR CIRURGICO DESCARTÁVEL C 20	MAQUIRA	CX	100,00	20,55	2.055,00
175	0008348 - SUGADOR DESC. PCT /40 UND	A.GOMES	PCT	500,00	4,50	2.250,00
176	0008350 - TIGELA P/ GESSO - TAM G	OGP	UNID.	7,00	3,18	22,26
177	0008351 - TIRA ABRASIVA DE ACABAMENTO DE RESTAURAÇÃO DE RESINA	PREVEN	UND	30,00	6,75	202,50
180	0008354 - TIRA DE POLIÉSTER DENTÁRIA C/ 50 100X10X0,5MM	PREVEN	CX	20,00	1,19	23,80
181	0008356 - VERNIZ CAVITINE VIDRO C/ 15ML	SS WHITE	PCT	30,00	8,25	247,50
185	0008134 - AGULHA DESCARTÁVEL GENGIVAL CURTA, TIPO 30G , COM MARCADOR DO LADO DO BISEL CAIXA COM 100 UNIDADES	INJEX	CX	200,00	26,50	5.300,00
VALOR TOTAL cento e dois mil seiscentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos R$						102.679,95

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 043/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1. Os objetos deverão ser entregues conforme as condições previstas nos Anexos do Edital.
4.2. Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Compra, os objetos relacionados na mesma deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis**,** em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
4.2.1. Os licitantes devem solicitar os locais de entrega a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.
4.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
4.4. Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e a consequente aceitação.
4.4.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto.
4.5. Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
4.6. Se a substituição dos objetos/materiais não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita aplicação de multa por dia de atraso, sem prejuízos da aplicação das sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
4.7. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados à Administração.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

Órgão: 09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 09.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
Função: 10 – SAÚDE; Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0108 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA; Ação: 2093 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Classificações Econômicas: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 100 - Recursos do Tesouro.
Função: 10 – SAÚDE; Subfunção: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0102 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL - PSB; Classificações Econômicas: 3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de Recurso: 120- Recursos do Fundo Nacional de Saúde

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da

prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 10 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

W. S. COM. E SERVIÇOS LTDA ME
CNPJ:10.212.250/0001-49

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:81522559

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 093/2018(TRIMESTRAL)

Aos 07 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 044/2018**, **Registro de Preços nº 093/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material de Limpeza e Higiene destinado às necessidades da Prefeitura Municipal de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 044/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **A N Q GONÇALVES JUNIOR ME**
CNPJ: **20.903.036/0001-92**
Endereço: **Rua Felipe Camarão, 853 , Centro, Mossoró/RN, CEP: 59600-255.**
Representante: **ANTONIO NEUTON QUEIROZ GONCALVES JUNIOR - CPF: 051.414.994-99**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.(R$)	VLR. TOTAL(R$)
1	0004057 - ÁGUA SANITÁRIA USO DOMESTICO CX/12 - CAIXA COM 12(DOZE) UNIDADES DE 1000 ML CADA, A BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO, COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0 A 2,5 % P/P,EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE. REFERENCIA: MARCA BRILUX, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	IPE	CX	780,00	17,00	13.260,00
2	0004033 - ÁLCOOL ETÍLICO DE USO DOMÉSTICO CX C/12 - GRADUAÇÃO NÃO INFERIOR A 65 INPM, NA FORMA GEL. CERTIFICADO INMETRO E NORMA ABNT NBR 5991 E REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 12 (DOZE) FRASCOS DE PLÁSTICO DE 1 LITRO, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE. REFERÊNCIA: MARCA COPERALCOOL, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	COOPERACOOL	CX	75,00	51,00	3.825,00
5	0004054 - COPOS DESCARTÁVEIS EM MATERIAL POLIESTIRENO ATÓXICO COM CAPACIDADE PARA 250ML, APLICAÇÃO: CAFÉ. PACOTE COM 100UN. GRAVAÇÃO N FUNDO DO COPO DO SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO PARA RECICLAGEM, CONFORME NBR 13230 E CAPACIDADE DO COPO	TOTALPLAST	CAIXA	262,00	71,90	18.837,80
7	0004041 - DETERGENTE LIQUIDO 500ML CX C/24 - CAIXA COM 24 (VINTE E QUATRO) FRASCOS DE 500 ML CADA, EMBALAGEM COM COMPOSIÇÃO DO PRODUTO,DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. REFERÊNCIA: MARCA IPÊ, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	IPE	CX	309,00	23,80	7.354,20
8	0003859 - ESCOVA PARA LIMPEZA EM GERAL, MATERIAL DO CORPO: PLÁSTICO; MATERIAL DAS CERDAS: NAYLON; CARACTERISTICAS ADICIONAIS: FORMATO ARREDONDADO; APLICAÇÃO EM VASO SANITÁRIO	MILPLASTIC	UND	94,00	2,85	267,90
12	0004045 - GUARDANAPO PAPEL ABSORVENTE DIMENSÕES 33 X 33 CM -FOLHA SIMPLES DE ALTA QUALIDADE, NA COR BRANCA,100% FIBRAS NATURAIS. FARDO COM 48 (QUARENTA E OITO) PACOTES COM 50 GUARDANAPOS, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. REFERÊNCIA: MARCA KITCHEN, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	KITCHEN	FARDO	58,00	21,90	1.270,20
14	0003896 - LUVA MULTIUSO DE USO PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA DURANTE USO DOMÉSTICO, EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, CLORADA E DUPLA FACE (LISA E ANTI-DERRAPANTE), SEM FORRO, TAMANHO PEQUENO. REFERÊNCIA: MARCA ESFREBOM, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	DANNY	PAR	352,00	2,04	718,08
17	0003870 - PALITO DE DENTE ROLIÇO 25 CAIXAS COM 100 UNIDADES.	GINA	FARDO	65,00	14,00	910,00
20	0003872 - PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES PICOTADA - FARDO COM 16 PACOTES X 4 ROLOS, NÃO RECICLADO, MACIO, ALTA ABSORÇÃO, NA COR BRANCA, DIMENSÕES DE 30M X 10CM. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A MARCA DO FABRICANTE E DIMENSÕES. MARCA NEVE, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	NEVE	FARDO	397,00	33,40	13.259,80
21	0004047 - PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO - GOFRADO RUGOSIDADE DO PAPEL, ALTA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA AO UMIDO, 100% FIBRA CELULOSICA, DIMENSÕES: 20CMX21CM, 60 TOALH C/ 2 ROLOS. REFERÊNCIA: MARCA MILI, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	KITCHEN	UND	123,00	2,95	362,85
23	0004049 - POLIDOR DE METAIS PARA POLIMENTO EM METAIS RATEADOS, INOXIDÁVEL, CROMADOS, NIQUELADOS, E TALHERES - CAIXA COM 24 (VINTE E QUATRO) UNIDADES DE 500ML, EMBALAGEM CONTENDO COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, MODO DE USAR, DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.REFERÊNCIA: MARCA IPÊ , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	TROIA	CX	76,00	34,80	2.644,80
38	0014760 - PILHA PALITO AAA - CONTEUDO DA EMBALAGEM: C/04 PILHAS	RAYOVAC	UND	320,00	2,95	944,00
45	0014774 - PANO DE CHÃO GRANDE DE 80CMX90CM MULTI CORES	LIMP	UND	60,00	4,00	240,00
47	0014775 - PAPEL HIGIÊNICO NEUTRO FOLHA DUPLA C/4 ROLOS DE 30MX10CM. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A MARCA DO FABRICANTE E DIMENSÕES.	NEVE	UND	36,00	3,95	142,20

50	0004051 - SABONETE SÓLIDO - DUZIA DE SABONETE SÓLIDO, EM BARRA, FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: COM NO MÍNIMO 90G, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.REFERÊNCIA: MARCA DOVE , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	LUX	DZ	76,00	13,25	1.007,00
54	0013154 - VENENO FORMICIDA GEL COM 50 GRAMAS	STRAICK	UND	20,00	11,50	230,00
55	0004439 - DESINCRUSTANTE DE SANGUE - BALDE 20LT	RIOQUIMICA	UND	25,00	250,00	6.250,00
56	0004428 - ISQUEIRO CORPO REVESTIDO EM PLÁSTICO, DIMENSÕES 7,5 CM, PESO APROXIMADAMENTE DE 10 GRAMAS, COM ACENDEDOR, GÁS EMBUTIDO, DESCARTÁVEL.	BIC	UND	70,00	2,65	185,50
57	0004429 - REMOVEDOR DE FERRUGEM A BASE DE ÁCIDO FOSFÓRICO E PROPANOL, NÃO CORROSIVO E NÃO REAGENTE COM INSTRUMENTAL EM AÇO INOXIDÁVEL. GALÃO DE 4L.	VONDER	GALÃO	11,00	95,00	1.045,00
61	0013152 - VASSOURA DE PIAÇAVA COM CERDAS DURAS, CEPO PLÁSTICO DE 30CM, CERDAS DE 11,5 CM. COM CABO ROSQUEADO DE MADEIRA PLASTIFICADA, PARA LIMPEZA DOMÉSTICA EM GERAL.REFERÊNCIA: MARCA CONDOR , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	NATURAL	UND	540,00	5,15	2.781,00
63	0013178 - BOBINA DE SACO PLASTICO PARA EMBALAR FRUTAS, VERDURAS, CEREAIS E ALIMENTOS. - PRODUZIDA EM POLIETILENO CAPACIDADE 1 LI. DIMENS.ES 16X28CM COM 1000 SACOS	LIDER	ROLO	30,00	20,00	600,00
64	0014776 - BOBINA DE SACO PLASTICO PICOTADA PARA EMBALAR FRUTAS, VERDURAS, CEREAIS E ALIMENTOS - PRODUZIDA EM POLIETILENO. DIMENSÕES 30X40CM.	LIDER	UND	10,00	24,00	240,00
65	0013179 - PAPEL ALUMÍNIO EM ROLO MEDINDO 0,30CMX7,50MTS, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO, SEM FUROS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. ACONDICIONADO CONFORME A PRAXE DO FABRICANTE DE FORMA A GARANTIR A HIGIENE E INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ SEU USO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E QUANTIDADE.	WYDA	ROLO	110,00	1,69	185,90
72	0013172 - SACO PLÁSTICO LIXO DOMÉSTICO COM CAPACIDADE PARA 300 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADE, VARIAÇÃO +/- 01CM. COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA , EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT NBR 9191.	PLASITAP	KG	502,00	13,80	6.927,60
73	0014754 - ESPONJA DUPLA FACE PROTETOR UNHAS. CONTÉM UMA ESPONSA DE 100MMX75MMX42MM	CONDOR	UND	150,00	0,70	105,00
75	0003884 - SACO PARA LIXO SUPER RESISTENTE, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO APROXIMADA 60L, CONFECCIONADO RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, 75X85 CM, CLASSE I, COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA, EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT NBR 9191.	LIDER	KG	540,00	7,50	4.050,00
VALOR TOTAL oitenta e sete mil seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e três centavos R$						87.643,83

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 044/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

13.1. Os produtos deverão ser entregues conforme as condições previstas no Edital.
13.2 Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias**,** nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
13.2.1 O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.
13.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
13.4. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
13.5. Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
13.6. Se os produtos não forem substituídos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, podendo, ainda, ser determinada a suspensão dos pagamentos.
13.7. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado à administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
13.7.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.30 Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem

prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 07 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

A N Q Gonçalves Junior ME
CNPJ:20.903.036/0001-92
ANTONIO NEUTON QUEIROZ GONCALVES JUNIOR
CPF: 051.414.994-99

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:14CE546F

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 105/2018(TRIMESTRAL)

Aos 07 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 044/2018**, **Registro de Preços nº 105/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material de Limpeza e Higiene destinado às necessidades da Prefeitura Municipal de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 044/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **H C CORDEIRO- ME**
CNPJ: **20.755.100/0001-35**
Endereço: **RUA CORONEL GURGEL, ALTO DA CONCEIÇÃO- MOSSORÓ/RN- 59.600-322.**
Representante: **HILTON COSTA CORDEIRO** - CPF: **601.822.964-15**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.(R$)	VLR. TOTAL(R$)
3	0003850 - LIXEIRA EM PLÁSTICO REFORÇADO COM TAMPA SOLTA, CAPACIDADE PARA 60L, COR PRETA. REFERÊNCIA: MARCA LEROYMERLIN, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	MERCOMPLAS	UND	41,00	28,00	1.148,00
13	0003895 - LUSTRADOR MÓVEIS FRASCO COM 200ML - APRESENTANDO EM SUA COMPOSIÇÃO CERA MICROCRISTALINA, SOLVENTES ALIFÁTICOS E FRAGRÂNCIA SUAVE, QUE PROPORCIONE BRILHO SECO, PROTEÇÃO E DIMINUIÇÃO DE ADERÊNCIA À POEIRA E MARCAS D'ÁGUA, COM REGISTRO NO MS. REFERÊNCIA: MARCA POLIFLOR, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	AUDAX	UND	290,00	2,80	812,00
16	0003869 - PÁ PARA LIXO EM MATERIAL PLÁSTICO - PÁ PARA LIXO EM MATERIAL PLÁSTICO COM CABO EM MADEIRA,AÇO OU PLÁSTICO DE 1M DE COMPRIMENTO, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	ICOPLAN	UND	93,00	4,20	390,60
19	0014762 - PANO DE PRATO- MATERIAL 100% ALGODÃO ALVEJADO, COR DIVERSAS (ESTAMPADO), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTO NÍVEL DE ABSORÇÃO.	FLANEBERG	UND	142,00	1,80	255,60
22	0004048 - ODORIZANTE SANITÁRIO - PEDRA SANITÁRIA 35G, EMBALAGEM CONTENDO COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, FRAGRÂNCIA, DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. DIFERENTES FRAGRÂNCIAS. REFERÊNCIA: MARCA HARPIC , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	NOBRE	UND	728,00	1,10	800,80
34	0013151 - SABONETE LÍQUIDO, COM ASPECTO PEROLADO, AROMA ERVA-DOCE, ACIDEZ NEUTRO-PH, APLICAÇÃO TOUCADOR. TUBO COM 1L. REFERÊNCIA: MARCA LUX , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	LIMPEMAX	LT	149,00	3,20	476,80
36	0004043 - FLANELA- FLANELA PARA LIMPEZA EM GERAL, NA COR LARANJA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 39X59CM, COM COSTURAS NAS LATERAIS, 100% ALGODÃO.	FLANEBERG	UND	208,00	1,40	291,20
42	0014773 - LUVA MULTIUSO DE USO PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA DURANTE USO DOMÉSTICO, EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, CLORADA E DUPLA FACE (LISA E ANTI-DERRAPANTE), SEM FORRO, TAMANHO GRANDE.	NOBRE	PAR	100,00	2,35	235,00
43	0014772 - LUVA MULTIUSO DE USO PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA DURANTE USO DOMÉSTICO, EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, CLORADA E DUPLA FACE (LISA E ANTI-DERRAPANTE), SEM FORRO, TAMANHO MÉDIO.	NOBRE	PAR	130,00	2,35	305,50
52	0004036 - BALDE EM MATERIAL DE PLÁSTICO POLIETILENO, COM CAPACIDADE PARA 20LTS. COR NATURAL - DE USO DOMÉSTICO. REFERÊNCIA: MARCA SANREMO , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	POLIUTIL	UND	37,00	8,40	310,80
58	0013174 - VELAS - COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CORANTE E PAVIO. PESO LÍQUIDO: 23 G, CAIXA COM 24 PACOTES DE 8 UNIDADES.	DAPAZ	CAIXA	12,00	27,00	324,00
59	0004052 - SODA CÁUSTICA 350G - EMBALAGEM CONTENDO - REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	OTIMO BRILHO	CX	52,00	6,00	312,00
60	0001735 - VASSOURA DE PALHA, COM CERDAS DE PALHA, CABO EM MADEIRA, COMPRIMENTO DAS CERDAS 60CM, COM CABO COMPRIDO PARA LIMPEZA EM GERAL.	ARTESANAL	UND	354,00	0,88	311,52
68	0014896 - PAPEL TOALHA MULTIUSO, FOLHA DUPLA E ALTA ABSORÇÃO - COTÉM 2 ROLOS COM 60 TOALHAS CADA DE 22CM X 20CM. INDÚSTRIA BRASILEIRA	ONDUNORTE	UND	150,00	3,05	457,50
73	0014754 - ESPONJA DUPLA FACE PROTETOR UNHAS. CONTÉM UMA ESPONSA DE 100MMX75MMX42MM	BETTANIN	UND	150,00	0,85	127,50
75	0003884 - SACO PARA LIXO SUPER RESISTENTE, COM CAPACIDADE NOMINAL DE ARMAZENAMENTO APROXIMADA 60L, CONFECCIONADO RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, 75X85 CM, CLASSE I, COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA, EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT NBR 9191.	RAVA	KG	540,00	8,50	4.590,00
VALOR TOTAL onze mil cento e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos R$						11.148,82

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 044/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

13.1. Os produtos deverão ser entregues conforme as condições previstas no Edital.
13.2 Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias**,** nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
13.2.1 O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.
13.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
13.4. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
13.5. Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
13.6. Se os produtos não forem substituídos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, podendo, ainda, ser determinada a suspensão dos pagamentos.
13.7. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado à administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
13.7.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.30 Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 07 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

H C Cordeiro- ME
CNPJ: 20.755.100/0001-35
HILTON COSTA CORDEIRO
601.822.964-15

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:956E67E6

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 106/2018(TRIMESTRAL)

Aos 07 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 044/2018**, **Registro de Preços nº 106/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material de Limpeza e Higiene destinado às necessidades da Prefeitura Municipal de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 044/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **IMPEVAL COMERCIO & SERVIÇOS LTDA**
CNPJ: **70.152.095/0001-44**
Endereço: **RUA ITAPUI, , 48 -LAGOA AZUL – NATAL - RN.**
Representante: **LAYSE DE SOUZA MAIA- CPF: 069.225.934-13**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.(R$)	VLR. TOTAL(R$)
15	0003919 - NAFTALINA SÓLIDA EM PASTILHAS, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE DE 50GR, COM DATA DE EMBALAMENTO NÃO SUPERIOR A 30 DIAS.REFERÊNCIA: MARCA IMPAKTO, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	SANILAR	UND	428,00	1,15	492,20
36	0004043 - FLANELA- FLANELA PARA LIMPEZA EM GERAL, NA COR LARANJA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 39X59CM, COM COSTURAS NAS LATERAIS, 100% ALGODÃO.	FLANEBERG	UND	208,00	1,45	301,60
46	0003897 - PANO DE PRATO - MATERIAL ALGODÃO ALVEJADO, COMPRIMENTO 42X75CM, COR DIVERSAS (ESTAMPADO), CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALTO NÍVEL DE ABSORÇÃO	FLANEBERG	UND	112,00	1,95	218,40
48	0003898 - QUEROSENE - EM EMBALAGEM PLÁSTICA 1LT. REFERÊNCIA: MARCA QUEROSENE , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	LIDER	LT	12,00	10,50	126,00
49	0003879 - SABÃO EM BARRA DE 500G - MULTI-USO, PARA LIMPEZA EM GERAL, BIODEGRADÁVEL, BARRA DE 500G. PACOTE COM NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.REFERÊNCIA: MARCA IPÊ , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	MARILUX	PCT	120,00	2,45	294,00
50	0004051 - SABONETE SÓLIDO - DUZIA DE SABONETE SÓLIDO, EM BARRA, FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: COM NO MÍNIMO 90G, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.REFERÊNCIA: MARCA DOVE , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	NIPS	DZ	76,00	13,40	1.018,40
53	0013153 - VENENO BARATICIDA GEL COM 10 GRAMAS	MEGAGEL	UND	12,00	11,50	138,00
70	0014898 - LAVA PISO 2L - FRASCOS DE PLÁSTICO DE 2 LITROS, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE. REFERÊNCIA: MARCA GUARANI, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	MARILUX	UND	150,00	5,20	780,00
77	0003882 - SACO DE ALGODÃO PARA PISO 95G - SACO DE ALGODÃO PARA LIMPEZA DE PISOS, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DO FABRICANTE.	SANTOS REIS	UND	10,00	4,50	45,00
VALOR TOTAL Três mil quatrocentos e treze reais e sessenta centavos R$						3.413,60

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 044/2018 e seus anexos;
b) Proposta(s) da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

13.1. Os produtos deverão ser entregues conforme as condições previstas no Edital.
13.2 Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias**,** nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
13.2.1 O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.
13.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
13.4. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
13.5. Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
13.6. Se os produtos não forem substituídos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, podendo, ainda, ser determinada a suspensão dos pagamentos.
13.7. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado à administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
13.7.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.30 Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem

prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.
5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 07 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Impeval Comercio & Serviços LTDA
CNPJ:70.152.095/0001-44
LAYSE DE SOUZA MAIA
069.225.934-13

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:C3737581

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 096/2018(TRIMESTRAL)

Aos 07 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 044/2018**, **Registro de Preços nº 096/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material de Limpeza e Higiene destinado às necessidades da Prefeitura Municipal de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 044/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **JEOVA SOBRAL DANTAS – ME**		
CNPJ: **24.206.500/0001-42**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV. ANTONIO VITORINO, 292 -SANTA PAZ – UPANEMA - RN.**		
Representante: **Jeová Sobral Dantas** - CPF: **423.480.994-20**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
6	0014758 - DESINFETANTE 1L COM 12 UNIDADE NA CAIXA - Desinfetante de uso doméstico, contendo dados do fabricante, composição e data de validade. Referência: Marca Brilux, similar ou de qualidade superior	GUARANI	Caixa	700,00	23,00	16.100,00
9	0003860 - ESPONJA DE DUPLA FACE SINTÉTICA PARA LIMPEZA DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS 60G. Referência: Marca Bombril, similar ou de qualidade superior	BETTANIN	UND	523,00	0,44	230,12
11	0004056 - FÓSFORO CURTO, CORPO EM MADEIRA PACOTE COM 10 CAIXAS DE 40 PALITOS CADA. Referência: Marca Paraná, similar ou de qualidade superior	PARANÁ	MASSO	259,00	1,70	440,30
18	0014770 - ESFREGÃO MULTI CORES DE 40CMX68CM	CRISTAL	UND	76,00	2,90	220,40
24	0003877 - RODO PARA PISO COM CABO EM MADEIRA, REVESTIDO COM PLÁSTICO, COMPRIMENTO DO SUPORTE 40CM, DUAS BORACHAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CABO COM ROSCA PLÁSTICA.	BOM D'ÁGUA	UND	250,00	4,00	1.000,00
26	0004050 - SABÃO EM PÓ 500G - Super concentrado, coloração azul, para lavagem de roupas hospitalares,limpeza e uso doméstico. Fardo 27 (vinte e sete) unidades de 500 g,com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade. Referência: Marca Omo , similar ou de qualidade superior	GUARANI	FARDO	167,00	28,50	4.759,50
27	0003883 - SACO PARA LIXO SUPER RESISTENTE COM CAPACIDADE 100 LITROS E CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO 100LT, CONFECCIONADO COM RESINA TERMOPLÁSTICA E APRESENTANDO SOLDA CONTÍNUA HOMOGÊNEA UNIFORME, 75x85CM, CLASSE I, COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA, PACOTE COM 100 SACOS DEVENDO CONTER A IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT-NBR 9191.	SÃO JOÃO	KG	634,00	13,00	8.242,00
28	0003889 - VASSOURA EM PÊLO COM CERDAS MACIAS, CEPO PLÁSTICO DE 40CM, CERDAS DE 11,5 CM, COM CABO ROSQUEADO DE MADEIRA PLASTIFICADA, PARA LIMPEZA DOMÉSTICA EM GERAL.Referência: Marca Condor , similar ou de qualidade superior	LADY	UND	372,00	9,00	3.348,00
29	0014771 - LIMPA CERÂMICAS, AZULEJOS E REJUNTES 2L - Embalagem contendo - Registro no Ministério da Saúde, nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	MARILUX	UND	28,00	9,00	252,00
30	0003887 - VASSOURA DE NYLON COM CERDAS MACIAS, CEPO PLÁSTICO DE 22CM, CERDAS DE 11,5CM COM PLUMAGEM NAS PONTAS, COM CABO ROSQUEADO DE MADEIRA PLASTIFICADA, PARA LIMPEZA EM GERAL, TIPO DOMÉSTICA. Referência: Marca Condor , similar ou de qualidade superior	RAINHA	UND	411,00	3,50	1.438,50
32	0004034 - BACIA EM MATERIAL DE PLÁSTICO POLIETILENO, COM CAPACIDADE PARA 20 lts. COR NATURAL.Referência: Marca Sanremo , similar ou de qualidade superior	LUMAR	UND	35,00	7,60	266,00
38	0014760 - PILHA PALITO AAA - Conteudo da Embalagem: C/04 Pilhas	PANASONIC	UND	320,00	3,00	960,00
39	0003856 - CREME DENTAL 90G DZ - Com mínimo de 1.500 ppm de fluor, ação bacteriana. Embalagem: bisnaga com 90 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e registro no Ministério da Saúde. O produto deverá ter registro no Ministério da saúde.	COLGATE	UND	60,00	30,50	1.830,00
40	0004040 - DESINFETANTE LIQUIDO FLORAL BACTERICIDA GERMICIDA COM COMPOSIÇÃO QUIMICA TENSOATIVA NÃO IONICA, CONSERVANTES COM PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO DIALQUI DE METRI BENZIL HAMONIO 5% COM PH 6,5 # 0,5, BOMBONA COM 5 LITROS - Desinfetante de uso doméstico, contendo dados do fabricante, composição e data de validade. Referência: Marca Brilux, similar ou de qualidade superior	GUARANI	UND	130,00	6,90	897,00
41	0004046 - HASTE FLEXÍVEL DE POLIPROPILENO - com pontas de algodão, 100% puro e com tratamento antigerme.Caixa com 60 (sessenta) embalagens com mínimo 75 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da saúde.	COTTON	CX	36,00	72,50	2.610,00
45	0014774 - PANO DE CHÃO GRANDE DE 80CMX90CM MULTI CORES	CRISTAL	UND	60,00	3,00	180,00
48	0003898 - QUEROSENE - Em embalagem plástica 1lt. Referência: Marca Querosene , similar ou de qualidade superior	LIDER	LT	12,00	8,50	102,00
49	0003879 - SABÃO EM BARRA DE 500G - Multi-uso, para limpeza em geral, biodegradável, barra de 500g. Pacote com nome do fabricante, data de fabricação e prazo de validade, Registro no Ministério da Saúde.Referência: Marca Ipê , similar ou de qualidade superior	GUARANI	PCT	120,00	2,00	240,00
51	0004035 - BACIA EM MATERIAL DE PLÁSTICO POLIETILENO, COM CAPACIDADE PARA 35 lts. COR NATURAL.	LUMAR	UND	27,00	10,00	270,00
56	0004428 - Isqueiro corpo revestido em plástico, dimensões 7,5 cm, peso aproximadamente de 10 gramas, com acendedor, gás embutido, descartável.	BIC	UND	70,00	2,50	175,00
60	0001735 - VASSOURA DE PALHA, COM CERDAS DE PALHA, CABO EM MADEIRA, COMPRIMENTO DAS CERDAS 60CM, COM CABO COMPRIDO PARA LIMPEZA EM GERAL.	PALHA	UND	354,00	0,85	300,90
63	0013178 - BOBINA DE SACO PLASTICO PARA EMBALAR FRUTAS, VERDURAS, CEREAIS E ALIMENTOS. - PRODUZIDA EM	DOKAPACK	Rolo	30,00	19,50	585,00

	POLIETILENO CAPACIDADE 1 LI. DIMENS.ES 16X28CM COM 1000 SACOS					
64	0014776 - BOBINA DE SACO PLASTICO PICOTADA PARA EMBALAR FRUTAS, VERDURAS, CEREAIS E ALIMENTOS - PRODUZIDA EM POLIETILENO. DIMENSÕES 30X40CM.	DOKAPACK	UND	10,00	22,00	220,00
65	0013179 - Papel alumínio em rolo medindo 0,30cmx7,50mts, embalado em caixa de papelão, sem furos ou sinais de oxidação. Acondicionado conforme a praxe do fabricante de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade.	MELLO	Rolo	110,00	1,60	176,00
66	0014759 - PILHA PEQUENA AA - Conteudo da Embalagem: C/04 Pilhas	PANASONIC	UND	315,00	2,70	850,50
71	0004053 - COPOS DESCARTÁVEIS, MATERIAL POLIESTIRENO ATÓXICO, CAPACIDADE DE 50ML. APLICAÇÃO ÁGUA, CAFÉ, TIRA COM 100UN. GRAVAÇÃO NO FUNDO DO COPO DO SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO PARA RECICLAGEM, CONFORME NBR 13230 E CAPACIDADE DO COPO. Referência: Marca Acigol, similar ou de qualidade superior	FC	Caixa	20,00	58,00	1.160,00
72	0013172 - SACO PLÁSTICO LIXO DOMÉSTICO COM CAPACIDADE PARA 300 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADE, VARIAÇÃO +/- 01CM. COR VARIADA COM EXCEÇÃO DA COR BRANCA , EMBALAGEM PACOTE COM 100 SACOS COM IDENTIFICAÇÃO DA MARCA E DO FABRICANTE, CONFORME NORMA DA ABNT NBR 9191.	SÃO JOÃO	KG	502,00	13,90	6.977,80
76	0014777 - PASTA DE PINHO 1L DESENGORDURANTE MULT PARA LIMPEZA EM GERAL. Uso doméstico, contendo dados do fabricante, composição e data de validade.	MARILUX	PACOTE	100,00	6,00	600,00
77	0003882 - SACO DE ALGODÃO PARA PISO 95g - Saco de algodão para limpeza de pisos, embalagem contendo dados do fabricante.	CRISTOVÃO	UND	10,00	3,00	30,00
VALOR TOTAL Cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e um reais e dois centavos						54.461,02

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 044/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

13.1. Os produtos deverão ser entregues conforme as condições previstas no Edital.
13.2 Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias**,** nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
13.2.1 O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.
13.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.
13.4. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:
a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;
b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.
4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
13.5. Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
13.6. Se os produtos não forem substituídos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, podendo, ainda, ser determinada a suspensão dos pagamentos.
13.7. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado à administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
13.7.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.30 Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.
5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.
5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.
5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.
5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:
I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.

5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.
5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.
5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.
5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.
6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.
6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.
6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.
6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:
a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;
b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.
7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.
7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:
a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;
b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.
8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:
a) Advertência;
b) Multa:
1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.
9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 07 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Jeova Sobral Dantas - ME
CNPJ:24.206.500/0001-42
JEOVÁ SOBRAL DANTAS
CPF: 423.480.994-20

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:110D4277

PREGOEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 104/2018(TRIMESTRAL)

Aos 07 dias do mês de Dezembro do ano de 2018, perante a Comissão Permanente de Licitação, localizada no Prédio da Prefeitura de Upanema/RN, o Município de Upanema, em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 044/2018**, **Registro de Preços nº 104/2018,** na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/12/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para "Aquisição de Material de Limpeza e Higiene destinado às necessidades da Prefeitura Municipal de Upanema/RN" conforme especificações constantes no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 044/2018.

1.2. As licitantes registradas para os materiais licitados são as seguintes:

Fornecedor: **PEDRO NASCIMENTO DE PAIVA FERNANDES - ME**		
CNPJ: **09.109.547/0001-02**	Telefone:	Email:
Endereço: **Rua Aracati, , 9 -Cidade Esperança – Natal - RN.**		
Representante: **FERNANDO ANTONIO DA C F DE MELO FILHO** - CPF: **664.759.614-34**		

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT.(R$)	VLR. TOTAL(R$)
4	0004437 - COPOS DESCARTÁVEIS EM MATERIAL DE POLIESTIRENO ATÓXICO COM CAPACIDADE PARA 150ML, APLICAÇÃO ÁGUA, CAFÉ, TIRA COM 100UN. GRAVAÇÃO NO FUNDO DO COPO DO SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO PARA RECICLAGEM, CONFORME NBR 13230 E CAPACIDADE DO COPO.REFERÊNCIA: MARCA ACIGOL, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIO	TOTALPLAST	CAIXA	624,00	57,50	35.880,00
10	0004042 - ESPONJA LIMPEZA EM MATERIAL LÃ DE AÇO CARBONO, FORMATO RETANGULAR, APLICAÇÃO UTENSÍLIOS E LIMPEZA GERAL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: TEXTURA MACIA E ISENTA DE SINAIS DE OXIDAÇÃO, COMPRIMENTO DE 90MM, LARGURA DE 40MM, PESO LÍQUIDO 840G/PACOTE. CONTEM 14 EMBALAGENS PLÁSTICAS COM 8 UNIDADE DE 60 GRAMAS CADA.	MARILUX	FARDO	81,00	17,70	1.433,70
25	0003878 - SABÃO EM BARRA DE 5X200G - MULTI-USO, PARA LIMPEZA EM GERAL, BIODEGRADÁVEL, BARRA DE 200G. PACOTE COM 05 UNIDADES, COM NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.REFERÊNCIA: MARCA IPÊ , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	MARILUX	PACOTE	605,00	4,20	2.541,00
31	0003844 - AROMATIZADOR DE AR EM AEROSOL 360ML. FRAGRÂNCIAS DIVERSAS. REFERÊNCIA: MARCA BOM AR , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	ULTRA FRESH	UND	384,00	6,30	2.419,20
33	0003891 - BALDE EM MATERIAL DE PLÁSTICO POLIETILENO, COM CAPACIDADE PARA 12 LTS. COR NATURAL- DE USO DOMÉSTICO. REFERÊNCIA: MARCA SANREMO , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	PLASTICO LUMAR	UND	92,00	5,10	469,20
35	0014757 - INSETICIDA MULTI INSETOS AERO 395ML	INSECTFREE	UND	40,00	5,57	222,80
37	0013175 - LIMPA VIDRO- LIQUIDO, PARA A LIMPEZA DE VIDROS E ACRÍLICOS, EMBALAGEM PLÁSTICA COM 500ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO. REFERÊNCIA: MARCA VEJA , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	LIMPEMAX	UND	104,00	1,80	187,20
40	0004040 - DESINFETANTE LIQUIDO FLORAL BACTERICIDA GERMICIDA COM COMPOSIÇÃO QUIMICA TENSOATIVA NÃO IONICA, CONSERVANTES COM PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO DIALQUI DE METRI BENZIL HAMONIO 5% COM PH 6,5 # 0,5, BOMBONA COM 5 LITROS - DESINFETANTE DE USO DOMÉSTICO, CONTENDO DADOS DO FABRICANTE, COMPOSIÇÃO E DATA DE VALIDADE. REFERÊNCIA: MARCA BRILUX, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	LIMPEMAX	UND	130,00	7,90	1.027,00
42	0014773 - LUVA MULTIUSO DE USO PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA DURANTE USO DOMÉSTICO, EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, CLORADA E DUPLA FACE (LISA E ANTI-DERRAPANTE), SEM FORRO, TAMANHO GRANDE.	DANNY	PAR	100,00	2,40	240,00
43	0014772 - LUVA MULTIUSO DE USO PARA PROTEÇÃO E SEGURANÇA DURANTE USO DOMÉSTICO, EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL, CLORADA E DUPLA FACE (LISA E ANTI-DERRAPANTE), SEM FORRO, TAMANHO MÉDIO.	DANNY	PAR	130,00	2,70	351,00
44	0003871 - PANO DE LIMPEZA PARA CHÃO TIPO SACO EM ALGODÃO MEDINDO MULTI-USO TAM 50X70CM. REFERÊNCIA: MARCA ESFREBOM, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	FM	UND	230,00	2,80	644,00
47	0014775 - PAPEL HIGIÊNICO NEUTRO FOLHA DUPLA C/4 ROLOS DE 30MX10CM. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A MARCA DO FABRICANTE E DIMENSÕES.	QUALITE CAMPIONE	UND	36,00	4,00	144,00
51	0004035 - BACIA EM MATERIAL DE PLÁSTICO POLIETILENO, COM CAPACIDADE PARA 35 LTS. COR NATURAL.	PLASTICO LUMAR	UND	27,00	10,30	278,10
55	0004439 - DESINCRUSTANTE DE SANGUE - BALDE 20LT	BECKER CLOREX 100	UND	25,00	334,00	8.350,00
62	0013176 - APARELHO DE BARBEAR DESCARTAVEL. CARTELA COM 24 APARELHOS DE BARBEAR.	MAXICOR	CART	60,00	12,75	765,00
66	0014759 - PILHA PEQUENA AA - CONTEUDO DA EMBALAGEM: C/04 PILHAS	PANASONIC	UND	315,00	5,06	1.593,90
67	0014778 - SACO PARA LIXO HOSPITALAR - SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES, CONSTITUÍDO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM, OFERECENDO UMA PERFEITA RESISTÊNCIA MECÂNICA E PROPORCIONANDO A OPACIDADE NECESSÁRIA À APLICAÇÃO. A SOLDA DE FUNDO É DE TIPO ESTRELA, CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME VEDANDO COMPLETAMENTE E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO, DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA 9191, DIMINUINDO ASSIM, O RISCO DE CONTAMINAÇÃO OU INFECÇÃO DAS ÁREAS POR ONDE CIRCULA. O MATERIAL UTILIZADO NA FABRICAÇÃO VIRGEM E DE ALTA QUALIDADE, GERANDO UM PRODUTO COMPATÍVEL COM OS PADRÕES DA ABNT E DO IPT (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS). 100 L NAS MEDIDAS 75 X 105 CM. PACOTE C/ 100 UNIDADES	DONAPACK	PACOTE	600,00	19,90	11.940,00
68	0014896 - PAPEL TOALHA MULTIUSO, FOLHA DUPLA E ALTA ABSORÇÃO - COTÉM 2 ROLOS COM 60 TOALHAS CADA DE 22CM X 20CM. INDÚSTRIA BRASILEIRA	NOBBY	UND	150,00	3,10	465,00
69	0014897 - BALDE EM MATERIAL DE PLÁSTICO POLIETILENO, COM CAPACIDADE PARA 10LTS. COR NATURAL- DE USO DOMÉSTICO. REFERÊNCIA: MARCA SANREMO , SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR.	PLASTICO LUMAR	UND	90,00	3,10	279,00
70	0014898 - LAVA PISO 2L - FRASCOS DE PLÁSTICO DE 2 LITROS, CONTENDO NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E DATA DE VALIDADE. REFERÊNCIA: MARCA GUARANI, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	MARILUX	UND	150,00	5,40	810,00
71	0004053 - COPOS DESCARTÁVEIS, MATERIAL POLIESTIRENO ATÓXICO, CAPACIDADE DE 50ML. APLICAÇÃO ÁGUA, CAFÉ, TIRA COM 100UN. GRAVAÇÃO NO FUNDO DO COPO DO SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO PARA RECICLAGEM, CONFORME NBR 13230 E CAPACIDADE DO COPO. REFERÊNCIA: MARCA ACIGOL, SIMILAR OU DE QUALIDADE SUPERIOR	TOTALPLAST	CAIXA	20,00	59,00	1.180,00
74	0014761 - GUARDANAPO DE PAPEL 14CMX14CM CONTEM 200 UNIDADE - FARDO COM 20 UNIDADE.	SOLIS	FARDO	20,00	17,00	340,00
	VALOR TOTAL SETENTA E UM MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS E DEZ CENTAVOS R$					71.560,10

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações, específicas para a aquisição dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.
1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 044/2018 e seus anexos;
b) Propostas das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data, de sua homologação pela Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

13.1. Os produtos deverão ser entregues conforme as condições previstas no Edital.
13.2 Após o recebimento da Ordem de Compra, por parte do fornecedor, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de até 03 (três) dias**,** nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na Ordem de Compra.
13.2.1 O referido prazo para entrega dos produtos poderá ser prorrogado em caso de falta do produto solicitado no mercado local, devendo o fornecedor, neste caso, comunicar o fato por escrito à Administração apresentando a devida justificativa.

13.3. No ato da entrega dos produtos a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

13.4. Fica aqui estabelecido que os produtos sejam recebidos:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e a consequente aceitação.

4.3.1. Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, que se dará em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório.
13.5. Os produtos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou, antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.
13.6. Se os produtos não forem substituídos no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços, podendo, ainda, ser determinada a suspensão dos pagamentos.
13.7. A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade dos produtos entregues, por estarem fora das especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado à administração submeter os produtos à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.
13.7.1. Caso seja comprovado que os produtos entregues não estão de acordo com as especificações do Edital, a fornecedora deverá ressarcir todos os custos com perícia à Administração, bem como os prejuízos e danos eventualmente causados.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura datada e assinada por responsável da secretaria, e será efetuado através de depósito na conta corrente da fornecedora.
5.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, Certificado de Regularidade com o FGTS, e Certidão
Negativa de Débitos Trabalhistas, observada a natureza jurídica da licitante.
5.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
5.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
5.5. No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da Legislação vigente, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, *pro rata die*.
5.6. As despesas decorrentes de aquisição dos objetos correrão à conta dos recursos orçamentários existentes na Lei Orçamentária Anual vigente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral

PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	04.001	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2009	Funcionamento Das Atividades Da Secretaria Municipal De Administração
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	06.001	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	10.001	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
FUNÇÃO	04	Administração
SUBFUNÇÃO	122	Administração Geral
PROGRAMA	0108	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO	2067	Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano
CLASSIFICAÇÕES ECÔNOMICAS	3.3.90.30	Material de Consumo
FONTE DOS RECURSOS	100	Recursos do Tesouro

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
FUNÇÃO: 04 Administração
SUBFUNÇÃO: 122 Administração Geral
PROGRAMA: 0108 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública
AÇÃO: 2141 Funcionamento das Atividades da Secretaria Municipal de Governo e Patrimonio
NATUREZA: 3.3.90.30 Material de Consumo
FONTE DE RECURSO: 100 Recursos do Tesouro

5.6. Nesta etapa, serão observados os dispositivos constantes no Decreto Municipal N° 047/2017- GPMU, de 29 de Setembro de 2017.

5.7. Os pagamentos deverão respeitar a ordem cronológica das exigibilidades, considerando cada fonte diferenciada de recursos, sendo que, no de recursos vinculados, cada contrato de empréstimo, convênio ou outra origem de recursos será uma fonte.

5.8. O pagamento da despesa deverá ser realizado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da emissão da Nota de Liquidação pelo gestor de contratos responsável pelo atesto da despesa, ou do transcurso de etapa ou de parcela, contanto que previsto e autorizado o parcelamento da prestação em conformidade com o cronograma de execução e o cronograma financeiro, desde que inexistentes quaisquer pendências e não ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo da Nota Fiscal pelo fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras na respectiva unidade gestora.

5.9. Ocorrendo qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação ou quando o contratado for notificado para sanar as ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada, a respectiva cobrança terá os prazos oponíveis à respectiva unidade gestora interrompidos, exclusivamente quanto ao fornecedor, prestador de serviços ou responsável pela execução de obras correlato à pendência, sem prejuízo ao prosseguimento das liquidações e pagamentos aos demais fornecedores, prestadores de serviços ou responsáveis pela execução de obras posicionados em ordem cronológica das exigibilidades.

5.10. A preterição da ordem cronológica de pagamentos somente será admitida em caso de:

I – grave perturbação da ordem;
II – estado de emergência;
III – calamidade pública;
IV – decisão judicial;
V – relevante interesse público mediante deliberação expressa e fundamentada do ordenador de despesas.

5.11. As situações previstas nos incisos I, II e III deste artigo devem ser previamente justificadas por meio de ato emanado da autoridade competente.

5.11.1. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

5.11.2. No prazo de até 02 (dois) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.11.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.11.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.11.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.12. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente.

5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

6.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estarem em desacordo com as especificações exigidas.

7.2 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sem qualquer ônus para o Município.

7.2.1. A não substituição dos produtos no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público, devidamente demonstradas, e justificadas, pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto estará, a empresa fornecedora, sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta Ata e no Edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2. As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Upanema/RN, 07 de Dezembro de 2018.

LUIZ JAIRO BEZERRA DE MENDONÇA
Prefeito

MARIA HELENA DA COSTA SILVA
Pregoeira

Pedro Nascimento De Paiva Fernandes - ME
CNPJ:09.109.547/0001-02
FERNANDO ANTONIO DA C F DE MELO FILHO
664.759.614-34

Publicado por:
Maria Helena da Costa Silva
Código Identificador:9A355663

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO № 015-2019

Com base no resultado constante da ata da sessão do dia 11 de setembro de 2019, referente à sessão de Adjudicação do **PREGÃO ELETRÔNICO № 015-2019,** que trata do **Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, grupos de convivência do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS,** o Pregoeiro **ADJUDICA** os itens ao respectivo vencedor,

conforme tabela abaixo, para que produza os efeitos legais nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federal № 8.666/93 e suas alterações posteriores:

POTIGUAR COMERCIO DE ALIMENTOS E VESTUARIO LTDA ME

CNPJ: 21.675.852/0001-59

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	**ABACAXI** de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes, pesando aproximadamente 1kg.	**UND**	**300**	**IN NATURA**	**4,25**	**1.275,00**
2	**ACHOCOLATADO:** mistura em pó para o preparo de achocolatado, enriquecido com vitaminas e minerais. O produto deve estar com suas características de cor,sabor, cheiro, preservadas, deve ser formulado a partir de matérias-primas selecionadas. Embalagem: deve estar condicionado em pacotes de poliéster metalizado/PEBD, atóxico, hermeticamente selados, com peso líquido de 1 kg cada. Prazo de validade mínimo: 06 Meses a contar a partir da data de entrega.	**PCT**	**430**	**CHOCOFORTE**	**12,73**	**5.473,90**
3	**AÇUCAR CRISTAL:** de 1ª contendo no mínimo 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa de parasitos e de detritos animais ou vegetais - emb. 1Kg	**KG**	**470**	**NECTA**	**2,73**	**1.283,10**
4	**ALHO:** bulbo inteiro, de 1ª qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido, sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**100**	**IN NATURA**	**18,50**	**1.850,00**
5	**AMIDO DE MILHO (TIPO MAISENA)** Característica adicional espessantes, prazo de validade 12 meses, caixa de 250g.	**CX**	**320**	**KIMIMO**	**3,62**	**1.158,40**
6	**ARROZ BRANCO:** Tipo 2, classe longo fino, constituídos de graus inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. Acondicionada em embalagem de polietileno, transparente, atóxica, original do fabricante, embalados em pacotes de 1 Kg. Na embalagem deverá constar os dados de identificação, a data da fabricação, validade do produto, número do lote, lista de ingredientes, quantidade do produto, informação nutricional e registro no órgão competente. Prazo de validade mínimo de 6 (seis)meses a partir data de entrega.	**KG**	**330**	**SERIDO**	**3,76**	**1.240,80**
7	**ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1:** características técnicas: classe: longo, fino, tipo I. O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento). Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega	**KG**	**330**	**CHINES**	**3,67**	**1.211,10**
8	**BANANA PRATA:** Tipo extra, verdosa, em pencas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do Manuseio e transporte.	**UND**	**700**	**IN NATURA**	**0,49**	**343,00**
9	**BATATA INGLESA:** lavada, lisa, de 1ª qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser graúdas. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**200**	**IN NATURA**	**6,35**	**1.270,00**
10	**BEBIDA LACTEA -** Fermendata, embalagem plástica de 1 litro. Sabores variados da fruta. O produto deve possuir certificado do SIM/SUSAF. Validade minima aceita de 30 dias após a entrega. Temperatura do recebimento até 10ºC. Transportados de forma adequada, preferencialmente em caixas de polietileno. apresentar selo de inspeção SEIPOA ou SIF.	**PCT**	**750**	**SERTAO SERIDO**	**4,07**	**3.052,50**
11	**BISCOITO CREAM CRACKER:** Embalagem contendo no mínimo 330 g.	**PCT**	**600**	**ESTRELA**	**4,08**	**2.448,00**
12	**BOLACHA COMUM:** (amanteigada) 300 gramas	**PCT**	**100**	**JUCURUTU**	**3,36**	**336,00**
13	**BOLACHA MAISENA:** deverá ser fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, não devem estar mal assadas ou com caracteres organolépticos anormais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, transparente, resistente, lacrado, contendo 400g.	**PCT**	**700**	**ESTRELA**	**4,65**	**3.255,00**
14	**CAFÉ:** torrado, moagem fina, embalagem tipo almofada, de primeira qualidade, com selo de pureza da Associação Brasileira da Industria do Café – ABIC, 400 g.	**PCT**	**170**	**MARATA**	**6,83**	**1.161,10**
15	**CALDO DE CARNE CAIXA:** Especificação: Caixa contendo 24 unidades de 21 g cada, com dados de identificação do produto,fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	**CX**	**50**	**MAGGI**	**14,12**	**706,00**
16	**CALDO DE GALINHA CAIXA:** Especificação: Caixa contendo 24 unidades de 21 g cada, com dados de identificação do produto,fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	**CX**	**70**	**MAGGI**	**14,12**	**988,40**
17	**CARNE BOVINA ALCATRA DE PRIMEIRA SEM OSSO QUILO:** Especificação: Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal Vigilância Sanitária n.5504/99	**KG**	**350**	**IN NATURA**	**24,13**	**8.445,50**
18	**CARNE BOVINA DO SOL QUILO:** Especificação: Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal Vigilância Sanitária n.5504/99	**KG**	**300**	**IN NATURA**	**23,80**	**7.140,00**
19	**CARNE BOVINA MOÍDA DE PRIMEIRA:** tipo coxão mole, patinho ou fraldinha in natura, congelada, sem gordura, sem pelanca, sem sebo. Com aspecto, cor e cheiro característicos. Livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Embalagem: deve estar intacta, polietileno, transparente, atóxica, contendo 01 kg.Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega. Apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a legislação vigente.	**KG**	**425**	**IN NATURA**	**22,00**	**9.350,00**
20	**CARNE DE CHARQUE PACOTE:** Especificação: Carne bovina salgada curada ponta de agulha, data de fabricação, data de validade, peso liquido KG.	**KG**	**100**	**RIO GRANDE**	**25,00**	**2.500,00**
21	**CEBOLA DE CABEÇA:** tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca, compacta e firme, sã, sem rupturas, sem lesões de origem física ou mecânica, isenta de partes pútridas, livre de enfermidades. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**230**	**IN NATURA**	**4,82**	**1.108,60**
22	**CENOURA:** nova, sem folhas, de 1ª qualidade, com tamanho e coloração uniforme, devendo ser de tamanho médio, com casca sã, sem rupturas, não deve apresentar rachaduras ou cortes na casca. Estarem suficientemente desenvolvidas. Não estarem danificadas por qualquerlesão de origem física ou mecânica. Livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na	**KG**	**220**	**IN NATURA**	**5,03**	**1.106,60**

	embalagem etiqueta de pesagem.					
23	**COENTRO:** Coloração uniforme, fresca, firme, intacta, isenta de enfermidades, sujidades, parasitas e larvas.Extra, molhos pequenos.	**MÇ**	**225**	**IN NATURA**	**1,00**	**225,00**
24	**COLORIFICO ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM PACOTE:** Especificação: Embalagem: pacote com mínimo 100 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	**PCT**	**220**	**MARATA**	**1,23**	**270,60**
25	**CREME DE LEITE:** UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**400**	**GLORIA**	**2,96**	**1.184,00**
26	**EXTRATO DE TOMATE:** características técnicas:concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Embalagem: tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega	**UND**	**300**	**QUERO**	**2,87**	**861,00**
27	**FARINHA DE MANDIOCA:** branca, tipo 1, seca, extra fina e torrada, 1 kg	**KG**	**50**	**QUENTINHA**	**6,23**	**311,50**
28	**FARINHA DE TRIGO:** características técnicas: Tipo I, sem fermento Enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve ser fabricada a partir de grãos de trigo sãos e limpos. Deverá estar em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida ou fermentada, nem apresentar resíduos, impurezas, rendimento insatisfatório. Embalagem: atóxica, deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg. Prazo de validade mínimo 04 meses a contar a partir da data de entrega.	**KG**	**150**	**BRANDINI**	**3,78**	**567,00**
29	**FARINHA LÁCTEA:** enriquecida com vitaminas, de preparo instantâneo. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: potes de polipropileno, atóxicos, bem vedados, com 400g cada. Prazo de validade mínimo 06meses a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**100**	**MARATA**	**5,30**	**530,00**
30	**FEIJÃO CARIOQUINHA, TIPO 1 QUILO:** Especificação: Feijão carioquinha, tipo 1. Embalagem contendo 01 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA	**KG**	**50**	**CURIMATAU**	**6,15**	**307,50**
31	**FEIJÃO PRETO,** Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e sãos, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: plástica, resistente, transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	**KG**	**50**	**CURIMATAU**	**5,95**	**297,50**
32	**FLOCOS DE MILHO:** farina de milho pré-cozida. Embalagem com 500 g	**PCT**	**1040**	**MARATA**	**1,35**	**1.404,00**
33	**LEITE CONDENSADO:** Embalagem longa vida de 395g. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega.	**CX**	**100**	**MARAJOARA**	**4,67**	**467,00**
34	**LEITE DE COCO:** produto obtido de leite de coco pasteurizado e homogeneizado, podendo conter conservantes, acidulantes e/ou espressante, 200 ml.	**UND**	**50**	**INDIANO**	**4,08**	**204,00**
35	**LEITE EM PÓ INTEGRAL:** características técnicas: leite em pó integral, instantâneo. Embalagem: aluminada, intacta, bem vedada, contendo 400g do produto, livre de parasitas e substâncias nocivas. Prazo de validade 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**PCT**	**1040**	**RIRACAMJUBA**	**9,61**	**9.994,40**
36	**MACARRÃO ESPAGUETE:** macarrão espaguete com ovos. Embalagem: plástica, transparente, resistente bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**PCT**	**500**	**BOM SABOR**	**2,06**	**1.030,00**
37	**MAMÃO FORMOSA:** de 1ª qualidade, casca sã. Apresentando tamanho e cor uniformes, sem rupturas,sem danos físicos e mecânicos, isento de partes pútridas. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**200**	**IN NATURA**	**2,00**	**400,00**
38	**MARGARINA:** Pote com 500g.	**UND**	**430**	**PRIMOR**	**3,99**	**1.715,70**
39	**MELANCIA:** Redonda, graúda, de 1ª qualidade, fresca, com aspecto, cor e cheiro de sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido e madura, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes.	**KG**	**50**	**IN NATURA**	**1,30**	**65,00**
40	**MILHO VERDE EM CONSERVA:** ingredientes: milho, água, e sal, sem conservantes. Embalagem longa vida, deve estar intacta, resistente, vedada hermeticamente, com peso liquido de 280g. Prazo de validade mínimo 02 anos a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**425**	**PREDILECTA**	**1,90**	**807,50**
41	**NATA:** Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: 400g cada unidade. Data de validade mínima 10 dias a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**100**	**DAVAQUINHA**	**7,16**	**716,00**
42	**ÓLEO DE SOJA:** características técnicas: óleo de soja 100% natural. Embalagem: PET com 900 ml. Isento de odores estranhos ou qualquer substância nociva. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**150**	**LIZA**	**4,42**	**663,00**
43	**OVOS:** características técnicas: ovos de galinha "tipo grande", casca lisa. Os ovos deverão estar limpos. Não poderão estar trincados. Embalagem: em caixas de papelão, com no mínimo 15 unidades, com registro no Ministério da Agricultura, SIF, CISPOA. Prazo de validade mínimo 15 dias a contar a partir da data de entrega.	**BANDEJA**	**260**	**DA GRANJA**	**7,50**	**1.950,00**
44	**PÃO SEDA:** fabricação própria, com peso aproximadamente 50g.	**KG**	**560**	**SABOREAR**	**7,65**	**4.284,00**
45	**PEITO DE FRANGO SEM OSSO:** cortado em fatias (filé), sem pele, congelado. Embalagem: deve estar intacta,polietileno, transparente, atóxica, contendo 01 kg. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega. Apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a legislação vigente.	**KG**	**1050**	**BOM TODO**	**13,62**	**14.301,00**
46	**PIMENTÃO:** fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; verde, limpo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico.	**KG**	**62**	**IN NATURA**	**6,42**	**398,04**
47	**POLPA DE FRUTA NATURAL 400g:** Especificação: Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	**PCT**	**1200**	**INSEAL**	**5,91**	**7.092,00**
48	**PRESUNTO QUILO:** Especificação: Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	**KG**	**210**	**PALMALI**	**15,22**	**3.196,20**
49	**QUEIJO TIPO MUSSARELA QUILO:** Especificação: Fatiado, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	**KG**	**210**	**JUCURUTU**	**25,49**	**5.352,90**
50	**RAPADURA EM TABLETES/BARRINHAS:** a base de cana de açúcar,	**PCT**	**200**	**PADRE CICERO**	**5,75**	**1.150,00**

	Embalagem de 1 Kg contendo aproximadamente 40 tabletes.					
51	**REFRIGERANTE:** a base de cola, laranja, uva, limonada ou guaraná. Embalagem tipo PET, de 2 litros.	**UND**	**300**	**SCHIN**	**4,70**	**1.410,00**
52	**SAL:** refinado, iodado, 1ª qualidade, não deve apresentar sujidades, misturas inadequada ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes de polietileno transparente, termossoldada, atóxica, com capacidade de 1 kg. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**KG**	**100**	**MARLIN**	**1,23**	**123,00**
53	**SALSICHA:** tipo Hot Dog, a base de carnes íntegras bovinas / sal / água, conservado em salmoura, contendo data de fabricação, validade e ingredientes. Não pode conter soja.	**KG**	**200**	**AVIVAR**	**8,14**	**1.628,00**
54	**TEMPERO PRONTO COMPLETO SEM PIMENTA:** a base de: alho / sal / cebola / salsa/ coentro/ outros ingredientes mencionados em embalagem com 500 ml.	**UND**	**110**	**FOLHA VERDE**	**2,76**	**303,60**
55	**TOMATE:** de 1ª qualidade, tamanho médio, apresentando grau médio de maturação, com casca sã, sem rupturas, livre de enfermidades, isento de partes pútridas. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**310**	**IN NATURA**	**6,08**	**1.884,80**
56	**VINAGRE DE VINHO BRANCO:** composição: fermentado acético de vinho branco / água. Apresentando 4% de acidez volátil. Embalagem 500ml.	**UND**	**70**	**FOLHA VERDE**	**2,88**	**201,60**
TOTAL						**121.998,84**

Florânia/RN, 11 de setembro de 2019.

ALEX SILVA DE AZEVÊDO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:DF68E1A9

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO № 015/2019

A Prefeita do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições, com fulcro nas Leis n.º 8.666/93 e 10.520/2002 e nos termos do Pregão Eletrônico 015/2019, que trata do **Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, grupos de convivência do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS,** satisfazendo-se a Lei e ao mérito, considerando ainda a legalidade do processo licitatório, **HOMOLOGO**, nesta data, a referida decisão constante da Adjudicação considerando o vencedor da licitação de acordo com os itens abaixo discriminados:

POTIGUAR COMERCIO DE ALIMENTOS E VESTUARIO LTDA ME

CNPJ: 21.675.852/0001-59

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	**ABACAXI** de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações ou cortes, pesando aproximadamente 1kg.	**UND**	**300**	**IN NATURA**	**4,25**	**1.275,00**
2	**ACHOCOLATADO:** mistura em pó para o preparo de achocolatado, enriquecido com vitaminas e minerais. O produto deve estar com suas características de cor, sabor, cheiro, preservadas, deve ser formulado a partir de matérias-primas selecionadas. Embalagem: deve estar condicionado em pacotes de poliéster metalizado/PEBD, atóxico, hermeticamente selados, com peso líquido de 1 kg cada. Prazo de validade mínimo: 06 Meses a contar a partir da data de entrega.	**PCT**	**430**	**CHOCOFORTE**	**12,73**	**5.473,90**
3	**AÇUCAR CRISTAL:** de 1ª contendo no mínimo 99,3% de carboidrato por porção, deverá ser fabricado de cana de açúcar livre de fermentação, isento de matéria terrosa de parasitos e de detritos animais ou vegetais - emb. 1Kg	**KG**	**470**	**NECTA**	**2,73**	**1.283,10**
4	**ALHO:** bulbo inteiro, de 1ª qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, devendo estar bem desenvolvido, sadio. Não deve conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**100**	**IN NATURA**	**18,50**	**1.850,00**
5	**AMIDO DE MILHO (TIPO MAISENA)** Característica adicional espessantes, prazo de validade 12 meses, caixa de 250g.	**CX**	**320**	**KIMIMO**	**3,62**	**1.158,40**
6	**ARROZ BRANCO:** Tipo 2, classe longo fino, constituídos de graus inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos. Acondicionada em embalagem de polietileno, transparente, atóxica, original do fabricante, embalados em pacotes de 1 Kg. Na embalagem deverá constar os dados de identificação, a data da fabricação, validade do produto, número do lote, lista de ingredientes, quantidade do produto, informação nutricional e registro no órgão competente. Prazo de validade mínimo de 6 (seis)meses a partir data de entrega.	**KG**	**330**	**SERIDO**	**3,76**	**1.240,80**
7	**ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1:** características técnicas: classe: longo, fino, tipo I. O produto não deve apresentar mofo, substâncias nocivas, preparação final dietética inadequada (empapamento). Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno, transparente, atóxico. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega	**KG**	**330**	**CHINES**	**3,67**	**1.211,10**
8	**BANANA PRATA:** Tipo extra, verdosa, em pencas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos e mecânicos oriundos do Manuseio e transporte.	**UND**	**700**	**IN NATURA**	**0,49**	**343,00**
9	**BATATA INGLESA:** lavada, lisa, de 1ª qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser graúdas. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**200**	**IN NATURA**	**6,35**	**1.270,00**
10	**BEBIDA LACTEA -** Fermendata, embalagem plástica de 1 litro. Sabores variados da fruta. O produto deve possuir certificado do SIM/SUSAF. Validade minima aceita de 30 dias após a entrega. Temperatura do recebimento até 10ºC. Transportados de forma adequada, preferencialmente em caixas de polietileno. apresentar selo de inspeção SEIPOA ou SIF.	**PCT**	**750**	**SERTAO SERIDO**	**4,07**	**3.052,50**
11	**BISCOITO CREAM CRACKER:** Embalagem contendo no mínimo 330 g.	**PCT**	**600**	**ESTRELA**	**4,08**	**2.448,00**
12	**BOLACHA COMUM:** (amanteigada) 300 gramas	**PCT**	**100**	**JUCURUTU**	**3,36**	**336,00**
13	**BOLACHA MAISENA:** deverá ser fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, não devem estar mal assadas ou com caracteres organolépticos anormais. Embalagem: saco de polietileno atóxico, transparente, resistente, lacrado, contendo 400g.	**PCT**	**700**	**ESTRELA**	**4,65**	**3.255,00**
14	**CAFÉ:** torrado, moagem fina, embalagem tipo almofada, de primeira qualidade, com selo de pureza da Associação Brasileira da Industria do Café – ABIC, 400 g.	**PCT**	**170**	**MARATA**	**6,83**	**1.161,10**
15	**CALDO DE CARNE CAIXA:** Especificação: Caixa contendo 24 unidades de 21 g cada, com dados de identificação do produto,fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	**CX**	**50**	**MAGGI**	**14,12**	**706,00**
16	**CALDO DE GALINHA CAIXA:** Especificação: Caixa contendo 24 unidades de 21 g cada, com dados de identificação do produto,fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	**CX**	**70**	**MAGGI**	**14,12**	**988,40**
17	**CARNE BOVINA ALCATRA DE PRIMEIRA SEM OSSO QUILO:** Especificação: Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal Vigilância Sanitária n.5504/99	**KG**	**350**	**IN NATURA**	**24,13**	**8.445,50**
18	**CARNE BOVINA DO SOL QUILO:** Especificação: Embalagem em filme PVC transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99 e da Lei Municipal Vigilância Sanitária n.5504/99	**KG**	**300**	**IN NATURA**	**23,80**	**7.140,00**
19	**CARNE BOVINA MOÍDA DE PRIMEIRA:** tipo coxão mole, patinho ou fraldinha in natura, congelada, sem gordura, sem pelanca, sem sebo. Com aspecto, cor e cheiro característicos. Livre de parasitas, micróbios e qualquer substância nociva. Embalagem: deve estar intacta, polietileno, transparente, atóxica, contendo 01 kg.Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da	**KG**	**425**	**IN NATURA**	**22,00**	**9.350,00**

	data de entrega. Apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a legislação vigente.					
20	**CARNE DE CHARQUE PACOTE:** Especificação: Carne bovina salgada curada ponta de agulha, data de fabricação, data de validade, peso liquido KG.	**KG**	**100**	**RIO GRANDE**	**25,00**	**2.500,00**
21	**CEBOLA DE CABEÇA:** tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca, compacta e firme, sã, sem rupturas, sem lesões de origem física ou mecânica, isenta de partes pútridas, livre de enfermidades. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**230**	**IN NATURA**	**4,82**	**1.108,60**
22	**CENOURA:** nova, sem folhas, de 1ª qualidade, com tamanho e coloração uniforme, devendo ser de tamanho médio, com casca sã, sem rupturas, não deve apresentar rachaduras ou cortes na casca. Estarem suficientemente desenvolvidas. Não estarem danificadas por qualquerlesão de origem física ou mecânica. Livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**220**	**IN NATURA**	**5,03**	**1.106,60**
23	**COENTRO:** Coloração uniforme, fresca, firme, intacta, isenta de enfermidades, sujidades, parasitas e larvas.Extra, molhos pequenos.	**MÇ**	**225**	**IN NATURA**	**1,00**	**225,00**
24	**COLORIFICO ALIMENTÍCIO A BASE DE URUCUM PACOTE:** Especificação: Embalagem: pacote com mínimo 100 gramas, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA.	**PCT**	**220**	**MARATA**	**1,23**	**270,60**
25	**CREME DE LEITE:** UHT homogeneizado, sem necessidade de refrigeração. Embalagem tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**400**	**GLORIA**	**2,96**	**1.184,00**
26	**EXTRATO DE TOMATE:** características técnicas:concentrado. O extrato de tomate deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, sãos, sem pele e sem sementes. O produto deve estar isento de fermentações. Sem aditivos e conservantes. Embalagem: tetrapak de 200g. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega	**UND**	**300**	**QUERO**	**2,87**	**861,00**
27	**FARINHA DE MANDIOCA:** branca, tipo 1, seca, extra fina e torrada, 1 kg	**KG**	**50**	**QUENTINHA**	**6,23**	**311,50**
28	**FARINHA DE TRIGO:** características técnicas: Tipo I, sem fermento Enriquecida com ferro e ácido fólico. Deve ser fabricada a partir de grãos de trigo sãos e limpos. Deverá estar em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida ou fermentada, nem apresentar resíduos, impurezas, rendimento insatisfatório. Embalagem: atóxica, deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg. Prazo de validade mínimo 04 meses a contar a partir da data de entrega.	**KG**	**150**	**BRANDINI**	**3,78**	**567,00**
29	**FARINHA LÁCTEA:** enriquecida com vitaminas, de preparo instantâneo. Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: potes de polipropileno, atóxicos, bem vedados, com 400g cada. Prazo de validade mínimo 06meses a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**100**	**MARATA**	**5,30**	**530,00**
30	**FEIJÃO CARIOQUINHA, TIPO 1 QUILO:** Especificação: Feijão carioquinha, tipo 1. Embalagem contendo 01 kg, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a Resolução 12/78 da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos - CNNPA	**KG**	**50**	**CURIMATAU**	**6,15**	**307,50**
31	**FEIJÃO PRETO,** Tipo I, novo, de primeira qualidade, constituído de grãos inteiros e sãos, sem a presença de grãos mofados e/ou carunchados. Embalagem: plástica, resistente, transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade mínimo 06 meses a contar a partir da data de entrega.	**KG**	**50**	**CURIMATAU**	**5,95**	**297,50**
32	**FLOCOS DE MILHO:** farina de milho pré-cozida. Embalagem com 500 g	**PCT**	**1040**	**MARATA**	**1,35**	**1.404,00**
33	**LEITE CONDENSADO:** Embalagem longa vida de 395g. Prazo de validade mínimo 10 meses a contar a partir da data de entrega.	**CX**	**100**	**MARAJOARA**	**4,67**	**467,00**
34	**LEITE DE COCO:** produto obtido de leite de coco pasteurizado e homogeneizado, podendo conter conservantes, acidulantes e/ou espressante, 200 ml.	**UND**	**50**	**INDIANO**	**4,08**	**204,00**
35	**LEITE EM PÓ INTEGRAL:** características técnicas: leite em pó integral, instantâneo. Embalagem: aluminada, intacta, bem vedada, contendo 400g do produto, livre de parasitas e substâncias nocivas. Prazo de validade 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**PCT**	**1040**	**RIRACAMJUBA**	**9,61**	**9.994,40**
36	**MACARRÃO ESPAGUETE:** macarrão espaguete com ovos. Embalagem: plástica, transparente, resistente bem vedada, contendo 500g, isento de qualquer substância estranha ou nociva. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**PCT**	**500**	**BOM SABOR**	**2,06**	**1.030,00**
37	**MAMÃO FORMOSA:** de 1ª qualidade, casca sã. Apresentando tamanho e cor uniformes, sem rupturas,sem danos físicos e mecânicos, isento de partes pútridas. Devendo estar bem desenvolvidos e maduros, devendo apresentar 80 a 90% de maturação. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**200**	**IN NATURA**	**2,00**	**400,00**
38	**MARGARINA:** Pote com 500g.	**UND**	**430**	**PRIMOR**	**3,99**	**1.715,70**
39	**MELANCIA:** Redonda, graúda, de 1ª qualidade, fresca, com aspecto, cor e cheiro de sabor próprio, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvido e madura, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes.	**KG**	**50**	**IN NATURA**	**1,30**	**65,00**
40	**MILHO VERDE EM CONSERVA:** ingredientes: milho, água, e sal, sem conservantes. Embalagem longa vida, deve estar intacta, resistente, vedada hermeticamente, com peso líquido de 280g. Prazo de validade mínimo 02 anos a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**425**	**PREDILECTA**	**1,90**	**807,50**
41	**NATA:** Fabricada a partir de matérias primas sãs e limpas, deverá apresentar aspecto e cheiro característico, livre de sujidades e substâncias nocivas. Embalagem: 400g cada unidade. Data de validade mínima 10 dias a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**100**	**DAVAQUINHA**	**7,16**	**716,00**
42	**ÓLEO DE SOJA:** características técnicas: óleo de soja 100% natural. Embalagem: PET com 900 ml. Isento de odores estranhos ou qualquer substância nociva. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**UND**	**150**	**LIZA**	**4,42**	**663,00**
43	**OVOS:** características técnicas: ovos de galinha "tipo grande", casca lisa. Os ovos deverão estar limpos. Não poderão estar trincados. Embalagem: em caixas de papelão, com no mínimo 15 unidades, com registro no Ministério da Agricultura, SIF, CISPOA. Prazo de validade mínimo 15 dias a contar a partir da data de entrega.	**BANDEJA**	**260**	**DA GRANJA**	**7,50**	**1.950,00**
44	**PÃO SEDA:** fabricação própria, com peso aproximadamente 50g.	**KG**	**560**	**SABOREAR**	**7,65**	**4.284,00**
45	**PEITO DE FRANGO SEM OSSO:** cortado em fatias (filé), sem pele, congelado. Embalagem: deve estar intacta,polietileno, transparente, atóxica, contendo 01 kg. Na embalagem deve conter as seguintes informações: identificação da empresa, peso, data de processamento e data de validade, identificação do tipo de carne, carimbo de inspeção estadual ou federal. Prazo de validade mínimo 03 meses a contar a partir da data de entrega. Apresentar em anexo a proposta, documentos que comprovem a inspeção sanitária dos produtos fornecidos de acordo com a legislação vigente.	**KG**	**1050**	**BOM TODO**	**13,62**	**14.301,00**
46	**PIMENTÃO:** fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; verde, limpo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico.	**KG**	**62**	**IN NATURA**	**6,42**	**398,04**
47	**POLPA DE FRUTA NATURAL 400g:** Especificação: Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	**PCT**	**1200**	**INSEAL**	**5,91**	**7.092,00**
48	**PRESUNTO QUILO:** Especificação: Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	**KG**	**210**	**PALMALI**	**15,22**	**3.196,20**
49	**QUEIJO TIPO MUSSARELA QUILO:** Especificação: Fatiado, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde.	**KG**	**210**	**JUCURUTU**	**25,49**	**5.352,90**
50	**RAPADURA EM TABLETES/BARRINHAS:** a base de cana de açúcar, Embalagem de 1 Kg contendo aproximadamente 40 tabletes.	**PCT**	**200**	**PADRE CICERO**	**5,75**	**1.150,00**
51	**REFRIGERANTE:** a base de cola, laranja, uva, limonada ou guaraná. Embalagem tipo PET, de 2 litros.	**UND**	**300**	**SCHIN**	**4,70**	**1.410,00**
52	**SAL:** refinado, iodado, 1ª qualidade, não deve apresentar sujidades, misturas inadequada ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes de polietileno transparente, termossoldada, atóxica, com capacidade de 1 kg. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	**KG**	**100**	**MARLIN**	**1,23**	**123,00**
53	**SALSICHA:** tipo Hot Dog, a base de carnes íntegras bovinas / sal / água, conservado em salmoura, contendo data de fabricação, validade e ingredientes. Não pode conter soja.	**KG**	**200**	**AVIVAR**	**8,14**	**1.628,00**
54	**TEMPERO PRONTO COMPLETO SEM PIMENTA:** a base de: alho / sal / cebola / salsa/ coentro/ outros ingredientes mencionados em embalagem com 500 ml.	**UND**	**110**	**FOLHA VERDE**	**2,76**	**303,60**
55	**TOMATE:** de 1ª qualidade, tamanho médio, apresentando grau médio de maturação, com casca sã, sem rupturas, livre de enfermidades, isento de partes pútridas. Embalagem: em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada, apresentando na embalagem etiqueta de pesagem.	**KG**	**310**	**IN NATURA**	**6,08**	**1.884,80**
56	**VINAGRE DE VINHO BRANCO:** composição: fermentado acético de vinho branco / água. Apresentando 4% de acidez volátil. Embalagem 500ml.	**UND**	**70**	**FOLHA VERDE**	**2,88**	**201,60**
TOTAL						**121.998,84**

Florânia/RN, 11 de setembro de 2019.

MÁRCIA REJANE GUEDES CUNHA NOBRE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:76C6E772